



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Secretária Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

43ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 06 de fevereiro de 2024, das 09:00hs às 18:00h.

Local: *Microsoft Teams*

Telefone para contato: (61) 2027-3901

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

● **Pauta:**

1.1. Registro dos membros e quórum

- Horário do início da reunião: 14:10
- Condução: Vice-presidência
- Instalação do quórum.

Presentes:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC – DDH (FELIPE)	1. CFESS
2. MDHC – SNDH (BRUNO)	2. Cofen
3. MDS	3. EDUCAFRO
	4. GAJOP
	5. ITTC
	6. AGENDA
	7. AJD
	8. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES
	9. REDE
	10. SOMOS
	11. UFRN
Soma RG: 3	Soma SC: 11
Total: 14	

Estiveram presentes, também, Daniela Borges, Fabio Simas, Ronilda, Ana Valeska, Carolina Barreto, Marden (MS).

Reunião iniciada às 14:10h.

II. Aprovação das gravações e atas. Gravações e atas aprovadas sem ressalvas.

1. CFESS
2. Cofen



3. EDUCAFRO
4. GAJOP
5. ITTC
6. AGENDA
7. AJD
8. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES
9. REDE
10. SOMOS
11. UFRN
12. MDHC – DDH (FELIPE)
13. MDHC – SNDH (BRUNO)
14. MDS
15. ANADEP

III. Orçamento:

Foi discutida a questão da necessidade de acompanhamento da execução do orçamento. Apresentação de planilha modelo, a ser apresentada em toda reunião da Mesa Diretora, pela Coordenação de Apoio, com os gastos do período.

Encaminhamento: Elaboração de Planilha de acompanhamento permanente do orçamento com previsão mínima de gasto com as atividades mesa diretora com coordenação de apoio. (RO, Missões, Ações, Encontro do SNPCT).

Secretário Bruno informou sobre o bloqueio de recursos relacionado ao superávit. Boa expectativa de ter liberação do que está bloqueado de forma linear e paulatina; a ser liberado nas janelas orçamentárias. Previsão de suplemento paulatino em cada área.

DDH mencionou a perspectiva de reavaliação do bloqueio no final do quadrimestre pela Fazenda, de forma que pode ser liberado os 128 mil do CNPCT que estão bloqueados. Ainda seria uma redução, mas não um corte tão grande. Ao longo do ano buscar incidências para conseguir complementações para ampliar a atuação do CNPCT e execução dos trabalhos do colegiado.

Vice-presidente garantir um bom diálogo com a Coordenação-Geral (MDHC) para garantir a necessária rapidez para que não haja muitos gastos com passagens.

Secretário informou sobre empenho de 115 mil para garantir as próximas reuniões. As diárias da presente reunião foram adquiridas com o recurso do ano passado utilizada com Missões com previsibilidade de, no mínimo, 30 dias.



Encaminhamentos:

- Envio de planilha com informações orçamentárias;
- Envio de Ofício Circular sobre prazos para emissão de passagens
- Valor, termos e prazo para contratação do *prodoc*;
- confirmação do comprometimento do orçamento da CGCT com gastos do encontro do sistema.

A respeito do *prodoc*, já tem R\$ 86.735,92 empenhados e que já pode ser utilizado. Foram levantadas dúvidas sobre qual o objeto do valor do *prodoc*. Secretário explicou sobre as consultorias dentro do *prodoc* do PNUD.

Definir o escopo da consultoria; interlocução com área de cooperação internacional; construção de termo de referência e o edital fica sob responsabilidade do PNUD. O processo seletivo passa também pela área técnica.

Art. 15 da Recomendação preparado pela Fernanda será votado amanhã.

Inversão de Pauta. Continuação do Planejamento.

Trazer CGTI para sistematizar dados a partir dos relatórios do MNPCT – Power BI (Secretário).

- 1. Sistematização dos dados do MNPCT**
- 2. Levantamento de encaminhamentos do CNCPT**
- 3. Sistematização dos dados do CNPCT**

2 dias e meio para reunião

Segunda, terça e meio dia de quarta – maioria (09 votos)

Segunda e terça pra R.O, meio dia de quarta para incidência.

44ª RO 8, 9 e 10 de abril (meio dia)

45ª RO 10, 11 e 12 de junho

Evento/Ação de Combate à Tortura (com recurso da CGCT): 26 de junho

46ª RO 5, 6 e 7 de agosto

47ª RO 14, 15 e 16 de outubro

48ª RO 9, 10 e 11 de dezembro

V Encontro de Comitês e Mecanismos – 7 e 8 de novembro

Aprovação do calendário



Encaminhar uma data para a Reunião do Sistema. Indicativa/sugestão de data de forma que acompanhe o encontro de comitês e mecanismos.

É consenso que a intenção do comitê é que a Reunião do Sistema ocorra junto com o Encontro de Comitês e Mecanismos.

7 e 8 caso o mecanismo possa alterar as datas da missão e, caso contrário, 11 e 12.

Questionar se o mecanismo

Consenso - Decreto é uma memória que essa minuta que tá tramitando abarca toda a demanda relacionada ao decreto da época do Bolsonaro.

Devolutiva até amanhã sobre a questão dos decretos por parte do Bruno.



Data e horário: 07 de fevereiro de 2024, das 09:00hs às 18:00h.

Local: *Microsoft Teams*

Telefone para contato: (61) 2027-3901

SUMÁRIO EXECUTIVO

2. Abertura

- **Pauta:**

2.1. Registro dos membros e quórum

- Horário do início da reunião: 09:00
- Condução: Vice-presidência
- Instalação do quórum.

Presentes:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC – DDH 2. MS	1. CFESS 2. Cofen 3. EDUCAFRO 4. GAJOP 5. ITTC 6. AGENDA 7. ANADEP 8. AJD 9. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES 10. REDE 11. SOMOS 12. UFRN
Soma RG: 2	Soma SC: 12
Total: 14	

2. Avaliação do pedido de recondução de peritos do MNPCT

Avaliação da recondução de três peritas, que tem o fim de seus mandatos em 6 de maio de 2024: Ana Valeska, Ronilda Lopes e Camila Sabino.

Carol comentou que essa é uma discussão na qual os peritos não devem estar presentes e que, nesse sentido, encaminhou ofício e parecer com o entendimento dos peritos sobre a questão. A forma em que o ato será feito é decisão do Comitê. Pediu orientação do colegiado quando a isso.



Kim não vê um óbice para que os peritos estejam presentes na sala, uma vez que é importante também para que os peritos estejam cientes da decisão. Fábio, do CFESS, reforçou que não há problema de os peritos estarem presentes. Não houve discordância.

Moro: a lei de 2013 trazem a possibilidade de recondução e o momento atual é excepcional; isso deve ser levado em conta na análise das reconduções. Há uma análise de conveniência e oportunidade, aliada com as normas do OPCAT, que o comitê vai ter que se debruçar. O ideal é que passassem por outro processo, mas há um interesse público envolvido, além do interesse dos peritos. Até a próxima reunião para decidir e, até lá, pensar em umas balizas para isso.

Paulo Lopes, da UFRN, disse que não faria sentido colocar mais 3 vagas no edital que já tem 3, por uma questão de conveniência. Deve ser considerado o “eco” que decisões do comitê tem no âmbito estadual. Se debruçar sobre o que seria o relatório de atividades, pensando em um precedente para os estados e proteger as atividades do comitê e mecanismo, dando institucionalidade.

Caio Klein (SOMOS) trouxe considerações e reflexões a partir da leitura dos documentos. Citou que nos pareceres da CONJUR caracterizam o ato de recondução são discricionários; os limites são apenas quanto à forma – questão de legalidade. De acordo com os pareceres, alcance e a forma que se exerce a prerrogativa quando a independência funcional dos órgãos. O ato administrativo que eventualmente seria realizado estaria revestido de formalidade conforme parecer da AGU, e então, a partir de um critério manutenção das conduções exigidas para exercer o cargo. Não há manutenção das conduções exigidas no momento da recondução; há a manutenção das condições, haveria a possibilidade de duas respostas do colegiado – sim ou não – que seriam dadas a partir de um juízo de conveniência e oportunidade. Reforçou que é um ato discricionário que será exercido conforme conveniência e oportunidade. Essa seria uma análise a partir da situação em abstrato. Propôs uma “recondução indireta”.

Jacque Cipriany (Rede) preocupação considerando um prazo do término do mandato e, portanto, entende que a recondução é um tema prioritário para o CNPCT. Frisou que todos concordam com o Mateus que não há um interesse de diminuição nos cargos. Frisou a necessidade de se estabelecer critério objetivos e transparentes. Apesar disso, ressaltou pensar que a questão resta prejudicada na pauta de hoje, considerando a necessidade de que o comitê estabeleça critérios objetivos.

Fábio Simas (CFESS) – pegar com MC entende que os membros devem passar por uma “recondução indireta” em todos os processos. Talvez pensar numa construção de um grupo de trabalho para pensar sobre isso para as próximas ROs

Felipe Biasoli (MDHC/DDH) chamou atenção para a manifestação da conjur para alguns pontos. Dois momentos importantes: 1 regulamentação do procedimento de recondução – acha que seria importante que o comitê pudesse se debruçar sobre isso para que possamos dar transparência para os critérios utilizados para tomada de decisão; no parecer 38, linha 26, procedimentos para eventual recondução do cargo – linha 27 regulamentação da recondução dos membros do mecanismo. Acha importante que a discussão de recondução venha antecedida da criação e publicação e consolidação desses critérios para que seja imparcial. No parecer 31, no final, nos requisitos materiais, no parágrafo 17, fala da necessidade de regulamentação do procedimento de recondução. Pelo exposto há uma condicionante; desde



que observados os requisitos formais e materiais, dentre os quais há a previsão de regulamentação do procedimento de recondução – apresentação de critérios para a tomada de decisão. Pela sua leitura, tem oportunidade e conveniência para decisão dos critérios, mas a decisão de recondução deve estar balizada pelos critérios definidos. É NECESSARIO TER ESSE MATERIAL CONSOLIDADO E PUBLICADO PARA QUE ESSA DECISÃO NÃO SEJA QUESTIONADA.

MC não é possível uma recondução automática. Mas encontram-se em uma situação em que não há precedentes para os procedimentos. Há uma necessidade de cumprir, minimamente, uma avaliação e cumprimento de critérios mínimos para que não haja uma recondução automática. Mas também tem a preocupação de tempo para elaboração de documento para regulamentar a recondução. No cenário ideal, abriríamos as 6 vagas, definindo diferentes critérios de avaliação. A situação possível de se estabelecer – resolução considerando a situação excepcional (quantidade pequena de peritos nos órgãos). Publicando essa resolução com esses critérios. Prazo mínimo para apresentar relatório de atividades. Enquanto isso, o comitê tem o compromisso de estabelecer resolução para estabelecer esses parâmetros.

Caio Klein em sua leitura, quanto ao parecer da AGU, que a regulamentação é colocada como uma recomendação para o colegiado, sendo assim, não seria exigida a existência de um ato para regulamentar o processo de resolução. Ao criar requisitos para a resolução, se tornaria possível uma recondução automática (antes do fim do mandato, estariam criando critérios para que pessoas sejam automaticamente reconduzidas). A expressão “permissão de recondução” não se trata de um direito líquido e certo, mas sim de um limite colocado pela legislação.

Kim pontuou, quanto à análise jurídica, vai muito de encontro com o Caio, discordando com a interpretação feita pelo Felipe. Frisou o compromisso do comitê fazer, ainda nesse ano, a regulamentação das balizas para a recondução. Não da, em termos de segurança jurídica, que um órgão não cumpra

Votação do Ofício resposta ao MNPCT

Leitura do Ofício. Reunião Extraordinária para aprovação de resolução que decidirá sobre recondução no 07/03/2024, às 9h.

1. CFESS – favorável
2. Cofen – favorável
3. EDUCAFRO – favorável
4. GAJOP – favorável
5. ITTC – favorável
6. AGENDA – favorável
7. ANADEP – favorável
8. AJD – favorável
9. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES – favorável
10. REDE – favorável



11. SOMOS – favorável
12. UFRN – favorável
13. MDHC – DDH – favorável
14. MDHC – SNDH – favorável
15. MS – favorável
16. MDS – favorável

Ofício a ser enviado ainda hoje. Minuta de ofício aprovada.

Grupos para elaborar:

I) minuta de resolução com a decisão de recondução das peritas Ana Valeska, Ronilda e Camila Sabino e 2 revisores

- Paulo Victor (revisor)
- Caio Klein (revisor)
- Mateus Moro (relator)

II) minuta de resolução que indica parâmetros para a recondução de peritos

- Fabio CFESS (revisor)
- Patricia Oliveira (revisor)
- Caio Klein (relator)

II. Minuta de Edital

Leitura do item 2.5.

Fabio apontou questões problemáticas. Mandato personalíssimo do perito, de forma que participação da organização/entidade no Comitê não entraria em questão. Mais razoável seria se algum representante do CNPCT queira se candidatar ao MNPCT peça desligamento/descompatibilização da organização/entidade antes do início das inscrições.

Paulo Victor sugeriu que o desligamento aconteça desde o final da reunião.

Caio Klein opina que o item 2.5 antecipa alguns juízos que não são da competência do CNPCT. Opinou que se mantenha critérios adotados em editais anteriores, inclusive quanto à impossibilidade de participação de membro do CNPCT no momento da posse. Sugeriu a supressão do item 2.5.

Jacque pontuou que foi uma questão de querer antecipar conflitos. Diz que não tem problema quanto a supressão do item, uma vez que a lei prevê a descompatibilização no momento da posse.

Fábio Simas leu o artigo de um dos editais do mecanismo do RJ, com a previsão de que o requerimento de descompatibilização deve ser realizado entre o período ato de inscrição e a supressão do item IV do 2.6. seja suprimido.



Fabio Simas (CFESS) sugeriu a substituição do texto do 2.5. pela seguinte redação.

Mateus concorda com a sugestão do Caio de suprimir o 2.4 e I e II do 2.6, além de apontar que concorda com a redação trazida pelo Fábio Simas.

Jacque pontua que o 2.4. e 2.6. estão relacionados ao momento da nomeação, porque se relacionam com coisas diferentes. O item do 2.5. se refere a um primeiro momento de cautela. Jacque entende que o 2.5. está superada.

Votação pela substituição do texto do 2.5. pela seguinte redação:

Proposta 1: *“Os candidatos e candidatas a peritos e peritas do MNPCT que forem representantes de órgão ou entidade integrante do CNPCT deverão requerer seus afastamentos deste órgão colegiado a partir do ato da confirmação de sua inscrição.” – Fabio Simas e Caio Klein*

Proposta 2: *“O membro ou membra do CNPCT que tiver interesse em participar do certame deverá declarar-se impedido e ausentar-se de toda e qualquer discussão sobre o edital” – Paulo Victor*

9 votos na proposta 1; 5 votos na proposta 2; nenhuma abstenção. **Por maioria, proposta 1 aprovada.**

Primeiro parágrafo:

- Consenso unânime ao destaque realizado quanto ao primeiro parágrafo do edital, que retirou a palavra “afirmativo”.

Item 1.2:

- Destaque 1: suprimir tudo após “MNPCT” e incluir a expressão “a perito e perita do MNPCT, além de formação de cadastro de reserva no período de existência deste edital” – Caio e Kim

- Destaque 2: Jacque destaca que cadastro de reserva cabe somente a cargos de provimento efetivo, que não é a natureza do cargo de perito do MNPCT.

- Destaque 3: substituição da reserva de vagas para “as hipóteses de falta, impedimento e vacância”.

*Sugestão de convite da Silvia Souza, advogada da OAB que teve conosco para discutir o Edital, que é especialista em ações afirmativas.

*Daniela Borges (DDH) entende cadastro reserva para economicidade de recurso público, não tendo vinculação com natureza do cargo. Sendo assim, não haveria impedimentos. Sugestão de encaminhamento do Edital ao MGI.

- Destaque 4: Proposta de manter o destaque 1, com o encaminhamento do Edital ao MGI.

OBS: Incluir item com relação à suplência.



Submeter o assunto ao MGI, pedir parecer quanto à minuta de edital.

- Jaqueline destacou que se sente extremamente desrespeitada, uma vez que os colegas não haveriam lido a minuta do edital em tempo hábil para debatê-lo. - Sugestão de RE de dois dias, sendo um exclusivo para o edital – Miriam - **Encaminhamentos:**

1) deixar a avaliação sobre a minuta do edital na próxima R.O., definindo 1 ou 1,5 dia para o debate.

2) data limite para membros apresentarem destaques: 6 de março para contribuições/destaques e 15 dias antes da R.O. para a Coordenação compilar e enviar para todo o comitê e para os convidados.

3) convidar Silvia Souza para a próxima R.O. e pessoa de referência do MGI.

▪ **Leitura dos destaques feitos pela Jaqueline.**

- destaque para o termo “afirmativo” no primeiro parágrafo.
- 1.3: incluir fase prática em relação a uma das fases do edital: não acharam outra proposta alternativa. Gostaria que discutissem mais uma fase, com prova prática ou outros ou outra alternativa.
- 2.4: está exatamente a reprodução da lei. O destaque seria o 2.4.1, sobre se estenderia o impedimento também aos organismos do governo que compõem. Seria uma decisão política.
- 2.5: superado
- 2.6: opção de inclusão para que também estejam integrados os órgãos do governo que estão no CNPCT; pessoas que participam na gestão ou são funcionários nos espaços de privação de liberdade;
- 2.9.1: ficariam em lista separada? Impediria a nomeação dessas pessoas em caso de vacância?
-

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



DEGRAVAÇÃO

43ª Reunião Ordinária do CNPCT

Dias: 05 a 07/02/2024

Brasília/DF

DEGRAVAÇÃO

43ª Reunião Ordinária do CNPCT

43ª Reunião Ordinária do CNPCT – 05-02-2024 - Manhã

1 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
2 Porque tem outros eventos acontecendo. Então, ela conseguiu uma sala num prédio
3 aqui ao lado. Então, vai ser nesse prédio ao lado. Acho que é do Venâncio, não é?
4 Do Venâncio. Aí, depois, a gente confirma direitinho o endereço para passar para
5 todo mundo, lá no grupo. Aí, bom, hoje é a perspectiva nossa. Então, trabalhar no
6 nosso planejamento. O planejamento do comitê. Qualquer coisa aí que,
7 eventualmente, em termos de protocolo, eu me equivocar, se vocês puderem me
8 corrigir, eu agradeço. Então, a gente montou um grupinho. Eu, a Maria Clara e o
9 Fábio. E aí, a gente construiu uma proposta aqui de planejamento para passar para
10 vocês. E, em um primeiro momento, a gente compartilhou um pedido formal de
11 preenchimento de um formulário. E aí, o Fábio vai contar um pouquinho como é que
12 foram essas respostas. E a gente vai passar aqui na tela também. Para vocês
13 verem.

14 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço**
15 **Social – CFSS) –** Bom dia. Bom dia a todos e a todas. A gente constituiu um grupo...
16 Primeiro, agradecer, principalmente, quem esteve mais diretamente envolvido. A
17 Kim, a Maria Clara e a Dácia Teles também. Enfim, quanto a coordenação do
18 CFESS, a representação do Conselho Federal de Serviço Social. A gente entendeu
19 que, para se fazer o planejamento de ações, primeiro, a gente deveria fazer uma
20 avaliação conjunta de como está o funcionamento do Comitê Nacional. E,
21 sobretudo, pensando nas ações para o ano de 2024. As questões do formulário
22 foram nesse sentido. A gente também fez um exercício para que o formulário não
23 fosse excessivamente longo, porque isso poderia atrapalhar a adesão dos
24 membros. E algumas questões mais abertas, do ponto de vista mesmo de pautas

25 temáticas e de observações. Acho que, em linhas gerais, foi isso. A gente começa
26 a apresentação. A Maria Clara quer complementar?

27 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
28 **Organizações Populares – GAJOP) –** Bom dia. Só para fazer esse resgate
29 mesmo, assim, do porquê fazer isso agora, mesmo na iminência do término do
30 nosso mandato, do nosso biênio. Mas teve essa avaliação de que, quando nós
31 entramos, não houve esse momento de planejamento, ainda estava naquele
32 momento online. Tinha um pouco resgate, assim, do que realmente tinha de
33 construção, quais eram os próximos passos, o que tinha como objetivo a longo
34 prazo para o Comitê. Então, a gente achou que era importante dar essa organizada
35 novamente na Casa. Fazer uma... Incorporando isso também num novo momento
36 da conjuntura, um novo governo, novos desafios. Então, o que esse grupo entende
37 como, dado o estado atual, qual é o nosso objetivo a curto, médio e longo prazo.
38 Para que, quando tem uma renovação desse biênio, também encontre algo um
39 pouco mais estruturado, assim. Para que também não passe tanto tempo um pouco
40 perdido em relação às ações, aos objetivos, inclusive à própria metodologia de
41 trabalho mesmo do Comitê. Para que a gente tenha isso um pouco mais
42 estruturado. Entendendo que, quando tiver essa renovação do biênio, nada impede
43 que seja revisitado o planejamento, que seja atualizado, que novas ações sejam
44 constituídas, mas que também não fique perdido tudo que a gente está colocando
45 aqui como estratégias e objetivos para que as coisas também não fiquem soltas e
46 perdidas. Lembrando que, assim, a gente tentou um facilitador externo também,
47 isso não foi possível. Então, por isso que estamos fazendo, entre nós três,
48 organizamos esse grupo. Eu não tenho essa especialidade em organização e
49 planejamento, mas a gente fez o nosso melhor aqui. O Fábio tinha mais essa
50 experiência, então, a gente contou muito com isso. E a gente espera que seja
51 realmente produtivo mesmo para o nosso trabalho, é isso.

52 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço**
53 **Social – CFSS) –** Então, pensando na nossa metodologia de organização dessa
54 devolutiva, a gente vai apresentar aqui as respostas sistematizadas e, a partir disso,

55 como que a gente organizaria as inscrições por cada slide ou a gente passa dois
56 slides, o que vocês acham? Alguém tem alguma sugestão? Dezoito. Ok. Beleza.
57 Quem está passando slide? Fabrício. Pode passar, Fabrício. A gente vai iniciar com
58 a última questão do formulário que se refere às expectativas para o planejamento.
59 A gente separou algumas das respostas que eu vou ler aqui. “Foco nos objetivos do
60 planejamento, perspectiva de organização dos fluxos de diálogo entre os membros
61 e clareza metodológica no monitoramento das violações encaminhadas pelo
62 comitê.” Aí teve uma resposta assim. “Minha expectativa seja de mais organização
63 e articulação.” Outra resposta. “Que o planejamento aprimore a capacidade do
64 comitê e seu foco e economia estratégica de recursos e esforços, permitindo a
65 todos, cordialmente, invocar o planejamento como fundamento para intervenção em
66 suas participações e compartilhamentos. Definir uma metodologia e plano de
67 trabalho para a organização interna do comitê nacional. Ações propostas
68 aconteçam de fato e sejam amplamente divulgadas. Que o governo traga
69 organização para fomentar o seu cumprimento.” Ok? Acho que, em linhas gerais,
70 houve, de certa forma, um consenso nos objetivos e, sobretudo, nas expectativas
71 para o planejamento, sobretudo para as ações do ano. De certa forma, acho que
72 alguns problemas foram identificados. Agora eu vou passar para os resultados dos
73 questionários, sobretudo, das questões objetivas. Quem preencheu o formulário?
74 Quem respondeu o formulário? A gente tem um total de 15 respostas. Dessas
75 respostas, 13% foram do ente governamental, ou seja, somente duas respostas de
76 15 do ente governamental, 86% da sociedade civil. No nosso questionário, foi
77 elaborado para que cada organização preenchesse o formulário. Teve apenas um
78 caso em que dois representantes da mesma organização preencheram, o que não
79 teve nenhum problema, do ponto de vista da nossa análise de sistematização. Em
80 linha geral, baixa adesão no preenchimento do formulário de representantes
81 governamentais. Está expresso nesse gráfico. Passa para o próximo? Fabrício? A
82 primeira questão. O Comitê Nacional de Prevenção em Combate à Tortura segue
83 os parâmetros do Protocolo Facultativo das Nações Unidas para a Prevenção à
84 Tortura. 46,7%, quase metade dos que preencheram, concordam parcialmente que
85 o Comitê segue os parâmetros do Protocolo Facultativo. E 27% concordam

86 totalmente. Questão 2. O Decreto 8154, de 2013, contempla as necessidades de
87 funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção em Combate à Tortura. 60%
88 entenderam que concordam totalmente que o decreto, ele contempla... Desculpa.
89 60% concordam parcialmente de que o decreto contempla as necessidades de
90 funcionamento do Sistema Nacional. Fabrício, por favor. Ah, está bem. Está beleza.
91 20% discordam parcialmente e outros 20% concordam totalmente. Questão 3. O
92 regimento interno, o regimento interno do Comitê Nacional de Combate à Tortura.
93 Pode passar, Fabrício, por favor. 60% concordam parcialmente com esse
94 documento. O regimento interno é a resolução número 1 de 2014 do Comitê. 20%
95 discordam parcialmente. E 13,3% concordam totalmente com o regimento interno.
96 Questão 4. Questão objetiva número 4. A comunicação externa do Comitê Nacional
97 com os outros órgãos atende os requisitos para o bom funcionamento do Sistema
98 Nacional de Prevenção em Combate à Tortura? 47% discordam totalmente. 27%
99 discordam parcialmente. Aí depois se dividiu 13% que concordam totalmente e 13%
100 concordam parcialmente. De certa forma, chamou a atenção a discordância total
101 em relação à comunicação externa do Comitê com os outros órgãos. O que já passa
102 a imagem de uma questão problemática a ser enfrentada pelo Comitê e,
103 conseqüentemente, pelo Sistema Nacional. Questão 5. Comunicação interna do
104 Comitê. Ela atende os requisitos para o bom funcionamento do órgão? Houve um
105 empate. 34% concordam parcialmente e outros 34% também discordam
106 parcialmente. Concordam parcialmente, discordam parcialmente. 20% discordam
107 totalmente. Somente 13% concordam totalmente. Entenderam? Questão 6. A
108 articulação do Comitê Nacional com o Mecanismo Nacional é satisfatória na
109 construção da política de prevenção à tortura no Brasil? 40% concordaram
110 parcialmente. 26,7% concordam totalmente. 20% discordam totalmente. 13%
111 discordam parcialmente. De certa forma, 40% concordam parcialmente. Ficou um
112 pouco destoante, já que 20% discordam totalmente e 26% discordam totalmente,
113 que são posições diametralmente opostas. Passar para a Maria Clara continuar a
114 apresentação aqui.

115 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
116 **Organizações Populares – GAJOP) –** Sobre a questão 7. “A articulação do Comitê
117 com as unidades federativas é satisfatória na construção da política de prevenção
118 à tortura no Brasil? Sobretudo no auxílio na criação de comitês e mecanismos?” Aí
119 nós temos que 33,3% discordaram parcialmente. 26,7% discordaram totalmente. E
120 26,7% concordaram parcialmente. E 13,3% concordaram totalmente, que a
121 articulação é satisfatória. Em relação à questão 8. “O Comitê participa de forma
122 satisfatória no monitoramento e implementação das recomendações do Mecanismo
123 Nacional?” Aqui foram também respostas bastante divergentes. 26,7% discordaram
124 parcialmente. 26,7% discordaram totalmente. 26,7% concordaram parcialmente. E
125 20% concordaram totalmente. Em relação à questão 9. “O Comitê fomenta
126 satisfatoriamente a criação de um banco de dados e estudos e pesquisas sobre
127 prevenção à tortura no Brasil?” Aqui 40% discordou totalmente sobre o fomento do
128 Comitê para a criação desse banco de dados. Só uma contextualização. Essas
129 questões foram tiradas das próprias atribuições do Comitê prevista no Regimento
130 Interno. Então teve essa finalidade de a gente compreender de que forma a gente
131 está realmente cumprindo essas atribuições. Essa é uma delas. 33,3% também
132 discordou parcialmente. E 13,3% concordaram parcialmente. Em relação ao último
133 Seminário Nacional dos Comitês e Mecanismos. “Ele completou satisfatoriamente
134 as necessidades do Comitê Nacional?” Aqui 26,7% preferiu não responder. 13,3%
135 discordou parcialmente. 26,7% discordou totalmente. E 26,7% concordou
136 parcialmente. Aqui não aparece a porcentagem desse que concordou totalmente.
137 Talvez tenha sido uma pessoa. Eu não sei quantas. Em relação a metodologia de
138 organização de comissões temáticas. “Essa metodologia atendeu satisfatoriamente
139 as ações de prevenção à tortura no Comitê?” 40% discordou parcialmente. E 26,7%
140 concordou parcialmente. 13,3% preferiu não responder. E 13,3% também discordou
141 totalmente. “O CNPCT atua com transparência e democratização nas informações
142 entre seus membros?” 40% concordou totalmente. 33,3% discordou parcialmente.
143 20% concordou parcialmente. E uma parcela que acredito também tenha sido uma
144 pessoa. Discordou totalmente. Em relação aos temas prioritários para 2024, que
145 nós perguntamos a vocês, foram colocadas ações no socioeducativo, ações nas

146 comunidades terapêuticas, ações concretas junto aos Estados quanto às violações
147 de tortura no sistema prisional. Também sobre uma avaliação sobre os grupos de
148 trabalho. Os grupos de trabalho nunca saíram, então, dos temas de saúde mental,
149 mulheres no sistema prisional, socioeducativo. Os grupos de trabalho foram criados
150 para dar maior agilidade e transparência para todos. Eu acredito que nunca saíram
151 do papel. O GT1, audiência de custódia. GT2, revista vexatória. GT3, saúde mental,
152 comunidades terapêuticas. GT4, fluxo de denúncias e retomadas do DISC100. GT5,
153 socioeducativo. GT6, monitoramento de comitês e mecanismos estaduais. Acho
154 que foi bem importante essa resposta para retomar. Coisas que a gente já decidiu
155 e realmente não tem aplicação prática, não está funcionando. Outra pessoa
156 colocou: “Otimização dos fluxos de ofícios e providências e seus
157 acompanhamentos.” Também sobre essa questão dos encaminhamentos. A gente
158 tira vários encaminhamentos, ofícios e isso não é retomado. Incidências
159 estratégicas, inclusive junto ao mecanismo para atenção aos casos, como o da
160 Operação Escudo, com foco na relevância da ocorrência da tortura nos espaços de
161 territórios vulnerabilizados e com atenção transversal aos recortes de raça, gênero
162 e classe, idade, bem como anticapacitista, Anti-LGBTQIA+fóbico, inclusive em suas
163 manifestações institucionais, estruturais e interseccionalidade. Divulgação ampla
164 das reuniões, relatórios e trabalhos do comitê para aperfeiçoamento da consciência
165 social sobre o fenômeno da tortura e suas formas de combate e erradicação.
166 Podemos ir para o próximo slide. Também temas prioritários. Racismo estrutural,
167 implementação dos comitês e mecanismos nos estados da federação,
168 estreitamento do diálogo da sociedade civil com o governo, acompanhamento das
169 denúncias e atividades do mecanismo nacional, advoga-se junto aos outros poderes
170 executivos e estaduais, fortalecimento e criação de sistemas estaduais de
171 prevenção e combate à tortura. Aí outra resposta. Seleção de peritos do
172 mecanismo, criação, acho que isso é dos mecanismos estaduais, nos estados,
173 monitoramento e avaliação das atividades do mecanismo, criação e estruturação
174 dos comitês regionais, agilidade nas informações em relação ao trabalho dos
175 peritos, discutir a participação dos enfermeiros forenses nos casos de violência nos
176 presídios. Acho que eu sei de quem é essa resposta. Também foi colocado sobre

177 acesso à alimentação e água em locais de privação e liberdade, privatização de
178 presídios e unidades socioeducativas, metodologia de monitoramento das
179 recomendações do mecanismo. PNASP, alimentação, preso provisório e
180 superlotação. É engraçado, não é? Como umas respostas são bem objetivas e
181 outras mais minuciosas. Desinstitucionalização dos manicômios judiciais,
182 hospitais penais, saúde prisional, comunidades terapêuticas, diretrizes para
183 funcionamento dos comitês e mecanismos nos estados, debater a temática das
184 mulheres e meninas privadas de liberdade no contexto dos 30 anos da Convenção
185 de Belém do Pará, pautar o sistema socioeducativo, em especial da não aplicação
186 de medidas de privação e liberdade a adolescentes acusados de ato infracional,
187 análogo à comercialização de drogas consideradas ilícitas. Extermínios, homicídios
188 praticados pelas polícias sobre o palio de inércia estatal. Tratando-se de 2024, do
189 ano que marca os 60 anos do golpe militar, revisar e analisar o passado para não
190 repetir. Populações vulneráveis à luz do sistema de proteção estatal dos direitos
191 humanos, camponeses, quilombolas, LGBTQIA+, mulheres, negros, indígenas e
192 outros. Desencarceramento, indulto, criação de comitês estaduais e audiências
193 virtuais. Sistema socioeducativo, visitas, revistas nos presídios. Como comentários
194 e observações finais, algumas pessoas deixaram o comentário de que: “É
195 importante destacar que nem todos os membros conhecem o trabalho do comitê e
196 muitos ainda não entenderam que algumas ações podem fragilizar os comitês
197 estaduais. Conhecer o trabalho do mecanismo também faz muita diferença no dia
198 a dia. O combate à tortura deve se basear em dados e providências diretas e
199 auditáveis, não pelo estabelecimento abstrato de hierarquias ou disputas por
200 posição de potenciais atuações genéricas. Participação dos membros do governo
201 no comitê deve ser exigida. Importante o comitê começar a elaborar a perspectiva
202 de criação de um Plano Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.
203 Aperfeiçoamento no processo de eleição e mandato dos membros do comitê
204 nacional.” Bom, esse foi um panorama geral das respostas. Como acabou se
205 estendendo um pouco o prazo para as respostas, já que alguns membros
206 demoraram um pouco para responder, a gente não teve tempo de sistematizar
207 essas respostas dos temas prioritários, porque acho que tem categorias diferentes.

208 Realmente foram temas de assuntos mesmos temáticos, revista vexatória,
209 privatização, e outras questões de ações objetivas, monitoramento de
210 recomendações do mecanismo, e outras em relação a fluxos internos também. Eu
211 categorizaria nesses três possíveis agrupamentos, mas isso é mais para a gente
212 dar um direcionamento agora, para a gente pensar, primeiro, refletir, fazer essa
213 avaliação do que de fato não funcionou. Então, alguns assuntos foram apontados
214 bem sistematicamente, como a questão da comunicação interna e externa. Eu acho
215 que isso ficou bem evidente nas respostas. Como isso, de fato, não tem funcionado,
216 então é nosso trabalho agora pensar que medidas a gente pode tomar para
217 consertar esses fluxos, o que dá para melhorar. Outras questões, é mais para a
218 gente debater o que fazer a longo prazo. Talvez a gente não faça esse ano, mas
219 em relação ao regimento interno, mais de uma vez isso é colocado nas reuniões,
220 como o regimento interno não tem atendido o que de fato seriam as expectativas do
221 comitê, o que tem sido colocado em agora, mas a gente precisa refletir como fazer
222 isso, em que momento vale a pena fazer isso agora, até para isso não se tornar
223 toda reunião um tópico, e a gente de fato não tem um planejamento concreto em
224 relação a isso, e aí fica uma coisa solta. O regimento interno não atende, mas
225 também o que fazer em relação a isso. Então, é mais para dar algum desses
226 direcionamentos, como vocês tiveram acesso também. A gente tem essa
227 metodologia do planejamento ainda na parte da tarde de hoje e na manhã do dia
228 seguinte, que a gente vai dividir um pouco entre traçar os nossos objetivos a longo
229 prazo, traçar as ações a curto prazo, e também, na parte da manhã, a gente vai só
230 falar sobre fluxos internos de organização. Então, as questões que apareceram
231 aqui, talvez surjam hoje na parte da tarde, mas amanhã a gente vai ter um tempo
232 muito maior para fazer um debate mais aprofundado sobre essas questões. Eu
233 queria ver se Fábio e Kim têm mais alguns comentários para fazer, mas a ideia
234 agora é a gente abrir para a gente debater sobre essas impressões também.

235 **Interlocutor não identificado** – Então, vou falar um pouco das minhas impressões.
236 Pode ser? De maneira geral, o que mais nos chamou a atenção, de certa forma.
237 Primeiro que, logo na apresentação, a gente já reconhece a pouca adesão do

238 representante governamental no preenchimento da avaliação, que, inclusive, reflete
239 neste momento em que estamos nos reunidos para avaliar e planejar o ano, com
240 um número reduzidíssimo de representantes governamentais. Acho que isso, para
241 mim, é um dos maiores desafios para o fomento para o Sistema Nacional de
242 Prevenção e Combate à Tortura. É fundamental uma participação presencial de
243 forma mais efetiva dos representantes do Estado brasileiro. Isso acho que ninguém
244 tem dúvida aqui. Quanto à questão do regimento interno, acho muito bem pontuado
245 aqui pela Maria Clara também, e o decreto, acho que é algo a se pensar do ponto
246 de vista mesmo da reformulação e tudo, embora as respostas, as avaliações dos
247 membros não se colocaram de maneira tão... ou seja, a gente não teve uma
248 avaliação negativa de forma tão expressiva no que se refere a isso. Outras questões
249 que me chamaram a atenção. Comunicação. A comunicação externa do comitê com
250 os outros órgãos foi uma das questões que teve a maior avaliação negativa, aquele
251 tópico, discordo totalmente. Comunicação interna também, a gente teve algumas
252 controvérsias nas respostas. Outra questão que chamou a atenção, acho que foi a
253 questão que teve a maior quantitativa de respostas de discórdia totalmente, que foi
254 a questão do fomento de bancos de dados sobre tortura no Brasil e pesquisa. Acho
255 que além do regimento interno, isso consta na lei que cria o Sistema Nacional de
256 Prevenção em Combate à Tortura, que é uma função pública do Sistema Nacional
257 e desse coletivo, ter estrutura de banco de dados e, sobretudo, fomentar pesquisas
258 nessas temáticas. Acho que é um trabalho político imprescindível para a prevenção
259 em combate à tortura no Brasil. Outro que chamou a atenção também foi diferentes
260 respostas, ou concordo totalmente ou discordo totalmente em relação ao seminário.
261 Acho que quem participou do seminário é quem tem mais propriedade para poder
262 falar isso. De uma maneira geral, porque eu avalio a partir das respostas, acho que
263 em relação ao mecanismo, tanto no que se refere à relação mesmo da dinâmica de
264 trabalho e à implementação das recomendações, de certa forma, razoável para
265 bom, mas que precisa ser aperfeiçoada. Acho que eu entendi dessa forma a partir
266 das respostas. Em relação a temas prioritários para 2024, bastante coisa. Acho que
267 algo que a gente pode enxugar e definir ao longo desse planejamento, acho que,
268 sobretudo, em relação aos temas, trazendo um pouco também da experiência no

269 Rio de Janeiro e tudo, é importante que os temas prioritários de ação para o ano,
270 para os próximos anos, estejam em diálogo com o mecanismo. Porque, de certa
271 forma, o mecanismo nacional que faz a parte mais operacional das inspeções nos
272 locais de privação de liberdade e, conseqüentemente, as recomendações.

273 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
274 **Organizações Populares – GAJOP) –** Só comentar uma coisa desses temas. Hoje
275 à tarde a gente vai revisita-los para trabalhar mais aprofundadamente neles. A gente
276 vai ter uma hora de dedicação exclusiva sobre a questão dos temas. A gente pode
277 passar de novo, mostrar na tela e conversar sobre isso. Alguém mais quer? Por
278 favor. O microfone.

279 **Interlocutora não identificada –** Bom dia, pessoal. Eu tenho uma questão mais
280 ligada à formalidade. Quando a gente faz um planejamento, ele precisa
281 necessariamente ter objetivos e consequência. Considerando a ausência do
282 governo à disposição do nosso regimento atual, eu queria saber esse trabalho que
283 a gente está iniciando agora, que vocês tiveram todo um cuidado prévio de colocar
284 ali uma qualidade, de trazer questões parametrizadas para que a gente pudesse
285 atuar. Como é que a gente planeja desdobrar isso? Para não ser mais uma das
286 ações que a gente vem aqui para o comitê, realiza e depois a gente reinicia. Porque
287 é um trabalho caro, é um trabalho preciso. E se não tiver consequência prática, gera
288 retrabalho e frustração. Então, eu queria refletir sobre isso. Sobre efetivamente
289 como é que a gente... Só o nosso colegiado que basicamente, por mais que tenha
290 pessoas ali à distância, a gente consegue produzir um documento que ele vai ser
291 acatado no aspecto de que é um processo extremamente democrático, você dedicar
292 um dia e meio para isso, mas precisa ter depois consequências. Seria mais uma
293 ponderação nesse aspecto. E agradecer a vocês a dedicação, o tempo e o modo
294 que organizaram as questões para que a gente pudesse planejar.

295 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Antes
296 de passar para a Patrícia, queria só comentar que super de acordo. A gente está
297 aqui fazendo esse trabalho, um dia e meio de longas discussões e dinâmicas na

298 busca de fazer esse planejamento não só desse ano, mas também mirando nos
299 próximos três. A gente tem alguns representantes aqui no online. A Ana, inclusive,
300 comentou do MDS que viria à tarde. Espero que consiga, Ana. Mas o resultado
301 dessas discussões que a gente vai fazer nesse um dia e meio é a gente construir a
302 agenda. Então, ao final da tarde de amanhã, da manhã de amanhã, a gente vai
303 definir o plano de trabalho e o cronograma. Esse plano de trabalho e esse
304 cronograma e a agenda na RO a gente deve aprovar em plenário. Portanto, isso
305 traz uma força inclusive executiva dessas decisões que a gente está construindo
306 aqui. Infelizmente, dentro do cenário que a gente constrói no nosso comitê, nesse
307 momento a gente vem sofrendo bastante esvaziamento, mas é torcer também para
308 que cada vez mais a gente consiga dar mais impulso para melhorar isso, para ter
309 mais participação governamental também nesse comitê, como tão importante. Vou
310 passar agora para a Patrícia.

311 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
312 **Desencarceramento)** – Oi, pessoal, bom dia. Então, assim, algumas ponderações.
313 Estamos em 2024, em fevereiro. Em março... fevereiro de 23 com 24. Entre março
314 e fevereiro, a gente está retornando à mesma coisa que na primeira reunião do
315 Comitê Nacional no ano de março, ela foi assim. O cenário não é diferente. A gente
316 até achou que era porque era início de governo, mas um ano passou. Mas eu acho
317 que é uma coisa também importante que o próprio governo ainda não entendeu qual
318 é a importância do comitê. Isso, para mim, é perceptível, porque, assim, para
319 alguns, podem achar que o comitê é prestigiado. O comitê não é prestigiado. O
320 comitê é colocado de escanteio. E aí, eu acho que a gente também precisa ver, e,
321 assim, esse planejamento hoje vai trazer algumas perspectivas e fazer aquilo que
322 a gente se propôs também, de quando a gente vim para Brasília, a gente ir nos
323 ministérios, bater de porta em porta. A gente falou isso no ano passado e a gente
324 não fez. Esse ano é a hora disso. E uma outra coisa também que eu percebo é que
325 muitos membros do comitê também ainda não entendem que o trabalho do
326 mecanismo relacionado à privação de liberdade. E aí, quando eu falo relacionado à
327 privação de liberdade, porque, assim, tortura na rua. No Rio de Janeiro, a gente tem

328 um outro entendimento, já fizemos uma outra discussão, mas, no nacional, então,
329 assim, delegacia está dentro do escopo. Mas, às vezes, a gente tem uns
330 entendimentos de que, assim: “Ah, o cara está ali na esquina, é tortura.” Por
331 exemplo, babá. Tem um monte de babá que é condenado por crime de tortura.
332 Estaria no escopo do mecanismo? Não. Entendeu? Então, assim, acho que
333 precisasse fazer essa leitura e muitos membros do comitê não têm essa leitura
334 ainda. E acho que a gente precisa construir um legado de que para outros membros
335 do comitê que venham possam ter esse entendimento. O comitê do Rio de Janeiro
336 sempre faz planejamento, faz planejamento, faz capacitação com os membros
337 novos que chegam para o comitê, para justamente eles entenderem isso. O que
338 não acabou acontecendo na mudança da gestão do Comitê Nacional, de ter esse...
339 E às vezes não precisa nem ser uma capacitação, mas ser um diálogo, uma roda
340 de conversa. Eu acho que falta também construir uma política pública de deixar e
341 chegar e falar: “Olha, é isso aqui.” Por isso que eu sou a chata, que eu sempre falo
342 o tempo todo. Uma decisão que é tomada aqui no Comitê Nacional ou no
343 Mecanismo Nacional, reflete nos estados. E todo mundo precisa ter isso muito bem
344 entendido, e muitas vezes não tem. Eu não posso tomar uma decisão aqui e
345 fragilizar o Comitê do Rio de Janeiro e o Mecanismo do Rio de Janeiro. Eu não
346 posso fragilizar Acre, Rondônia, Sergipe, entre outros. Então, acho que a gente
347 precisa entender isso, às vezes a gente não entende isso. Então, acho que é uma
348 oportunidade também da gente hoje ter uma maior interação e uma maior agilidade.
349 E sobre o governo é isso. Só lamento pelo governo. Só lamento se ele não entendeu
350 ainda que é importante. E mesmo assim, a gente tem escutado muito que o
351 presidente disse que o sistema prisional é prioridade. Eu acho que ele deveria vir
352 em uma reunião para ver se está tendo prioridade. Entendeu? Então, acho que
353 também falta a sensibilização de ir lá e falar com o presidente da República. Falar:
354 “Olha, presidente, não é a sua prioridade? Vamos em uma reunião do Comitê para
355 você ouvir qual é a prioridade.” Porque ele mesmo disse que a sociedade civil tem
356 que cobrar ele. Inclusive, ele disse no outro dia que a sociedade civil está muito
357 pacata. Foi a fala de Luiz Inácio Lula da Silva. Então, acho que é hora de cobrar o

358 presidente dele entender qual é a prioridade e qual é o sistema prisional prioritário.
359 Então, assim, tem que se fazer mais presente. É isso.

360 **Sra. Lourdes Helena Pacheco da Silva** – Está verde, então. Meu nome é Lurdes.
361 Eu sou representante da AJD, Associação das Juízas e Juizes para a Democracia.
362 É um grande prazer e uma grande responsabilidade estar aqui, estarmos eu e a
363 minha colega, que acredito que está online, a Priscila. E, diante dessas falas e
364 desses dados, sempre levando em conta que nós estamos entrando agora. Então,
365 a gente não tem essa visão, vamos dizer, que atravessa como é que tem trabalhado
366 o Comitê Nacional ao longo dos anos. Mas me parece que nós temos que pensar o
367 que nós, que estamos aqui hoje, agora, podemos fazer de concreto para mudar
368 essa situação. Eu acho importante a questão dos grupos de trabalho que parece
369 que foram criados, mas não houve uma atuação efetiva. E eu também concordo
370 que tem que bater de porta em porta, tem que ir no ministro em primeiro lugar, no
371 presidente e onde for, para nós realmente termos na prática podemos concretizar o
372 que a gente está planejando aqui. E me causa certo espanto, estranheza, que os
373 membros do governo, os oficiais não participem tanto do comitê, inclusive me
374 questiono por que isso, ainda mais nessa nova presidência do Lula e com esse
375 ministro e tal, por que isso é assim? Se sempre foi assim ou se é alguma coisa que
376 teve uma continuidade. E é alguma coisa que é contraproducente, porque nós
377 vamos decidir como é que vai ser efetivamente realizado ou a gente vai ficar falando
378 ao léu sem uma efetiva possibilidade de concretização. Então, o que que se pode
379 fazer com nós aqui efetivamente para mudar essa situação? É o que eu pergunto.
380 Obrigada.

381 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
382 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Alô, alô. Eu sinto um clima de velório na sala.
383 Não, assim, a gente fala de miséria aqui, miséria humana, mas assim, não é piada
384 não, o clima é de velório. Cheguei ontem à noite, estava no hotel de manhã, aí no
385 banho, no café, eu pensava, ó, não vou criticar, vamos chegar lá, vamos tentar
386 construir e tal. São feitas as críticas durante o ano inteiro do ano passado, mas não
387 tem como, não é? Com respeito aos colegas do governo que estão online, enfim, e

388 as dezenas de amigos que trabalham em Brasília, agora com a nova gestão, é
389 frustrante, é frustrante. Eu acho que a Patrícia falou um pouco, a Lourdes também
390 aqui endossou. Eu acho que, claro, a gente pode debater isso também nos
391 bastidores, na hora do almoço, mas eu acho que a gente tem que fazer alguma
392 coisa hoje, porque passou um ano. Não sei se é falar com parlamentares mais
393 próximos, não sei se é vamos conversar com o ministro, não sei. Terra arrasada,
394 não é? Então, assim, foi dito que o Comitê Nacional de Prevenção do Combate à
395 Tortura é prestigiado, não é verdade. Aí, acho que a Lourdes também falou por
396 quais razões, quais motivos que a gente, assim, a gente quer dar a jurídica, não sei
397 se é por dolo, por intenção ou por culpa, falta de planejamento, mas, assim, eu era
398 o titular, a colega Fernanda era a suplente, aí agora eu sou suplente da Fernanda,
399 assim, a gente está aqui, vai fazer cinco anos no final do ano, o Bolsonaro tomou
400 posse em 2019, ficou dez meses sem fazer nada, né, então, assim, não sei, os
401 porquês devem ser outros, a Damares participava, participava, desculpem, das
402 reuniões, os porquês devem ser outros, mas alguma coisa está muito errada, né,
403 independente se a pessoa colocou discordo totalmente ou discordo pessoalmente,
404 eu e a Patrícia aqui, a gente estava mais na ala dos que discordam de quase tudo,
405 a comunicação interna e externa do Comitê, ela é ruim, a articulação com o
406 Mecanismo Nacional, ela é ruim, e todo o esforço e orgulho aqui, até falando, por
407 exemplo, do UITTC que está na vice-presidência, todo o esforço que vocês têm feito
408 há muito tempo também, a gente está na mesa diretora, monitoramento da política
409 pode existir por parte do mecanismo, do comitê não existe, não existe qualquer
410 monitoramento, né, deveria ter dado 100% de discordância. Claro, cada um olhando
411 do, enfim, do seu lugar, do famoso lugar de fala, falou-se do GT, transparência
412 também, não existe comunicação, seja de forma transparente ou de forma menos
413 transparente, dados, não temos dados, você destacou, não temos dados porque
414 não temos política, claro, existe a política que deveria ser feita em conjunto com o
415 Mecanismo Nacional e lá eles vão ter os dados deles, eu acho que cada um de nós,
416 pela sua entidade, pode ter dados, agora, se não existe uma política de verdade por
417 parte do Comitê Nacional, um órgão aí, isso é o que se chama de órgãos paritários,
418 mas só uma metade está aqui. Então, não dá para ter dados se não tem uma

419 política. Enfim, pessoal, a gente podia falar mais com base nas ideias ali, né, todas
420 as ideias que foram como sugestões, dependendo do que vinha previamente no
421 formulário, mas a gente não tem metade do comitê para debater qual vai ser, vai,
422 temos um compromisso, as entidades aqui presentes têm um compromisso com o
423 planejamento, mas esse é o planejamento que agrada a outra metade? Enfim, é
424 chover no molhado, enfim, mas que possamos aí, como fizemos em reuniões
425 anteriores, a gente fazer de um jeito ou de outro a parte que a sociedade civil pode
426 contribuir. Um feliz ano novo a todos, mas o clima é de velório.

427 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
428 Pessoal, só uma questão de ordem, vou encerrar com as duas falas já abertas de
429 inscrição, já que aí a gente encerra para passar para a parte da mão na massa do
430 planejamento. Podem seguir. Eu confesso que eu não vi a ordem.

431 **Interlocutora não identificada** – Um pouco sobre o que a Patrícia falou, que o
432 comitê é prioritário, eu estive presente em 23 de junho de 2023 aqui nessa mesma
433 sala na reunião de reabertura do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à
434 Tortura e eu me recordo muito bem da fala do ministro, onde ele disse que teve uma
435 reunião com o presidente e que o presidente falou que estava deveras preocupado
436 com o sistema prisional brasileiro, que ele tinha recebido um grupo de mães, de
437 pessoas privadas de liberdade e que ele estava muito preocupado e que precisava
438 ser feito algo, e esse algo que não faz, não sai, nada anda e, inclusive, eu me
439 recordo também da fala do representante no dia que, não lembro se era Manfred,
440 Manfred do CNJ, onde ele falo: “Ministro, as pessoas estão morrendo de fome
441 dentro do sistema.” E nada foi feito, continua a mesma coisa, as pessoas continuam
442 morrendo dentro do sistema de fome, de fome. E aqui eu não estou falando nem
443 quanto representante, da associação de amigos no comitê, eu estou falando aqui
444 enquanto familiar de pessoa que já cumpriu pena e de pessoa que está em
445 cumprimento de pena. É preocupante a situação do sistema prisional brasileiro, que
446 já foi declarado em estado de inconstitucionalidade e que nada é feito, e acho que
447 é isso mesmo, é a gente começar a, já que nós estamos tão pacaos, começar a
448 como se diz, partir para a guerra, se for o caso, guerra que eu falo nem em bom

449 sentido. Então, é isso, porque nada é feito e fica por isso mesmo, é só falácias,
450 falácias, falácias, falácias e nada, nada se faz.

451 **Interlocutora não identificada** – Bem, acho que eu cumprimento todo mundo que
452 está aqui, mas bom dia a quem está online. Não quero ser repetitiva também, eu
453 assumi o comitê em março, abril do ano passado e a minha primeira reunião
454 presencial foi em maio e desde maio todas as falas que a gente escutou aqui em
455 relação a participação do governo elas são as mesmas desde maio. Acho que não
456 teve uma reunião que não teve algum constrangimento em razão a não participação
457 do governo. Não teve uma desde quando eu assumi. Então, eu não aguento mais
458 essa discussão, imagine quem está aqui anteriormente. E uma coisa que eu percebi
459 desde o início era exatamente essa expectativa em relação ao governo que assumiu
460 em 2023, em relação a pauta que discutida. Então, acho que isso torna tudo mais
461 frustrante. Mas eu também me recordo que logo nas primeiras reuniões, nós
462 também tiramos alguns encaminhamentos em relação a uma forma, inclusive, de
463 comprometer o governo em relação a participação. E até a última reunião, se eu
464 não me engano, não tinha havido sequer publicado essa resolução que obrigava a
465 participação presencial. Eu acho que em inúmeras questões que travam, e aí essa
466 inquietação se torna cada vez maior. E eu acho que isso prejudica muitos trabalhos,
467 não só pela ausência deles, porque nós somos um órgão legitimamente constituído.
468 Se tem quórum, a gente vota e encaminha e é isso. Então, nem impediria no todo a
469 participação, embora isso seja lamentável e seja muito triste. Mas, assim, nós
470 estamos no momento de planejamento hoje e amanhã. Eu acho que essa é uma
471 das questões que mais tem travado e desgastado todas as nossas discussões aqui.
472 E não é só a não participação, como também o não encaminhamento das questões
473 que aqui a gente tira e que isso seria de responsabilidade do governo. Foram
474 inúmeras questões que nós tiramos aqui desde quando eu assumi. E, na verdade,
475 a gente chega na reunião seguinte, não tem uma devolutiva, na outra não tem uma
476 devolutiva, na outra não tem uma devolutiva.

477 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
478 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Você me permite uma parte nesse ponto? Faz

479 quase um ano que o decreto não é publicado. O Ministério das Mulheres, outros
480 ministérios que sentaram conosco aqui para debater. Desculpa, mas é inconcebível.

481 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que é até importante também frisar isso,
482 porque, assim, a cada reunião, a ausência do governo é maior. Inclusive as pessoas
483 que estavam aqui participando de forma voluntária, esperando a designação, não
484 foram designadas e não estão mais participando. Pessoas que estavam super
485 dispostas, inclusive colaboraram bastante nas discussões na primeira reunião que
486 eu estive. Nós estamos em um momento de planejamento, estamos históricos, acho
487 que a gente tem que tomar medidas mais drásticas, porque não dá para daqui que
488 um breve encerra inclusive o nosso mandato e não tem como. Eu, por exemplo, me
489 sinto muito constrangida, eu deixo muitas coisas de lado para estar aqui. É uma
490 logística muito louca para eu estar aqui. E aí me dá um constrangimento ainda muito
491 maior, porque, assim, é perda de tempo, porque do que adianta toda essa logística
492 para que a gente for tirar, discutir, discussão às vezes intensas, calorosas e que, na
493 verdade, não vai ter prosseguimento. Eu acho que nós estamos num momento
494 agora de tirar medidas e ações para, de fato, na nossa próxima reunião, essa não
495 ser novamente o clima de velório apontado pelo Matheus.

496 **Interlocutora não identificada** – Eu acho muito bem imposto, muito bem colocado
497 e fica parecendo aquela situação assim, que é mudar para continuar na mesma.
498 Então parece que o Estado dota de um mecanismo, de um órgão para abordar e
499 para concretizar medidas, para erradicar a questão da tortura, mas se ausenta das
500 reuniões. Então, quer dizer, na verdade, para parecer que está tentando resolver o
501 problema. Eu acho que daqui a pouco a gente está chegando num ponto que tem
502 que constranger. Como fazer isso? Olha, a imprensa costuma funcionar muito bem.
503 Agora, não sei se isso daqui a pouco não seria ruim para o próprio Comitê Nacional,
504 mas é lógico que tem que tornar público, tem que ir para a sociedade dizer o que
505 está acontecendo, senão a gente vai continuar andando em círculo e não
506 concretizando as coisas e ficando no mesmo lugar. Daqui a um ano, de repente, a
507 gente vai estar com a mesma reclamação. E o trabalho superimportante, vital, desse

508 órgão não vai para frente. Também sozinhos nós não conseguimos fazer sem o
509 governo estar ao nosso lado. Constranger.

510 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Só
511 uma questão de ordem, porque a gente não consegue enxergar muito bem o que
512 os online estão falando. Tem alguém escrevendo, no caso.

513 **Interlocutora não identificada –** Sou eu, vocês me escutam?

514 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Quer
515 a palavra?

516 **Interlocutora não identificada –** Eu peço a palavra. Você me chama quando for a
517 minha vez?

518 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
519 Escutamos bem. Pode falar.

520 **Interlocutora não identificada –** Perfeito. Obrigada pelas colocações, moderações
521 e críticas. Acho que é isso que vai também motivar a importância do planejamento
522 e do papel dos representantes governamentais, assim como eu. Realmente, ainda
523 para mim, a fala de esclarecer um pouco o papel do comitê. Eu acho que o tempo
524 de encontros e reuniões, a gente tem que pensar de uma forma mais estratégica e
525 também resolutiva. Um outro ponto é o seguinte, quando vocês apresentaram a
526 proposta para 2024, dois temas que estão postos lá, já estão sendo discutidos em
527 outras comissões nacionais. Então, eu não sei se vocês tiveram esse conhecimento
528 e se vocês também têm representação nas outras comissões nacionais. E que já
529 são temas que estão super avançados em outros lugares. Então, a gente vai ter que
530 pensar como que vamos integrar as outras comissões nacionais e como as
531 temáticas vão perpassar. Obrigada.

532 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
533 Obrigada. Sem dúvida, acho que...

534 **Interlocutora não identificada** – Eu não estou escutando a fala.

535 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu
536 vou tentar reproduzir no sentido de que a importância do diálogo com o governo
537 também vem desse lugar, de a gente também conseguir trocar mais informações
538 entre as comissões, os comitês, entre os espaços. Então, como a gente também,
539 no nosso planejamento, vai trabalhar sobre organização dinâmica de trabalho, acho
540 que um dos pontos centrais também é visualizar onde a gente consegue ter esses
541 gargalos de diálogo e esclarecimento sobre os avanços de outros comitês, outros
542 órgãos colegiados, que talvez tenham a participação também mais ativa. Acho que
543 a gente está nesse espaço, inclusive, para pensar que acabou virando um balanço,
544 uma avaliação, um balanço. Mas acho que é também importante a gente avançar
545 nesse lugar de construir o que nós desejamos para esse comitê, o que a gente
546 espera também de atuação para esse comitê e o que a gente pode construir aqui
547 junto agora para, ao fim e a cabo, bater na porta, conversar com aqueles que estão
548 no governo também. A gente tocar junto. Estamos aqui para construir também. E aí
549 convido as pessoas, as membras do governo que estão participando online, se for
550 possível, estarem conosco presencialmente agora à tarde, depois do almoço,
551 amanhã de manhã também do planejamento, isso antes da R.O., vai ser muito rico,
552 tenho certeza.

553 **Interlocutora não identificada** – Perfeito. Eu me comprometo estar aí hoje na parte
554 da tarde e amanhã também. Minha agenda já foi bloqueada para participação.
555 Obrigada.

556 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** –
557 Maravilha. Obrigada. Patrícia, para encerrar esse tópico.

558 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
559 **Desencarceramento)** – Então, só para acrescentar, deve ser a tradução, não sei.
560 Eu ia lá fazer isso. Já vai puxar mais para cá porque o negócio está distante. Não,
561 só queria acrescentar dois pontos. Na avaliação de falta de comunicação é um

562 pouco isso. Por exemplo, eu participei de duas reuniões ano passado com o MDS
563 para falar sobre caravana, depois para falar sobre outras perspectivas. Inclusive, o
564 Mecanismo Nacional estava na reunião. A reunião foi presidida na época pela
565 Isadora, que ainda era secretária. Só que os encaminhamentos, a gente não
566 recebeu os encaminhamentos. Eu levei muito tempo. Primeiro, o convite chegou em
567 cima da hora, faltando uma hora para começar a reunião. Eu me dispus a estar na
568 reunião. Depois eu demorei quase duas horas para entrar na reunião porque
569 ninguém me aceitava. Entrei na reunião e aí você entra na reunião. É de bom tom
570 você primeiro saber o que está sendo ambientado para depois você falar. Pouco eu
571 pude contribuir, porque eu já entrei na reunião quase no final. Então, acho que essa
572 comunicação também é uma forma de a gente acertar no planejamento. Por
573 exemplo, eu e Miriam Estefânia nos colocamos para fazer parte da comissão criada
574 que tem a ver sobre ocupações. Até hoje, a gente não sabe se a gente foi instituída
575 no grupo de trabalho porque, se o grupo de trabalho já tomou posse, a gente nem
576 foi chamada. O grupo de trabalho tomou posse, inclusive no dia em que a reunião
577 do comitê estava acontecendo, mas eu e Miriam Estefânia só deu o nome, mas a
578 gente não teve um retorno. Eu acho que é um pouco isso, ter o retorno também.
579 Realmente, tem várias comissões. A Secretaria de Alimentação fez algumas
580 reuniões. O CNJ criou um grupo de trabalho. Aqui, o Ministério criou um outro grupo
581 de trabalho. Eu acho que precisa entender que 90% dessa política é o comitê que
582 gere. Prevenção e Combate à Tortura e Sistema Prisional é o comitê que tem essa
583 pauta. Eu acho que não está tendo também esse entendimento e acho que quem
584 está chegando no governo agora não tem esse entendimento também. O Comitê
585 Nacional existe há muito tempo. Pepe Vargas vinha para a reunião, Maria do
586 Rosário vinha para a reunião, Nilmário Miranda vinham para a reunião. Isso estou
587 citando alguns ministros que já passaram aqui. O Comitê Nacional é de 2013. Nós
588 estamos em 2024. Não estou falando de uma coisa que aconteceu há um ano atrás.
589 É uma política que vem sendo... Esse é o principal fortalecimento. E o meu
590 incômodo também, muito, é que o atual ministro não tem muito tempo para o comitê.
591 Todos os outros tinham. Inclusive até a Damares, que não era tão coisa, mas até
592 ela tinha um tempo para o comitê. Ela dava uma prioridade na agenda dela, nem

593 que fosse para barrar a pauta. Então, acho que é isso que está faltando nesse
594 momento de rearticulação. Eu acho que também precisa entender qual é o papel do
595 comitê. Porque quando o Governo Federal tem que ir para a ONU, Genebra,
596 responder o que está fazendo em relação à prevenção e combate à tortura, este
597 órgão, inclusive, dá informações, porque foi isso que aconteceu ano passado.
598 Quando o ministro teve que ir lá falar para o Cate, inclusive os membros do comitê
599 participaram de uma reunião com vários órgãos do governo para falar, olha, a gente
600 vai falar isso, isso, isso, isso. Aí, para Genebra defender o Brasil é mole aparecer
601 na reunião do comitê, que é difícil.

602 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Bom,
603 pessoal, e aí agora para a gente buscar sair desse clima de velório, como usamos
604 as palavras do Moro, agora a nossa proposta é a seguinte. Opa, perdão. Mateus,
605 Mateus. É que lá em São Paulo a gente só o chama de Moro. Paulo, acho que eu
606 acabei te pulando.

607 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
608 **Do Norte – UFRN) –** Não, mas eu pensei que poderia falar depois, eu acho, pelo
609 que fui ver a programação aqui, que é mais mantendo essa avaliação de conjuntura.
610 Mas, já que comecei, vou falar rapidinho, não vou me estender. Eu acho que é isso,
611 todo mundo já está falando da relação com o governo, que a minha dúvida é como
612 a gente deve encarar isso, porque eu acho que não tem disputa possível. Então,
613 objetivamente, o governo não vai bancar as pautas como a gente quer que banque.
614 O governo não tem força política internamente nem externamente para bancar.
615 Porém, a não participação do governo implica a nossa impossibilidade de
616 funcionamento. Então, a gente teve uma série de dificuldades para a criação de
617 GTs, porque não tinha a composição do governo. A gente não podia ter alguns atos
618 administrativos com relação a isso. Então, até para o nosso planejamento, eu acho
619 que talvez seja importante a gente, talvez, reduzir um pouco das expectativas do
620 que a gente espera do governo, porque o governo não vai entregar e talvez avaliar
621 o mínimo. Então, a gente precisa que o governo nomeie as pessoas, e aí a gente
622 faz esse processo de passar o rodo, como a Jaque estava falando, se fosse preciso.

623 E, trazendo, por outro lado, uma organização para a gente. O que a gente consegue
624 fazer sem o governo? Então, a gente tem a finalização de uma gestão, como a Maria
625 Clara estava falando, e talvez o que a gente consiga fazer nesse momento, e aí já
626 pensando o próximo ponto de pauta, por isso eu tinha falado, é talvez encaminhar
627 três coisas mais objetivas do que a gente precisa e talvez esse expósito do governo.
628 Então, acho que definir a nossa estratégia de constrangimento do governo, e acho
629 que a Patrícia, nas últimas sessões, chamou a atenção que, por muito menos, se
630 procurava a Folha de São Paulo em gestões anteriores, talvez a gente tenha que
631 fazer isso agora, para, pelo menos, ter esse mínimo, que é a indicação da
632 composição do governo, e talvez avaliar o que a gente consegue fazer sem o
633 governo. E aí, eu acho que é isso, a conversa para a frente é o que é esse mínimo
634 que a gente consegue fazer na finalização de uma gestão, para deixar, mais ou
635 menos, aceita para a próxima, considerando o governo que, objetivamente, não
636 é parceiro da gente, que não tem interesse nisso aqui. Nenhuma coisa que a
637 Patrícia chamou atenção sobre o governo não entende a importância. Acho que o
638 governo entende a importância. O governo não tem força política para isso. E aí, eu
639 acho que a gente não vai fazer o governo mudar a sua perspectiva de conciliação
640 em cima do longo dos nossos. Então, é isso.

641 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – O**
642 **que o Paulo traz é algo muito importante para a gente pensar o momento das ações.**
643 **Então, a partir do momento que aqui a gente consegue elencar alguns objetivos em**
644 **conjunto, priorizar duas a três ações mais diretas, ajuda também a gente a ter uma**
645 **dimensão mais concreta das coisas. Acho que a concretude é o essencial aqui.**
646 **Então, exemplo, o decreto de nomeação. Se ele está parado em determinada**
647 **instância no Ministério, aguardando uma assinatura, aí cabe a nós definirmos uma,**
648 **duas, três ações para que essa assinatura seja feita, para que isso seja concluído.**
649 **E aí, a partir disso, a gente vai definindo outros âmbitos de ações. E aí, a gente volta**
650 **para esse lugar agora. Então, num primeiro momento, acho que até de uma maneira**
651 **bem breve, porque a missão ainda tem uma delimitação inclusive legal e tudo mais,**
652 **mas para tentar dedicar mais tempo para a parte de objetivos. A Maria Clara e o**

653 Fábio vão explicar um pouquinho qual é essa dimensão da missão, mas depois a
654 ideia é que a gente transforme essa missão em alguns objetivos centrais, que
655 depois, à tarde, a gente vai, junto com os temas prioritários, fazer a definição das
656 ações. Então, missão, objetivos, aí, à tarde, o mecanismo vai fazer a apresentação
657 do planejamento delas, e aí, com essa apresentação, a gente define os temas e
658 também as ações de cada um desses objetivos.

659 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
660 **Organizações Populares – GAJOP)** – Se puder colocar aí o próximo slide,
661 Fabrício, só para direcionar. Inicialmente, tínhamos pensado uma dinâmica sobre
662 esse momento de definição da missão. É no próximo. É o slide 21. E a ideia é de
663 pensar a missão do comitê, como a Kim colocou. A gente já tem o que o aplicativo
664 define, o que a lei do sistema define, mas é mais um esforço da gente pensar diante
665 da atual conjuntura. Ah, esse é o slide que você baixou, não está usando o online?

666 **Sr. Fabrício Silva Brito** – Estou usando o aplicativo.

667 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
668 **Organizações Populares – GAJOP)** – É porque foi feita uma atualização depois,
669 mas tudo bem, a gente fala aqui. É que a gente atualizou depois. Aí eu compartilho.
670 Bom, e aí pensar a missão do comitê é pensar também na atual conjuntura. O que
671 o comitê pode e deve fazer diante do que temos para hoje. Acho que resgatando
672 um pouco também do que o Paulo colocou. E a missão é esse objetivo maior de
673 existência. E pegando uma definição, missão é a razão de existência de uma
674 entidade ou um coletivo que reflete algo maior, que justifica a mobilização de
675 recursos e pessoas e reflete o princípio da organização. E aí temos uma pergunta
676 orientadora para responder essa definição da missão, que é: “Pensando toda a
677 situação do país e toda a história da luta brasileira por prevenção e combate à
678 tortura, qual é a maior função do CNPCT que justifique a sua existência?” Então, é
679 algo para a gente pensar de um modo maior para que futuramente, quando a gente
680 estiver definindo os objetivos, as ações, se isso de fato contempla a missão do
681 comitê. Acho que a Patrícia coloca isso várias vezes. Entender qual é a função do

682 comitê. Entender qual é a função do comitê é a gente falar de tortura em relação ao
683 que está na lei que define o crime de tortura no Brasil, que tem uma concepção
684 muito mais ampla, que não necessariamente atende os objetivos do APICAT. Então,
685 é mais trazer para essa concretude mesmo e qual é a nossa maior missão enquanto
686 comitê nesse momento de agora também. A gente tinha pensado em dividir em
687 grupos para fazer isso. A sala não ajuda muito nessa estrutura para a gente definir,
688 mas eu acho que talvez em dois grupos pelo menos, um para cá e outro para cá,
689 para que a gente só consiga melhorar um pouco esse debate. E é por isso para a
690 galera que está online que a gente tinha pensado em fazer o planejamento
691 presencial, porque de fato demanda esses momentos de a gente estar junto,
692 discutir, e aí quem está online não vai conseguir participar desse momento. Talvez
693 só no momento das devolutivas, mas para a gente poder ter um debate de mais
694 qualidade. O que vocês acham? A gente consegue dividir em dois grupos pelo
695 menos? Em três? Para reunir os grupos? Não, só para poder ser um grupo menor
696 mesmo para conseguir falar aprofundadamente.

697 **Interlocutora não identificada** – Os dois grupos fariam a mesma dinâmica.

698 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
699 **Organizações Populares – GAJOP)** – Sim. Pode ser assim. Então, o lado de lá e
700 o lado de cá. Um para cá e um para cá. É porque a gente não teve muito tempo. O
701 ideal seria...

702 **Interlocutora não identificada** – O FUFA é longo. Só para quem não sabe, o FUFA
703 é uma metodologia de planejamento. Desenvolvimento da missão, valor...

704 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
705 **Organizações Populares – GAJOP)** – Teve coisas que a gente precisou descartar,
706 que realmente demandariam um planejamento muito maior, mas acho que fica para
707 o próximo mandato, de fato, fazer. É só para a gente ter alguma coisa mais concreta.
708 Vamos lá?

709 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Só
710 um pedido. Já que dentro desses dois grupos já vai estar... Os dois grupos vão estar
711 fazendo a mesma dinâmica. Conforme for surgindo, já for possível separar o que
712 seriam os objetivos, acho que dá uma adiantada no tempo. Então, junto do exercício
713 de missão, sempre vai acabar surgindo alguma coisa de objetivo. Se surgir, só
714 anotar separado para a gente também otimizar esse tempo.

715 **Sra. Maria Clara D’ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
716 **Organizações Populares – GAJOP) –** Então, só para agregar nisso, para
717 diferenciar o que é missão e o que é objetivo. O objetivo, a gente está falando do
718 problema que queremos ter transformado ao final do planejamento, ou seja,
719 representa o que a gente quer ao final do percurso e organiza e orienta a visão
720 estratégica. A gente colocou como pergunta orientadora dos objetivos a seguinte:
721 “Considerando a missão elaborada pelo grupo, qual objetivo precisa ser cumprido
722 nos próximos três anos que ajudaria o CNPCT a realizar sua missão?” A gente
723 colocou três anos porque é o tempo final do mandato desse governo também, para
724 ter um objetivo a longo prazo e para a gente depois poder dividir o que é possível
725 concretizar nesse ano, talvez daqui a dois anos e talvez daqui a três anos. Então,
726 conseguir separar depois temporalmente esses objetivos. Mas, acho que a gente
727 poderia primeiro focar na missão, porque acho que a missão orienta os objetivos
728 também.

729 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** A
730 pergunta? “Pensando toda a situação do país e toda a história da luta brasileira por
731 prevenção, combate e tortura, qual é a maior função do CNPCT que justifique a sua
732 existência?”

733 **43ª Reunião Ordinária do CNPCT – 05-02-2024 - Manhã 2**

734 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
735 Então, como missão, a gente colocou promover as políticas públicas de erradicação
736 da tortura no Brasil e outras formas de tratamentos cruéis, desumanos ou

737 degradantes, no contexto de restrição ou privação de liberdade, através de ações
738 de participação social e articulação das instituições. Aí, como objetivos mais gerais,
739 a gente colocou propor e finalizar as políticas públicas, fiscalizar, perdão, finalizar
740 não, não é? Propor e fiscalizar as políticas públicas em defesa dos direitos humanos
741 das pessoas em restrição e privação de liberdade. 2. Estimular as ações de criação
742 dos sistemas estaduais de prevenção, combate à tortura. E 3. Promover ações de
743 fortalecimento, fiscalização e aprimoramento da interlocução com o Mecanismo
744 Nacional de Prevenção, Combate à Tortura, em especial, quanto à incidência de
745 suas ações com base nos dados e relatórios. Então, acho que está bem direto, bem
746 objetivo, assim, também. Só o terceiro que a gente pensou em colocar em um único
747 objetivo que a gente imagina ali de ações, depois que a gente vai destrinchar em
748 ações com o Mecanismo, mas seria dizer, a gente está ali, dentro das atribuições
749 do comitê, acompanhando o que o mecanismo faz, então, fiscalizando, buscando
750 esse aprimoramento, mas também a partir desses dados, porque como hoje, a
751 princípio, nós não produzimos dados, não temos como produzir dados, a gente fazia
752 uso desses dados e desses relatórios produzidos pelo mecanismo para as nossas
753 ações de incidência, não necessariamente direcionar, mas a gente fazer uso desses
754 dados para as nossas ações de incidência. Já que não voltou ainda.

755 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que a gente pode seguir. No nosso
756 grupo, a gente colocou como missão que o CNPCT deve ser considerado, ser um
757 órgão colegiado, criado para dar cumprimento ao OPCAT e direcionar as políticas
758 de prevenção e combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos
759 ou degradantes no Brasil. Em relação aos objetivos, a gente colocou: “Contribuir
760 com projetos de lei relativos à temática de prevenção e combate à tortura, impedir
761 as iniciativas de privatização de espaços de privação e liberdade, criar comitês e
762 mecanismos em todos os estados, seguindo as diretrizes.” Aquelas que a gente
763 estabeleceu no ano passado. “Incidir para o retorno das audiências de custódia
764 presenciais, criar uma política e metodologia de formação para os comitês estaduais
765 e também para o Comitê Nacional, ter contribuído para a criação de uma política de
766 condicionamento de repasse de verbas públicas vinculadas à prevenção e combate

767 à tortura, ser o CNPCT reconhecido pelo governo como órgão de referência para a
768 prevenção e combate à tortura, ter apresentado proposta de criação de fundo
769 nacional para ressarcimento de vítimas de tortura, ter desenvolvido uma
770 metodologia e banco de dados para monitoramento das recomendações do
771 mecanismo nacional, criar um prêmio do Comitê Nacional, uma coisa que a gente
772 já tinha falado antes, alterar o termo de adesão ao Sistema Nacional de Prevenção
773 e Combate à Tortura, condicionando repasses de verbas públicas e ter desenvolvido
774 uma metodologia e banco de dados para monitoramento de recomendações do
775 comitê.” Também uma coisa que nos falta. Então, foi isso.

776 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Aí...
777 Só isso. Deu quatro, não é?

778 **Interlocutora não identificada –** A gente se perdeu, na verdade, na informação de
779 que era.

780 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Esse
781 quatro vezes três aí. É... Aí, então, assim, à tarde, então a gente vai para o almoço
782 agora, a gente volta às 13h30 com as meninas do mecanismo, elas vão fazer a
783 apresentação do planejamento delas. E aí, a princípio, a gente iria para as
784 temáticas, segundo a nossa agenda. Mas, como a gente já está engajado nesse
785 fluxo, acho que faz mais sentido a gente inverter para ações primeiro. Então, de
786 cada uma delas, a gente precisa agrupar primeiro, ver o que está repetido, ver o
787 que é mais geral e o que é mais específico, porque tem coisas ali que dá para ver
788 que, na verdade, são específicas de um geral. Então, a gente pode agrupar isso
789 primeiro. Feito isso, a gente, então, elenca ações, de preferência três mesmo, para
790 colocar em curto, médio e longo prazo. E aí, temos aí uma dimensão do nosso
791 planejamento anual e tri-anual, do triênio também.

792 **Interlocutor não identificado –** Kim, até te complementando, acho que vendo os
793 objetivos, em especial do outro grupo, acho que ali já tem muitas ações já
794 colocadas, muito mais do que objetivos, ações. Que dialogam... Interessante, é bom

795 essas coisas em grupo também, que dialogam muito com os objetivos que a gente
796 colocou. Quer dizer, boa parte dos objetivos que o nosso grupo colocou, as ações
797 já estão colocadas ali. Acho que vocês colocaram até de preto também, talvez para
798 diferenciar, não sei. Enfim, acho que isso já adiantou o trabalho. Eu acho que isso
799 já adiantou pra caramba também. Era isso.

800 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
801 Então, é isso, gente. A gente vota 13h30 com o mecanismo, depois às 14h30 é a
802 questão das ações, e depois às 15h15, 15h45 a gente faz a parte dos temas. Então,
803 bora comer. 13h30, então, pessoal do online, para quem puder vir no presencial
804 também.

805 **Transcrição TOP 43ª Reunião Ordinária do CNPCT 05 02 2024 Tarde 1 e 2**

806 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Tem
807 algumas pessoas online também, e aí ela vai fazer a leitura também, a explicação
808 desses documentos. E aí, um ponto que nós gostaríamos, para também ter um
809 subsídio para a questão que a gente vai debater em seguida, é sobre os temas que
810 vocês, enquanto mecanismo, levantaram como prioritários para a atuação de 2024,
811 porque depois a gente vai pegar os nossos objetivos, vai destrinchar isso em ações,
812 e posteriormente também vai trabalhar esses temas também, onde gostaria de
813 alinhar com a atuação do mecanismo.

814 **Interlocutora não identificada –** Oi, gente, boa tarde. Eu compartilhei com a
815 Thamires, não sei se ela vai projetar. Oi? Não entendi. Ah, beleza. Está bem. Então,
816 daqui a pouco o Fabrício apresenta aí, mas vocês já estão com a versão impressa,
817 quem está aqui. Então, só começando pelo orçamento de 2023, só para vocês
818 terem ideia de como ficou a nossa execução. O que a gente teve inicialmente de
819 orçamento foi 126.971, que foi o orçamento inicial do ano passado, sendo que 10
820 mil era de investimento. Investimento, para quem não sabe, custeio é tudo aquilo
821 que é passagem diária, coisas que não são de compras que você está investindo
822 no órgão. Investimento são itens de capital, então são itens que você adquire, que

823 você compra por licitação ou dispensa de licitação. E aí depois veio essa
824 suplementação, que ficou então 469.867 para custeio e 44.795 para investimento.
825 O investimento, a gente fez uma dispensa de licitação no órgão, então a gente
826 comprou vários equipamentos para o nosso trabalho. Alguns a gente não conseguiu
827 por questões realmente muito burocráticas, depende do tipo de equipamento.
828 Alguns equipamentos não podem ser comprados por dispensa de licitação. Alguns
829 equipamentos você tem que entrar na licitação do Ministério. A gente acabou não
830 conseguindo entrar em algumas licitações, principalmente de TI, mas a gente
831 conseguiu comprar vários equipamentos. Então, a gente comprou rádio
832 comunicador, que era uma coisa que a gente sempre quis ter para a gente se
833 comunicar durante as inspeções, principalmente em unidade prisional. A gente
834 comprou quatro câmeras fotográficas profissionais da Canon. A gente comprou
835 também tripé, termômetro de ambiente, treino digital, balança. Então, a gente
836 conseguiu equipar o órgão, que era uma demanda que a gente tinha realmente. A
837 gente tramitou um processo de dispensa de licitação, então a gente gastou 100%
838 desse recurso de investimento, até porque aquilo que ficou fora, a gente depois
839 remanejou ele para custeio. No custeio, a gente teve uma execução de quase 95%,
840 então, no final, a gente executou, liquidou mais de 95% do nosso orçamento, que é
841 uma execução muito boa do orçamento. Acho que é um dado objetivo que a gente
842 conseguiu trabalhar, porque só se gasta trabalhando também. É uma coisa, é um
843 aprendizado isso também aqui na gestão pública do órgão. E aí, o orçamento de
844 2024, o que a gente tinha pedido era 705,892. A gente tinha mantido o valor de
845 investimento, porque quando a gente fez a solicitação, a gente não sabia se a gente
846 ia conseguir fazer a dispensa de licitação, porque a gente não sabia se ia conseguir
847 concluir o processo a tempo. Mas, como a gente concluiu, a gente acabou que a
848 gente não vai precisar de nenhum recurso de investimento esse ano. E o que
849 efetivamente veio para a gente estar ali em cima, em custeio, e aí esse valor que
850 está de amarelo, que é 96.339, esse valor está contingenciado. Como vocês sabem,
851 tem contingenciamento pelo Congresso Nacional das Despesas Públicas, que vai
852 depender do superávit do governo. Então, a gente tem um orçamento total de
853 470.228 mil, mas, desse total, a gente tem esses 96 mil que a gente não está

854 liberado para ser gasto. Então, efetivamente, são 373.889. Esse
855 contingenciamento, a gente sabe que não é uma escolha nem do Ministério, nem
856 do governo, realmente é algo imposto pelo Congresso. Então, a gente fica aí nesse,
857 a gente não tem como prever, mas a gente espera que a gente consiga liberar esse
858 recurso depois. A gente tem uma demanda de aumentar um pouco esse orçamento,
859 porque a gente gostaria de fazer um termo de execução descentralizada para fazer
860 revisão de diagramação e impressão dos nossos relatórios. Então, essa é uma
861 demanda que a gente tem. A gente conversou com o Bruno, com o secretário, na
862 sexta-feira. O Ministério está bastante apertado de orçamento, foi uma queda
863 substantiva do orçamento do Ministério, realmente. Então, a gente está buscando
864 caminhos para essa suplementação, a gente acha que essa suplementação não vai
865 acontecer nessa janela, terão outras janelas ao longo do ano, a gente vai tentar
866 suplementar esses 200 mil, mas, por enquanto, a perspectiva não é tão boa assim.
867 Eu ouço o orçamento de vocês, depois eu posso pegar lá embaixo. Se vocês
868 quiserem, eu tenho uma tabelinha, eu olho e trago para vocês, depois que eu
869 terminar eu desço e pego. Então, o nosso planejamento de ações, explicar para
870 vocês um pouco essa divisão que a gente fez. As ações de inspeção, a gente
871 decidiu mudar um pouco o formato esse ano, como a gente está com equipe
872 pequena, de oito pessoas, geralmente, nossas ações de inspeção, quando a gente
873 faz uma missão regular, a gente fica uma semana no Estado, visita vários espaços
874 de privação de liberdade, uma equipe de umas cinco pessoas. Só que, como a
875 gente está com uma equipe só de oito, a gente mal tem duas equipes para fazer.
876 Então, o que a gente decidiu fazer? Fazer só duas missões regulares de uma
877 semana com uma equipe grande e fazer outras ações de inspeção, que a gente
878 está chamando de missões pontuais, que seriam missões de três dias. E que aí não
879 é para fazer um diagnóstico do Estado, é mais uma questão pontual daquele
880 Estado. Tem uma unidade X que está dando muito problema do sócio educativo do
881 Estado Y. Então, a gente vai para ficar três dias para ir naquelas unidades que,
882 especificamente, estão precisando de uma incidência mais forte. Então, a gente
883 planejou duas missões regulares, cinco missões pontuais de três dias, com uma
884 equipe menor também, vai ser uma equipe de três pessoas. Então, para a gente

885 conseguir ir para mais lugares, para a gente conseguir atingir mais Estados do país,
886 às vezes não fazendo uma missão tão grande quanto a gente gostaria, mas, ainda
887 assim, tendo uma presença naqueles Estados. A gente calendarizou, mais ou
888 menos, as pontuais. Tem duas aí que não estão calendarizadas, que são essas de
889 cinza. As outras estão calendarizadas. A gente pretende continuar aquela parceria
890 com o comitê. Então, algumas pessoas, no ano passado, participaram de
891 inspeções, de missões com a gente. E, esse ano, a gente pretende seguir
892 convidando, fazendo esse convite à Sociedade Segura do Comitê, para nos
893 acompanhar nessas missões. Então, a gente colocou as datas aí, até para vocês
894 saberem, eventualmente, se vocês forem marcar R.O., vocês já saberem, mais ou
895 menos, as datas que a gente vai estar em missão. Não para vocês não poderem
896 marcar, vocês podem marcar R.O., obviamente, mas vocês vão ter ciência que,
897 talvez, uma boa parte da equipe não esteja naquela data. E aí, em terceiro, a gente
898 colocou missões formativas, que também é algo que não é possível a gente
899 calendarizar, porque o que são essas missões formativas? Tem vários mecanismos
900 estaduais que estão em vias de surgir. Se surgirem, como a gente tem a expectativa
901 de, pelo menos, alguns vão efetivamente surgir ao longo desse ano, a gente tem a
902 ideia de ir no Estado, fazer uma formação com os mecanismos novos, que,
903 provavelmente, também vai incluir uma inspeção ou duas. Enfim, e também eu acho
904 que seria interessante vocês ficarem sinalizados com isso, porque eu acho que o
905 Comitê também poderia participar desses momentos formativos. Então, temos aí o
906 Tocantins, que tem o status do P.L. Tocantins tem o P.L. na Casa Civil, o Paraná
907 também o P.L. está na Casa Civil, Ceará e Espírito Santo, o P.L. já está aprovado,
908 Sergipe já tem o edital publicado, então, esse já é uma certeza quase absoluta de
909 que esse mecanismo vai se conformar nesse ano e Amazonas também está com o
910 P.L. na Casa Civil. Então, são esses seis, que é bastante coisa, aliás, que pode ser
911 que a gente faça essa ação e seria interessante o Comitê estar junto também
912 dessas ações. E aí, virando para missões institucionais, são missões institucionais
913 visando fazer articulação institucional, não é para fazer inspeção, pode até vir a ter
914 uma inspeção, mas não é o objetivo da ida. E nesses três estados, que são Amapá,
915 Maranhão e Piauí, o foco seria ver como está a situação dos sistemas estaduais de

916 prevenção e combate à tortura desses três estados, porque realmente são estados
917 que precisam de uma atenção maior em relação a isso. A Vivi não está aqui nesse
918 momento, nem a Vivi nem a Ana, porque elas tiveram uma agenda no STF, depois
919 eu falo sobre isso, que pode ser do interesse do Comitê também. Mas se não elas
920 explicariam um pouco melhor também, mas basicamente são missões
921 institucionais, então também nesse caso eu acho que seria importante a presença
922 do Comitê, porque é para justamente analisar e fortalecer os sistemas estaduais
923 desses estados, então seria importante que o Comitê estivesse junto para fazer
924 essa ação institucional. E aqui nos cinco são ações de articulação interinstitucional,
925 que aí tem já algumas questões temáticas. E também tem interesses que surgiram
926 ao longo de 2023 e que a gente gostaria de continuar em 2024. Então esse primeiro,
927 que é a inclusão nos instrumentais de aspectos relacionados às direitas da pessoa
928 com deficiência, a gente analisou isso a partir de uma demanda que surgiu de um
929 diálogo da Ronilda com os estados dela, e de a gente perceber que realmente os
930 nossos instrumentais podiam ter um detalhamento maior em relação a essa
931 questão, até porque tem normativas específicas sobre como os espaços deveriam
932 estar adaptados e que não estão tão bem conformados dentro dos nossos
933 instrumentais. Então, a gente pensou em fazer essa articulação com a Secretaria
934 Nacional da Pessoa com Deficiência, justamente para a gente conformar melhor
935 esses instrumentais nossos, para a gente conseguir dar uma atenção mais
936 qualificada para a forma como as pessoas com deficiência estão vivendo a privação
937 de liberdade. A segunda discussão é sobre a arquitetura penal. Eu acho que é uma
938 discussão muito chave, porque a verdade é que as regras da arquitetura penal
939 foram se afrouxando muito ao longo dos últimos anos, por meio do CNPCT, e
940 atualmente a gente não sabe o que é uma vaga. A gente chegou no ponto que
941 enfermaria está sendo contabilizada como vaga, corredor está sendo contabilizado
942 como vaga. A gente chega nas unidades, eles aumentaram as vagas magicamente.
943 Quando a gente vê, é porque eles transformaram o beliche em traliche. Só que
944 concretamente isso não é aumentar a vaga, e sem acessibilidade nenhuma,
945 inclusive nesses espaços. Então são traliches que as pessoas podem cair, não tem
946 nem assim, é muito temeroso, e eu acho que é uma discussão importante talvez aí

947 também para vocês considerarem. A gente colocou aqui os parceiros possíveis, o
948 CNJ, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, o CNPCT, a Senappen e a DPE
949 de Tocantins, que foi também quem puxou essa pauta, porque em Tocantins eles
950 têm verificado muito isso, essa forma meio artificial de você aumentar as vagas. A
951 terceira, elaboração de instrumental de inspeção em instituições de longa
952 permanência para idosos, para conselhos de defesa dos direitos da pessoa idosa,
953 com uma formação e ação de inspeção. Isso foi uma demanda que veio para a
954 gente, da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, aqui do Ministério. Eles
955 querem fazer esse instrumental, instrumentalizar os conselhos de defesa dos
956 direitos da pessoa idosa, fazerem inspeções nesses espaços. Então, a ideia deles
957 é que a gente faça esse instrumental e possa também fazer formações sobre
958 prevenção, combate à tortura nesses espaços e eventualmente fazer alguma
959 inspeção em alguma ILPI, no âmbito também dessa formação. A incidência contra
960 as PPTs do sistema prisional, acho também que o comitê certamente tem interesse
961 grande em participar, e aí a gente colocou como parceiro a Comissão de Direitos
962 Humanos da Câmara e do Senado. A gente já tentou muito diálogo no governo
963 federal sobre isso, e a gente não consegue avançar, a gente não consegue um
964 diálogo com o Ministério da Fazenda, a gente não consegue um diálogo com a
965 Senappen, a gente até foi, conversou um pouco, mas a postura do MJ tem sido de
966 tirar um pouco o corpo fora, porque como não partiu deles, as PPTs, partiu do
967 Ministério da Fazenda, a postura deles tem sido até então com o último ministro,
968 não vamos mexer nisso, não partiu da gente, a gente não quer criar um
969 tensionamento com o Ministério da Fazenda, então, não falar nada sobre. Não
970 sabemos como o Lewandowski vai se posicionar, como que ele vai, se ele vai querer
971 enfrentar ou não, então, a gente também pensou no Congresso como um articulador
972 importante para fortalecer o enfrentamento às PPTs. Aí tem a incidência na
973 construção do plano em decorrência da DPF 347, que acho que o comitê deveria
974 incidir na construção desse plano, e aí a gente acredita que o DMF, o CNJ, a gente
975 sabe, aliás, que eles vão ter um papel importante na construção do plano, e a gente
976 acha que é um ator que a gente consegue ter um bom diálogo, acho que também
977 vale a pena a gente pensar na Senappen, ainda não sabemos como é que vai ser

978 o diálogo com a Senappen, temos aí um novo secretário, vamos ver como é que
979 isso vai se delinear, mas certamente no CNJ eu acho que a gente consegue uma
980 boa incidência. E, por fim, a elaboração de nota técnica sobre armamento menos
981 letal no socioeducativo, junto com o Conanda, e a Omega Research Foundation,
982 que eu não sei se alguns de vocês podem conhecer, é uma instituição britânica que
983 trabalha com armamentos menos letais, a gente já fez várias ações com eles, eles
984 já fizeram mais de uma formação aqui conosco, falando sobre as especificações de
985 armamentos, como devem ser usados, eles deram uma formação para a gente
986 também sobre o guia da ONU de armamentos menos letais, e, como vocês sabem,
987 o Brasil não tem uma regulamentação de armamento menos letal nem no prisional,
988 nem no socioeducativo. No socioeducativo, a nossa recomendação tem sido,
989 reiteradamente, quando a gente encontra o uso, de proibição, vedação total, porque
990 a gente entende que está em completa contrariedade com o Estatuto da Criança e
991 do Adolescente, a gente já pautou isso aqui dentro do Ministério, mas a gente já,
992 assim, o Ministério de Justiça Humana, como vocês sabem, gere o SINASE, então
993 poderia fazer, sim, uma regulamentação via decreto, não fez e não nos parece que
994 vai ser feito, e muito menos de vedação. Se fizer, vai ser para regulamentar o uso,
995 não para vedar. Então, isso nos preocupa muito, Tocantins está começando a se
996 regulamentar o uso dentro das unidades, por meio de alguma instrução normativa,
997 como tem na maioria dos estados, é sempre por alguma via não legal, um ato
998 administrativo do executivo. Então, a ideia de fazer essa nota técnica para incidir
999 um pouco também nessa questão aí do Tocantins. E de eventos, a gente tem
1000 planejado para esse ano só o de lançamento do relatório de 2023, no mês de
1001 agosto. E é isso.

1002 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Bom,**
1003 gente, considerando, principalmente, esses temas que estão dentro da parte de
1004 ações de articulação intersetorial, acho que eu vou, sei lá, se vocês quiserem, sei
1005 lá, não. Vou abrir a palavra para vocês comentarem, a gente faz uma rodada de
1006 inscrição, pode ser, e aí depois a gente parte para a parte das ações, e depois só

1007 os temas do CNPCT. Vocês querem fazer o levantamento das plaquinhas ou o
1008 levanta mão? Enfim, mais ou menos três minutos por fala. Pode ir, Patrícia.

1009 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
1010 **Desencarceramento)** – Acho superimportante o mecanismo estar aqui e mostrar
1011 um pouco o planejamento deles, já que o Comitê Nacional está planejando também.
1012 E assim, é isso, o que eu sempre falo, é de suma importância o Comitê e o
1013 mecanismo ter esta parceria, essa troca, nesse sentido. Eu acho que uma coisa que
1014 a gente tem que estar muito atenta é na parte do recurso. E acho também que o
1015 que deu uma fortalecida no ano passado também foi a participação dos membros
1016 do Comitê em algumas missões, em algumas fiscalizações, até para os membros
1017 do Comitê conhecerem o dia a dia do mecanismo, conhecer o trabalho, saber como
1018 é que é. Então, acho que isso é de suma importância. Uma outra coisa também que
1019 eu acho superimportante é de que realmente não se marque agenda nas datas das
1020 viagens do mecanismo. Eu e o Fábio somos do Rio, somos do time que sempre
1021 estivemos na reunião do Comitê, sempre. A gente não faltava reunião do Comitê, a
1022 não ser que tivesse uma outra agenda. Era uma excepcionalidade. O Comitê do Rio
1023 de Janeiro é o mais antigo. Então, eu acho superimportante, porque isso é um
1024 fortalecimento dos dois órgãos. O mecanismo é o órgão operacional que faz as
1025 fiscalizações, mas o Comitê é o órgão político, que deve zelar pelas prerrogativas
1026 do mecanismo e implementar as recomendações. Então, acho que atentar para isso
1027 é superimportante. Essas missões também informativas aqui também achei
1028 superinteressante, de estar fazendo essas incidências também em relação aos PLs.
1029 E aí, para concluir, uma outra coisa que a gente já tirou e que não foi, que ficou no
1030 papel, foi que a gente, inclusive, falou que ia convidar o DMF e o CNJ para as
1031 reuniões do Comitê. A gente deliberou isso, se eu não me engano, foi na reunião
1032 de setembro, mas ficou no papel, na prática não aconteceu. Então, acho que
1033 também é uma oportunidade. Foi convidada? Foi quando? Depois você me dá a
1034 data. Eu vou lhe mandar mensagem hoje. Então, acho que é importante essa
1035 parceria e justamente esse fortalecimento. Então, que esse ano a gente possa estar
1036 fazendo mais incidência. E também achei maravilhoso aqui essa visita institucional

1037 no Maranhão e no Piauí. No Maranhão, a gente teve o problema das mulheres que
1038 foram transferidas e que não tinha comitê e que, de repente, o comitê do Maranhão
1039 ressurgiu das cinzas. E até para a gente entender. Então, achei muito importante
1040 mesmo esse planejamento aqui. Elas são coisas importantes.

1041 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Por
1042 favor, pode seguir.

1043 **Interlocutora não identificada –** Oi, todos me escutam? Boa tarde, é porque esse
1044 microfone está tão alto que estou tentando regular aqui. A mocinha do mecanismo,
1045 a Carolina, ela saiu, não é? Ah, está bem. Perfeito. Então, dois pontos que eu acho
1046 importantes. Por isso que eu disse hoje mais cedo na... Está bom. Por isso que eu
1047 disse hoje mais cedo da importância de a gente compreender as outras discussões
1048 em outros espaços também de comissões nacionais para a gente poder
1049 compartilhar as informações. Então, no que tange ao SINASE, eu sou a
1050 coordenadora nacional das medidas socioeducativas no meio aberto. Então, nós
1051 trabalhamos diretamente aqui junto com a Mayara. Então, nós fizemos aí os cinco
1052 encontros nacionais, onde nós também tivemos a oportunidade de visitar tanto o
1053 meio fechado quanto o meio aberto. E foi verificado que ainda temos que avançar
1054 muito no sistema socioeducativo no meio fechado, que ainda encontramos toda a
1055 estrutura física e a sua metodologia ainda com pensamento prisional, punitivo,
1056 coercitivo e não socioeducativo. Hoje tem um GT dentro do Conanda, onde a gente
1057 discute tudo do Sinase. Então, um dos pontos que você colocou é que a construção
1058 do qual é o papel do agente socioeducativo e das questões de armamento e LPI
1059 estão sendo discutidas lá. Então, a gente tem que pensar já estão sendo discutidas.
1060 Na verdade, a gente já está construindo isso, esse instrumento lá, com a
1061 participação de todos os representantes. Uma dessas reuniões, eu convidei o
1062 mecanismo, o mecanismo esteve também, vocês apresentaram o trabalho de
1063 vocês, mas é algo que já está sendo construído lá. Então, a gente vai ter que pensar
1064 se vai ser uma normativa, uma resolução conjunta entre o Conanda e o CNPCT,
1065 por exemplo. Então, a gente vai ter que pensar como a gente vai se aproximar disso.
1066 Um outro ponto que eu queria trazer que é a questão do processo de

1067 desinstitucionalização dos manicômios judiciários. Isso também já está sendo super
1068 delicado, então é importante, e aí eu sugiro que se traga aqui, neste conjunto do
1069 comitê, o CNP... Conselho Nacional de Justiça, a saúde e a assistência social,
1070 porque foi proposto o processo de desinstitucionalização, mas sem um diálogo,
1071 como as políticas públicas iriam responder a isso. Então, a saúde afirma que não é
1072 dela, e a assistência social também tem suas limitações, daquilo que tange as suas
1073 respostas para esse processo de desinstitucionalização, até porque a política de
1074 assistência social, ela também não é a favor de institucionalização. E aí, as
1075 propostas que têm aparecido é que se coloque dentro do serviço de acolhimento, e
1076 eles não, às vezes as pessoas não vão apresentar os critérios para estar dentro do
1077 serviço de acolhimento, porque estar dentro do serviço de acolhimento é quando
1078 você tem fragmentação dos laços, desproteção social, e por aí foi, você já tentou
1079 diversas outras possibilidades no nível da média complexidade e isso não
1080 conseguiu, então a gente acessa alta complexidade. Bem, então, essa discussão
1081 também já está avançadíssima, e aí eu vi que vocês colocaram isso como uma
1082 proposta para 2024, então talvez a gente teria que convidá-los aqui para dialogar.
1083 Vocês colocaram aqui, temas prioritários para 2024, quando vocês apresentaram.
1084 Sim, sim, sim, eu vi que vocês colocaram... Ah, está bem, as pessoas responderam,
1085 está certo, certo. Então, aí aqui já está colocado, e com certeza vocês vão
1086 incorporar as propostas, mas é algo também que já está muito avançado. E aí, se
1087 isso ainda entra como uma proposta para 2024, sendo que isso já está sendo
1088 debatido, eu acho que a gente vai perder tempo. Então, o que eu queria trazer são
1089 essas duas questões, e um outro ponto que eu acho que vocês já vão encaminhar
1090 aqui, é que eu percebi que vocês não têm um plano, o plano anual, plano anual, ou
1091 vai ser por dez anos, cinco anos, seis anos, eu acho que a gente teria que pensar
1092 aí, talvez, um plano nacional, ao invés só de planejamento por ano, por três anos.
1093 Assim, no sentido de a gente conseguir ter melhores mecanismos de controle,
1094 respostas, e também de monitoramento das ações que cada ente aqui vai pactuar.
1095 Obrigada.

1096 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
1097 Seguindo, acho que é a Jaqueline que levantou em seguida, não é?

1098 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**
1099 **Resistência Contra O Genocídio) –** Eu só quero dizer que, quando eu crescer, eu
1100 quero ser tão organizada quanto as feridas do mecanismo. Bem, mas vamos lá. Eu
1101 só queria reforçar essa importância de a gente da gente otimizar aí as agendas, e
1102 como a gente vai, como a gente vai planejar, fazer o nosso planejamento e votar
1103 isso nos próximos dias, acho que seria muito importante a gente não esquecer disso
1104 para que a gente assegure um trabalho efetivamente conjunto com o mecanismo.
1105 Mas, na verdade, a minha inscrição se deu – parabenizar aí pela organização de
1106 vocês, sou fã – mas em relação à questão da elaboração da nota técnica sobre o
1107 armamento menos letal. Porque nós fizemos uma recomendação no ano passado,
1108 acho que ela estava há um ano em discussão, que era, salvo engano, até fui tentar
1109 achar aqui, mas não deu tempo. Acho que é a recomendação número 12, salvo
1110 engano. Eu acho que seria bacana incluir aí o CNPTC e a gente verificar aquela...
1111 Acho que foi um processo... Quando eu entrei no comitê, na verdade, já era um
1112 documento, uma recomendação que já estava em construção, já estava há um
1113 período. E, quando nós pensamos na recomendação, nós pensamos a nível geral,
1114 pensando todos os espaços de privação. Na verdade, era sobre o uso de câmeras
1115 e, na verdade, ela ficou mais ampla sobre a questão da... Eu penso que, talvez,
1116 como aqui é específico do socioeducativo, pode ser efetivamente que, de fato, ela
1117 não dê conta, porque lá a gente pensou de uma questão mais de forma geral, sem
1118 especificidade do sócio. Mas eu acho que foi uma discussão ampla em relação à
1119 elaboração dessa recomendação. Eu acho que seria bacana a gente... Acho que eu
1120 incluí o CNPTCT aqui nesse conjunto, na verdade, e a gente retomar essa
1121 recomendação número 12 para ver o que a gente pode aproveitar. E era isso.

1122 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Agora
1123 é a Camila, não é? As peritas e depois o Caio. Primeiro as peritas.

1124 **Sra. Camila Barbosa Sabino** – Obrigada, Kim. Eu só queria complementar um
1125 pouco a fala da Carol. Nós estivemos, nos últimos três anos, numa perspectiva de
1126 fazer missões regulares em todos os estados da federação, completar esse quadro
1127 nacional. As nossas missões regulares são a nossa contribuição mais bem
1128 acabada, a nossa missão mais extensa, onde nós fazemos inspeções em diversas
1129 unidades de privação e liberdade, compreendendo sempre mais de um sistema,
1130 não apenas o sistema prisional, não apenas o sócio, sistema de saúde mental,
1131 delegacia, eventualmente. Então, com a entrega do relatório do Rio de Janeiro, nós
1132 temos relatório de missão regular em todos os 27 estados da federação. Partindo
1133 para essa perspectiva de 2024, nós optamos um pouco pela interiorização do
1134 trabalho do mecanismo. Unidades longínquas, unidades que não estão nos grandes
1135 centros urbanos, unidades que não estão perto, eventualmente, de aeroportos, que
1136 não têm essa logística facilitada, porém que nós recebemos muitas denúncias, um
1137 exemplo abstrato, por exemplo, uma unidade que esteja a cinco dias de barco.
1138 Então, se a gente vai fazer uma missão para estar na unidade dessa, a gente tem
1139 que ir com foco especificamente nessa unidade. Então, esse ano nós vamos ter,
1140 talvez, missões menores, mas missões mais numerosas, pensando nessa
1141 perspectiva de interiorização do trabalho do Mecanismo Nacional de Prevenção e
1142 Combate à Tortura. Só queria fazer esse comentário que foi uma das linhas de
1143 pensamento do nosso planejamento. Obrigada.

1144 **Interlocutora não identificada** – Pessoal, boa tarde a todos e todas. Eu gostaria
1145 de verificar junto ao comitê o que a gente pode fazer em relação à atual situação do
1146 Complexo Médico Penal, tendo em vista que tem um vídeo circulando a respeito
1147 das pessoas com deficiência, não sei se vocês têm acompanhado nas redes sociais,
1148 uma situação que nós já havíamos abordado anteriormente no nosso relatório. E,
1149 diante disso, nós fizemos diversos encaminhamentos, tanto por meio do ofício,
1150 quanto por meio do relatório, e após o nosso relatório também, nesse estado, nós
1151 reiteramos as recomendações após apresentar para esse comitê, e nós não tivemos
1152 nenhum retorno efetivo do estado. A Secretaria de Saúde respondeu de forma bem
1153 genérica que estaria adotando as providências para encaminhar aquelas pessoas

1154 para o tratamento de saúde na residência. Eu vou pedir a Tamires. Vou pedir a
1155 Tamires para encaminhar novamente.

1156 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Só
1157 para a gente seguir aqui pela ordem, essa temática é uma temática, inclusive, que
1158 houve uma deliberação breve do comitê, até a gente assinou um documento. Acho
1159 que a gente pode incluir, obviamente, dentro do cenário de planejamento, em
1160 termos de temáticas, de fluxos de trabalho, que a gente tem isso previsto também
1161 na nossa agenda. Isso para amanhã. Então, amanhã a gente vai discutir, inclusive,
1162 esses fluxos de trabalho de encaminhamento de demandas como essa. Então, a
1163 gente fez um primeiro encaminhamento, que foi também direcionando um pedido
1164 de providências, e aí depois a gente pode conversar um pouco melhor sobre isso,
1165 só para não perder o fluxo do planejamento, tudo bem? Tudo bem? Siga, siga.

1166 **Interlocutora não identificada –** Não, sobre isso, eu queria falar, inclusive, eu
1167 conversei muito com o Marden, mas hoje ele não está aqui no planejamento e
1168 amanhã ele vai estar aqui, porque ele se comprometeu. E aí, a minha sugestão foi,
1169 junto com ele, que ele, pelo Ministério da Saúde e o Comitê Nacional, fizesse uma
1170 ação no Paraná, porque esse hospital recebe recursos, então amanhã a gente
1171 deliberaria isso na reunião, como ele não está aqui hoje, por isso que a gente não
1172 iria tocar no assunto, porque ele precisa estar aqui, e aí a gente vai fazer essa
1173 articulação em relação a isso.

1174 **Interlocutora não identificada –** Então, nós preparamos um ofício para
1175 encaminhar ao Estado, ao Ministério Público também, porque a gente havia
1176 solicitado por ação, inclusive, de todas as violações que nós encontramos, também
1177 nós verificamos uma possibilidade de reunião com o diretor e o departamento penal,
1178 que atualmente são responsáveis por administração penitenciária do Estado, na
1179 sexta-feira, no dia 9. E eu gostaria de saber se alguém aqui do comitê poderia
1180 acompanhar, o Vitor estava acompanhando com a gente, a Jaque também, se tiver
1181 possibilidade de continuar, está bom? Aí, será possível exibir o vídeo aqui para
1182 vocês verificarem?

1183 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
1184 Então, como eu mencionei, não é, e a Patrícia complementou, essa pauta a gente
1185 vai incluir na reunião ordinária, para deliberação e também articulação junto ao
1186 Ministério da Saúde, inclusive, e ali também a gente inclui as nossas referências do
1187 comitê que fazem o acompanhamento das pautas do Paraná. Só realmente para
1188 que a gente não perca o fluxo que a gente está seguindo aqui hoje, sabendo que
1189 ele está incluído na R.O. como uma das pautas prioritárias por se tratar de algo
1190 urgente, está bom? E aí a gente também vai ter um representante do Ministério que
1191 vai conseguir nos apoiar em uma ação mais concreta, para além do ofício.

1192 **Interlocutora não identificada – Obrigada.**

1193 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
1194 Imagina. Bom, seguindo as inscrições, então, sobre o que o mecanismo trouxe, né,
1195 de temáticas e cronograma e tudo mais, eu confesso que eu perdi a ordem aqui das
1196 inscrições. Fábio, depois Caio, depois Paulo. É isso? Fábio, Caio e Paulo. Beleza.

1197 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço**
1198 **Social – CFSS) –** Boa tarde. Mas para comentar um pouco e tirar algumas dúvidas,
1199 sobretudo pela apresentação do planejamento do mecanismo nacional. Primeiro,
1200 fazendo uma síntese aqui, em algumas pautas, digamos, consideradas prioritárias
1201 para o ano de 2024, o próprio mecanismo identificar não conseguiu identificar certo
1202 apoio do próprio governo federal, tendo que recorrer a algumas casas legislativas.
1203 Isso é algo que me chamou atenção, nos chamou atenção, enfim. E pensando no
1204 papel político, que tem que ser desempenhado pelo Comitê Nacional, que ponto a
1205 gente pode estar contribuindo nessas pautas, que inclusive acho que já surge a
1206 minha pergunta central. Como o mecanismo nacional no seu planejamento para o
1207 ano de 2004 pensou de forma logística, de forma política, como que o Comitê pode
1208 estar incidindo nas recomendações, enfim, se a gente vai ter algum espaço durante
1209 o ano para criar ou aperfeiçoar algumas metodologias de aplicação e
1210 acompanhamento das recomendações do mecanismo nacional. Como o
1211 mecanismo nacional pensou esse trabalho dentro do planejamento de vocês, como

1212 vocês pensaram essa articulação com o Comitê no ano, sobretudo no que se refere
1213 ao acompanhamento e monitoramento e aplicação das recomendações?

1214 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**

1215 – Eu tive alguma dúvida sobre esse planejamento cronograma e algumas
1216 considerações. Acho que não teve período em que o mecanismo funcionou com 11,
1217 teve que um ano por aí, acho que sempre funcionou meio mal, nunca funcionou com
1218 11 no total, teve poucos... Sim, sim, funcionou capenga, porque foi pensado para
1219 ter 11 pessoas, o que já é pouco, dado o trabalho. Bom, então, vivemos essa
1220 realidade. Me parece que eu fiz justamente o raciocínio inverso. Se temos poucas
1221 pessoas, à primeira vista, eu colocaria todos os recursos humanos disponíveis para
1222 a inspeção, por ser exatamente o único órgão fora do sistema de justiça que faz
1223 esse tipo de inspeção, que tem prerrogativa para entrar em unidade de privação de
1224 liberdade, sobretudo. O ano de 2018, por exemplo, que também é um ano atípico
1225 de não haver 11 pessoas no mecanismo, houve quatro inspeções regulares, três
1226 inspeções conjuntas, e aí totaliza 71 espaços visitados. Isso poderia ser ampliado
1227 se fosse... É, o ano de 2018 que é o último ano da normalidade, não vale a pena
1228 considerar anos de pandemia por conta da impossibilidade de fazer as inspeções.
1229 Então, me parece uma certa diminuição do potencial de visitar essas unidades se
1230 previstas apenas as duas missões regulares, de abril e de setembro. Contudo,
1231 vocês explicaram que existem essas cinco missões pontuais já previstas,
1232 totalizariam sete visitas aos estados. Só que aí a minha dúvida justamente é sobre
1233 o que seriam. A Camila explicou que são inspeções com equipes menores, mas
1234 realmente fica a dúvida, porque o regimento do mecanismo coloca dois tipos de
1235 inspeções. As inspeções ordinárias e as inspeções extraordinárias. As ordinárias
1236 são as que estão planejadas, que estão no planejamento que vocês aprovam no
1237 início do ano. A inspeção regular não é exatamente um tipo de inspeção da leitura.
1238 Toda inspeção é regular e periódica, de acordo com a leitura que eu faço aqui do
1239 regimento. Então, essas missões pontuais seguiam as extraordinárias, esses
1240 espaços aqui estão reservados para eventualmente alguma denúncia que vai
1241 acontecer vir. Por que pontuais? Porque vão ver menos espaços, vão visitar menos

1242 espaços de privação de liberdade, ou só um tipo de espaço de privação de
1243 liberdade. Nesse ponto, me parece importante pensar na questão do uso do
1244 recurso, porque planejar uma viagem de três pessoas, que é o mínimo, o mínimo
1245 de três peritos fazendo uma viagem para comprar uma inspeção para visitar uma
1246 unidade, se for o caso, não me parece muito eficiente. Então, isso ficou bastante
1247 em dúvida para mim. As outras atividades eu realmente acho muito interessantes,
1248 especialmente essas do ponto 3, das missões formativas. E achei ótimo que vocês
1249 já fizeram essa prospecção de possíveis mecanismos que vão vir a surgir no
1250 decorrer desse ano. O ponto 4 também é um ponto de dúvida para mim, porque não
1251 entendo muito bem o que serão essas visitas institucionais. A princípio, acho
1252 interessante, justamente por haver poucos peritos na composição, que se,
1253 novamente, se focasse o recurso, o recurso humano e o recurso financeiro, naquilo
1254 que só o mecanismo pode fazer, que são as visitas in loco nas unidades. Aí, essas
1255 missões institucionais realmente não me parecem ser tão do escopo das
1256 prerrogativas do mecanismo. Porque me parece, numa primeira leitura a mais, uma
1257 ideia de articulação política com esses espaços, com esses estados, com os entes
1258 da sociedade civil ou do governo que estão lá. E aí, nesse ponto, me parece que
1259 não é atribuição do mecanismo fazer isso. Mas a minha maior dúvida mesmo é o
1260 que diferencia a missão pontual da missão regular. Se é o número, porque os
1261 documentos do mecanismo não dizem qual é o número de unidades que têm que
1262 ser visitadas para ser uma missão de um jeito ou de outro. Pelo menos, eu não
1263 conheço.

1264 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
1265 **Do Norte – UFRN)** – Primeiro também o mecanismo pelo planejamento por
1266 compartilhar conosco. A primeira questão que eu tinha ou é um complemento, uma
1267 outra forma de apresentar a questão que o Fábio já tinha colocado, que é mais a
1268 gente não está aqui, no nosso caso, planejando o que a gente pode fazer nesse
1269 ano. E aí é uma pergunta bem objetiva e simples. O que vocês esperam que a gente
1270 faça? O que seria interessante para vocês, para a gente, para a gente considerar
1271 nos nossos planejamentos? Basicamente é o momento de vocês apresentarem

1272 demandas para a gente, já que a gente vai refletir aqui sobre o que a gente acha
1273 que tem que fazer. E a outra questão, achei tudo bem interessante e a explicação
1274 depois da Camila sobre essa estratégia de interiorização nessas missões pontuais
1275 acho especialmente oportuna, interessante. Só uma dica, uma sugestão a partir
1276 dessa sugestão de interiorização, com o debate que apareceu meio lateral ao longo
1277 de 2023, que a gente pensava grupos específicos e temáticas emergentes, a
1278 possibilidade de talvez entrar como um tema futuro nessas ações de articulação
1279 interinstitucional, o ponto 5, o debate sobre populações indígenas privadas de
1280 liberdade, que até quando a gente estava debatendo a possibilidade de cotas em
1281 torno dos peritos, ficou-se um debate sobre se teria especialista, não teria, o
1282 aprofundamento desse debate e aí talvez, pegando um pouco desse mote, pode
1283 ser interessante a gente fazer até um bate-bola, como o comitê pode se debruçar
1284 um pouco sobre essa especificidade e como isso pode ser um tema para vocês,
1285 considerando também os desafios a partir do que vocês estão se colocando nesse
1286 ponto. É isso, basicamente era isso.

1287 **Interlocutora não identificada** – Só respondendo aqui as perguntas, tentar
1288 lembrar. O Fábio. Eu acho que a sua pergunta, inclusive, ela acaba se casando um
1289 pouco com a pergunta do Paulo. A gente sabe que os nossos relatórios tem muitas
1290 recomendações, a gente tem consciência disso, a gente tem consciência que o
1291 comitê não vai dar conta de monitorar todas. O que a gente pensa, primeiro, tem as
1292 recomendações do anual, que são muito menos recomendações, são políticas em
1293 âmbito nacional, então a gente acha que vocês poderiam pegar ainda o relatório de
1294 2022 e voltar naquelas recomendações. Então, por exemplo, a vedação do uso de
1295 armamento menos letal no socioeducativo é uma recomendação que está no nosso
1296 anual, da mesma forma que o plano de enfrentamento tem segurança alimentar no
1297 sistema prisional, o censo prisional. Então, a gente tem várias recomendações que
1298 ali, eu acho que a gente pegou aquilo que a gente achava que era o principal a partir
1299 de tudo que a gente viu ao longo do ano, e os de 2023 também. Então, eu acho que
1300 um bom foco, um bom norte para vocês, em termos das recomendações, é vocês
1301 pegarem aquilo que estão nesses relatórios maiores. O anual, eu acho que talvez

1302 vocês pegarem todas as recomendações de um estadual, que às vezes vão ser
1303 100, vão ser 130, e vão ser coisas, às vezes, muito específicas, tipo, dê cobertor
1304 para todo mundo, dê colchão para todo mundo. Isso não é uma coisa que vocês
1305 têm que monitorar a longo prazo, porque é muito estrutural ali, são coisas muito
1306 pontuais da administração daquela unidade. Então, eu acho que esse é o norte que
1307 vocês deveriam ter. E eu acho que é bom a gente também fazer um esforço a cada
1308 vez que a gente apresenta um relatório aqui, de traçar para vocês aquelas
1309 recomendações que são as que a gente considera as mais relevantes, as mais
1310 estruturais para vocês incidirem. Então, eu acho que esse seria um pouco o
1311 direcionamento, assim. Paulo, a gente, essa questão das recomendações seria
1312 muito importante para a gente que a gente visse, por exemplo, vocês em relação à
1313 questão da alimentação, eu acho que o comitê poderia fazer um trabalho de
1314 articulação político, porque é uma recomendação que a gente fez para vários
1315 ministérios, porque é uma pauta que é de vários ministérios. Então, tem o Ministério
1316 da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Casa Civil,
1317 Presidência da República, tudo em volta dessa temática da alimentação, que eu
1318 acho que vocês poderiam fazer essa incidência. Armamento Menos Letal também.
1319 A gente está pensando em uma nota técnica, mas o objetivo da nota técnica é para
1320 que exista uma norma nacional vedando o uso do armamento menos letal no
1321 sucesso educativo. Então, uma incidência para que essa norma exista, seja via
1322 executivo, seja via legislativo. Então, também é algo que o comitê, estando aqui
1323 dentro do Poder Executivo, com vários ministérios do Poder Executivo, podem, seria
1324 muito importante, gente, porque está aumentando demais o uso de armamento
1325 menos letal, cada vez é um Estado que está implementando o uso e aqueles que
1326 não usam querem usar. Então, assim, é urgente que isso seja feito. Realmente,
1327 nesse artigo lá com o Conanda, que já está, que tem também o GT do SINASE,
1328 enfim, temos esse parceiro que é a Ômega, que a Patrícia conhece, é uma galera
1329 que vai trazer um olhar técnico para isso e eu acho que também ajudaria demais
1330 nessa incidência. Aí vamos lá para os apontamentos do Caio. Então, realmente,
1331 Caio, é só realmente uma diferença de tempo e de quantidade de pessoas. São
1332 inspeções regulares, assim, todas elas, nenhuma delas é excepcional. Excepcional

1333 é o que vai surgir ao longo do ano, que é no imponderável. Então, pode acontecer,
1334 como aconteceu nesse último ano, a gente fez várias inspeções que a gente não
1335 havia planejado, que surgiram demandas ao longo do ano, ou parceiros que
1336 convidaram, tiveram as caravanas, enfim. Então, vários, foram acontecendo várias
1337 outras demandas que aí, sim, tivemos inspeções extraordinárias, mas essas são as
1338 planejadas, essas são as regulares. A gente pensou nesse formato justamente para
1339 a gente conseguir alcançar mais estados, porque é uma... Realmente, quando a
1340 gente está com o orçamento muitíssimo apertado, como a gente esteve em 2022,
1341 aí sim, você viaja e já fica o tempo, o maior tempo. A gente está com um orçamento
1342 que está legal do ponto de vista de diárias e passagens. E uma fonte de angústia
1343 muito grande para a gente é que as pessoas querem que a gente vá para o estado.
1344 E se a gente conseguir só ir para três ou quatro, é pouco. Então, a gente queria ter
1345 uma forma de ir para mais estados e ir para aquelas unidades que a gente não
1346 consegue. Por exemplo, vou dar um exemplo aqui de Minas, que é minha casa, que
1347 a gente fez a inspeção regular em 2022. Minas é um estado gigantesco, todo
1348 interiorizado, as unidades são todas interiorizadas. Então, por exemplo, a gente não
1349 foi para o sul de Minas, porque logisticamente a gente perderia muito tempo para ir.
1350 Mas, se eu quiser ir para o sul de Minas, o ideal é que eu vá especificamente para
1351 o sul de Minas. Então, eu saio daqui, vou para o sul de Minas, faço e volto. Se eu
1352 colocar isso no burst de uma semana, eu vou passar, assim, um ou dois dias
1353 viajando para chegar no sul de Minas. E não vale a pena, entendeu? Então, é esse
1354 tipo de coisa. Formiga era o lugar que eu queria ter ido, a unidade do interior de
1355 Minas, que é horrorosa. Só que era seis horas de viagem para chegar lá. Então, se
1356 eu pegasse de uma semana de missão seis horas de viagem para ir, seis para voltar
1357 para BH, já era um dia que a gente perdeu. Então, é mais específico. Realmente,
1358 são ações mais pontuais para esses lugares que a gente não conseguiu alcançar e
1359 também para a gente conseguir ir para mais lugares, mais estados, para ter a nossa
1360 presença, porque a gente percebe que faz diferença quando a gente coloca os pés
1361 no estado, quando a gente faz as inspeções, a gente vê que isso dá uma fortalecida
1362 muito grande nos nossos parceiros, nos territórios. E aí, cada inspeção, por
1363 exemplo, as missões que a gente está chamando de pontual, mas a gente poderia

1364 não chamar, é só uma opção que a gente fez metodológica para a gente se
1365 organizar, vão ter mais ou menos umas três inspeções. Cada uma das regulares
1366 geralmente tem seis ou sete. Então, juntando tudo, dá quase 40 inspeções já
1367 programadas. Então, do ponto de vista de cumprir com as inspeções, o que está
1368 programado já consegue. E essas formativas, a gente também pensa em fazer
1369 inspeção, porque justamente parte da formação seria justamente fazer uma ou duas
1370 inspeções, talvez em diferentes espaços. Então, ainda tem essas, além de
1371 extraordinárias, que podem surgir, caso tenha denúncias ou demandas que surjam.
1372 Teve mais alguma pergunta que você fez nesse sentido, Caio? Ou foi só isso que
1373 eu consegui te responder?

1374 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
1375 – Sim, o que são as missões institucionais.

1376 **Interlocutora não identificada** – Ah, sim, as missões institucionais. Então, o que
1377 acontece? Às vezes a gente não consegue ter um diálogo tão bom em determinados
1378 estados, estando aqui de Brasília. É muito ruim você chegar para fazer uma missão
1379 de inspeção no estado e você não ter um diálogo já com os parceiros do território.
1380 Então, a ideia também dessas visitas institucionais são os estados que a gente não
1381 tem um diálogo tão profundo e que a gente sente que a gente precisa ir até lá para
1382 a gente conhecer os atores, se articular para a gente depois pensar numa missão
1383 de inspeções, aí já mais entrosado. Então, a Amapá, por exemplo, a gente está com
1384 pouquíssimo diálogo, a gente não tem conseguido achar os parceiros para o
1385 diálogo, Maranhão, idem. Então, é justamente para você preparar o terreno,
1386 digamos assim, para depois fazer as inspeções mais, de maneira mais orgânica.
1387 Pode ir uma, pode ir duas. Na verdade, a gente acha um pouco ruim viajar de uma
1388 pessoa, mas duas pessoas eu acho que seria um quantitativo razoável aqui. E a
1389 gente realmente tem acompanhado bastante as implementações dos sistemas
1390 estaduais, não está na nossa atribuição legal efetivamente, mas é um compromisso
1391 que a gente tem com o sistema e a gente, enfim, a gente também não dá conta de
1392 ver as coisas acontecerem e não participar, porque a gente sabe que isso nos
1393 impacta. Então, é do nosso interesse que tem um sistema estadual forte, que tem

1394 um mecanismo forte, porque a gente sabe que a gente vai trabalhar sempre em
1395 articulação com esses sistemas. Então, é um pouco essa ideia dessas missões
1396 institucionais.

1397 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – E**
1398 agora, seguindo com a ordem aqui, como é que ficamos? Maria Clara. Então, vamos
1399 fazer Maria Clara, Matheus e Patrícia e aí a gente encerra essa parte?

1400 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
1401 **Organizações Populares – GAJOP) –** É só uma pequena observação também.
1402 Primeiro, agradecer a Carol, Camila e Ronilda que estão aqui, fizeram esse repasse,
1403 acho que ele é bem importante para direcionar as nossas ações. É... Eu acho que
1404 as minhas dúvidas já foram respondidas, então é mais um comentário para a gente
1405 pensar em relação ao comitê, como a gente vai se planejar. Pensando também no
1406 orçamento que nosso foi aprovado, que também ficou abaixo do que tinha sido
1407 pedido. E aí, Carol ressaltou a importância da participação do comitê nas ações de
1408 inspeções, assim, que no ano passado tinham começado a participar junto, que isso
1409 tem sido produtivo, mas também nas missões formativas e nas missões
1410 institucionais. Acho que as institucionais, inclusive, se coadunam mais ainda com
1411 os objetivos do comitê e aí talvez a gente tenha que fazer escolhas mesmo,
1412 infelizmente, em razão do nosso orçamento. Porque eu estava dando uma olhada
1413 aqui, vai dar um pouco mais do que a gente tem previsto só para as nossas reuniões
1414 ordinárias. Então, a gente não tem mais, muito mais com o que trabalhar para poder
1415 participar das outras missões e tudo mais. Amanhã a gente vai ter um tempo mais
1416 para se debruçar sobre o orçamento, então a gente vai pensar sobre isso, mas já
1417 para ver com vocês, assim, eu a priori vejo mais como mais produtiva a participação
1418 do comitê nas missões institucionais, talvez nas formativas, em razão das
1419 atribuições. Claro que participar das ações de inspeções acho que é muito produtivo
1420 também, porque aprende muito, participa também nas articulações, porque, de uma
1421 forma ou de outra, também tem articulação institucional nesses momentos, mas a
1422 gente talvez tem que fazer algumas escolhas. Então, talvez ver qual Estado que
1423 talvez esteja na iminência de implementação do sistema, fazer alguma escolha

1424 nesse sentido, aí se vocês puderem pontuar depois desse que estão previstas as
1425 missões de inspeção, qual que realmente é essencial a participação do comitê,
1426 porque a gente não vai conseguir participar, eu acho, depois a gente vai se debruçar
1427 sobre o orçamento, mas só olhando aqui o valor que foi aprovado, acho que não vai
1428 rolar.

1429 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
1430 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Boa tarde, agradecer aos colegas do
1431 mecanismo. Umhas observações e também umas curiosidades, acho interessante
1432 também a compra de trens, as balanças, aí eu fiquei curioso para entender um
1433 pouco a questão do rádio, depois até explicar um pouquinho o que seria dentro da
1434 própria unidade, a comunicação ali e tal. E também se chegaram a usar esses
1435 materiais, os navegadores que compraram ou não usaram ainda, porque lá em São
1436 Paulo a gente tentou comprar, a gente acabou comprando só as câmeras Canon
1437 mesmo, outra coisa, as câmeras eram horríveis, aquelas antigas, só que lá na
1438 Defensoria de São Paulo a gente não conseguiu os demais equipamentos aí. Aí eu
1439 fiquei, enfim, curioso também em relação às ILPIs, que consultou aqui também, se
1440 já teve alguma vez, se tem alguma normativa, enfim, não uma normativa, mas algum
1441 instrumento para tomar como base, ou seria mesmo a primeira vez em ILPIs. Na
1442 linha foi colocado das pessoas do antecederam também, acho interessante a gente
1443 talvez participar dessa missão formativa, então talvez os próprios pontos focais dos
1444 estados que foram destacados aqui. A gente também até de manhã falou um pouco
1445 da importância da não privatização, então acho que é um tema que a gente pode
1446 trabalhar em conjunto com os demais parceiros que vocês arrancaram aí, o
1447 parlamento, enfim, Câmara, Senado. Tinha mais um detalhe? Não, eu acho que era
1448 mais ou menos isso. E aí, até dialogando com a Maria Clara, esse valor de 625 mil,
1449 só que 128 com contingenciamento, o que a gente tinha colocado era no mínimo
1450 750, foi isso, Maria Clara?

1451 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
1452 **Organizações Populares – GAJOP)** – 678, que foi o pedido. Que foi aprovado, foi
1453 498. O contingenciado foi 128.

1454 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
1455 **Defensores Públicos – ANADEP) –** Perfeito. Obrigado, pessoal.

1456 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
1457 **Desencarceramento) –** Sou eu? É eu, não é? Então, assim, algumas questões.
1458 Primeiro que, assim, eu acho superimportante algumas mudanças que aconteceram
1459 no mecanismo nacional, e que foi para melhor, conhecendo o trabalho um pouco do
1460 mecanismo nacional. Por exemplo, antigamente o mecanismo nacional nem
1461 trabalhava com denúncia. O mecanismo nacional guardava a denúncia para,
1462 quando ia no Estado, ver a denúncia que tinha passado anos e anos e anos. Então,
1463 assim, se não guardar a denúncia agora, fazer uma movimentação, isso é uma
1464 evolução, isso é uma mudança. E aí também eu entendo que, por causa de
1465 recursos, a gente vai ter que... Mas eu também entendo que é importante o comitê
1466 estar mais próximo do trabalho do mecanismo. Como é que os membros do comitê
1467 vão fazer uma avaliação do trabalho se muitas vezes não conhece o dia a dia? Não
1468 conhece a rotina? Se não participa de fiscalização? Se não está em reunião? Esse
1469 também é um ponto de avaliação. Até porque quem elege os membros do
1470 mecanismo é o comitê. Então, eu acho que é superimportante a gente fazer um
1471 esforço. Por exemplo, eu vi aqui várias coisas. Eu vi que a coordenação de combate
1472 à tortura tem um orçamento aqui separado. Tem 344.700. Talvez realocar um
1473 dinheirinho da coordenação de combate à tortura para o Comitê Nacional fazer o
1474 seu trabalho. Até porque é importante para o Comitê Nacional e a gente precisa
1475 fortalecer o Comitê Nacional. Então, acho que a gente precisa debruçar e conversar
1476 um pouco sobre isso. Uma outra questão é que a gente falou também que esse ano
1477 a gente não ia ficar esperando pelos membros do governo, a gente não ia ficar
1478 esperando pelo ministro, a gente não ia ficar esperando por ninguém. Então, a gente
1479 ia se organizar. Porque a gente, e falo isso com muita tranquilidade, muitas vezes,
1480 no ano passado, a gente ficou à reboque do Ministério. Tinha reunião, faltando uma
1481 hora, a gente ficava sabendo. A gente não ficava sabendo com antecedência. A
1482 gente tinha que dar um jeito para se organizar. Então, esse ano, a gente precisa se
1483 planejar e ver quais são as perspectivas. Eu achei ótimo todo esse aqui. E aqui, por

1484 exemplo, eles usam missão regular. No Rio, a gente usava missão ad-hoc, missão
1485 específica. E aí tem todo um critério o que é uma missão específica, o que é uma
1486 missão ad-hoc, uma missão pontual. Então, assim, é importante para o Comitê
1487 Nacional e é importante para o mecanismo. Então, a gente tem que se organizar
1488 para estar junto. Principalmente na implementação dos sistemas estaduais de
1489 prevenção e combate à tortura. A gente está num momento de que o governo
1490 passado viajou o Brasil todo dizendo que o mecanismo podia ser voluntário. O
1491 Comitê Nacional não teve força. A antiga coordenação da outra coordenação, que
1492 não foi essa que saiu agora, mas a outra coordenação viajou o Brasil todo. Então,
1493 acho que a gente precisa reforçar e reafirmar isso também e o Comitê não sabia. O
1494 Comitê ficava sabendo quando uma pessoa sabia, falava, enfim. Então, acho que a
1495 gente precisa estar organizado, estar articulado e estar mais presente nos Estados.
1496 Por exemplo, o Mecanismo Nacional tem que visitar os 27 estados fora estados que
1497 um ou outro tem mecanismo. Mas não dá conta. O mecanismo do Rio de Janeiro
1498 não dá conta do Rio de Janeiro. Tem unidade que em 12 anos, em 13 anos, o
1499 mecanismo do Rio de Janeiro ainda não conseguiu ir. E sobre as unidades de longa
1500 permanência, o Mecanismo Nacional com outros mecanismos, fizeram uma visita
1501 que não foi muito bom, bom, bom, bom, não. Enfim, tiveram algumas questões que
1502 não vale a pena relatar. Mas, na gestão passada do passado, acho que precisa
1503 reconstruir isso também. Porque foi uma coisa feita que não foi muito organizada,
1504 que foi assim, vamos, vamos, vamos. Então, assim, por exemplo, o mecanismo do
1505 Rio de Janeiro tem um instrumento sobre fiscalização. Cada saúde, abrigo,
1506 comunidade terapêutica, espaços de longa permanência, cada um tem o seu
1507 formulário lá de como fazer a fiscalização. Então, acho que também compete ao
1508 Comitê Nacional e o mecanismo está nessa participação junta. E eu acho que uma
1509 coisa que a gente precisa também é ver depois amanhã, no pleno, se a gente vai
1510 ter colo amanhã ou não, que é uma outra história, mas de marcar também a reunião
1511 com os membros do governo que compõem o comitê. Porque muita coisa acontece
1512 e a gente não fica sabendo. Então, assim, se o Ministério da Saúde compõe o
1513 comitê, a gente vai marcar reunião com o Ministério da Saúde. Se o Ministério do
1514 Desenvolvimento compõe o comitê, a gente vai marcar reunião com o Ministério do

1515 Desenvolvimento. Eu acho que a gente precisa, não precisa ficar dependendo tanto
1516 do Ministério. A gente mesmo marca. Temos uma vice-presidência, a sociedade
1517 civil é mais organizada. A gente vai e marca e vamos tocar no bonde. Não dá para
1518 a gente ficar na dependência.

1519 **Interlocutora não identificada** – Eu vou tentar lembrar aqui o que vocês
1520 perguntaram, mas é uma coisa de cada vez. O Paulo tinha falado da questão
1521 indígena. A gente não acabou, acho que eu esqueci de colocar aqui, mas a gente
1522 está, sim, já está no nosso plano diário de 2024 elaborar um instrumental, porque a
1523 gente não tem um instrumental qualificado para fazer esse trabalho junto à
1524 população indígena privada de liberdade, porque a gente entende também que
1525 envolveria de certa forma o mapeamento da população. Isso eu acho que da nossa
1526 parte, é óbvio isso durante as inspeções, mas tem uma recomendação também que
1527 eu acho que o comitê poderia ajudar também na incidência, porque realmente
1528 precisa mapear essa população, fazer um censo é muito importante, porque a gente
1529 não sabe, é muito subestimada a população indígena privada de liberdade. Então,
1530 tem estados que a gente vê hoje no levantamento lá da Senappen, que, sei lá,
1531 Pernambuco, não tem nenhum indígena privado de liberdade. Será? Ah, gente, não,
1532 não é? Tem, é só que essas pessoas estão perdidas no sistema, então foram
1533 marcadas como pardas, que também é um processo que tem acontecido muito com
1534 os indígenas. Exato, Roraima tem pouco. Então, assim, eu acho que a identificação
1535 dessa população também é fundamental, e da nossa parte é fazer um instrumental
1536 para quando tiver essa população, a gente ter formas de mapeá-la, né, e colocar
1537 isso um pouco mais no foco, a depender do Estado, não é? A depender do Estado
1538 vai ser muito difícil de identificar. O que que o Matheus perguntou? Ele perguntou
1539 do rádio, não é? É porque o rádio, é porque a gente não entra com o celular quando
1540 a gente vai fazer inspeção, porque já tem toda uma desconfiança, e eles querem
1541 criminalizar a gente o tempo inteiro, então a gente deixa o celular fora. E, às vezes,
1542 você está lá no pavilhão, e tem gente que está lá no núcleo de saúde, e o outro está
1543 lá, e você nem sabe onde está o coleguinha, entendeu? Chega uma hora que você
1544 não faz ideia de onde que o coleguinha está. E isso, assim, para a gente poder se

1545 comunicar, nos facilitaria bastante, porque às vezes a gente tem que despencar de
1546 onde a gente está, do meio do raio, para ir lá na direção, para achar o coleguinha,
1547 para combinar o próximo passo, porque está todo mundo perdido.

1548 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
1549 **Defensores Públicos – ANADEP) –** É algo que vocês, não sei se dialogaram com
1550 alguém, que vai poder ser usado tranquilamente?

1551 **Interlocutora não identificada –** É, essa é outra questão, porque a gente já está
1552 imaginando que a gente vai enxergar a questão de material na cadeia, e ela vai falar
1553 assim, não, não pode entrar com isso, não. Mas, enfim, vamos tentar. Vamos tentar.
1554 A gente também não usou os outros materiais, porque chegou tudo agora, início do
1555 ano, então a gente está, assim, igual criança com presente de Natal novo, sabe
1556 assim? Então, vamos ver como é que vai funcionar. O que é que é que a Pati... Ah,
1557 e LPI. A gente tem um instrumental de LPI, inclusive, em 2022, a gente fez inspeção
1558 em LPI aqui no DF. Então, sim, a ideia desse instrumental aqui é específico para os
1559 conselhos estaduais. Então, a gente pensar um instrumental para eles, não é um
1560 instrumental nosso. Claro que o nosso pode ser aperfeiçoado, o instrumental é algo
1561 que é melhor... O tempo está aprimorando, não é? Ninguém fica aqui com
1562 dogmatismo com o instrumental que faz o menor sentido. Mas a ideia é para os
1563 conselhos estaduais se apropriarem e fazerem esse trabalho, porque eles não
1564 fazem. Então, é um pouco incentivar que os conselhos estaduais façam o trabalho
1565 de inspeção e tenham os instrumentos para tanto. Então, um pouco isso. Eu ia falar
1566 uma coisa para você... Ah, não, é a Maria Clara. Então, eu acho, Maria Clara, que
1567 vocês se beneficiariam muito de fazer uma reunião específica com o Bruno e com
1568 o Eduardo, que é da CGAP aqui do Ministério, para conversar sobre orçamento.
1569 Para vocês organizarem o orçamento de vocês, para vocês terem ciência das
1570 janelas de pedido de suplementação. No início do segundo semestre, uma coisa
1571 que nós perdemos esse bonde e o comitê também perdeu esse bonde, que é das
1572 emendas parlamentares. Então, assim, essa é uma cultura que a gente já tem que
1573 começar a fazer para que chegue no segundo semestre. A gente já tem os
1574 deputados, os senadores que possam enviar emendas para o Ministério, mas

1575 emendas que estejam já destinadas ao comitê ou ao mecanismo. Então, eu acho
1576 que isso são algumas coisas. Eu acho que vocês precisam se apropriar melhor e
1577 ter maior controle. Se apropriar no sentido de ter maior controle sobre essas
1578 questões de orçamento aqui no Ministério. Então, eu acho que seria legal se vocês
1579 fizerem uma reunião com esses dois atores, com o Bruno e com o Eduardo Luz da
1580 CGAP, que é um cara que veio no lugar do Toshio. Ele é um servidor efetivo. Ele é
1581 muito bom. Ele sabe muito de orçamento público. Acho que também é um cara que
1582 pode ajudar vocês a pensarem a execução desse orçamento e pensar onde que
1583 vocês podem buscar a suplementação desse orçamento. Eu acho muito importante
1584 vocês participarem das inspeções. Foi muito bom em 2023. As pessoas que
1585 participaram. Nossa, contribuiu demais para o trabalho. Além de ser uma forma de
1586 engajar vocês no nosso trabalho. Então, eu acho que a gente consegue garantir a
1587 participação de vocês, com o recurso de vocês, com o recurso nosso. Porque o
1588 recurso que a gente tem, só para fazer a inspeção, só para viajar, ele é o mais que
1589 o suficiente. Ele é o que a gente gastou em 2024, 2023, sem fazer nenhum tipo de
1590 contingenciamento, de nada. Então, a gente conseguiu trabalhar muito
1591 tranquilamente. Então, a gente consegue, eu acho, garantir a vinda de vocês, ainda
1592 que seja conosco. A gente pagou, inclusive, para a Pati ir para São Paulo. Foi a
1593 gente que pagou para ela ir. Então, acho que a gente consegue. Acho que rola. E
1594 eu acho que vocês, no ponto de vista do planejamento de vocês, tentem, se
1595 possível, incluir as institucionais. Essas três, Amapá, Maranhão e Piauí, porque eu
1596 acho que precisa bastante mesmo. Inclusive, se o comitê for, talvez possa ir menos
1597 gente do mecanismo e só uma pessoa do mecanismo. Fazer algo articulado e vocês
1598 tentarem garantir isso. E, tirando o quê? Se a gente for para um Estado que um
1599 membro já está no Estado, a gente também tem essa facilidade. Então, por
1600 exemplo, se surgir o mecanismo de Pernambuco, que também pode ser que surja
1601 esse ano, não sabemos, vamos torcer, mas você já está no Estado. Então, você
1602 pode participar e não vai ter custo zero. Então, acho que é um pouco isso.

1603 **Sra. Ana Carla Costa Rocha (Titular - Ministério Do Desenvolvimento E**
1604 **Assistência Social E Combate À Fome – MDS) – Não, mas é que eu estou**

1605 sentindo muita necessidade de fazer esse comentário. Primeiro só começo dizendo
1606 que eu faço sempre questão de enaltecer a atividade desempenhada pelo
1607 mecanismo. Mas, na verdade, tem algo que já tem me causado um certo
1608 desconforto há um longo período. Acho que na nossa última reunião online, ainda
1609 com maior ênfase. Mas eu acho que quando a gente faz esse questionamento, que
1610 eu entendo que ele é fundado e é legítimo, quanto à importância do CNPTCT
1611 estreitar os laços com o mecanismo de conhecer o dia-a-dia do mecanismo, de
1612 apoiar, e quando fala da não participação em reuniões ou da não participação em
1613 fiscalização, a mim, a sensação que tem é que a gente está fazendo uma crítica,
1614 não ao CNPTCT, a gente está fazendo uma crítica aos indivíduos da sociedade civil.
1615 Porque eu, particularmente, não me recordo de nenhuma reunião chamada pelo
1616 mecanismo que o CNPTCT não estivesse, sociedade civil. Eu não me recordo de
1617 nenhuma apresentação do relatório que o CNPTCT não estivesse, as entidades da
1618 sociedade civil. Eu não me recordo de, inclusive, reuniões online que não estivesse,
1619 sociedade civil. Bem, desde o momento em que eu participei de uma das inspeções
1620 do mecanismo, que foi no meu estado, São Paulo, eu moro afastado da região, eu
1621 tive custo para ir, eu tive custo de alimentação, eu tive custo que simplesmente
1622 bateu do meu bolso. Porque eu atuo numa organização que não tem nenhuma fonte
1623 de renda. Enfim, já teve outras vezes que acho que me causam, eu fico num lugar
1624 de extremo desconforto quando faz essa questão dessa crítica de vivenciar o dia a
1625 dia e tal, e eu acho que, às vezes, a gente tem que pensar um pouco nas nossas
1626 palavras, assim, não é? Porque eu acho que a gente está levando uma carga para
1627 os indivíduos que, às vezes, que estão aqui de forma voluntária, né? Enquanto a
1628 gente, novamente, está tirando a responsabilidade do governo, porque o CNPTCT,
1629 ele não se resume em sociedade civil. É muito mais fácil os membros do governo
1630 que estão aqui na capital, enquanto o CNPTCT, acompanhar o dia a dia, o dia a dia,
1631 de fato, do trabalho do mecanismo, do que nós, dos nossos estados e com outras
1632 demandas e com outras funções e tudo mais. Então, eu acho que a ausência do
1633 governo, ela é tão prejudicial, tão prejudicial, porque, às vezes, uma crítica que ela
1634 é muito uma questão que ela é muito fundada, ela é muito necessária, ela acaba
1635 gerando ela acaba gerando desconforto, assim, sabe? Porque eu, de fato, digo que

1636 eu me sinto muito incomodada, assim, porque eu sinto uma cobrança a nós,
1637 enquanto sociedade civil, mas enquanto indivíduos, sabe, que somos. Eu acho que
1638 essa é mais uma razão para que a gente tenha medidas mais efetivas e mais
1639 incisivas e coercitivas para a participação do governo, porque não dá para a gente
1640 atribuir uma carga, porque, por exemplo, nós vamos, nós temos que avaliar o
1641 trabalho do mecanismo e eu acho, sim, que eu reúno condições, mas eu acho real
1642 e não é nenhuma sobriedade real que eu reúno condições com todas as minhas
1643 limitações, mas não acho que o governo reúne essas condições, os membros do
1644 governo reúnem essas condições, sabe? Então, acho que a gente está fazendo
1645 uma crítica a nós, que, na verdade, é uma sobrecarga muito grande e eu acho isso
1646 uma tortura, velho. Sabe? E aí eu acho que era só uma questão de um, sei lá, um
1647 desabafo ou uma chamada reflexão mesmo, assim, tipo na última reunião, eu chorei
1648 após a reunião, né, que foi online, exatamente por causa dessa mesma fala e ao
1649 mesmo tempo que eu concordo que é necessário isso, eu sinto desconfortável, mas
1650 agora que eu estou entendendo, a gente está atribuindo a nós, que é quem sempre
1651 estamos aqui, quem é quem estamos abdicando de outras coisas para estar aqui,
1652 é uma responsabilidade que é do órgão colegiado e não de nós enquanto
1653 indivíduos, era isso. E, desculpa se eu saí da pauta.

1654 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Só
1655 uma questão de ordem com a última fala da Ana, a gente seguir realmente de
1656 acordo com o que a gente constituiu aqui na agenda, está bem? Então, a gente
1657 começa a falar depois das ações.

1658 **Interlocutora não identificada –** Só para então eu também não sair, a gente ainda
1659 está discutindo planejamento, não é isso? Peço desculpas por ser algo muito novo
1660 para mim, então eu vou cometer algumas garfes e espero que vocês também me
1661 ajudem a entendendo e compreendendo, está bem? Eu não entendi uma coisa.
1662 Então, quando o mecanismo ele traz esse documento, isso daqui já foi deliberado
1663 por este comitê? Os valores, como que é pago, isso já foi deliberado?

1664 **Interlocutora não identificada –** São órgãos diferentes.

1665 **Interlocutora não identificada** – Certo. Mas esse recurso que vai para o
1666 mecanismo, ele é um recurso de onde? É você ser uma organização no governo
1667 ambiental. Ok, então é um recurso público. É passível de um controle de um
1668 organismo como este daqui, que é composto pela sociedade civil organizada, outros
1669 lugares do governo.

1670 **Interlocutora não identificada** – É passível de controle como qualquer outro órgão
1671 público. O comitê não controla o nosso orçamento. O nosso orçamento é
1672 autogerido.

1673 **Interlocutora não identificada** – Certo.

1674 **Interlocutora não identificada** – Inclusive, o mecanismo ele é autogerido. A gente
1675 não está dentro do comitê. A gente é outro órgão, efetivamente. A gente trabalha
1676 em articulação. O comitê, ele tem atribuições que tocam muito diretamente no
1677 mecanismo. Por exemplo, fazer o edital de seleção do mecanismo, julgar a
1678 recondução dos peritos do mecanismo. Mas a gente não está nem no mesmo lugar
1679 administrativamente. Nós estamos vinculados diretamente ao gabinete da SNDH.
1680 O comitê, ele está dentro da Coordenação Geral de Combate à Tortura, que fica
1681 dentro da Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos, dentro da SNDH. Então,
1682 assim, são realmente órgãos diferentes mesmo, assim, em todos os seus sentidos.
1683 A gente não delibera no comitê. A gente não é membro do comitê. A gente está aqui
1684 enquanto interessados diretos. O comitê tem muitas atribuições que tocam
1685 diretamente na gente, etc. Então, a ideia desse documento é uma contribuição para
1686 o planejamento de vocês. Vocês podem levar em conta ou também podem não levar
1687 em conta.

1688 **Interlocutora não identificada** – Então, esse comitê, ele, por exemplo, não pode
1689 fazer sugestões em cima daquilo que vocês construíram. A título de exemplo,
1690 quando você fala assim, vamos criar um instrumental para poder verificar a situação
1691 em LPIs. Então, este comitê, vocês também são considerados, por exemplo, a

1692 academia para poder construir esses tipos de instrumentais e sem passar por aqui,
1693 sem aprovar?

1694 **Interlocutora não identificada** – Academia? Não entendi.

1695 **Interlocutora não identificada** – É, academia, porque, quando você constrói
1696 instrumentais, você tem bases científicas e tal.

1697 **Interlocutora não identificada** – Não, não entendi muito bem, não. Desculpa. Sim,
1698 sim, entendi.

1699 **Interlocutora não identificada** – Não, não, sim, não. Não é a pergunta, não é. É,
1700 eles têm uma autonomia, isso. Entendi. Não, não. E, dentro do recurso de vocês, é
1701 previsto também a entrada da academia para esses diálogos? As universidades, as
1702 academias, conhecimento científico?

1703 **Interlocutora não identificada** – Não, eu estou entendendo. É só porque eu não
1704 entendi muito bem. Porque, assim, vou dar um exemplo prático. Se a gente fosse
1705 fazer, a gente poderia fazer, por exemplo, um termo de execução descentralizada
1706 com a academia. Aí, a gente pode fazer um acordo de cooperação técnica.
1707 Inclusive, a gente está fazendo um acordo de cooperação técnica com a UERJ
1708 neste momento.

1709 **Interlocutora não identificada** – Certo. Aí, depois que constrói, vocês trazem para
1710 cá, ou não?

1711 **Interlocutora não identificada** – Não.

1712 **Interlocutora não identificada** – Ah, está bem. Então, entendi.

1713 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que, talvez, seja bom para simbolizar uma
1714 coisa que é significativa em termos das trocas. Nas reuniões ordinárias, de maneira
1715 muito ordinária, de maneira muito cotidiana, o mecanismo apresenta suas visitas
1716 técnicas, contando o que foi feito e as deliberações. Ali, a gente tem uma
1717 interlocução, por exemplo, sobre fazeres que se combinam ou não entre mecanismo

1718 e comitê. Mas, aí, são instâncias apartadas, mas que têm uma colaboração. Uma
1719 das coisas que a gente refletiu de manhã nos grupos, e que eu acho que a gente
1720 vai continuar refletindo assim que acabar essa etapa, é como a gente consegue
1721 azeitar melhor. Por isso, acho que também eu fiz essa pergunta de como a gente
1722 pode colaborar. Eu acho que também uma avaliação que a gente fez naquele
1723 questionário que nós preenchemos, no Google Forms, era exatamente perguntando
1724 como a gente pensa essa relação. Então, eu acho que... É um processo de
1725 construção.

1726 **Sra. Ana Carla Costa Rocha (Titular - Ministério Do Desenvolvimento E**
1727 **Assistência Social E Combate À Fome – MDS)** – Eu estou fazendo essas
1728 perguntas porque todas as comissões nacionais, o comitê dependendo, tudo que
1729 vai recurso público é submetido a essas comissões. É por isso que eu estou
1730 perguntando mesmo. Eu estou querendo entender.

1731 **Interlocutora não identificada** – Ana.

1732 **Sra. Ana Carla Costa Rocha (Titular - Ministério Do Desenvolvimento E**
1733 **Assistência Social E Combate À Fome – MDS)** – Oi.

1734 **Interlocutora não identificada** – Se você me permite, só um adendo à sua
1735 pergunta. Acho que você está chegando agora, se inteirando da dinâmica. O
1736 Mecanismo Nacional de Prevenção, Combate à Tortura, ele é um órgão bem sui
1737 generis dentro do ordenamento administrativo. Ele existe com base num tratado
1738 internacional chamado Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura, em que
1739 o Brasil se obrigou a criar um órgão totalmente independente, inclusive de governos,
1740 para poder fazer essas inspeções em locais de privação de liberdade, sem nenhum
1741 interesse político por trás. Então, essa questão do nosso orçamento, de quanto a
1742 gente pede, dos nossos instrumentais também, dos nossos métodos de trabalho,
1743 eles estão, eles se encontram numa posição relativa a essa questão nossa de
1744 independência. Isso não quer dizer que a gente vai se fechar para as nossas
1745 articulações com o comitê, com a academia, com a sociedade civil. Nós precisamos

1746 dessa troca também. Mas, a princípio, nós somos um órgão independente
1747 politicamente, mas que está vinculado administrativamente ao Ministério dos
1748 Direitos Humanos e da Cidadania. O mecanismo é um pouco diferente dessa
1749 dinâmica de outros órgãos.

1750 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – É**
1751 muito importante esclarecer mesmo, para a gente se alinhar melhor e seguir os
1752 debates. Pessoal, passando para a próxima, retomando, na verdade, a etapa que a
1753 gente finalizou antes do almoço. Então, a gente levantou aqui, acho que esse
1754 esclarecimento também é importante. O planejamento vem nessa toada de a gente
1755 conseguir identificar, enquanto comitê, quais são as pautas que são, ali, prioritárias
1756 que o comitê deve agir, da maneira como o comitê deve agir, enfim, de acordo com
1757 quais caminhos que o comitê vai caminhar ao longo desse ano. Então, é com base
1758 nisso que a gente está construindo esse planejamento. É uma dinâmica um pouco
1759 diferente mesmo de, talvez, outros espaços. Mas algo central que a gente tem aqui
1760 é a partir de alguns objetivos que, a princípio, esse mandato do comitê está
1761 levantando, a gente vai trazer essas prioridades para o ano. A previsão que esse
1762 mandato atual termine agora em maio, entre abril e maio. Portanto, tem uma eleição
1763 aí em frente, pode ser que algumas das organizações que aqui estão permaneçam,
1764 sejam reeleitas novamente para o comitê. Então, com isso, a gente estabelece
1765 alguma ordem no caminhar dessas ações do comitê. Então, aqui a gente tem um
1766 cenário de... Eu tinha contado aquela hora, mas eu já perdi a conta de novo, mas
1767 acho que eram 13 ou 15 objetivos. Então, aqui a gente tem um exercício que agora
1768 vai precisar ser mais breve, que a gente juntar esses objetivos, agrupar esses
1769 objetivos para conseguir, desses objetivos agrupados, que a gente vai priorizar um
1770 ou outro, talvez aqui, estabelecer algumas ações concretas. Então, um exemplo.
1771 Contribuir com projetos de lei relativos à temática de prevenção, combate à tortura.
1772 O que a gente precisa fazer em termos de ação? Levantamento de projetos de lei
1773 que tratam sobre prevenção, combate à tortura. Ou levantamento de projetos de lei
1774 que justamente vão em uma atuada contrária à prevenção e ao combate à tortura.
1775 Isso é uma ação concreta. Outra ação concreta. A gente vai estabelecer uma ordem

1776 de prioridade ou verificar a ordem de pauta desses projetos de lei e ir fazer uma
1777 ação direta no Congresso Nacional. Então, isso também é uma outra ação. Então,
1778 é isso. A gente precisa, em cada um desses objetivos, mas é importante a gente
1779 fazer um exercício de agrupar antes, porque ficou bastante, e tem alguns que são
1780 específicos de outros. Então, a gente agrupar para daí, então, a gente estabelecer
1781 essas ações. É um exercício aqui meio dinâmico. Vamos lá. Alguém tem uma
1782 sugestão já, fazendo uma leitura? Eu posso ler tudo de novo. Se alguém tiver uma
1783 sugestão de agrupamento, já pode levantar a mão e propor.

1784 **Interlocutor não Identificado** - Acho que estão alguns pontos que, entre aspas,
1785 seriam mais algo mais propositivo, programático, abstrato, não sei. Mas eu anotei
1786 três temas aqui, se a gente talvez pudesse pensar, por exemplo, custódia,
1787 privatização e os órgãos estaduais, a criação dos comitês e dos mecanismos. Esses
1788 três temas, no ano passado, eles apareceram em várias ROs. Então, talvez, não sei
1789 se era o caso de a gente dissecar, que são temas mais concretos. Então, por
1790 exemplo, a Patrícia falou agora há pouco, até a Tamires lá no canto falou, não, a
1791 gente convidou o CNJ e mais alguém porque a gente achou importante eles
1792 participarem. E aí, no tema das custódias, eles estavam sempre aparecendo, em
1793 relação, sei lá, à privatização. Então, parece que é essencial conversar com, pelo
1794 que a Carol trouxe, com o Ministério da Fazenda, porque o MJ não tem interesse e
1795 o MDH parece que também não. Não sei, pensei nesses três que seriam aí o
1796 próprio, enfim, a própria, fugiu o termo agora, mas que foi apresentado agora pelo
1797 planejamento do mecanismo, né, também fala aí em missões formativas
1798 relacionadas à criação de comitês mercantilizadores. Enfim, esses três temas são
1799 questões mais concretas para, talvez, trabalhar em cima delas.

1800 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
1801 Exatamente, a proposta é que a gente faça esse agrupamento aqui e estabeleça as
1802 ações com isso, depois a gente vai partir para os temas, certo? Então, a gente tinha
1803 ali levantado pelo formulário alguns temas já, tem o complemento dos temas que a
1804 gente vai acrescentar agora e, a partir disso, esses temas serão as ações
1805 executadas, elas estarão nesse âmbito aqui do que a gente decidiu. Então, na

1806 verdade, é uma coisa que complementa a outra. Primeiro a gente vê os objetivos,
1807 pensa nas ações, das ações a gente tem os temas e aí a gente vai destrinchando-
1808 a em outras subações. Mas vamos lá, eu sei que é um pouco, talvez seja um pouco
1809 chato de fazer esse exercício, mas é um exercício importante para a gente
1810 conseguir caminhar para os próximos passos, não é?

1811 **Interlocutor não Identificado** - Eu só vou sugerir que, não obstante esse tipo de
1812 divisão temática, como o Mateus colocou, que uma primeira divisão que a gente
1813 pudesse fazer é o que é externo e o que é interno. Quais esses objetivos são para
1814 dentro, são sobre nós, como a gente se organiza, e quais objetivos são para fora,
1815 de coisas que a gente vai fazer com outras instituições.

1816 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
1817 Perfeito. Se alguém puder ajudar com o computador, acho que fica mais fácil digitar
1818 os dois, para a gente não precisar escrever mais em papel. Ou eu vou, eu leio um,
1819 já pergunto para vocês o que seria o interno e externo. Se tiver alguma discordância,
1820 a gente discute rapidamente. Pode ser? Porque aí acho que avança mais rápido.
1821 Então vamos lá. Primeiro objetivo, propor e fiscalizar as políticas públicas em defesa
1822 dos direitos humanos das pessoas em restrição e privação de liberdade. Esse é o
1823 objetivo mais amplo, mais geral. Vocês entendem como interno ou externo? Acho
1824 que é um pouco dos dois. Então, esse a gente já coloca como objetivo geral. Ele é
1825 uma coisa mais geral mesmo. A gente propõe e fiscaliza as políticas públicas. Por
1826 ora, vamos deixar como geral. Estimular as ações de criação dos sistemas
1827 estaduais de prevenção, combate à tortura. Nesse caso, externo. E que, inclusive,
1828 esse se alinha a uma outra que o outro grupo trouxe, que é criar comitês e
1829 mecanismos em todos os estados seguindo as diretrizes. Então, a gente une os
1830 dois. Pode ser? Pode ser. Tem canetão ali. Então, esses dois já estão unidos.
1831 Terceiro. Lembrando que se alguém discordar, é só manifestar. Terceiro. Promover
1832 ações de fortalecimento... Opa! Promover ações de fortalecimento, fiscalização e
1833 aprimoramento da interlocução com o mecanismo. Em especial, quanto à incidência
1834 de suas ações com base nos dados e relatórios. Eu acho que aqui a gente pode
1835 destrinchar em dois. Um que é interno e outro que é externo. É o comitê com o

1836 mecanismo. Então, essa parte do comitê com o mecanismo é o interno. A nossa
1837 melhor interlocução com eles, fortalecimento desses laços, tudo mais. Agora, para
1838 fora, é a segunda parte, que é a incidência política com base também nesses dados
1839 produzidos pelo mecanismo. Certo? Passando para o próximo. Contribuir com
1840 projetos de lei relativos à temática de prevenção, combate à tortura. Aí, nesse caso,
1841 é para fora também. Seria o externo, correto? Depois, impedir... Exato, a priori é a
1842 gente falar aqui no âmbito federal, mas também poderia haver uma ação geral,
1843 enfim, estadual até. Impedir as iniciativas de privatização de espaços de privação
1844 de liberdade. Esse eu já entendo como algo mais específico. Não chega a ser um
1845 objetivo geral. Ele é quase um tema. Então, é uma ação já. É uma ação. Eu acho
1846 que ela em si não seria ação, mas... Vamos deixar de ladinho como um tema a
1847 princípio? Porque dali se destrincharão as ações, como o próprio Mateus já trouxe
1848 umas sugestões.

1849 **Interlocutora não identificada** – Eu ia dizer, é um objetivo específico. Específico.
1850 Porque dele a gente vai tirar quais são as ações para cumprir esse objetivo. Então,
1851 eu manteria ele como objetivo e depois dizer o que a gente vai precisar para fazer,
1852 se reunir com quem, apresentar a nota técnica.

1853 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
1854 Exato. Sim. Exatamente. Eu ia sugerir isso. De colocar os três pontos como
1855 objetivos específicos do primeiro. Perfeito. Todo mundo já conseguiu?

1856 **Interlocutor não identificado** - Se a gente pegar, por exemplo, complementando,
1857 se nosso objetivo é a defesa dos direitos humanos das pessoas que estão em
1858 privação de liberdade e a gente, como algo objetivo específico, impedir a iniciativa
1859 de privatização, já é um objetivo específico dentro desse... Porque a privatização
1860 vai estimular o aumento da população carcerária e, conseqüentemente, a tortura.
1861 Acho que, a partir disso, a gente vai desdobrar as ações. Que ações políticas o
1862 comitê pode desenvolver, desde nota, nota técnica, moção, enfim, uma série de
1863 reuniões com autoridades, resolução, etc, etc, etc.

1864 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
1865 Perfeito. Então, só uma sugestão de acréscimo no ponto 1, que seria o objetivo
1866 geral, de a gente incluir, propor, fiscalizar e impedir o retrocesso, algo nesse sentido,
1867 porque aí todas as que a gente comentou aqui conseguem ser contempladas como
1868 específicas, tudo bem? Propor, fiscalizar, porque o primeiro objetivo é o objetivo
1869 geral, por enquanto. Então, propor, fiscalizar e evitar o retrocesso, impedir o
1870 retrocesso, algo. Sim, sim. Exatamente isso. No caso, seria acrescentar, impedindo
1871 o retrocesso, impedir retrocesso. Bom, seguindo, a criação de uma política ou
1872 metodologia de formação para comitês estaduais e nacional, está no 2, é uma ação,
1873 perfeito. Então, objetivo específico do 2. Contribuir para a criação de uma política
1874 de condicionamento de repasse de verbas públicas vinculadas à prevenção e
1875 combate à tortura. Isso, sim.

1876 **Interlocutora não identificada –** A gente pode explicar um pouco esse, porque a
1877 gente falou em algumas oportunidades de reuniões no ano passado da necessidade
1878 de ter alguma política que induza os Estados a adotarem políticas de prevenção e
1879 combate à tortura. E isso, normalmente, pode ser feito através de condicionamento
1880 de repasses. Por exemplo, a gente já falou em algumas oportunidades de
1881 condicionar o repasse do FUNPEN à adoção de algumas políticas, como, inclusive,
1882 a criação de um comitê mecânico estadual. Só que isso não está produzido nem
1883 elaborado em forma de uma política, de uma diretriz ou mesmo de uma lei. E isso
1884 pode ser criado através de uma recomendação do comitê ou até, enfim, o comitê
1885 participar mesmo da criação de uma política para isso. Aí é algo nesse sentido.

1886 **Interlocutora não identificada –** É isso, eu queria acrescentar, porque assim, eu
1887 percebo, vou dar um exemplo aqui clássico. Abri uma consulta do Ministério da
1888 Justiça sobre câmeras. Todos os outros colegiados foram perguntados, menos o
1889 Comitê Nacional. Eu sei e eu ajudei, porque eu estou no outro colegiado, que é o
1890 Grupo de Trabalho Racismo nas Polícias, que tem procurador do estado, procurador
1891 federal de vários lugares do Brasil. E aí eu falei: “Como assim o comitê não está
1892 sabendo? Espera aí, vamos aqui.” E aí ficou eu e o procurador do Rio, PRDC,
1893 falando, e aí fizemos a recomendação, incluímos antes da regulamentação de ter

1894 uma reunião com o Comitê Nacional. Mas todos os outros colegiados foram
1895 consultados, o Comitê Nacional não. O Grupo de Trabalho Racismo nas Polícias
1896 fez um relatório, e fez algumas recomendações, inclusive para o próprio Senappen,
1897 que já foi apresentado pela ex-PGR, a Liseta, que agora foi reapresentada pelo
1898 Paulo Gonet, de que não pode ter perfilamento racial, não pode ter várias coisas. E
1899 isso são recomendações no âmbito federal, do sistema penitenciário federal. Então,
1900 a gente precisa pensar um pouco nisso também, e por exemplo, lá também está
1901 condicionamento de repasse de verba. Então assim, porque quando a gente mexe
1902 no bolso, todo mundo sente. É só não mexer no bolso. O que muda a vida é o
1903 bolsinho. Não é outra coisa que muda. Então, a ideia é um pouco isso, de que, olha,
1904 o Estado que não tiver ali, cumprindo a prevenção, combate à tortura, não vai
1905 receber repasse. O Rio de Janeiro ficou muito tempo sem receber recurso do
1906 FUNPEN. Ficou 10 anos. Até ele dar uma melhoradinha, deu uma melhoradinha,
1907 voltou a receber.

1908 **Interlocutora não identificada** – Só uma duvidazinha, é se essa proposta se
1909 relaciona com a outra que fala em alterar o termo de adesão do sistema nacional,
1910 condicionando repasse de verba. Porque as duas coisas a gente está falando de
1911 condicionamento de verba, só para entender.

1912 **Interlocutora não identificada** – Sim e não. Pode ser, é uma das formas de
1913 condicionamento de repasse, mas a gente entende que, em relação ao sistema, é
1914 um condicionamento específico para o sistema. E é algo, inclusive, mais concreto,
1915 até que o Comitê pode fazer, mas a gente pode fazer algo em relação ao FUNPEN,
1916 por exemplo, que não necessariamente vai estar relacionado ao sistema. Então, é
1917 uma forma de condicionamento de repasse, mas o sistema é uma ação mais
1918 específica.

1919 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – A
1920 Jaque queria falar.

1921 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
1922 **Resistência Contra o Genocídio)** – Na questão anterior aqui, só para efeito,
1923 depois de formalizar, a gente só entendeu que, se a gente colocar o primeiro
1924 objetivo geral e a gente incluir a questão de proibição de retrocesso, no sentido de
1925 incluir a questão das privatizações, talvez não dê conta. E talvez a questão da
1926 proibição do retrocesso, nós estamos tentando aqui achar a palavra correta, mas
1927 vou falar dessa forma, só uma questão de entendimento, mas mais de uma forma
1928 ideológica de ver a coisa, do que de objetiva. Porque, por exemplo, dentro do nosso
1929 olhar, seria um retrocesso. Na verdade, quem defende a privatização é um grande
1930 avanço. Então, talvez a gente é favorável a juntar, só acho que deve constar
1931 especificamente. Então, a fiscalização e tal, juntar lá, mas especificamente em
1932 relação à questão das privatizações, a gente acha que tem que estar em destaque.
1933 E acho que talvez, se não constar a questão da privatização, a gente acha que pede
1934 força. E o retrocesso... A gente acha que talvez a questão em relação a retrocesso,
1935 acho que para a gente vai ficar de fácil entendimento. E, talvez, para outras
1936 pessoas, um caráter mais ideológico. Acho que talvez seja isso.

1937 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu
1938 acho que não precisaria incluir retrocesso no objetivo geral, até porque o objetivo
1939 geral já está envolvendo fiscalizar as políticas públicas. Então, impedir retrocesso
1940 faria parte disso. Mas, como objetivo específico, mantém de igual forma, em relação
1941 a impedir o retrocesso... Aliás, impedir a privatização.

1942 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
1943 **Resistência Contra o Genocídio)** – De acordo.

1944 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Bom,
1945 então, voltando ali, a gente falou em contribuir para a criação de uma política de
1946 condicionamento, de repasse de verbas públicas vinculadas à prevenção e combate
1947 à tortura. Então, nesse caso, isso também me parece uma ação. Está bem. Ser o
1948 CNPCT reconhecido pelo governo como órgão referência para a prevenção,
1949 combate à tortura. Aqui eu acho que ficou muito específico também. Eu entendi de

1950 onde veio, mas me pergunto se não é o caso de a gente pensar em algo mais
1951 genérico no sentido de o comitê se tornar uma referência de uma forma mais ampla,
1952 a gente pensar em ações de divulgação do trabalho e da atuação do comitê e aí,
1953 dentro dela, incluir a importância do governo também se referenciar dentro das suas
1954 ações internas e externas o comitê. Pode ser? Então, tem uma proposta dessas?
1955 Pode falar.

1956 **Interlocutora não identificada** – Quando a gente pensou nisso, porque é um pouco
1957 assim, o comitê é o órgão de prevenção e combate à tortura. O comitê foi criado
1958 porque o Brasil ratificou a Convenção contra a Tortura e criou uma obrigação. Só
1959 que o comitê só é utilizado na hora que precisa para o governo dar explicação para
1960 fora. Fora isso, o comitê não serve para nada. É colocado de lado. Então, a ideia é
1961 que daqui para frente o governo incorpore que a política nacional de prevenção e
1962 combate à tortura é feita pelo comitê. Então, tudo tem que passar pelo comitê. Ele
1963 não pode fazer nada sem passar pelo comitê. É isso.

1964 **Interlocutor não identificado** – Pequeno acréscimo, porque essa discussão a
1965 gente fez no nosso grupo e acabou não indo para o geral, enfim, que a gente
1966 enxugou algumas coisas. A gente tinha pensado numa perspectiva do comitê ser
1967 protagonista no Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A gente tem
1968 que a partir desse objetivo, digamos, específico, a gente pensar algumas ações.
1969 Porque, do ponto de vista formal, se a gente pegar a legislação, tanto o protocolo
1970 facultativo, mas pegando a legislação nacional que cria o Sistema Nacional, o
1971 comitê, de fato, ocuparia esse protagonismo. Acho que a gente tem que pensar em
1972 algumas ações para o ano que isso se efetive na prática, sobretudo implicando a
1973 participação de forma ativa mesmo do ente governamental. Acho que, enfim, está
1974 quase que uníssono. Desde a parte da nossa avaliação, esse encaminhamento
1975 nosso é prático e objetivo para os representantes governamentais participarem de
1976 forma mais ativa no comitê, até para ter esse sentido no Sistema Nacional.

1977 **Interlocutora não identificada** – É que também o que a gente está observando
1978 são outras políticas ou políticas atinentes também à tortura que estão sendo

1979 desenhadas em outros órgãos, sem nem o conhecimento do comitê. Então, isso
1980 não poderia acontecer, não pode acontecer, tem que ser centralizado aqui, e não a
1981 gente ficar sabendo por outros meios de outras formas, como uma coisa já está em
1982 estágio avançado de discussão, e nós não estamos sabendo centralizar.

1983 **Interlocutora não identificada** – Só uma questão também, quando a gente estava
1984 discutindo, que a gente estava sempre no foco de o que a gente quer daqui a três
1985 anos. E que parte significativa, acho que a grande parte dos nossos conflitos aqui é
1986 exatamente essa questão do desprestígio ao comitê. Então, entendendo isso como
1987 objetivo. Como a gente quer terminar daqui a três anos e para tirar ações ainda.

1988 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
1989 Então, a gente deixa como um objetivo específico do primeiro de também, porque
1990 ele faz parte do âmbito de propor e fiscalizar a política pública. Porque aqui a gente
1991 está falando de política pública, o governo, para que o governo reconheça a
1992 importância que realmente tem o comitê, só que na prática. Aí eu entendo que é
1993 uma ação também, e seria apresentar proposta de criação de fundo nacional para
1994 ressarcimento de vítimas de tortura. Aí seria uma ação mesmo, já. O que vocês
1995 acham? Na ação, não é? Porque já seria a criação de uma proposta de fundo. E aí
1996 a partir dessa criação, a criação de um fundo em si, não é? Ou vocês querem deixar
1997 como objetivo específico e a gente destrincha mais em ações concretas. Então,
1998 primeiro escrever a proposta, minutar a proposta, aprovar em plenário, esse tipo de
1999 coisa. Tem que defender a proposta. Alguma coisa bem assim. Vamos escrever
2000 uma proposta, ponto. É, não é? Para criar essa proposta. Escrever literalmente a
2001 proposta. Então deveria... Sim. Nessa perspectiva de política de ressarcimento. A
2002 gente podia incluir essa palavra, inclusive, não é? De reparação.

2003 **Interlocutor não identificado** – Sim, é porque entramos numa discussão, inclusive
2004 o Matheus estava levantando, que era a questão das condenações. São poucas as
2005 condenações do agente público em questões de violação. Só que, através do
2006 material que nós temos no mecanismo, inclusive dos relatórios, fica realmente
2007 demonstrado as pessoas que foram vítimas da... Então criar um fundo é exatamente

2008 para a gente conseguir ressarcir essas vítimas, além de algumas outras ações. Vou
2009 colocar por exemplo. Se a gente entra em uma ação civil pública de punho de
2010 indenização coletivo, não tem para onde destinar esse valor, entendo eu. Talvez iria
2011 para o FUNPEN? Não sei. Mas criar um fundo específico também para angariar
2012 esses valores, acho que seria interessante. Aí depois a gente cria as normativas de
2013 como é feita essa análise, essa identificação também das vítimas para esse
2014 ressarcimento. Aí realmente é um estudo, pode ser através de um GT, acho
2015 excelente para a gente conseguir implementar esse fundo.

2016 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** No
2017 mundo ideal o Ministério Público poderia fazer acordos de...

2018 **Interlocutor não identificado –** Com toda certeza.

2019 **Interlocutora não identificada –** Eu entendo isso, da necessidade de... Entendo
2020 isso quando falo, só muda quando mexe no bolso. Eu só acho que o fundo talvez
2021 seja uma segunda etapa. Porque talvez um fundo acessa quem conseguiria acessar
2022 a justiça, conseguir uma condenação, conseguir... Não, não está, mas... Mas
2023 mesmo no curado, não estou conseguindo coisas mínimas também, que é conto em
2024 dobro de pena. É isso que eu estou falando, depende de um acesso à justiça. O
2025 que eu estou querendo dizer é que eu acho que depende talvez da necessidade de
2026 uma política de pensar a reparação e responsabilização. Quais são esses fluxos de
2027 acessar a justiça? Não existe uma política de fato que consiga acessar essa justiça.
2028 Eu acho isso necessário, eu entendo isso como uma ação, mas é só para não...
2029 Não acho que é o fim último, ele é uma consequência de talvez outras... Outras...
2030 Parte de uma política maior de pensar a reparação.

2031 **Interlocutora não identificada –** Eu também acho. Eu acho que o grupo de
2032 trabalho se for criar deve também abordar essa parte. Quer dizer, acesso à justiça,
2033 instituições para cumprir isso existem. Falta elas serem acionadas. Também se
2034 identificar as vítimas, e eu acho que também tem que identificar o perpetrador que
2035 é que tá praticando.

2036 **Interlocutora não identificada** – Pois é, são muitas etapas, não é? Acho que talvez
2037 para esse objetivo, tem que prever talvez a realização de estudos, enfim,
2038 levantamento de dados.

2039 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Uma
2040 dúvida. Será que com o tempo, até a gente conversando, a Ana também trouxe isso
2041 um pouco antes. Se a gente incluir como objetivo geral a criação de um plano
2042 nacional de prevenção, combate e tortura, e aí colocar esses... Oi? Então o que era
2043 que não existia? Tinha um outro nome, uma outra... Uma política, é isso? A gente
2044 falar na construção da política nacional de prevenção, combate e tortura, e aí, dentro
2045 dessa política, incluir a criação de um fundo nacional de ressarcimento e reparação
2046 às vítimas de tortura. Pode ser? Esse é o objetivo geral, não é? Isso. Que aí depois
2047 a gente vai ter que pensar em outros meandros aí. Bem grandes. Próximo.
2048 Desenvolver uma metodologia e banco de dados para monitoramento de
2049 recomendações do mecanismo nacional de prevenção, combate e tortura. E aí tem
2050 um outro, que é desenvolver uma metodologia e banco de dados para
2051 monitoramento de recomendações do CNPCT.

2052 **Interlocutora não identificada** – É, são diferentes justamente porque tem a
2053 atribuição específica do comitê de acompanhar as recomendações do mecanismo,
2054 e também uma outra coisa que a gente faz também recomendações, a gente faz
2055 ofícios, a gente responde algumas denúncias, articulações, denúncias que chegam
2056 aqui em R.O. e perde o acompanhamento. Na verdade, talvez tenha uma questão
2057 anterior de ter uma memória institucional do comitê também de saber onde estão
2058 todos os documentos, o que já foi feito, o que foi feito e não teve resposta. Mas é
2059 só para separar também de conseguir acompanhar o próprio trabalho do comitê
2060 para que não se perca biênio após biênio. É isso.

2061 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu
2062 tenho uma sugestão. Esse do mecanismo colocar como objetivo específico do
2063 terceiro, que tem relação com essa interlocução, quanto ao do CNPCT, o objetivo
2064 em si seria maior, de a gente falar em memória institucional do comitê. Porque

2065 quando a gente fala de ter uma metodologia e banco de dados, é, seria algo mais
2066 interno, a gente está falando de algo de organização interna, mas para isso a gente
2067 precisa, antes de tudo, estabelecer o que seria uma memória do comitê, o que seria
2068 um fluxo de um fluxo de trabalho, que é parte disso a gente vai começar a fazer,
2069 inclusive, amanhã. Então, seria...

2070 **Interlocutora não identificada** – A gente podia acrescentar, inclusive, no Participa
2071 Mais Brasil, tem a parte lá do Comitê Nacional, no site do Participa Mais Brasil, que
2072 as recomendações, tanto do comitê, porque o mecanismo também tem a parte lá
2073 do Participa Mais Brasil, que as recomendações sejam colocadas ali. Porque aí todo
2074 mundo vai poder acessar. O problema é que, assim, quando mudou a sigla da
2075 secretaria, é que antes era uma secretaria, depois virou um ministério, tudo isso se
2076 perdeu. Entendeu? O site que era antigo e aí vai se perdendo as informações.
2077 Então, acho que tem que ter alguma coisa que fique ali no Participa Mais Brasil,
2078 mas que tenha também institucional e que possa ser fácil de acesso para não se
2079 perder, para não acontecer isso.

2080 **Interlocutor não identificado** – É, acho que só acrescentando também o outro
2081 debate que a gente fez, também, que é o distúrbio de ações de banco de dados,
2082 você está falando do Objetivo Terceiro, a gente ter alguma informação, algum
2083 monitoramento disso em relação às denúncias de tortura feita pelo Disque 100,
2084 Disque Direitos Humanos. Claro que isso incidiria, pensando na política pública,
2085 mais diretamente às ações da Coordenação Nacional ou Coordenação Geral de
2086 Combate à Tortura, mas a gente, como comitê nacional, precisa dessas
2087 informações, até para saber que casos configurariam tortura, quais foram
2088 acompanhamentos, que resposta foi dada, enfim. Acho que é fundamental a gente
2089 se articular com o Disque 100 ou Disque Direitos Humanos. Bom, teoricamente, é
2090 o mesmo ministério.

2091 **Interlocutora não identificada** – Está sendo retomada agora essa política do
2092 Disque 100, porque ele estava assim, ele estava dormindo. Ele passou, assim, os
2093 últimos anos dormindo. Eu queria só... Não, tem recebido, mas a questão é que,

2094 assim, recebia as denúncias e era encaminhado diretamente para as unidades
2095 prisionais. Isso deu muito problema. Deu muito problema. E aí parou de encaminhar
2096 para as unidades, porque, assim, a pessoa está denunciando e você vai mandar
2097 direto para o diretor da CEAP.

2098 **Interlocutora não identificada** – Eu queria só confirmar sobre o plano. Eu tentei
2099 localizar e eu não achei esse plano. E o único que existe é de 2001. Então, se existe
2100 algum plano que tem uma data de início e final que vocês trabalhem dentro com
2101 esse plano, depois tem como me mandar para eu me apropriar?

2102 **Interlocutor não identificado** – Você está se referindo ao Plano Nacional de
2103 Erradicação da Tortura ou de Tratamento, de 2006?

2104 **Interlocutora não identificada** – Então, de 2001 a 2006. E aí ele finalizou em 2014
2105 e ele vai ser reconstruído? É um plano que está vigente. Ele está vigente até
2106 quando? Isso.

2107 **Interlocutor não identificado** – Então, mas pensando na metodologia que a gente
2108 está desenvolvendo aqui, eu não sei se te responde parcialmente. Quer dizer, existe
2109 o Plano de 2006, que é o plano que foi complementado em 2014, que é o Plano de
2110 Ações Integradas para Erradicação da Tortura ou de Tratamentos, que inclusive
2111 consta como desdobramento da assinatura do Brasil em relação para o Protocolo
2112 Facultativo das Nações Unidas, que é entre essas ações que estão desdobradas
2113 também nos planos nacionais de direitos humanos, sobretudo o PNDH3, na criação
2114 do Comitê de Mecanismos. Eu acho que o que a Kim colocou para a gente pensar
2115 enquanto comitê nesse plano de triênio ou a um prazo, a gente é uma construção
2116 de uma política nacional, de prevenção em combate à tortura, com base nesse
2117 acúmulo que a gente tem. Não é isso?

2118 **Interlocutora não identificada** – É porque são dois instrumentos importantes e o
2119 plano é importante, então, estar com ele atualizado para propor uma política. Sem
2120 plano, você não consegue monitorar nem avaliar o que foi proposto. E lá também é
2121 um lugar onde você pressiona também a esfera governamental, porque lá a esfera

2122 governamental vai ter que dizer o quanto de investimento e quais são as ações para
2123 cumprir com aquilo que esse plano foi construído. Então, também é um instrumento
2124 que você pode pensar e usar também para responsabilizar a perspectiva
2125 governamental. Então, por isso que eu estou fazendo essa pergunta, porque eu
2126 acho que é importante a gente trazer aqui, principalmente porque as tomadas de
2127 decisões aqui, elas são bipartite. Então, o plano não precisa passar por aqui, tem
2128 que ser aprovado, tem que ser fiscalizado. O comitê tem o poder de fiscalizar, tem
2129 o poder de cobrar, tem o poder de resolução. Então, eu acho que tem que utilizar
2130 esses poderes aqui. Tem que utilizar desse poder. É através da utilização desse
2131 poder que a gente vai, de fato, conseguir promover e proteger a pessoa. E aí, um
2132 outro ponto é pensar só no Disque 100, não é o suficiente. Tem que pensar fluxo
2133 do território até o nível nacional. Não é suficiente só o Disque 00. Aí eu estou
2134 dizendo para vocês de todas as outras Constituições que eu participo de violação
2135 de direitos humanos. Então, tem que pensar dentro desse conjunto qual é o fluxo
2136 que vai estabelecer de território ao nível nacional, não do nível nacional para o
2137 território. Então, tem que pensar essa perspectiva.

2138 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Só
2139 uma coisinha que eu queria comentar, que eu acho que realmente essa diferença
2140 do que é o Plano e o que é a Política, é algo que a gente tem que ter um pouco mais
2141 de clareza. E algumas coisas que você foi falando, Ana, me trouxeram à memória
2142 de fato que existe uma diferença destacada aí. O Plano, inclusive, tem a
2143 participação do Governo nesse planejamento, porque são ações ali, mas é uma
2144 construção da sociedade civil junto com o Governo nessa perspectiva de pensar
2145 daqui a cinco, dez anos, qual é a projeção que a gente vê de ações também e
2146 objetivos a serem cumpridos. Agora, a Política em si vem nessa perspectiva de ter
2147 diretriz, de ter princípios, que são coisas que a gente em princípio tem nas
2148 legislações, mas que falta ali uma organização talvez em um documento único,
2149 enfim, algo mais nesse sentido. Então, talvez, aí a minha proposta seria de a gente,
2150 de fato, incluir como uma ação, como a Jaque comentou, a gente fomentar a criação
2151 desse Plano, a atualização desse Plano, considerando que o último foi terminou a

2152 sua vigência, vamos dizer assim, em 2014. Terminou o seu efeito em 2014, que
2153 depois disso não teve mais nenhuma atualização. Os planos nacionais de educação
2154 são atualizados a cada cinco anos, enfim, esse tipo de coisa.

2155 **Interlocutora não identificada** – Você coloca a Política como sendo antecedente
2156 ao Plano.

2157 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Como
2158 mais central, como um eixo estruturante. A Política é um eixo estruturante e o Plano
2159 é algo que realmente é uma explicação, uma decorrência em consonância com a
2160 Política, obviamente. Exato. Inclusive com o processo de participação social. Enfim,
2161 tem alguns planos que são construídos por conferências municipais, estaduais,
2162 nacionais. O Plano não é legislado. Até onde eu sei, o Plano não é legislado. O
2163 Plano é um processo de participação social mesmo que constrói esse Plano. A
2164 Política, sim, é legislada. A Política deve ser legislada. Por isso que, na minha
2165 percepção, a gente tem uma Política em vários lugarzinhos e que falta aí uma
2166 Política integrada, uma Política nacional integrada, uma Política nacional mesmo.
2167 Então, está aí o lugar.

2168 **Interlocutor não identificado** – Eu ia fazer duas pontuações. Estou plenamente
2169 contemplado com o que você falou. Era mais ou menos isso que eu ia pensar em
2170 relação à Política. Em relação à questão de dados, quando a gente coloca, até
2171 explicando melhor para os colegas o que a gente discutiu, a gente sinalizou o
2172 Disque 100 como uma ferramenta e tudo. Claro que, dentro do Disque de Direitos
2173 Humanos, há uma série de desdobramentos que a gente pode ter. Mas, como
2174 sintoma, como uma situação de que esse colegiado, o Comitê Nacional de
2175 Prevenção e Combate à Tortura, deve ter, inclusive por lei, mas não só por lei, em
2176 relação ao nosso papel mesmo institucional, a gente precisa, deve ter o panorama
2177 nacional do crime de tortura no Brasil. Não só daquelas condutas que são
2178 criminalizadas ou não, a gente precisa saber que casos são denunciados de tortura,
2179 por exemplo, do Disque de Direitos Humanos, mas, por exemplo, por isso que na
2180 Constituição da Lei Federal e do Sistema Nacional, a gente tem representantes do

2181 próprio Judiciário, do Ministério Público, a gente precisa ter uma visão global,
2182 nacional, de, por exemplo, quantos casos de tortura a gente tem no Brasil
2183 denunciados, quantos casos foram julgados, que casos são esses, se são torturas
2184 de agentes privados ou é a tortura de agentes públicos, como isso está organizado
2185 em panorama nacional, eu acho que é um dever do Comitê Nacional. Uma pesquisa
2186 de monta que eu saiba, embora o sistema do CNJ esteja mais informatizado e tudo,
2187 foi realizada pela Universidade de São Paulo já há um tempo. Nós, enquanto
2188 instância do Comitê Nacional, a gente precisa ter acesso às informações, nem que
2189 a gente se articule com o Conselho Nacional do Ministério Público, o CNJ, a gente
2190 precisa ter uma dimensão numérica dessa política dos casos de tortura no Brasil.

2191 **Interlocutora não identificada** – Eu concordo totalmente e eu penso que a gente
2192 só pode também direcionar políticas quando a gente vê o desenho do universo de
2193 onde está sendo praticada a tortura, quantas pessoas, enfim, uma radiografia disso,
2194 eu acho que isso passa pela questão do banco de dados, e tudo bem que nós não
2195 tenhamos braços para isso, mas então vamos nos municiar de um órgão que faça
2196 essa coleta de dados. Eu acho que seria muito importante colher dentro do sistema
2197 prisional informações da prática de tortura, das polícias, acho que guarda municipal
2198 também, enfim. Oi? Sinase, enfim, bem globalizante para a gente ter realmente um
2199 banco de dados e uma fotografia, uma radiografia de como a situação no país está,
2200 e a partir de nós nos apoderarmos desses números, a gente poder então direcionar
2201 o que nós vamos fazer. O CNJ, uma das primeiras coisas que fez, e no início, assim,
2202 eu como juíza digo, os juízes odiavam o CNJ, mas hoje em dia a gente pensa que
2203 o papel do CNJ é muito importante, o CNJ está implantando as políticas mais
2204 progressistas, e tem assim radiografado tudo, e a partir daí tomar a iniciativa de
2205 direcionar ações para tornar o judiciário transparente, para tornar o judiciário menos
2206 autoritário, várias coisas estão sendo feitas. Eu acho que a gente sempre tem que
2207 ter uns números para poder, a partir daí, desenhar ações. Então, penso que a
2208 questão dos bancos de dados é importante.

2209 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
2210 Paulo, você está com a mão levantada?

2211 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
2212 **Do Norte – UFRN)** – Estou, mas estou ainda em elaboração.

2213 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Quer
2214 passar para a Maria Clara depois?

2215 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
2216 **Do Norte – UFRN)** – Não, mas vou pontuar só uma coisa, o que a Ana Carla trouxe,
2217 para mim foi muito significativo, muito importante, porque eu acho que a gente está
2218 refletindo um pouco sobre esse planejamento, e aí eu acho que vai desenhando
2219 alguns temas que a gente considera importantes no que seriam ações de advogas,
2220 ações específicas. Então, a retomada de audiências custódia presenciais, contra a
2221 privatização, outro tema que a gente falou bastante ao longo do ano, visita, revista
2222 íntima, algumas coisas que são importantes para a gente, politicamente, que são
2223 ações que a gente pode fazer, advogas, nota, conversar com pessoas, etc. Mas são
2224 coisas que talvez a gente possa lançar uma minuto, uma resolução, mas não vejo
2225 alguma coisa de um vulto muito maior. O que ela traz com essa menção ao plano é
2226 uma coisa muito evidente que estava escapando a gente. Então, eu acho que talvez
2227 a fala da Ana Clara, Ana Carla, seja muito significativa, porque eu acho que traz
2228 uma maternidade de um produto significativo, que eu acho que a gente deveria
2229 assumir um compromisso para 2025. Talvez não dê para 2024, até porque vai ter
2230 uma mudança, mas desse planejamento, eu acho que a gente tem uma coisa
2231 extremamente palpável, extremamente palpável também pela conjuntura política,
2232 porque como eu falei de manhã, o governo não vai entregar nada daquilo que a
2233 gente quer, porém o plano o governo entrega, eu acho. Acho que na correlação de
2234 forças e na conjuntura a gente consegue passar um plano com a agenda política
2235 que a gente tem de prestar pauta. Exatamente, a gente sabe que dentro da gestão
2236 estatal o produto não é pouco, o produto é muito significativo, porque pode ser
2237 utilizado nas diferentes instâncias para reivindicar outras ações. Então, eu acho que
2238 a gente considerando esse ponto que ela trouxe, eu acho que a gente tem uma
2239 coisa mais, na minha opinião, por isso eu estou ainda matutando, mas palpável para
2240 colocar então, a gente faz um giro, então a gente tem uma coisa bem objetiva para

2241 tentar se organizar, para entregar para a nova gestão mais organizada o
2242 desenvolvimento desse plano e aí eu acho que é isso, dentro desse processo de
2243 organizar esse plano, a futura montagem desse plano, é elencar as pautas
2244 específicas do que a gente pode fazer de advocacy desses temas que a gente
2245 atravessou o ano passado mais, a década toda, discutindo. Eu acho que traz uma
2246 certa materialidade essa proposta, eu acho que desenha algo palpável, alguma
2247 coisa que eu acho que a gente deixa mais organizado para quem vai continuar
2248 conduzindo os trabalhos a partir desse ano para o ano que vem. Então, acho que,
2249 para mim, a contribuição dela foi muito significativa, porque traz uma coisa que nos
2250 organiza, de maneira pontual, além dessa necessidade de a gente ter que se
2251 posicionar, que é outra dimensão importante para a gente. Então, eu fico aqui
2252 desenhando, mas se eu assentar a poeira ficar melhor, que é isso, é um eixo desses
2253 temas, advocacy, um eixo de reestruturação interna, que é o que a gente fica
2254 batendo das nossas dificuldades e, para mim, um produto mais acabado, que é,
2255 então, estabelecer uma meta específica para esse plano, que aí eu acho que é isso,
2256 para o primeiro semestre de 2025, talvez alguma coisa assim. Então, pensar, se a
2257 gente tem um plano para 2025, o primeiro semestre, o que a gente pensa de
2258 atividade para esse plano? O que a gente precisa fazer para isso?

2259 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Só
2260 para não perder a memória, para a gente anotar sobre essas ações do plano, eu
2261 fico pensando, a gente tem uma dimensão de participação social, de atualização
2262 desse plano, tem uma dimensão de participação social que, para mim, é um pouco
2263 nebulosa, como a gente conseguiria concretizar isso, pensando na estrutura como
2264 elas comentaram, as peritas sui generis que tem o nosso comitê. Mas, assim, indo
2265 em um fluxo natural de outras políticas, por exemplo, agora a galera de imigração
2266 está fazendo a COMIGRAR, uma conferência que está indo entre as conferências
2267 livres, depois municipais, depois estaduais, para chegar no nacional, na
2268 COMIGRAR. Se a gente pudesse fazer, em parte, algo assim, seria muito
2269 interessante, uma maneira de, mais uma vez, reforçar a importância do comitê
2270 nacional, dar o valor real que ele tem na legislação até então, mas também a gente

2271 fomentar esse debate do que é a tortura, porque acho que a gente só vai conseguir
2272 chegar no lugar de um plano que seja próximo à realidade das pessoas, quando as
2273 pessoas também trouxeram cada vez mais para além das nossas apresentações
2274 que estão aqui, o que elas veem, entendem e vivenciam enquanto tortura. Então,
2275 como uma ação desse objetivo, eu queria que a gente registrasse, só para não
2276 esquecer, de incluir ou um GT ou uma, enfim, uma definição em plenária de como
2277 vai ser o processo de participação social para a construção desse plano, porque a
2278 gente vai ter que fazer um cronograma, a gente vai ter que pensar nesses
2279 momentos de participação social. Acho que vai ser muito da hora para, inclusive, o
2280 comitê sair mais do armário, por assim dizer.

2281 **Interlocutora não identificada** – Porque, na verdade, causa até uma certa
2282 preocupação, porque, na verdade, isso aqui já foi falado diversas outras vezes. Não,
2283 mas tem um plano e tal. Então, acho que se tem um plano, e se ele estaria vigente,
2284 estando ou não desatualizado, é alguma coisa que a gente, que nós, acho que
2285 deveríamos nos debruçar. Então, eu acho que todo o nosso tipo de reconhecimento
2286 está avaliando e participar ativamente, na verdade, deste plano. Então, acho que
2287 não tem como a gente fugir de se apoderar desse que está existente. Acho que é
2288 urgente, inclusive. Isso já foi falado diversas vezes. Aqui, e acho que acabou no
2289 calor da demanda, a gente foi falado, mas não encaminhamos. Eu acho que esse é
2290 o momento que a gente necessita debruçar sobre esse instrumento que existe, na
2291 verdade, também.

2292 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
2293 Acaba se tornando uma ação também, inclusive, isso, porque o novo plano, na
2294 verdade, pode ser nada mais do que a manutenção. É uma atualização. Vai manter
2295 o que segue ali necessário e vai acrescentar com outras coisas que foram se
2296 mostrando necessárias na realidade do dia-a-dia desses anos todos. Então, é isso.
2297 Eu vi que faltou um ponto aqui, que é a criação de um prêmio do CNPCT. E aí, isso
2298 seria uma ação. Já desmoldando, mas tinha essa proposta. Calma, espera aí.

2299 **Interlocutor não identificado** – Só porque isso que a Kim colocou é ótimo, a
2300 possibilidade de ter essa cascata de conferências, como acontece na cultura, como
2301 acontece até para a política LGBT, está previsto e está acontecendo. A questão que
2302 dificulta um pouco a gente pensar sobre isso é que o chefe do executivo tem que
2303 convocar a conferência. Então, o presidente da República teria que convocar a
2304 Conferência Nacional para que aí, sim, iniciasse esse processo. Tem-se as
2305 diretrizes da Conferência Nacional e aí a gente começa lá da base municipal, etc.,
2306 até voltar. Então, isso seria um dos primeiros pontos para a gente começar a
2307 trabalhar. Pensar como a gente faz o advocacio necessário para que o presidente
2308 da República faça isso. Convoque uma conferência. Acho que isso é um ponto de
2309 nota, como fazer isso acontecer.

2310 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – A
2311 Casa Civil é membro do comitê? Em tese, sim. Em tese, sim. Formalmente.

2312 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
2313 **Desencarceramento)** – Muito sinceramente, estou em outro lugar. Desculpa, a
2314 gente teve o Encontro de Comitês e Mecanismos. Este é o lugar da política no
2315 Encontro de Comitês e Mecanismos do ano passado. Agora vai chamar a
2316 conferência? Para isso, vêm todos os comitês do Brasil aqui e o mecanismo. É aqui
2317 que a gente faz a política nesse encontro. É nesse lugar também. Olha só, gente.
2318 Eu falo isso porque cada gestão que tem no Comitê Nacional, a gente volta a mesma
2319 coisa. Não tem sentido a gente ter feito o Encontro de Comitês e Mecanismos que
2320 foi uma porcaria, foi. Inclusive, a gente não fez o Encontro do Sistema Nacional de
2321 Prevenção e Combate à Tortura por quê? Porque a antiga coordenadora dizia que
2322 era separado. E eu sozinha dizia o tempo todo que nunca foi. Mas para todos os
2323 membros era bom ela dizer que era separado e esse ano vai ter o Encontro do
2324 Sistema. Então, se a gente quer produzir um plano ou revitalizar o plano, é no
2325 Encontro do Sistema. Não pode ser... Agora a gente vai criar uma conferência...
2326 Gente, não conhece? Inclusive, eu já mandei no e-mail de todo mundo. Eu já mandei
2327 duas vezes no e-mail de todo mundo. Olha só. Inclusive, eu falei... Mas olha só, eu
2328 falei na reunião do comitê em março. Depois eu falei em agosto do plano. Aí eu fui

2329 e mandei para o e-mail de todo mundo. Falei, vou mandar no e-mail para ninguém
2330 dizer que não tem. Que não sabe, que não viu. Eu mandei duas vezes. Então, assim,
2331 eu acho que tem umas coisas que estão meio fora da ordem.

2332 **Interlocutora não identificada** – Uma coisa é a pessoa ter um e-mail. Uma coisa
2333 é algo que foi comentado. Exatamente o que eu falei na minha fala. Isso foi
2334 comentado diversas vezes. Mas, em nenhum momento, nós encaminhamos nada
2335 em relação ao plano. Encaminhamento de reunião nós não tivemos. A gente tem
2336 que assumir que... É um erro, gente. A gente tem que assumir que é um erro. Agora
2337 é a hora de encaminhar. É isso. E ponto. Vamos encaminhar e segue o baile.

2338 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Isso
2339 é uma questão de ordem mesmo. É encaminhar no sentido de encaminhar dentro
2340 do planejamento. Então, a gente não precisamos discutir agora em qual instância e
2341 de que maneira esse plano vai ser atualizado. Mas é importante a gente estar tendo
2342 essa conversa pincelando para visualizar que realmente vai dar um caldo aí bacana
2343 para a gente pensar nessa atualização. E aí a importância da troca entre os entes
2344 do governo com os entes da sociedade civil. Dentro dos tensionamentos possíveis
2345 a gente vai também construindo coisas. Então, daqui a gente já conseguiu elencar
2346 tudo. Deu para encaixar tudo nos objetivos gerais, específicos e até em algumas
2347 ações. Seria o caso de a gente reler de novo e dizer se tem mais ações que a gente
2348 gostaria de incluir. Ah, e tem o prêmio também que não foi explicado. Microfone.

2349 **Interlocutor não identificado** – Rapidão, pessoal. O que eu pensei? Existem
2350 alguns espaços. O plano é um espaço. O encontro dos comitês mecânicos é um
2351 espaço. O encontro do sistema é um espaço. Mas eu acho que essas nossas
2352 prioridades que a gente está debatendo hoje, elas independem do plano. O plano é
2353 só mais uma coisa. O que eu vejo? Até por essa dificuldade nesse um ano e pouco
2354 do novo governo da gente caminhar com vários temas, publicações, participação
2355 dos membros, etc. O que eu vejo que a gente tem, um pouco na linha do que o
2356 Paulo traz, o que a gente vai conseguir fazer no cenário que a gente tem para hoje.
2357 O que eu vejo é que nesse planejamento a gente vai conseguir, entre aspas,

2358 destacar alguns temas e tentar apagar alguns incêndios. Não sei se a gente tem
2359 perna para aprofundar sem apoio governamental também essa questão do plano.
2360 Eu acho que nesse pouco tempo que a gente vai ter no mandato, ainda que fique
2361 para o próximo mandato, eu acho que a gente poderia eleger uns temas como
2362 custódia, privatização, fomento de criação de órgãos estaduais, e focar um pouco
2363 nisso. Senão a gente vai ficar muito no abstrato, pessoal. Enfim, não sei. É uma
2364 reflexão que eu trago aí.

2365 **Interlocutor não identificado** – Eu quero só perguntar se isso aqui está
2366 funcionando ainda, porque eu tenho levantado e não tem funcionado.

2367 **Interlocutora não identificada** – Não, eu vou só colocar uma questão de ordem
2368 aqui, rapidão. E o meu estava inscrito também faz tempo. A Patrícia colocou aqui
2369 que tem gente esperando no Congresso para ação de incidência em relação a
2370 saídas temporárias. Então, precisamos ver como encaminhar isso, já que enfim,
2371 tem essa demanda. Eu acho que o ideal seria separar mesmo os grupos para ficar
2372 um aqui, talvez terminar de sistematizar, organizar melhor o momento da manhã e
2373 o outro vá lá. Parece que já tem um grupo, não é? Patrícia, Miriam e Matheus?

2374 **Interlocutor não identificado** – É, eu posso ajudar também. Posso ir também.

2375 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Está
2376 bem. Está bem, passa para o Caio. Eu estou inscrita ainda sobre o outro assunto,
2377 inclusive reagir ao que o Mateus falou.

2378 **Interlocutor não identificado** – Eu tinha levantado já antes ali na discussão, assim,
2379 não vou estender, porque, como a Kim colocou, não é aqui que a gente vai dizer
2380 onde e quando vai ser escrito o plano, a política, etc. Mas eu concordo que existem
2381 vários espaços como o Mateus colocou, mas é legal a gente não presumir, Patrícia,
2382 que é só aqui e só os mecanismos dos Estados e só os comitês dos Estados que
2383 trabalham com este tema. Vão existir diversas outras instituições, seja com
2384 adolescentes, seja com idosos e essas pessoas que vão estar na ponta e
2385 eventualmente vão poder participar desse sistema de cascata, de conferências, elas

2386 ou não conhecem este órgão, ou não chegam aqui, e vocês que trabalham com
2387 familiares de pessoas privadas de liberdade, sabem exatamente que não chega,
2388 que as demandas não chegam aqui e que as pessoas muitas vezes não conhecem,
2389 desconhecem que esses órgãos existem. Então, eu acho que é positivo que seja
2390 feito dessa forma. Eu acho que a gente não deve entender que a elaboração do que
2391 é a prevenção à tortura no Brasil sempre vai estar nas nossas mãos ou dos outros
2392 comitês ou dos outros mecanismos, sempre nesse tipo de pessoa especializada
2393 que já chegou neste assunto. Então, acho que não tem nada de negativo de fazer
2394 isso o mais amplo possível. A outra questão que eu ia colocar é discordar do
2395 Mateus. Eu acho que a prioridade, uma das prioridades absolutas deveria ser isto,
2396 deveria ser este plano. Me parece que tem parecido uma das únicas possibilidades
2397 de a gente exigir algumas coisas em médio prazo, de a gente instituir recurso em
2398 médio prazo, porque o plano possibilita a política, a política possibilita a criação de
2399 fundos financeiros. E eu acho que embora o nosso período esteja acabando, nós
2400 temos um valor bem vultoso investido no PRODOC, não sei exatamente o
2401 funcionamento disso, mas acho que a gente ainda está no local de dizer para que
2402 esse dinheiro vai ser utilizado neste ano. Então, somos nós ainda que podemos
2403 dizer que neste ano esse dinheiro vai ser utilizado para, por exemplo, fazer o plano,
2404 pra pagar a consultoria que vai fazer o plano, pra pagar a instituição que vai vir aqui
2405 fazer o plano conosco, ou pra investir em seleção de peritos, como é uma ideia que
2406 já vem circulando em alguns espaços aqui, de que terceiros sejam, haja um
2407 investimento em uma instituição terceira pra realizar o certame. Então, acho que
2408 somos nós que fazemos isso, somos nós que devemos pensar o destino desse
2409 recurso. Afinal de contas, é o recurso do ano passado.

2410 **Interlocutora não identificada** – Não, eu tinha me inscrito ainda no assunto
2411 anterior, que eu ia falar do recurso do PRODOC talvez pra utilizar pra elaboração
2412 desse diagnóstico que a Lourdes falou e talvez seja uma etapa que anteceda
2413 justamente a criação desse plano. E, assim, a gente já tem muito dado em relação
2414 aos próprios relatórios do mecanismo. Só que eles não estão sistematizados de
2415 uma forma que a gente tenha, de fato, esse panorama. Aí tem relatórios do

2416 mecanismo, tem dados do Disque 100, tem dados do CNJ e isso não está
2417 condensado. Então, já foi levantado a possibilidade de usar o PRODOC para fazer
2418 esse diagnóstico. Essa é uma das etapas. E aí eu quero lembrar que, assim, eu
2419 coloquei no formulário a necessidade de criação de uma política nacional de
2420 prevenção e combate à tortura, que eu também concordo que isso deve estar no
2421 nosso objetivo a longo prazo. E aí isso é uma das questões que eu vou concordar
2422 aqui com o Caio também, assim, de não impede que tenha renovação do biênio e
2423 o novo biênio já entre com essa obrigação. E foi essa a nossa ideia de fazer esse
2424 planejamento agora, assim. Então, assim, só para a gente não deixar vocês irem e
2425 não ter isso pactuado, assim. Isso pode estar incluído e ainda assim não ser o
2426 objetivo. Porque, assim, a ideia de hoje à tarde era a gente começar a ver também
2427 prazos. O que é de curto prazo, que a gente visualiza como possível de fazer esse
2428 ano, o que é de médio prazo e o que a gente quer finalizar até o término do mandato
2429 do governo Lula. A gente não vai conseguir finalizar isso hoje, mas a gente pode,
2430 talvez, nesse grupo que vai ficar aqui já tentar visualizar isso. E amanhã a gente
2431 pactua quando vocês retornarem, que eu acho que também não é legal a gente
2432 seguir adiante com vocês estando fora também. Enfim, são pessoas que estão
2433 participando. E aí só para não dividir o grupo e a gente ficar pactuando mais coisas
2434 além do que a gente já falou. Não, mas é, mas para não ficar nessa dissonância. A
2435 gente coloca esse objetivo ou não, no geral? Eu acho que tem que manter o objetivo.

2436 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – É,**
2437 pessoal, eu sei que está cansativo. Inclusive, eu tenho até uma dúvida. O objetivo
2438 é se sempre as reuniões do comitê, assim, até onde eu conheço da época que a
2439 Sofia estava na cadeira, sempre foram reuniões de dia inteiro. Isso é algo que foi,
2440 em algum momento, deliberado? Isso é uma dúvida real que eu nunca tive. Eu acho
2441 que eu confesso que até onde eu experienciei, a gente até que está indo bem na
2442 metodologia da agenda que a gente aplicou.

2443 **Interlocutora não identificada – É,** assim, Ana Carla, é só sobre, assim, acho que
2444 o plano é diferente do planejamento. A gente precisa de um planejamento para o
2445 funcionamento do órgão. Então, isso ainda, esse momento se faz necessário. Isso

2446 independe. Porque, agora, sobre a metodologia, a gente tentou uma facilitação
2447 externa que não conseguiu. Então, somos nós os próprios membros que executam
2448 a política que estamos tentando, assim, fazer um esforço hercúleo para facilitar.
2449 Não era o ideal, mas é o que a gente está conseguindo fazer aqui. Esse momento
2450 do planejamento foi incluído só para essa primeira reunião. Normalmente, são dois
2451 dias. Essa vez, especialmente, foram três para ter esse momento do planejamento.
2452 Exato. Para a gente ser aprofundado. Porque, na reunião ordinária, que vai ser
2453 amanhã, a partir da tarde e no dia seguinte, aí já são os assuntos mais ordinários
2454 sobre, enfim, denúncias sobre outros encaminhamentos que a gente precisa tomar
2455 decisão.

2456 **Interlocutora não identificada** – Eu queria continuar na resposta da Ana Carla e
2457 a que você mesma colocou. Porque se trata da dinâmica do comitê. Em geral, a
2458 gente vem dois dias, fica aqui o dia inteiro, porque são muitas pautas. E aí, de fato,
2459 quando você faz encontros à distância, ela não dá a mesma dinâmica e rotatividade
2460 que as pautas precisam. Então, a gente acaba fazendo uma dinâmica que, às
2461 vezes, ela não é produtiva, porque chega o momento do dia, está todo mundo
2462 cansado, até pela própria natureza dos temas, que não são simples. Aí, às vezes,
2463 um atropelo, correria, desgastamento em um terço da reunião, falando mal do
2464 governo que se ausenta, dos encaminhamentos que a gente não tem. Então, a
2465 gente passa uma parte do dia deliberando um monte de coisas. Chega na próxima
2466 reunião, não é, Tamires? Está até rindo. A gente chega e não sabe nem o que foi
2467 encaminhado. Aí fica aqui batendo a cabeça um pouco, aí tem hora que descobre.
2468 Aí é assim, é bem... Então, se a gente conseguir manter um pouco de racionalidade,
2469 pelo menos, agora, a gente voltar no próximo. O que é que deliberou? A gente tem
2470 retorno? Eu acho que seria de grande monta, porque a gente, de fato, parte... Por
2471 exemplo, a gente tem um banco das informações, aí não sabe onde é que está. Aí
2472 tem a desorganização da estrutura, com a nossa falta de tempo, com as pautas que
2473 são... É um abandono. A gente, às vezes, delibera uma pauta. Quando a gente
2474 chega aqui na hora de votar, as pautas, sei lá, parecem filhotes de coelho.
2475 Aparecem mais seis ali que ganham a improvisação. Então, é assim mesmo.

2476 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
2477 Então, seguindo aqui, porque é esse mesmo a gente... É isso. É isso. Diga. Ah,
2478 sobre o prêmio. Vamos fechar esse prêmio e aí a gente volta para as ações, porque
2479 eu sinto que está caminhando bem.

2480 **Interlocutora não identificada –** É porque o prêmio... É, pode ser uma ação. Eu
2481 acredito... Eu acho que todos já entenderam a função do prêmio. É um prêmio de
2482 boas práticas, enfim, para prevenção e combate à tortura, mas eu acho que os
2483 detalhes disso realmente é isso. Porque a gente estava falando assim, olha, num
2484 processo tão difícil como é ser defensor de direitos humanos no país, a gente acaba
2485 falando muito do que deu errado. Mas como algo para se estimular, também você
2486 falar de boas práticas, afinal de contas.

2487 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Claro.

2488 **Interlocutora não identificada –** Exatamente. E também de ser disseminador de
2489 metodologias. O que dá certo nesse campo? Como é que os atores podem
2490 conhecer aquela atuação e se espelhar? É nesse aspecto.

2491 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** A
2492 gente não consegue nem fazer um edital de eleição ou um edital de prêmio. Vamos
2493 esperar um pouquinho.

2494 **Interlocutor não identificado –** Tem que ser fortalecido, sim, com certeza. Vocês
2495 pensaram em alguma ação, ou não? Só a questão no prêmio? Porque vão editar,
2496 envolve concorrer? Não.

2497 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Acho
2498 que ele em si seria a ação. O prêmio em si é a ação. E aí depois...

2499 **Interlocutor não identificado –** Está bem.

2500 **Interlocutora não identificada –** Só para complementar, a proposta que eu faço
2501 talvez é pensar em ACT, onde a gente possa construir talvez até cadernos

2502 metodológicos, teóricos, enfim, que deixem uma construção desse comitê, que
2503 vocês avaliarem, que deixem produções, mas, por exemplo, é interessante vocês
2504 saberem que nós temos outros ACT que também tratam, às vezes, que perpassam
2505 pelo que vocês debatem aqui. Eu estou com três ACT que perpassam pela temática
2506 daqui. Então, eu vou entregar para vocês metodologias, por exemplo, de boas
2507 práticas da medição educativa, no meio aberto. Então, por isso que eu estou
2508 dizendo, essa importância de a gente conversar, dialogar, e que vocês também
2509 possam, às vezes, estar nos outros espaços. Porque senão a gente vai se atropelar
2510 e aí vai gastar energia e recurso enquanto um outro já está fazendo.

2511 **Interlocutor não identificado** – Ana Clara. Carla, desculpe.

2512 **Sra. Ana Carla Costa Rocha (Titular - Ministério Do Desenvolvimento E**
2513 **Assistência Social E Combate À Fome – MDS)** – Carla, acaba que eu aceito
2514 Clara, que ninguém aceita.

2515 **Interlocutor não identificado** – Então, acho que é exatamente isso. O formato do
2516 comitê, o Conanda está discutindo isso, o Conselho Nacional de Política Criminal
2517 está discutindo aquilo, o Conselho Nacional de Saúde está discutindo outrora.
2518 Enfim, o espaço do comitê é justamente para essas pautas serem colocadas aqui
2519 no comitê. O que eu acho que está... Essa dissonância que você está apontando já
2520 por algumas vezes nesse momento, se dá, a meu ver, principalmente pela falta ou
2521 pela parca participação do representante governamental. Aí não tem realmente, não
2522 tem diálogo. A gente não consegue, não é? Que bom que o MDS está aqui para
2523 fazer isso.

2524 **Sra. Ana Carla Costa Rocha (Titular - Ministério Do Desenvolvimento E Assistência**
2525 **Social E Combate À Fome – MDS)** – Eu sempre vou conseguir trazer para vocês
2526 informações dos comitês que eu participo. Tanto que eu já sabi...

2527 **Interlocutora não identificada** – inclusive, é bom que o Conanda está sempre aqui
2528 na R.O., não é?

2529 **Sra. Ana Carla Costa Rocha (Titular - Ministério Do Desenvolvimento E Assistência**
2530 **Social E Combate À Fome – MDS)** – Quando foi discutir o GT Sinase, a primeira coisa
2531 que eu exigi foi a participação desse comitê aqui lá. Porque é aqui que se discute
2532 isso, não é? Então, a gente precisa fortalecer isso, essa questão desse espaço. E
2533 eu gostei muito da outra fala da colega, da companheira, dizendo disso. Olha, se
2534 vai decidir determinadas questões que perpassam pelo combate à tortura e
2535 prevenção, é aqui que tem que deliberar. Não pode ser discutido em outro lugar,
2536 não é? Então, são esses dois pontos. Obrigada.

2537 **Interlocutor não identificado** – É... Só uma pergunta já do âmbito das ações,
2538 agora de organizações, não é, Kim? Em relação ao rendimento interno, gente, eu
2539 sei que 60% de quem respondeu o questionário de avaliação concorda parcialmente
2540 com o nosso rendimento interno, ou seja, é uma avaliação positiva, de forma parcial,
2541 digamos assim. Não sei se me fiz entender. Esse coletivo entende que não é
2542 necessário modificar o rendimento interno, a gente pensar num grupo de trabalho
2543 para modificação do regimento interno nesse ano, a partir do próximo ano, é uma
2544 pergunta aqui para o coletivo.

2545 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu
2546 devolvo uma outra pergunta, que é, a questão da organização, de trabalho, ela tem
2547 a ver com o regimento, que está descrito no regimento, ou, de fato, uma questão
2548 mesmo de ajustes, tanto de comunicação, quanto de fluxo de encaminhamento?
2549 Porque se a gente está falando de comunicação interna, ou de comunicação junto
2550 à coordenação, ou de comunicação junto à coordenação de apoio, que eu digo, ou
2551 coordenação de prevenção, combate a tortura, se a gente está falando disso, a
2552 gente está falando em ajustes, que a gente já vai fazer o debate, a conversa,
2553 amanhã de manhã. E eu espero que seja de uma forma mais objetiva, com base no
2554 ponto, a gente dizer, olha, sugiro isso, isso e isso. Mas, agora, se for realmente algo
2555 em relação ao regimento, que vocês entendem que o regimento tem algumas coisas
2556 a serem alteradas, aí seria, de fato, uma ação dentro do escopo interno de
2557 organização. Eu já vou responder o que eu acho, e eu acho que é mais uma
2558 questão, realmente, de ajustes de comunicação interna, de fluxo, de recebimento,

2559 de encaminhamento, que vai fazer parte do nosso, de cada mandato. Cada mandato
2560 vai encontrar o seu fluxo que funcione de acordo com quem também está na
2561 coordenação de apoio e na coordenação de combate à tortura. Paulo? O que você
2562 queria falar? Vamos voltar na plaquinha, só para ficar mais fácil de organizar?

2563 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
2564 **Do Norte – UFRN)** – Eu estava procurando o regimento aqui, mas, pelo que eu me
2565 lembro vagamente, eu te acompanho na leitura, Kim, acho que a gente teve muito,
2566 e aí, já respondendo para a Ana Carla, a respeito disso, a gente teve muita
2567 dificuldade no decorrer do ano, porque o regimento prevê uma coisa que é ter que
2568 ter, a composição dos grupos de trabalho, por exemplo, tem que ser paritários e a
2569 gente não tinha membros do Governo Federal para acompanhar, então, a gente
2570 não poderia, de fato, fazer o grupo de trabalho, porque o Governo Federal não
2571 indicava, só que eu acho que esse é o tipo de coisa que a gente não mandaria no
2572 regimento interno, porque eu acho que isso é uma boa prática, uma coisa mais do
2573 funcionamento, como a Kim está falando. Então, respondendo a Kim, que tem a ver
2574 com a provocação do Fábio, eu acho que é isso, eu acho que o regimento dá conta
2575 das nossas atribuições mínimas, tem dificuldade em ter as nomeações e dificuldade
2576 na nossa gestão interna, negociação com a coordenação e mesmo capacidade de
2577 trabalho coletiva, acho que não seria mais uma coisa de mudar do regimento.

2578 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então
2579 o assunto morreu, ninguém está nem concordando.

2580 **Interlocutor não identificado** – Claro que existem coisas no regimento que podem
2581 melhorar, eu acho que não há nesse momento uma urgência de que isso seja feito
2582 agora, mas algumas coisas me passam pela cabeça, por exemplo, existem alguns
2583 procedimentos para aprovação de notas a distância, por exemplo, que podem ser
2584 melhorados, existe essa questão que o Paulo colocou, mas que eu acho que
2585 também não seria modificada, tem alguma coisa de quórum, talvez, que pudesse
2586 ser verificado ali, mas acho que nada muito... Tem algumas questões referentes à
2587 vice-presidência também, que poderiam ser mais evidenciadas ali.

2588 **Interlocutor não identificado** – Certo, talvez não seria como uma coisa para
2589 constituir um GT, para elaborar um outro regimento interno totalmente modificado,
2590 só algumas questões pontuais, seria isso. Caso esse coletivo identifique como
2591 necessidade. Uma coisa que eu fiquei pensando aqui, mas não está no regimento
2592 interno e tudo, essa é um pouco de discrepância do início do ano, do planejamento
2593 com as eleições dos membros da sociedade civil, que podia ser encaixada mais,
2594 por exemplo. Agora mesmo a gente está planejando o ano, mas claro que a gente
2595 planeja política, mas é importante que a substituição dos membros, especialmente
2596 da sociedade civil, ela ocorra de forma mais uniforme com o planejamento, porque
2597 as instituições novas, no comitê, elas darão as suas interpretações políticas, as suas
2598 caras. Uma coisa que eu fiquei pensando, embora o regimento não fale
2599 necessariamente sobre isso.

2600 **Interlocutor não identificado** – Não, não fala, e assim...

2601 **Interlocutor não identificado** – O do Rio fala, se não me engano, a primeira eleição
2602 do ano, a primeira assembleia do ano, do planejamento do ano, onde tomam posse
2603 os membros eleitos, a sociedade civil, eleitos no final do outro ano...

2604 **Interlocutor não identificado** – É, o nosso regimento diz que o planejamento
2605 ocorre na primeira reunião do ano, por isso ele está acontecendo a princípio agora.
2606 Mas sim, existem outras coisas, existem algumas práticas que não são muito
2607 institucionalizadas, não estão no papel, mas que são coisas que a gente adota há
2608 algum tempo, mas também pensando, Fábio, seguinte, tirando a minha instituição,
2609 a Educafro e a UFRN, a princípio todas as outras instituições estão em primeiro
2610 mandato e podem concorrer com os mesmos representantes. Nós três poderíamos
2611 concorrer novamente com outros representantes. Então, assim, naturalmente existe
2612 sempre uma oxigenação, mudanças no colegiado, mas se a gente verificar o outro
2613 biênio, não do anterior para este, mas do antes do anterior para o anterior, a
2614 mudança não foi tão drástica assim. Muitas instituições se mantiveram, o que eu
2615 não acho de todo ruim, acho que é bom quando parte do colegiado se mantém
2616 justamente para ter uma memória institucional, para lembrar de algumas práticas

2617 ou processos que estavam em curso. Mas, sim, algumas coisas mudam as pessoas
2618 e não ficam muito evidentes. Por exemplo, logo vai bater a nossa porta o assunto
2619 de recondução. Existem colegas que acham que recondução é direito de perito. Em
2620 lugar nenhum está escrito isso. Recondução é uma prerrogativa nossa. Volta e meia
2621 vai aparecer também a questão de quais são os critérios. Isso também já há muito
2622 tempo foi discutido. A gente vai ter critério escrito. Aí a dúvida era se a gente escreve
2623 os critérios, eles vão nos amarrar, a gente vai ser obrigado a reconduzir as pessoas
2624 naqueles critérios? Uma vez que reconduzir ou não é uma decisão completamente
2625 política nossa e por conveniência nossa. Na verdade, é isso. Então, são algumas
2626 discussões que já aconteceram antes que vão voltar a acontecer naturalmente e aí
2627 é uma decisão nossa. A gente decide e escreve essas coisas ou a gente mantém
2628 elas nesse limbo do argumento da discussão toda vez que elas vêm. Edital é a
2629 mesma coisa. Algumas pessoas achavam que o edital, tanto para nós selecionar
2630 quanto para selecionar os peritos, deveria ser um edital modelo, deveria existir uma
2631 resolução que disse basicamente os pilares principais do edital e aí o edital daquele
2632 ano só seria pequenas modificações. Enquanto outras pessoas acham que não. A
2633 cada período é uma prerrogativa do colegiado repensar vários critérios da seleção
2634 dos peritos. São grandes discussões.

2635 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Muito
2636 importante você trazer essa memória, Caio, até para também nos ajudar no debate
2637 que vai ocorrer na reunião ordinária, que está na pauta, inclusive. Mas agora que
2638 voltando para o trabalho e vamos tentar se manter engajado ainda, só para finalizar
2639 mesmo essa parte, se você pudesse ler para a gente de novo Maria Clara. Eu tenho
2640 mania de te chamar de MC, não sei se eu posso me chamar de MC, porque é mania.
2641 Conseguiu.

2642 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
2643 **Organizações Populares – GAJOP)** – Sobre a missão, eu acho que vale a pena
2644 de repente manter a proposta do grupo de vocês que eu acho que ficou mais
2645 específica. O meu grupo deu uma boicotada, eu acho, em relação à proposta de
2646 elaborar a missão. Todo mundo ficou falando que já tinha na lei, então eu acho que

2647 a de vocês está melhor. Então, assim, ou a gente adota do outro grupo ou não faz,
2648 aí fica esse debate, mas eu acho que nem vale debater mais isso. Objetivos gerais.
2649 1. Propor e fiscalizar as políticas públicas em defesa dos direitos humanos, das
2650 pessoas em restrição e privação de liberdade. Como objetivo específico desse?
2651 Contribuir com projetos de lei relativos à temática de prevenção e combate à tortura.
2652 Impedir iniciativas de privatização de espaços de privação de liberdade.

2653 **Interlocutora não identificada** – Destaque na missão. Aqui vocês falam assim?

2654 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
2655 **Organizações Populares – GAJOP) – Oi?**

2656 **Interlocutora não identificada** – Destaque na missão.

2657 **Interlocutora não identificada** – É, só para vocês, pode voltar, por favor, na
2658 missão? Quando vocês colocam o verbo promover políticas públicas de
2659 erradicação, você já está dizendo que você constrói a política e que você tem
2660 recurso para a execução dela. É isso?

2661 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
2662 **Organizações Populares – GAJOP) –** Pode ser.

2663 **Interlocutora não identificada** – É uma dúvida mesmo. Quando você coloca lá
2664 o... Mas você tem recurso para promover essa política na esfera federal?

2665 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
2666 **Organizações Populares – GAJOP) –** A gente tem recurso para promover a
2667 política do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Acho que talvez
2668 entraria nisso. Porque, mais uma vez, não existe a política. Então, a gente tem
2669 políticas... É, políticas públicas para erradicação da tortura no Brasil. É uma coisa
2670 mais abrangente.

2671 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Mais
2672 uma questão de tempo verbal mesmo. A gente colocaria promoção de políticas
2673 públicas de erradicação. Os objetivos são o verbo no infinitivo. É isso?

2674 **Interlocutora não identificada** – Era só essa dúvida mesmo. Então, aqui tem um
2675 recurso suficiente para a execução das políticas públicas de erradicação ou de
2676 enfrentamento...

2677 **Interlocutora não identificada** – Mas só uma questão...

2678 **Interlocutora não identificada** – Quando você fala... Quando a gente fala que faz
2679 essa promoção, a gente está dizendo que existe um fundo, um recurso.

2680 **Interlocutora não identificada** – Sim, mas, senhora Carla, promover não é alguma
2681 coisa que o comitê vai fazer sozinho. Ele também vai adotar ações para que outros
2682 órgãos participem da concretização dessas políticas públicas. Pelo menos a ideia
2683 da discussão no grupo foi nesse sentido.

2684 **Interlocutora não identificada** – Quando eu leio, está parecendo que aqui propõe,
2685 tem dinheiro e executa.

2686 **Interlocutora não identificada** – Não, promoção no meu entendimento...

2687 **Interlocutor não identificado** – Não, missão é algo mais que a gente idealiza.
2688 Entendeu?

2689 **Interlocutora não identificada** – Quer fomentar...

2690 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
2691 **Organizações Populares – GAJOP)** – Não, independente do verbo, na verdade, é
2692 mais no sentido mesmo de ser um sonho, um sonho de atuação desse órgão. Então,
2693 o órgão tem esse lugar de promoção das políticas públicas. Nós somos um órgão
2694 estratégico e deliberativo.

2695 **Interlocutor não identificado** – Eu entendo o que você está colocando. Porque,
2696 por exemplo, em outras políticas, em outras grandes políticas, o Conselho Nacional
2697 de Saúde não executa, não promove a política de saúde. São os aparelhos de
2698 saúde, hospital, etc. Acho que é isso que a Carla está colocando.

2699 **Sra. Dácia Cristina Teles Costa (Suplente - Conselho Federal De Serviço Social**
2700 **- CFSS)** – Então, a metodologia, quando tem verbos específicos que estão
2701 relacionados quando a gente está pensando no planejamento, necessariamente,
2702 quando você vê esse verbo, você está falando do lugar. Nós, aqui do comitê, temos
2703 recursos, mas a ideia seria orientar, nortear, recomendar, promover. O promover
2704 veio nesse aspecto, mas ela está dizendo que ela, como promotora, ela está
2705 dizendo que ela entende de outro lugar. Então, ela está sugerindo trocar o verbo
2706 exatamente para que outros atores não olhem e não tenham essa interpretação de
2707 outra ordem.

2708 **Interlocutor não identificado** – Sim, só para, por exemplo, Dácia, na lei, o verbo
2709 acompanhar aparece uma, duas, três, quatro vezes. Depois é avaliar, depois
2710 recomendar, apoiar, articular, participar, subsidiar, construir. Então, são todos
2711 verbos do desenho da política. A gente faz o desenho da política, a gente
2712 recomenda a política, a gente avalia e monitora a política.

2713 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – A
2714 proposta de resolução do destaque seria, vamos realmente manter a proposta do
2715 primeiro grupo, do grupo de vocês, porque aí fica de acordo com a lei mesmo, é
2716 isso.

2717 **Interlocutora não identificada** – Qual era o verbo?

2718 **Interlocutor não identificado** – A função de prevenir e combater a tortura. É o que
2719 diz o caput do artigo 6º.

2720 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
2721 Basicamente é isso, seguir, dar cumprimento ao DPCAT, direcionar as políticas de
2722 prevenção, combate, tudo.

2723 **Interlocutor não identificado –** Eu pensei até em... Bom, se está rolando esse
2724 debate em relação a promover, se a gente promove políticas públicas ou não, se a
2725 missão é algo ideal, digamos assim, eu já pensava em prevenção e erradicação de
2726 tortura no Brasil e outras formas de tratamento às pessoas em restrição e privação
2727 de liberdade.

2728 **Interlocutora não identificada –** Olha, eu humildemente acho que está bem posto
2729 ali, sim, o purismo do verbo. Às vezes a gente se remonta à legislação que muitas
2730 vezes não tem um tecnicismo enfim, que está se querendo colocar, eu acho que a
2731 questão é comunicar como missão o papel fundamental do comitê. Penso que
2732 promover, para mim, leigamente, me colocar essa situação de participar na
2733 concretização também, mas também praticar atos que vão incitar outras instâncias
2734 e outros órgãos a praticarem atos de concretização do objetivo da missão. Entende?
2735 A missão é alguma coisa muito abstrata. Eu acho que está bem colocado, a meu
2736 ver, obviamente, que é o colegial que decide.

2737 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Foi
2738 uma discussão que nós tivemos nesse lugar de que as leis podem se modificar,
2739 eventualmente até a própria Constituição pode se modificar, então, por isso, falar
2740 em promoção é também ver o que seria uma atuação ideal do comitê. Mas acho
2741 que, de qualquer maneira, se promover não seria um verbo ideal, acho que a gente
2742 pode pensar em um outro verbo, uma proposta de um outro verbo, mas eu proponho
2743 a gente passar para as ações e aí a gente vai pensando aqui e se encontra um outro
2744 verbo para colocar nessa missão.

2745 **Interlocutora não identificada –** Licença, rapidinho. Eu só acho que a gente não
2746 precisa inventar a roda, já está posto aqui descrito qual é o papel deste comitê.
2747 Agora, eu achei a sua proposta muito boa, porque se a missão é, de fato, a

2748 erradicação, também já está colocado, senão vai perdendo tempo de discussão e
2749 coisa assim e tal. Já está posto aqui, acompanhava, guiava, colaborava.

2750 **Interlocutor não identificado** – O comitê, qual é a palavra central? Tortura, não é?
2751 Aí a gente tem um verbo de conotação negativa, sei lá, combater, prevenir,
2752 erradicar.

2753 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
2754 Então, fechou? Todo mundo de acordo? Vamos seguir para essa ação.

2755 **Interlocutora não identificada** – A gente já estava avançando, porque essa
2756 discussão foi nos grupos, então agora era só ler mesmo. Pode abaixar um... Ai,
2757 desculpa, Fabrício. Desculpa, desculpa. Tu quer lendo e eu vou baixando ali no
2758 lugar.

2759 **Interlocutor não identificado** – Maria Clara, só para entender, o que está em
2760 negrito são os objetivos gerais e o que não está em negrito são os específicos
2761 daqueles objetivos gerais, é isso? “Objetivos gerais. O primeiro objetivo geral é
2762 propor e fiscalizar as políticas públicas em defesa dos direitos humanos, das
2763 pessoas em restrição e privação de liberdade, como objetivo geral.” Correto?
2764 “Dentre eles, alguns objetivos específicos...”

2765 **Interlocutora não identificada** – Destaque, se a gente pensar no SINASE meio
2766 aberto, não é só pessoas com restrição e meio fechado.

2767 **Interlocutor não identificado** – Posso responder objetivamente? Então, do ponto
2768 de vista do APCAT, do Protocolo Facultativo das Nações Unidas, da legislação
2769 nacional e tudo, acho que o Sistema Nacional e o Comitê Nacional não abarcariam
2770 diretamente as medidas socioeducativas em meio aberto, do ponto de vista da
2771 fiscalização.

2772 **Interlocutora não identificada** – Nós somos fiscalizados pelo sistema de justiça.

2773 **Interlocutor não identificado** – Sim, mas não é do escopo do mecanismo nacional
2774 do Comitê Nacional.

2775 **Interlocutora não identificada** – Então, vocês estão determinando que jamais eles
2776 serão passíveis de fiscalização?

2777 **Interlocutor não identificado** – Não que isso. A legislação federal, a Lei 12.847,
2778 assim como o Protocolo Facultativo das Nações Unidas para a Prevenção à Tortura
2779 de 2002, ratificado pelo Estado Brasileiro em 2007, que de certa forma norteia os
2780 parâmetros internacionais, eles utilizam o termo de tradução, locais de detenção.
2781 Nesses locais, eles não consideram as medidas em meio aberto, eles consideram,
2782 inclusive a legislação fala sobre isso, sistema prisional, sistema socioeducativo, com
2783 restrição, mas exatamente falando as medidas de socioeducativas de
2784 semiliberdade, de internação e estabelecimento educacional, em algumas
2785 situações, comunidades terapêuticas, acolhimento institucional de crianças e
2786 adolescentes, locais de longa permanência de idosos, manicômios, alas e hospitais
2787 psiquiátricos. É isso, gente? Mas acolhimento institucional, vocês consideram
2788 privação de liberdade?

2789 **Interlocutor não identificado** – Não. Acolhimento institucional longa permanência,
2790 sim. Então, isso, sim. Por quê? Embora o acolhimento institucional não seja
2791 privação de liberdade. Salvo engano, onde tem denúncia, perfeito. Até porque, só
2792 complementando que isso aconteceu muito no Rio de Janeiro, a época que
2793 adolescentes eram recolhidos para abrigo, acho que tem um artigo nessa lei, na lei
2794 do Rio de Janeiro, que diz exatamente isso. Se a gente tem dúvida em relação a
2795 alguma controvérsia, aquela que promove uma perspectiva maior de defesa dos
2796 direitos humanos, ela resolve, resolve em favor da proteção, exatamente. Eu tenho
2797 um exemplo claro para ilustrar isso, no Rio de Janeiro, na época que eu fui no
2798 Mecanismo Estadual do Rio de Janeiro, em relação aos abrigos de crianças e
2799 adolescentes nos quais nós recebemos uma série de denúncias de tortura,
2800 adolescentes estavam sendo recolhidos na época dos mega eventos no Rio de
2801 Janeiro, essas instituições foram visitadas e fiscalizadas pelo Mecanismo Estadual.

2802 Assim como também, por exemplo, locais de delegacia de polícia, locais de
2803 refugiados, imigrantes, quando há violação de direitos humanos, acho que esse
2804 Norte é apontado pela aderça fundamental.

2805 **Interlocutora não identificada** – É só uma pergunta, por exemplo, já tem
2806 estabelecido quem faz esse tipo de fiscalização, já está estabelecido na lei?

2807 **Interlocutor não identificado** – Sim, sim.

2808 **Interlocutora não identificada** – Que não é esse comitê?

2809 **Interlocutor não identificado** – Não, não.

2810 **Interlocutora não identificada** – Gente, obrigada por me esclarecer, viu?
2811 Obrigada. Ativa, proativa.

2812 **Interlocutor não identificado** – “Primeiro objetivo específico, contribuir com
2813 projetos de lei relativos à temática de prevenção e combate à tortura. Seria uma
2814 atuação externa. O segundo objetivo, impedir as iniciativas de privatização de
2815 espaços de privação de liberdade, algo mais externo. Terceiro, contribuir para a
2816 criação de uma política de condicionamento de repasse de verbas públicas
2817 vinculadas à prevenção e combate à tortura. Quarto, o Comitê Nacional se tornar
2818 protagonista do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e referência
2819 na temática de prevenção e combate à tortura.” Talvez melhorar um pouquinho a
2820 redação, não é? Enfim, coisa pequena. “Quinto, criar um prêmio do Comitê Nacional
2821 de Prevenção e Combate à Tortura.” Pelo desdobramento das nossas reuniões,
2822 talvez criar um prêmio de boas práticas, não é? Que mais? Tem mais? É, é, é. “O
2823 objetivo geral. Número dois, obrigado, quinto, estimular as ações de criação dos
2824 sistemas estaduais de prevenção e combate à tortura através dos seguintes
2825 objetivos específicos. Número um, criar uma política metodologia de formação para
2826 comitês estaduais e nacional. Dois, contribuir para a criação de comitês e
2827 mecanismos em todos os estados, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Comitê
2828 Nacional em recomendação.” Não entendi. Ah, sim, sim. Com base nas

2829 recomendações, não é? Beleza. “Terceiro, alterar o termo de adesão do Sistema
2830 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, condicionando o repasse de verbas
2831 públicas.”

2832 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Posso
2833 só propor uma coisa? Como o primeiro objetivo geral e o segundo objetivo geral já
2834 foram ninguém aqui está apontando nenhum destaque, a gente podia já ir direto
2835 para a ação. Porque, conforme a gente vai lendo, vai surgindo coisas que poderiam
2836 ser ações, não é? Pode ser? A gente voltar para o primeiro e já ir falando de ação,
2837 já escrevendo ação? É, para otimizar, porque senão a gente vai sair daqui 21 horas
2838 da noite. Está bem, então, voltando ali no começo, no primeiro, para o A, para o A
2839 Negrito. Então, vamos lá. No primeiro: “Contribuir com projetos de lei relativos a
2840 temática de prevenção, combate à tortura.” Que tipo de ações vocês visualizam?
2841 Poderia ser, poderia ser, política nacional. Então, ação, criar um GT para definir,
2842 para dar diretriz ou direcionamentos?

2843 **Interlocutora não identificada –** É só porque ficou mais lá para baixo. Como a
2844 gente não leu tudo, mas a questão da política nacional ficou como um objetivo geral.
2845 Então, aqui eu penso que, quando foi colocado, era no sentido de, sei lá, tipo o
2846 projeto de hoje, de saídas temporárias, outros projetos relacionados. Entendi que
2847 era isso. Aí entrava aquela questão, fazer um mapeamento de projetos de lei,
2848 tramitação.

2849 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
2850 Então, está bem. Então, tem uma primeira proposta aqui, que é de ação, de
2851 mapeamento dos projetos de lei. Nesse caso, a gente vai focar na esfera federal.
2852 No Congresso e no Senado que tratem sobre questões relativas a prevenção e
2853 combate à tortura ou retrocessos nesses âmbitos. Eu acho que se a gente conseguir
2854 facilmente visualizar que é algo de curto prazo, médio ou longo, acho que podemos
2855 já fazer sim. Porque o curto que a gente estava propondo era esse ano. Então, já
2856 começar algo nesse ano. O médio, a gente está falando de dois anos, e o longo a

2857 gente está falando de três, mas considerando este mandato deste governo federal.
2858 E aí, futuramente, a gente avalia.

2859 **Interlocutor não identificado** – Uma pergunta de fundo. Está escrito, gente, na lei,
2860 mas assim, eu fiquei pensando. Contribuir com o projeto de lei. Está bem. Se a
2861 gente pudesse contribuir, porque projeto de lei a gente sabe, fazendo análise de
2862 conjuntura, a dificuldade do Congresso Nacional. Se a gente pensa numa resolução
2863 do Conselho Nacional de Justiça, ou uma resolução do Conselho Nacional do
2864 Ministério Público, ou do próprio CONANDA, enfim, isso entraria como projeto de
2865 lei ou seria outro tipo de ação?

2866 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu
2867 entendo que seria...

2868 **Interlocutor não identificado** – São coisas mais factíveis, de acordo com a nossa
2869 finalidade.

2870 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Acho
2871 que aí seria um outro objetivo específico, mas dentro desse também. Vocês estão
2872 de acordo com esse? Eu estou de acordo. Ou a gente mantém esse desse jeito,
2873 abre um outro que seja dessas proposições mais amplas, porque aqui a gente
2874 precisa fazer um mapeamento. No outro, não necessariamente a gente precisa. A
2875 gente vai precisar fazer um mapeamento só que dessas outras normativas.
2876 Normativas do CNPCT, normativas do CNJ, normativas do próprio CNPCP, enfim,
2877 todos esses conselhos.

2878 **Interlocutor não identificado** – E a gente tem condições de fazer esse
2879 mapeamento? Ou a gente pode pedir para alguém fazer esse mapeamento?

2880 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – A
2881 gente pode incluir como ação, por exemplo, contratação de um consultor para fazer
2882 o mapeamento. Ou contratação de um consultor para fazer a sistematização dos
2883 dados que já foram levantados nesse mecanismo. A gente pode incluir isso como

2884 ação. Exato. Mas agora, desses, por exemplo, de dados que a gente também tem
2885 aqui como objetivos, pode ser uma ação que envolva um...

2886 **Interlocutora não identificada** – É que os dados estão em outro. Tem uma
2887 assessoria legislativa do próprio Ministério. Essa assessoria.

2888 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
2889 Então, por enquanto, das proposições legislativas relativas à temática, pedir para
2890 assessoria legislativa do MDH para a realização de mapeamento de projetos de lei
2891 do Congresso e do Senado que tratem de questões relativas à prevenção, combate
2892 e tortura. É muito amplo. Envolveria ainda, inclusive, a gente ter um levantamento
2893 de quais são essas questões ou palavras-chave que a gente vai buscar. Mas isso
2894 aí é de estrinchar muito as ações, eu acho. Está bem. Aí é uma atividade dentro da
2895 ação. Então, vamos parar na ação, porque senão a gente não sai daqui. Mas outra
2896 ação, que aí é a mesma coisa, só que agora em relação aos projetos de lei. Certo?
2897 Então, também pedir para assessoria legislativa para fazer o levantamento, o
2898 mapeamento. Ah, está bem. Não. Esse é do projeto de lei e o outro é das
2899 resoluções.

2900 **Interlocutora não identificada** – Ah, foi criado um novo objetivo. É isso?

2901 **Interlocutora não identificada** – Que resoluções? Eu perdi esses aí.

2902 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** É
2903 porque tem duas coisas. Uma é sobre os PLs, projetos de lei mesmo, e outra é
2904 sobre outras normativas, portarias ou resoluções que estão no âmbito do CNDH ou
2905 que estão no âmbito de outros ministérios, de outras secretarias, que também
2906 possam estar tratando sobre essas questões.

2907 **Interlocutora não identificada** – Mas isso seria um trabalho para assessoria
2908 legislativa? Eu só não sei se eles fariam isso.

2909 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Ou
2910 para uma consultoria, aí cabe a gente descobrir.

2911 **Interlocutora não identificada** – Só uma questão, voltando ao número um, por
2912 favor. Por exemplo, esse projeto de lei que está agora em discussão da supressão
2913 da sede temporária. Ele não encaixa bem no número um, mas ele desrespeita
2914 totalmente o nosso trabalho na supressão do número um. E que vai aumentar o
2915 encarceramento, mas não diz exatamente como prevenção do combate à tortura.

2916 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Hum,
2917 hum.

2918 **Interlocutora não identificada** – A gente estava discutindo exatamente isso, que
2919 às vezes é o conceito estrito senso do que alguns grupos consideram que seja
2920 tortura. Até a Patrícia, por exemplo, ficou a ausência contínua de água nos
2921 espaços.... de tortura. Então, ela foi pegando e isso que você está trazendo foi uma
2922 das reflexões que foram trazidas dentro do que pode ser compreendido como
2923 violação de risco iminente.

2924 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Uma
2925 dúvida. Então, justamente por isso, justamente por ser amplo, justamente por ter
2926 vários temas envolvidos, a gente criaria um grupo de trabalho para dizer que tipo de
2927 IPLs a gente faria varredura, que tipo de portarias e resolução a gente faria
2928 varredura. Porque geralmente a gente faz pesquisa e quando a gente faz pesquisa
2929 a gente tem que dizer tem que fazer uma busca aí por tais palavras-chave. Quem
2930 vai dizer isso? O plenário? O GT?

2931 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que a gente tem uma função primeira que
2932 é a mais focada, mas isso não impede que a gente seja provocado em outros
2933 momentos para outros temas. Não tem dúvida nenhuma que eu saiba da
2934 importância desse projeto que está sendo votado lá. Estrito censo é prevenção e o
2935 combate à tortura? Não sei. Talvez seja mais política penitenciária. Porque nesse
2936 mesmo raciocínio, a criação de um novo tipo penal vai colocar mais pessoas no
2937 sistema penitenciário, vai superlotar o sistema penitenciário. Logo, também é da

2938 nossa alçada? Não sei. Então, acho que talvez para o plano, para o planejamento,
2939 a gente poderia ficar focado em temas nisso, prevenção e combate à tortura.

2940 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – A**
2941 gente partir do lugar de que a prisão é tortura? Aí acabou.

2942 **Interlocutor não identificado** – Mas fica aberto para que outras coisas sejam por
2943 provocação, pontualmente.

2944 **Interlocutora não identificada** – Eu só tenho a preocupação de isso acho que é
2945 um objetivo que para o nosso biênio, acho que a gente tem outras questões que
2946 estão bem urgentes. Vão surgir questões que estão bem eminentes, tipo o SPL de
2947 hoje, mas fazer um mapeamento, fazer reunião com a assessoria legislativa, não
2948 sei o quê, considerando as nossas pernas e encaminhamentos que a gente já tirou
2949 antes e não conseguiu concretizar, não sei se isso é tão prioritário. E aí eu acho que
2950 não vale a pena, talvez, entrar em muito detalhamento do como fazer isso. Acho
2951 que pode colocar esse objetivo, mas como vai ser, provavelmente, para o próximo
2952 biênio detalhar depois. Porque acho que isso envolve fazer reunião com a
2953 assessoria legislativa, fazer esse mapeamento, colocar onde. Eu não vejo isso
2954 sendo muito concretizado para maio.

2955 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que talvez definir isso amanhã, porque
2956 amanhã que vai ser o cronograma de trabalho e a gente elenca essas prioridades.
2957 Hoje a gente pode seguir a lista só de ir listando as atividades e amanhã a gente
2958 elenca as prioridades.

2959 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
2960 Quanto a isso, tem mais alguma ação, então? Nesse ponto? Vou subir um
2961 pouquinho de novo. Então, no ponto de contribuir com proposições legislativas
2962 relativas à temática de prevenção, combate à tortura. Alguém tem mais alguma
2963 sugestão de ação? Além de mapear? Eu incluiria o elencar as prioridades de ações
2964 para construir outras atividades concretas perante o legislativo. Porque depois de
2965 mapear, a gente precisa fazer alguma coisa com esse mapeamento. a gente elenca

2966 uma prioridade, prioridades, e vai para a prática. Alguém mais? Alguma coisa? Está
2967 bem. Próximo. Vou descer um pouquinho. Nesse de impedir as iniciativas de
2968 privatização de espaços de privação de liberdade. Nesse específico, a gente
2969 colocou como um objetivo específico mesmo. Ele poderia até entrar no
2970 mapeamento, mas ele está entrando aqui separado.

2971 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que aí seria mais pensar ações de advoca-
2972 se. E uma das coisas que a gente refletiu em uma das últimas reuniões é que uma
2973 estratégia que talvez fosse interessante, que a gente pudesse potencializar, eu não
2974 sei se a gente teria braços, pernas para isso. Eu acho que essa expressão deve ser
2975 capacitista. Não sei se a gente conseguiria fazer isso. Seria levantar as denúncias,
2976 por exemplo, sobre trabalho análogo à escravidão nessas iniciativas como forma de
2977 ir dando porrada. Um lugar mais sensível, já que eles se vendem como muito
2978 eficazes, muito interessantes. Essa talvez seja a forma da gente não só combatê-
2979 los no campo público, de fazer a denúncia, mas também em marcos institucionais.
2980 Então, aquela iniciativa tem trabalho escravo. Então, a gente teria outro campo de
2981 atuação. A gente chegou a levantar alguma coisa dessa em uma das reuniões do
2982 ano passado. É o que me ocorre.

2983 **Interlocutor não identificado** – Considerando que o mecanismo nacional colocou
2984 entre ações do ano de articulação a incidência contra as PPP no sistema prisional,
2985 acho que se uniu um mecanismo nisso. Será que o mecanismo nacional vai fazer
2986 também fiscalização nessas unidades privatizadas? Seria importante também que
2987 algum membro do comitê pudesse se representar também nessas unidades para
2988 dar uma incidência política a isso.

2989 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** –
2990 Então, poderia ser dialogar com o Mecanismo Nacional de Prevenção do Combate
2991 à Estrutura em busca de ações conjuntas e também levantamento de informações.
2992 Porque é o mecanismo que pode ir lá e também fazer uma inspeção com esse foco
2993 específico trabalhando análogo à escravidão, por exemplo. Eu tenho uma outra
2994 proposta também que seria a gente também nos reunir com o CNDH e o CNPCP

2995 porque são temáticas que eles também, que transbordam as atuações deles e o
2996 que eles vêm trabalhando. Então, eu lembro que no final do ano passado a gente
2997 fez uma reunião, a gente participou de uma reunião, inclusive, rápida com a mesa
2998 diretora do CNDH e foi muito claro que eles também têm interesse em conversar
2999 com a gente sobre alguns temas e esse imagino que seja um importante para todo
3000 mundo.

3001 **Interlocutora não identificada** – Gente, uma dúvida. Quando vocês colocaram lá
3002 impedir as iniciativas de privatização de espaços de privação de liberdade, quais
3003 tipos de instituição?

3004 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** –
3005 Principalmente os presídios e as unidades socioeducativas que estão aí correndo
3006 esse risco iminente de serem privatizadas.

3007 **Interlocutor não identificado** – Outra coisa que eu pensei...

3008 **Interlocutora não identificada** – Eu não entendi, então, porque aqui tem um
3009 levantamento do trabalho análogo ali. Perfeito. Entendi. Perfeito. Aí só atenção
3010 porque a Auditoria Fiscal do Trabalho tem um poder de polícia para flagrar a
3011 situação e já existe um fluxo. Já existe um fluxo, inclusive.

3012 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – É
3013 que tem um problema aí de competência. O MPT não se considera competente para
3014 fiscalizar trabalho.

3015 **Interlocutora não identificada** – É a Auditoria Fiscal do Trabalho. Mas eles não
3016 são, não. É a Auditoria Fiscal do Trabalho. Eles têm poder de polícia para realizar
3017 o flagrante.

3018 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** –
3019 Então, vocês acham que faz sentido a gente generalizar um pouco mais?

3020 **Interlocutora não identificada** – Precisa da emissão das documentações.

3021 **Interlocutora não identificada** – Visualiza como uma sobreposição de atribuições?
3022 Eu também não. Acho que a atribuição de um órgão não sobrepõe ao outro.

3023 **Interlocutora não identificada** – Na questão de liberdade, eu falei, será que estão
3024 falando também da comunidade terapêutica? Entendeu? Estão falando só do
3025 sistema prisional. É isso que eu estou nessa dúvida.

3026 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Se a
3027 gente coloca uma vírgula aí, inclusive mediante diálogo, incidência perante a
3028 Auditoria Fiscal do Trabalho, é porque aí especifica demais também, não é? A gente
3029 vai levantar dados. A gente vai tirar de um monte de lugar.

3030 **Interlocutor não identificado** – Eu só ia sugerir que esses dois ali, dialogar com o
3031 mecanismo para a realização, eu colocaria solicitar uma missão temática sobre
3032 privatização, como foi feita a missão sobre hospital psiquiátrico, missão LGBT, se
3033 solicite uma missão nesse tema. Sim, mas daí a gente pede para o 2025, ou a gente
3034 pede de forma extraordinária, enfim. Se pedir, a gente pede, não é?

3035 **Interlocutora não identificada** – Sim, sim. Nas unidades que eles já elencaram,
3036 verificar, nos estados que eles já elencaram, verificar se tem unidades para incluir,
3037 ter esse foco específico.

3038 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** –
3039 Inclusive, ainda falando sobre esse tema, eu acho que esse tema é um bom que a
3040 gente consegue ter várias ações. A gente já consegue pensar em várias ações que
3041 vão começar já esse ano. Mas, isso que a Maria Clara estava falando, do
3042 levantamento das informações que o mecanismo já vem registrando nos últimos
3043 anos em espaço de privação de liberdade, privatizados. Essa sistematização, eu
3044 entendo que a gente poderia pagar uma consultoria para fazer, porque se a
3045 perspectiva é a gente ter uma consultoria com um objetivo claro de sistematizar as
3046 informações que já tem, aí a gente pode escolher temas ali centrais, porque o
3047 mecanismo tem alguns fatores que são específicos. Mas a gente pode também
3048 escolher alguns temas centrais e pedir para a pessoa sistematizar onde estão esses

3049 temas, quais são as unidades, quais são os estados, para a gente também usar
3050 como um instrumento de incidência. Até pensando em mais uma ação, em uma
3051 resolução, um parecer técnico do comitê que venha a dizer qual a nossa visão sobre
3052 a privatização.

3053 **Interlocutora não identificada** – Talvez acabe entrando um pouco naquela
3054 proposta que ele falou, se a gente pensar em classificar, estratificar raça, gênero e
3055 etnia.

3056 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
3057 Então, vamos lá. Voltando de novo sobre impedir as iniciativas de privatização do
3058 espaço de privação de liberdade, por enquanto nós temos as seguintes ações.
3059 Levantar denúncias sobre o trabalho análogo à escravidão e outras violações de
3060 direitos nesse espaço já privatizado, mediante diálogo com auditoria de fiscalização
3061 do trabalho e outros órgãos. Solicitar ao MNPCT a realização de missão específica
3062 para fiscalização de unidades privatizadas e levantamento de informações. Aí,
3063 dialogar com o CNDH e o comitê... Ah, se separou, está bem. Não. De CNDH e
3064 CNPCP sobre a temática para pensar ações conjuntas. Eu tinha falado um negócio
3065 que eu acho que não entrou, não é?

3066 **Interlocutora não identificada** – Eu coloquei, só que eu coloquei lá embaixo,
3067 quando está falando do levantamento do diagnóstico de informações e contratação
3068 da consultoria. Essa vai ser uma das informações feitas pela consultoria, não é?
3069 Mas, na verdade, vai ter várias categorias que a gente vai querer extrair. Eu coloquei
3070 lá.

3071 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
3072 Perfeito. Sucesso. Agora, o outro. Contribuir para a criação de uma política de
3073 condicionamento de repasse de verbas públicas vinculadas à prevenção e combate
3074 à tortura.

3075 **Interlocutora não identificada** – Talvez essa entre mais lá no plano? Na questão
3076 do plano ou não?

3077 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – E**
3078 que aí tem alguns caminhos, não é? Vai ser ou por decreto presidencial ou porque
3079 aí é frágil ou vai ter que ser por lei ou vai ter que estar instituído dentro da política
3080 pela lei. Então, acho que faz mais sentido estar na política mesmo.

3081 **Interlocutora não identificada –** Mas nada impede a gente tentar uma reunião com
3082 o MJ sobre FUNPEN, por exemplo. Repasse do FUNPEN. Se seria possível
3083 condicionar o repasso à política de prevenção e combate à tortura.

3084 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – É.**
3085 Então, seria uma primeira ação inicial, diálogos com órgãos que tradicionalmente
3086 possuem fundos? FUNPEN. Eu acho que também, assim, apesar de não ser,
3087 porque é uma coisa ou outra, mas é avaliar a inclusão da criação de fundo ou da
3088 existência de um fundo na política nacional mesmo. Você ia dizer, Fábio? Exato.
3089 Tem uma parte que é interna aqui também, das propostas? Porque de repente a
3090 gente poderia incluir isso mesmo. O fortalecimento de... pelo menos eu acho, não
3091 é? O fortalecimento da coordenação geral enquanto um espaço operacional e
3092 institucional importante, assim, que, se ele está fragilizado, se ele é o tempo inteiro
3093 rechaçado, se o tempo inteiro exoneram pessoas, não tem estabilidade nenhuma,
3094 o tempo inteiro nunca vai dar pra fazer nada. Então a gente também tem que buscar
3095 que as coordenações funcionem, não é? É quase que um órgão autônomo,
3096 ainda mais autônomo também ao... O CNDH, vocês sabem, ele tem uma
3097 coordenação de apoio também, e aí tem uma secretaria de políticas penitenciárias,
3098 certo? Tem. E tem uma coordenação de políticas penitenciárias também, vocês
3099 sabem? Sabe, Tamires? Porque parece um pouco específico mesmo, a estrutura
3100 desse tema aqui no MDHC. Tem uma coordenação, mas também tem uma
3101 coordenação de apoio do comitê. Uma coordenação de apoio. E aí é o mesmo... Aí
3102 a minha pergunta é, outros comitês, além dessa coordenação de apoio, também
3103 tem uma coordenação temática com exatamente o mesmo tema que trata... Todos
3104 têm, então? Que a gente tem o mecanismo. Está bem, entendi. Está bem. Bom,
3105 voltando aqui. Além dessas duas propostas de ação, alguém tem mais alguma?
3106 Então, sobre contribuir para a criação de uma política de condicionamento de

3107 repasso de verbas públicas vinculadas à prevenção, combate à tortura, temos
3108 diálogo com o Senappen sobre FUNPEN, em conjunto com a coordenação de
3109 prevenção, combate à tortura. E avaliar a criação de um fundo na Política Nacional
3110 de Prevenção, Combate à Tortura. Fechou? Então, próximo. CNPCT se tornar
3111 protagonista do Sistema Nacional de Prevenção, Combate à Tortura. E referência
3112 na temática da prevenção e combate à tortura. Eu acho que aqui... Mas acho que
3113 uma das coisas, pensando em ação, seria realmente fortalecer, dentro da estrutura
3114 estatal, dentro da estrutura do governo, o papel desse comitê. Então, fortalecer, eu
3115 acho que faz parte de a gente ter como ser referência. Como todo mundo falou, o
3116 governo compreender a importância desse espaço, compreender a existência
3117 desse espaço, compreender o que faz esse órgão. Então, acho que fortalecer o
3118 nosso papel perante o governo é importante. Aí, como a gente vai fazer esse
3119 fortalecimento? Exigir que o decreto de nomeação dos representantes do governo
3120 seja publicado? Ou promover ações para isso? Se a gente não quiser escrever
3121 exigir, escrever então promover ações para resolução interna de questões
3122 burocráticas que impedem o bom funcionamento do comitê.

3123 **Interlocutora não identificada** – Só uma dúvida prática. Tamires poderia informar
3124 qual é o atual estado da publicação do decreto.

3125 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Está
3126 na Secretaria Executiva.

3127 **Interlocutora não identificada** – Só para a gente saber exatamente com quem
3128 falasse.

3129 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Ou
3130 seja, está na Secretaria Executiva. O próximo passo, depois, seria ir...

3131 **Interlocutora não identificada** – Secretaria de Relações Institucionais do próprio
3132 MDH.

3133 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Da
3134 Secretaria Executiva.

3135 **Interlocutora não identificada –** Não, mas eu acho que é importante essa
3136 informação aí no final, que é para fazer a análise da inclusão de mais uma secretaria
3137 dentro do comitê. Seria isso? Ela já é membro.

3138 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
3139 Então, no CNDH, você falou?

3140 **Interlocutora não identificada –** Não, no CNPCT. Está bem.

3141 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Isso
3142 não diz muita coisa, não é? É sobre nomeação dos membros do governo no comitê.
3143 Então, me parece que realmente é uma reunião com a Secretaria Executiva. Ação,
3144 certo? Não diz nada, isso não diz nada. Não é esclarecedor. Então, é isso. A ação
3145 seria falar com a Secretaria Executiva quanto à urgência de publicação do decreto
3146 de nomeação dos membros do governo.

3147 **Interlocutora não identificada –** Mas, talvez, sobre o próprio questionamento em
3148 si,

3149 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
3150 Também. Mas, o objetivo é que seja publicado. Então, tipo... Exato. É entender o
3151 global, não é? E poder incidir no global. Exato. Bom, então, essa é uma ação.

3152 **Interlocutora não identificada –** E eu estou pensando aqui que se, de repente,
3153 essa ação específica seja algo que a gente possa fazer no meio desses dias que a
3154 gente esteja aqui, assim. Se a gente não, sei lá, consegue numa horinha ir lá e falar
3155 com a SES sobre isso. Porque está urgente.

3156 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Pode
3157 ser, não é? Também acho. Além dessa ação, gente... Que outras ações? Para que
3158 nós, comitês, sejamos referência na temática?

3159 **Interlocutora não identificada** – Tamires, por falar nisso. Tem a questão da
3160 formalização dos demais membros, por exemplo. A gente teve uma alteração na
3161 representação do CFESS. A portaria deles saiu? Ah, por gentileza. E do Ministério
3162 das Mulheres e da Igualdade Racial.

3163 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Inclui
3164 aqui a questão orçamentária também? Que, por enquanto, está. Falar com a
3165 secretaria executiva quanto à urgência de publicação do decreto de recomposição
3166 do CNPCT, sobre a resolução 35, sobre a liberdade de diálogo quanto ao orçamento
3167 do CNPCT? Não, mas...

3168 **Interlocutora não identificada** – Mas eu acho que falar de orçamento é importante,
3169 porque teve uma sobra de dinheiro importante no final do ano passado que a gente
3170 não conseguiu...

3171 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** –
3172 Exato. A gente não teve gerência, mas, ao mesmo tempo, também foi uma sobra,
3173 de fato.

3174 **Interlocutora não identificada** – Não, mas sobra, mas, assim, das reuniões que a
3175 gente veio aqui, a gente acaba não discutindo o orçamento. E eu acho que,
3176 necessariamente, algumas ações de incidência política passam para a gente saber
3177 onde está o dinheiro. Porque esse negócio que é importante, de boa, que a gente...
3178 Para mim, sociedade capitalista, a importância está no bolso. Se não tiver, a gente
3179 não tem gerenciamento do orçamento, aí a gente também não consegue definir
3180 algumas ações. E, só para poder também ironizar um pouco, eu venho de um lugar
3181 que, todas as vezes que a gente quer que um projeto não ande, a gente vai lá e diz
3182 assim: “Diz que a gente quer audiência pública.” Aí, audiência pública, você vai e
3183 leva dois, três anos, porque não sai, não é?

3184 **43ª Reunião Ordinária do CNPCT - 05 02 2024 - Tarde 2**

3185 A gente diz: “Agora está bom, agora a gente pode andar.” Então, algumas coisas,
3186 essa coisa de vai para CONJUR, volta de não sei de onde, para mim, me desculpe,
3187 é artifício político para algumas pautas não andarem.

3188 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** A
3189 gente vai perdendo muito tempo nesse tipo de burocracia, ou nessas questões
3190 operacionais, e aí a gente não consegue exercer a nossa função de comitê político.
3191 E eu acho que, só vou fazer essa ressalva, que, como todo mundo entende dessa
3192 maneira, por isso é importante a gente destrinchar em mais ações, porque essas
3193 ações vão nos ajudar, mesmo que a gente tenha esses entraves, a executar o
3194 orçamento, a fazer atividades para também, no futuro, pleitear um orçamento maior,
3195 no futuro, enfim, demonstrar que esse orçamento é necessário, sim, até inclusive
3196 em uma proporção maior do que ele foi concedido. Está na R.O. essa pauta, está
3197 na R.O., mas essa pauta está na R.O., tem umas duas horas e meia para discutir
3198 essa pauta. Bom, seguindo aqui, continuando nessa atuada de, para o CNPCT, ser
3199 referência sobre o tema do CNPCT, que outras ações vocês acham? Porque não é
3200 só a burocracia interna, é também alguma outra coisa. Maior divulgação das ações
3201 de comunicação. Campanha era uma coisa que eu entendo que, pelo PRODOC,
3202 estava para também tirar recurso para fazer uma campanha sobre prevenção,
3203 combate e tortura, por exemplo. Os outros têm essas páginas? Tem? O CNDH tem?
3204 E, aí, quem gere isso? Mas a do CNDH não é a mesma que gere, não é? Você
3205 sabe? O negócio de comunicação do CNDH, quem gere? Porque esse negócio aí
3206 de deixar para gestão, eu não sei, não.

3207 **Interlocutora não identificada –** Eu acho que tem alguém da estrutura realmente
3208 que administra as redes. Eu acho que não é Sociedade Civil, mas posso perguntar
3209 para saber. Estou só chutando. Ah, não, a ASCOM não é, não, com certeza. Mas
3210 eu acho que é alguém da própria estrutura administrativa, a estrutura de apoio da
3211 coordenação do CNDH, eu acho que é isso.

3212 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Sim,
3213 está sendo produzido. Vai ser finalizado.

3214 **Interlocutor não identificado** – Então, acho que é uma questão importante. Agora,
3215 como que a gente vai operacionalizar isso, se a gente tem recurso ou contrato?
3216 Porque, por exemplo, a gente sabe que o ministério, o governo, os ministros,
3217 digamos assim, se baseiam muito também na visibilidade. Quer dizer, o comitê tem
3218 essa autonomia, embora seja relativa, mas tem autonomia e pode ser protagonista.
3219 Se a gente tiver algum canal de comunicação nosso, nem que seja uma página, um
3220 link, uma página na rede social, que isso possa dar uma visibilidade aos nossos
3221 trabalhos, eu acho que impacta, de certa forma, ou até constrange o ente
3222 governamental a não participar, a participar do comitê. Acho que a gente pode
3223 pensar em alguma estratégia disso, ou até também em campanhas em relação à
3224 prevenção, combate à tortura no Brasil. Não sei de que forma, assim. É uma forma
3225 de dar... O que a gente fica aqui discutindo, a gente discute o que é importante,
3226 claro, enfim. Mas isso aí fica mais no nosso ambiente interno. Que tipo de
3227 comunicação que a gente precisa fazer para provocar o estresse governamental
3228 para participar, além das nossas questões internas, documentais e tudo. Acho que
3229 a comunicação pode ser uma ferramenta que pode nos auxiliar.

3230 **Interlocutora não identificada** – Sim, concordo. Eu acho que é uma questão
3231 também de transparência e de levar o nosso trabalho para a sociedade. Acho que
3232 uma página na internet seria o mínimo com isso.

3233 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
3234 Então, queria propor uma redação de a gente construir mesmo um plano de
3235 comunicação, uma perspectiva disso, de divulgação das nossas ações. A gente tem
3236 nessa discussão de amanhã de manhã dos fluxos de comunicação, sobre o negócio
3237 dos e-mails e tal. É a comunicação interna, não é para fora. Construção de
3238 campanhas também acho que é uma proposta de se colocar. Porque a
3239 comunicação não precisa ser só redes sociais. Ela pode ser também a gente
3240 ativamente buscar jornalistas para colocar em pautas. São várias coisas. Aí,
3241 seguindo, então, mais para baixo... Posso seguir? Porque acho que já perdi uma
3242 criatividade nesse ponto. Sobre o prêmio do CNPCT, acho que dá para só deixá-lo
3243 assim, porque ele é uma ação por si só. Ele é uma ação por si só. Não, vamos lá,

3244 gente. Vamos lá, a gente vai conseguir. Pode descer um pouquinho mais. Aí, esse
3245 objetivo geral. “Estimular as ações de criação dos sistemas estaduais...” Espera aí.
3246 “Estimular as ações de criação dos sistemas estaduais de prevenção e combate à
3247 tortura.” Tem que editar. “Estimular as ações de criação dos sistemas estaduais de
3248 prevenção e combate à tortura.” Tortura. Aí temos o objetivo específico. “Criar uma
3249 política, metodologia de formação para comitês estaduais nacional.” A gente tem a
3250 resolução, certo? Aqui a gente fez de diretrizes. Contempla isso? Ou não, é outra
3251 coisa? É também parte, talvez.

3252 **Interlocutora não identificada** – É outra coisa. É no sentido de isso que o
3253 mecanismo pretende fazer com os mecanismos recém-criados. É poder também
3254 fazer formações nos comitês recém-criados sobre papel do comitê. E também
3255 pensar informações até para os próprios membros do comitê nacional. Renova
3256 biênio, ou entram membros novos. Pensar também informações sobre temas
3257 específicos que a gente precisa se aprofundar. No final do ano passado, a gente
3258 teve bastante informação sobre comunidade terapêutica. Então, pensar realmente
3259 em algumas formações que talvez a gente julgue necessárias para os comitês
3260 estaduais e também para o nacional. Como tem várias coisas nisso, é por isso que
3261 a gente colocou política e metodologia para destrinchar depois exatamente quais
3262 seriam os temas e como seria isso. Pode ser uma formação específica sobre a
3263 criação de comitês e mecanismos que se vale da recomendação que foi aprovada.
3264 O PICAT e tal. O mecanismo já tem uma metodologia de formação que faz junto
3265 com a APT, por exemplo. O comitê já participou disso, mas é mais essencial para
3266 ter isso como uma constante. A gente não sai se perder e tal.

3267 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu
3268 tenho uma proposta objetiva, que seria a gente colocar o dois primeiro. Então,
3269 contribuir com a criação e fortalecimento de comitês e mecanismos de todos os
3270 estados, seguindo as diretrizes recomendadas pelo CNPCT. E aí, essa de criar uma
3271 política e metodologia de formação, colocar como uma ação desse específico.
3272 Então, criar uma política e metodologia de formação vai ficar como uma ação de
3273 contribuir e fortalecer a criação de comitês e mecanismos. Porque aí, nesse

3274 também, uma outra proposta seria incluir uma outra ação que é, no primeiro passo,
3275 curto prazo, publicar e publicizar as diretrizes que a gente já aprovou, mas vai ter
3276 que reaprovar amanhã, entre outras coisas. Faz sentido? É porque esses itens são
3277 objetivos específicos. Então, no caso, a política e metodologia seria uma ação do
3278 objetivo específico de contribuir. A gente podia fazer... Como é que chama aqueles
3279 eventos que a gente chama imprensa? Podia fazer coletivas de imprensas nos
3280 estados que a gente for, junto com o mecanismo, para pedir a criação. Essa ideia é
3281 ultrapassada, as pessoas não fazem mais isso. Pelo menos, então, a cada visita em
3282 um estado, a gente pelo menos construir, então, um diálogo público para incidir a
3283 essas criações, a esses fortalecimentos. Uma coisa mais genérica, mas é uma ação
3284 também. Seria uma ação também, a terceira ação desse daí, que é construir ações
3285 específicas de diálogo público a cada visita nos estados. Esse fomento aí.

3286 **Interlocutora não identificada** – Só lembrando que amanhã, em algum momento,
3287 a gente vai ter que fazer o calendário de quais vão ser essas missões, quais vão
3288 ser os estados, onde a gente vai, enfim, elencar esses estados prioritários. Talvez
3289 partir do mapeamento que o mecanismo fez no ano passado sobre o estado da
3290 criação de comitês e mecanismos. Eles já elencaram aqui nos deles, Amapá,
3291 Maranhão e Piauí. Acho que a gente pode acompanhar esses, mas não ficar restrito
3292 a isso, pensar por nós mesmos o que seria necessário. E aí, só lembrando que
3293 amanhã, em algum momento, isso precisa estar inserido para definir esse
3294 calendário. Ou, então, na R.O. Não sei se...

3295 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Não,
3296 seria amanhã mesmo a R.O. a gente só vai validar. Vai votar. Para aprovar a
3297 agenda, é isso? Na R.O. a gente aprova. Alguém tem mais alguma ideia sobre essa
3298 questão do fomento dos mecanismos estaduais e comitês estaduais? Essas
3299 diretrizes, se hoje eu pegasse essa diretriz, levasse para São Paulo, fosse lá na
3300 Câmara fazer uma incidência no estado, ele é suficiente para isso? Ou a gente
3301 precisa de algum outro tipo, um complemento?

3302 **Interlocutora não identificada** – Para ter um projeto de lei?

3303 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – É,**
3304 para chegar assim e falar: “Olha, agora é a hora que eu quero fazer um negócio
3305 desse jeito.” Ele já é um instrumento forte o suficiente, completo o suficiente para
3306 isso?

3307 **Interlocutora não identificada –** Para ter um projeto de lei nacional?

3308 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Para
3309 ter um projeto de lei local?

3310 **Interlocutora não identificada –** Ah, local? Eu acho que sim. Eu acho que pode
3311 contribuir com os projetos de lei que já têm algum nível de construção e que ainda
3312 dá para inserir novas coisas. Eu acho que tudo vai depender do diálogo com os
3313 estados, por isso que a gente precisa ver como está esse mapeamento. Mas tem
3314 vários estados que já estão demandando essas diretrizes justamente para incidir
3315 localmente, em Pernambuco, por exemplo.

3316 **Interlocutor não identificado –** Eu até levantei a placa e diminuí, porque eu tenho
3317 leve discordância disso que a Maria Clara está falando. Eu acho que ele é bom para
3318 dizer como deve ser. Mas eu acho, Maria Clara, e pensando muito da experiência
3319 da gente no Rio Grande do Norte, eu acho que tem uma expertise do fazer a coisa
3320 acontecer, do advocacy, que eu acho que a gente pode às vezes achar que é um
3321 dado e talvez os atores nos estados precisassem de orientações mesmo de como
3322 conversar, com quem conversar, para além de como deve ser o negócio. Então, eu
3323 acho que nesse processo de incrementar a criação de sistemas estaduais, eu acho
3324 que para além da gente oferecer uma normativa, que eu acho que é isso, está
3325 elaborada, tem que ser, até a previsão do quão deve ser o salário que a gente
3326 aprovou, tem mais dicas de como fazer, como estabelecer pontes, diálogos, quem
3327 recorrer, inclusive implicando o MDHC. Então, a gente tem uma coordenação no
3328 MDHC de prevenção e combate à tortura. Então, como a gente implica essa
3329 coordenação nesse advocacy de criação, que foi uma questão que eu cheguei a
3330 colocar aqui quando a gente estava discutindo o caso do Rio Grande do Norte, que

3331 em algum momento a gente chegou, fazendo uma autocrítica, em algum momento
3332 a gente chegou mais próximo da possibilidade de criação de um sistema lá, o
3333 governo do Estado relativamente começou a bancar um pouco, só que a correlação
3334 de forças se transformou absurdamente e é impossível, hoje é impossível. O
3335 governo do Estado estava perdendo o aumento de ICMS, o governo estava
3336 perdendo tudo. Então, a gente não tem chance de passar isso hoje lá. Então, acho
3337 que tem um acúmulo da política mesmo, dessas conversas políticas que não está
3338 documentada. Aqui são as pessoas que trazem nas suas memórias. E essas
3339 pessoas podem trabalhar em outras coisas, podem morrer, podem não ser o quê.
3340 E, talvez, uma forma de construir essa memória, de documentar, de oferecer um
3341 instrumental disso, seja uma contribuição que se some à normativa, que aí eu acho
3342 que ela dá conta.

3343 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Seria,
3344 no caso, duas coisas que eu pergunto para você, Paulo.

3345 **Interlocutor não identificado** – Você se concorda, Maria Clara?

3346 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
3347 **Organizações Populares – GAJOP)** – Estou tentando só entender. Seria mais um
3348 como fazer. Seria como fazer politicamente. Mas, eu acho que essa disputa não
3349 tem uma orientação.

3350 **Interlocutor não identificado** – Estratégia política mesmo. O Victor faz o relato
3351 sobre o Paraná, que o governo do estado resolveu bancar. Foi muito simples a
3352 realização, o esforço de criação do sistema lá no Paraná. Em outros lugares, não.
3353 Então, essa expertise política que, talvez, se o CNPCT coloca num projeto estimular
3354 a criação nos estados, não basta dizer como deve ser. Mas, como a gente pode se
3355 fortalecer nessas disputas políticas? Então, acho que é nesse sentido que nesse
3356 sentido.

3357 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
3358 **Organizações Populares – GAJOP)** – Eu ia falar disso, assim, desse ponto, eu

3359 acho que isso remete do debate sobre pontos focais do Comitê em relação aos
3360 estados, que cada um tem uma ideia diferente sobre qual que é o papel do membro
3361 do Comitê enquanto ponto focal, não é? E eu acho que, para a escolha dos estados,
3362 como que a gente vai fazer isso? A gente vai tirar um espaço amanhã e todo mundo
3363 vai discutir o estado. Existe um mapeamento já realizado do mecanismo sobre o
3364 atual estado, inclusive, eu acho que o mecanismo está muito mais apropriado do
3365 estado de implementação dos sistemas estaduais do que o Comitê, assim, eu acho
3366 que eles realmente sabem. Então, eu acho que esse debate tem que ser em
3367 conjunto. Mas, como a Carol falou hoje, eu acho que isso é um pouco sintomático,
3368 né? Que, realmente, eles têm feito esse trabalho de já elencar essas missões
3369 institucionais, que era, na verdade, o nosso trabalho, não é? E a gente... Não, mas
3370 é isso, eu acho que é sintomático que isso entrou primeiro no planejamento deles
3371 do que no nosso. Sim. Sim, também, também. Eu só acho que, de fato, a gente
3372 precisa se apropriar do estado de implementação dos estados, sabe? O que é
3373 exatamente um membro do CNPCT sem ponto focal e qual que é o papel dele? Eu
3374 acho que isso, de fato, a gente não definiu, porque esse seria um trabalho, eu acho,
3375 dos pontos focais, né? Talvez, fazer esses diálogos com os atores institucionais. É,
3376 não definiu.

3377 **Interlocutor não identificado** – Só para te complementar, é isso, assim, gente. A
3378 gente tem a função política de organizar, de ver, de mapear e tudo, assim. Quem
3379 tem dedicação, inclusive, 40 horas semanais para fazer isso, sabe? Além do
3380 mecanismo nacional, a coordenação geral. Acho que isso é uma das pautas para a
3381 coordenação... Daqui a pouco vai enchendo a pauta. Mas, assim, a coordenação
3382 geral do combate à tortura, o que ela faz nessas 40... Ou faria, ou deveria fazer, não
3383 sei qual é o melhor tempo verbal, nessas 40 horas de trabalho semanais, assim. O
3384 comitê, não é? É porque, assim, a gente acha que é dever nosso acompanhar,
3385 assim, como membro protagonista do Sistema Nacional de Combate à Tortura, o
3386 comitê nacional. Mas, assim, a gente é uma representação institucional que a gente
3387 se reúne a cada dois meses, que delibera, que temos nossos compromissos nos
3388 nossos estados profissionais e pessoais, entendeu? Acho que a gente tem que

3389 pensar também onde a gente pode. É diferente de quem está no mecanismo, que
3390 mora em Brasília, que está aqui, que tem articulação com o Brasil inteiro, que tem
3391 recurso, que é diferente da coordenação geral de combate à tortura, assim. Acho
3392 que a gente acompanha, sim. Mas não de uma forma tão operacional quanto essas
3393 instâncias. Perfeito. Eu acho que é isso que a gente tem que debater. Concordo
3394 plenamente com você. Até porque não há como cobrar, assim, olha, poxa, você não
3395 está acompanhando o Estado Y e o Estado X, gente. Dentro das nossas
3396 possibilidades. Por isso que a gente pensou também no planejamento. Amanhã a
3397 gente tem um debate sobre comunicação interna. Acho que isso entraria até no
3398 ponto de vista da gente, para a gente pensar como que a gente está se organizando
3399 internamente, dentro das nossas condições reais de tocar essa política.

3400 **Interlocutora não identificada** – Porque, por exemplo, eu também quero recuperar
3401 isso. A gente ficou, passou o ano de 2023, se debatendo sobre várias coisas de
3402 estrutura sem logística. Algumas pautas não andam. Inclusive, tem algumas
3403 sobrevalências de pauta aqui, sobrevalências entre nós, e tudo bem. A dinâmica
3404 institucional é essa. Se a gente definiu, e nós tiramos isso lá em novembro, que o
3405 planejamento ia ser agora, dia 5 de fevereiro, é agora que a gente está falando
3406 disso. Ia falar em qual momento outro? No momento que a gente está planejando,
3407 é isso. E o povo do mecanismo vem com isso, porque é o trabalho deles. Me
3408 desculpe, acho que a gente tem que se organizar melhor para cobrar, inclusive, de
3409 quem tem que trabalhar mesmo. Porque esse é que é o papel, não é? Ao dizer que
3410 vai incidir ou não. E se o comitê tirar fora todas as missões que ela definiu, e tiver
3411 um Estado aqui, que a gente decidir que a estratégia que a gente gostaria de opinar
3412 não vai poder, porque eles já avançaram? Não é assim também. A gente, às vezes,
3413 vai ouvindo as coisas, mas não é assim. Todo mundo aqui está entendendo os
3414 papéis, mas o nosso planejamento está acontecendo agora. Está atrasado? Sob a
3415 perspectiva de Estado, sim. Deveria estar fazendo esse planejamento. A gente
3416 começa a fazer em agosto, porque em outubro a gente está rodando orçamento
3417 para poder a gente entrar e disputar a PPA. Ok, não aconteceu, tudo bem. Vamos
3418 agora acomodar e fazer o que é possível. Olhamos lá, tem 300 mil reais, que a

3419 gente pode ajudar a fazer a gestão dele, vamos tocar dentro das pautas que a gente
3420 tem para fazer. Agora, não vai ser um mar de brigadeiro, porque, vamos falar sério,
3421 para mim esse esvaziamento aqui também já é resposta do governo, nossa gestão,
3422 nosso mandato acabou. A gente tem que começar a discutir quem vai ocupar, e o
3423 que a gente está vendo aqui é para fortalecer o próximo grupo que vai ficar. Algumas
3424 organizações nossas vão poder estar, inclusive, sendo reconduzidas. Mas essa
3425 daqui, a gente está aqui mantendo esforço, herói, pecúlio, porque muitos de nós já
3426 atuamos com essas pautas nos nossos estados. Então, a gente vai e traz aqui para
3427 fortalecer. Mas, sob a perspectiva de esvaziamento, o próprio governo não está
3428 aqui, porque ele aposta no esvaziamento político desse grupo que ocupa esse
3429 mandato aqui, gente. Vai dizer, pô, essa galera, porque nós passamos a maior parte
3430 da nossa gestão brigando para estar aqui. A outra metade da gestão acreditando
3431 num governo que viria, aí, por mais que a... Ah, eu não tinha esperança, não tinha
3432 esperança, mas tinha o acordo, o grande acordo nacional que nós fizemos contra o
3433 fascismo de segurar umas pontas. Mas, por menos disso do que está acontecendo
3434 aqui, em outro governo, a gente já tinha feito 30 notas. Não era assim? Teria feito,
3435 mas não fez por quê? Porque a gente está lá, o fantasma do fascismo. Agora, daqui
3436 para frente, como é que a gente fortalece quem vem? Porque o nosso papel
3437 principal, estamos fazendo toda essa ação para quem chegar, não chegar perdido
3438 na ventania. Mas acho que o nosso papel já é definir como é que a gente conduz,
3439 inclusive, a próxima gestão, para não chegar catando papel na ventania, igual a
3440 gente chegou aqui.

3441 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Bom,**
3442 **mas aí, caminhando aqui, eu tenho uma proposta de redação para a ação número**
3443 **4. Traz uma coisa que é muito importante, de estar realmente construindo um lugar**
3444 **aqui que é para a próxima gestão, esteja com alguns de nós ou não, seguir e**
3445 **conseguir se movimentar de outras maneiras. E aí, a minha proposta aqui é a**
3446 **seguinte, na verdade, na mesma isso, porque eu não sei se a ação, fazer uma**
3447 **cartilha, um manual estratégico, estratégico político de implementação contém o**
3448 **que o Paulo trouxe, mas acho que seria interessante, se fosse possível. E acho**

3449 também que a gente conseguiria contratar terceiros para fazer. A Maria Clara está
3450 no telefone. Alguém consegue digitar ali? Ah, você consegue? Ah, está bem,
3451 Tamires consegue. Que eram duas coisas. Uma é essa de criar uma cartilha, uma
3452 cartilha político-estratégica de implementação, de articulação, na verdade, para a
3453 implementação dos comitês e mecanismos. Mas isso, enfim, é algo mais x. A outra
3454 coisa que acho que é mais importante é que vocês estavam conversando antes de
3455 eu ir no banheiro, que é sobre a melhor definição do que é essas pessoas de
3456 referência por Estado. Inclusive, aí a minha proposta é inclusive com algum grau
3457 orçamentário para pensar se é viável o comitê fazer essas visitas institucionais
3458 mesmo, como comitê, se é possível o comitê fazer visitas institucionais para essas
3459 articulações. Então, ao invés de a gente depender da agenda do mecanismo para
3460 fazer visita institucional junto com eles, a gente tanto pode ir junto com eles como a
3461 gente também pode convidá-los a estar conosco em uma visita institucional para
3462 tratar de um Estado que nós vemos como estratégico para a implementação no
3463 comitê ou mecanismo.

3464 **Interlocutora não identificada** – Só sobre isso, eu tinha feito uma proposta de
3465 organização do orçamento para que a gente apresentasse amanhã e justamente
3466 fosse esse esforço de ter um controle do nosso orçamento. Depois eu compartilho
3467 a planilha com vocês, mas foi feita uma estimativa de gasto médio com cada reunião
3468 ordinária que daria em média 380.128 reais, contando todas as reuniões mensais.
3469 E aí já foi feita a inclusão de previsão de quatro missões nos Estados, porque isso
3470 já era uma ideia desde o ano passado, fazer essas missões de incidência política.
3471 Isso teria uma demanda de 62.340. Com essa redução do orçamento que foi
3472 aprovada, porque isso foi estimativa na proposta do orçamento, que era aquele valor
3473 total de 678. Aí amanhã eu acho que vale a gente pegar o orçamento que foi
3474 aprovado e remodelar isso, porque qual que é a ideia? Esse seja um documento
3475 que a coordenação fique em diálogo direto com o comitê a cada reunião ordinária
3476 apresente uma prestação de contas. Quanto foi gasto, por exemplo, na reunião de
3477 ordinária dessa? Aí na próxima apresenta quanto foi gasto, porque daí a gente vê
3478 se gastou tudo que a gente tinha previsto, se sobrou, se faltou, a gente passa para

3479 a próxima. E tenta ver se inclui... Você quer falar alguma coisa, não é, Tamires?
3480 Então, só sobre isso, já tem essa organização aqui das missões, isso já estava
3481 previsto, essa organização.

3482 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** De
3483 qualquer maneira, a gente pode colocar aqui, porque aí ele entra no curto prazo. Na
3484 verdade, nem é curto prazo, porque a gente vai discutir o orçamento agora, mas a
3485 execução mesmo vai ao longo do ano. No caso, é definir o papel dos pontos focais
3486 e também, inclusive com orçamento. Tem muito mais coisa nesse arquivo? Desliga
3487 o microfone, Maria Clara. Ah, olha, promover ações de fortalecimento, fiscalização
3488 e aprimoramento da interlocução com o mecanismo. A gente já falou várias coisas.
3489 Um... Seria desenvolver uma metodologia de banco de dados para monitoramento
3490 de recomendações do mecanismo e fazer incidência de suas ações com base nos
3491 dados e relatórios. Os dois têm a ver com dados. Uma proposta seria contratar uma
3492 consultoria para sistematizar os dados dos últimos, sei lá, X anos de relatórios. O
3493 que mais? Pode, mas... Gente, a gente tem 104 mil, não era? 104 mil do PRODOC,
3494 alguma coisa assim. Não é pouco dinheiro. É uma consultoria. Ah, tem que pegar
3495 um produto de 80 mil? Gente, quero fazer uma consultoria dessa. 80 mil. São duas
3496 ROs nossas. Uma consultoria. Gente, mas eu não entendo isso. Isso não faz sentido
3497 em termos de orçamento público. Não faz sentido... Dar uma rigidez a um
3498 orçamento para uma única consultoria sendo que com esse valor de 80 mil daria
3499 para fazer, no mínimo, quatro. Ah, cinco penude. Assim. É, pode ser uma consultoria
3500 com vários produtos. A gente pode também estabelecer isso, é verdade. Então,
3501 vamos constar com uma consultoria porque, de qualquer maneira, a gente pode
3502 pensar em mais de um produto para a consultoria. Poxa, 80 mil reais dá para ser
3503 alguns produtos, não é? Ah, 80 mil. Uma consultoria do penude aí é 11, 12, máximo
3504 20. Bom. Fazer incidência de suas ações com base nos dados e relatórios.
3505 Consultoria para sistematização e elaboração de produtos com base nessas...

3506 **Interlocutora não identificada –** Isso é para acompanhamento das
3507 recomendações sobre os temas, aí está lá embaixo.

3508 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Ah,
3509 está bem. Uma consultoria para sistematização de dados dos relatórios. Acho que
3510 era bom só ver, tipo, com base nos temas prioritários, com base nos temas
3511 prioritários. Sim. É, porque, quando eu penso em sistematização, eu penso, não só,
3512 a pessoa não vai só ler tudo e colocar numa planilha, mas ela também vai tirar
3513 gráficos, ela vai tirar a identidade visual disso que vai ser útil para a gente em
3514 comunicação e um monte de coisa. Eventualmente, sim, mas acho que parceria a
3515 pessoa com o mediador, não é? Pode ser interessante. É... Esse para fazer
3516 incidência das ações, nossas ações, com base nos dados e relatórios, sugerem
3517 alguma ação? Eu acho que é quase uma ação por si só. Então... Então seria um
3518 monitoramento, dos encaminhamentos, dos retornos... Não, aí somos nós. Mas aí
3519 tem a ver com o fluxo interno. Então... Então tem a ver com o fluxo interno. Está em
3520 outro lugar, esse fluxo interno. Criar um fluxo de monitoramento e indicadores
3521 internos. É? Adoro. Nossa, vou aplicar na minha vida isso. Às vezes eu queria muito
3522 saber quantos e-mails eu mando por dia. Quantas demandas eu respondo por dia.
3523 Quantas respostas de WhatsApp eu estou respondendo a demanda. Sério que ele
3524 faz isso? Ué, o Ministério não tem contrato com a Microsoft? O Governo Federal
3525 não tem contrato com a Microsoft? A gente usa o Teams, não é? Se a gente usa o
3526 Teams, a gente tem contrato com a Microsoft. Está aí uma coisa para a gente
3527 investigar. Não, porque aí ele resolveria essa parte de indicadores até mais
3528 facilmente, em parte, não é? Exato. Com certeza. Está bem, então vamos pular para
3529 o próximo, para a gente tentar acelerar. Objetivo geral. Contribuir para a criação da
3530 Política Nacional de Prevenção, Combate e Tortura e atualização do... Não enxergo.
3531 Do Plano Nacional. Acho que pode também colocar levantar planos anteriores. Para
3532 também dar um... É. Levantar planos anteriores. Levantar planos anteriores e
3533 identificar potenciais burocracias para o processo de perturbação social de
3534 construção do plano. Isso acho que já também é um adianto. É. Cada vez parece
3535 uma ponta nova da CREO. Vou escrever aqui. Acho que... Amanhã, gente, com a...
3536 Na hora que a gente for fazer a agenda mesmo, colocar no cronograma e tal, a
3537 gente vai ter que ser muito focado mesmo. Porque se a gente se enrolar muito, a
3538 gente não vai conseguir terminar e a gente... Na R.O. é só para votar mesmo,

3539 então... E parece que tem alguma coisa de sair mais cedo em algum momento
3540 também, não é? Tem uma plenária amanhã, não é? Acho que hoje era só
3541 incidência. A plenária é amanhã às 11h. É. Bom... Esse aprimorar o fluxo de trabalho
3542 e memória institucional do CNPCT seria desenvolver uma metodologia e banco de
3543 dados para monitoramento de recomendações do CNPCT. Poderia ser, que a gente
3544 tinha comentado, levantamento de... Produções e normativas do CNPCT. Isso seria
3545 da coordenação, na verdade. Então, só coloca levantamento mesmo. Levantamento
3546 de todas as normativas... De quê? Aqui é o que a Patrícia falou que às vezes some.

3547 **Interlocutora não identificada** – É mais encaminhamento, se não recomendações.
3548 Acho que seria esse o sentido.

3549 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – A
3550 Patrícia falou lá que saiu. Às vezes dá um bug, mas está lá. Ah, está bem.
3551 Regimento, tudo, você consulta lá. Você podia fazer um tutorial para nós. Como
3552 acessar...

3553 **Interlocutora não identificada** – A palavra recomendações aqui não era
3554 recomendação normativa, não. Era mais os encaminhamentos. Era aquela mesma
3555 coisa. Na R.O. tem uma série de encaminhamentos e a gente não tem esse banco.

3556 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Ah,
3557 então já está lá.

3558 **Interlocutora não identificada** – É, já está lá, meio que se repetindo. É.

3559 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Mas
3560 aquele outro item não é o de fluxos? De não sei o quê? Onde que ficou ele?

3561 **Interlocutora não identificada** – É que ele ficou mais relacionado ao mecanismo
3562 e esse é em relação ao próprio comitê.

3563 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Vocês
3564 querem copiar e colar isso?

3565 **Interlocutora não identificada** – Eles pedem um ofício para determinada... Enfim,
3566 uma casa prisional para colher dados. Se faz uma espécie de processo, tipo, tem
3567 um sistema como...

3568 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Que
3569 abre um SEI...

3570 **Interlocutora não identificada** – Ah, então, esse levantamento, ele perpassaria um
3571 levantamento de todos os processos SEI tramitados com essa temática específica
3572 de encaminhamento de ofício? De denúncia? A gente pode criar um padrão SEI
3573 para esse tipo de coisa. Porque aí depois fica mais fácil a gente conseguir levantar
3574 enquanto esse tipo de item... Ah, é denúncia. Então vai ser sempre denúncia. É
3575 sempre pelo SEI.

3576 **Interlocutora não identificada** – Mas e se não é o ofício? Não tem uma... Também
3577 não deveria ser um SEI?

3578 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Às
3579 vezes é e-mail, não é?

3580 **Interlocutora não identificada** – Mas e o fluxo?

3581 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – É
3582 para trazer mais formalidade.

3583 **Interlocutora não identificada** – Pois é, mas... Sugestão. Talvez seja bom pensar
3584 e também formalizar esses encaminhamentos no SEI para ficar registrado e para
3585 se ver o deslinde.

3586 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – É,
3587 sempre a subida. Mas eu acho que a questão mesmo é a questão de organização
3588 de fluxo, não é? Se se estabelece que toda denúncia encaminhada via ofício,
3589 automaticamente a gente consegue levantar porque ele vai ter um SEI, não é? Está
3590 bem. Alguém tem mais alguma sugestão? Acho que a gente já vem fazendo uma

3591 coisa, que é iniciar a discussão de estabelecimento de fluxo decisório, de fluxo de
3592 memória, etc., que a gente vai fazer amanhã. Último. Fomentar... “Eu acho que é o
3593 último. Fomentar banco de dados, estudos e pesquisas sobre prevenção e combate
3594 à tortura no Brasil. Em específico, elaborar um diagnóstico panorama nacional da
3595 situação da tortura no Brasil.” A atividade seria, ou a ação, contratar consultoria com
3596 recurso PRODOC para sistematizar dados a partir dos relatórios do mecanismo,
3597 que isso também já estava lá em cima, não é? Ou a gente jogou para baixo, não
3598 lembro. Tinha o negócio da formação também, não é? Informação sobre, as
3599 informações já tem, não é?

3600 **Interlocutora não identificada** – O que está lá em cima era sobre a criação, o
3601 apoio na criação de comitês e mecanismos estaduais do sistema. Esse daqui é
3602 porque a gente já tinha feito antes esse objetivo geral, que é o objetivo mais amplo
3603 do banco de dados, estudos e pesquisas e tal, tal, tal.

3604 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – E aí
3605 a ação é contratar consultoria com recurso PRODOC para...

3606 **Interlocutora não identificada** – Esse é dos temáticos. O que estava lá em cima,
3607 cadê?

3608 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Era
3609 outra coisa.

3610 **Interlocutora não identificada** – Era o monitoramento das recomendações, na
3611 verdade. Era sobre isso. Especificamente sobre isso. Não era dos temas. Os temas
3612 estavam aqui. Isso.

3613 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Tem
3614 mais coisa para baixo? Acho que acabou.

3615 **Interlocutora não identificada** – Acabou. Aqui é só a pauta para a reunião com o
3616 secretário que a gente tinha falado, não é? Orçamento, publicações da resolução,

3617 dinheiro do PRODOC, sucessão na coordenação, prolongamento do mandato para
3618 eleição sem IPCT. Aqui acabou. Está bem.

3619 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – O**
3620 único tema que ficou aí nesse documento foi realmente a questão da privatização
3621 das prisões. A gente não chegou a falar de nenhum outro tema e pensar ações para
3622 esses outros temas. Mas acho que boa parte do que... Tem alguns temas que as
3623 mesmas ações podem ser possíveis e tem outros que talvez a gente tenha que
3624 discutir melhor amanhã mesmo.

3625 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Mas**
3626 será que a gente manter os GTs temáticos com tanta especificidade funciona
3627 mesmo? Será que não faz mais sentido a gente pensar em GTs que envolvam
3628 temáticas ou ações? Tem o GT do advocacy, dos PLs. Tem o GT da incidência
3629 direta com a questão dos comitês. Talvez a gente tenha que pensar um pouco.
3630 Porque também se a gente ficar separando mini temas assim, e como também os
3631 temas eles vêm e vão, eles têm temas que estão mais ali, depois vão, depois não
3632 tem nenhuma. É porque rolou um repasse que aí virou pauta. Gosta ou não gosta?
3633 Ah, gosta. Vamos pensar, então. Vamos colocar em um repensar os GTs.

3634 **Interlocutora não identificada –** Esse era um dos debates para amanhã, porque
3635 essa era uma questão de organização interna. Foi uma questão do formulário. A
3636 gente pode, de repente, pegar todos os GTs que já tem e repensá-los.

3637 **Interlocutora não identificada –** Eu queria fazer uma pergunta. Dentro do
3638 regimento interno já prevê o GT? O tempo que o GT existe? O que o GT tem que
3639 produzir? O tempo que o GT produz?

3640 **Interlocutora não identificada –** Ele prevê o modo de funcionamento. Inclusive,
3641 um dos requisitos é esse, que tenha composição tanto de governo quanto de
3642 sociedade civil.

3643 **Interlocutora não identificada –** Não, é porque em outras...

3644 **Interlocutora não identificada** – Agora não diz quais são os GTs. Os temas somos
3645 nós que escolhemos.

3646 **Interlocutora não identificada** – É, porque em outros espaços, normalmente, os
3647 GTs vão ser criados conforme a demanda. Senão você fica criando vários GTs,
3648 mobiliza as pessoas e fica gastando.

3649 **Interlocutora não identificada** – Tem que ter um início, meio e fim.

3650 **Interlocutora não identificada** – Exato, é começo, meio e fim. Tem que ter entrega.

3651 **Interlocutora não identificada** – Tem duas comissões de caráter permanente e os
3652 GTs que é grupo de trabalho, que é pontual.

3653 **Interlocutor não identificado** – Eu estou com o arquivo aqui aberto. Você está com
3654 ele aberto? Que a Tamires tinha mandando para a gente por e-mail. Pessoal,
3655 comissão de seleção de peritos do MNPCT, comissão permanente sobre mulheres
3656 no sistema prisional, comissão permanente de prevenção à tortura no
3657 socioeducativo, comissão comunidade terapêuticas e hospitais psiquiátricos. Essas
3658 são as comissões. Aí GT, estou lendo só os ativos, porque tem alguns encerrados.
3659 Grupo de trabalho para averiguar os procedimentos de visita externa no âmbito
3660 de unidades carcerárias. Grupo de trabalho com a finalidade de averiguar o
3661 funcionamento das audiências de custódia. GT de elaboração do edital do sexto
3662 PSP MNPCT, de seleção. No processo de tentar dar conta sem o governo federal,
3663 foi criada a categoria agrupamentos, de maneira selvagem nossa. Freestyle
3664 administrativo. Freestyle legal. Boas práticas. O prêmio. O prêmio de combate à
3665 tortura está aqui. A criação da categoria agrupamentos. Agrupamentos.
3666 Agrupamentos. Agrupamento para criar material de formação de comitês e
3667 mecanismos, além de revisar a recomendação número 5. Beijo. E agrupamento
3668 para a tratativa de casos que estão em trâmite do sistema interamericano de
3669 desenvolvimento de direitos humanos e que envolvam presídios, começando pelo
3670 caso urso branco.

3671 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Bom,**
3672 pessoal. Encerrado o dia de hoje de planejamento.

3673

3674 **MDH 43ª Reunião Ordinária do CNPCT - 06 02 2024 - Manhã**

3675 **Interlocutora Não Identificada** – O trabalho já são 11 horas, mas também acredito
3676 que a gente consegue caminhar mais objetivamente nesse cronograma. Inclusive,
3677 obrigada, Maria Clara, pela sistematização. Eu fiz aqui um calendárizinho só na
3678 minha mão, mas também a Maria Clara está escrevendo aqui num outro calendário.
3679 Tem como projetar, Fabrício, para a gente finalizar os prazos? Eu dividi aqui pelas
3680 colunas da esquerda os objetivos gerais. Dentro de cada objetivo geral, tem os
3681 objetivos específicos e dentro de cada objetivo específico, as ações. Aí, se puder ir
3682 para a direita, Fabrício, afasta mais, isso. Vai mais para cima só para ver os títulos
3683 ali das colunas. Aí tem os prazos de cada ação e indicar os responsáveis, que é a
3684 atividade da agora, para a gente poder completar isso. Eu coloquei nessas cores o
3685 que está aparecendo, bandeiras de LGBT, só para a gente identificar qual que é
3686 cada objetivo geral. No caso, esse que todos estão em vermelho, então,
3687 corresponde a um único objetivo geral, que é propor e fiscalizar políticas públicas
3688 em defesa dos direitos humanos, das pessoas em restrição e privação de liberdade.
3689 A gente pode começar, então, com o primeiro objetivo específico, pode retornar
3690 para a esquerda, que é contribuir com proposições legislativas relativas à temática
3691 de prevenção, combate à tortura. Desse objetivo, a gente tirou três ações. A
3692 primeira, pedir para a assessoria legislativa do MDHC para a realização de
3693 planejamento, não, de mapeamento das proposições legislativas. Ai, espera aí.
3694 Pedir para a assessoria legislativa do MDHC a realização de mapeamento das
3695 proposições legislativas no Congresso e no Senado, que tratem de questões
3696 relativas à prevenção de combate à tortura. Depois, realização de mapeamento de
3697 normativas, que são aí, nesse caso, resoluções, recomendações, portarias, entre
3698 outras, de outros órgãos que tratem de questões relativas à prevenção e combate
3699 à tortura. E elencar as prioridades de ações para construir atividades concretas de

3700 incidência no legislativo. Ai, agora, a gente precisa colocar essas três ações que a
3701 gente definiu, até bem pé no chão, né, dentro do prazo de curto, médio e longo
3702 prazo. Então, esses dois primeiros, né, que se referem aí a um pedido formal a um
3703 terceiro, vocês entendem que seria de curto, médio e longo prazo? Acho que curto,
3704 né? Algo que a gente consegue colocar nesse ano, né? Então, é, vamos tentar
3705 colocar no mês, então. É, é porque... Será que a gente abre mais uma coluna e
3706 escreve, literalmente, curto, médio e longo prazo? Porque os de 2024 vão ter mês,
3707 mas os outros ainda não, ao princípio.

3708 **Interlocutor Não Identificado** – Março é até o começo de março ou até o fim de
3709 março?

3710 **Interlocutora Não Identificada** – Quando a gente coloca no cronograma, a
3711 deadline é o último dia de março, né? Então, esse é só o pedir, né? É a solicitação
3712 de... Claro que, se for possível, cumprir antes, para a gente ter uma devolutiva,
3713 exato. Você tinha comentado que o MDHC também poderia fazer de normativas
3714 internas ou não? Ah, não, não. Ou a gente já solicita, então, uma coordenação de
3715 apoio também?

3716 **Interlocutor Não Identificado** – Isso. Não, acho que é uma questão de ordem,
3717 assim. Pensando já no início, para a gente depois não se embolar. Quando a gente
3718 fala curto prazo, né? A gente, ah, um mês e tudo. Vamos pensar uma coisa mais
3719 exequível das nossas condições? Sei lá, talvez três meses, né? É, mas assim,
3720 porque quando a gente coloca como ação no ano pedir, não é só o ato pedir, né? A
3721 gente ter uma devolutiva com material, digamos, robusto, para a gente apresentar
3722 no RO. Por que eu estou falando isso? Assim, é a primeira ação que a gente está
3723 desenvolvendo prazo. Se a gente seguir essa ideia do curto prazo de um mês,
3724 quando a gente chegar no final, a gente vai ficar sobrecarregado, né? Enfim, vai ter
3725 muitas coisas para fazer em curto prazo. Não sei, eu acho que talvez a gente
3726 pudesse pensar em alguns prazos mais razoáveis. Noventa dias, né? Um prazo
3727 curto de noventa dias. Enfim, até para a gente, né? Senão a gente vai ficar
3728 sobrecarregado de trabalho nesses primeiros meses do comitê.

3729 **Interlocutora Não Identificada** – Eu concordo, mas eu penso assim que, neste
3730 caso, seria interessante ter a devolução para a próxima RO. Então, de repente, esse
3731 prazo curto poderia ser alguma coisa que a gente graduasse entre 30 e 90 dias.
3732 Porque, com certeza, para algumas outras atividades, 30 dias vai ser muito pouco.
3733 Porque a gente tem outras atividades. Mas, nesse caso pontual, seria interessante
3734 para próxima reunião já ter alguma coisa.

3735 **Interlocutora Não Identificada** – O exercício mesmo que a gente está fazendo, de
3736 colocar dentro do calendário... Então, assim, cada ação contempla uma série de
3737 ações. Então, nesse caso, o responsável vai ser o Paulo. Então, o Paulo vai fazer
3738 essa solicitação. Nesse prazo vai dar uma devolutiva. Nesse prazo, se não for
3739 possível o MDHC fazer o mapeamento, a gente vai ter que já decidir quem seria o
3740 outro caminho, né? Sobre o segundo, então, todos de acordo que a gente solicite à
3741 coordenação de apoio. Então, também é um curto prazo. Como elas estão
3742 interligadas? Coordenação... Isso. Isso. O que vocês acham?

3743 **Interlocutora Não Identificada** – Eu acho que dá para iniciar o mapeamento pelo
3744 nosso apoio.

3745 **Interlocutor Não Identificado** – Se bem que o decreto não foi publicado ainda.
3746 Mas, como a gente tem representação do governo, acho que seria interessante a
3747 gente caminhar os ofícios. Pros órgãos. Para eles informarem. Porque eu acho que
3748 eles já têm esse mapeamento interno, se bobear. Eu não sei uma palavra-chave ali.
3749 Não consigo identificar dentro da legislação, aquilo que eles estão discutindo sobre
3750 prevenção e combate à tortura. Acho que seria interessante. Sim.

3751 **Interlocutora Não Identificada** – Assim, eu entendo o que você diz. Mas também
3752 fico nessa dúvida, assim. O pessoal fala, nossa, que povo meio folgado, né? Está
3753 pedindo para gente fazer um levantamento que, em tese, estaria todo no site.
3754 Porque o trabalho seria esse. Da nossa coordenação acessar lá o programa que a
3755 Tamires comentou, que agora eu esqueci o nome. Que é onde participa mais. Que
3756 é um programa que teria, em tese, todos esses documentos. Então, ela faria, pelo

3757 menos, esse primeiro levantamento. Se a gente entender que tem coisa ali que está
3758 faltando, ou que poderia precisar de um complemento, aí a gente pode oficial. Mas
3759 é difícil. Aí, nesse caso, faz sentido ser o mesmo prazo do anterior? Um pouco
3760 maior.

3761 **Interlocutora Não Identificada** – Acho que tem que ser realista. Está sem
3762 coordenação geral. Por isso que eu estou falando. A Tamires está ocupando,
3763 precariamente, um serviço que é, em substituição, a coordenação geral. Eu acho
3764 que tem que... E eu acho que isso não tem uma grande urgência. Assim... Não é...
3765 Eu acho assim... Eu realmente não sei o que isso implica. Porque a gente está
3766 colocando que é de outros órgãos. Eu não sei se isso envolve pedir para outros
3767 órgãos. Eu realmente não sei se eles têm compilado. Tudo relativo à questão de
3768 prévia sem combate à tortura. É o quê? É envolvendo o sistema prisional? A gente
3769 deixou um objetivo bem amplo. Inclusive, acho que talvez valesse a pena a gente
3770 colocar diretrizes mais específicas.

3771 **Interlocutora Não Identificada** – É porque, na verdade, entendo que a gente está
3772 pensando do mapeamento em si. Mas ali, a ação, na verdade, também ficou a
3773 realização do... O verbo ficou solicitar, na verdade. Mas o que a gente está
3774 pensando é o mapeamento. Eu acho que... Porque solicitar... Não podemos...
3775 Colocar a coordenação de apoio como... Como responsável. Porque eu entendo
3776 que, na verdade, ele não seria solicitar a coordenação de apoio. Seria o que a gente
3777 quer é a realização desse mapeamento. Então, a ação, na verdade, é o realizar. E
3778 aí, por mais que eu acho que... Eu acho que aí concordo em relação, por exemplo,
3779 de ser um prazo maior. Porque a gente sabe, inclusive, da sobrecarga e da situação
3780 real. Mas era isso. Acho que o verbo é realizar e não solicitar.

3781 **Interlocutora Não Identificada** – Eu acho que poderíamos, assim, delimitar esses
3782 atos normativos... Em que penso, talvez, se fosse uma discussão para ontem, esses
3783 atos normativos de que esfera? Não é uma enormidade de coisas. Federal?
3784 Federal-estadual? Federal-estadual-municipal? E outra coisa. Eu acho que, bem
3785 colocado pela Jaque, a questão aí... O que a gente quer é o mapeamento. O solicitar

3786 é o procedimento. Para outro órgão fazer. É uma questão metodológica. Não me
3787 chamam de doutora, por favor. Não me chamam de doutora. Não me chamam de
3788 doutora.

3789 **Interlocutora Não Identificada** – O microfone, pessoal.

3790 **Interlocutora Não Identificada** – Não sei se ficaria sendo bom eu pedir para o
3791 tribunal numa representação que eu faço pela AJD.

3792 **Interlocutora Não Identificada** – É preciso pedir lá. É, na contribuição do comitê.
3793 A gente, tudo bem como encaminhamento também desse mapeamento, a gente
3794 colocar... Na R.O. de abril, a gente vai delimitar o escopo da pesquisa para esse
3795 mapeamento? Ou vocês entendem que isso não precisa passar pela R.O.? A gente
3796 pode falar sobre esse escopo de pesquisa informalmente? Pode ser eu, então. É
3797 porque, assim, esse escopo de pesquisa, né? Então, a gente já estabeleceu uma
3798 aqui, que é a esfera federal. Aí, um outro escopo, quais órgãos que ela vai focar a
3799 busca? Então, CNJ, CNDH, o próprio CNPCP, CNPCT, enfim, quais órgãos, né? Aí,
3800 depois, que tipo de palavras-chaves ela vai buscar, né? Vai ser só a prevenção, o
3801 combate à tortura? Ou também envolve o sistema prisional como um todo? O
3802 sistema socioeducativo como um todo? As comunidades terapêuticas como um
3803 todo? Então, isso vai precisar delimitar, obviamente. Exato. Eu acho que, não, mais
3804 ou menos assim. Se não for na nossa gestão, primeiro, acho que tem que mudar o
3805 prazo. E eu acho que, assim, se só passar essas duas linhas aqui para a
3806 coordenação de apoio, acho que fica muito abstrata. É só para colocar alguém de
3807 referência para ir trocando essa ideia e ver se está de acordo. Eu coloquei aqui que
3808 se dispôs a ser essa pessoa de referência para ir ajustando esse escopo. Está nem.
3809 Elencar as prioridades. Apoio, gente, mas, enfim. Eu vou ter solidariedade aqui com
3810 a pessoa que pega simplesmente uma frase para, enfim, fazer um apetite. Elencar
3811 as prioridades de ações para construir atividades concretas de incidência do
3812 legislativo, que é o trabalho depois disso, né? É, eu acho. Só pensando na lógica
3813 aqui, então, a próxima Rio é em abril. Maio, junho é a seguinte. Julho, agosto seria
3814 a seguinte. Então, agosto. Aí pode copiar a mesma coisa, eu acho, né? Porque a

3815 responsabilidade aqui seria apenas de apresentar ao plenário quais são os temas
3816 que foram levantados e mandar as informações.

3817 **Interlocutora Não Identificada** – A próxima é referente a esse outro objetivo
3818 específico, que é impedir as iniciativas de privatização de espaços, de privação de
3819 liberdade. A primeira ação em relação a isso seria levantar as denúncias sobre
3820 trabalho análogo à escravidão e outras violações de direitos nesses espaços já
3821 privatizados, mediante diálogo com a Editoria de Fiscalização do Trabalho. É o que
3822 ficou.

3823 **Interlocutora Não Identificada** – Então, a Ana e o... Ótima ideia, ótima ideia. Uma
3824 tour, né? Isso é algo que a gente poderia... Relações institucionais.

3825 **Interlocutora Não Identificada** – Aí, seguindo aqui para... Seguindo aqui para o
3826 próximo, né? Solicitar o mecanismo... Exato, exato. É o nosso advocacy do comitê,
3827 né? Ótimo. Já estou anotando aqui só para a gente considerar para o próximo REO.
3828 Voltando aqui, então, para a gente seguir. Solicitar o mecanismo de realização de
3829 missão específica para fiscalização de unidades privatizadas para levantamento de
3830 informações. Então, só deixando esclarecido, né? Então, na RO de agosto vai ser
3831 apresentado esse levantamento que vai ser feito. E aí, logo em seguida, eu entendo
3832 que nessa mesma RO que a gente encaminharia uma forma... Faria um
3833 encaminhamento quanto a essa solicitação ao mecanismo, certo? Dessa...

3834 **Interlocutor Não Identificado** – Solicitar ao mecanismo o dialogar com o CNDH e
3835 CNPCP junto e imediato agora, e acho que tem que ser você, porque eu acho que
3836 é a comunicação institucional do CNPCT. É a vice-presidência do CNPCT que está
3837 dialogando com o mecanismo e com o CNDH, dizendo essa é uma pauta nossa, a
3838 gente quer construir junto com vocês. Porque se eles começarem a fazer atividades
3839 agora em março, abril, a gente já passaria a compor esse debate com eles, né?

3840 **Interlocutora Não Identificada** – Claro, com certeza.

3841 **Interlocutora Não Identificada** – Posso fazer uma outra sugestão, porque a
3842 Auditoria Fiscal do Trabalho, ela, na verdade, só realiza o ato, mas a comissão que
3843 faz todo o trabalho é a Conatrae. Então, talvez, em vez de ser a Auditoria Fiscal do
3844 Trabalho, a Conatrae, porque dentro da Conatrae, estará a saúde, assistência, todo
3845 mundo. Isso aqui também é um ponto... É, como levantar denúncias. E como vai
3846 com vocês. Isso aí a gente verifica com a Conatrae, a gente realiza o diálogo com
3847 a... Vou até falar com a Andrea aqui. E aí, também, eu pensei que talvez com a
3848 saúde também. Principalmente a vigilância sanitária. Por exemplo, se eles fazem a
3849 fiscalização, se eles verificam como estão as condições de saúde nos
3850 estabelecimentos. Eu não sei se realizam, mas é algo que a gente pode levantar
3851 também.

3852 **Interlocutora Não Identificada** – Só uma questão aqui de ordem. Se a gente
3853 solicitar imediatamente uma missão específica, é no sentido de informá-los que
3854 esse é o nosso objetivo, né? Está no nosso planejamento. Que, portanto, eles
3855 poderiam incluir no planejamento de missão extraordinária deles, certo? Está bem,
3856 perfeito.

3857 **Interlocutor Não Identificado** – Tem algumas missões adiantadas, né?

3858 **Interlocutora Não Identificada** – Tem, mas não com esse foco de PPPs
3859 especificamente. Então, tem, está com foco, está? Ah, perfeito, está bom. Aí,
3860 dialogar com o CNDH e CNPCT sobre a temática para pensar ações conjuntas. Foi
3861 proposto aqui o curto prazo, né, também, para a gente, então, agendar uma reunião
3862 aqui. O como seria o agendar uma reunião com eles também, né? Junto ao comitê,
3863 participa quem do comitê puder, né? Para a gente pensar nessas ações conjuntas.
3864 Márcio, parece ótimo.

3865 **Interlocutor Não Identificado** – Talvez sobre isso, assim, pensando em
3866 encadeamento de ações, a primeira coisa seria conversar com a Carol e com o
3867 Rogério, dizendo que, ah, bacana, vimos o planejamento, achamos interessante e
3868 queremos nos somar. Vocês já sentaram com o CNDH? Não sentaram? Vamos

3869 sentar junto para construir? Talvez, primeiro, alinhar com o MNPCP e fazer isso
3870 junto. Talvez seja uma alternativa, CNDH e CNPCT. Fico achando.

3871 **Interlocutor Não Identificado** – Desculpa aqui, de novo, uma questão de geral,
3872 assim, de ordem mesmo, de organização. A gente é o comitê e a gente está fazendo
3873 o planejamento para todo ano, né? Evidentemente que esse planejamento, com
3874 exceção da nossa colega Carla, né? Está quase que exclusivo da sociedade civil.
3875 Penso que a gente vai ter que, de alguma forma, nas ações, implicar os
3876 representantes governamentais a assumirem responsabilidade de todas as ações
3877 que estão colocadas aqui.

3878 **Interlocutora Não Identificada** – De acordo. Só um comentário sobre o que o
3879 Paulo trouxe. Eu acho que vai mais no sentido de a gente convidar o mecanismo a
3880 estar junto, porque também, enquanto comitê, é importante para nós criar esse
3881 contato e esse fluxo de diálogo político com esses outros conselhos. Então, mais
3882 do que construir em conjunto, convidá-los a estar também presentes, mas não
3883 necessariamente no primeiro momento. Talvez a gente possa fazer um primeiro
3884 contato sem eles. O que vocês acham? Mas não descartando, enfim, que a gente
3885 precisa trabalhar em conjunto, sem dúvida. Depois a gente vai precisar revisar isso
3886 para pegar as tarefinhas, né? Para cada um olhar, né?

3887 **Interlocutora Não Identificada** – Fica médio prazo, né? Esse diálogo com o CNDH
3888 e CNPCP, para ser depois do diálogo.

3889 **Interlocutora Não Identificada** – Eu acho que podia deixar abril para a gente já
3890 começar, desde já alguns pedidos formais, trocar uma ideia e ver se é possível, na
3891 próxima RO, a gente fazer uma agenda extra já com eles, né? Ah, está bem.
3892 Desculpa.

3893 **Interlocutora Não Identificada** – Não, eu estou pensando ali, porque como esse é
3894 um tema que está em voga agora, até politicamente, para mim falta alguma ação,
3895 nós não colocamos alguma ação, relacionada à própria incidência do debate, da
3896 pauta que está sendo realizada agora no momento, né? Em termos de disputa. A

3897 gente está num cenário que o presidente está se colocando, o ministro já se
3898 colocou. O que nós temos a dizer sobre essa pauta nesse momento? Se vamos
3899 dizer alguma coisa. Pensando muito na provocação que ontem o Caio trouxe, né?
3900 Quais são as interfaces que a gente tem? Porque quando a gente coloca
3901 privatização ali e a gente está num momento que esse tema está em voga no país,
3902 tem algo que a gente vai fazer no imediato sobre essa disputa que está no cenário?
3903 Ou talvez não cabe para esse colegiado essa disputa nesse momento? Estou aqui
3904 só... Porque lendo ali o compilado, isso não... A gente está tratando de um processo
3905 mais contínuo, mas não do que está posto no momento. E seria o imediato, né?

3906 **Interlocutor Não Identificado** – A ordem lógica da coisa seria primeiro levantar os
3907 dados para depois fazer a manifestação pública, né? Mas se se avalia que é
3908 urgente, que a gente tem que falar sobre isso agora, dá para fazer também. E é
3909 aquele sistema de sempre. Alguém fica meio de relator, escreve, traz uma proposta,
3910 aprova no colegiado. Mas tem mais peso se a gente lança uma nota dizendo em X
3911 unidades funciona assim, foi constatado tal coisa em tantas visitas, tal e tal e tal, o
3912 investimento é tal... É, eu acho que tem mais peso, porque para que serve essa
3913 nota para a gente comunicar publicamente? Daí depois que essa nota sai, a gente
3914 faz o quê? Faz a assessoria de imprensa. Aí procura ali uma folha, um globo da
3915 vida. E isso para virar uma notícia boa, não é só a gente dizendo assim, ah, a gente
3916 é contra. Não, tem que dizer por quê aqui, aqui, aqui.

3917 **Interlocutora Não Identificada** – Só uma questão. Um pouco alátere da questão
3918 do... Tem o projeto de lei em debate hoje, da saída temporária. Isso é uma pauta
3919 urgentíssima, né? Urgentíssima, não sei, mas quem sabe tentar num outro horário.
3920 Sim, pelo menos é o que consta no calendário do... Não, não, acho que é à tarde.
3921 Então, parece que tem um encaminhamento de que alguém pediria vista, né?
3922 Comissão de Segurança. O que eu li em algum lugar que seria pedido vista por
3923 um... Acho que tem um senador que ajuda. Caso a casa, enfim, a comissão se
3924 manifestasse favoravelmente. Eu sugiro que a gente faça um texto ou uma nota
3925 com o nosso posicionamento acerca, da extinção da saída temporária, porque é um
3926 tema acho que muito importante, muito relevante, que vem colado de várias

3927 propostas legislativas restritivas, encarceradoras e tal. Eu tenho alguma... Na
3928 verdade, eu escrevi um texto sobre isso, mas é para não [Ininteligível] o texto, a
3929 gente poderia fazer uma criação coletiva, assim. Mas você podia ser a relatora
3930 desse texto?

3931 **Interlocutora Não Identificada** – O que eu ia sugerir agora de a gente... Como elas
3932 estão lá no Congresso, na volta da tarde, elas já fazerem um pequeno repasse do
3933 atual estágio e a gente... Mas aí já sinaliza esse como encaminhamento, que como
3934 a quem falou, talvez tenha um momento de emenda, tudo ainda seria produtivo usar
3935 esse texto, porque se fosse votado agora também não seria. Então, pronto. Aí a
3936 gente fala com elas quando elas retornarem. Aí... É, oficialmente entra na RO no
3937 início da tarde, só como esse repasse. E aí eu ia dizer, em relação a essa questão
3938 da privatização, sobre essa manifestação... Ah, está bem.

3939 **Interlocutora Não Identificada** – Não, é que eu tinha também. Tudo bem. Não, era
3940 só em relação à questão do que foi colocado pela [Ininteligível], cumprimentado
3941 pelo... Porque eu acho que talvez, exatamente aproveitar o time, eu acho que talvez
3942 fosse bacana, assim, a gente externalizar alguma questão em relação às
3943 privatizações. E aí... Porque eu acho que... Porque, na verdade, nós não temos o
3944 levantamento, mas nós temos uma posição, sim. Então eu acho que talvez fosse
3945 importante, sim, externalizar e até mesmo, nessa manifestação, colocar que isso foi
3946 pauta do... do planejamento do CNPTCT, que nós tiramos diversas ações, que
3947 manifestavam uma preocupação com a questão das privatizações. Eu acho que
3948 seria importante uma manifestação, neste momento, considerando as
3949 considerações [Ininteligível] sobre as privatizações.

3950 **Interlocutora Não Identificada** – Tu queres fazer, Jaque, essa...

3951 **Interlocutor Não Identificado** – Jaque, já seria... Já para essa RO ou para a
3952 próxima?

3953 **Interlocutora Não Identificada** – Tipo, agora? Porque o que eu tinha pensado,
3954 talvez, e eu estava inscrita para falar isso, que eu acho que esse é um tema bem

3955 delicado, bem, assim, bem espinhoso. Não é... Eu concordo com... Acho que foi o
3956 Caio que falou que não é só falar que é contra, porque tem muitos argumentos. Mas
3957 os relatórios do mecanismo, já alguns já têm várias informações sobre isso. Eu acho
3958 que teria um trabalho de revisitar alguns desses relatórios. Eu acho que a gente
3959 podia dialogar com o mecanismo se não dava para a gente fazer uma nota conjunta.
3960 Porque eu acho que não é só falar contra e dizer que é preocupação nossa. É o
3961 porquê disso, né? Eu acho que já seria uma manifestação com dados. E aí, extrair
3962 desses relatórios do mecanismo, o porquê que isso é uma preocupação, que vários
3963 relatórios já indicam essas violações, tarará, tarará. E faz uma publicação de uma
3964 nota conjunta com o mecanismo. Eu acho que teria mais efeito, assim, de robustez
3965 de dados e tal. É...

3966 **Interlocutor Não Identificado** – Agora para a próxima R.O. Se fosse para a
3967 próxima R.O., por que a gente não convida, sei lá, para um debate de uma hora,
3968 enfim, alguma apresentação de algum especialista que já discute isso, que já tem
3969 produção, que, inclusive, pode subsidiar uma manifestação política nossa?

3970 **Interlocutora Não Identificada** – Eu estou pensando aqui, aí, por favor, gente, me
3971 ensinem e me corrijam, está bem? Eu estou aprendendo aqui com vocês. Bem, o
3972 mecanismo, ele tem a função e o papel, então, de ir lá e ver a situação. Ver. Ele não
3973 tem poder de fiscalizar. Ele tem esse poder de fiscalizar. Porque se eu fiscalizo, eu
3974 verifico algo, verifico violação de direito e faço fluxo. Beleza. Joia. Então, ele foi lá,
3975 verificou e constatou a situação de tortura. Porque, então, ele é um perito que é
3976 formado para identificar. Não é isso? Ótimo, obrigada. Certinho, né? E aí, uma vez
3977 que ele identifica, qual é o fluxo que é feito depois? Se ele conseguiu identificar e
3978 constatou uma violação, um crime. Caminho para quem? Então, por exemplo, eles
3979 organizam a missão, articulam com os órgãos do território para ocorrer a missão,
3980 ou eles vão sozinhos e depois que eles fiscalizam, que vão acionar, sem articular
3981 com o território? Então, eles chegam no território já articulado com a saúde, já
3982 articulado com todas as outras políticas públicas. Então, não é articulado?

3983 **Interlocutora Não Identificada** – Não é um trabalho em rede amplo. Até porque
3984 não pode avisar, né? Claro. Para conseguir identificar violações.

3985 **Interlocutora Não Identificada** – Isso é parecido, por exemplo, igual a Auditoria
3986 Fiscal Trabalha. Ela não avisa, mas igual a Polícia Federal vai organizar uma
3987 missão. Só que, o que a gente tem? A gente tem construído um fluxo dentro de uma
3988 resolução. Identificou a violação, quem vai ser acionado imediatamente? Não, é isso
3989 aí. Então, existe um agente ou um mecanismo. Ótimo. Então, eles têm esse fluxo
3990 lá. Mas eles estão publicizados dentro da política nacional? Não. Perfeito, então.
3991 Sim. Por exemplo, assim, experiência no Rio de Janeiro.

3992 **Interlocutor Não Identificado** – Aconteceu uma rebelião ontem. Amanhã a gente
3993 já vai. Hoje a gente já vai visitar a unidade prisional. A unidade socioeducativa,
3994 entendeu? Já tem essa articulação com toda a rede, porque, de certa forma, já tem
3995 criado uma institucionalidade dentro daquele Estado. Ótimo. É diferente do
3996 mecanismo nacional. Exatamente.

3997 **Interlocutora Não Identificada** – Isso. Entendi.

3998 **Interlocutor Não Identificado** – E claro que depende também da natureza
3999 institucional, exatamente assim, né? Por exemplo, hospitais psiquiátricos, já pode
4000 ser uma forma. Pode convidar especialistas para fazer visita em conjunto.

4001 **Interlocutora Não Identificada** – Não, porque aí o que eu estou pensando, só
4002 diante do que vocês estão propondo, então, se há uma proposta de ir do nível
4003 nacional, a gente tem que convocar o Ministério Público, por exemplo, federal
4004 também. Eles precisam ir conosco. Nessa proposta de visitar. Não. Visitar, então.

4005 **Interlocutora Não Identificada** – Não, o que o Fábio falou é que na próxima R.O.,
4006 que é a reunião ordinária, a gente convoca especialistas. Isso é uma coisa que o
4007 comitê pode fazer para falar especificamente sobre esse tema das privatizações,
4008 trazendo elementos, subsídios. A gente está nesse objetivo específico aqui, que é
4009 impedir as iniciativas de privatização de espaços de privação de liberdade. Esse é

4010 um objetivo. A gente tem algumas ações sobre isso. A gente falou sobre essas
4011 ações.

4012 **Interlocutora Não Identificada** – Mas precisa do Ministério Público.

4013 **Interlocutora Não Identificada** – Não, precisa de vários órgãos.

4014 **Mediadora** – Uma questão de ordem mesmo. A gente tentar manter aqui a ordem
4015 de inscrições. Então, é a Lurdes, depois sou eu, alguém mais se inscrever, daí se
4016 manifesta a Jaque.

4017 **Sra. Lourdes Helena Pacheco** – O que eu queria dizer com relação à proposta da
4018 privatização do sistema prisional, eu acho, assim, como a gente não tem esses
4019 estudos e tal, ainda que a gente tem uma posição e a gente tem, pelo menos, uma
4020 argumentação básica a respeito, claro, podendo e devendo ser aprofundada, mas
4021 é claro que a gente sabe por que nós somos contra. Eu penso que, de repente, todo
4022 esse trabalho que a gente está fazendo aqui, até para visibilizar, por que não se faz
4023 um texto de divulgação, não sei se uma nota pública, mas um texto para circular
4024 que nós estamos reunidos, que nós estamos fazendo o calendário do ano, que
4025 foram tratados os assuntos tais, tais, tais, e aí dá um destaque específico para a
4026 privatização, que foi um dos temas abordados, que vai ser objeto de preocupação
4027 e de tratamento durante todo o ano, e é um tema de perene preocupação, e também
4028 sobre esse, vamos dizer assim, mini seminário que a gente traria uma pessoa para
4029 apresentar, expor os argumentos contrários à privatização, poderia fazer uma coisa
4030 para pegar fogo, trazer alguém a favor e fazer um confronto entre os dois, e aí,
4031 tendo estudado bastante, meio que tentar deslegitimar e quem sabe construir,
4032 assim, eu não sei, uma ideia futura, uma coletânea de pequenos textos que a gente
4033 eventualmente, futuramente, pode tentar publicar, criar algum, enfim, uma
4034 publicação do comitê. A gente tem, claro, eu sei que todo mundo tem um monte de
4035 coisa para fazer e tal, mas um objetivo para o ano, talvez se possa pensar textos
4036 curtos.

4037 **Mediadora** – Sou eu, depois a Jaque e depois a Maria Clara. Pelo que eu entendi,
4038 a parte da proposta que a Jaque trouxe, dessa questão de uma nota para divulgar
4039 o que a gente vem trabalhando e que, principalmente, no tema da privatização, se
4040 alinha com o que você falou inicialmente, uma nota de indicar o que a gente está
4041 fazendo hoje. Eu tenho duas considerações. A primeira é que eu acho que a gente
4042 está indo muito, três, na verdade, a gente está indo muito aprofundadamente em
4043 ações, em subações, que não é a proposta desse momento. E que acho que é
4044 importante a gente realmente fazer esse foco e esse exercício de colocar num
4045 calendário para a gente visualizar melhor como será esse ano de 2024. A segunda
4046 coisa é que, a princípio, eu discordo de a gente fazer uma nota específica sobre a
4047 privatização, ainda que seja mais de um posicionamento político inicialmente, pelo
4048 mesmo motivo do que o Caio falou. E também a Maria Clara. É um terreno, este
4049 tema da privatização, é um terreno muito complexo, inclusive dentro do próprio
4050 governo atual, que vem tomando ações contra a corrente dos nossos
4051 posicionamentos, de posicionamentos de outras várias entidades e organizações
4052 que atuam nesses campos da justiça criminal, da política sobre drogas, etc. E, no
4053 final do ano passado, em dezembro, o Comitê de Prevenção e Combate à Tortura
4054 do Rio de Janeiro chamou a gente e eu fui fazer uma mesa sobre isso, desse tema
4055 em específico. E a sensação que eu tive muito é que a gente tem ido muito num
4056 direcionamento que a gente não está sendo efetivo em termos de argumento
4057 mesmo, força argumentativa para barrar o movimento que está acontecendo aí de
4058 privatização. Inclusive no aspecto econômico, que é onde esse tema está
4059 avançando fortemente. Então, a minha opinião, sendo mais objetiva, é que a gente
4060 realmente faça esse levantamento, que ele está dentro do calendário, até em prazos
4061 razoáveis, março, abril, para que, então, a gente, em uma reunião ordinária, decida,
4062 encaminhe que tipo de primeira posição a gente vai tomar públicas a respeito. E eu
4063 acho que essa articulação com o CNPCT e o CNDH vai ser muito importante nesse
4064 sentido, porque esse é um tema comum para, no mínimo, esses três e Conanda
4065 também. Então, no mínimo, esses quatro comitês, enfim, espaço de participação
4066 social, têm essa pauta como uma pauta prioritária ou importante. Tinha mais uma
4067 coisa, mas eu esqueci.

4068 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
4069 **Resistência Contra o Genocídio)** – Na verdade, eu pensei que esse assunto tinha
4070 sido encerrado, até me inscrevi para falar sobre outro. Mas eu só acho que a gente
4071 está pensando... A única questão que eu pensei de eu fazer a proposta é
4072 exatamente esse momento de aproveitar o time. Mas eu vou falar o porquê que,
4073 quando ela falou isso, eu achei importante. Ontem, na discussão em grupo do
4074 planejamento, a gente colocou lá como uma questão de objetivos transformar o
4075 CNPC em referência. A única questão é no sentido de... Poxa, se essa discussão
4076 está nesse momento, acho que seria uma posição. Mas acho que a gente está
4077 falando talvez em coisas diferentes, porque acho que está se pensando em uma
4078 nota técnica e tal. Não, eu pensei em só... Só informar mesmo, mas nessa questão,
4079 tipo, do time da coisa e da discussão do que... E pensando nessa questão de
4080 referência. Então, seria uma coisa mais simples mesmo assim. E, quando a Maria
4081 Clara faz a proposta, seria bacana, inclusive, talvez a gente deixá-la mais robusta.
4082 Para mim, estava ok, mas não foi por isso que eu me inscrevi. Eu me inscrevi, na
4083 verdade, aqui com a fala da Carla, mas no sentido, em relação à questão das
4084 missões do mecanismo, porque, na verdade, eles têm prerrogativa de fazer a
4085 missão. Então, é o seguinte, eles não estariam... É mais um órgão que pode fazer
4086 as inspeções dentro do espaço de privação de liberdade. O Ministério Público é
4087 outro, assim como a Defensoria também. Então, assim, eles não estariam, por
4088 exemplo, eles não estariam obrigatoriamente vinculados aos órgãos que já faz. E
4089 as inspeções, eles têm uma especificidade aí diferente. Na verdade, eles são o
4090 organismo que é para isso. O Ministério Público tem a prerrogativa de... Sabe? A
4091 Defensoria tem a prerrogativa de... Em regra, seria isso. E uma outra questão,
4092 porque eles vão fazer as inspeções e é de acordo com... Eles vão articular com o
4093 território. E os territórios são diferentes. Então, por exemplo, quando a gente está
4094 discutindo, por exemplo, então, vou pelo Rio de Janeiro, que é a realidade mais
4095 próxima. Diferente, por exemplo, teve uma inspeção recente, em São Paulo. Então,
4096 o que aconteceu nessa inspeção recente em São Paulo? Chamou-se a Defensoria,
4097 chamou diversas organizações da sociedade civil. Então, tem todo um preparo, uma
4098 articulação. Mas aí, tipo assim, acho que tem um outro caráter. Então, eles não

4099 estariam obrigados a... E se, por exemplo, se tem diálogo com o Ministério Público
4100 em determinado território, seria isso, né? Mas é só para... Era só esse
4101 escurecimento no rolê.

4102 **Mediadora** – Posso só... Só aqui retomando, então, a ordem. Eu lembrei o que ia
4103 falar, e era sobre isso mesmo, esse tema. E aí, depois a Maria Clara, depois a Ana.
4104 Isso aí a gente encaminha. Oh, meu Deus. Eu esqueci de novo. Que absurdo.
4105 Mecanismo 1. Visita do Sistema... Vou ter que... Esqueci. Esqueci de novo. Depois
4106 eu tento me lembrar.

4107 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
4108 **Organizações Populares – GAJOP)** – Não, é voltando só sobre o
4109 encaminhamento da manifestação rápida. A minha única preocupação em relação
4110 a isso é a gente conseguir fazer isso. Porque, eu digo por mim, eu não tenho essa
4111 capacidade de fazer esse texto rápido até, assim... É rápido, mas demanda, né? E
4112 aí, a gente já passou três dias aqui. Vai passar. Aí, quando a gente volta para os
4113 nossos estados, tem toda aquela demanda acumulada. A gente não tem uma
4114 assessoria de comunicação. Então, é mais para ver o como. Minha preocupação é
4115 essa de conseguir fazer esses textos que parecem rápidos, mas não é tanto. A
4116 gente... É. É mais... Por isso que eu sempre pergunto, assim, quem sugere, se
4117 disponibilizaria a fazer? Por isso que eu te perguntei e tal. Eu mesma não me coloco.
4118 E aí, é sobre isso. Sim. E lembrando, a gente está só nas primeiras, mas tem muita
4119 demanda, assim, que a gente precisa para muita urgência até o término do nosso
4120 mandato. Aí, por isso que... Só para lembrar. Então... Passou.

4121 **Mediadora** – Agora eu anotei. Mas era sobre a nota também. O que vocês acham,
4122 ao invés de a gente, nós, ativamente pensarmos e construir uma nota? Até porque
4123 a ressalva que eu ia fazer era essa, assim. O motivo de a gente estar fazendo o
4124 planejamento fechado é justamente para que a gente pense as pautas prioritárias e
4125 construa o nosso calendário, sem também revelar diretamente, porque isso pode
4126 atrapalhar a nossa articulação política. Tem uma medida ali, também, de articulação
4127 política e de certo segredo, entre aspas, que a gente precisa ter para conseguir

4128 fazer essas articulações. Então, também dá para a gente pegar e dizer, bom, a
4129 gente está... A gente formou... O nosso principal foco no nosso planejamento foram
4130 tais temas e sair dando ali todos os temas que a gente prioriza nesse ano. Essa era
4131 uma coisa. A segunda coisa é que eu mandei uma publicação da Folha, que o
4132 CNADH provavelmente fez isso, que eu acho que pode ser um caminho melhor de
4133 a gente fazer uma articulação ali das pautas, de uma pauta que seja... Ou de, ao
4134 menos, informar o trabalho que a gente está fazendo para a mídia e a mídia escrever
4135 alguma coisa, como foi o que o CNDH fez agora. Eu mandei o artigo da Folha
4136 basicamente dizendo que eles estão... Eles aprovaram na R.O. uma pauta X lá,
4137 entendeu? De uma resolução, que é como a nossa... A gente pode fazer a mesma
4138 coisa. Aprovar a nossa... A gente vai aprovar a resolução, essa resolução vai ser
4139 publicada e a gente pode enviar a mídia para que a mídia construa lá os seus... as
4140 suas manifestações. Ah, e aí eu me disponibilizaria a pedir a comunicação do ITTC
4141 para ajudar a colocar a pauta, mas enquanto CNPCT. Então, o CNPCT vai fazer,
4142 mas aí, pelo menos, eles mandam a pauta.

4143 **Sra. Ana Carla Costa Rocha (Titular - Ministério Do Desenvolvimento E**
4144 **Assistência Social E Combate À Fome – MDS)** – Dois pontos, vamos lá. Talvez
4145 a proposta em relação à manifestação da... contrária ou a favor ou o que seja sobre
4146 as PPPs, talvez a minha sugestão seria uma recomendação conjunta. Deste
4147 Conselho, Conanda e o outro. Uma recomendação conjunta. É só preparar uma...
4148 Então, mas aí a gente pode preparar uma proposta de recomendação, minutar ela,
4149 aprova na reunião ordinária e apresenta na mesa do Conanda. Não, uma
4150 recomendação conjunta. Uma recomendação conjunta e ganha mais poder. Assim,
4151 no sentido de... enquanto três instituições de comissões nacionais. E em relação às
4152 ações, do que você me explicou, obrigada por me explicar, é que eu sou sempre a
4153 favor, não sou a favor, mas é o que a gente vê, é preciso aproximar de todos os
4154 órgãos, fazer inspeções sozinhos. Na verdade, a gente não agrega. Então, pensar
4155 assim, talvez a inspeção conjunta, sabe? Cada órgão com a sua proposta, mas
4156 pensar coisas conjuntas.

4157 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
4158 **Do Norte – UFRN)** – Só uma sugestão. Então, acho que... Caminhando. Então,
4159 acho que a gente, para pensar uma coisa mais robusta, essa recomendação, eu
4160 acho que pode ser um resultado desse diálogo. Uma sugestão para essa
4161 manifestação pública, porque eu entendo e acompanho Maria Clara nessa coisa.
4162 Então, alguém tem que fazer, tem que fazer bem, tem que ter disponibilidade. E se
4163 o time é a questão, tem que ser para ontem. Então, isso. Não é para março, não é
4164 para abril, é para ontem. A minha sugestão é que talvez a gente possa fazer, utilizar
4165 a desculpa do novo ministro da Justiça e fazer uma carta ao ministro Lewandowski,
4166 apontando esse aspecto. Então, a gente faz um texto muito mais simples, como se
4167 fosse uma carta, apontando a importância do novo ministro, observar essas
4168 questões e enfrentar esse tema de uma maneira que garanta os direitos humanos
4169 e que não reconheça as PPPs como possibilidade de tutela dessas pessoas. Então,
4170 deixa de ser uma manifestação pública, deixa de ser uma nota. A gente faz uma
4171 carta e essa carta pode, pelas assessorias do CFESS, assessorias do IDTS, dizer,
4172 olha, o CNPCT enviou essa carta ao novo ministro, apresentando essa
4173 preocupação. Então, apresenta uma pauta, que foi a preocupação que a Luz
4174 colocou, uma pauta para a imprensa, já mais organizada, uma carta e a gente se
4175 manifesta sem ter que fazer esse corre todo que pode ficar para o segundo
4176 momento essa nota conjunta. Só uma sugestão de encaminhamento.

4177 **Mediadora** – Só sugeriria de incluir a saidinha junto, já que está na volta. Pode ser?

4178 **Interlocutora Não Identificada** – No final da conversa de hoje, acho que a gente
4179 vai ter alguns temas, conforme você trouxe, que são prioritários daqui. E eu gosto
4180 muito dessa ideia da carta, porque acho que a gente se coloca no cenário político
4181 sem necessariamente ter que fazer algo aprofundado, que tem acordo com os
4182 demais, a gente tem pouco tempo. E aí, nesse sentido, acho que a gente poderia
4183 trabalhar junto nisso, Victor. A gente trabalha nisso. E dentro da dinâmica que a
4184 gente já tem adotado, no final do dia, a gente vai ter os temas prioritários, a gente
4185 trabalha coletivamente e submete ao colegiado ali para fazer as considerações no
4186 material que a gente vai fazer à minuta. Então, a gente faz uma minuta.

4187 **Interlocutora Não Identificada** – Uma proposta de encaminhamento que existe
4188 dentro do MDHC e ASCOM, o próprio ministro se manifestou contrário às PPPs.
4189 Então, talvez a gente também articular com a ASCOM do MDHC, diante do
4190 posicionamento do ministro contrário às PPPs, e talvez também a própria ASCOM
4191 do Ministério apresentar quem é esse comitê. Porque vocês viram que eles fizeram
4192 uma sessão de... Você sabia que aqui no Ministério, vocês viram? Lá na página?
4193 Talvez vocês sabiam o que é o comitê? Então, talvez também é um recurso que
4194 pode ser utilizado.

4195 **Sr. Fábio do Nascimento Simas** – Bom, eu acho que essa proposta encaminhada,
4196 sim, é boa. Agora, do ponto de vista da gente solicitar, falando mais diretamente
4197 com a Carla, da assessoria do Ministério, eu acho que pode ser um recurso. Mas
4198 eu fico pensando, o Ministério não está dando nem suporte, não está nem
4199 presencialmente, não enviou nenhum representante para o comitê, sabe? O
4200 Ministério ainda vai ganhar a pauta com a mídia. Acho que a gente tem que fazer o
4201 nosso encontro com o comitê nacional mesmo, sabe? Enfim, se o Ministério quiser
4202 replicar em seus canais, que faça, enfim, sei. Agora, pensando em tática mesmo.

4203 **Mediadora** – Infelizmente é muito frustrante isso, Ana. Infelizmente. No entanto,
4204 compreendo que quando a gente fala em mídia, a gente fala em comunicação, as
4205 nossas comunicações têm estratégias que envolvem, inclusive, acessar também a
4206 assessoria dos Ministérios. Então, isso tudo será feito. E aí, só para deixar
4207 esclarecido, a gente vai validar isso na plenária da Rio Amanhã. Então, como já vai
4208 ser incluída a extra pauta, estou avisando para a Tamires também saber, a gente
4209 vai retirar a questão da aprovação do relatório anual, a gente inclui a questão da
4210 Saidinha, porque vai entrar. Então, aí a gente faz num bolo aí, né? O PR da
4211 Saidinha, junto com... Não foi, né? Vai cair o quê?

4212 **Interlocutora Não Identificada** – Não, parece que não apresentaram, não. A
4213 reunião atingiu o quórum. O senador Kajuru desistiu de apresentar a emenda.
4214 Nenhum senador progressista presente.

4215 **Sr. Fábio do Nascimento Simas** – Então, claro que a questão, só complementando
4216 a questão da comunicação, a gente vai, né? A pauta da comunicação vai estar ali,
4217 depois nas ações e tudo, mas o ideal mesmo seria que o Ministério não desse um
4218 suporte mesmo para a comunicação das ações do comitê, mas infelizmente isso
4219 não acontece, né? E a gente tem que se movimentar a partir disso. Agora, tem uma
4220 questão, de certa forma, controversa, mas aí, para a gente pensar, de tática,
4221 política, né? Enfim, até como, por exemplo, a experiência do Rio de Janeiro e outros
4222 estados também, um dos grandes aliados, se não um dos maiores, se não o maior,
4223 no Estado do Rio de Janeiro quanto à privatização dos presídios é justamente os
4224 sindicatos dos policiais penais. Eles são muito articulados com os parlamentares e
4225 tudo, porque, de certa forma, de certa forma, não, a privatização significa a
4226 precarização do trabalho deles, né?

4227 **Interlocutora Não Identificada** – Eu tinha pedido a palavra, mas, na verdade, ficou
4228 subsumido, sub-rogado nas outras manifestações.

4229 **Mediadora** – Bom, é isso. Essas pautas vão deixando a gente também bem... É só
4230 para lembrar, sim, em relação a essa convocação de especialistas para o debate.
4231 Então, na próxima RO, eu entendi que seria já na próxima, né? Alguém poderia se
4232 responsabilizar por identificar esses especialistas e começar a fazer... Está bem.
4233 Mas a gente também tem a opção de fazer online, né? De entrar online. Também,
4234 Elisa, ao convidar pessoas externas, a gente pode arcar com o recurso do CNPCT
4235 para que essas pessoas externas estejam presentes na nossa reunião ordinária,
4236 né? Poder, pode. Aí, ele basicamente vai junto com todas as outras passagens, e
4237 aí tem que ter assinatura, né? Os trâmites burocráticos têm que ser feitos. É isso,
4238 está bem. Não, perfeito. Perfeito. A gente tem uma assessoria aqui da Registro
4239 Criminal que eu acho que também não teria bem conhecimento para fazer, mas a
4240 gente pode pensar. No bom momento oportuno. Com certeza, com certeza. Sem
4241 dúvida. A gente vai sair da RO de hoje, na que inicia hoje, com a data da próxima
4242 RO. A partir daí, todos os trâmites burocráticos, a gente se ajuda aí para sair
4243 rapidinho. Mas, então, a gente pode buscar priorizar, né? A Maria Clara junto com
4244 o Fábio, priorizar brasileiros, né? Ou pessoas que estão morando aqui. Na

4245 impossibilidade, a gente... Isso. A gente verifica. É, eu acho que um viés técnico é
4246 algo muito necessário para nós, porque o viés político é o que a gente está super
4247 há anos falando, né? Uma ressalva também de contratos administrativos, que esse
4248 é um lugar que eu estou bem... Bom, vamos seguir.

4249 **Interlocutora Não Identificada** – Contribuir para a criação de uma política de
4250 condicionamento de repasse de verbas públicas vinculadas à prevenção e combate
4251 à tortura. Aí, a gente colocou que uma das ações seria diálogo com a SENAPPEN
4252 sobre FUNPEN, em conjunto com a coordenação de prevenção e combate à tortura.
4253 E avaliar a criação de um fundo na política nacional de prevenção e combate à
4254 tortura. Isso.

4255 **Mediadora** – Então, só para degravação, o Victor está falando que se coloca
4256 enquanto responsável, pedindo para que seja de longo prazo Seja manifestando,
4257 eu concordo que seja de longo prazo. Inclusive, não acho que é uma pauta que a
4258 gente deve tocar nesse ano, a princípio. Seguindo, então, esse longo-longo, a gente
4259 coloca 2025, 2026 mesmo. Pensando dentro do mandato, em 2025, talvez.
4260 Seguindo para o próximo. CNPCT se tornar protagonista do Sistema Nacional de
4261 Prevenção e Combate à Tortura e referência na temática da prevenção e combate
4262 à tortura. Ação. Falar com a secretaria executiva quanto à urgência de publicação
4263 do decreto de recomposição do CNPCT sobre a resolução 35, que trata das
4264 reuniões presenciais, sobre a vice-presidência, sobre orçamento, etc. Bom, isso sim
4265 é de curto prazo e está dentro também do planejamento de agora. Isso. Mesa
4266 diretora. Aí o como seria agendar, reunião, enfim, caminhar, né? Construir um plano
4267 de comunicação para o CNPCT. De prazo, né, gente? Ou algo... Após elencar as
4268 prioridades das ações. Então, médio prazo. Colocar aí para... Outubro. Construção
4269 de campanhas é muito genérico, né? Mas pensando assim, se a gente fosse
4270 construir uma primeira campanha, seria já neste ano, na minha compreensão,
4271 entendo que não. Seria a partir de 2025. Exato. Exato. E isso também nos apoia.
4272 Exato. Isso até foi uma coisa que acabou atropelando um pouco, mas alguém se
4273 recorda qual data que foi? Era 11 de... agosto. Amarildo.

4274 **Sr. Amarildo** – Uma pequena ponderação. Assim. Se a gente... Se a gente debate
4275 que o comitê tem que ser o protagonista, tem que ser mesmo, né, no Sistema
4276 Nacional de Prevenção à Tortura, e a comunicação, sem dúvida, é uma das
4277 ferramentas mais essenciais para dar visibilidade a esse protagonismo, digamos
4278 assim, por que tem que demorar muito? Claro que a construção de um plano
4279 demanda tempo, demanda elaboração, recurso, claro, que a gente vai contratar
4280 uma empresa ou não para estar fazendo isso dentro do recurso, etc. Mas será que
4281 a gente já não poderia tomar algumas medidas, assim, nossas, assim, pelo menos,
4282 num prazo menor, para a gente dar visibilidade ao trabalho nosso? Tudo bem que
4283 as organizações aqui presentes têm só essas assessorias de comunicações que
4284 podem não dar suporte. Acho que isso já pode ser um passo importante. Mas eu
4285 fico pensando, assim, a gente, por exemplo, uma página do comitê, um link, uma
4286 coisa para a gente divulgar, acho que a gente precisa do ponto de vista de ações
4287 de comunicações para até fortalecer esses processos que têm dado pelo estado de
4288 esvaziamento do comitê uma ferramenta boa de comunicação, a meu ver, a curto
4289 prazo. Claro que uma política de comunicação demanda mais tempo, sem dúvida.

4290 **Interlocutora Não Identificada** – Estou perguntando aí para vocês que estão mais
4291 conhecidos, assim, nessa área. Uma vez que esse comitê está dentro do MDHC, aí
4292 essa questão da construção de produção com Midi e tal não tem que passar por
4293 dentro aqui deles, com eles? Por isso que eu estou perguntando, assim, essa
4294 questão dessa...

4295 **Mediadora** – Eu acho que, em certa medida, sim. Porque é um comitê colegiado, é
4296 um órgão colegiado, tem representação governamental, está dentro do MDHC e eu
4297 acho que envolveria, inclusive, a necessidade de servidores públicos nisso, né?
4298 Nem que, enfim, terceirizados também.

4299 **Interlocutora Não Identificada** – Uma representação hoje aqui do MDHC, né?
4300 Porque aí essa pessoa que teria que fazer essa ponte... Entendi.

4301 **Mediadora** – É, isso pode estar na pauta, mais uma das pautas nossas, com a
4302 Secretaria Nacional, né?

4303 **Interlocutora Não Identificada** – Vocês podem fazer o convite, a mesa pode fazer
4304 o convite.

4305 **Mediadora** – O mecanismo faz sem apoio. Agora... Entendeu?

4306 **Interlocutora Não Identificada** – Na verdade, eu acho que, como
4307 encaminhamento, proposta de encaminhamento, o CNPCT fazer o convite, da
4308 ASCOM do MDHC para vir, para poder pautar com eles uma estrutura, um plano de
4309 comunicação do comitê. Acho que vocês têm que pautar e apresentando na reunião
4310 ordinária, convocá-los para construir, por exemplo, um calendário. Exato. Isso.

4311 **Mediadora** – Então, esse seria mais um objetivo.

4312 **Sra. Ana Carla Costa Rocha (Titular - Ministério Do Desenvolvimento E**
4313 **Assistência Social E Combate À Fome – MDS)** – Eu só estou pensando assim,
4314 se, na verdade, um convite geral seria mais uma questão voltada para a
4315 comunicação. Enfim.

4316 **Interlocutor Não Identificado** – Carla, eu acho ótimo e seria um plano... Carla, eu
4317 acho... Pois é, então. O exemplo dessa nossa reunião já está vendo como é que o
4318 governo está construindo. Então, Carla, esse seria o plano ideal. Mas, assim,
4319 convenhamos em que medida essa comunicação direcionada pelo Ministério não
4320 vai mais promover o ministro do que propriamente o comitê que tem esse problema
4321 político.

4322 **Mediadora** – Me inscrevo. Eu acho que esse debate da comunicação é um debate
4323 muito mais complexo, para mim, pelo menos. Eu visualizo ele como muito mais
4324 complexo. A gente, nessa caminhada aqui, já vai identificando isso. Por isso que a
4325 Maria Clara sugeriu uma proposta que ia colocar como objetivo geral a questão da
4326 comunicação. E aí a gente, ao longo do tempo, ir destrinchando e melhorando isso.
4327 Eu acho que um primeiro lugar de mediação aqui é a gente buscar que eles...

4328 Colocar isso na pauta mesmo da reunião com o secretário para fomentar, então,
4329 essa responsabilidade de articulação com a comunicação interna. Mas também nós,
4330 enquanto atores, membros do comitê, também darmos um maior direcionamento de
4331 comunicação para o comitê. E aí ver também como que isso vinga. E aí uma das
4332 coisas que eu acho que faço ressalva também, inclusive, do cuidado é o excesso
4333 de... Você não ter camadas de proteção institucional em materiais de comunicação
4334 gera situações como as que ocorreram no comitê no ano passado do encontro.
4335 Então, a gente tem que também tomar essa precaução. E aí essa responsabilidade
4336 objetiva de quem está na mesa diretora, aí eu faço a ressalva de ter receio. Não
4337 acho que é também tão simples assim. De acordo, e justamente acredito que essa
4338 repercussão da nota, como a gente vai trabalhar essa repercussão dessa nota que
4339 a gente vai fazer agora, é um bom caminho. É um start ali dessa apropriação da
4340 comunicação. Acho que é nesse lugar mesmo que eu mencionei que a gente saiu
4341 aqui com essa decisão de as comunicações e as organizações se ajudarem.

4342 **Interlocutora Não Identificada** – O último que fala em relação ao processo de
4343 comunicação. Então, por exemplo, aí eu vou dar exemplo de outros lugares. Você
4344 tem lá a CONAETI, que é do Enfrentamento ao Trabalho Infantil. Normalmente, ou
4345 uma organização não governamental, ela criou uma identidade, foi pactuada a
4346 identidade e aí a comissão determinou aquela identidade e todos nós vamos acatar
4347 enquanto mídia. Então, uma vez que vocês definirem essa identidade junto com a
4348 data, do combate à tortura, tirar daqui dentro o que é isso, o que é assado,
4349 automaticamente já vai para dentro do meu ministério. Porque este comitê decidiu
4350 que essa é a identidade visual, que é esta, que é a data, que é essa e tal e vai para
4351 as ASCOM do ministério. Então, vai chegar lá o dia ou quando vocês determinarem
4352 aqui no calendário, já vai ser introduzido dentro da minha ASCOM. Então, uma vez
4353 que esse comitê definiu, já entrou dentro do meu.

4354 **Mediadora** – Perfeito. Importante isso, né? Inclusive indicar. Entra no calendário
4355 oficial, entra em todo material informativo oficial.

4356 **Interlocutora Não Identificada** – Qual vai ser esse modelo, essa identidade visual?
4357 Qual que vai ser essa? Porque, por exemplo, a gente usa lá de exploração à flor,
4358 não é? Virou um símbolo nacional. Todo mundo que me ver com isso aqui, já sabe
4359 que o enfrentamento é violência sexual. Todo mundo que me ver com o cata-vento
4360 já sabe que o enfrentamento é meu trabalho infantil. Então, qual que vai ser a
4361 identidade do combate à tortura?

4362 **Mediadora** – Vou só acrescentar que eu vou transformar aqui esse objetivo, ao
4363 invés de se tornar protagonista no Sistema Nacional de Prevenção e Combate à
4364 Tortura, dar uma adequada nisso em um objetivo mais geral, que é difundir, através
4365 de um plano de comunicação, uma cultura de prevenção e combate à tortura, que
4366 eu acho que é isso que a gente quer, uma sensibilização, difusão. Galera, eu vou
4367 pedir aqui um foco, esforço e dedicação aqui para a gente terminar. Ainda faltam
4368 todos esses aqui. Ah, vocês não estão acompanhando, né? Se puder abaixar um
4369 pouquinho, Fabrício. Ainda faltam alguns objetivos. Como a gente precisa aprovar
4370 esse plano na R.O., seria interessante a gente terminar ainda... Vamos lá. Eu dei
4371 uma adequada aqui num... Tinha um objetivo geral, que era contribuir para a criação
4372 de comitês e mecanismos em todos os estados. Galera... Não, vamos... Não é... É
4373 para vocês virem mesmo, assim, para participar desse momento, se puderem, só
4374 para a gente conseguir terminar. Não entendi, não, a... É. O ponto é que aqui a
4375 gente não vai conseguir esgotar isso. Então, na metodologia, a gente termina com...
4376 colocando isso em curto, médio e longo prazo, colocando... Em 2024. E aí, em tese,
4377 nas R.O.s, são os momentos que a gente precisa organizar, acompanhar, monitorar
4378 e tal. Infelizmente, a gente não vai conseguir fazer o debate da organização interna.
4379 A gente vai ter que deixar para a R.O., mas tem o espaço aqui de duas horas na
4380 R.O. para isso. Voltando, então... Eu só colocaria de longo prazo e deixo em longo
4381 prazo, assim. Está ali como responsável. Ah, eu pensei que talvez fosse tipo a
4382 questão da mesa diretora mesmo, assim, tipo, dessas reuniões preparatórias e tal,
4383 não sei o que. Às vezes só a pessoa fala assim, assim... Não, com certeza. Esse é
4384 um desejo meu, assim, de a gente buscar organizar e, obviamente, a gente precisa
4385 do apoio e do suporte da coordenação de apoio, mas nesse cenário de

4386 precarização, me pergunto, né, o quanto a gente vai conseguir eficientemente fazer
4387 isso, mas seria mais ou menos um controller, assim, você vai acompanhando o fluxo
4388 de comprimento dos prazos que a gente estabeleceu. Com certeza. Vamos juntos,
4389 né, tentar fazer isso da melhor maneira possível. Que está solto, mas muito pelo
4390 contrário, né? Exato. Não, vamos fazer, pelo amor de Deus. Bom, então o prêmio
4391 ficou a longo prazo, a gente deixa aí para 2026, para sinalizar apenas. Seguindo,
4392 contribuir para a criação... Ah, tem o geral, né?

4393 **Interlocutora Não Identificada** – Tem o objetivo geral de combate à tortura, e aí
4394 tem o contribuir para a criação de comitês e mecanismos em todos os estados. As
4395 ações, criar uma metodologia de formação para comitês estaduais e nacionais,
4396 publicar e publicizar a resolução número 35 sobre as diretrizes e criação de
4397 sistemas estaduais, contribuir, não, construir ações específicas de diálogo público
4398 a cada visita nos estados e definir o papel dos pontos focais dos estados e o
4399 orçamento para as missões institucionais nos estados.

4400 **Mediadora** – Vamos ponto a ponto, já tem o GT para isso. Posso só... Vou só falar
4401 uma coisa, aí tem o Fábio, a Ana, alguém mais? Está bem. Mas para a gente
4402 otimizar o tempo, porque a real vai começar a uma da tarde, a gente não vai ter
4403 tempo de almoçar. Então, e a gente precisa almoçar, exatamente por isso. Então,
4404 objetivamente, a minha proposta seria a seguinte, sobre publicar e publicizar a
4405 resolução número 35, é mais fácil, porque a gente já vai aprovar hoje o último artigo
4406 que faltava, então é fevereiro, curto prazo, fevereiro. Aprovou, publicou. Criar uma
4407 política e metodologia, construir ações específicas, na verdade, sim, a política e
4408 metodologia de formação é o GT, que já foi criado. Então, aqui, seria uma atuação
4409 mesmo de retomada de ação desse GT. Como é algo que é uma atividade constante
4410 do comitê, eu deixaria de curto prazo mesmo e um repasse das primeiras ações
4411 desse GT e articulações desse GT já na próxima RO de abril também. Acho que é
4412 perfeitamente possível. Agora, a construção de ações específicas de diálogo
4413 público à casa da visita vai depender das agendas de cada visita também. Então,
4414 dentro do cenário que a gente tem hoje, a gente só tem visitas, de fato, agendadas
4415 em conjunto com o mecanismo, que são essas visitas institucionais, a gente precisa

4416 definir as nossas depois. Talvez não seja possível hoje, mas, então, a gente coloca
4417 em médio prazo e deixa... É porque eu estava reparando aqui que o mecanismo
4418 também não colocou datas específicas para essas missões institucionais, são três.
4419 Então, a gente vai precisar esclarecer isso também. É que tem o calendário geral,
4420 mas ele não especifica exato. Então, a gente não tem certeza. Mas colocamos
4421 médio prazo e colocamos uma RO seguinte, a de agosto, porque até ali vai ter
4422 alguns convites, a gente vai conseguir também visualizar. Exato. Exato. Essa
4423 questão de definir o papel dos pontos focais nos estados é algo que também
4424 entendo que estaria na próxima RO, porque a gente precisa ter isso mais fechado
4425 mesmo. E tem a ver com a questão do recebimento das denúncias, etc. Tudo isso
4426 também já estava previsto para a próxima RO. Tudo bem? Quem se responsabiliza
4427 por... Eu não sei se tem um responsável, né? Porque... Eu acho que é sempre
4428 plenário e o GT tem que ter um responsável. Realmente, o GT precisa ter alguém
4429 ali. Tem? Perfeito. A gente pode revisar hoje... Como a gente vai revisar hoje o GT,
4430 a gente revisa se esses mesmos membros se mantêm ou se outros entram, etc. E
4431 aí, dali, a gente tira quem vai ser a pessoa responsável por puxar as reuniões, por
4432 facilitar essas reuniões.

4433 **Interlocutora Não Identificada** – Eu estou com a leve impressão que esse era o
4434 GT para o encontro. Mas... Mas a gente ressuscita.

4435 **Mediadora** – No caso, como aquele ficou para longo prazo, a sugestão minha seria,
4436 vamos colocar esse também para longo prazo, porque, de qualquer maneira,
4437 envolve todo um debate mais longo e aí a gente vai entrar depois embaixo no
4438 objetivo geral do plano. Não. É...

4439 **Sr. Fábio do Nascimento Simas** – Voltando, só para o encaminhamento, sim.
4440 Acordo com a discussão do encaminhamento, acho que a gente tem que envolver
4441 também responsáveis, além do mecanismo nacional, que eles próprios têm uma
4442 metodologia deles interna de divisão, a coordenação geral de combate à tortura. Ela
4443 faz esse trabalho mais operacional com os estados. E eu me coloco também a

4444 contribuir nesse grupo de trabalho tendo em vista a minha pesquisa, que é
4445 justamente sobre o mapeamento dos comitês e legislação, perfil, no Brasil.

4446 **Mediadora** – Próximo ponto. Sobre a realização do encontro. Porque aqui envolve...
4447 Na verdade, não é o encontro, né? É a questão das reuniões periódicas, vocês
4448 falaram, né? Então, ter uma responsável que possa instigar aí que os outros órgãos
4449 do sistema se reúnam, certo? Sim. Anual. Perfeito.

4450 **Sr. Fábio do Nascimento Simas** – É que a ideia de um encontro anual é meio
4451 estranha, porque, na verdade, a expectativa é que como um sistema ele tenha
4452 reuniões periódicas. Então, como o nosso que a gente se encontra bimestralmente,
4453 que esse sistema se reúna, sei lá, a cada 3 meses, a cada 4 meses. Então, é curiosa
4454 a ideia de encontro anual como você só se reunisse uma vez no ano, sem o sistema
4455 que envolve diferentes atores. Então, o que eu acho que a gente tem que fazer é: o
4456 CNPCT protagonizar a retomada desse sistema e convocar reuniões periódicas a
4457 cada 3 meses, a cada 4 meses, que seja. E aí, eventualmente, a gente possa ter
4458 uma reflexão sobre esse sistema em uma mesa, talvez em um encontro dos
4459 mecanismos e comitês estaduais, em que isso pode ser aprofundado. Mas a ideia
4460 de encontro anual, que porra de sistema é que se reúne só uma vez no ano? É isso,
4461 acho que... Na lei que institui, não, que eu estava com ela aqui aberta, não. Eu acho
4462 que foi o modo como a Nana organizou esse tema, mas, na lei, não é assim. Eu até
4463 mandei no grupo a lei agora.

4464 **Interlocutora Não Identificada** – Vou colocar aqui, então.

4465 **Interlocutor Não Identificado** – Antes era só o ministro, que estava tocando o
4466 sistema, agora somos nós, então, acho que...

4467 **Interlocutora Não Identificada** – E a gente...

4468 **Interlocutor Não Identificado** – Não, seria, eu acho, uma questão de uma RE.

4469 **Interlocutora Não Identificada** – Talvez mudar a questão do encontro, porque
4470 como o encontro já tem uma previsão, talvez isso esteja gerando conflito, porque o

4471 que a gente quer, na verdade, é o sistema atuante, essa articulação, esse diálogo,
4472 né? Então, eu acho que seria... E o encontro ser anual não impede reuniões
4473 periódicas, né? Acho que as reuniões seriam periódicas e o encontro seria anual,
4474 né? Não, entendi, total.

4475 **Interlocutora Não Identificada** – Eu coloquei aqui, retomada do SNPCT, e aí a
4476 primeira ação seria uma reunião extraordinária do CNPCT, e aí também queria ver
4477 com vocês se a gente já convoca os outros membros do próprio sistema, né? Que
4478 é o CNPCP e MJ.

4479 **Interlocutora Não Identificada** – É através da SENAPPEN ou é só o MJ? Enfim,
4480 deixa a gente ver. SENAPPEN, né?

4481 **Interlocutora Não Identificada** – Pronto, aí eu vou colocar isso. Qual que seria o
4482 prazo e quem que... Talvez a própria mesa diretora, enfim.

4483 **Interlocutora Não Identificada** – A diretora mesmo e... Assim, vamos fazer um
4484 equilíbrio aqui, porque a gente está entendendo que tem outras demandas ali que
4485 estão muito concentradas, sendo concentradas para a próxima RO. Então, é para
4486 a próxima e já é para agosto também. Então, eu deixaria como agosto a princípio,
4487 né? Retorno na RO de agosto, mas entendendo também que pode se estender para
4488 a seguinte. Ah, para puxar a reunião extraordinária, vamos deixar para maio então,
4489 porque eu lembro que só tinha uma coisa de maio lá em cima. Maio, em tese, já é
4490 o futuro, né?

4491 **Interlocutora Não Identificada** – Porque eu acho que para essa, independente de
4492 qual vai ser a periodicidade que a gente vai, né? Pactuar, eu acho que essa reunião
4493 extraordinária poderia acontecer antes, até no sentido de a gente envolver os outros
4494 atores que precisam estar com a gente, né? Formando o sistema. Eu acho que... E
4495 a gente deixar para maio vai culminar exatamente com a nossa mudança de gestão.
4496 E eu acho que se isso não estiver encaminhado para quem vai estar chegando, é
4497 complicado também essa natureza de iniciativa.

4498 **Mediadora** – Considerando isso, o que vocês acham da seguinte proposta? Como
4499 a gente já tem uma proposta, inclusive com prazo, de agendar uma reunião com o
4500 CNPCP e com o CNDH, esses dois órgãos que estão... Ou não, o CNDH não está,
4501 né? Ah, não. Fico aqui pensando se não é o caso de a gente aproveitar, assim, um
4502 momento e fazer a reunião meio que seguida, assim, com os dois órgãos, na RO
4503 de abril. No período da RO de abril, no caso. Eu só estou tentando achar aqui na
4504 pauta da RO a parte da agenda. Acho que foi comido ali na organização. Mas eu só
4505 preciso depois sentar e pensar um pouco a reorganização dessa pauta de hoje,
4506 gente. Porque senão vai ficar uma bagunça e eu realmente não gostaria que a gente
4507 ficasse uma bagunça. Está bem. Bom, vamos lá. Seguindo... Desenvolver a
4508 metodologia de banco de dados. Essa parte toda de banco de dados e tudo mais,
4509 eu acho que entra na pauta da reunião com o secretário também de novo, porque
4510 aqui a gente está falando sobre um orçamento que está no PRODOC, que é o
4511 orçamento que a gente está pensando para essas consultorias. Então, acho que a
4512 gente pode copiar os mesmos prazos ali da reunião do secretário e para também
4513 depois ter o encaminhamento de como que ficaria isso. Pode ser? Está bem. Esse
4514 azulzinho, qual que é o geral? Pode puxar um pouquinho mais para lá, Fabrício?
4515 Objetivo geral de contribuir para a criação da política nacional de prevenção,
4516 combate e tortura e atualização do plano nacional de prevenção, combate e tortura.
4517 Ah, está aqui. Fazer incidência de situações com base nos dados relatórios. Criar
4518 um fluxo de monitoramento dos encaminhamentos deliberados nas ROs. Conversar
4519 com a Ronilda. Sim. Eu acho que isso é um pouco daquilo que a gente tinha falado
4520 ontem, Tamires. Por exemplo, a gente teve reunião com o governo do estado do
4521 Amazonas no início do ano passado. E aí eles foram convocados e não
4522 compareceram. E a gente se pediu ofícios. E acho que vale a gente retomar isso.
4523 Provavelmente eles não responderam. Mas era só para sistematizar todos esses
4524 encaminhamentos que foram feitos no ano passado. Ah, massa. Massa. Massa.
4525 Porque eu acho que se reunir isso com essa metodologia desenvolvida pela Ronilda
4526 para a gente aplicar para a gente, para ter esse controle. É. Criar esse fluxo.
4527 Tamires. É uma conversa mesmo do tipo da mesa diretora ajudar você a organizar

4528 esse fluxo para daí sempre se apresentar a cada RO. A cada RO... Não, são duas
4529 coisas diferentes, na verdade. Exato. Foi uma confusão aí de...

4530 **Interlocutora Não Identificada** – Mas você entendeu? Entendeu? Ah, está bem.

4531 **Interlocutora Não Identificada** – Vamos seguir. Está acabando. Não ficar voltando
4532 nisso o tempo todo, Ana Carla. Tem coisas que a gente tem controle, que dá para
4533 a gente fazer. Por isso que está aqui só a sociedade civil e a coordenação de apoio
4534 fazendo. E tem coisas que dependem do interesse do governo. A gente vai fazer o
4535 quê? Provocar o governo para criar política. Mas se eles não criarem, a gente não
4536 vai ficar imobilizado. Aí a gente está fazendo o que dá para a gente fazer. Não, é só
4537 para a gente não ficar retomando isso. Não, ela já é. Mas tem um trabalho que já é
4538 cotidiano, que a gente já recebe denúncia, recebe relatório. É um trabalho que ele
4539 não vai ficar imobilizado. A gente só precisa organizar esse trabalho paralelamente
4540 a esse objetivo fim. Não, sim, mas... Cadê? É assim, é só porque você está
4541 chegando agora e a gente louva muito a tua iniciativa de estar aqui conosco. Mas a
4542 criação de uma política não é algo simples, que depende só da nossa vontade. A
4543 gente vai ter isso como horizonte, mas a gente tem todo um trabalho que já é um
4544 tanto desorganizado que a gente está tentando aqui organizar para conseguir ir
4545 fazendo isso ao mesmo tempo que a gente busca o objetivo fim. A gente vai entrar
4546 aqui nesse objetivo. Criação da Política Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
4547 e atualização do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Aí é esse
4548 fazendo aqui que a gente precisa pensar. Esse é o momento. Apresentar a proposta
4549 de criação de fundos... Deixa só eu falar.

4550 **Interlocutora Não Identificada** – É o fazendo o que dá que é a minha crítica. Eu
4551 sei que está todo mundo cansado. E me desculpem fazer essas provocações aqui
4552 para vocês. Me desculpem. É frustrante mesmo. É frustrante porque parece que
4553 está todo mundo sozinho, né?

4554 **Interlocutor Não Identificado** – Você concluiu? Você concluiu? Sim. Não, a gente
4555 entende. A gente agradece, inclusive, as suas ponderações. A gente está super

4556 contemplando, reconhecendo. E tem sido fundamental para desenhar. Então, o
4557 ponto não é esse. A questão é, a gente passou... E foi a nossa conversa ontem. A
4558 gente passou um ano não sendo viabilizado pela ação do governo. Objetivamente.
4559 A gente não quer passar mais um ano assim. A gente já entendeu que a gente
4560 precisa, pelo menos, deixar alguma coisa organizada para um novo mandato.
4561 Então, a gente está nesse esforço dentro das nossas limitações. Então, isso aqui
4562 também é um primeiro desenho de alguma coisa que a gente vai revendo ao longo
4563 do nosso mandato. Foi o que a Kim falou. A gente vai... Deixa eu só concluir. A
4564 gente vai revendo. Então, essas contribuições são fundamentais de serem trazidas,
4565 inclusive, no decorrer do ano, porque a gente vai alinhando. É porque, assim, a
4566 gente precisa dar alguma materialidade naquilo que a gente está pensando, naquilo
4567 que a gente pretende fazer. Então, tem algumas coisas que, inclusive, nos parecem
4568 ótimas. Tanto para mim, a você, que vai chegar no RO de abril e a gente vai falar.
4569 Isso não deu certo. A gente vai ter que reorganizar. Então, a gente... Talvez possa
4570 parecer ruim improvisando, a algum grau. Não, para mim parece. Eu sou virgem
4571 capricórnio. Eu não gosto de improvisação. Talvez a gente esteja... Alguma coisa é
4572 meio improvisada, mas é algum tipo de piso que a gente precisa para ir organizando.
4573 Então, essas contribuições são fundamentais. Só que o que a gente está tentando
4574 fazer, digamos assim, oferecendo algum enquadramento mal-acabado, que a gente
4575 vai se reorganizando no decorrer do ano. Então, a gente... Eu sei que incomoda a
4576 coisa mal acabada, me incomoda, como alguém de virgem capricórnio, mas a gente
4577 precisa só encaminhar alguma coisa para a gente não ficar completamente perdido.

4578 **Interlocutora Não Identificada** – Eu estou entendendo que isso é a materialização
4579 de todas as propostas que nós queremos fazer, porque esse é um comitê paritário.
4580 Haverá alguns enfrentamentos, principalmente governo e, às vezes, algum
4581 posicionamento de sociedade civil. E é claro que eu também entendo tudo o que
4582 vocês passaram, assim como nós também passamos pelos períodos das trevas de
4583 seis anos e que tudo foi desconstruído e tal. A minha preocupação é... Vocês estão
4584 querendo materializar coisas aqui, por exemplo, que têm que estar dentro de um
4585 plano. Entendeu? Mas aí talvez eu não estou conseguindo me fazer compreender

4586 qual é o papel de um plano para um comitê. É isso que talvez eu não estou
4587 conseguindo demonstrar para vocês.

4588 **Interlocutora Não Identificada** – Gente, só uma questão de encaminhamento. O
4589 debate fica muito interessante, mas vamos ser objetiva e propositiva aqui. Vamos
4590 finalizar isso e à tarde...

4591 **Interlocutora Não Identificada** – Mas isso vai para uma aprovação, gente.

4592 **Interlocutora Não Identificada** – Mas eu gostaria que você, na parte da tarde, com
4593 os membros do governo, você trouxesse essa reflexão. Sabe por quê?

4594 **Interlocutora Não Identificada** – Você está jogando em mim...

4595 **Interlocutora Não Identificada** – Não, não estou jogando em você, não. A gente
4596 está trabalhando em colegiado, porque nós passamos, ao longo do ano todo,
4597 fazendo essa reflexão que você trouxe. Então, hoje, o que a gente está tentando
4598 trazer aqui é o seguinte. É um esforço de sistematizar demandas que não se
4599 transformam num plano. Por quê? Esse plano que a gente passou o ano todo
4600 reivindicando, nesse governo, não aconteceu. E essa gestão vai finalizar em maio.
4601 Então, o que a gente está querendo fazer é um legado. E, por incrível que pareça,
4602 quando a gente traz essa reflexão, sabe o que é dito lá no governo? Que a gente
4603 só sabe reclamar, que a gente fica pedindo um plano que já existe. Então, e parece
4604 que a sociedade civil tem sido acusada por outros pares do governo de que a gente
4605 não se organiza para poder trazer pautas. Por isso que eles não conseguem
4606 vislumbrar como é que esse plano se materializa. O que a gente está tentando fazer
4607 aqui é sistematizar. Nós temos propostas que a gente precisa do plano. É isso?
4608 Então, a gente não está levando nada para você isolado. O que a gente está dizendo
4609 é o seguinte, quem sabe a voz da alteridade, de alguém que tem essa visão do
4610 papel do Estado, faça talvez os pares refletirem de que sozinha a gente não vai dar
4611 conta disso. Mas a gente quer o seguinte, demonstrar que a gente tem conteúdo e
4612 tem demanda para o comitê. Porque me pareceu que a gente passou o ano de 2023
4613 todo sem os membros do governo, inclusive o ministro que é presidente dessa casa,

4614 entender que sem uma atuação conjugada, orientada, consertada, não só o comitê
4615 pelo comitê, que a gente não avança. Está entendendo? Então, isso aqui é uma
4616 estratégia política de chamar atenção para pautas e trazer um cenário para quem
4617 vai ocupar. Porque esse comitê aqui está já esgotando. Alguns de nós talvez até
4618 vamos voltar em termos organizados, porque temos condições, em termos de
4619 fundamentação legal, de tentar a nova eleição. Alguns voltaremos. Mas quem vai
4620 entrar, entra e só tomando cacetada. Então, você precisa também ter paciência
4621 histórica. Porque eu entendo as tuas provocações, mas no momento que nós
4622 chegamos, a gente não avança diferente se a gente não trouxer, pelo menos,
4623 materialidade nas pautas que a gente quer conduzir. E vamos ver. Agora, vamos
4624 ver. À tarde, faz só uma reflexão, gente, o plano. Aí você vai ver o que é negociar
4625 metodologia de trabalho com esse governo agora. Que para a gente está muito mais
4626 difícil do que o período das trevas, por incrível que pareça. Por incrível que pareça,
4627 algumas pautas nós avançamos mais no governo conservador.

4628 **Interlocutora Não Identificada** – Então, gente, eu só acho... Uma questão que nós
4629 estamos montando o planejamento. E que, inclusive, esse planejamento, ele vai ser
4630 submetido a uma...

4631 **Mediadora** – Eu vou só... Não, exatamente. E não é mesmo, é justamente isso.
4632 Então, aqui, agora, assim, falando... Falando, de fato, infelizmente, como a única
4633 representante da mesa diretora nesse momento, eu acho que é o caso de a gente
4634 encerrar esse momento de planejamento. Então, com todas essas considerações
4635 de que esse processo de planejamento que a gente está fazendo é justamente para
4636 que a gente organize a nossa casa comitê, CNPCT, para que a gente consiga
4637 realizar os nossos objetivos daqui até desse fim de mandato, também o próximo,
4638 que possivelmente terá outros membros novos, mas também alguns que seguirão
4639 conosco. Então, essa perspectiva de arrumar a casa. Estamos organizando a nossa
4640 casa para poder caminhar em conjunto e avançar. E, com certeza, a participação
4641 governamental é um dos elementos importantes para essa organização da casa.
4642 Então, eu sigo dizendo que estou muito contente de estar, Ana, aqui. Acredito que
4643 isso é compartilhado pelas demais organizações. Mas, agora, caminhando, só para

4644 direcionar, para a gente sair para o almoço. Então, o que conversamos aqui, eu
4645 Tamires, a perspectiva é que haja quórum. Não é da maneira ideal, de as pessoas
4646 vindo necessariamente espontaneamente. Foi necessária uma articulação para que
4647 a gente tivesse o quórum. Então, tudo der certo, vai acontecer esse quórum. Como
4648 nós já estamos a 10 minutos da uma hora, o combinado aqui é o seguinte, que a
4649 gente retorne, no mais tardar, a 1h45. Então, todo mundo se programar para voltar
4650 1h40, 1h35. A gente vai ter algumas breves mudanças na pauta. Então, a gente vai
4651 inverter o orçamento como uma primeira pauta logo após o registro dos membros e
4652 do quórum. E vamos ter que incluir a calendarização dessas três últimas... desses
4653 três últimos objetivos gerais. Então, realmente, a gente tem que voltar do almoço
4654 com um foco específico de calendarizar. A gente não vai ficar aqui discutindo todas
4655 as complexidades que envolvem esses três objetivos gerais específicos. A gente
4656 está aqui focando em calendarizar, porque a gente precisa ter datas e o
4657 cronograma. Porque aí, sim, esse será votado e aprovado nessa RO para a gente
4658 cumprir com ele e, se tudo der certo, ter uma gestão e um controle de fluxo de
4659 monitoramento desse calendário. Combinado, gente? Então, 1h35, no mais tardar,
4660 1h40, todo mundo aqui, está bom?

4661 **43ª Reunião Ordinária do CNPCT - 06 02 2024 – Tarde**

4662 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
4663 Pessoal, vamos iniciar então essa nossa 43ª RO no CNPCT. Vamos começar
4664 primeiro com a contagem de quórum e aí eu vou chamar a organização, o órgão, e
4665 vocês podem dizer que que estão presentes, está bom? CFESS, COFEN, Educafro,
4666 GAJOP, ITTC presente, Agenda Nacional, AJD, Associação de Amigos e
4667 Familiares, Rede, Somos, UFRN, MDHC-DDH, MDHC-SNDH, MDS. Então, com
4668 isso, com essa chamada, a gente tem o quórum para iniciar nossa reunião ordinária
4669 de hoje. Bom, pessoal, antes de tudo, avisar alguns ajustes na pauta que nós
4670 tivemos que fazer aqui. Então, vocês que todos têm uma cópia, o acesso também
4671 à agenda que foi enviada via e-mail. Então, eu vou fazer esse repasse aqui, o
4672 Fabrício vai entregar cópias físicas também para vocês darem uma olhada e
4673 fazerem as anotações dos ajustes que vão ser feitos agora. Então, a princípio, a

4674 gente vai começar com a pauta, vai puxar para frente a pauta número cinco, que é
4675 a pauta do orçamento. Talvez Maria Clara também nos apoie em relação a isso,
4676 não é, do orçamento. A gente vai fazer em seguida a leitura e aprovação da pauta
4677 da quadragésima, no caso, é o que eu estou fazendo agora, não é, que é ler a pauta.
4678 A gente vai fazer a aprovação das atua e de gravações das 38º, 39º, 40º ROs e
4679 16º RE Nós vamos suprimir, e aí vou fazer esse esclarecimento desde já, duas
4680 pautas, que é a aprovação do relatório anual. Ficaram algumas pendências de
4681 alguns detalhes a mais aí nesse relatório, então a Thamiris, da coordenação de
4682 apoio, vai dialogar com algumas pessoas que têm alguns elementos que precisam
4683 ser completados para depois finalizar. E também a gente vai tirar a pauta de
4684 organização e balanço dos encaminhamentos das ROs e ofícios, porque a Débora
4685 está de férias, ela estava realizando esse levantamento, não é, ela já fez
4686 parcialmente, precisa finalizar também, para a gente ter acesso e discutir com ele
4687 completo, não é. A gente também vai aprovar, não é, a alteração do artigo 15 da
4688 recomendação de diretriz para criação dos comitês de mecanismo, que já foi
4689 aprovada na última RE do ano passado, mas como houve aí uma proposta de
4690 alteração desse artigo, a gente vai brevemente confirmar essa alteração pontual e
4691 revalidar a aprovação para que ela então seja publicada. Também vamos discutir o
4692 fluxo de envio e recebimento de comunicações internas do CNPCT, não é, aqui a
4693 gente falando de fluxo interno mesmo, de ajustes internos de comunicação. E, por
4694 fim, a revisão do sumário do turno e o encerramento. Então, a previsão aqui com
4695 esses ajustes, há um ajuste a mais também, que é a questão de uma nota ou uma
4696 carta com a questão da saidinha, que foi agora aprovada com urgência para ir ao
4697 plenário do Senado, junto com uma possível divulgação da recomendação, que hoje
4698 a gente aprova com essa ressalva, com esse ajuste, e também algo que foi tirado
4699 agora do planejamento sobre a questão das PPPs. Então, a gente vai discutir se
4700 nós unificaremos em um único documento ou se a gente vai parar uma articulação
4701 mais concentrada em relação a um ou outro, ou todos esses temas. Basicamente
4702 isso mesmo. Ah, uma revisão também dos GTs que nós temos. Isso vai entrar para
4703 o final. Todos de acordo? Alguém, na verdade, se opõe à pauta de hoje? De acordo,
4704 perfeito. Bom, vamos lá. Então, sobre o orçamento... É que seria um pedido de

4705 validação da decisão, que já foi feita no plenário, quanto à permanência da vice-
4706 presidência com a sociedade civil, atualmente com a cadeira do ITTC. Podemos
4707 incluir também rapidamente na questão das aprovações, mas é mais também um
4708 direcionamento que a gente buscou fazer no planejamento para uma reunião
4709 específica com o CNDH, que a gente já até conversou aqui com vistas a combinar
4710 isso. Bom, então, seguindo...

4711 **Interlocutora Não Identificada** – Porque, assim, eu acho que sobre os ofícios, tem
4712 algumas coisas que a gente tem. Na realidade, o que a gente precisaria é de ter
4713 outras informações. Não dá para ficar para o próximo, porque tem alguns ofícios
4714 que foram bem urgentes, assim, e a gente tem uma planilha. Inclusive, está lá
4715 escrito quem respondeu e quem não foi. Assim, eu acho que não precisa ser todos,
4716 entendeu? Mas alguns ali são essenciais.

4717 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Sim,
4718 de acordo.

4719 **Interlocutora Não Identificada** – E sobre a vice-presidência, é isso. O que a gente
4720 combinou na última reunião, não é, é que o Ministério ia fazer um parecer, não é,
4721 dizendo que o governo estava de acordo com manter a vice-presidência. Só isso
4722 que a gente quer. Se já foi encaminhado esse parecer, onde que ele está.

4723 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** –
4724 Perfeito. Então, só para a gente seguir uma ordem aqui, das questões que são mais
4725 objetivas e rápidas, só um esclarecimento em relação à organização dos
4726 encaminhamentos e tudo mais. A perspectiva aqui que a gente saia daqui, eu retirei
4727 da pauta, está bem? Para que a gente não fique... A gente não vai fazer uma
4728 avaliação, a gente não vai olhar o resultado deles, mas a gente vai sair daqui com
4729 uma data limite para que a coordenação de apoio finalize esse levantamento, não
4730 é? Exato, porque ele já existe, então, ele precisa ser só finalizado mesmo, uma data
4731 limite para que a coordenação de apoio envie aos membros do comitê. Então, essa
4732 é a perspectiva. Um prazo fixo, firmado aqui entre nós, para que seja enviado para

4733 todos nós, e aí a gente possa analisar e também discutir na próxima RO se for o
4734 interesse ou numa reunião extraordinária também. E aí, caminhando então para o
4735 que é mais protocolar aqui das pendências que a gente tem, é a leitura e aprovação
4736 das atas de degravações das 38ª, 39ª, 40ª RO e 16ª RE, com a ressalva de que
4737 não temos ainda as degravações da 41ª, 42ª degravações da RO Então, essa ficaria
4738 para a próxima. Todos de acordo com a aprovação das degravações que foram
4739 encaminhadas também via e-mail, o link foi encaminhado, alguém que se opõe?

4740 **Interlocutora Não Identificada** – Então, eu acho importante todo mundo dar uma
4741 olhadinha, ler e prestar atenção, porque, por exemplo, assim, na parte que tem as
4742 minhas falas, eu percebi que teve uma troca de nomes, e assim, tipo, é Patrícia,
4743 mas não sou eu, é a Pagu, que é do Ministério das Mulheres, então estaria como
4744 se fosse uma fala da Agenda Nacional pelo Desencarceramento. Então, para a
4745 gente ter o cuidado, todo mundo, de olhar, porque, assim, vai ser aprovada as
4746 degravações, mas ela tem que ser aprovada na íntegra da fala que a pessoa falou,
4747 para não ter nenhuma confusão, nenhum conflito. Então, eu acho importante todo
4748 mundo prestar atenção e dar essa olhadinha, porque, assim, foram pequenos
4749 detalhes, mas são detalhes que precisa ficar todo mundo certinho, porque, não é, o
4750 Ministério das Mulheres não vai fazer uma fala que foi a fala que eu fiz, e a menina
4751 lá tem problemas depois, porque fui eu que falei.

4752 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Claro,
4753 justamente, não é, o envio do link tem essa perspectiva também das pessoas terem
4754 oportunidade de olhar. Então, alguém se opõe à aprovação nessa 43ª RO das atas
4755 de degravação, atas e degravações da 38ª, 39ª, 40ª RO e 16ª RE? Todos de
4756 acordo? Ok. Vamos lá. Eu vou passar para a questão do orçamento, então, não é,
4757 só para a gente seguir um caminho inicial. Foi nos passado, não é, a aprovação do
4758 orçamento de apoio ao funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e
4759 Combate à Tortura, o correspondente a R\$ 498.143,00, e também um valor de R\$
4760 128.226,00, que fica bloqueado, não é, nas contas, enfim, como usualmente é feito.
4761 Então, esse é o orçamento anual que nós temos aprovado, de R\$ 498.173,00. E aí
4762 eu vou passar a palavra para a Maria Clara.

4763 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
4764 **Organizações Populares – GAJOP)** – Uma das avaliações que a gente fez
4765 anteriormente, era que o pleno do CNPCT não estava acompanhando, assim,
4766 conseguindo acompanhar muito a execução do próprio orçamento, não é. Quando
4767 chegou no final do ano, a gente descobriu que tinha uma sobra de orçamento, que
4768 uma parte foi realocada, outra parte a gente até conseguiu comprar as passagens
4769 já pré-vinda desse ano, mas era uma coisa que a gente não fazia um
4770 acompanhamento contínuo mesmo, de saber realmente como que eram os gastos,
4771 quanto que tudo estava sendo executado. E aí a gente pensou, para esse ano e
4772 para ficar também como legado para o próximo biênio, que tem uma planilha de
4773 acompanhamento permanente desse orçamento para que, com uma previsão
4774 mínima dos gastos com cada atividade, que seriam, pensando em linhas gerais, as
4775 reuniões ordinárias, as missões institucionais nos estados, que é para a gente fazer
4776 ações de incidência, ações de articulação com atores locais. Uma outra parte, que
4777 é para o encontro do sistema, que é uma questão que a gente já prevê também
4778 dentre a nossa competência, as nossas atribuições e passagens avulsas para
4779 algumas ações necessárias, como, por exemplo, no ano passado alguns membros
4780 foram convidados para participar de reuniões de outros conselhos aqui em Brasília
4781 ou de algumas ações pontuais. Então, tem uma parte desse orçamento também
4782 prevista para essas ações pontuais. No ano passado, tudo foi executado, o
4783 orçamento foi suficiente, deu tudo certo, mas faltou esse maior controle e
4784 acompanhamento por parte do próprio comitê, em especial da mesa diretora do
4785 comitê. E aí, a nossa proposta para esse ano é ter essa planilha e, Fabrício, se você
4786 puder transmitir, é uma planilha básica com a previsão das despesas. A única
4787 questão em que eu fiz mais ou menos essa previsão média de gastos, com base no
4788 orçamento que havia sido proposto. Depois, teve a confirmação do orçamento que
4789 foi aprovado, que diminui esse gasto. E aí, acho que é um exercício que a gente
4790 precisaria, não sei se dar conta de finalizar aqui, mas pelo menos assim, prever
4791 mais ou menos o que mudaria. Porque esse gasto é com base no orçamento de ali
4792 na aba de total. Pode colocar, Fabrício? Ali embaixo tem uma aba que é o total.
4793 Seria com base em 680 mil. O que foi aprovado efetivamente, como a Kim falou, é

4794 esse valor de 498 mil, sendo que 128 mil está bloqueado. Então, a gente tem que
4795 ver de onde que daria para a gente fazer alguns ajustes. E, se for o caso, por isso,
4796 Bruno, que como a Kim falou também, a gente talvez precise de uma reunião na
4797 paralela para pensar em alternativas também para a suplementação desse recurso,
4798 para a gente também não deixar de executar certas coisas que estão dentro das
4799 nossas atribuições. Mas, só para explicar, a ideia é utilizar de forma contínua a mesa
4800 diretora e em contato direto com a coordenação, essa planilha, e atualizar na
4801 medida que o orçamento vai sendo executado. Nesse geral aí, essa aba vai sendo
4802 atualizada automaticamente. Então, foi uma previsão de mais ou menos 380 mil
4803 para reuniões do pleno, que são as reuniões bimestrais, quatro idas ao território,
4804 que foi o que a gente chamou, que são as missões. São poucas aqui, no ano
4805 passado foi mais até, então, mas era mais ou menos uma estimativa só, para a
4806 gente depois ajustar. Seis passagens avulsas, com duas diárias e meias. Ah, e
4807 essas quatro idas ao território é com a previsão de dois membros indo junto, está
4808 bem? E o encontro do sistema nacional para 45 pessoas, com previsão das
4809 passagens para 45 pessoas, que daria uma média de 206. Isso, assim, é só uma
4810 estimativa para instrumentalizar essa planilha? É só para ver como é que
4811 funcionaria. Aí, se puder ir em cada abazinha, Fabrício tem aí a aba das reuniões,
4812 com a previsão já das passagens, do valor das diárias, o total para cada reunião.
4813 Na próxima aba, é essa aba das missões nos estados, então, já tem a previsão da
4814 quantidade de dias, da quantidade de pessoas e o valor total. A próxima aba, que
4815 seria o encontro do sistema, com a previsão só das passagens para 45 pessoas, e
4816 das passagens avulsas, que seria, na próxima aba, seis passagens avulsas para
4817 duas pessoas também. É só para ter, mais ou menos, usar isso como referência, e
4818 a ideia é que a cada RO seja apresentado qual foi o gasto do bimestre anterior, não
4819 é? Seja da execução da RO, seja se tiver tido uma missão, alguma outra coisa, e a
4820 gente vai atualizando. Então, é mais ou menos isso que a gente preparou a nível de
4821 planejamento. E aí, o exercício agora seria ajustar isso já com o orçamento que foi
4822 aprovado. É isso.

4823 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Bom,
4824 então, para comentários, eu vou fazer o seguinte pedido, eu vou tomar essa
4825 liberdade de cronometrar o tempo para a gente garantir que a gente consiga cumprir
4826 com a agenda de hoje. Então, vou buscar aí cronometrar dentro da média de três
4827 minutos por fala, está bom? E aí as pessoas têm liberdade de se reinscrever, está
4828 bem? A princípio, como a Thamiris está só hoje na parte de apoio nossa, então não
4829 vai conseguir me ajudar a fazer a ordem aqui. Então, vou pedir que vocês tenham
4830 um pouco de paciência, porque nem sempre eu vou conseguir olhar tão claramente.
4831 E também estou aprendendo o nome de cada um de nós, não é? Então, pode ser
4832 que eu me equivoque aí no nome, está bem? Então, não levem para o pessoal.
4833 Perfeito. Então, inscrições abertas para quem quiser falar. Temos duas, eu também,
4834 Felipe também. Está bem, então vamos seguindo pela ordem. Primeiro a Patrícia,
4835 depois o Bruno, depois eu, depois Felipe.

4836 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
4837 **Desencarceramento) –** Então, a gente, assim, eu sou do lema que a gente não
4838 diminui nunca nada. A gente sempre joga para cima, assim. Assim, ano passado a
4839 gente colocou para cima, não é? Mais passagens para missões com o Comitê
4840 Nacional, e no final a gente viu que foi pouco. Porque a gente botou um teto lá e a
4841 gente sentiu falta disso. Então, assim, ainda mais esse ano que tem, que a gente
4842 colocou no ano passado, que a gente vai fazer várias mobilizações em vários
4843 estados sobre os projetos de lei, de criação de comitês e mecanismos. Eu acho que
4844 botar para menos é muito ruim. A gente tem que botar para cima, porque, assim, se
4845 aconteceu uma emergência ano passado, teve que ir no Rio Grande do Norte, ano
4846 passado teve várias coisas. Então, assim, eu acho bem ruim a gente botar para
4847 baixo, assim, essa questão. E uma outra dúvida, aproveitando que a Daniela,
4848 sempre toco o nome dela, é do Sistema, se o recurso está separado, não é? Porque
4849 no ano passado tinha o recurso para o Sistema Nacional de Prevenção e Combate
4850 à Tortura, para o Comitê Nacional e para a coordenação de combate à tortura. Eu
4851 estou com esta dúvida, porque a planilha do ano passado tinha tudo isso separado.
4852 Cada um tinha o seu recurso. Não, a planilha do recurso do Comitê Nacional era

4853 400... Não, mas estava lá, assim, os valores de quanto que era, por exemplo, era
4854 400 mil da coordenação de combate à tortura, era 600 mil para o Sistema Nacional
4855 de Prevenção e Combate à Tortura e para o Comitê era 300 e poucos mil, 400 e
4856 pouco, entendeu? É isso a minha dúvida, se cada um vai ter esse valor esse ano
4857 também.

4858 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Sim,
4859 são dois orçamentos distintos, não é? O orçamento da coordenação de combate à
4860 tortura é separado e está no valor de 344.771, também há mais além do valor de
4861 88.741, que está bloqueado, não é? Como o Bruno está verificando algumas
4862 informações, eu vou tomar liberdade de passar para o Felipe. Também? Perfeito.
4863 Então, qual que é a próxima pessoa que estava inscrita aqui? Tinha mais alguém?
4864 Pode seguir?

4865 **Interlocutor Não Identificado** – Só mais uma vez, boa tarde. Mateu chegou agora,
4866 Marden está ali também, do Ministério da Saúde, está marcando a presença aqui
4867 do Ministério da Saúde. Acho que ele não tinha falado presente naquela hora.
4868 Pessoal, um pouco na linha que Ana Clara trouxe, lembrando que ainda há um
4869 recurso bloqueado e esse bloqueio foi linear, foi para toda a Esplanada, ou seja,
4870 todos os ministérios sofreram com esse bloqueio e ele está condicionado ao
4871 superávit lá, não é? Então, e a mensagem ontem do Aquém acompanhou a
4872 retomada dos trabalhos na Câmara, no Congresso viu que a mensagem que o
4873 Parlamento enviou ao Executivo, não é? Que não somos nós os donos do
4874 orçamento, o orçamento quem manda são eles, eles que representam os
4875 municípios, enfim. Então ainda tem mais essa camada aí de problema para a gente
4876 definir o orçamento para o ano. A gente está com boa expectativa que a gente vai
4877 conseguir ter liberações do que está bloqueado de forma linear e paulatina, ou seja,
4878 na medida que for sinalizando lá o superávit que proporcionalmente esse recurso
4879 vá sendo liberado nas janelas orçamentares, nós vamos pedir em todas elas o
4880 suplemento, porque não só a política de prevenção contra a tortura sofreu esse
4881 impacto, mas outras, todas as outras políticas dentro do Ministério, modo geral.
4882 Então, há o compromisso de na medida que esse dinheiro, esse recurso for sendo

4883 liberado, a gente vá suplementando proporcionalmente cada área. Eu também
4884 concordo que faltou ali uma linha para as missões, não é? Claro, não sei se tem ali
4885 são quatro, não é? Ah não, perfeito. Então, assim, concordo com o que a Patrícia
4886 trouxe, ainda é insuficiente, há o nosso compromisso da suplementação e na
4887 medida que a gente tiver a sinalização de liberação, as emendas parlamentares
4888 também de bancada ainda estão bloqueadas, então na medida que esses recursos
4889 forem saindo, a gente tem total disponibilidade de sentar e redefinir também
4890 proporcionalmente o incremento do recurso para garantir a agenda do ano 2024.

4891 **Sr. Felipe Biasoli** – Bom, boa tarde a todos, quando eu cheguei acho que eu
4892 cumprimentei a maioria das pessoas, mas se eventualmente eu não cumprimentei
4893 alguém que chegou depois, boa tarde também, muito prazer, sou Felipe Biasoli,
4894 Diretor de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria e, bom, em relação a esse
4895 ponto, acho que o Bruno fez um bom cenário da situação, mas eu queria adicionar
4896 que a gente tem uma perspectiva também de reavaliação desse bloqueio no final
4897 do quadrimestre, então acho que em abril a Fazenda deve reavaliar isso e aí a gente
4898 poderia ter esses 128 mil do CNPCT que agora estão bloqueados, eventualmente
4899 eles poderiam ser desbloqueados, então isso já é um cenário que ainda
4900 corresponderia a uma redução, mas enfim, já não é mais um corte tão grande. E aí,
4901 enfim, para além disso, a gente pode ao longo do ano também buscar fazer algum
4902 tipo de incidência para conseguir uma complementação por emenda, para que a
4903 gente consiga ampliar a atuação do CNPCT e fazer as missões, enfim, executar o
4904 trabalho como deve ser feito. Então acho que nós estamos agora em fevereiro, mas
4905 tem uma perspectiva de ajustes, de melhorias nesse orçamento ao longo do ano.
4906 Enfim, isso não é definitivo nesse momento, a gente ainda tem um bom período
4907 para conseguir recuperar. Bom, acho que era isso, essa complementação no
4908 sentido de até tranquilizar um pouco todos os membros, de que a gente ainda tem
4909 espaço para conseguir uma melhoria nesse tema. Está bom? Obrigado.

4910 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Estou
4911 inscrita, queria só fazer uma memória mesmo, para gente está todo mundo no
4912 mesmo pé, da última apresentação da coordenadoria de responsável, então, tinha

4913 sido repassado que o valor de orçamento era de 685 mil, acho que estamos aqui
4914 também nesse processo de aprender a identificar o que é o orçamento que é livre,
4915 que a gente tem ali enquanto comitê, a gerência sobre ele, nas decisões de como
4916 ele é utilizado, também a diferença entre esse valor que fica bloqueado também de
4917 como forma padrão pelo governo, enfim, pelo Estado, até diria, como uma forma de
4918 também assegurar que os gastos não superem ali o necessário. E aí, então, no ano
4919 passado a gente tinha um orçamento de 685 mil, isso foi nos passados, e o valor de
4920 440 mil, 347,36 centavos, foi gasto em diárias e passagens, tanto das reuniões
4921 ordinárias, quanto também dessas outras missões, outras ações que envolviam
4922 viagens. Eu acho que é importante a gente considerar isso, e para mim é muito claro
4923 que a redução do orçamento, ele vem de um cenário, que é um cenário que foge o
4924 nosso controle, ainda que seja importante como Felipe e Bruno disseram, e a gente
4925 estará atenta a isso, acompanhando também, que a gente busque sempre melhorar,
4926 sempre ampliá-lo, para garantir até o aumento das nossas ações enquanto comitê.
4927 Mais uma ressalva que eu faço, que é importante, seria basicamente termos
4928 justamente esse maior diálogo nesse processo de gestão desse recurso, que é do
4929 comitê, então de fato o comitê ter a gerência sobre ele tal qual outros comitês
4930 também o têm, então esse pé no chão eu tenho muito claro. Também, uma outra
4931 questão é a gente trabalhar melhor os nossos fluxos internos, inclusive juntos à
4932 Secretaria de Direitos Humanos, junto à Coordenadoria Geral de Combate à Tortura
4933 também, para que a gente evite gastos exagerados principalmente para essas
4934 reuniões que são já organizadas, já são definidas, como por exemplo as reuniões
4935 ordinárias, então a gente conseguir garantir a necessária rapidez, quando for o
4936 caso, para que a gente não precise gastar muito em passagens e consiga, então,
4937 em um determinado, momento verificar a realidade mesmo de uma previsão
4938 orçamentária e poder de repente até sugerir ou propor ao longo do ano uma
4939 alteração de rubricas, por exemplo, se a gente entender que vai ser possível fazer
4940 essa economia. Nós tivemos um cenário no ano passado de alguns gastos com
4941 passagem que pela morosidade, pelo excesso de burocracia, mudanças internas
4942 mesmo, acabaram sendo muito caros, passagem de 7, 8 mil reais assim, e que a
4943 gente não precisaria. E um bom exemplo disso são as passagens que foram para

4944 SRO, a gente conseguiu pagar um valor razoável para todo mundo que veio para
4945 SRO e isso realmente nos demonstra que a gente precisa fazer um uso inteligente
4946 também dessas despesas, então a minha conclusão aqui da fala seria realmente
4947 garantir que a gente tem um bom diálogo com essa próxima coordenação geral que
4948 vai assumir nesse momento, que a gente trabalhe isso com transparência para que
4949 a gente não perca muito tempo em discussões burocráticas orçamentárias ou de
4950 diálogos de comunicações internas e consiga avançar no que é o mais importante
4951 desse papel desse comitê também, que é a parte política, que é a parte de
4952 prevenção e erradicação da tortura. Mais alguém inscrito?

4953 **Interlocutor Não Identificado** – São dois detalhes bem rápidos, pessoal, um acho
4954 que a Patrícia trouxe, salvo engano quando foi lá para novembro a gente teria falado
4955 no mínimo 750 mil aí. Não sei se a Maria Clara me ajuda também, Maria Clara
4956 desculpa te cortar aí não, salvo engano a gente teria falado no mínimo 750 mil lá
4957 para novembro do ano passado, depois eu não sei se eu perdi alguma reunião,
4958 alguma informação, então era só para deixar registrado isso um pouco na linha do
4959 que a Patrícia trouxe e aí também não sei se também o Felipe, enfim, o Bruno pode
4960 ajudar mas quais seriam essas janelas, porque parece que teria duas ou três ou
4961 quatro janelas durante o ano e eu lembro que, eu não vou lembrar se foi exatamente
4962 um ano atrás, mas eu acho que foi mais ou menos em fevereiro e salvo engano
4963 alguns, enfim, alguns servidores do MDH, não sei se foi a própria Isadora, a própria
4964 Erika, chegaram aí no congresso, no começo do ano tentar alguma coisa, enfim,
4965 não sei quais seriam as janelas exatamente mas e se poderia ser feito algo nesse
4966 sentido.

4967 **Interlocutor Não Identificado** – Posso? Bom as janelas são definidas em portaria
4968 pelo Ministério do Planejamento está, então isso é definido ao longo do ano por eles
4969 e aí a gente, assim que isso é publicado, a gente todos os ministérios não é, fazem
4970 a incidência. Esse ano, salvo o melhor juízo, eles ainda não publicaram, mas é isso,
4971 isso fica sob controle deles, assim como o bloqueio também desse recurso de 128
4972 e é isso. Então, isso não é um período fixo, vai sendo definido de acordo com o ano
4973 por eles. Lembrando que nós já temos empenhado, não é 115 mil já de início eles

4974 já estão empenhados em diárias e passagens, considerando esse valor que a Ana
4975 que a Ana Clara trouxe, Maria Clara trouxe de respeito ao orçamento do ano só que
4976 desse valor só foi descontado as diárias para essa atividade porque as diárias não
4977 poderiam ser pagas com o recurso do ano passado então em tese a gente ainda
4978 teria uma gordura então a gente empenhou 115 para garantir as próximas reuniões
4979 e isso, e por que a gente não empenhou 100% desse valor? Porque eventualmente
4980 o próprio comitê pode dar uma outra destinação para esse recurso vocês podem
4981 entender que não querem executar ele 100% com diárias e passagens, mas com
4982 consultoria, com aquisição tem que ver se ele é de custeio, capital, todo o valor mas,
4983 salvo engano, é todo custeio mas, enfim, a contratação de um serviço, de uma
4984 publicação de qualquer outro componente que seja de interesse do comitê não, não,
4985 o recurso discricionário do ano já está empenhado 115 não foi utilizado zero para
4986 compra de passagem, porque foi com o recurso 2023 essa primeira reunião, essa
4987 que nós está acontecendo agora só as diárias que não poderiam ser pagas com
4988 recurso 23, então foram pagas dentro do período antes da aprovação da LDO, então
4989 foi paga dentro do O10, então o que tem de gasto até o momento, é um pouco nisso
4990 que a gente quer dialogar com vocês uma planilha interativa que o comitê vai ter no
4991 controle, olha, desse valor já saiu X de diárias que até agora é o único gasto que
4992 teve em 2024 o comitê, foi as diárias para essa reunião, o resto já está empenhado
4993 115 mil para garantia das próximas reuniões ou missões, enfim, da forma como
4994 vocês definiram e o resto do recurso está lá disponibilizado dentro do orçamento, o
4995 que dialogando com quem aqui, já para concluir essa parte, é fundamental que as
4996 missões tenham a previsibilidade de no mínimo 30 dias que é uma normativa
4997 inclusive, tem uma portaria que regulamenta a solicitação de diárias e passagens,
4998 que eu vou socializar com vocês também. Acho que chegou lá para coordenação
4999 geral, Thamiris, se depois você puder colocar no grupo aquela portaria, aquele ofício
5000 circular que nós enviamos, que lá tem a regulação para aquisição de diárias e
5001 pagamentos de aquisição de passagens e pagamentos de diárias, que com esse
5002 prazo a gente consegue dar essa economicidade e com isso a gente consegue
5003 customizar ainda mais o orçamento, está bom? Mas o dinheiro, o recurso 115 já
5004 está empenhado para as próximas atividades.

5005 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5006 Paulo? Foi, acho que são duas coisas, não é? Uma é, olhando para trás, o
5007 orçamento de 2023, só aproveitando a presença do Felipe e do Bruno, a gente
5008 ontem e hoje, não é, nos dedicamos ao planejamento das ações do CNPCT e aí a
5009 gente tem aquela pendência para resolver do prodoc, do dinheiro do ano passado
5010 e aí queria saber um pouco se a gente pode estabelecer um prazo, quando a gente
5011 pode definir o tema e quando o Ministério consegue já agenciar a contratação desse
5012 serviço, não é? Como é que a gente consegue adiantar esse processo para já ter
5013 esse material, o produto de repente no final do ano, eventualmente, para nova
5014 gestão e etc., ter um ponto de partida a partir disso. E a outra coisa, recuperando o
5015 ponto que a Patrícia tinha destacado, que o seminário do ano passado foi pago pela
5016 coordenadoria e não pelo CNPCT. Se a coordenadoria assume esse compromisso,
5017 essa questão da suplementação e etc., a gente pode potencializar, inclusive, as
5018 missões. Ontem, as missões, ontem o mecanismo apresentou o planejamento deles
5019 para gente. Então, além das missões que podem ser interessantes do CNPCT, seria
5020 muito importante que a gente se somasse às missões do MNPCT também. Então,
5021 acho que se a gente tem o compromisso da secretaria, da diretoria de
5022 financiamento, tal qual foi ano passado, pela coordenadoria, para nós seria muito
5023 importante a liberação desse recurso para realizar as missões e atividades próprias,
5024 exclusivas do CNPCT, mas também associado ao mecanismo.

5025 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5026 Alguém está inscrito? Está bem. Eu só queria comentar uma coisa que acabei me
5027 esquecendo, mas isso faz para gente também, quando for construir esse
5028 orçamento, não é, mais organicamente, a gente só colocou o encontro do sistema,
5029 a gente não colocou no orçamento o encontro dos comitês e mecanismos. Então,
5030 essa ressalva só de incluir. Claro que é importante para que a gente consiga colocar
5031 um orçamento para o encontro, que foi definido enquanto anual dos mecanismos e
5032 comitês, a gente precisa saber realmente se o do sistema seria assumido pela
5033 coordenadoria geral, pelo orçamento da coordenadoria geral. Então, bom,
5034 encaminhando essa questão, vamos ver se eu consigo sintetizar, seria basicamente

5035 a gente verificar, não é, pedir essa gentileza para os membros do MDHC, identificar,
5036 então, como fica a questão do orçamento do valor que ficou no prodoc, se a gente
5037 já pode, se ele realmente é voltado para consultorias, acho que é importante a gente
5038 saber como um todo, quais são os tipos de gastos que podem ser utilizados com
5039 esse valor do prodoc. Também, a gente ter a clareza aqui em relação ao
5040 cronograma para, então, definir, melhor atualizar o desenho que foi trazido pela
5041 Maria Clara. Também saber se a coordenadoria, então, geral de combate à tortura
5042 assume os gastos em relação ao encontro do sistema. Claro que aqui no
5043 planejamento, no que a gente fez anteriormente, a gente também assumiu que
5044 precisamos aí de algumas articulações para garantir que o sistema funcione tal qual
5045 definido pela legislação, e tem grandes desafios em relação a isso, mas também é
5046 bom a gente ter isso em perspectiva em termos de orçamento. Acho que só assim,
5047 então, que a gente vai conseguir atualizar esse orçamento e encaminhar com ele já
5048 as previsões ali, mais ou menos desenhadas dentro do nosso planejamento. Ok?

5049 **Sra. Daniela Borges** – É, o recurso do sistema tal qual foi no ano anterior, ele está
5050 previsto na coordenação geral. Na coordenação geral. É, e assim como foi no ano
5051 anterior também, nós tivemos a reunião extraordinária em junho, que foi assumido
5052 por esse recurso da coordenação geral, não é. Felipe, você vai falar do prodoc?
5053 Vai? Está bem. Vocês fizeram outro questionamento com relação ao recurso, não
5054 é, que ficou no prodoc. O que, como que ele poderia ser utilizado? E o Felipe vai se
5055 manifestar.

5056 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Como
5057 e quando, não é?

5058 **Sra. Daniela Borges** – Sim. O recurso é da coordenação. Exatamente. Não. Não
5059 tem como, sendo que a gente teve um contingenciamento também que foi de cento
5060 e poucos mil desse orçamento. Está bem? Exato. Perdão, é isso mesmo, 88 mil
5061 bloqueados. Que pode ser liberado mediante nosso uso, não é, e as nossas janelas.
5062 Só podia a gente ver vocês se apresentar, porque eu não conheço. Meu nome é

5063 Daniela Borges, eu sou coordenadora de apoio ao Sistema Nacional de Prevenção
5064 e Combate à Tortura.

5065 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Bom,
5066 então é isso, são esses os encaminhamentos. Podemos passar para o próximo, não
5067 é?

5068 **Sr. Felipe Biasoli** – Ah, a questão do prodoc. A respeito do prodoc, bom, prodoc
5069 23024, já tem 86 mil 735 reais e 92 centavos empenhados. Então é um recurso que
5070 já pode ser utilizado, desde já. 86 mil 735 reais e 92 centavos. É isso. É isso.

5071 **Interlocutor Não Identificado** – Mas pegou aí, Marden? Pegou. Meu Deus. Meu
5072 Deus, o Marden conseguiu captar ali. Mas, enfim, ficou esse... Quando a gente
5073 chega, a gente encontra esse cenário, não é?

5074 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Sim.
5075 Só um esclarecimento mesmo, que foi um lápis de memória também da minha parte.
5076 Até para recapitular, porque na última RE, de fato, o valor informado foi esse
5077 mesmo, de 86.735,92. Então, acho que acabou ficando o valor na nossa cabeça de
5078 114. Ele ficou permeando a nossa cabeça até ter finalmente o esclarecimento
5079 definitivo que foi feito na última RE de dezembro. Eu tenho uma dúvida sobre ele.
5080 Então, se a gente já tem a disponibilidade dele, a gente pode utilizar? Onde que, ou
5081 se é possível vocês nos encaminhar, que tipo de serviços, então, a gente pode
5082 incluir nesse orçamento? Então, já nos informaram sobre consultoria, a gente incluiu
5083 no planejamento que a gente vai contar aqui para vocês, mais ou menos, como que
5084 se deu, porque a gente vai aprovar a agenda hoje. Mas, se tiver alguma outra coisa,
5085 acho que é bom também a gente ter essa noção para incluir no orçamento, não é?
5086 E também, acho que tem um detalhe de burocracia mesmo, que a gente não
5087 desconhece, que é sobre como essas contratações são feitas, porque a última vez
5088 que nos foi informado é que tinha uma parceria com o PNUD, não é? Exato. Então,
5089 sendo com o PNUD, teria que ser um edital aberto, CNPCT, PNUD, é isso? Para
5090 poder fazer, então, a contratação de consultoria. Aí, também, recordo que falaram,

5091 acredito que até foi você, Bruno, que era restrito a uma consultoria, então, teria que
5092 ser, na verdade, uma consultoria com vários produtos, ou algo nesse sentido, não
5093 tenho certeza.

5094 **Sr. Bruno** – Isso, é mais em razão do valor, mais em razão do valor, não é? Por ser
5095 um valor relativamente baixo, hoje, tem uma, o PNUD lançou uma tabela de o valor
5096 da hora e média do consultor, se não me engano, é 80, não é, Felipe? Não, tem um
5097 valorzinho lá, posso pegar, recuperar esse dado, e aí, nessas contas, daria em torno
5098 de uma consultoria de 80, 90 mil, com prazo de oito meses, aproximadamente. E
5099 aí, esse consultor teria, dentro desse termo de referência, que é a primeira etapa
5100 que a gente precisa fazer, é escrever um termo de referência daquilo que o comitê
5101 quer, é uma pesquisa, um levantamento, é um diagnóstico, enfim. E aí, se monta
5102 esse termo de referência, ele vai para a área de cooperação internacional, e é
5103 publicizado esse edital para chamamento de pessoas físicas, e aí, tem um processo
5104 seletivo, tem que constituir uma comissão de seleção, que vai apreciar esses
5105 currículos, chamar para as entrevistas, e, ao final, selecionar o consultor. Então,
5106 dentro desse produto, vão ter vários, dentro desse termo de referência, vão ter
5107 vários produtos que esse consultor deve entregar ao longo da vigência da
5108 consultoria.

5109 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5110 Perfeito. Então, Bruno, só para deixar claro esse entendimento. Então, o nosso
5111 primeiro passo é, de fato, definir esse escopo dessa consultoria. Uma vez definido,
5112 a gente tem uma interlocução ali junto ao PNUD, diretamente, pelo governo e
5113 PNUD, não é?

5114 **Sr. Bruno** – Tem uma área de cooperação internacional dentro do Ministério. Que
5115 faz essa interlocução.

5116 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Ah,
5117 perfeito. Então, essa área de cooperação internacional, que a gente dialoga. E aí, a

5118 gente, então, constrói esse termo de referência, junto a essa área de cooperação
5119 internacional, e a partida edital fica sobre responsabilidade do PNUD.

5120 **Sr. Bruno** – Isso, mas a comissão de seleção, a gente pode indicar os membros da
5121 comissão de seleção. Todo esse processo seletivo passa também pela área técnica,
5122 que, no caso, seria ordenação geral, mas, enfim, a gente define aqui como pode ser
5123 constituída essa comissão sem problema. E vai avaliar esses currículos, fazer as
5124 entrevistas, inclusive, no TR, já tem que vir esse cronograma também.

5125 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Está
5126 certo.

5127 **Interlocutora Não Identificada** – Lembrando que, na contratação de consultoria,
5128 até mesmo a formação da comissão, ela segue alguns requisitos também, não é?
5129 Então, a comissão tem que ser uma comissão com os requisitos de qualificação e
5130 experiência que esteja habilitado para fazer o reconhecimento e participar dessa
5131 comissão de seleção, não é? Mas o comitê pode participar desenhando esse termo
5132 de referência conjuntamente.

5133 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** –
5134 Perfeito. Tem alguma base legal que você saiba de cabeça, sim? Sobre as... Não
5135 base legal, não é? Mas onde tem esses requisitos, parâmetros, requisitos?

5136 **Interlocutora Não Identificada** – A gente pode levantar, sim. Eu acho que é no
5137 próprio...

5138 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Na
5139 tarefa de trabalho, não é? Ah, então, perfeito. Ótimo. Bom, então, superada essa
5140 pauta, eu vou ler em voz alta, porque aí isso também... Onde que é?
5141 Caminhamentos. Envio de planilhas com informações orçamentárias.

5142 **Interlocutora Não Identificada** – Vai ter também o envio do ofício circular com...
5143 Determinando os prazos, também para a gente pedir passagens em geral, seja para
5144 RO, sejam para missões. Também o valor, termos e prazo para a contratação do

5145 prodoc. Já foi um pouco esclarecido aqui, mas tem algumas informações ainda
5146 pendentes, que seria levantar essa questão dos requisitos, enfim, edital. Outra
5147 questão, aqui também foi o possível compromisso com os gastos do encontro do
5148 sistema. Por causa do...

5149 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Seria
5150 a confirmação do orçamento previsto para o encontro do sistema no orçamento da
5151 coordenadoria geral de combate à tortura, certo? E, por último, o levantamento de
5152 requisitos prodoc. Está bem.

5153 **Interlocutora Não Identificada** – Acréscimo, que no ano passado a gente
5154 combinou que, por exemplo, a gente ia tirar uma data limite para ser encaminhado
5155 à solicitação de passagem. Por exemplo, acho que foi em agosto a gente
5156 encaminhou do final do ano todo, assim, com antecedência. Então, acho que era
5157 bom colocar aí um prazo limite, porque acho que era até 20 dias antes do evento
5158 que a gente deveria colocar, mas se a gente antecipasse, ficaria melhor. Então,
5159 para a gente, por exemplo, ver o calendário, a gente pode fazer isso também, de
5160 fazer do ano todo, porque facilita a vida de quem vai emitir.

5161 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Bom,
5162 seguindo aqui, ficou meio bagunçada a coisa aqui, mas vamos lá. Isso aqui já foi.
5163 Vou passar para a alteração do artigo 15, que eu acredito que seja uma coisa rápida,
5164 está bem? A gente tem esse arquivo para passar aqui? Não? A gente consegue
5165 abrir em algum lugar para poder ler, fazer a leitura? Porque todo o resto do
5166 documento... Oi? Ah, perdão. Da alteração do artigo 15 da recomendação de diretriz
5167 para a criação do comitê de mecanismos, que a gente já aprovou e que foi feita uma
5168 solicitação de alteração pela Patrícia, da mesa diretora. E aí, como ficou isso um
5169 pouco emperrado, a gente fez uma proposta de redação, de alteração, que tinha a
5170 ver com prazos, na verdade, de posse de servidores públicos. E agora a gente só
5171 precisa reaprovar com base nessa alteração do artigo 15. Então, a única coisa
5172 modificada foi o artigo 15. Se alguém tiver fácil aí, eu vou... Isso, é esse... É verdade,
5173 é a Fernanda que ficou de mandar. Então, temos um problema. Mateus, você tem

5174 essa... Consegue verificar com a Fernanda? Passo, passo para a próxima. Então,
5175 eu vou passar, e aí a gente aguarda o retorno. Acrescentar, não é?

5176 **Interlocutora Não Identificada** – Assim, para quem não estava acompanhando,
5177 não é, e para o Bruno que... Assim, o que acontece? Na redação estava dizendo,
5178 não é, que Forças de Segurança e Policiais Penais, a gente é socioeducativo, eles
5179 poderiam sair do cargo e ir para o mecanismo, não é? Aí, assim, o meu lado ex-
5180 mecanismo foi muito mais alto, não é? E aí é aquilo, assim, como é que a gente
5181 sempre lutou e sempre disse que Forças de Segurança não pode ser, não é? Então,
5182 assim, a gente... Aí estava lá três anos. Ele sai da instituição, mas a instituição não
5183 sai dele, não é? Então, assim, era a gente desdizer tudo aquilo que a gente veio
5184 lutando há muito tempo e dizendo, não, não pode ter, a gente é socioeducativo,
5185 policiais penais, enfim. Então, a gente ia fazer uma alteração nessa redação, que
5186 acabou passando, não é? Desapercebido, mas aí eu falei, não, como assim a gente
5187 deixou isso passar? Então, é isso, para quem não estava a par do tema, é esta
5188 redação. Então, não, não tem um consenso nos membros do comitê, porque eles
5189 entendem que pode ser, não é? Eu discordo veementemente, não é? Porque,
5190 assim, quem pratica tortura o Estado, não é? Mas, infelizmente, a gente não tem
5191 esse consenso no comitê nacional, de que teria, aí vai botar 10 anos, e assim, pode
5192 ser 20, 30, 40, 50 anos, gente. Tem umas coisas que não dá, então, assim, foi o
5193 que eu consegui, não é? E aí, muito também, vou falar com toda, a outra
5194 coordenação também concordava com isso, e aí ficou difícil, não é? Então, assim,
5195 isso para mim é uma questão que eu fiquei muito pois, assim, porque é isso, assim,
5196 para mim não pode, não pode. É uma resolução do comitê nacional.

5197 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – É.**
5198 Exato. Então, é isso. Por uma questão de ordem, é, eu, é porque, não, mas não dá,
5199 porque a gente não tem o texto aqui para aprovar. Então, se a gente vai ficar
5200 discutindo um negócio que não tem, achou? Conseguiu? Está bem. É, por e por
5201 hora, vamos, vamos suspender a, não, de verdade, assim, vocês vão me perdoar,
5202 mas eu vou, vou tomar essa liberdade de realmente, assim, suspender por hora
5203 essa pauta, porque a gente não tem o texto para discutir, senão nós vamos entrar

5204 numa discussão que ainda não é, não tem como chegar no resultado, no
5205 encaminhamento, porque não tem o texto, não é? E, e a única ressalva que eu faço
5206 aqui em relação a isso é porque esse, essa foi uma resolução já aprovada em
5207 plenário. Então, já houve aí uma, uma revisão que, que em tese, não é, não deveria
5208 ser feita por hora, porque o texto, infelizmente, enfim, não foi publicado, mas é
5209 importante a gente tentar também, não é, buscar essa formalidade do, do tempo
5210 das coisas, não é? Eu vou, bom, tudo bem. Então, eu vou abrir uma rodada de falas
5211 de três minutos, está bem? Só confirmando, então é a MC, a Maria Clara, a Lourdes
5212 e tinha mais uma pessoa, o Caio, você também, Fábio? Está bem, então os três.

5213 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5214 **Organizações Populares – GAJOP) –** É que não adianta ter o texto se não tiver
5215 acordo sobre o conteúdo, e daí eu acho que a gente, assim, Patrícia, você coloca
5216 que discorda e tal, mas eu acho que todo mundo concorda que não pode ser, mas
5217 tinha sido suscitada uma dúvida de que a gente realmente é possível colocar uma
5218 proibição total de participação, se isso não é uma coisa que poderia ser
5219 questionado. Está bem, a gente passa. E eu acho assim, que é importante a gente
5220 colocar isso aqui, o Bruno é ex perito, enfim, eu acho que tem a participação do
5221 Felipe, eu acho que isso, eles podem contribuir com esse texto também, já que não
5222 foi apresentado, mas só para colocar. A Fernanda ia fazer uma proposta de texto
5223 que colocasse esse prazo o mais longo possível, e tinha outras questões também,
5224 o inciso colocava junto o profissional de segurança, junto com pessoas que já
5225 fizeram parte da secretaria, da qual estaria vinculado ao comitê, que são coisas
5226 diferentes, então tinha esse tipo de ajuste, mas eu acho que a questão de conteúdo,
5227 de fato, tomar essa decisão se ou tem um texto de proibição total, que daí eu não
5228 sei se isso gera algum tipo de contestação legal, que foi essa preocupação que a
5229 gente levantou, e se seria possível colocar requisitos que dificultariam de uma forma
5230 quase absoluta, colocando esse intervalo de 20, 30, 40 anos, e a Fernanda ia
5231 colocar esse tipo de proposta, mas é que está todo mundo de acordo, Patrícia, eu
5232 acho que não tem essa discordância, mas é mais o modo como isso estaria...

5233 **Sra. Lourdes Helena Pacheco** – Bom, eu gostaria de só fazer uma colocação no
5234 seguinte sentido, Fernanda, já está modificado? É o seguinte, duas colocações,
5235 primeiro, pelo que vocês disseram, já estaria votado, definido o restante dessa
5236 resolução. Bom, só o melhor juízo, não existe uma, vamos dizer assim, votação,
5237 decisão, deliberação de um documento, de um todo, deixando um artigo de fora
5238 para ele ser separadamente deliberado à parte. Sim, mas então, a meu ver, só o
5239 melhor juízo, todo documento ainda está pendente de deliberação ou rediscussão,
5240 posso estar enganada nisso. Segundo lugar, eu concordo com a ideia de que essas
5241 pessoas não podem participar do comitê, do mecanismo, mas eu tenho dúvidas
5242 quanto à legalidade dessa deliberação mesmo que seja um prazo longo, porque um
5243 prazo muito longo pode ser igual a alijar as pessoas, entendeu? Então, ainda que
5244 eu concorde com vocês, a gente tem que se preocupar com a legalidade de uma
5245 deliberação do comitê, entende?

5246 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Caio
5247 e depois o Fábio.

5248 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** –
5249 Primeiramente, eu ia pedir para a gente não discutir isso aqui, indo junto com a Kim,
5250 no sentido de que é improdutivo ficar discutindo se não tem a redação para ser
5251 discutida. Não? Mas eu também faço coro à colega da JD, no sentido de que essa
5252 redação, ela é bastante frágil em relação a ser questionada posteriormente, além
5253 de ter alguns erros meio estranhos de concordância nominal aqui, mas a questão é
5254 que nessa interpretação aqui de servidores e funcionários sei lá, a senhorinha que
5255 trabalhou terceirizada na copa da Secretaria de Segurança Pública, ela não pode
5256 fazer essa seleção aqui. A pessoa que trabalhou no contábil da Assembleia
5257 Legislativa, onde o mecanismo está instalado, não pode trabalhar aqui. Então, o
5258 jeito que está colocado é que não se presta o que vocês querem, embora eu ache
5259 que três anos é um prazo bem razoável, poderia ser cinco, eu sei que eu tenho uma
5260 posição diferente de muitas pessoas aqui, eu acho que em alguns contextos as
5261 pessoas que trabalham na gestão da segurança pública não têm que ser
5262 demonizadas, mas dá para ser feito de uma forma melhor. Se o colegiado decide

5263 que tem que ser feito assim, então façamos o bem feito, porque isso aqui está
5264 péssimo.

5265 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço Social –**
5266 **CFESS)** – Oi, Fábio. Então, esse documento é um documento de recomendação,
5267 não é isso? Uma recomendação acerca da diretriz para a criação e fortalecimento
5268 de comitês e mecanismos. Isso não tem força de lei, de resolução, ou seja, o que
5269 eu estou querendo dizer é assim, o Estado, a unidade federativa, de certa forma,
5270 legalmente falando, ela vai ter autonomia dentro das suas atribuições legais
5271 estaduais. Esse documento é importante do ponto de vista de recomendação,
5272 porque é um documento político, que norteia a política como que o sistema nacional,
5273 aqui no comitê, indica como que deve ser a política. Acho que, nesse sentido, eu
5274 caminho que a gente não tem que ter tempo de quarentena, de desligamento,
5275 pessoas que participaram da gestão, acompanha quadros de espaço de privação
5276 de liberdade, claro que o texto pode ser aperfeiçoado, aqueles que exerceram
5277 cargos de segurança, diretamente ligado às forças de segurança e tudo, mas, a
5278 meu ver, como recomendação, pessoas que participaram do quadro de segurança,
5279 de instituições, de espaço de privação de liberdade ou segurança pública, não
5280 devem ser um requisito de recomendação, que não deve se candidatar a membro
5281 do mecanismo.

5282 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5283 Então, tem a Patrícia. Acho que a pergunta, o objetivo é assim, vocês querem
5284 discutir essa pauta? Alguém concorda com discutirmos a pauta agora? Não, assim,
5285 a pauta, se for de acordo, será projetada. A pergunta, se vocês querem discutir,
5286 manter na pauta, vamos discutir agora. Sim. O Caio discorda, mais alguém
5287 apresenta discordância?

5288 **Interlocutora Não Identificada** – Então, pessoal, a Fernanda... Enviar. Ela está
5289 numa reunião, então, e falou que talvez daqui a uma hora e meia envie. Não sei se
5290 é o caso de deixar para amanhã essa discussão, não sei. Então, enfim.

5291 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5292 Então, novamente, a questão de ordem, considerando essa informação passada,
5293 para a gente otimizar o tempo, minha sugestão é que a gente, como eu tinha dito
5294 no início, a gente empurra um pouco essa pauta para chegar a essa redação, aí a
5295 gente já projeta com a redação que é a pessoa que ficou responsável por redimir,
5296 é, que foi encaminhado na última reunião, que a gente faça isso. Na verdade, a
5297 minha pergunta é se vocês concordam com essa proposta, que a gente coloque um
5298 pouquinho mais para frente na pauta. Só isso.

5299 **Interlocutora Não Identificada** – Tem colocado uma recomendação, é só um
5300 nomezinho para algo que tem força, vem dizer, forjeira. Costumeiramente a
5301 administração usa o termo recomendação quando poderia dizer resolução, de
5302 qualquer maneira, seja que documento for, e parece que está restrito aos princípios
5303 constitucionais, dentre os quais da administração pública, da legalidade. Só essa
5304 pequena...

5305 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5306 Perfeito, a discussão aqui é de uma resolução que foi aprovada na última reunião
5307 extraordinária de dezembro do ano passado, mas então, como ficou definido, a
5308 gente fala depois. Se eu só fazer uma... Não, por favor. Se eu só fazer uma
5309 adendo... Rápido, assim. Mas o ponto é o seguinte, é mais do que a recomendação,
5310 correto? Então, é assim que a gente vai encaminhar. Perfeito, está bem. Então, aí,
5311 assim que... Mateus, se você puder fazer essa gentileza de pedir para a Fernanda
5312 encaminhar no grupo do CNPCT, porque aí todo mundo vai ter acesso, e aí depois,
5313 então, Fabrício vai baixar e vai projetar no momento oportuno. Pode ser? Porque
5314 senão a gente vai ficar aqui... É uma inversão da pauta, exato. Eu vou deixar como
5315 última pauta. Tudo bem? Está bem. Mas, a princípio, nós não terminamos as pautas
5316 de hoje ainda. A gente tem a pauta de reorganização dos grupos de trabalho e tem
5317 também o término do cronograma e aprovação desse cronograma dessa agenda.
5318 Então, a minha ideia é eu vou adiantar a priori a questão do planejamento do
5319 cronograma para a gente já aprovar e, em seguida, a gente fala sobre essa
5320 reorganização dos GTs, sair daqui com essa definição. Perfeito, está bom. Tudo

5321 bem, todo mundo, de acordo, então, com essa proposta, eu vou repetir ela. Então,
5322 é a dos GTs a gente deixa para amanhã e tenta puxar de amanhã a pauta dos
5323 decretos só. Está bem. Mas agora eu vou seguir com o cronograma da agenda do
5324 nosso planejamento e aí a gente depois vai para os decretos, então. Fabrício, você
5325 poderia projetar aquele planejamento que a gente estava fazendo? Eu só vou pedir
5326 de novo só para esse esclarecimento. A gente fez todo um planejamento ontem e
5327 na manhã de hoje. Nesse planejamento, a gente colocou o que seriam, a princípio,
5328 os nossos objetivos gerais que estão nessa primeira coluna. Aqui a gente tem
5329 objetivos específicos na segunda coluna. Na terceira coluna, as ações. Aí, na quarta
5330 coluna... Mais para lá, Fabrício. A gente estabeleceu uma noção de curto, médio e
5331 longo prazo, entendendo que todos os de curto prazo são ainda nesse ano, para
5332 então descrever onde que entram as ações dentro do mês. E aí a gente acabou não
5333 conseguindo terminar. Então, como hoje, segundo o regimento, a gente tem que
5334 aprovar o nosso cronograma anual, então o que a gente vai fazer é um exercício
5335 até mais enxuto agora do que a gente estava fazendo antes, que é só colocar nos
5336 meses essas últimas coisas pendentes. A partir disso, fazendo a leitura e todos
5337 aprovando, a gente define isso e aí depois, posteriormente, a Maria Clara e eu, a
5338 gente deixa num formato diferente, que é um formato de calendário para ficar mais
5339 fácil de ser visualizado. Tudo bem? Está bem. Então eu vou direto aqui para... Eu
5340 estou com dificuldade de enxergar. Está, então, Fabrício, estou tentando projetar
5341 para o pessoal da on-line. O Marden. É, indo direto lá para baixo, vocês querem que
5342 eu faça já a leitura do início? Não, não é? Vamos seguir direto, não é? Está bem.
5343 Então, o que estava faltando colocar no mês, dentro do mês, era o objetivo geral de
5344 contribuir para a criação da Política Nacional de Prevenção, Combate à Tortura e
5345 atualização do Plano Nacional de Prevenção, Combate à Tortura. A gente tinha de
5346 objetivos específicos. Tem, não é? Apresentar proposta de criação de fundo
5347 nacional para ressarcimento de vítimas de tortura. Avaliar a criação de um fundo na
5348 Política Nacional de Prevenção, Combate à Tortura. Criar um GT sobre o processo
5349 de participação social para a construção desse plano. Só uma questão que, fazendo
5350 essa leitura, visualizo que a avaliação da criação de fundo e apresentar uma
5351 criação, uma proposta de criação de fundo, na verdade, estão dentro do escopo do

5352 plano, não é? E da política em si. Então, seria um único objetivo específico, não é?
5353 Que a gente vai focar. Aí, indo um pouco mais para lá, Fabrício, para o final do...
5354 Isso. Então, aqui é a questão da criação do plano. Vocês têm alguma sugestão de
5355 que mês a gente colocaria essa criação desse plano? Esse estabelecimento de GT
5356 a gente já vai fazer amanhã, não é? Pode já incluir amanhã. Então, se for já amanhã,
5357 hoje, ou agora? Isso. Voltando, é um só. Isso.

5358 **Interlocutora Não Identificada** – Aí, porque seriam propostas voltadas ao plano.
5359 Estava em outro local lá e a gente colocou aqui só para bater o martelo que
5360 realmente vai juntar.

5361 **Interlocutor Não Identificado** – A gente está em processo. É o que começou
5362 ontem. Só uma sugestão de caminamento com esse ponto, Kim. Eu acho que o
5363 que a gente pode fazer é se o GT, como a gente deu uma pactuada, vai começar a
5364 pensar a ação de atualização do plano, a gente pode apresentar o tempo para o GT
5365 apresentar o plano de trabalho. Então, se a gente estabelece o RO agora, nessa
5366 RO, esse GT, a gente pode apresentar como tem uma certa urgência, que na
5367 próxima RO, esse GT apresente o plano de trabalho mínimo para a gente discutir.

5368 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** –
5369 Então, sua proposta é que já na RO de abril, o GT apresente uma proposta inicial
5370 de como seria esse plano de trabalho.

5371 **Interlocutor Não Identificado** – Isso. Por que isso? A gente vai ter que ter atores
5372 do Estado que hoje não estão presentes, vai ter que conversar com outros setores
5373 da sociedade civil que não estão aqui. Então, não é exatamente a criação da política
5374 ou algo em torno da criação, mas é o plano de trabalho para a gente chegar nesse
5375 momento. Inclusive, porque a gente está em processo de encerramento desse
5376 mandato. Então, é como a gente organiza a casa para eles. Então, acho que é isso,
5377 um plano de trabalho do GT na próxima RO

5378 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5379 Perfeito. Eu estou de acordo. Alguém... Todos de acordo? Então, o prazo, Fabrício,
5380 se você puder editar para a gente, não sendo muito folgado. Não, eu consigo editar.

5381 **Interlocutora Não Identificada** – Eu consigo ir editando. Aí, só lembrando que a
5382 gente tem muita experiência de GTs que são criados, Bruno e Felipe, que não têm
5383 participação do governo. Isso é inclusive um problema burocrático, porque eles
5384 precisam ter algum membro do governo. E aí, a gente discutiu amplamente aqui
5385 essa manhã como seria importante a participação, não só de membros do governo,
5386 mas especialmente do MDH, que seria o mais implicado nisso. A gente avaliou a
5387 necessidade de atualizar esse plano. Ana Carla já se colocou à disposição de
5388 participação desse GT. Gentilmente, se vocês puderem estar nesse GT, eu acho
5389 que seria extremamente pertinente a gente estar colocando aqui nessa planilha. Se
5390 puder passar para o lado, Fabrício, os responsáveis. Aí eu já colocaria também
5391 vocês como corresponsáveis dentro desse GT.

5392 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Eu
5393 posso. Ninguém mais? A gente está fazendo o grupinho aqui. Então, o prazo seria
5394 abril, curto, abril, para fazer o plano de trabalho. A gente sugeriu que a gente tivesse
5395 um plano desenhado, nosso desejo, em 2025, porque estamos em 2024 fechando,
5396 envolve um processo de mobilização e de aglutinamento de forças. Então, por isso
5397 que seria a primeira etapa de planejamento do que a gente vai executar nesse
5398 momento. Mas a ideia do plano é para 2025, não para agora.

5399 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5400 Nominalmente, pergunto. Exato, a partir da definição do cronograma.
5401 Nominalmente, seria possível, Bruno ou Felipe, já se colocarem, ou vocês preferem
5402 não tomar essa decisão agora? Para falar ou para participar? Então, revisando ali,
5403 a gente tem a Dani, a Ana, nós três aqui, e a Lúcia. Certo? Acho que já está bom
5404 também. Aí, o prazo é a próxima RO Abril. O prazo de apresentação do plano de
5405 trabalho.

5406 **Interlocutora Não Identificada** – A criação do... Na verdade, está. A criação do
5407 GT. Nós já fizemos, que é a criação do GT. E, na verdade... É, porque, na verdade,
5408 a elaboração já tem que ser feita. É a apresentação...

5409 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Isso
5410 mesmo. Seguindo para o próximo, então, um pouquinho mais para lá, para ver o
5411 objetivo geral, é aprimorar o fluxo de trabalho e memória institucional do CNPCT. O
5412 objetivo específico, desenvolver uma metodologia e banco de dados para
5413 monitoramento de recomendações do CNPCT. As ações, estabelecer parceria para
5414 contratar uma consultoria para a sistematização dos dados dos relatórios com base
5415 nos temas prioritários, levantamento dos processos SEI de denúncias feitas ao
5416 CNPCT, criação de um procedimento, um protocolo, um protocolo interno. Então,
5417 acho que é... Está bem. E, agora, indo para os prazos. O levantamento dos
5418 processos SEI de denúncias feitas ao CNPCT está abarcado no levantamento,
5419 Thamiris, que a Débora está fazendo. Esse levantamento dos processos SEI de
5420 denúncias feitas ao CNPCT, está bem?

5421 **Interlocutora Não Identificada** – Penso que, para o desenvolvimento dessa
5422 metodologia do banco de dados, a gente já tem aí uma ideia para o termo de
5423 referência que se quer. Então, valeria colocar, a meu ver, como ações a criação de
5424 um grupo de trabalho, que é um grupo de trabalho que depois vai acompanhar esse
5425 termo de referência. Porque as ações aí já são ações bem próximas do que seria
5426 essa consultoria. É para uma consultoria isso, não é?

5427 **Interlocutor Não Identificado** – Essa que a gente já tem um dinheiro, digamos, a
5428 gente já levantou algumas questões. Já tem gente dentro do comitê que acha, ah,
5429 é interessante ver uma consultoria nessa direção, outra pessoa nessa outra direção.
5430 Então, vincular o termo a isso, eu acho que vale a pena a gente fechar se vai ser
5431 esse mesmo. Ou se a gente vai pleitear junto ao Ministério ou com os nossos
5432 recursos que ainda não estão orientados para isso, uma outra consultoria.

5433 **Interlocutora Não Identificada** – Eu penso que quem está interessado e disponível
5434 para essa questão pode inclusive pensar o termo de referência, que são essas
5435 questões que você está trazendo. A gente quer uma consultoria exatamente para
5436 que produtos? Qual é o perfil desses consultores que nós queremos? Para quando
5437 esses produtos são necessários? Essa maturação, isso já tem que fazer parte da
5438 justificativa e da fundamentação de um termo de referência. Então, é só para
5439 aproveitar os movimentos.

5440 **Interlocutora Não Identificada** – Porque, na verdade, eu estou entendendo que,
5441 especificamente aqui, seria mais uma questão para que a gente tenha a maior
5442 gestão das nossas próprias, dos nossos próprios encaminhamentos, na verdade. É
5443 uma questão muito interna. Porque quando a gente falou da questão da consultoria,
5444 nós pensamos em outras coisas também. Mas aqui seria mais uma questão de fluxo
5445 interno, de gestão interna mesmo. Então, se isso é uma questão de fluxo e gestão
5446 interna, e é uma questão de sistemas, de questões que são nossas internas, eu não
5447 sei se nesse caso seria uma contratação de consultoria. Eu acho que talvez fosse
5448 mais uma questão mesmo administrativa interna. Eu acho que talvez a gente se
5449 equivocou quando a gente discutiu a consultoria aqui mesmo, entende? Nesse
5450 ponto em específico. Só para reflexão mesmo.

5451 **Interlocutora Não Identificada** – Não, eu acho que está correta, Jaque. Isso daqui,
5452 e logo abaixo dá para ver que tem a consultoria para os relatórios do mecanismo.
5453 Então, acho que é em relação a isso. Essa é a questão interna.

5454 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5455 Espera aí, acho que a gente entrou numa certa sinuca de bico com esse tema.
5456 Então, pensando nisso, que como a gente ainda precisa decidir qual será o uso do
5457 valor do prodoc, ainda que a gente já tenha clareza de que consultoria é um tipo de
5458 gasto que já pode ser utilizado, e aí teria que ser passada então na RO,
5459 especificamente uma pauta dessa, me parece que é o caso de a gente não colocar
5460 em um prazo específico. A gente colocar de uma maneira mais genérica, que seria
5461 avaliar o uso, avaliar o uso do valor do prodoc. A gente precisa avaliar o uso do

5462 valor do prodoc, para qual finalidade ele vai receber propostas para o uso do
5463 recurso.

5464 **Interlocutora Não Identificada** – Eu só acho importantíssimo que se mantém este
5465 ponto, porque você só tem sentido falar da construção de um plano se você tem um
5466 diagnóstico, quer dizer que você constrói um plano que você está respondendo a
5467 uma realidade que foi identificada. Então, se a gente não tem dados para dizer que
5468 isso é um problema, é um desafio, enquanto construções políticas públicas sejam
5469 em qualquer esfera, eu não tenho motivo de construção de plano. Então, eu preciso
5470 primeiro de identificar, quer dizer, a gente tem de fato ainda situações de tortura no
5471 Brasil? Sim. Como? Quando? Onde? Qual região? Quais dados nós temos isso?
5472 Então, enquanto o comitê está se construindo um plano de trabalho, um plano
5473 nacional para o enfrentamento e o combate a essa situação, baseado em ciência.

5474 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Só
5475 um esclarecimento é que esse ponto em específico, ele é o monitoramento, o
5476 diagnóstico, ele é feito inclusive pelo mecanismo, é a principal resultado de todas
5477 as missões, todas as ações do mecanismo. Só que aqui a gente está falando de
5478 uma questão de fluxo interno, como a Jaqueline disse. Exato. Então, por se tratar
5479 de um fluxo interno e de monitoramento interno, interna, exato. Mas como não
5480 definimos que o dinheiro do prodoc será para a consultoria, então fica uma coisa
5481 assim, meio um limbo. Então, é por isso que a proposta seja de a gente colocar...

5482 **Interlocutora Não Identificada** – Oi, pessoal. Então, assim, está na lei do comitê,
5483 inclusive. Queria só lembrar que está lá na lei, como está na lei do Rio de Janeiro,
5484 Rondônia, Acre, entre outros, Sergipe, Alagoa, Paraná, Maranhão. Essa é a
5485 atribuição do comitê. Eu fico com uma preocupação no sentido de que, assim, quem
5486 vai pegar as informações dos relatórios? Porque, assim, tortura tem todo dia, gente.
5487 Até falta dar água na cadeia, falta de luz. Isso é prática tortura. Mas aí eu me
5488 preocupo com uma questão. Quem vai fazer isso do Comitê Nacional? Vai ser a
5489 coordenação, vai ser assim... Porque, assim, o comitê tem três pessoas que dão
5490 suporte técnico ao comitê. Thamiris, Joana e Débora. Então, assim... Ah, está.

5491 Esqueci do Fabrício, coitado. Esqueci. É, então... E aí, assim, me traz uma outra
5492 questão, que é assim, além do comitê, também a gente faz outras coisas no
5493 ministério. Então, assim, a gente também precisa definir isso, assim. Porque aí
5494 também não dá para colocar muito trabalho na pessoa, porque, assim, ela não vai
5495 acabar dando conta nem do comitê, nem do ministério. Ou ela é só para o comitê,
5496 dedicação exclusiva, exclusividade para o comitê, tem tocar outras pautas no
5497 ministério. Então, acho que a gente também precisa alinhar isso. Acho que está
5498 faltando um pouquinho de alinhamento para deixar as coisas soltas. Porque, assim,
5499 e o Comitê Nacional, ele surge em 2013, não é? Nós estamos em 2024. Está até
5500 atrasado nisso um pouquinho, assim.

5501 **Interlocutor Não Identificado** – Bom, ali na linha 20, estabelecer... espera aí. Ali,
5502 estabelecer a parceria para contratar uma consultoria, sistematização dos dados
5503 dos relatórios, base nos temas prioritários. Eu estou entendendo que são
5504 recomendações do mecanismo, não é? A gente quer um banco de dados com essas
5505 recomendações. O mecanismo... Então, comitê, gente, o comitê... É que agora eu
5506 estou comitê, aí depois... Agora eu estou comitê. Foi na automática. Então, a ideia
5507 é como o mecanismo, ele já tem essas informações. Também é atribuição do comitê
5508 ser esse espaço de controle externo da ação do mecanismo, não é? Eu acho que a
5509 gente pode requisitar o mecanismo, enfim, dentro de um período, que eles enviem
5510 as suas recomendações para o comitê. Agora, não adianta chegar também um
5511 planilhão com um monte de recomendações que a gente não vai conseguir
5512 visualizar isso. E aí, dialogando com a linha 21 ali, que é a contratação do software.
5513 Contratar software é algo muito difícil no governo federal. Assim, é quase
5514 impossível. É fábrica de software, seu não deixa, diz que isso é atividade finalística,
5515 que não tem servidor. O que nós temos hoje é uma ferramenta de Power BI, já
5516 contratada, e alguns profissionais dentro do ministério que sabem manusear a
5517 ferramenta. E do Power BI, a gente consegue tirar um monte de indicadores, dados,
5518 georreferenciar essas informações. Talvez a gente pode avançar solicitando que o
5519 mecanismo envie com uma certa prioridade as recomendações das missões e a
5520 gente tenha um lugar. E aí tem que ver como é que a gente vai alimentar. Isso é um

5521 outro problema, uma outra camada que a gente vai ter que discutir depois. Mas a
5522 gente poderia tentar desenvolver uma ferramenta e a gente já tem isso contratado
5523 no ministério, que é a ferramenta de Power BI. Aí a gente dialoga com os
5524 profissionais da CGTI qual o formato que a gente pode formatar o Power BI para
5525 condensar essas informações lá dentro, que isso seja uma linguagem que a gente
5526 consiga comunicar não só internamente, mas externamente. A população pode ir
5527 ali acessar como são os da ouvidoria. Eu posso até depois mostrar o da ouvidoria
5528 para vocês do Disque 100. Porque aí nós teríamos um repositório de
5529 recomendações, uma ferramenta de monitoramento, inclusive para a gente reiterar.
5530 Porque agora, lembrando do meu período de perito, era muito isso. Só a incidência
5531 do mecanismo é insuficiente para que os estados adotem as medidas. Então a
5532 gente também adota uma postura mais política enquanto comitê de também reiterar
5533 essa cobrança. Porque a gente vai ter esse dado qualificado por meio do Power BI.
5534 A gente vai saber onde o mecanismo foi, em que época ele foi, quais são as
5535 recomendações. Então a gente teria mais uma ferramenta ali para ter esse
5536 diagnóstico. Porque como a Ana trouxe aqui, acho que a gente precisa, como a
5537 gente dá para pensar num plano, a gente precisa desse diagnóstico, do status.
5538 Então acho que a gente já poderia partir dessa ferramenta para ter um indicador
5539 mínimo. Seria um indicador mínimo no primeiro momento, que são as
5540 recomendações do mecanismo. Oi? Não, esse já está contratado. Ele já tem essa...
5541 É, então aí pode. E a gente tem funcionários dentro do Ministério que fazem essa
5542 customização do Power BI. A gente pode até... Eu vou tentar ver se amanhã a gente
5543 consegue trazer o pessoal aqui da CGTI para dizer, dialogar com vocês em torno
5544 do que a gente já tem de ferramenta. Aí ao final a gente pode ter um Power BI
5545 insuficiente. Só essas informações não dão. Aí a gente teria que pensar em uma
5546 solução. Mas a princípio a gente já teria de largada uma ferramenta já contratada.
5547 Acho que amanhã talvez numa agenda aqui a gente consiga...

5548 **Interlocutora Não Identificada** – Então, eu acho que fica nítida a necessidade da
5549 ferramenta. E ali, Maria, ao invés de botar especificamente o BI, eu acho que
5550 poderia colocar dispositivo de monitoramento e colocar Power BI porque eu não sei

5551 se vai ser suficiente, como você já disse também. Então, a título de encaminhar, eu
5552 acho que a gente precisaria só talvez ali na nossa tarefa de nomeação de prazo, já
5553 encaminhar isso, porque também senão a gente vai ficar aqui retroalimentando. Eu
5554 acho que... porque eu acho que está... a necessidade lá foi bem apresentada.
5555 Pensar soluções, eu acho que via ministério, eu acho que inclusive, de utilizar os
5556 recursos que já existem disponíveis nessa casa. E aí a gente trabalhar ali no nosso
5557 prazo, entendeu? Assim, para dar continuidade a tarefa que a gente está fazendo.

5558 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
5559 **Do Norte – UFRN)** – Gente, só fazer uma pontuação, que a gente está falando de
5560 duas coisas diferentes. O ponto roxo são os protocolos internos, é sobre as nossas
5561 demandas. O que acontece? O mecanismo apresenta lá o relatório de uma
5562 inspeção, tem as indicações do mecanismo, a gente tem as nossas indicações das
5563 ROs e aí a gente encaminha. Isso não tem... se é feito, se não é feito, o retorno a
5564 gente não tem. Então, para isso, não é uma consultoria, isso é a criação de um
5565 protocolo interno de como a gente faz. Então, aquele ponto ali é isso. Por isso, o
5566 levantamento dos processos sem denúncias feitas ao CNPCT é Thamiris e
5567 Deboraline que vai fazer esse levantamento, porque é parte desse processo aí. A
5568 gente só pensar e construir com elas o prazo possível. Criação de um protocolo
5569 interno é, a partir disso, talvez a mesa diretora ou um grupo de pessoas de nós
5570 pensar um protocolo de como a gente faz acompanhamento. Mandou 30 dias
5571 depois, então tem que lembrar de ver se teve resposta. Não teve, 15 dias depois a
5572 gente faz o quê? Então, esse é um ponto. Então, ali é, basicamente, serviços
5573 internos nossos e aí como a gente pactua prazos. O ponto dois, que envolve a
5574 criação desse diagnóstico da situação de tortura, como lembrou a Ana, que vai
5575 além. Então, por exemplo, a gente vai precisar dos dados do MNPCT, mas vai
5576 precisar dos dados do dique 100, vai precisar dos dados dos sistemas estaduais,
5577 vai precisar dos dados do que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública tem, os
5578 dados da saúde tem. Então, é a produção de diagnóstico numa outra direção, que
5579 eu acho que a gente vai detalhar para frente. O que a gente tinha conversado sobre
5580 isso é, antes de a gente dizer que vai comprar, vai contratar uma consultoria prodoc,

5581 era isso que ia responder a Daniele, a gente precisa conversar com o MNPCT para
5582 saber o tipo de controles que eles têm desses dados, porque também uma
5583 prerrogativa ou uma responsabilidade deles, eles terem esse controle. Então, a
5584 gente está colocando a possibilidade de contratar um serviço que, em via de regra,
5585 é responsabilidade desses peritos, que eles recebem salário para fazer isso. Então,
5586 a ideia é, a gente tem que, primeiro, antes, e a gente tinha conversado nessa direção
5587 é, a gente precisa de uma sistematização dos relatórios do MNPCT, porque isso é
5588 um monte, alguém tinha colocado, acho que foi o Bruno que colocou, um monte de
5589 orientações por relatório, e aí não é esse o ponto. Então, aqui, acho que o que a
5590 gente tinha caminhado, aí já indo para o ponto dois, ultrapassando, mas só fazendo
5591 o esforço de ir limpando o terreno, é pensar isso, uma agenda de conversa com o
5592 MNPCT para saber o que eles estão fazendo nessa direção, para eles
5593 compartilharem conosco. E aí, depois, a gente ir construindo. É isso, não é? Quem
5594 já tem novo ouvidor? A pessoa que entrou. Então, é isso, conversar com o novo
5595 ouvidor, a nova ouvidora, para pegar esses dados de disque 100. É isso. Mas,
5596 depois, a gente ir fragmentando isso. Então, só para explicitar, uma possível
5597 contratação de prodoc, talvez não seja nem para o MNPCT, e muito menos para
5598 esse de cima, porque esse de cima são dinâmicas internas, apenas a gente. Então.
5599 Então, mas é o controle. Então, mas é isso, o mecanismo não é só relatório, não é?
5600 Eles têm um processo de produção de dados, que deveria ser.

5601 **Interlocutora Não Identificada** - Bom, gente, na verdade, eu me sinto
5602 integralmente contemplada na fala do Paulo Victor. Era exatamente essa questão.
5603 Mas aí, estou contemplada, mas já estou com o microfone aqui. Eu acho que, só
5604 uma questão assim, que eu fiquei muito reflexiva quando tu falaste, tipo assim, de
5605 nós também, enquanto um órgão de fiscalização do MPTC, que eu acho que talvez
5606 a gente esquece isso, porque está tendo uma preocupação que a gente não está
5607 fazendo, na verdade, uma gestão e acompanhamento das nossas próprias
5608 resoluções. Então, na verdade, a gente não está fazendo nem das nossas, e nesse
5609 entendimento que é nossa função, inclusive do mecanismo, porque acho que teve
5610 uma, por exemplo, que tinha mais de 100 recomendações. E aí eu falo nossa, e aí

5611 eu só entendo assim, a gente não entender que, na verdade, talvez essas
5612 recomendações de terceiros, porque eu entendo que a nossa questão interna, eu
5613 acho que a gente tem todos os meios aqui, a gente só está, acho que é muita
5614 demanda nos ombros de pouca gente, acho que é isso. É uma questão que a gente
5615 já tem condições de imediato, e só acho que essa questão do mecanismo é a que
5616 seria mais complexa, mas contemplada com a fala do Paulo Victor.

5617 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Sou
5618 eu, depois a Patrícia, depois você, está bem, Ana? Mas assim, aí vou fazer uma
5619 fala no intuito mesmo de buscar aí o encaminhamento. Então, esclarecendo, há três
5620 coisas no planejamento que podem ou não envolver uma organização de dados.
5621 Então, vamos lá. A primeira é a questão dos dados, do mecanismo, com base nas
5622 recomendações do mecanismo. Isso, como a gente tinha já conversado algumas
5623 vezes, seria um encaminhamento de o mecanismo nos fornece, no entanto, se trata
5624 de dados grandes e amplos, e que precisaria, eventualmente, de uma
5625 sistematização desses dados, e que aí essa sistematização caberia a um consultor,
5626 pesquisador, não é, enfim, que aí a gente vai avaliar em outro momento sobre isso.
5627 A outra são sobre dados internos, que aqui a gente até estava reparando, nada mais
5628 é do que estava na pauta de hoje, que é a organização, o balanço dos
5629 encaminhamentos, dos ROs e ofícios, porque esses ROs e ofícios, não é, desses
5630 encaminhamentos que saíram das reuniões ordinárias, que se tornaram ofícios, são
5631 justamente as denúncias que a gente recebe e encaminha. Então, aqui, de fato,
5632 está dentro do escopo da coordenação de apoio, e elas já vêm fazendo esse
5633 levantamento como informado, e a gente estabeleceu o prazo ali, também, para que
5634 isso seja concluído. Junto disso é que a gente só usou palavras diferentes, mas é
5635 isso, organização, balanço dos encaminhamentos, das ROs e ofícios, nisso está
5636 incluído o processo SEI, porque, segundo o esclarecimento da Thamiris, todos os
5637 ofícios geram um número SEI. E a terceira coisa tem a ver aí, também, com esses
5638 dados, então, da mesma maneira como precisaríamos de alguém para sistematizar
5639 os dados do mecanismo, a gente também precisa de alguém para sistematizar os
5640 dados do CNPCT. Também isso pode, eventualmente, entrar numa consultoria.

5641 Então, esse esclarecimento acho que é importante. São três coisas diferentes, mas
5642 que podem, aí, ter algum encaminhamento futuro relacionado a consultorias
5643 externas. Aqui, a proposta seria que a gente, como eu tinha falado no começo, aí
5644 vocês me corrijam se eu falar errado o que eu falei no começo, mas seria mesmo
5645 de a gente finalizar essa parte do levantamento interno, e isso já tem o prazo. Então,
5646 voltando ali para os prazos, do levantamento interno, a proposta é que, na próxima
5647 RO, a gente já tenha isso feito, definido, enfim, encaminhado, mas a perspectiva é
5648 que seja entregue e encaminhado para os membros do Conselho em março. Então,
5649 na verdade, o prazo ali é março. Quanto à criação de um protocolo interno, vocês
5650 têm alguma sugestão de mês? Abril. Não. Está bem, que aí a gente está falando de
5651 fluxo interno, de registro, então, como que cotidianamente, a coordenação de apoio
5652 vai registrar isso em planilha para que a gente tenha o controle de recebimento de
5653 respostas, de não recebimento de respostas etc., certo? Beleza.

5654 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
5655 **Desencarceramento)** – Não, então, gente, assim, são algumas coisas, assim, eu
5656 vivo angustiada, estou ficando velha, gente, se eu não vou fazer 50 anos, então,
5657 estou me dando direito de ser chata. Estou me dando direito de ser chata. Alguns
5658 pontos, não é? Assim, o Mecanismo Nacional já faz uma análise, já tem um banco
5659 de dados, assim, eu tenho dificuldade de entender algumas coisas. Por exemplo, o
5660 Mecanismo Nacional, inclusive, nas reuniões do comitê, diminuiu e tem colocado
5661 pelo menos cinco recomendações principais para o comitê participar. Em slide, em
5662 slide de 130, eles pegam cinco, e aí, assim, me dá dificuldade isso, assim. E, assim,
5663 tem algumas informações que o próprio mecanismo vai fazer por causa do sigilo.
5664 Então, isso também precisa ser entendido. E o que a gente está propondo aqui, que
5665 a gente está colocando aqui também, em relação ao Comitê Nacional, é ter uma
5666 memória institucional. Por quê? Muda governo, muda sistema, por exemplo, quando
5667 era Secretaria Nacional de Direitos Humanos, era uma sigla, e aí vários documentos
5668 acabam se perdendo. Aí mudou para Ministério da Mulher, Família e Direitos
5669 Humanos. E vai mudando e vai coisando. Por exemplo, não se tinha informação do
5670 primeiro encontro de comitês e mecanismo. Quem passou essa informação fui eu,

5671 porque eu tinha, porque eu guardo, eu gosto de papel, eu guardo, parece que eu
5672 tenho 12 mil, 12 mil no meu e-mail, 12 mil e-mail lá. Então, assim, acho que a gente
5673 precisa entender do que a gente está falando, porque, assim, eu estou tendo uma
5674 certa dificuldade que a gente está falando uma coisa, porque, assim, já tem algumas
5675 coisas, por exemplo, quando a gente assumiu a agenda, foi criado uma planilha, em
5676 uma reunião da mesa diretora, que estava eu, Mateus, Fernanda, Sofia, Nana, de
5677 encaminhamento de saída de ofício. A Thamiris nem estava no Comitê Nacional. A
5678 Thamiris chegou depois. Essa planilha está lá, está lá. Tem lá os ofícios não
5679 respondido, não respondido, ela precisa ser só atualizada. E é isso, volto a falar
5680 mais uma coisa, assim, eu acho que a gente também precisa entender, é isso, a
5681 divisão de trabalho, a divisão de tarefa, dentro do Comitê e do Ministério, ela precisa
5682 ser reorganizada nesse sentido, porque, senão, não vai conseguir dar conta,
5683 porque, às vezes, não vai ser uma prioridade o Comitê Nacional, e o Comitê
5684 Nacional precisa ser uma prioridade. Eu acho que a gente precisa entender tudo
5685 isso. E aí eu estou falando isso, porque acho que é importante, porque, senão, a
5686 gente esquece, não sei, a gente está tendo as dificuldades, eu estou tendo as
5687 dificuldades de algumas compreensões de algumas coisas. E é isso, todo ofício tem
5688 ofício pelo SEI, todos os ofícios saem. E aí também queria acrescentar que na
5689 gestão passada do Comitê Nacional, o próprio Comitê Nacional criou os pontos
5690 focais para fazer reunião com os estados, com a autoridade. Então, várias coisas
5691 estão acontecendo. Por exemplo, das reuniões que eu participei nos estados, que
5692 são alguns estados, saíram projetos de lei para a criação de comitês e mecanismos,
5693 Bahia, Paraná, Tocantins, entre outros. Tem várias coisas acontecendo. E aí o que
5694 a gente está tentando é deixar uma memória institucional para quem vier depois ter,
5695 isso aqui já tem, isso aqui está aqui, isso aqui vai ser assim. E é isso que a gente
5696 está tentando fazer hoje neste planejamento, que como não teve planejamento na
5697 gestão passada, planejamento do Comitê Nacional todo, a sociedade civil fez meio
5698 planejamento, é um pouco isso.

5699 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Eu
5700 acho que é importante, Patrícia, trazer essa memória de que já houve uma planilha.

5701 Acho que como encaminhamento, a minha proposta seria que, então, a gente
5702 buscasse encontrar essa planilha, se ela estiver, e... exato, é a planilha que está
5703 sendo atualizada. Perfeito. Não, é perfeito. Trata-se de um fluxo interno que todos
5704 nós... só, perdão, deixa eu concluir só essa parte, porque, realmente, seria muito
5705 importante a gente encaminhar e prosseguir. Eu acho que está ficando
5706 desnecessariamente cansativo. Então, voltando, como eu disse, são três coisas
5707 distintas. Uma dessas, que é o que a gente está tratando agora, é a questão do
5708 fluxo interno. Então, assim, tal qual, o comitê precisa se organizar, também
5709 entendemos que houve alguns equívocos de desorganização do governo, que tem
5710 uma parte da coordenação geral, que tem direta relação com a pauta. Portanto,
5711 todos nós aqui estamos num processo de nos reorganizarmos, de nos
5712 readequarmos para conseguir fazer esse fluxo melhor, funcionar melhor. E aí, o
5713 encaminhamento, então, seria, basicamente, esse que a gente, então, concluisse,
5714 esse que já está estabelecido um prazo, que a coordenação de apoio vai fazer. E
5715 aí, a gente até passaria, futuramente, a dialogar sobre essas questões dos dados,
5716 do levantamento dos dados, tanto do mecanismo quanto do comitê. Só um
5717 esclarecimento, assim, para vocês saberem. O Power BI, ele é como se fosse,
5718 assim, uma plataforma, uma ferramenta, para tornar os dados mais bonitos e mais
5719 fáceis de visualizar. Mas ele, em si, não é um lugar de armazenamento. Então, a
5720 gente também precisa verificar, e isso vai fazer parte do processo, como que esses
5721 dados vão ser armazenados para a memória, justamente. Então, é uma outra
5722 discussão aí. Se vocês estiverem de acordo, a gente pode passar para o último
5723 ponto, que tem relação, também, com isso tudo que a gente está falando. Você quer
5724 falar, Mateus?

5725 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
5726 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Não, basicamente, só uma frase. Eu falei com
5727 a Thamiris, isso que a Patrícia colocou, a Thamiris e a Débora, elas têm utilizado.
5728 Então, assim, não está parado. Tem sido, acho que a Sofia criou uma planilha e tem
5729 o controle de todos os SEI, todos os e-mails. Então, isso vem sendo feito de forma
5730 adequada pelo que a Thamiris colocou.

5731 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – E aí,
5732 o que ela está fazendo é justamente isso, atualizar para nos mandar. Está, vamos
5733 lá. Então, vamos organizar a ordem para fechar essa pauta. A Ana, depois a Dani,
5734 não é? E, mais alguém? Ou fechou a inscrição? Está bem.

5735 **Sra. Ana Carla Costa Rocha (Titular - Ministério Do Desenvolvimento E**
5736 **Assistência Social E Combate À Fome – MDS)** – É uma pergunta e uma
5737 sugestão. Então, normalmente, o mecanismo, ele encaminha para o comitê as
5738 recomendações diante das visitas que eles fizeram, correto? Só que eles mandam
5739 no formato de relatórios e recomendações? Está bem, e aí ficam, tipo, 10 milhões
5740 de recomendações? O que a gente não tem hoje é saber quantas recomendações
5741 e o que foram feitas delas, é isso? Internamente, que eu estou falando. Acesso.
5742 Monitorar. E aí, por isso que eu acho importante, então, pensar talvez nesse prodoc,
5743 por quê? Porque, senão, a gente cai em um trabalho burocrático, de só monitorar e
5744 fazer. Eu faço só a resposta àquilo que é provocado e eu não analiso a quantidade
5745 do que está chegando, o que está chegando e como a gente vai responder. Porque
5746 aí, sim, é a construção de política pública. Exato. Ótimo. Eu entendi. Perfeito. Agora,
5747 a proposta que a gente também pode fazer ao mecanismo é que eles também
5748 possam entregar os dados nas categorias de análise. Isso, ótimo. Que aí eles
5749 podem entregar na categoria de análise e apresentar para vocês regionalmente
5750 onde estão. Porque a partir disso, vai poder propor, por exemplo, plano, consultoria,
5751 diagnóstico... é, perfeito. Obrigada, viu, pelo esclarecimento.

5752 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
5753 **Cidadania – MDHC)** – Pois é, eu quero fazer uma fala de sensibilização. Eu saí
5754 quando eu voltei, Patrícia estava falando. Com relação a vocês lembrarem que o
5755 nosso tempo nas coordenações de apoio são tempos concorrentes. Ou a gente faz
5756 uma coisa ou a gente faz outra, não dá para fazer tudo ao mesmo tempo. E aí eu
5757 queria sensibilizar vocês mesmo, que às vezes a gente... eu estou ali ao lado da
5758 Thamiris. A gente perde muito tempo e retrabalho com questões que são questões
5759 pequenas que vocês podem nos ajudar. Eu vejo, às vezes, Thamiris e Débora muito
5760 sobrecarregadas em fazer remarcação de reunião. Vocês não têm ideia de que

5761 quando vocês decidem, por exemplo, uma data, às vezes a gente tem que fazer
5762 uma logística de conversas enorme para conseguir espaço. E aí, de repente, vem
5763 logo em seguida. A data mudou. Três, quatro dias do nosso trabalho que foi perdido
5764 em função disso, então... um minutinho, estou com a palavra. Então, assim, estou
5765 fazendo esse pedido porque otimiza muito a nossa atuação para dar suporte,
5766 inclusive, a vocês quando vocês passam uma decisão e a gente pode se apoiar
5767 nela. Então, essa questão de passagem, prestação de contas, isso tudo pode ser
5768 muito automático e nos liberar para apoiar melhor vocês se vocês passam isso com
5769 antecedência para que a gente também se organize. Então, se sai, por exemplo, de
5770 um encontro como esse todas as datas do ano, a gente faz o nosso planejamento
5771 de acordo com o que é solicitado de nós. Em termos de prazo, morreu neves. Isso
5772 não volta a ser um problema nem para vocês, nem para nós. No momento certo, a
5773 passagem vai chegar para cada um. Por quê? Porque a gente também tem um
5774 movimento de prestação de contas e esse movimento de ter que ficar cobrando,
5775 isso não acontece. Então, assim, queria sensibilizar vocês também nisso. Como a
5776 nossa equipe é muito reduzida e vocês estão percebendo que muitas das ações
5777 que são encaminhadas não conseguem ter, talvez, a velocidade que se espera para
5778 se organizarem também em questões básicas, assim, de secretaria de apoio. Já
5779 tem as datas, tudo bem, serão essas, não vai mudar. Por quê? Porque já foi
5780 decidido, já foi encaminhado. Porque aí eu acho que a gente também tem uma
5781 conversa que flui muito melhor e a gente consegue, inclusive, dentro da equipe,
5782 constituir outros sistemas de suporte. Alguém está de férias, então tem essa tarefa
5783 e precisa chegar, e é nessa data e a coisa funcionar. Está bom?

5784 **Interlocutora Não Identificada** - É, gente. É, agora eu aqui, rapidinho. É, eu acho
5785 que eu também já conversei com os colegas, por exemplo, ontem, que eu falei,
5786 gente, conversa em datas antes comigo. E eu acho que esse diálogo está ampliado
5787 agora e eu acho que a gente tem como melhorar. A gente conversou isso ontem de
5788 forma nada formal, entendeu? Totalmente informal. Todo mundo entendeu que não
5789 pode ficar me dando data aleatória, porque senão vai ficar num labirinto, não vai

5790 ficar na sala plenária. Mas aí, a gente já conversou sobre isso, eu acho que o diálogo
5791 está ampliado e tem como melhorar. É isso. Aí foi terrível, terrível, terrível. É isso.

5792 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Estou
5793 tentando ser a pessoa otimista do espaço, considerando que faz pouco tempo que
5794 eu estou para a gente, não é, seguir aí algumas coisas. Mas é... então, assim, só
5795 para finalizar essa etapa, não é, só falta um único ponto, que é... na verdade, foi um
5796 tom dois, está, do cronograma, e aí a gente volta literalmente para aprovar. O
5797 primeiro é esse aqui. Então, esclarecidos, tudo que a gente falou, não é, é quatro,
5798 não é? 16h, pelo amor de Deus. Você falou 17h. Ah, ela consegue mandar 17h? Ih,
5799 então vamos ver, não é? Ah, mas de qualquer maneira a gente vai puxar a pauta
5800 dos decretos. Vamos lá. Aqui seria, então, realizar estudo geral sobre prevenção e
5801 combate à tortura no Brasil. Elaborar um dia... o específico seria elaborar um
5802 diagnóstico panorama nacional da situação da tortura no Brasil. E a ação é contratar
5803 consultoria com o recurso do prodoc para sistematizar dados a partir dos relatórios.
5804 Eu só ia propor de a gente colocar avaliar contratação, não é, de consultoria, porque
5805 isso já foi ali passada por toda a nossa discussão hoje. E só para esclarecer que
5806 isso se refere, então, ao resultado, não é, um dos resultados concretos enquanto
5807 um produto do que a gente levantaria de dados e sistematização de dados. Seria
5808 basicamente isso. Então, pensando em prazo, me parece que não é algo desse
5809 ano, necessariamente, não é? Parece que é algo para 2024. Então, vamos colocar
5810 o prazo, médio prazo. Médio prazo e 2025 para a gente incluir no nosso
5811 planejamento do ano que vem, não é? Não, para o comitê incluir no planejamento
5812 do ano que vem. Pode ser? Está bem. Ah, Maria Clara saiu, mas deixa eu... Ah, se
5813 pudesse... Fabrício, pode abrir a outra aba aqui do calendário? Oi? Ah, não, mas
5814 você consegue abrir. Ah, está coisando aqui? 2025, a gente colocou só 2025 nos
5815 outros. Oi? O plano ficou a longo prazo, como algo que a gente vai realizando pouco
5816 a pouco, não é? Que vai estar dentro do GT que vai elaborar esse plano de trabalho.
5817 Isso. Ah, está, entendi. É o compartilhamento. Não acho que não, porque ele já
5818 estava nessa aba. Espera aí. Não. Então, a ideia seria, para a gente fechar esse
5819 calendário, é definir as datas das próximas ROs. Será que a gente consegue fazer

5820 esse exercício? Considerando o seguinte, então, a gente está na 43ª RO A gente
5821 vai ter mais uma RO em abril, outra em junho, outra em agosto, outra em outubro
5822 e, em tese, mais uma última em dezembro. Então, são mais cinco ROs. A princípio,
5823 a rega via de rega são dois dias, de modo geral. Vocês desejam manter, a
5824 perspectiva é de manter dois dias inteiros, como costumeiramente, ou um dia e
5825 meio? Não. Dois dias. É? Está bem. Então, vamos olhar os calendários aí, galera,
5826 para... ah, para ter um dia de incidência política. Então, vocês dizem de a proposta
5827 ser todos os ROs dois dias e meio para também ter uma ação de incidência política?
5828 Pode ser. Mas é que tem que definir datas, não é? Que isso também ajuda a
5829 coordenadoria de apoio a... olha, a gente tem algumas coisas do mecanismo que já
5830 tem datas, então a gente pode considerar isso para definir, mas tem outras que não
5831 vai ter e também não podemos nos amarrar, não é, vamos dizer assim. Sim,
5832 exatamente, que é algo que também eles nos trazem. Então, se a gente não tem
5833 antecedência suficiente e muda uma data sem essa antecedência, tem toda uma
5834 logística para escolher o espaço, não é? Para encontrar o espaço. Então, a ideia é
5835 que a gente, assim, vai tirar as datas e tente ao máximo possível mantê-las, não é?
5836 E se, excepcionalissimamente, não for possível manter alguma data, a gente vai
5837 avisar com 30 dias de antecedência, de preferência, não é? Ou se reorganizar para
5838 tanto. Mas vamos lá, então, abril. Aqui, no planejamento do mecanismo, eles vão
5839 fazer missão do dia 14 a 20 de abril. A gente poderia deixar a nossa reunião
5840 ordinária do começo do mês, de repente. O mecanismo vai ter em 14 a 20 de abril...
5841 exato, lembrando que tem algumas pessoas que têm tarefas ali, não é, para trazer
5842 para a RO de abril. Então, 8 e 9, 8 e 9 e primeiro período de 10, não é? Seria isso?
5843 A missão do mecanismo e pode ser que nós sejamos convidados a participar de
5844 algumas coisas. Exato. Me confirma uma coisa, a reunião da mesa diretora, ela é
5845 quantos dias antes da reunião da RO? No regimento, são? Entendi. Ano passado,
5846 terça e quarta, não é? A única coisa de sexta-feira que eu faço ressalva é que,
5847 realmente, sexta-feira é um dia que, se a gente quiser fazer incidência, é morto, não
5848 é? Então, terça, quarta, meio período de quinta? É, dá uma quebrada na semana,
5849 eu confesso. Ou início ou final, disseram. Pode ser? Não, mas é que, nesse caso
5850 aqui, a gente está dizendo que a gente vai sair daqui com as datas fixadas. Mesmo

5851 com as datas fixadas? Esse é um grupo que, geralmente, sempre vem nas ROs,
5852 não é? Esse mandato é um mandato bem... é. Assim, vamos lá, gente. Primeiro
5853 consenso que eu preciso saber é dois dias e meio que a gente vai estabelecer para
5854 ter meio dia... perfeito. Então, dois dias e meio é o primeiro combinado. Segundo,
5855 vai ser segunda, terça e meio dia da quarta ou terça e quarta e meio dia da quinta?
5856 Essas são as duas propostas na mesa. Vocês querem votar? Eu vou fazer o
5857 seguinte, então. Primeiro, eu vou colocar a opção que eu acho que é a menor
5858 primeiro. Então, a opção quarta, quinta e meio dia de sexta. Quem vota nessa? Está
5859 bem, perfeito. Aí vota duas vezes. A segunda opção é segunda, terça e meio dia de
5860 quarta. É numa perspectiva de que... mas aí o terceiro dia, esse meio dia do terceiro
5861 dia, seria para incidência, para fazer reuniões com outros ministérios, para dialogar
5862 com outros atores. Isso. Para fazer uma reunião entre nós, esse tipo de coisa. Ir no
5863 parlamento, incidir. É isso. Está bem, então vamos lá. De novo. Novamente.
5864 Segunda e terça e meio dia de quarta. Vou contar. Um, dois, três, quatro... um... eu
5865 vou contando, aí vocês podem abaixar o braço, está bom? Um, dois, três, quatro,
5866 cinco, seis, sete, comigo oito, nove é com o Caio. A segunda... ah, sei lá, porque
5867 tem gente que tem é diferente, pode votar duas vezes, não é? Então, para... aí o
5868 Victor não estava. Para ele é diferente, está bem. Está bem. Segunda opção é terça,
5869 quarta e meio dia de quinta. Terça, quarta e meio dia de quinta. Um, dois, três,
5870 quatro, cinco. Pode ser também. Mas é que metade de segunda significa que nós
5871 chegaríamos... então... é terça, quarta faz incidência. Exato. Exato. Pessoal, olha,
5872 numericamente, a opção segunda, terça, meio dia de quarta foi... ganhou. E aí, em
5873 tese, não é, as passagens são compradas para quarta-feira mesmo, todo mundo
5874 volta para casa quarta-feira. Resguardadas, ressalvas de quem queira, mas é isso,
5875 quero voltar para casa. Então, vamos lá. Então, na ata está constando isso. É
5876 segunda, terça e meio dia de quarta que a gente definiu e são dois dias e meio que
5877 a gente definiu. Agora, vamos lá. Abril. Vocês querem... oi... isso. E sempre... e via
5878 de regra, segunda, terça e meio dia de quarta. Essa é a via de regra que a gente
5879 estabeleceu. A regra, não é? Agora, vamos lá. Em abril, a gente tem as seguintes
5880 opções, já excluindo a missão regular do mecanismo, que já tem data. A gente tem
5881 8, 9 e 10, a gente tem 22, 23 e 24 e a gente tem 29, 30 e 1º de maio. Essas são as

5882 três semanas que a gente tem. Primeiro de... é, feriado. Já era, então. Então, a
5883 gente tem 22, 23, 24 ou 8, 9 e 10. Quem vota em 8, 9 e 10? 8, 9 e 10. Por contraste,
5884 não é, gente? É isso. Eu estou me sentindo de volta ao movimento estudantil. Estou
5885 me lembrando de algumas palavras que eu já tinha esquecido. Mas vamos lá,
5886 então... então, abril, 8, 9 e meio dia de 10. Porque tem uma missão regular do
5887 mecanismo e pode ser que alguém de nós acabe indo com eles. Seria por essa
5888 razão. Abril, até onde eu sei, não tem feriados. Só tem o 21 que cai num domingo.
5889 Exato. Então, vamos lá. Agora é para junho, que é a 45ª RO. Não, é... Pelo que eu
5890 entendi, foi essa a data mesmo que foi marcada como dia nacional da... seis de
5891 junho? Está bem. Nosso mandato vai até maio, mas a gente está aqui marcando
5892 hipoteticamente... calendário para a próxima gestão. Isso. Mas vamos definindo,
5893 está bem? Diga. Perfeito. Então, junho é consenso 3, 4 e 5 de junho? Está bem,
5894 então 3, 4 e 5. Olha, o dia nacional de combate à tortura, eu tinha anotado ontem
5895 como agosto. Mas esse é o dia internacional. Mas a gente assina... o decreto do
5896 Lula foi do nacional? Gente, google aí, por favor. Google, por favor. Está bem, mas
5897 vamos lá. Aí junho já foi definido. 3, 4 e 5. Junho. Agosto. Não, 3, 4 e 5 não. O dia
5898 30 é, de Corpus Christi. Porque a semana seguinte a essa, no dia 12 de junho, tem
5899 alguns estados que é feriado, não é? Ah não, é dia dos namorados. Esse meu
5900 calendário está todo errado. É, é difícil, não é? Confesso que é difícil, mas... essa
5901 de junho. É sobre essa de junho. A gente perde muitos dias, não é? Eu acho que
5902 eu vou fazer coro a esse, nesse momento. Bruno? Me ajuda aqui com o microfone,
5903 por favor. É... é que a... vamos lá, então. Vamos lá. Uma ponderação aqui, não é?
5904 De que se a gente marca no 3, 4 e 5, fica muito tempo ali, não é? De ausência nos
5905 trabalhos regulares, não é? Nos trabalhos, enfim. Então, a proposta seria 10, 11 e
5906 12. É isso? 10, 11 e 12 para junho.

5907 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
5908 **Cidadania – MDHC)** – Eu queria fazer uma proposta.

5909 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5910 **Pessoal, vamos deixar o Bruno falar.**

5911 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
5912 **Cidadania – MDHC)** – Enfim, eu só queria propor se ainda teria espaço para a
5913 gente pensar na data do 26. Eu sei que está longe, vai ficar longe uma da outra,
5914 mas para o dia da visibilidade do enfrentamento das vítimas, se nós poderíamos
5915 aproveitar essa data, sem prejuízo de uma reunião anterior, em formato virtual
5916 talvez e garantir se estar em Brasília neste dia, ainda que seja uma segunda-feira o
5917 26... não, eu anotei fevereiro, espera aí.

5918 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – É 26
5919 de junho.

5920 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
5921 **Cidadania – MDHC)** – Quarta é um dia bom. Quarta-feira é um dia bom de Brasília.
5922 Não é? Quarta-feira é um dia muito bom, assim. E a gente poderia fazer um ato no
5923 Congresso como a gente já fez em outras vezes. Uma sessão solene. Enfim,
5924 movimentar o dia para dar, de fato, essa conotação. Sem prejuízo, está bem? De
5925 outras... eu dou uma proposta de fazer duas no mês. Uma virtual e uma presencial
5926 para garantir o dia 26. Uma proposta. Então, é só para dialogar com a proposta que
5927 estaria muito longe. Não, não. Ou...

5928 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – É,
5929 porque não precisa ser o comitê todo também. A gente pode pensar em uma
5930 missão. Enfim, nessa perspectiva de orçamento e de missão a gente pensa num
5931 orçamento específico para representantes estarem.

5932 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
5933 **Cidadania – MDHC)** – Pronto.

5934 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Mas
5935 então, só essa questão de ordem. Depois que a gente terminar de colocar no
5936 calendário as datas das ROs aí eu vou entrar nas REs, está bem? E aí a gente inclui
5937 também essa como uma RE. Porque o preparatório eventualmente pode ser que
5938 seja numa RE. Talvez só como uma estimativa. Como uma perspectiva. Porque

5939 como seria um on-line, não é? A gente não teria tanto esse problema logístico. Pelo
5940 menos umas duas REs.

5941 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
5942 **Cidadania – MDHC) –** Não, não. Tem que ser de presencial.

5943 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** É,
5944 mas como uma missão, como uma atividade funcional da CNPCT específica.

5945 **Interlocutor Não Identificado -** Alô? Não, na linha da sugestão do 26 de alguma
5946 incidência ainda que não fosse o ideal fazer no começo do mês como em abril. Se
5947 a gente deixasse do 24 ao 26. E aí até, com a sugestão anterior do Bruno talvez do
5948 24 a partir da uma e o 26 inteiro. Não sei.

5949 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5950 Entendi a sua proposta.

5951 **Interlocutor Não Identificado -** A RO do 24 ao 26. E aí deixaria em junho. Isso.

5952 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5953 Então, a gente coloca uma extraordinária antes. Se todo mundo estiver de acordo
5954 com essa data. A gente aí com certeza marca uma RE nesse inteirinho entre abril
5955 e junho. Senão fica um buraco muito grande de deliberações. Para mim é razoável.
5956 Bom, enfim.

5957 **Interlocutor Não Identificado -** Então, porque o Bruno sugeriu a gente aproveitar
5958 o dia mundial que é o dia 26 de Combate à Tortura, etc. Então, a gente já podia
5959 juntar a RO e fazer do 24 ao 26. Então, assim, até daria em tese, que me parece
5960 que ficaria mais fortalecido com o pleno inteiro. Mas aí fica o buraco para uma RE.
5961 Aí nessa linha, como a gente poderia aproveitar eventualmente até o 26 à tarde. A
5962 gente podia começar no 24 às 13h e acabar no 26 às 18h, às 15h, enfim, 17h ou
5963 18h, enfim.

5964 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5965 Alguém se opõe a isso? A gente então colocar uma RE entre abril e junho e marcar
5966 a RO de junho no dia 24, 25, 26? Alguém se opõe? Dia 26.

5967 **Interlocutor Não Identificado** - Então a gente poderia fazer a incidência no 26 à
5968 tarde.

5969 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** É o
5970 próprio dia internacional. Um ato, um evento.

5971 **Interlocutor Não Identificado** - A gente pode, por exemplo, terminar a RO no 26
5972 de manhã e fazer a incidência à tarde ou ao contrário, enfim. Não sei. Mas ficaria
5973 entre o 24 e o 26.

5974 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
5975 Novamente, não é, aquela coisa de a gente também não precisa se adiantar e ficar
5976 aprofundando muito na pauta. Então a proposta é essa, 24, 25, 26. Ninguém
5977 demonstrou oposição. Então mantém, certo? Desde que haja uma RE entre a RO
5978 de abril e a RO de junho. Ok? Está bem. Por contraste. Silêncio, anuência. É, o meu
5979 aniversário é da perto também. Não falei nada, não é, estou aqui. Bom, a próxima
5980 RO, a próxima RO é a de agosto, a 46ª. Vamos voltar para a lógica de começo de
5981 mês? Ou não? Não dá porque... então, essa reunião já empurra... oi? Está bem,
5982 vamos definir, então, já de maio. Beleza. Me parece que a RE, o ideal, seria marcar
5983 no começo de maio, não é? Porque aí a gente fica também, como a Maria Clara
5984 disse, no momento chave do final desse mandato, então... é. Oi? Só as ordinárias.
5985 Excepcionalmente, a gente vai ter mais uma reunião presencial, só que em maio.
5986 Uma RE presencial. É, o nosso mandato formalmente acaba no final de maio, desde
5987 que a gente consiga concluir o edital para o próximo mandato. Também é importante
5988 que a gente foque nessa missão amanhã. Você ia dizer, Caio? Sim. Sim. Exato.
5989 Sim. Claro. Mas quando termina, existe uma previsão legal de que o comitê segue...
5990 É, não pode deixar em vacância. Portanto, ele acaba quando termina, desde que
5991 haja outros ali para assumirem esse mandato, não é? Mas de qualquer maneira,

5992 assim, voltando aqui nesse exercício e a ponderação que o Caio fez sobre a RE,
5993 não é? De fato, tem uma temática. No entanto, a gente pode aqui estabelecer já
5994 uma temática para essa reunião extraordinária ser fixada em maio, não é, com
5995 pautas específicas. E há pautas específicas nesse planejamento mesmo, que a
5996 gente já tinha sinalizado no planejamento, que precisariam de uma atenção
5997 específica. Então, a gente pode incluir essas pautas, se vocês estiverem de acordo.
5998 Acho que a definição aqui é se realmente vai acontecer essa RE de maio presencial.
5999 Então, a ponderação do ser presencial é porque seria a última reunião desse
6000 mandato, em tese, não é? Via de regra, é a última reunião deste mandato. Exato.
6001 Eu confesso que eu acho um pouco complicado, por quê? Porque se a gente deixa
6002 sinalizado só uma data ainda no final de maio, em seguida a gente tem a de junho,
6003 que está para 3, 4 e 5. Ah não, perdão. Ficou para 24, 25 e 26. Eu que anotei errado,
6004 desculpa. Ficou para 24, 25 e 26. Oi? Ah não, então, me equivoquei mesmo. Mas
6005 me parece preferível que a gente já diga uma data, porque a gente pode já
6006 estabelecer uma data aqui, e em caso de mudança, a gente modifica, mas é um
6007 prazo muito curto, porque se a gente deixar isso para definir isso na RO de abril, a
6008 gente vai ter pouco tempo logístico para resolver as burocracias, não é? Tudo bem,
6009 então?

6010 **Interlocutor Não Identificado** - 10 a 12, isso.

6011 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – 10,
6012 11 e 12.

6013 **Interlocutor Não Identificado** - Faz sentido, faz sentido.

6014 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** –
6015 Perfeito, então, gente, consenso aqui da data do dia 10, 11 e 12 para a RO de junho,
6016 certo? Está bem, e para o dia 26 a gente tem aí em mente, já pode calendarizar,
6017 inclusive, que é um dia de um evento especial, de uma ação especial do comitê.
6018 Maravilha. Então é 10, 11 e 12 de junho. Está bem. Agora de agosto, a 46ª RO, a

6019 gente mantém a lógica da manhã, do começo da semana, do começo do mês, 4, 5
6020 e 6 de agosto? Oi?

6021 **Interlocutor Não Identificado** - Isso, perfeito, 5 é segunda, 5, 6 e 7.

6022 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – 5, 6
6023 e 7. Junho ficou 10, 11 e 12. Agosto 5, 6 e 7. Pensou alto, não é? Agora outubro, a
6024 47ª RO Também a mesma lógica, do 7 ao 9?

6025 **Interlocutor Não Identificado** - 7 ao 9.

6026 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Tem
6027 feriado? Tem feriado quando? Sábado, dia 12 de outubro é sábado. Então, não faz
6028 diferença, não é? Ah, não, é, então não. Então, temos aí um problema. Dia 15 é
6029 feriado, não é? Não é? É só do dia dos professores. Está certo. Me confunde.

6030 **Interlocutor Não Identificado** - 14 e 16, pessoal.

6031 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – 14 e
6032 16? Em outubro? Bom, pela lógica bimestral, a última do ano seria em dezembro. A
6033 gente pode deixar em aberto essa, porque... só deixa o indicativo da primeira
6034 semana também, não é? Está bem. 9 a 11. Não, calma, ainda não... em novembro.
6035 Eu tenho uma proposta para o encontro de mecanismo e comitês que seria uma
6036 data em novembro. Porque particularmente... porque particularmente eu acho que
6037 esse segundo encontro de comitês e mecanismos, ele tem um papel muito
6038 importante de a gente... assim, não, ele tem um papel importante de ser melhor do
6039 que foi o primeiro. É isso. Ele tem um papel importante de ser melhor do que foi o
6040 primeiro. Existe uma expectativa dentro desse lugar, não é? De que ele seja melhor
6041 do que foi o primeiro, mais organizado, encaminhativo, etc. E aí eu acho que seria
6042 importante que a gente se dedicasse à organização deles independente da RO,
6043 porque a RO também é muito cansativa. E há tensões aqui, não é? Que às vezes a
6044 gente precisa de um respiro para chegar para um outro momento. Então, a minha
6045 sugestão seria colocar em novembro o primeiro encontro.

6046 **Interlocutor Não Identificado** - A Daniela.

6047 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6048 **Cidadania – MDHC)** – Teve a reunião extraordinária em julho. Ano passado teve
6049 em julho. Ano passado teve em julho, 23 de julho.

6050 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
6051 Assim, se a gente for pegar a data, a gente pega agora e já convida todo mundo.

6052 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6053 **Cidadania – MDHC)** – Quero fazer coro aí em novembro que a gente tem a reunião
6054 ordinária, que habitualmente é no final do ano. Nós tivemos a extraordinária ano
6055 passado, está previsto uma, mas a nossa proposta é que seja no final do ano até
6056 para dar conta de fazer o andamento das ações que planejamos. Então, assim, já
6057 pensem, conjugada essa data do encontro nacional, e aí eu faço coro, que eu acho
6058 que é um outro movimento mesmo, além da ordinária, ter aí pelo menos mais dois
6059 dias para a reunião do sistema, para a gente otimizar a presença de vocês aqui e
6060 os recursos também, para não ficar indo e voltando. É um acontecimento, não é? A
6061 gente tem...

6062 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Essa
6063 é uma outra questão, não é?

6064 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6065 **Cidadania – MDHC)** – A questão é que nós temos uma pauta extensa e
6066 entendemos que vocês também. Então, a gente precisa pelo menos os dois dias
6067 para trabalhar o que o sistema tem para trabalhar no encontro nacional. Então,
6068 assim, é o meu pedido. Já pensem aí mais dois dias, pelo menos.

6069 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Não,
6070 mas pessoal, espera aí, vamos lá. Pela minha proposta, dizer, o encontro vai ser,
6071 pela minha proposta, vai ser em novembro, no começo de novembro, porque tem
6072 dois... o ano está péssimo de feriados, mas novembro especificamente, os feriados

6073 também estão pegando em dias úteis, que é o 15 numa sexta-feira e o 20 numa
6074 quarta-feira. E aí, dezembro, a gente faz a RO, normalmente, no começo de
6075 dezembro.

6076 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6077 **Cidadania – MDHC)** – Não, não pensamos em data, não. Novembro. Novembro,
6078 contigo... é contigo, não é?

6079 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Mas
6080 essa é a reunião do sistema, certo? Mas a reunião do sistema, ela precisa ser tão
6081 para frente no ano? Ela precisa ser em novembro? Não tem como ela ser em outro
6082 mês mais próximo?

6083 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6084 **Cidadania – MDHC)** – É porque a ideia da reunião do sistema mais para frente é
6085 porque o encontro também, para prestação de contas, uma vez que faz parte da
6086 nossa perspectiva desse ano, cobrar os membros do sistema algumas ações.
6087 Então, assim, a gente precisa ter tempo para as coisas se realizarem também. Não
6088 é só uma reunião de alinhamento, é uma reunião que a gente quer...

6089 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Está
6090 bem, vamos lá, espera aí. De novo. Maria Clara, Patrícia, Thamiris e Paulo.

6091 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6092 **Organizações Populares – GAJOP)** – Porque, assim, a gente acabou falando
6093 sobre questões relacionadas ao sistema na parte da manhã e um pouco ontem
6094 também, e a gente entende, assim, que tem que ter reuniões antes e o encontro, o
6095 momento do encontro mesmo, presencial, aí talvez seja esse momento em
6096 novembro. Mas a gente até tinha tirado aqui antes que, assim, essas reuniões
6097 podem ser inclusive on-line ou eventualmente alguma coisa, mas reunião seria
6098 reorganização, pensar inclusive a pauta das reuniões, dos temas, é uma coisa,
6099 assim, que vai ser feito em conjunto com os próprios membros do sistema, não é?
6100 Já o encontro, aí é essa outra situação, por isso que o encontro não precisaria ser,

6101 assim, algo tão robusto, assim, quanto você está propondo, que não vai ser esse
6102 momento de reorganização, a organização deve acontecer ao longo do ano, assim,
6103 foi o que a gente entendeu.

6104 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6105 **Cidadania – MDHC)** – Nós temos a reunião que precisa acontecer do Sistema
6106 Nacional uma vez por ano, é dessa que eu estou falando. Isso. É a reunião anual
6107 ordinária. É o nosso compromisso maior. E a reunião anual ordinária com os
6108 membros, ela tem uma proposta que é de tecer para o ano as ações que se esperam
6109 do SNPCT. Claro que ao longo de todo o ano, e aí a nossa escolha até agora tem
6110 sido fazer as reuniões virtuais, ao longo de todo o ano, a gente vai ter muitos
6111 encontros para ir afinando como que vai essa conversa, o que é prioridade, mas
6112 tem que ter um momento em que a gente se senta para falar do sistema, do que
6113 nós temos conduzido, é desse encontro que eu estou dizendo. E aí é importante,
6114 eu entendo, ser um momento presencial. Habitualmente é feito em novembro, mas
6115 eu acho que, assim, se tiver, mas a gente precisa tirar essa data aí, e o ideal é que
6116 fosse segundo semestre, porque aí a gente já passou as questões de mudança,
6117 quem ficou, quem voltou, como é que está. Sim, sim, sim, sim.

6118 **Sra. Patrícia de Oliveira da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
6119 **Desencarceramento)** – Sou eu agora?

6120 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6121 **Cidadania – MDHC)** – Por isso o tempo que a gente precisa ao longo do ano é
6122 isso. Não, não. É o ápice dos encontros.

6123 **Sra. Patrícia de Oliveira da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
6124 **Desencarceramento)** – Sou eu, não é? Então, assim, tem algumas questões. Aí
6125 você vê a velha chata de novo, a tia. O que acontece, gente? O encontro de comitês
6126 e mecanismos sempre foi dentro do sistema. E aí, ano passado, se deu essa
6127 inovação. Essa inovação, e assim, o comitê é parte do sistema, o mecanismo é
6128 parte do sistema. Aí teve um encontro do sistema que foi em junho, no dia 23, que

6129 eu não vim, porque a minha passagem não chegou. Eu fiquei esperando, mas
6130 quando eu tinha feito uma fala na reunião do comitê, aí minha passagem não
6131 chegou para vir para a reunião do sistema. Quem era para estar estava na reunião,
6132 quem não era para estar não estava. E aí, assim, eu acho que tem uma questão
6133 também. Ano passado teve umas reuniões bilaterais. Eu espero que todos os
6134 membros do comitê se lembrem disso. E aí, a primeira reunião foi para discutir o
6135 protocolo. O protocolo foi chamado Mecanismo Nacional, SENAPPEN, Conselho
6136 Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias e Comitê Nacional. E aí, a gente
6137 ficou meio perdido, porque assim, um protocolo, a Defensoria Pública, a gente ia
6138 fazer um protocolo para quem? E aí, eu fiz uma fala dizendo que eu não estava
6139 entendendo a reunião, qual era o objetivo daquela reunião. E aí, todos os outros
6140 membros que estavam na reunião fizeram a mesma fala. E aí, teve uma fala bem
6141 ruim na reunião, que não ia ser permitido ingerências na reunião, que quem
6142 comandava o sistema era o ministro. Inclusive, a Fernanda da ANADEP estava na
6143 reunião, saiu da reunião, eu liguei para ela, ela voltou para a reunião. E aí, a gente
6144 fez uma conversa, na época, com a pessoa que era secretária. E aí, vamos fazer
6145 de novo outras reuniões. E aí, depois disso, as reuniões morreram. As reuniões
6146 morreram. Se tem reunião do sistema, se tem alguma coisa acontecendo, a gente
6147 não sabe. A gente não sabe. Então, assim, não dá, e aí eu vou falar de novo, não
6148 dá para fazer reunião do sistema fora do Encontro dos Comitês e Mecanismo. Se
6149 vai construir alguma coisa, e quando o Comitê Nacional foi criado, a lei foi criada,
6150 foi criada justamente para fortalecer. O sistema não está apartado do Comitê e
6151 Mecanismo. É uma coisa só. Isso precisa ser ratificado, isso precisa ser dito de novo
6152 esse ano. E não aconteceu ano passado, por causa disso. Vamos fazer reuniões,
6153 vamos fazer um produto, vamos fazer algumas coisas, e aí era dois dias para o
6154 Encontro dos Comitês e Mecanismo, dois dias para a reunião do sistema. E aí
6155 acabou não acontecendo. É. Então, assim, a minha proposta é que a gente volte
6156 para o que era antes, o que não deveria ter saído do quadrado. Minha proposta é
6157 essa, essa que a gente tem que defender. Vai ser dentro do Encontro dos Comitês
6158 e Mecanismo e é isso. Dois dias e vai ser debatido ali dentro do tema, igual sempre
6159 foi.

6160 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
6161 **Do Norte – UFRN)** – Só uma sugestão de cambiamento a partir do que... a
6162 proposição que a Daniela está trazendo é de um evento que pode ser separado ou
6163 não junto com o Encontro do Comitê, que acho que a gente precisa conversar,
6164 então, os membros desse sistema sobre isso. Só para adiantar, que aí os membros
6165 do sistema sabemos. É a composição do Comitê, a SENAPPEN, o... o CPN... isso.
6166 Essa data, Daniela... isso. Daniela trouxe só um indicativo de data que isso vai ser
6167 discutido nesse fórum. O que a gente precisa é uma sugestão daquilo que a gente
6168 pensa que é indicativo para a gente, uma atribuição nossa, refletir que é o Encontro
6169 dos Sistemas e Mecanismos Estaduais. Então, acho que a gente estabelece uma
6170 data, compromisso, lá em novembro, desse evento, e depois a gente senta junto
6171 para pensar se vai fazer junto ou separado em novembro. Só para a gente avançar
6172 nessa pauta que não faz sentido a gente ficar dando volta aqui. Então, minha
6173 sugestão é que talvez, pegando o princípio de data, se pactuou de alguma maneira
6174 que seriam dois dias esse Encontro de Sistemas Estaduais e Mecanismos
6175 Estaduais, que a gente fique com o dia 7 e 8 de novembro, que aí tem o intervalo
6176 para outubro e tem o intervalo para dezembro. Libera o final de novembro também,
6177 caso final de novembro, caso ocorra esse outro evento de maneira separada. A
6178 gente faria um dia 7 e dia 8 de novembro, e se tiver separado, final de novembro.
6179 Esse outro. O do Sistema Nacional. Então, a gente fecha dia 7 e 8 dos Sistemas
6180 Estaduais e Mecanismos Estaduais, 7 e 8 de novembro, e aí caso se defina que vai
6181 ser separado, como parece que é a sugestão que vocês estão pensando, então,
6182 contigo, o que o pessoal colocou aí, acho que também a Thamiris apontou, é que é
6183 muito tempo para as pessoas ficarem fora das suas casas, quatro dias, por exemplo.

6184 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6185 **Cidadania – MDHC)** – Eu só queria contribuir com a proposta do Paulo. É porque,
6186 na verdade... Ah, está escrito aqui. É porque, na verdade, é uma dúvida mesmo.
6187 Porque, veja, o comitê está contido no sistema, assim, como é que... se a gente
6188 fizer dois eventos, estou entendendo que vai ter um em novembro do sistema. Só
6189 que o comitê é parte, não tem como desassociar uma coisa da outra. Aí o que a

6190 gente precisa definir é quem vai compor pelo comitê o sistema. Vai ser a mesa
6191 diretora que vai representar ou vai ter todo o colegiado? Isso é uma coisa que a
6192 gente tem que decidir. Porque se for decidir pelo colegiado, não faz sentido ter dois
6193 momentos.

6194 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
6195 **Do Norte – UFRN)** – Então, é o que eu estou achando também, Bruno. Mas qual é
6196 a questão? Na definição da data do sistema, a gente precisa estar todos os
6197 membros do sistema reunidos para estabelecer essa data. E não estão todos aqui.
6198 O que a gente pode fazer aqui é estabelecer a data dos mecanismos e sistemas
6199 estaduais. Então, a gente define essa data e coloca: nessa futura reunião do
6200 sistema, há um indicativo do CNPCT de organizar esse evento nessa data, o que
6201 vocês acham de fazermos conjuntos esse evento com esse mesmo evento? Porque
6202 a gente entrou numa discutir se vai ser junto, se não vai ser junto, e aqui não está
6203 o pleno do sistema para discutir. A gente só pode discutir sobre o sistema estadual
6204 e o mecanismo estadual. É isso que eu estou defendendo. Então, a gente
6205 estabelece dia 7, 8 de novembro do mecanismo e dos comitês estaduais. E aí, numa
6206 futura reunião com o sistema, avalia se vai ser 7 ou 8, ou se vai ser uma outra data.
6207 Se vai ser junto ou vai ser separado, que é o que a gente pode fazer.

6208 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6209 **Cidadania – MDHC)** – Mas nós, enquanto membros do sistema, a gente já pode
6210 apontar.

6211 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
6212 **Do Norte – UFRN)** – Então, a gente vai sugerir, mas a gente não vai estabelecer
6213 porque a gente precisa conversar com o CNPCT, tem que conversar com o
6214 SENAPPEN, etc. Então, mas... Patrícia, mas o ponto é, a gente não pode decidir
6215 pelo sistema aqui. É esse o ponto. É isso que eu estou propondo. É isso que eu
6216 estou propondo. É exatamente isso que eu estou propondo. 7, 8 pensando nas
6217 datas do CNPCT. A gente é parte do sistema, mas não o sistema.

6218 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6219 **Cidadania – MDHC)** – Mas é aquela 9, 10 e 11 de dezembro?

6220 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
6221 **Do Norte – UFRN)** – Não, 7, 8 de novembro.

6222 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6223 **Cidadania – MDHC)** – Ah, está lá. Está na coluna de ali, está bem.

6224 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
6225 **Do Norte – UFRN)** – Isso, de mecanismos estaduais. Exato. Fazendo junto como
6226 sugestão da Patrícia. É isso. Então, é isso aí. A gente pactua com o sistema.

6227 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6228 **Cidadania – MDHC)** – Mas mesmo assim ainda teria reunião de dezembro?

6229 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
6230 **Do Norte – UFRN)** – Sim, sim.

6231 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
6232 **Porque é uma reunião ordinária. É. O dezembro é uma reunião ordinária. Novembro**
6233 **é o Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos.**

6234 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
6235 **Do Norte – UFRN)** – Inclusive é importante, assim, eu entendo que seria
6236 importante, Bruno, ter uma reunião ordinária depois, porque o encontro pode
6237 encaminhar coisas para o CNPCT e a gente ainda deliberar em 2024.

6238 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
6239 **Exato.**

6240 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
6241 **Do Norte – UFRN)** – Então, eu acho que faz sentido.

6242 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
6243 Então, vamos lá. Rememorando, a gente vai deixar como indicativo do segundo
6244 Encontro dos Comitês e Mecanismos, 7 e 8 de novembro. É quinto já? É. Ah, nossa,
6245 viajei. E dezembro, a reunião ordinária para 9, 10 e 11.

6246 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
6247 **Do Norte – UFRN) –** Isso. E essa 7 e 8 é indicativo também por uma reflexão sobre
6248 o encontro do sistema, mas que a gente precisa decidir com todo mundo do sistema.

6249 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Certo.
6250 Deixa eu só aproveitar uma coisa do encaminhamento aqui, que está junto para
6251 constar em ata, porque está junto com o planejamento de a gente instigar, enfim,
6252 levantar uma reunião do sistema, porque está junto no planejamento. Daí caberá
6253 realmente ao sistema. Beleza. Sim. Diga, Jaque.

6254 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
6255 **Resistência Contra o Genocídio) –** Eu tinha me inscrito, mas era exatamente isso.
6256 Uma das questões que a gente teve mais dificuldade no ano passado foi
6257 exatamente agendar o encontro, que só ocorreu, na verdade, de fato, com os
6258 Comitês e Mecanismos. Mas foi uma agenda que todas as últimas reuniões nós
6259 estabelecemos datas que mudaram datas. As reuniões ordinárias, mas as reuniões
6260 que nós fizemos extraordinárias, todas nós alteramos a data, que depois alterou a
6261 data. Nós, inclusive, da Sociedade Civil, por diversas vezes nos programamos para
6262 estar aqui e ficamos sabendo de última hora que as atividades não ocorreriam.
6263 Muito provavelmente nesse momento, vai ser um momento que talvez eu nem
6264 esteja aqui, muito provavelmente, inclusive. Mas eu acho... no final do ano, não é?
6265 Mas aí, é porque a gente teve, em real, muitas e muitas e muitas e muitas
6266 dificuldades. E aí, uma das questões que eu queria chamar a atenção é exatamente
6267 porque nós tiramos, inclusive, como uma ação de curto prazo, que já seria uma
6268 questão imediata, esse diálogo, na verdade, com o sistema. Eu acho que a gente
6269 está pensando em relação a uma pauta muito intensa do sistema, porque, de fato,
6270 a gente não tem dialogado enquanto sistema. Porque, assim, mas se a gente já

6271 pactuou e já colocou esse diálogo com o sistema, então, eu entendo que o encontro
6272 pode ser mais direcionado. E eu acho que a gente, em relação ao Encontro de
6273 Comitês e Mecanismo, eu acho que a gente gastou tanta energia com data e nas
6274 discussões internas mesmo, que o encontro, gente, cá entre nós, reconhecemos
6275 que foi uma merda. E aí... foi, velho. Ah, não podia ter falado, não é? Está gravado.
6276 Caramba. É... mas a minha... mas, na verdade, o que é que eu pensei? Por isso
6277 que eu tinha perguntado... ela pensou que o setembro... é... mas, assim, e o quanto
6278 dá no final de semana, em relação a tempo, de uma reunião... extraordinárias...
6279 tanto que, talvez, em setembro, a gente teria um... a gente teria, na verdade, um
6280 tempo maior. Para uma gama grande de atividade do governo. Eu, pessoalmente,
6281 acho que novembro complicado e acho que a gente tem o maior tempo ali em
6282 setembro. E se não tem essa obrigatoriedade quanto à data de, obrigatoriamente,
6283 ser no final de ano, eu acho setembro mais viável. E aí, eu vi aqui, inclusive, porque
6284 tem a ponderação que foi feita pela [ininteligível] em relação ao final de semana,
6285 considerando que nós somos pessoas humanas e temos família. Mas aí, o único
6286 feriado que teria em setembro, ele seria no sábado. Então, por exemplo, nessa
6287 logística aí, inclusive, nem atrapalharia tanto. E aí, eu acho que a gente poderia ver
6288 entre segunda e terceira semana de setembro.

6289 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu ia
6290 encaminhar, na verdade, mas eu queria me manifestar também, que acho que é
6291 importante. E defender porque eu acho que novembro é o mês mesmo e defender
6292 porque eu acho que não deveria ser um indicativo, mas sim uma definição aqui, já
6293 que a gente está colocando no cronograma de data. Então, por que novembro?
6294 Novembro é um mês muito importante, considerando várias questões que a gente
6295 vive debatendo sobre os impactos das políticas encarceradoras, sobre quem são
6296 as pessoas que são torturadas no sistema prisional ou fora dele. Eu acho que é
6297 importante a gente manter essa data, mas não como um indicativo e como algo
6298 definido já, porque isso também nos possibilita pensar o nosso planejamento do
6299 ano, do fim desse mandato, do início do próximo, já visando, mirando a organização
6300 desse encontro, que não seja uma coisa feita unilateralmente, mas de fato

6301 construída por esse comitê. E aí, além disso, da importância de ser em novembro e
6302 essa antecipação, vamos pensar no calendário mesmo. A última RO desse mandato
6303 é em abril. A gente não sabe se vai ter um limbo aí ou não, se a gente vai conseguir
6304 finalizar a questão do edital, mas é isso, a perspectiva é que a gente consiga, que
6305 sim, esse mandato acabe em maio. Portanto, um novo mandato vai começar com
6306 pessoas que estão aqui e também com pessoas que não estão, que são novas. Daí
6307 a gente teria, então, junho, julho, agosto, dentro da proposta da Jaque, para
6308 organizar um encontro. Eu acho bem pouco. Se for mantida na proposta de
6309 novembro, a gente tem junho, julho, agosto, setembro e outubro, sendo que logo
6310 antes do encontro a gente tem uma RO para definir as últimas coisas, fazer as
6311 últimas cobranças necessárias. Então, eu acho que é importante a gente ter em
6312 mente que a pensar num encontro é planejá-lo ao longo do ano. Se a gente deixar
6313 para planejar dois, três meses antes, a gente vai ter muito pouco tempo para
6314 caminhar nessa jornada de construir uma agenda que funcione, que tenha alguma
6315 metodologia, algum nível de metodologia, que tenha algum objetivo e a logística,
6316 porque a gente está falando de 40, 50 pessoas que vão vir. Então, eu concordo com
6317 o Paulo quando ele diz que a discussão sobre o sistema, a decisão de quando vai
6318 ser a reunião do sistema, vamos colocar nome de reunião, porque é isso, é uma
6319 reunião ordinária no ano, certo? De ser do sistema e nós, enquanto CNPCT, que
6320 tiramos o nosso planejamento, que vamos protagonizar esse lugar de fomento a
6321 esse sistema, a gente vai puxar essa reunião e torcer para que as pessoas
6322 dialoguem ali e realizem reuniões para além dessa obrigatória anual. E aí, a partir
6323 disso, a gente define aí se haverá aí uma conjunção de datas ou não, mas acho que
6324 deveria ser definida aqui e não como indicativo. E aí, a partir disso, a gente sabe
6325 que nas próximas reuniões a gente vai conversar sobre organização desse
6326 encontro.

6327 **Interlocutor Não Identificado** - Eu assisto embaixo.

6328 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Mas
6329 alguém que discorda ou que quer falar? Não sei.

6330 **Interlocutor Não Identificado** - Você contemplou o que a Daniela trouxe, o que a
6331 Thamiris trouxe, enfim, acho que foi contemplado aí.

6332 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Sete
6333 e oito. É uma quinta e uma sexta-feira. O encontro. Exato. Hum? Exato. Sim. Não,
6334 total, de acordo. Mas não impede a gente manter o planejamento no sentido de o
6335 CNPC ter, neste mandato, já fomentar que haja essa reunião do sistema, que ela
6336 aconteça e tal, não é?

6337 **Interlocutor Não Identificado** - Então, mas aí, a ideia é fazer nos mesmos sete e
6338 oito? Isso que eu fiquei na dúvida.

6339 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Sim.

6340 **Interlocutor Não Identificado** – Está certo, está certo.

6341 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – A
6342 ideia é manter.

6343 **Interlocutor Não Identificado** - Manter o encontro e também tentar fazer a reunião
6344 nesses mesmos dois dias, é isso?

6345 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Aí
6346 vai depender da nossa reunião com o sistema, que a gente pode já articular, porque
6347 foi definido no planejamento, nesse período de fevereiro, março, abril, maio,
6348 continuar nessas articulações, nesses eventos.

6349 **Interlocutor Não Identificado** - Mas com a ideia de fazer no mesmo dia?

6350 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Com
6351 a ideia de... Não sei, aí vai depender da reunião do sistema, é isso que eu estou
6352 dizendo. Porque tem outros atores nesse sistema.

6353 **Interlocutor Não Identificado** - Sim, sim, mas na linha que o Bruno colocou, nós,
6354 enquanto comitê, a princípio queremos fazer os dois juntos, é isso?

6355 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Nós,
6356 enquanto comitê, a princípio queremos fazer junto? Isso já é um consenso? Colocar
6357 para votação? Não, acho importante, porque é importante constar em ata, inclusive,
6358 sobre isso. Então, é consenso que a nossa perspectiva, enquanto comitê, além de
6359 fomentar uma reunião com o sistema, também seja de apontar que o nosso desejo,
6360 o nosso interesse é que o encontro seja... a reunião ordinária do sistema seja junto
6361 com o encontro nacional de comitês e mecanismos. Beleza. Então, é isso que vai
6362 constar na ata. Meu Deus, ainda tem isso. Ainda tem isso. Ainda tem isso do
6363 mecanismo.

6364 **Interlocutor Não Identificado -** Então, Paula, a Jaque falou algo que é interessante
6365 aqui, cara.

6366 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** É,
6367 pior que é mesmo.

6368 **Interlocutor Não Identificado -** Porque o mecanismo...

6369 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** No
6370 12 e 13. Não, 12 e 13 não, estou errando aqui, 7 e 8, 12 e 13 é dezembro. É 14 e
6371 15. Ah, está 12 e 3 de novembro, 12 e 3 de novembro, terça e quarta. Novembro.
6372 11 e 12 também. Vamos fazer assim, então, vamos deixar 7 e 8 caso o mecanismo
6373 possa alterar a data da última missão deles, que é até uma missão pontual. Elas
6374 explicaram que missão pontual é uma coisa bem mais tranquila assim, não é? E se
6375 não quiserem ou se não mudarem a data, aí a gente deixa no 11 e 12, pode ser?

6376 **Interlocutor Não Identificado –** Era bom...

6377 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
6378 Então, uma coisa [ininteligível] a outra...

6379 **Interlocutor Não Identificado –** Um asterisco ali alguém, colocar uma observação.

6380 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Mas
6381 aí coloca 7 e 8 ou 11 e 12...

6382 **Interlocutor Não Identificado –** Isso.

6383 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
6384 Definidos assim. É 7 e 8 ou 11 e 12. Aí a gente tem que perguntar para o mecanismo
6385 se eles topam trocar a missão deles. Bom, ai, ai, conseguimos, hein, galera? Está
6386 bem. Passado isso, aí o último ponto de hoje, deixa eu ver se é isso. Não.

6387 **Interlocutor Não Identificado –** Não, então, pessoal...

6388 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Isso.

6389 **Interlocutor Não Identificado -** Desculpa. Eu tinha comentado com a Kim que ela
6390 está em uma reunião presa e ela não conseguiu. Eu acho que é algo que não vai
6391 ter muito tempo de debate, não é? Isso é algo mais objetivo. Foi debatido já. Então,
6392 ela sugeriu fazer amanhã e ela também poderia vir e explicar o que escrever, enfim.

6393 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Isso
6394 funciona dessa maneira se a gente concluir aqui, assim, vir novamente naquele
6395 exercício de vir focado em determinado objetivo. Então, o foco teria que ser, não é,
6396 a gente confirmar se é ilegal a gente fechar qualquer possibilidade, não é, de uma
6397 pessoa que trabalhou num sistema penitenciário e tal concorrer, essa é a questão.
6398 Sendo ilegal, a gente opta por a gente ter que definir um prazo. Sendo legal, a gente
6399 pode tirar. Então, essa é a objetividade que a gente vai chegar amanhã, está bem?
6400 Então, tudo bem a gente deixar para amanhã? Aí, de novo, tem que olhar aqui.

6401 **Interlocutor Não Identificado -** O artigo 15 da recomendação 13. É que a
6402 Fernanda...

6403 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** É
6404 porque...

6405 **Interlocutor Não Identificado** - Ela não enviou. Ela está presa na reunião, numa
6406 outra reunião.

6407 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Está
6408 bem. A gente vai abrir as inscrições de novo. Deixa eu só esclarecer uma coisa do
6409 que falta aqui, porque como a proposta anterior foi de a gente antecipar a pauta dos
6410 decretos para aqui, agora, nesse momento, então a gente vai falar sobre isso agora,
6411 está bem? Ainda tem esse tempo. Vai que dá tempo de a Fernanda mandar.

6412 **Interlocutor Não Identificado** - E aí, o final só faz a revisão do sumário, só esses
6413 dois pontos.

6414 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Isso.

6415 **Interlocutor Não Identificado** – Perfeito.

6416 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** –
6417 Então, é isso. Se ela mandar, a gente emenda já, não é? Mas, então, vamos falar
6418 sobre o decreto que a gente... a pauta de amanhã que a gente está puxando para
6419 frente agora.

6420 **Interlocutor Não Identificado** – Esse era o ponto 5 de amanhã.

6421 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Até
6422 onde eu tinha entendido da nossa conversa e por essa razão que foi incluído pela
6423 mesa diretora, o decreto que a gente se refere é o decreto de nomeação dos
6424 membros do governo no CNPCT, certo? Dos novos ministros de inclusão e etc.
6425 Alteração? Não só. Então, se não só, quem se inscreve aí para explicar? Está bem.
6426 Caio, Patrícia, Maria Clara. Caio, Patrícia e Maria Clara, por enquanto.

6427 **Interlocutor Não Identificado** - Tem algum microfone aí atrás, pessoal ou não?
6428 Doutor Caio.

6429 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** –
6430 Então, Caio, primeiro.

6431 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
6432 – Salvo engano, a discussão é sobre o decreto 8.154 de 2013 e suas alterações.
6433 Então, isto incluiria o ponto da alteração da composição do comitê, que diz respeito
6434 a quais são os ministérios que compõem o órgão. Uma discussão que a gente
6435 começou ano passado para incluir alguns ministérios, como os povos originários, as
6436 mulheres, etc., mas também verificar a conveniência da fugiu a palavra agora de
6437 não, não, de quando a gente faz o ato não existe mais? Revogação. Da revogação
6438 dos decretos, do decreto publicado na gestão anterior, que alterou ali mais
6439 nomenclaturas, mas também retirou algumas questões como observância de
6440 diversidade na composição do comitê, do mecanismo. Foram alguns dispositivos
6441 revogados na alteração que houve pela redação dada pelo decreto de 2019, o
6442 decreto 9831. Acho que seria essa a discussão. Pelo que eu conversei com a
6443 Thamiris, isso já estava encaminhado.

6444 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional**
6445 **de Prevenção e Combate à Tortura)** – Essa minuta de decreto, na verdade, ela
6446 foi elaborada antes mesmo de eu chegar aqui. Ela está pronta desde abril e
6447 contempla essa questão da composição. Ela é a minuta de decreto que também
6448 estava para anuência, que a gente estava recolhendo anuência dos outros
6449 ministérios. Isso levou bastante tempo no ano passado e a gente finalmente
6450 conseguiu as anuências no final do ano passado. Então, o estado atual dessa
6451 minuta de decreto, ela está na SE. Então, assim, ok, não sei se vocês vão rediscutir
6452 as modificações do decreto 8154, mas é isso. O estado atual dessa minuta de
6453 decreto está na SE com as anuências.

6454 **Sra. Patrícia de Oliveira da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
6455 **Desencarceramento)** – Então, só para lembrar, fazer um resgatezinho, o decreto
6456 de 2019 é o decreto que o ex-presidente fez que até hoje não foi revogado e que a
6457 gente já conversou bastante no Comitê Nacional sobre isso. E aí, em março, na
6458 realidade, essa proposta aqui, ela começa em março. Ela começa em março para
6459 os membros do Comitê e aí os membros do Comitê recebem olha, reolha, olha,
6460 reolha. E assim, foram, sei lá, foram muitos e-mails, muitas mensagens, muitos

6461 momentos e aí faz algumas alterações, tira o Ministério da Defesa, coloca o
6462 Ministério de Mulheres, Igualdade Racial, Povos Indígenas, diminui uma cadeira do
6463 Ministério da Justiça, porque era Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça tinha
6464 quatro cadeiras no Comitê, diminui. Então, assim, os membros do Comitê que estão
6465 no Comitê, olharam e reolharam esse decreto muitas vezes. Muitas vezes. Então,
6466 assim, eu, particularmente, achei e acho que este, inclusive, está o decreto mais
6467 ideal. Por exemplo, a gente faz alteração da Vice-Presidência e da Presidência,
6468 porque lá atrás, quando a Presidente Dilma Rousseff, todo mundo sabe disso, de
6469 estar para cá, quando foi criada esta lei, a negociação para a Presidente Dilma
6470 Rousseff assinar foi que a Presidência sempre seria do Ministro, ela condicionou
6471 isso. E aí, lá atrás, a gente foi e negociou com ela alguns pontos que agora a gente
6472 está pedindo mudança nesses pontos, são por isso que a Presidência seja
6473 alternada, que não seja só o Ministro ou o Presidente. Então, tem alguns pontos
6474 que a gente olhou e reolhou para lá e para cá. E, sinceramente, não acredito que
6475 tenha mais nada que possa acrescentar, mas é bom sempre a gente dar uma
6476 olhadinha para ver se a vírgula está no lugar, se a gente se escapuliu alguma coisa,
6477 se faltou alguma coisa, mas todos os membros do Comitê olharam e reolharam esta
6478 minuta de decreto algumas vezes. E aí ela foi encaminhada no final do ano, a ideia
6479 na gestão ainda da Isadora era que o Presidente pudesse assinar até o final do ano,
6480 mas isso não foi possível. Então, a ideia é que a gente tenha esse decreto nesse
6481 ano, principalmente antes do dia 26 de junho. Vamos fazer um marco na história
6482 esse ano com isso.

6483 **Interlocutor Não Identificado** - Bruno, se puder também contribuir, porque faz seis
6484 meses que está para ser publicado e a gente, RR ou a gente não consegue entender
6485 o buraco. Até pensamos, será que a Casa Civil não tem interesse que funcione o
6486 Comitê? A gente não consegue entender. E só um detalhe na fala da Patrícia, na
6487 verdade, a questão da presidência não seria o decreto, a questão da presidência é
6488 um debate que a gente colocou, que a gente fez, mas que ficou lá para frente para
6489 eventual mudança de lei. Então, não ficaria contemplada com o decreto.

6490 **Sra. Patrícia de Oliveira da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
6491 **Desencarceramento)** – Eu vou repetir o último andamento do decreto. O último
6492 andamento foi ontem, na verdade, o gabinete da [ininteligível] encaminhou para a
6493 diretoria de programa solicitando a avaliação da inserção da Secretaria de Relações
6494 Institucionais na composição e a construção de diálogos com a SNDH acerca do
6495 tema. E aí encaminhou para a diretoria de programa dando um prazo de até 9 de
6496 fevereiro de 2024 para a manifestação. É isso. Esse é o último andamento do
6497 decreto.

6498 **Interlocutor Não Identificado** - Então, Bruno, se me permite até, enfim, agradecer
6499 a Patrícia durante o dia todo. A gente não consegue entender essas burocracias
6500 que vão e voltam sendo que o que a Isadora tinha sinalizado é que simplesmente
6501 faltaria uma publicação.

6502 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6503 **Cidadania – MDHC)** – Ah, não, não, não. Então, é porque o decreto sai da Casa
6504 Civil, não é? Então, ainda tem que sair, pelo que eu estou entendendo, o decreto
6505 ainda está lá no Ministério. Então, o que eu estou entendendo é que a Secretaria
6506 Executiva poderia ter enviado para a Casa Civil, para a SAJ, na verdade, que é a
6507 Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Presidência, para fazer uma avaliação
6508 deles, uma nota técnica subsidiando a assinatura pelo presidente Lula. Pelo que eu
6509 estou entendendo, ou ele está parado na nossa Secretaria Executiva, porque houve
6510 algum entendimento, eu não sei como se deu essas tratativas, da retirada do
6511 Ministério de Relações Institucionais, da SRI, não é? Lá da Presidência, lá do
6512 ministro Padilha. Aí eu tenho que entender de onde nasce essa demanda. Se foi a
6513 própria SRI que pediu para sair, ou se foi uma posição nossa de retirar, ou qual é o
6514 acordo de retirar a SRI e colocar outro ministério, isso eu preciso entender o que
6515 está pegando aí. Porque se é o entendimento SE da retirada da SRI, abruptamente
6516 eu tenho quase certeza que não foi. Pode ser que a própria SRI falou, não faz muito
6517 sentido, a gente está no Comitê de Combate à Tortura. Enfim, eu tenho que
6518 entender. Ou então a gente quer substituir a SRI por outro ministério. Não sei, talvez
6519 Meio Ambiente, enfim, não sei. Não sei em que pé está essa discussão. Eu preciso

6520 me inteirar. Uma vez resolvendo esse imbróglio da SRI, a princípio não tem mais
6521 nenhuma exigência. Aí sobe para a Presidência, para a análise da SAJ e a Casa
6522 Civil deve nos pedir uma nota técnica, que já deve ter no processo, inclusive, para
6523 subsidiar a assinatura do presidente. Aí a gente perde a gestão do prazo, está bem,
6524 pessoal? Que é o prazo da Casa Civil do gabinete do presidente, que eles que
6525 determinam a velocidade da publicação de decreto. Rui Costa e o próprio presidente
6526 Lula, o gabinete pessoal do presidente. E a SAJ, não é? É, então, aí eu tenho que
6527 entender o que está acontecendo dentro do ambiente do governo, do porquê da
6528 saída da SRI. Não tem essa informação agora. Vou atrás e passo.

6529 **Interlocutor Não Identificado** - O ruim é que faz tanto tempo que eu também
6530 trabalhei em cima disso, eu não vou lembrar agora, mas eu acho.

6531 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
6532 **Cidadania – MDHC)** – Tinha participado? Tem participado das reuniões?

6533 **Interlocutor Não Identificado** - Sim, a SRI... Bruno, eu vou passar a Maria Clara
6534 depois a Kim, mas eu só queria pedir, Bruno, já que você está com a gente aqui,
6535 cara... perfeito. Então, agora eu acho, Thamiris, eu acho que entendi o que você
6536 falou. Eles já tinham concordado em entrar, salvo engano, engano, era até a Vivi
6537 que estava nas reuniões. Se eles concordaram em entrar, por que vão estar
6538 novamente perguntando se eles querem entrar? Eu só queria te pedir, Bruno, cara,
6539 vai fazer aniversário isso aqui. Se pudesse tanto fazer o esforço dentro do
6540 Ministério, ou depois mesmo junto com a Casa Civil, etc. Eu vou passar para... a
6541 Maria Clara pode falar antes, Kim?

6542 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6543 **Organizações Populares – GAJOP)** – Definir realmente esse prazo, Bruno, até
6544 quando conseguiria dar essa devolutiva mesmo para essas tratativas. Eu entendo
6545 que... aí tu achas que daria até amanhã? Porque de repente amanhã, na
6546 continuação da reunião, a gente já teria ao menos um indicativo do que é que está
6547 acontecendo e como solucionar. Porque realmente é questão de urgência.

6548 **Interlocutor Não Identificado** - Menos mal que a única exigência é essa e isso
6549 parece não ser um problema para resolver. Já se tivesse voltado com a sede,
6550 considerando e tal.

6551 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Além
6552 disso, além desse esclarecimento...

6553 **Interlocutor Não Identificado** - Rapidinho, desculpa. E é consenso por parte do
6554 comitê a manutenção da SRI dentro do... está bem.

6555 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Está
6556 bem. Aí, além disso, estou entendendo que existe vários pingos de menções à
6557 necessidade de revogação do decreto de 2019, é isso? Porque a minha dúvida é a
6558 seguinte. Essa minuta de decreto que está tramitando agora e que o Bruno vai
6559 verificar o que é que sucedeu, se ela for assinada, ela já... desculpa, porque eu
6560 realmente não li. Ela vai revogar o decreto de 2019 que por si só também revogou
6561 alguns artigos do decreto de 2013? Não vai. Acho que sim, vamos lá. Só que ele
6562 só faz referência ao 2013, ele não fala... o original. Todos esses dispositivos citados,
6563 sim.

6564 **Interlocutor Não Identificado** – Não, então...

6565 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Tem
6566 que comparar para ter certeza do que estou perguntando.

6567 **Interlocutor Não Identificado** - Então, até onde eu lembre, não. Até onde eu
6568 lembro, Kim, isso aí era focado nas questões da adequação às alterações
6569 ministeriais do ano passado, certo. Houve um debate... não, não, não. É porque no
6570 ano passado o ministério foi para os originários, mulheres e tal, então, seria para
6571 uma adaptação. Lembro de a gente fazer uma reunião com a Isadora, mesmo
6572 diretor, nesse sentido. Agora, essa questão, não sei se a Patrícia pode me ajudar,
6573 mas houve um debate, não sei se foi na mesa, em alguma das reuniões do ano
6574 passado, no sentido de que algumas pessoas, não sei se foi entendimento do

6575 próprio MDH, mas enfim, haveria um entendimento que talvez não fosse necessário
6576 a revogação de um decreto, porque já houve a ACP precedente, já houve a ADI, a
6577 ADPF, não lembro agora, enfim. Então, Kim, o que eu entendo é que esse decreto
6578 é simplesmente para adequar aos novos ministérios do ano passado.

6579 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
6580 Então, se a gente precisar fazer o comparativo...

6581 **Interlocutor Não Identificado -** Sim, sim. Exatamente. Isso, foi o que eu estou
6582 falando agora. Houve um entendimento, salvo engano, Patrícia, no sentido de que
6583 não seria necessário revocar o decreto, porque ele foi declarado inconstitucional
6584 pela ACP da DPU e pela ADI ou a ADPF. Isso. É, Bruno, se quiser anotar isso para
6585 a eventual lição de casa, no sentido da necessidade ou não, se foi analisado isso,
6586 mas a gente chegou a falar isso com a Isadora, sim, entendeu? Esse decreto é
6587 focado na alteração ministerial do ano passado. Declarou inconstitucional.

6588 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Se
6589 vocês jogam no Google e procuram esse decreto de 2019, ele consta lá como
6590 inconstitucional, porque se não causa uma confusão. Então, isso está errado. Então,
6591 é isso.

6592 **Interlocutora Não Identificada -** Esse de 2019, ele tem cinco artigos, na verdade.
6593 E o artigo quinto desse, do 2019, não é essa minuta, ele fala, ficam revogados os
6594 dispositivos abaixo. Um dos dispositivos, na verdade, o primeiro dispositivo
6595 revogado desse decreto de 2013, o de 2019, revogou alguns dispositivos de 2013.
6596 O primeiro dispositivo que ele indica é exatamente essa questão do Caio, porque
6597 eu acho que é muito preocupante, porque o primeiro dispositivo é não assegurar na
6598 composição, na composição do Comitê Nacional de Diversidade de Gênero etc.
6599 Então, assim, acho que essa é a questão que está falando. Se ele foi considerado
6600 inconstitucional na regra, então está garantido a...

6601 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Ele
6602 está vigente ainda.

6603 **Interlocutor Não Identificado** - A dúvida que remanesce para mim, pessoal, é o
6604 seguinte, a parte que foi declarada inconstitucional... então, a parte que foi
6605 declarada inconstitucional foi apenas a questão de ser feridos voluntários, ou
6606 também essa outra questão que foi trazida agora?

6607 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – O**
6608 **Fábio.**

6609 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço**
6610 **Social – CFESS) –** Vamos lá. O decreto... vamos lá. Fazer entender. O decreto
6611 originário é o 8154 de 2013. Por consequente, a gente teve o decreto 9831 de 2019,
6612 que teve algumas alterações no decreto original de 2013. Porém, acredito que, por
6613 motivação judicial pelo STF, alguns dos incisos do próprio decreto de 2019 foram
6614 modificados em 2019 também, através de outro decreto. Aqui fala, olha só,
6615 revogado pelo decreto 10.1074 de 2019. Dentre esses, o principal deles, qual era o
6616 terceiro? Os ocupantes dos cargos em comissão deixam de existir na estrutura
6617 regimental por força deste decreto, ficam automaticamente exonerados. O que?
6618 Que era a exoneração do espírito do mecanismo. Isso foi revogado por outro
6619 decreto de 2019 também, acredito eu, por força do STF. Porém, algumas
6620 modificações do decreto, do primeiro decreto de 2019, permanecem. Elas estão
6621 inclusive aqui, não é, para consulta.

6622 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
6623 **Espera aí, Fábio, de novo, de novo, vai. É, isso, isso, isso. Sim, entendi.**

6624 **Interlocutor Não Identificado** - Olha, e está explícito aqui, olha, revogado pelo
6625 decreto número 10.174 de 2019, vigência vide a ADPF 607.

6626 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço**
6627 **Social – CFESS) –** Isso. Que são aquelas que acabam com o mecanismo,
6628 exatamente.

6629 **Interlocutor Não Identificado** - Que fala da não remuneração dos membros do
6630 mecanismo. Que é o parágrafo 5 do artigo 10.

6631 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
6632 Senhoras e senhores, são... microfone.

6633 **Interlocutor Não Identificado** - Eu estou achando... Isadora, eram dois decretos.
6634 Um que era esse aqui. E o outro que eu não sei se também ajudaria a gente a achar.
6635 Está bem. Eu estou até mandando um zap aqui. Está bem.

6636 **Interlocutor Não Identificado** – Caio, então essas modificações desse decreto de
6637 2019 se referem exclusivamente às ações do mecanismo, as do comitê
6638 permaneceram intactas.

6639 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – E é**
6640 por essa razão que...

6641

6642

6643 3:27:40.1 então a gente está falando de um outro decreto, para além desse, que já
6644 está tramitando, que precisa revogar o de 2019. Exatamente. Aqui está 90% das
6645 coisas novas para derrubar o outro decreto. Eu estou só repetindo por causa da
6646 degravação. Pígrafone. Kim, só para adicionar, nesta minuta que está na tela, não
6647 são apenas questões do mecanismo, existem questões afetas ao comitê. Por
6648 exemplo, aqui está na tela ali que diz que o chamamento público dos membros na
6649 ausência dos inscritos em qualquer segmento. Isso é uma questão que a gente
6650 levantou, porque se num segmento não tem inscritos suficientes, a gente pode
6651 chamar de outros. Ou seja, neste documento que está na tela, também há algumas
6652 questões que são demandas do comitê e não só as do mecanismo. Mas nesta
6653 minuta estão incluídas as questões da ADPF, porque ela altera o artigo 10º, que
6654 muda a palavra designados para nomeados. Então eu estou entendendo que este
6655 documento foi feito a partir da decisão judicial, levando em consideração algumas

6656 discussões nossas também, porque estão ali. Eu acho que vale mais a gente fazer
6657 um estudo, ou pedir para alguém de nós mesmos dar uma lida e fazer um parecer,
6658 vendo os artigos que não são alterados, no que eles nos afetam. Bom, se já fizemos
6659 isso, já tem como recuperar, para que a gente não fique discutindo? Então é isso,
6660 para a gente novamente não discutir no Léo, a gente precisa recuperar esse
6661 documento. Mas isso quanto a este decreto, sim, este decreto, cheque, beleza, é
6662 um retorno mesmo seu, Bruno, de nos indicar qual que seria o próximo passo e qual
6663 foi o motivo de ele ter ido, vira que segue, manda para o Palácio. O problema é o
6664 outro decreto, é o decreto que o comitê já tinha feito um pente fino. Gente, eu preciso
6665 entender se a gente está falando de dois, que eu vou estar no Drive, no e-mail, é
6666 isso, mulher? Ou é esse? Eu não estou entendendo, se é esse ou se é outro,
6667 entendeu? Esse está ok, a gente tem que seguir naquela linha, mas eu acho que
6668 tem um outro pouco que eu não sei ler aqui no Drive. Onde está bem? Isso, se você
6669 está tentando entender onde está, é isso, essa questão, onde procurar? Posso? Só
6670 falar uma questão, o decreto que foi objeto de inserção do primeiro mecanismo, no
6671 artigo 5º, ele diz, fica revogado os seguintes dispositivos do decreto 8154 de 2013,
6672 ficam revogados os seguintes dispositivos. Primeiro dispositivo revogado é o
6673 parágrafo terceiro do artigo oitavo, vamos lá, o parágrafo terceiro do artigo oitavo
6674 que encontra-se revogado é o parágrafo terceiro, os representantes nos referidos
6675 incisos 2, 3 e 5 e CAPT e seu suplente deverão, a escolha e seu representante
6676 buscará representar a diversidade de raça e etnia, de gênero esse é o parágrafo
6677 terceiro do artigo oitavo do decreto de 2013. O artigo 7, ali embaixo, a escolha dos
6678 representantes, buscará representar, então isso já foi. O CNPTC, daqui é o mais
6679 tranquilo, o CNPTC será presidido pelo ministro do Estado, chefe da Secretaria de
6680 Direitos Humanos da Presidência da República. Esse é o parágrafo sétimo. Ele está
6681 revogado, mas ele provavelmente está revogado por nomenclatura. É, mas assim,
6682 mas tanto é que ele, mas ele previu, ele teve uma nova redação e é o primeiro item,
6683 inclusive, dessa minuta, essa questão estaria superada, primeiro item dessa minuta.
6684 O mais, o que eu entendi que foi o mais grave, que eu não vi, na verdade, opa, aí
6685 vamos lá, aí tem o artigo décimo, que foi o objetivo do ministério do Estado, que foi
6686 a implementação do mecanismo, então, que na verdade, vai ser escolhido por raça,

6687 etnia e região. Esse dispositivo, foi o que o ministério revogado. O que eu não
6688 entendi, que é o maior problema, é que o artigo quinto, que eu entendi que não foi
6689 objeto, é uma questão que a gente falou aqui diversas vezes, porque o artigo 26,
6690 está lá, e o artigo 26, ele fala exatamente do que nós citamos aqui diversas vezes,
6691 de que o nosso mandato vai quando termina. O que é esse artigo 26? Esse artigo
6692 26, ele se refere a outro organismo, esse artigo 26, ele se refere ao Comitê Nacional
6693 de Prevenção e Controle da Tortura, que foi instituído em 2006, que é, de certa
6694 forma, a instituição que a gente sucedeu. Foi antes da lei do sistema. Então, acho
6695 que foi só para aflaxar. Entende? O artigo diz que o Comitê Nacional para a
6696 Prevenção e Controle da Tortura ficaria mantido até que o nosso comitê fosse
6697 instituído. É o comitê que existia antes da criação da lei de 2013. Isso, é uma
6698 disposição transitória. Tortura nunca mais, não é? O país vai trocar a Constituição
6699 Internacional. Isso. Essa contempla, não é? Já que você resgata uma informação
6700 importante. Embora esse comitê tenha sido criado por lei no ano de 2013, o Comitê
6701 Nacional, por seja a denominação que for, ele precede a 2013. Tinha reuniões aqui.
6702 A política foi construída de certa forma, não é? Embora que muito da resgatando
6703 essa história, boa parte do que está na lei que cria o sistema nacional, não atendeu
6704 às reivindicações históricas de movimentos sociais. É importante isso ficar
6705 registrado, não é? Até porque algumas organizações históricas não compuseram
6706 esse colegiado novamente, não é? Caso de pastoral carcerário nacional, grupo
6707 Tortura Nunca Mais. E aí, gente, para validar esse entendimento que a gente
6708 acabou de ter agora, acho que vale perguntar, então, se está todo mundo ciente de
6709 acordo de que a pauta de hoje que se refere ao decreto, na verdade, é uma memória
6710 de que esse decreto aqui, essa minuta que está tramitando já, e que aí, então,
6711 precisamos do apoio do Bruno para compreender aí se é possível já mandar para a
6712 presidência, se abarca aí toda a nossa demanda até então relacionado às questões
6713 lá do decreto da época do governo Bolsonaro. É isso, não é? Todo mundo de
6714 acordo? Ciente? Então, para registrar na ata, por contrato. Não há necessidade de
6715 buscar outra minuta, é essa minuta que foi trabalhada por dois anos, é isso, não é?
6716 Bom, agora a gente entra na pauta que é a que depende da questão da redação, e
6717 o Fábio disse que tem uma proposta, está bem? Sobre esta pauta, está bem? Então,

6718 é exato. Então, agora a gente oficialmente entra nessa pauta de novo, agora para
6719 discuti-la mesmo, aí eu vou me memorar de novo, que é se a gente, se é a
6720 legalidade, não é, em a suprimir a posse aí, enfim, a candidatura, a posse de
6721 pessoas que trabalhavam na presidência penitenciária, etc, etc, ou se não há
6722 legalidade. Se houver legalidade, a gente vai discutir aqui se suprime ou não, se
6723 não há legalidade, então a gente tem que discutir o tempo que vai constar aí para
6724 pessoa sair do cargo que possui e entrar no mecanismo. Ah, inclusive de reserva.
6725 Ah, bom, aí temos uma questão logística. Certo. É, então a gente vai ter que deixar
6726 para amanhã mesmo. Olha, para vocês saberem, está bem? A gente mantendo a
6727 agenda de amanhã exatamente como está, é, só substituindo o horário das seis,
6728 das quatro e quinze, que eram os decretos, colocando essa, a gente tem uma hora
6729 para esse debate, está bem? Então, eu só vou substituir, então, colocando, meu
6730 Deus, a cabeça já não está funcionando direito, espera aí, isso, dos decretos, isso,
6731 aí a gente, é, pede, não é, que, que essa versão, se possível, seja compartilhada
6732 até lá. É, lembrando, então, a agenda de amanhã, a gente vai ficar, e aí vai ter que
6733 ter uma, um tempinho aqui também para a gente falar sobre a questão do pé e das
6734 saídas, notas e tal, porque foi uma coisa que a gente tirou do planejamento, que
6735 entra agora, não é? É, então, vai entrar aqui também, aí depois eu vejo certo em
6736 horário, mas, por enquanto, amanhã ficou assim, às nove da manhã, registro de
6737 membros e quórum. Então, amanhã, como é o último dia, é, pedir para todo mundo,
6738 e autocrítica aqui também, não é, de a gente chegar no horário, porque é o último
6739 dia, então, a gente, não é, tem que aproveitar o máximo possível, é o dia que a
6740 gente vai viajar, enfim, então, o quanto antes a gente começar, o quanto antes a
6741 gente termina, então, amanhã, esse exercício chega às nove horas em ponto. É,
6742 nove e quinze, a gente faz a avaliação do pedido de recondução de períodos do
6743 mecanismo, que é um tema aí que tende a ser um pouco longo, então, é importante
6744 a gente realmente manter o horário. É, a gente pôde colocar uma hora para esse
6745 tema, então, para vocês verem que o negócio vai andar bastante. Às dez e quinze,
6746 a gente vai começar o debate sobre o processo eleitoral do CNPCT, que aí, como
6747 a gente vê, é também muito importante, então, e pode ser longo. Então, para esse
6748 debate, a gente deu duas horas, até meio de quinze. Das dez e quinze a meio de

6749 quinze, a discussão sobre o processo eleitoral do CNPCT. Às uma e quinze, o
6750 debate sobre a minuta digital do mecanismo e a aprovação do cronograma estava
6751 aqui, olha só, mas a gente já adiantou, então, eu vou tirar, já aprovamos o
6752 cronograma. Ah, não aprovamos o cronograma, aprovamos, não aprovamos. Ah, é,
6753 e a aprovação do cronograma digital. É, uma dúvida, Thamiris, está constando na
6754 ata como aprovado o cronograma do comitê, não é? Como aprovado, não é? Está,
6755 beleza. É, então, a aprovação é do cronograma do edital. Beleza. Aí, às quatro e
6756 quinze, é sobre essa alteração do artigo quinze. Tentar focar no artigo quinze. E
6757 depois a revisão do sumário do turno. Então, agora a gente vai fazer a revisão do
6758 sumário do turno deste dia de hoje, certo? É, eu queria lembrar também que
6759 amanhã no corporete, está, gente? Ninguém vem para cá, pelo amor de Deus. Sala
6760 plenária no décimo é de sempre. E como que a gente faz essa revisão do sumário?
6761 Gente, atenção ao encaminhamento, não é, ao sumário do turno, porque se tiver
6762 algum adendo, já faz agora pelo operar, está bem? É, no ponto de orçamento, ficou
6763 o encaminhamento sobre elaboração de planilha de acompanhamento permanente
6764 do orçamento com previsão mínima de gás com as atividades. RO, missões, ações,
6765 encontros, S.N.P.C.T. Esse lance de ficar compartilhando continuamente as
6766 informações referentes do orçamento com a mesa diretora em toda reunião. Eu
6767 entendi que era com a mesa diretora. Pode ser uma planilha, não é? Uma planilha
6768 on-line. Pode ser uma planilha on-line. Mas aí vai apresentar em toda RO Vamos
6769 lá, que a mesa diretora vai acompanhar junto com a coordenação de apoio, está
6770 bem? Só constar isso, que é a mesa diretora com a coordenação de apoio. A gente
6771 já tentou. Mas essa é uma dúvida real, assim, já aproveitando então, não é, mas
6772 sem desvirtuar muito, mas é possível porque a gente sabe que é uma grande
6773 burocracia, não é, e é uma grande burocracia. Seria possível, mas é uma grande
6774 burocracia. Isso. Isso, exatamente. Toda vez que eu tento pegar diárias, a
6775 justificativa é. Diárias, não. Coffee Break é. A gente não dá Coffee Break para o
6776 pessoal, para todo mundo com diária, entendeu? Basicamente. Então... Essa aí,
6777 enfim, é outro rolê. Esse valor da diária é estabelecido pelo... Ela toda... Mas espera
6778 aí, eu não estou entendendo, gente. Volta, volta. Ah, está. Ah, tinha antes da
6779 Damares, tinha. Portanto, a gente podia colocar no nosso orçamento CNPCT isso,

6780 mas é mesmo esse problema. Entendo. Entendi. Olha, gente, não é o caso de fazer
6781 agora, porque não é bem rindo. Não, isso eu acho possível. A gente pode dialogar
6782 para ter uma pequena pausa, enfim. Mas é isso. Voltando aqui, então, na revisão
6783 do sumário. Vamos lá. Ainda encaminhamentos da parte de orçamento. Envio de
6784 planilha com informações orçamentárias. Envio do ofício circular subprazos para
6785 emissão de passagens. O Bruno já me encaminhou, vou encaminhar para vocês.
6786 Valor, termos e prazos para conclusão do prodoc. Confirmação do
6787 comprometimento do orçamento da CGCT com os gastos do encontro do sistema.
6788 Não, não, isso é só do orçamento. Estou passando aqui para ver se tem mais um,
6789 gente. Aí foi aprovado o calendário. Foi isso, mas no decreto saiu o
6790 encaminhamento? Qual foi o encaminhamento? Não, calma, mas tem outras coisas,
6791 não tem? Quais outros encaminhamentos? A gente aprovou... Ah, está, mas eu
6792 achava que a revisão era sobre um resumo... Não, aqui vocês querem que eu leia
6793 toda a reunião? Ah, está. Mas, então, o que a gente aprovou hoje foi a pauta. A
6794 gente aprovou... As atas e de gravações. A gente aprovou as atas e de gravações.
6795 A gente também aprovou o calendário. O calendário anual. Exatamente, com
6796 planejamento e as datas das ROs e datas de eventos também. E a gente, do
6797 encontro. E também a gente definiu... A gente teve alguns consensos. É um
6798 consenso que é a intenção do comitê, que a reunião do sistema ocorra junto com o
6799 encontro de comitês e mecanismos. E também foi um consenso que decreta uma
6800 memória de que essa minuta que a gente viu agora, que está tramitando na SE, ela
6801 abarca toda a demanda relacionada ao decreto da época do Bolsonaro. Certo, aí o
6802 meu pedido é fazer constar o número do processo. Sei que esse decreto está
6803 tramitando, para deixar claro, não é? Ok. Tem mais alguma coisa? Número do
6804 processo, sei. Número da minuta, tudo o que vocês quiserem. Boa. Não, essa
6805 câmara é profissional. É, não é detalhe. Tem até o fio de cabelo. Não, eu estou
6806 relatando aqui todas as falas. Eu posso te mandar também isso para complementar.
6807 Mas aí só lembrando do compromisso do Bruno de talvez tentar alguma devolutiva
6808 sobre a questão do decreto para amanhã. É, e aí, assim, eu anotei para fazer
6809 constar que não existe mais nenhuma necessidade de alteração do decreto para o
6810 momento, considerando, assim, só para ter tudo por escrito, assim. Considerando

6811 que já foi decidido pelo STF e o novo, nova minuta de alteração do decreto. Assim.
6812 É, eu, é só fazer constar mesmo. Acho que essa coisa da STF é importante também,
6813 porque... Eu vou colocar, estava no banheiro. Está bem. Não, sobre os decretos,
6814 eu te mandei uma mensagem para a Isadora e para a Sofia. A Sofia falou, pelo que
6815 eu lembro, e era um único decreto. Ah, glória. A Sofia respondeu. Então é isso.
6816 Glória. Então está encerrada o dia de hoje, o encerrado dia de hoje.

43ª Reunião Ordinária do CNPCT - 06 02 2024 – Tarde

6817 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Pessoal,**
6818 vamos iniciar então essa nossa 43º RO no CNPCT. Vamos começar primeiro com a
6819 contagem de quórum e aí eu vou chamar a organização, o órgão, e vocês podem dizer
6820 que que estão presentes, está bom? CFESS, COFEN, Educafro, GAJOP, ITTC presente,
6821 Agenda Nacional, AJD, Associação de Amigos e Familiares, Rede, Somos, UFRN,
6822 MDHC-DDH, MDHC-SNDH, MDS. Então, com isso, com essa chamada, a gente tem o
6823 quórum para iniciar nossa reunião ordinária de hoje. Bom, pessoal, antes de tudo, avisar
6824 alguns ajustes na pauta que nós tivemos que fazer aqui. Então, vocês que todos têm uma
6825 cópia, o acesso também à agenda que foi enviada via e-mail. Então, eu vou fazer esse
6826 repasse aqui, o Fabrício vai entregar cópias físicas também para vocês darem uma
6827 olhada e fazerem as anotações dos ajustes que vão ser feitos agora. Então, a princípio,
6828 a gente vai começar com a pauta, vai puxar para frente a pauta número cinco, que é a
6829 pauta do orçamento. Talvez Maria Clara também nos apoie em relação a isso, não é, do
6830 orçamento. A gente vai fazer em seguida a leitura e aprovação da pauta da
6831 quadragésima, no caso, é o que eu estou fazendo agora, não é, que é ler a pauta. A
6832 gente vai fazer a aprovação das atua e degravações das 38º, 39º, 40º ROs e 16º RE
6833 Nós vamos suprimir, e aí vou fazer esse esclarecimento desde já, duas pautas, que é a
6834 aprovação do relatório anual. Ficaram algumas pendências de alguns detalhes a mais aí
6835 nesse relatório, então a Thamiris, da coordenação de apoio, vai dialogar com algumas
6836 pessoas que têm alguns elementos que precisam ser completados para depois finalizar.
6837 E também a gente vai tirar a pauta de organização e balanço dos encaminhamentos das
6838 ROs e ofícios, porque a Débora está de férias, ela estava realizando esse levantamento,
6839 não é, ela já fez parcialmente, precisa finalizar também, para a gente ter acesso e discutir

6840 com ele completo, não é. A gente também vai aprovar, não é, a alteração do artigo 15 da
6841 recomendação de diretriz para criação dos comitês de mecanismo, que já foi aprovada
6842 na última RE do ano passado, mas como houve aí uma proposta de alteração desse
6843 artigo, a gente vai brevemente confirmar essa alteração pontual e revalidar a aprovação
6844 para que ela então seja publicada. Também vamos discutir o fluxo de envio e recebimento
6845 de comunicações internas do CNPCT, não é, aqui a gente falando de fluxo interno
6846 mesmo, de ajustes internos de comunicação. E, por fim, a revisão do sumário do turno e
6847 o encerramento. Então, a previsão aqui com esses ajustes, há um ajuste a mais também,
6848 que é a questão de uma nota ou uma carta com a questão da saidinha, que foi agora
6849 aprovada com urgência para ir ao plenário do Senado, junto com uma possível divulgação
6850 da recomendação, que hoje a gente aprova com essa ressalva, com esse ajuste, e
6851 também algo que foi tirado agora do planejamento sobre a questão das PPPs. Então, a
6852 gente vai discutir se nós unificaremos em um único documento ou se a gente vai parar
6853 uma articulação mais concentrada em relação a um ou outro, ou todos esses temas.
6854 Basicamente isso mesmo. Ah, uma revisão também dos GTs que nós temos. Isso vai
6855 entrar para o final. Todos de acordo? Alguém, na verdade, se opõe à pauta de hoje? De
6856 acordo, perfeito. Bom, vamos lá. Então, sobre o orçamento... É que seria um pedido de
6857 validação da decisão, que já foi feita no plenário, quanto à permanência da vice-
6858 presidência com a sociedade civil, atualmente com a cadeira do ITTC. Podemos incluir
6859 também rapidamente na questão das aprovações, mas é mais também um
6860 direcionamento que a gente buscou fazer no planejamento para uma reunião específica
6861 com o CNDH, que a gente já até conversou aqui com vistas a combinar isso. Bom, então,
6862 seguindo...

6863 **Interlocutora Não Identificada** – Porque, assim, eu acho que sobre os ofícios, tem
6864 algumas coisas que a gente tem. Na realidade, o que a gente precisaria é de ter outras
6865 informações. Não dá para ficar para o próximo, porque tem alguns ofícios que foram bem
6866 urgentes, assim, e a gente tem uma planilha. Inclusive, está lá escrito quem respondeu e
6867 quem não foi. Assim, eu acho que não precisa ser todos, entendeu? Mas alguns ali são
6868 essenciais.

6869 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Sim, de
6870 acordo.

6871 **Interlocutora Não Identificada** – E sobre a vice-presidência, é isso. O que a gente
6872 combinou na última reunião, não é, é que o Ministério ia fazer um parecer, não é, dizendo
6873 que o governo estava de acordo com manter a vice-presidência. Só isso que a gente
6874 quer. Se já foi encaminhado esse parecer, onde que ele está.

6875 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Perfeito.
6876 Então, só para a gente seguir uma ordem aqui, das questões que são mais objetivas e
6877 rápidas, só um esclarecimento em relação à organização dos encaminhamentos e tudo
6878 mais. A perspectiva aqui que a gente saia daqui eu retirei da pauta, está bem? Para que
6879 a gente não fique... A gente não vai fazer uma avaliação, a gente não vai olhar o resultado
6880 deles, mas a gente vai sair daqui com uma data limite para que a coordenação de apoio
6881 finalize esse levantamento, não é? Exato, porque ele já existe, então, ele precisa ser só
6882 finalizado mesmo, uma data limite para que a coordenação de apoio envie aos membros
6883 do comitê. Então, essa é a perspectiva. Um prazo fixo, firmado aqui entre nós, para que
6884 seja enviado para todos nós, e aí a gente possa analisar e também discutir na próxima
6885 RO se for o interesse ou numa reunião extraordinária também. E aí, caminhando então
6886 para o que é mais protocolar aqui das pendências que a gente tem, é a leitura e
6887 aprovação das atas de degravações das 38^a, 39^a, 40^a RO e 16^a RE, com a ressalva de
6888 que não temos ainda as degravações da 41^a, 42^a degravações da RO Então, essa ficaria
6889 para a próxima. Todos de acordo com a aprovação das degravações que foram
6890 encaminhadas também via e-mail, o link foi encaminhado, alguém que se opõe?

6891 **Interlocutora Não Identificada** – Então, eu acho importante todo mundo dar uma
6892 olhadinha, ler e prestar atenção, porque, por exemplo, assim, na parte que tem as minhas
6893 falas, eu percebi que teve uma troca de nomes, e assim, tipo, é Patrícia, mas não sou eu,
6894 é a Pagu, que é do Ministério das Mulheres, então estaria como se fosse uma fala da
6895 Agenda Nacional pelo Desencarceramento. Então, para a gente ter o cuidado, todo
6896 mundo, de olhar, porque, assim, vai ser aprovada as degravações, mas ela tem que ser
6897 aprovada na íntegra da fala que a pessoa falou, para não ter nenhuma confusão, nenhum

6898 conflito. Então, eu acho importante todo mundo prestar atenção e dar essa olhadinha,
6899 porque, assim, foram pequenos detalhes, mas são detalhes que precisa ficar todo mundo
6900 certinho, porque, não é, o Ministério das Mulheres não vai fazer uma fala que foi a fala
6901 que eu fiz, e a menina lá tem problemas depois, porque fui eu que falei.

6902 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Claro,
6903 justamente, não é, o envio do link tem essa perspectiva também das pessoas terem
6904 oportunidade de olhar. Então, alguém se opõe à aprovação nessa 43ª RO das atas de
6905 degravação, atas e degravações da 38ª, 39ª, 40ª RO e 16ª RE? Todos de acordo? Ok.
6906 Vamos lá. Eu vou passar para a questão do orçamento, então, não é, só para a gente
6907 seguir um caminho inicial. Foi no passado, não é, a aprovação do orçamento de apoio ao
6908 funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o correspondente
6909 a R\$ 498.143,00, e também um valor de R\$ 128.226,00, que fica bloqueado, não é, nas
6910 contas, enfim, como usualmente é feito. Então, esse é o orçamento anual que nós temos
6911 aprovado, de R\$ 498.173,00. E aí eu vou passar a palavra para a Maria Clara.

6912 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6913 **Organizações Populares – GAJOP)** – Uma das avaliações que a gente fez
6914 anteriormente, era que o pleno do CNPCT não estava acompanhando, assim,
6915 conseguindo acompanhar muito a execução do próprio orçamento, não é. Quando
6916 chegou no final do ano, a gente descobriu que tinha uma sobra de orçamento, que uma
6917 parte foi realocada, outra parte a gente até conseguiu comprar as passagens já pré-vinda
6918 desse ano, mas era uma coisa que a gente não fazia um acompanhamento contínuo
6919 mesmo, de saber realmente como que eram os gastos, quanto que tudo estava sendo
6920 executado. E aí a gente pensou, para esse ano e para ficar também como legado para o
6921 próximo biênio, que tem uma planilha de acompanhamento permanente desse orçamento
6922 para que, com uma previsão mínima dos gastos com cada atividade, que seriam,
6923 pensando em linhas gerais, as reuniões ordinárias, as missões institucionais nos estados,
6924 que é para a gente fazer ações de incidência, ações de articulação com atores locais.
6925 Uma outra parte, que é para o encontro do sistema, que é uma questão que a gente já
6926 prevê também dentro a nossa competência, as nossas atribuições e passagens avulsas
6927 para algumas ações necessárias, como, por exemplo, no ano passado alguns membros

6928 foram convidados para participar de reuniões de outros conselhos aqui em Brasília ou de
6929 algumas ações pontuais. Então, tem uma parte desse orçamento também prevista para
6930 essas ações pontuais. No ano passado, tudo foi executado, o orçamento foi suficiente,
6931 deu tudo certo, mas faltou esse maior controle e acompanhamento por parte do próprio
6932 comitê, em especial da mesa diretora do comitê. E aí, a nossa proposta para esse ano é
6933 ter essa planilha e, Fabrício, se você puder transmitir, é uma planilha básica com a
6934 previsão das despesas. A única questão em que eu fiz mais ou menos essa previsão
6935 média de gastos, com base no orçamento que havia sido proposto. Depois, teve a
6936 confirmação do orçamento que foi aprovado, que diminui esse gasto. E aí, acho que é
6937 um exercício que a gente precisaria, não sei se dar conta de finalizar aqui, mas pelo
6938 menos assim, prever mais ou menos o que mudaria. Porque esse gasto é com base no
6939 orçamento de ali na aba de total. Pode colocar, Fabrício? Ali embaixo tem uma aba que
6940 é o total. Seria com base em 680 mil. O que foi aprovado efetivamente, como a Kim falou,
6941 é esse valor de 498 mil, sendo que 128 mil está bloqueado. Então, a gente tem que ver
6942 de onde que daria para a gente fazer alguns ajustes. E, se for o caso, por isso, Bruno,
6943 que como a Kim falou também, a gente talvez precise de uma reunião na paralela para
6944 pensar em alternativas também para a suplementação desse recurso, para a gente
6945 também não deixar de executar certas coisas que estão dentro das nossas atribuições.
6946 Mas, só para explicar, a ideia é utilizar de forma contínua a mesa diretora e em contato
6947 direto com a coordenação, essa planilha, e atualizar na medida que o orçamento vai
6948 sendo executado. Nesse geral aí, essa aba vai sendo atualizada automaticamente.
6949 Então, foi uma previsão de mais ou menos 380 mil para reuniões do pleno, que são as
6950 reuniões bimestrais, quatro idas ao território, que foi o que a gente chamou, que são as
6951 missões. São poucas aqui, no ano passado foi mais até, então, mas era mais ou menos
6952 uma estimativa só, para a gente depois ajustar. Seis passagens avulsas, com duas
6953 diárias e meias. Ah, e essas quatro idas ao território é com a previsão de dois membros
6954 indo junto, está bem? E o encontro do sistema nacional para 45 pessoas, com previsão
6955 das passagens para 45 pessoas, que daria uma média de 206. Isso, assim, é só uma
6956 estimativa para instrumentalizar essa planilha? É só para ver como é que funcionaria. Aí,
6957 se puder ir em cada abazinha, Fabrício tem aí a aba das reuniões, com a previsão já das
6958 passagens, do valor das diárias, o total para cada reunião. Na próxima aba, é essa aba

6959 das missões nos estados, então, já tem a previsão da quantidade de dias, da quantidade
6960 de pessoas e o valor total. A próxima aba, que seria o encontro do sistema, com a
6961 previsão só das passagens para 45 pessoas, e das passagens avulsas, que seria, na
6962 próxima aba, seis passagens avulsas para duas pessoas também. É só para ter, mais ou
6963 menos, usar isso como referência, e a ideia é que a cada RO seja apresentado qual foi o
6964 gasto do bimestre anterior, não é? Seja da execução da RO, seja se tiver tido uma
6965 missão, alguma outra coisa, e a gente vai atualizando. Então, é mais ou menos isso que
6966 a gente preparou a nível de planejamento. E aí, o exercício agora seria ajustar isso já
6967 com o orçamento que foi aprovado. É isso.

6968 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Bom,
6969 então, para comentários, eu vou fazer o seguinte pedido, eu vou tomar essa liberdade de
6970 cronometrar o tempo para a gente garantir que a gente consiga cumprir com a agenda
6971 de hoje. Então, vou buscar aí cronometrar dentro da média de três minutos por fala, está
6972 bom? E aí as pessoas têm liberdade de se reinscrever, está bem? A princípio, como a
6973 Thamiris está só hoje na parte de apoio nossa, então não vai conseguir me ajudar a fazer
6974 a ordem aqui. Então, vou pedir que vocês tenham um pouco de paciência, porque nem
6975 sempre eu vou conseguir olhar tão claramente. E também estou aprendendo o nome de
6976 cada um de nós, não é? Então, pode ser que eu me equivoque aí no nome, está bem?
6977 Então, não levem para o pessoal. Perfeito. Então, inscrições abertas para quem quiser
6978 falar. Temos duas, eu também, Felipe também. Está bem, então vamos seguindo pela
6979 ordem. Primeiro a Patrícia, depois o Bruno, depois eu, depois Felipe.

6980 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
6981 **Desencarceramento)** – Então, a gente, assim, eu sou do lema que a gente não diminui
6982 nunca nada. A gente sempre joga para cima, assim. Assim, ano passado a gente colocou
6983 para cima, não é? Mais passagens para missões com o Comitê Nacional, e no final a
6984 gente viu que foi pouco. Porque a gente botou um teto lá e a gente sentiu falta disso.
6985 Então, assim, ainda mais esse ano que tem, que a gente colocou no ano passado, que a
6986 gente vai fazer várias mobilizações em vários estados sobre os projetos de lei, de criação
6987 de comitês e mecanismos. Eu acho que botar para menos é muito ruim. A gente tem que
6988 botar para cima, porque, assim, se aconteceu uma emergência ano passado, teve que ir

6989 no Rio Grande do Norte, ano passado teve várias coisas. Então, assim, eu acho bem
6990 ruim a gente botar para baixo, assim, essa questão. E uma outra dúvida, aproveitando
6991 que a Daniela, sempre toco o nome dela, é do Sistema, se o recurso está separado, não
6992 é? Porque no ano passado tinha o recurso para o Sistema Nacional de Prevenção e
6993 Combate à Tortura, para o Comitê Nacional e para a coordenação de combate à tortura.
6994 Eu estou com esta dúvida, porque a planilha do ano passado tinha tudo isso separado.
6995 Cada um tinha o seu recurso. Não, a planilha do recurso do Comitê Nacional era 400...
6996 Não, mas estava lá, assim, os valores de quanto que era, por exemplo, era 400 mil da
6997 coordenação de combate à tortura, era 600 mil para o Sistema Nacional de Prevenção e
6998 Combate à Tortura e para o Comitê era 300 e poucos mil, 400 e pouco, entendeu? É isso
6999 a minha dúvida, se cada um vai ter esse valor esse ano também.

7000 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Sim, são
7001 dois orçamentos distintos, não é? O orçamento da coordenação de combate à tortura é
7002 separado e está no valor de 344.771, também há mais além do valor de 88.741, que está
7003 bloqueado, não é? Como o Bruno está verificando algumas informações, eu vou tomar
7004 liberdade de passar para o Felipe. Também? Perfeito. Então, qual que é a próxima
7005 pessoa que estava inscrita aqui? Tinha mais alguém? Pode seguir?

7006 **Interlocutor Não Identificado** – Só mais uma vez, boa tarde. Mateu chegou agora,
7007 Marden está ali também, do Ministério da Saúde, está marcando a presença aqui do
7008 Ministério da Saúde. Acho que ele não tinha falado presente naquela hora. Pessoal, um
7009 pouco na linha que Ana Clara trouxe, lembrando que ainda há um recurso bloqueado e
7010 esse bloqueio foi linear, foi para toda a Esplanada, ou seja, todos os ministérios sofreram
7011 com esse bloqueio e ele está condicionado ao superávit lá, não é? Então, e a mensagem
7012 ontem do Aquém acompanhou a retomada dos trabalhos na Câmara, no Congresso viu
7013 que a mensagem que o Parlamento enviou ao Executivo, não é? Que não somos nós os
7014 donos do orçamento, o orçamento quem manda são eles, eles que representam os
7015 municípios, enfim. Então ainda tem mais essa camada aí de problema para a gente definir
7016 o orçamento para o ano. A gente está com boa expectativa que a gente vai conseguir ter
7017 liberações do que está bloqueado de forma linear e paulatina, ou seja, na medida que for
7018 sinalizando lá o superávit que proporcionalmente esse recurso vá sendo liberado nas

7019 janelas orçamentares, nós vamos pedir em todas elas o suplemento, porque não só a
7020 política de prevenção contra a tortura sofreu esse impacto, mas outras, todas as outras
7021 políticas dentro do Ministério, modo geral. Então, há o compromisso de na medida que
7022 esse dinheiro, esse recurso for sendo liberado, a gente vá suplementando
7023 proporcionalmente cada área. Eu também concordo que faltou ali uma linha para as
7024 missões, não é? Claro, não sei se tem ali são quatro, não é? Ah não, perfeito. Então,
7025 assim, concordo com o que a Patrícia trouxe, ainda é insuficiente, há o nosso
7026 compromisso da suplementação e na medida que a gente tiver a sinalização de liberação,
7027 as emendas parlamentares também de bancada ainda estão bloqueadas, então na
7028 medida que esses recursos forem saindo, a gente tem total disponibilidade de sentar e
7029 redefinir também proporcionalmente o incremento do recurso para garantir a agenda do
7030 ano 2024.

7031 **Sr. Felipe Biasoli** – Bom, boa tarde a todos, quando eu cheguei acho que eu
7032 cumprimentei a maioria das pessoas, mas se eventualmente eu não cumprimentei
7033 alguém que chegou depois, boa tarde também, muito prazer, sou Felipe Biasoli, Diretor
7034 de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria e, bom, em relação a esse ponto, acho
7035 que o Bruno fez um bom cenário da situação, mas eu queria adicionar que a gente tem
7036 uma perspectiva também de reavaliação desse bloqueio no final do quadrimestre, então
7037 acho que em abril a Fazenda deve reavaliar isso e aí a gente poderia ter esses 128 mil
7038 do CNPCT que agora estão bloqueados, eventualmente eles poderiam ser
7039 desbloqueados, então isso já é um cenário que ainda corresponderia a uma redução,
7040 mas enfim, já não é mais um corte tão grande. E aí, enfim, para além disso, a gente pode
7041 ao longo do ano também buscar fazer algum tipo de incidência para conseguir uma
7042 complementação por emenda, para que a gente consiga ampliar a atuação do CNPCT e
7043 fazer as missões, enfim, executar o trabalho como deve ser feito. Então acho que nós
7044 estamos agora em fevereiro, mas tem uma perspectiva de ajustes, de melhorias nesse
7045 orçamento ao longo do ano. Enfim, isso não é definitivo nesse momento, a gente ainda
7046 tem um bom período para conseguir recuperar. Bom, acho que era isso, essa
7047 complementação no sentido de até tranquilizar um pouco todos os membros, de que a
7048 gente ainda tem espaço para conseguir uma melhoria nesse tema. Está bom? Obrigado.

7049 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Estou
7050 inscrita, queria só fazer uma memória mesmo, para gente está todo mundo no mesmo
7051 pé, da última apresentação da coordenadoria de responsável, então, tinha sido
7052 repassado que o valor de orçamento era de 685 mil, acho que estamos aqui também
7053 nesse processo de aprender a identificar o que é o orçamento que é livre, que a gente
7054 tem ali enquanto comitê, a gerência sobre ele, nas decisões de como ele é utilizado,
7055 também a diferença entre esse valor que fica bloqueado também de como forma padrão
7056 pelo governo, enfim, pelo Estado, até diria, como uma forma de também assegurar que
7057 os gastos não superem ali o necessário. E aí, então, no ano passado a gente tinha um
7058 orçamento de 685 mil, isso foi nos passados, e o valor de 440 mil, 347,36 centavos, foi
7059 gasto em diárias e passagens, tanto das reuniões ordinárias, quanto também dessas
7060 outras missões, outras ações que envolviam viagens. Eu acho que é importante a gente
7061 considerar isso, e para mim é muito claro que a redução do orçamento, ele vem de um
7062 cenário, que é um cenário que foge o nosso controle, ainda que seja importante como
7063 Felipe e Bruno disseram, e a gente estará atenta a isso, acompanhando também, que a
7064 gente busque sempre melhorar, sempre ampliá-lo, para garantir até o aumento das
7065 nossas ações enquanto comitê. Mais uma ressalva que eu faço, que é importante, seria
7066 basicamente termos justamente esse maior diálogo nesse processo de gestão desse
7067 recurso, que é do comitê, então de fato o comitê ter a gerência sobre ele tal qual outros
7068 comitês também o têm, então esse pé no chão eu tenho muito claro. Também, uma outra
7069 questão é a gente trabalhar melhor os nossos fluxos internos, inclusive juntos à Secretaria
7070 de Direitos Humanos, junto à Coordenadoria Geral de Combate à Tortura também, para
7071 que a gente evite gastos exagerados principalmente para essas reuniões que são já
7072 organizadas, já são definidas, como por exemplo as reuniões ordinárias, então a gente
7073 conseguir garantir a necessária rapidez, quando for o caso, para que a gente não precise
7074 gastar muito em passagens e consiga, então, em um determinado, momento verificar a
7075 realidade mesmo de uma previsão orçamentária e poder de repente até sugerir ou propor
7076 ao longo do ano uma alteração de rubricas, por exemplo, se a gente entender que vai ser
7077 possível fazer essa economia. Nós tivemos um cenário no ano passado de alguns gastos
7078 com passagem que pela morosidade, pelo excesso de burocracia, mudanças internas
7079 mesmo, acabaram sendo muito caros, passagem de 7, 8 mil reais assim, e que a gente

7080 não precisaria. E um bom exemplo disso são as passagens que foram para SRO, a gente
7081 conseguiu pagar um valor razoável para todo mundo que veio para SRO e isso realmente
7082 nos demonstra que a gente precisa fazer um uso inteligente também dessas despesas,
7083 então a minha conclusão aqui da fala seria realmente garantir que a gente tem um bom
7084 diálogo com essa próxima coordenação geral que vai assumir nesse momento, que a
7085 gente trabalhe isso com transparência para que a gente não perca muito tempo em
7086 discussões burocráticas orçamentárias ou de diálogos de comunicações internas e
7087 consiga avançar no que é o mais importante desse papel desse comitê também, que é a
7088 parte política, que é a parte de prevenção e erradicação da tortura. Mais alguém inscrito?

7089 **Interlocutor Não Identificado** – São dois detalhes bem rápidos, pessoal, um acho que
7090 a Patrícia trouxe, salvo engano quando foi lá para novembro a gente teria falado no
7091 mínimo 750 mil aí. Não sei se a Maria Clara me ajuda também, Maria Clara desculpa te
7092 cortar aí não, salvo engano a gente teria falado no mínimo 750 mil lá para novembro do
7093 ano passado, depois eu não sei se eu perdi alguma reunião, alguma informação, então
7094 era só para deixar registrado isso um pouco na linha do que a Patrícia trouxe e aí também
7095 não sei se também o Felipe, enfim, o Bruno pode ajudar mas quais seriam essas janelas,
7096 porque parece que teria duas ou três ou quatro janelas durante o ano e eu lembro que,
7097 eu não vou lembrar se foi exatamente um ano atrás, mas eu acho que foi mais ou menos
7098 em fevereiro e salvo engano alguns, enfim, alguns servidores do MDH, não sei se foi a
7099 própria Isadora, a própria Erika, chegaram aí no congresso, no começo do ano tentar
7100 alguma coisa, enfim, não sei quais seriam as janelas exatamente mas e se poderia ser
7101 feito algo nesse sentido.

7102 **Interlocutor Não Identificado** – Posso? Bom as janelas são definidas em portaria pelo
7103 Ministério do Planejamento está, então isso é definido ao longo do ano por eles e aí a
7104 gente, assim que isso é publicado, a gente todos os ministérios não é, fazem a incidência.
7105 Esse ano, salvo o melhor juízo, eles ainda não publicaram, mas é isso, isso fica sob
7106 controle deles, assim como o bloqueio também desse recurso de 128 e é isso. Então,
7107 isso não é um período fixo, vai sendo definido de acordo com o ano por eles. Lembrando
7108 que nós já temos empenhado, não é 115 mil já de início eles já estão empenhados em
7109 diárias e passagens, considerando esse valor que a Ana que a Ana Clara trouxe, Maria

7110 Clara trouxe de respeito ao orçamento do ano só que desse valor só foi descontado as
7111 diárias para essa atividade porque as diárias não poderiam ser pagas com o recurso do
7112 ano passado então em tese a gente ainda teria uma gordura então a gente empenhou
7113 115 para garantir as próximas reuniões e isso, e por que a gente não empenhou 100%
7114 desse valor? Porque eventualmente o próprio comitê pode dar uma outra destinação para
7115 esse recurso vocês podem entender que não querem executar ele 100% com diárias e
7116 passagens, mas com consultoria, com aquisição tem que ver se ele é de custeio, capital,
7117 todo o valor mas, salvo engano, é todo custeio mas, enfim, a contratação de um serviço,
7118 de uma publicação de qualquer outro componente que seja de interesse do comitê não,
7119 não, o recurso discricionário do ano já está empenhado 115 não foi utilizado zero para
7120 compra de passagem, porque foi com o recurso 2023 essa primeira reunião, essa que
7121 nós está acontecendo agora só as diárias que não poderiam ser pagas com recurso 23,
7122 então foram pagas dentro do período antes da aprovação da LDO, então foi paga dentro
7123 do O10, então o que tem de gasto até o momento, é um pouco nisso que a gente quer
7124 dialogar com vocês uma planilha interativa que o comitê vai ter no controle, olha, desse
7125 valor já saiu X de diárias que até agora é o único gasto que teve em 2024 o comitê, foi
7126 as diárias para essa reunião, o resto já está empenhado 115 mil para garantia das
7127 próximas reuniões ou missões, enfim, da forma como vocês definiram e o resto do
7128 recurso está lá disponibilizado dentro do orçamento, o que dialogando com quem aqui,
7129 já para concluir essa parte, é fundamental que as missões tenham a previsibilidade de
7130 no mínimo 30 dias que é uma normativa inclusive, tem uma portaria que regulamenta a
7131 solicitação de diárias e passagens, que eu vou socializar com vocês também. Acho que
7132 chegou lá para coordenação geral, Thamiris, se depois você puder colocar no grupo
7133 aquela portaria, aquele ofício circular que nós enviamos, que lá tem a regulação para
7134 aquisição de diárias e pagamentos de aquisição de passagens e pagamentos de diárias,
7135 que com esse prazo a gente consegue dar essa economicidade e com isso a gente
7136 consegue customizar ainda mais o orçamento, está bom? Mas o dinheiro, o recurso 115
7137 já está empenhado para as próximas atividades.

7138 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Paulo?**
7139 Foi, acho que são duas coisas, não é? Uma é, olhando para trás, o orçamento de 2023,

7140 só aproveitando a presença do Felipe e do Bruno, a gente ontem e hoje, não é, nos
7141 dedicamos ao planejamento das ações do CNPCT e aí a gente tem aquela pendência
7142 para resolver do prodoc, do dinheiro do ano passado e aí queria saber um pouco se a
7143 gente pode estabelecer um prazo, quando a gente pode definir o tema e quando o
7144 Ministério consegue já agenciar a contratação desse serviço, não é? Como é que a gente
7145 consegue adiantar esse processo para já ter esse material, o produto de repente no final
7146 do ano, eventualmente, para nova gestão e etc., ter um ponto de partida a partir disso. E
7147 a outra coisa, recuperando o ponto que a Patrícia tinha destacado, que o seminário do
7148 ano passado foi pago pela coordenadoria e não pelo CNPCT. Se a coordenadoria
7149 assume esse compromisso, essa questão da suplementação e etc., a gente pode
7150 potencializar, inclusive, as missões. Ontem, as missões, ontem o mecanismo apresentou
7151 o planejamento deles para gente. Então, além das missões que podem ser interessantes
7152 do CNPCT, seria muito importante que a gente se somasse às missões do MNPCT
7153 também. Então, acho que se a gente tem o compromisso da secretaria, da diretoria de
7154 financiamento, tal qual foi ano passado, pela coordenadoria, para nós seria muito
7155 importante a liberação desse recurso para realizar as missões e atividades próprias,
7156 exclusivas do CNPCT, mas também associado ao mecanismo.

7157 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Alguém
7158 está inscrito? Está bem. Eu só queria comentar uma coisa que acabei me esquecendo,
7159 mas isso faz para gente também, quando for construir esse orçamento, não é, mais
7160 organicamente, a gente só colocou o encontro do sistema, a gente não colocou no
7161 orçamento o encontro dos comitês e mecanismos. Então, essa ressalva só de incluir.
7162 Claro que é importante para que a gente consiga colocar um orçamento para o encontro,
7163 que foi definido enquanto anual dos mecanismos e comitês, a gente precisa saber
7164 realmente se o do sistema seria assumido pela coordenadoria geral, pelo orçamento da
7165 coordenadoria geral. Então, bom, encaminhando essa questão, vamos ver se eu consigo
7166 sintetizar, seria basicamente a gente verificar, não é, pedir essa gentileza para os
7167 membros do MDHC, identificar, então, como fica a questão do orçamento do valor que
7168 ficou no prodoc, se a gente já pode, se ele realmente é voltado para consultorias, acho
7169 que é importante a gente saber como um todo, quais são os tipos de gastos que podem

7170 ser utilizados com esse valor do prodoc. Também, a gente ter a clareza aqui em relação
7171 ao cronograma para, então, definir, melhor atualizar o desenho que foi trazido pela Maria
7172 Clara. Também saber se a coordenadoria, então, geral de combate à tortura assume os
7173 gastos em relação ao encontro do sistema. Claro que aqui no planejamento, no que a
7174 gente fez anteriormente, a gente também assumiu que precisamos aí de algumas
7175 articulações para garantir que o sistema funcione tal qual definido pela legislação, e tem
7176 grandes desafios em relação a isso, mas também é bom a gente ter isso em perspectiva
7177 em termos de orçamento. Acho que só assim, então, que a gente vai conseguir atualizar
7178 esse orçamento e encaminhar com ele já as previsões ali, mais ou menos desenhadas
7179 dentro do nosso planejamento. Ok?

7180 **Sra. Daniela Borges** – É, o recurso do sistema tal qual foi no ano anterior, ele está
7181 previsto na coordenação geral. Na coordenação geral. É, e assim como foi no ano anterior
7182 também, nós tivemos a reunião extraordinária em junho, que foi assumido por esse
7183 recurso da coordenação geral, não é. Felipe, você vai falar do prodoc? Vai? Está bem.
7184 Vocês fizeram outro questionamento com relação ao recurso, não é, que ficou no prodoc.
7185 O que, como que ele poderia ser utilizado? E o Felipe vai se manifestar.

7186 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Como e
7187 quando, não é?

7188 **Sra. Daniela Borges** – Sim. O recurso é da coordenação. Exatamente. Não. Não tem
7189 como, sendo que a gente teve um contingenciamento também que foi de cento e poucos
7190 mil desse orçamento. Está bem? Exato. Perdão, é isso mesmo, 88 mil bloqueados. Que
7191 pode ser liberado mediante nosso uso, não é, e as nossas janelas. Só podia a gente ver
7192 vocês se apresentarem, porque eu não conheço. Meu nome é Daniela Borges, eu sou
7193 coordenadora de apoio ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

7194 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Bom, então
7195 é isso, são esses os encaminhamentos. Podemos passar para o próximo, não é?

7196 **Sr. Felipe Biasoli** – Ah, a questão do prodoc. A respeito do prodoc, bom, prodoc 23024,
7197 já tem 86 mil 735 reais e 92 centavos empenhados. Então é um recurso que já pode ser
7198 utilizado, desde já. 86 mil 735 reais e 92 centavos. É isso. É isso.

7199 **Interlocutor Não Identificado** – Mas pegou aí, Marden? Pegou. Meu Deus. Meu Deus,
7200 o Marden conseguiu captar ali. Mas, enfim, ficou esse... Quando a gente chega, a gente
7201 encontra esse cenário, não é?

7202 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Sim. Só
7203 um esclarecimento mesmo, que foi um lápis de memória também da minha parte. Até
7204 para recapitular, porque na última RE, de fato, o valor informado foi esse mesmo, de
7205 86.735,92. Então, acho que acabou ficando o valor na nossa cabeça de 114. Ele ficou
7206 permeando a nossa cabeça até ter finalmente o esclarecimento definitivo que foi feito na
7207 última RE de dezembro. Eu tenho uma dúvida sobre ele. Então, se a gente já tem a
7208 disponibilidade dele, a gente pode utilizar? Onde que, ou se é possível vocês nos
7209 encaminhar, que tipo de serviços, então, a gente pode incluir nesse orçamento? Então,
7210 já nos informaram sobre consultoria, a gente incluiu no planejamento que a gente vai
7211 contar aqui para vocês, mais ou menos, como que se deu, porque a gente vai aprovar a
7212 agenda hoje. Mas, se tiver alguma outra coisa, acho que é bom também a gente ter essa
7213 noção para incluir no orçamento, não é? E também, acho que tem um detalhe de
7214 burocracia mesmo, que a gente não desconhece, que é sobre como essas contratações
7215 são feitas, porque a última vez que nos foi informado é que tinha uma parceria com o
7216 PNUD, não é? Exato. Então, sendo com o PNUD, teria que ser um edital aberto, CNPCT,
7217 PNUD, é isso? Para poder fazer, então, a contratação de consultoria. Aí, também, recordo
7218 que falaram, acredito que até foi você, Bruno, que era restrito a uma consultoria, então,
7219 teria que ser, na verdade, uma consultoria com vários produtos, ou algo nesse sentido,
7220 não tenho certeza.

7221 **Sr. Bruno** – Isso, é mais em razão do valor, mais em razão do valor, não é? Por ser um
7222 valor relativamente baixo, hoje, tem uma, o PNUD lançou uma tabela de o valor da hora
7223 e média do consultor, se não me engano, é 80, não é, Felipe? Não, tem um valorzinho
7224 lá, posso pegar, recuperar esse dado, e aí, nessas contas, daria em torno de uma

7225 consultoria de 80, 90 mil, com prazo de oito meses, aproximadamente. E aí, esse
7226 consultor teria, dentro desse termo de referência, que é a primeira etapa que a gente
7227 precisa fazer, é escrever um termo de referência daquilo que o comitê quer, é uma
7228 pesquisa, um levantamento, é um diagnóstico, enfim. E aí, se monta esse termo de
7229 referência, ele vai para a área de cooperação internacional, e é publicizado esse edital
7230 para chamamento de pessoas físicas, e aí, tem um processo seletivo, tem que constituir
7231 uma comissão de seleção, que vai apreciar esses currículos, chamar para as entrevistas,
7232 e, ao final, selecionar o consultor. Então, dentro desse produto, vão ter vários, dentro
7233 desse termo de referência, vão ter vários produtos que esse consultor deve entregar ao
7234 longo da vigência da consultoria.

7235 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Perfeito.
7236 Então, Bruno, só para deixar claro esse entendimento. Então, o nosso primeiro passo é,
7237 de fato, definir esse escopo dessa consultoria. Uma vez definido, a gente tem uma
7238 interlocução ali junto ao PNUD, diretamente, pelo governo e PNUD, não é?

7239 **Sr. Bruno –** Tem uma área de cooperação internacional dentro do Ministério. Que faz
7240 essa interlocução.

7241 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Ah,
7242 perfeito. Então, essa área de cooperação internacional, que a gente dialoga. E aí, a gente,
7243 então, constrói esse termo de referência, junto a essa área de cooperação internacional,
7244 e a partida edital fica sobre responsabilidade do PNUD.

7245 **Sr. Bruno –** Isso, mas a comissão de seleção, a gente pode indicar os membros da
7246 comissão de seleção. Todo esse processo seletivo passa também pela área técnica, que,
7247 no caso, seria ordenação geral, mas, enfim, a gente define aqui como pode ser
7248 constituída essa comissão sem problema. E vai avaliar esses currículos, fazer as
7249 entrevistas, inclusive, no TR, já tem que vir esse cronograma também.

7250 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Está certo.

7251 **Interlocutora Não Identificada** – Lembrando que, na contratação de consultoria, até
7252 mesmo a formação da comissão, ela segue alguns requisitos também, não é? Então, a
7253 comissão tem que ser uma comissão com os requisitos de qualificação e experiência que
7254 esteja habilitado para fazer o reconhecimento e participar dessa comissão de seleção,
7255 não é? Mas o comitê pode participar desenhando esse termo de referência
7256 conjuntamente.

7257 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Perfeito.
7258 Tem alguma base legal que você saiba de cabeça, sim? Sobre as... Não base legal, não
7259 é? Mas onde tem esses requisitos, parâmetros, requisitos?

7260 **Interlocutora Não Identificada** – A gente pode levantar, sim. Eu acho que é no próprio...

7261 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Na tarefa
7262 de trabalho, não é? Ah, então, perfeito. Ótimo. Bom, então, superada essa pauta, eu vou
7263 ler em voz alta, porque aí isso também... Onde que é? Caminhamentos. Envio de
7264 planilhas com informações orçamentárias.

7265 **Interlocutora Não Identificada** – Vai ter também o envio do ofício circular com...
7266 Determinando os prazos, também para a gente pedir passagens em geral, seja para RO,
7267 sejam para missões. Também o valor, termos e prazo para a contratação do prodoc. Já
7268 foi um pouco esclarecido aqui, mas tem algumas informações ainda pendentes, que seria
7269 levantar essa questão dos requisitos, enfim, edital. Outra questão, aqui também foi o
7270 possível compromisso com os gastos do encontro do sistema. Por causa do...

7271 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Seria a
7272 confirmação do orçamento previsto para o encontro do sistema no orçamento da
7273 coordenadoria geral de combate à tortura, certo? E, por último, o levantamento de
7274 requisitos prodoc. Está bem.

7275 **Interlocutora Não Identificada** – Acréscimo, que no ano passado a gente combinou que,
7276 por exemplo, a gente ia tirar uma data limite para ser encaminhado à solicitação de
7277 passagem. Por exemplo, acho que foi em agosto a gente encaminhou do final do ano

7278 todo, assim, com antecedência. Então, acho que era bom colocar aí um prazo limite,
7279 porque acho que era até 20 dias antes do evento que a gente deveria colocar, mas se a
7280 gente antecipasse, ficaria melhor. Então, para a gente, por exemplo, ver o calendário, a
7281 gente pode fazer isso também, de fazer do ano todo, porque facilita a vida de quem vai
7282 emitir.

7283 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Bom,
7284 seguindo aqui, ficou meio bagunçada a coisa aqui, mas vamos lá. Isso aqui já foi. Vou
7285 passar para a alteração do artigo 15, que eu acredito que seja uma coisa rápida, está
7286 bem? A gente tem esse arquivo para passar aqui? Não? A gente consegue abrir em
7287 algum lugar para poder ler, fazer a leitura? Porque todo o resto do documento... Oi? Ah,
7288 perdão. Da alteração do artigo 15 da recomendação de diretriz para a criação do comitê
7289 de mecanismos, que a gente já aprovou e que foi feita uma solicitação de alteração pela
7290 Patrícia, da mesa diretora. E aí, como ficou isso um pouco emperrado, a gente fez uma
7291 proposta de redação, de alteração, que tinha a ver com prazos, na verdade, de posse de
7292 servidores públicos. E agora a gente só precisa reaprovar com base nessa alteração do
7293 artigo 15. Então, a única coisa modificada foi o artigo 15. Se alguém tiver fácil aí, eu vou...
7294 Isso, é esse... É verdade, é a Fernanda que ficou de mandar. Então, temos um problema.
7295 Mateus, você tem essa... Consegue verificar com a Fernanda? Passo, passo para a
7296 próxima. Então, eu vou passar, e aí a gente aguarda o retorno. Acrescentar, não é?

7297 **Interlocutora Não Identificada** – Assim, para quem não estava acompanhando, não é,
7298 e para o Bruno que... Assim, o que acontece? Na redação estava dizendo, não é, que
7299 Forças de Segurança e Policiais Penais, a gente é socioeducativo, eles poderiam sair do
7300 cargo e ir para o mecanismo, não é? Aí, assim, o meu lado ex-mecanismo foi muito mais
7301 alto, não é? E aí é aquilo, assim, como é que a gente sempre lutou e sempre disse que
7302 Forças de Segurança não pode ser, não é? Então, assim, a gente... Aí estava lá três
7303 anos. Ele sai da instituição, mas a instituição não sai dele, não é? Então, assim, era a
7304 gente desdizer tudo aquilo que a gente veio lutando há muito tempo e dizendo, não, não
7305 pode ter, a gente é socioeducativo, policiais penais, enfim. Então, a gente ia fazer uma
7306 alteração nessa redação, que acabou passando, não é? Desapercebido, mas aí eu falei,
7307 não, como assim a gente deixou isso passar? Então, é isso, para quem não estava a par

7308 do tema, é esta redação. Então, não, não tem um consenso nos membros do comitê,
7309 porque eles entendem que pode ser, não é? Eu discordo veementemente, não é? Porque,
7310 assim, quem pratica tortura o Estado, não é? Mas, infelizmente, a gente não tem esse
7311 consenso no comitê nacional, de que teria, aí vai botar 10 anos, e assim, pode ser 20,
7312 30, 40, 50 anos, gente. Tem umas coisas que não dá, então, assim, foi o que eu consegui,
7313 não é? E aí, muito também, vou falar com toda, a outra coordenação também concordava
7314 com isso, e aí ficou difícil, não é? Então, assim, isso para mim é uma questão que eu
7315 fiquei muito pois, assim, porque é isso, assim, para mim não pode, não pode. É uma
7316 resolução do comitê nacional.

7317 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – É.** Exato.
7318 Então, é isso. Por uma questão de ordem, é, eu, é porque, não, mas não dá, porque a
7319 gente não tem o texto aqui para aprovar. Então, se a gente vai ficar discutindo um negócio
7320 que não tem, achou? Conseguiu? Está bem. É, por e por hora, vamos, vamos suspender
7321 a, não, de verdade, assim, vocês vão me perdoar, mas eu vou, vou tomar essa liberdade
7322 de realmente, assim, suspender por hora essa pauta, porque a gente não tem o texto
7323 para discutir, senão nós vamos entrar numa discussão que ainda não é, não tem como
7324 chegar no resultado, no encaminhamento, porque não tem o texto, não é? E, e a única
7325 ressalva que eu faço aqui em relação a isso é porque esse, essa foi uma resolução já
7326 aprovada em plenário. Então, já houve aí uma, uma revisão que, que em tese, não é, não
7327 deveria ser feita por hora, porque o texto, infelizmente, enfim, não foi publicado, mas é
7328 importante a gente tentar também, não é, buscar essa formalidade do, do tempo das
7329 coisas, não é? Eu vou, bom, tudo bem. Então, eu vou abrir uma rodada de falas de três
7330 minutos, está bem? Só confirmando, então é a MC, a Maria Clara, a Lourdes e tinha mais
7331 uma pessoa, o Caio, você também, Fábio? Está bem, então os três.

7332 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
7333 **Organizações Populares – GAJOP) – É** que não adianta ter o texto se não tiver acordo
7334 sobre o conteúdo, e daí eu acho que a gente, assim, Patrícia, você coloca que discorda
7335 e tal, mas eu acho que todo mundo concorda que não pode ser, mas tinha sido suscitada
7336 uma dúvida de que a gente realmente é possível colocar uma proibição total de
7337 participação, se isso não é uma coisa que poderia ser questionado. Está bem, a gente

7338 passa. E eu acho assim, que é importante a gente colocar isso aqui, o Bruno é ex-perito,
7339 enfim, eu acho que tem a participação do Felipe, eu acho que isso, eles podem contribuir
7340 com esse texto também, já que não foi apresentado, mas só para colocar. A Fernanda ia
7341 fazer uma proposta de texto que colocasse esse prazo o mais longo possível, e tinha
7342 outras questões também, o inciso colocava junto o profissional de segurança, junto com
7343 pessoas que já fizeram parte da secretaria, da qual estaria vinculado ao comitê, que são
7344 coisas diferentes, então tinha esse tipo de ajuste, mas eu acho que a questão de
7345 conteúdo, de fato, tomar essa decisão se ou tem um texto de proibição total, que daí eu
7346 não sei se isso gera algum tipo de contestação legal, que foi essa preocupação que a
7347 gente levantou, e se seria possível colocar requisitos que dificultariam de uma forma
7348 quase absoluta, colocando esse intervalo de 20, 30, 40 anos, e a Fernanda ia colocar
7349 esse tipo de proposta, mas é que está todo mundo de acordo, Patrícia, eu acho que não
7350 tem essa discordância, mas é mais o modo como isso estaria...

7351 **Sra. Lourdes Helena Pacheco** – Bom, eu gostaria de só fazer uma colocação no
7352 seguinte sentido, Fernanda, já está modificado? É o seguinte, duas colocações, primeiro,
7353 pelo que vocês disseram, já estaria votado, definido o restante dessa resolução. Bom, só
7354 o melhor juízo, não existe uma, vamos dizer assim, votação, decisão, deliberação de um
7355 documento, de um todo, deixando um artigo de fora para ele ser separadamente
7356 deliberado à parte. Sim, mas então, a meu ver, só o melhor juízo, todo documento ainda
7357 está pendente de deliberação ou rediscussão, posso estar enganada nisso. Segundo
7358 lugar, eu concordo com a ideia de que essas pessoas não podem participar do comitê,
7359 do mecanismo, mas eu tenho dúvidas quanto à legalidade dessa deliberação mesmo que
7360 seja um prazo longo, porque um prazo muito longo pode ser igual a alijar as pessoas,
7361 entendeu? Então, ainda que eu concorde com vocês, a gente tem que se preocupar com
7362 a legalidade de uma deliberação do comitê, entende?

7363 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Caio e
7364 depois o Fábio.

7365 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** –
7366 Primeiramente, eu ia pedir para a gente não discutir isso aqui, indo junto com a Kim, no

7367 sentido de que é improdutivo ficar discutindo se não tem a redação para ser discutida.
7368 Não? Mas eu também faço coro à colega da JD, no sentido de que essa redação, ela é
7369 bastante frágil em relação a ser questionada posteriormente, além de ter alguns erros
7370 meio estranhos de concordância nominal aqui, mas a questão é que nessa interpretação
7371 aqui de servidores e funcionários sei lá, a senhorinha que trabalhou terceirizada na copa
7372 da Secretaria de Segurança Pública, ela não pode fazer essa seleção aqui. A pessoa que
7373 trabalhou no contábil da Assembleia Legislativa, onde o mecanismo está instalado, não
7374 pode trabalhar aqui. Então, o jeito que está colocado é que não se presta o que vocês
7375 querem, embora eu ache que três anos é um prazo bem razoável, poderia ser cinco, eu
7376 sei que eu tenho uma posição diferente de muitas pessoas aqui, eu acho que em alguns
7377 contextos as pessoas que trabalham na gestão da segurança pública não têm que ser
7378 demonizadas, mas dá para ser feito de uma forma melhor. Se o colegiado decide que
7379 tem que ser feito assim, então façamos o bem-feito, porque isso aqui está péssimo.

7380 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço Social –**
7381 **CFESS) –** Oi, Fábio. Então, esse documento é um documento de recomendação, não é
7382 isso? Uma recomendação acerca da diretriz para a criação e fortalecimento de comitês
7383 e mecanismos. Isso não tem força de lei, de resolução, ou seja, o que eu estou querendo
7384 dizer é assim, o Estado, a unidade federativa, de certa forma, legalmente falando, ela vai
7385 ter autonomia dentro das suas atribuições legais estaduais. Esse documento é importante
7386 do ponto de vista de recomendação, porque é um documento político, que norteia a
7387 política como que o sistema nacional, aqui no comitê, indica como que deve ser a política.
7388 Acho que, nesse sentido, eu caminho que a gente não tem que ter tempo de quarentena,
7389 de desligamento, pessoas que participaram da gestão, acompanha quadros de espaço
7390 de privação de liberdade, claro que o texto pode ser aperfeiçoado, aqueles que
7391 exerceram cargos de segurança, diretamente ligado às forças de segurança e tudo, mas,
7392 a meu ver, como recomendação, pessoas que participaram do quadro de segurança, de
7393 instituições, de espaço de privação de liberdade ou segurança pública, não devem ser
7394 um requisito de recomendação, que não deve se candidatar a membro do mecanismo.

7395 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Então, tem
7396 a Patrícia. Acho que a pergunta, o objetivo é assim, vocês querem discutir essa pauta?

7397 Alguém concorda com discutirmos a pauta agora? Não, assim, a pauta, se for de acordo,
7398 será projetada. A pergunta, se vocês querem discutir, manter na pauta, vamos discutir
7399 agora. Sim. O Caio discorda, mais alguém apresenta discordância?

7400 **Interlocutora Não Identificada** – Então, pessoal, a Fernanda... Enviar. Ela está numa
7401 reunião, então, e falou que talvez daqui a uma hora e meia envie. Não sei se é o caso de
7402 deixar para amanhã essa discussão, não sei. Então, enfim.

7403 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então,
7404 novamente, a questão de ordem, considerando essa informação passada, para a gente
7405 otimizar o tempo, minha sugestão é que a gente, como eu tinha dito no início, a gente
7406 empurra um pouco essa pauta para chegar a essa redação, aí a gente já projeta com a
7407 redação que é a pessoa que ficou responsável por redimir, é, que foi encaminhado na
7408 última reunião, que a gente faça isso. Na verdade, a minha pergunta é se vocês
7409 concordam com essa proposta, que a gente coloque um pouquinho mais para frente na
7410 pauta. Só isso.

7411 **Interlocutora Não Identificada** – Tem colocado uma recomendação, é só um nomezinho
7412 para algo que tem força, vem dizer, forjeira. Costumeiramente a administração usa o
7413 termo recomendação quando poderia dizer resolução, de qualquer maneira, seja que
7414 documento for, e parece que está restrito aos princípios constitucionais, dentre os quais
7415 da administração pública, da legalidade. Só essa pequena...

7416 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Perfeito, a
7417 discussão aqui é de uma resolução que foi aprovada na última reunião extraordinária de
7418 dezembro do ano passado, mas então, como ficou definido, a gente fala depois. Se eu
7419 só fazer uma... Não, por favor. Se eu só fizer um adendo... Rápido, assim. Mas o ponto
7420 é o seguinte, é mais do que a recomendação, correto? Então, é assim que a gente vai
7421 encaminhar. Perfeito, está bem. Então, aí, assim que... Mateus, se você puder fazer essa
7422 gentileza de pedir para a Fernanda encaminhar no grupo do CNPCT, porque aí todo
7423 mundo vai ter acesso, e aí depois, então, Fabrício vai baixar e vai projetar no momento
7424 oportuno. Pode ser? Porque senão a gente vai ficar aqui... É uma inversão da pauta,

7425 exato. Eu vou deixar como última pauta. Tudo bem? Está bem. Mas, a princípio, nós não
7426 terminamos as pautas de hoje ainda. A gente tem a pauta de reorganização dos grupos
7427 de trabalho e tem também o término do cronograma e aprovação desse cronograma
7428 dessa agenda. Então, a minha ideia é eu vou adiantar a priori a questão do planejamento
7429 do cronograma para a gente já aprovar e, em seguida, a gente fala sobre essa
7430 reorganização dos GTs, sair daqui com essa definição. Perfeito, está bom. Tudo bem,
7431 todo mundo, de acordo, então, com essa proposta, eu vou repetir ela. Então, é a dos GTs
7432 a gente deixa para amanhã e tenta puxar de amanhã a pauta dos decretos só. Está bem.
7433 Mas agora eu vou seguir com o cronograma da agenda do nosso planejamento e aí a
7434 gente depois vai para os decretos, então. Fabrício, você poderia projetar aquele
7435 planejamento que a gente estava fazendo? Eu só vou pedir de novo só para esse
7436 esclarecimento. A gente fez todo um planejamento ontem e na manhã de hoje. Nesse
7437 planejamento, a gente colocou o que seriam, a princípio, os nossos objetivos gerais que
7438 estão nessa primeira coluna. Aqui a gente tem objetivos específicos na segunda coluna.
7439 Na terceira coluna, as ações. Aí, na quarta coluna... Mais para lá, Fabrício. A gente
7440 estabeleceu uma noção de curto, médio e longo prazo, entendendo que todos os de curto
7441 prazo são ainda nesse ano, para então descrever onde que entram as ações dentro do
7442 mês. E aí a gente acabou não conseguindo terminar. Então, como hoje, segundo o
7443 regimento, a gente tem que aprovar o nosso cronograma anual, então o que a gente vai
7444 fazer é um exercício até mais enxuto agora do que a gente estava fazendo antes, que é
7445 só colocar nos meses essas últimas coisas pendentes. A partir disso, fazendo a leitura e
7446 todos aprovando, a gente define isso e aí depois, posteriormente, a Maria Clara e eu, a
7447 gente deixa num formato diferente, que é um formato de calendário para ficar mais fácil
7448 de ser visualizado. Tudo bem? Está bem. Então eu vou direto aqui para... Eu estou com
7449 dificuldade de enxergar. Está, então, Fabrício, estou tentando projetar para o pessoal da
7450 on-line. O Marden. É, indo direto lá para baixo, vocês querem que eu faça já a leitura do
7451 início? Não, não é? Vamos seguir direto, não é? Está bem. Então, o que estava faltando
7452 colocar no mês, dentro do mês, era o objetivo geral de contribuir para a criação da Política
7453 Nacional de Prevenção, Combate à Tortura e atualização do Plano Nacional de
7454 Prevenção, Combate à Tortura. A gente tinha de objetivos específicos. Tem, não é?
7455 Apresentar proposta de criação de fundo nacional para ressarcimento de vítimas de

7456 tortura. Avaliar a criação de um fundo na Política Nacional de Prevenção, Combate à
7457 Tortura. Criar um GT sobre o processo de participação social para a construção desse
7458 plano. Só uma questão que, fazendo essa leitura, visualizo que a avaliação da criação
7459 de fundo e apresentar uma criação, uma proposta de criação de fundo, na verdade, estão
7460 dentro do escopo do plano, não é? E da política em si. Então, seria um único objetivo
7461 específico, não é? Que a gente vai focar. Aí, indo um pouco mais para lá, Fabrício, para
7462 o final do... Isso. Então, aqui é a questão da criação do plano. Vocês têm alguma
7463 sugestão de que mês a gente colocaria essa criação desse plano? Esse estabelecimento
7464 de GT a gente já vai fazer amanhã, não é? Pode já incluir amanhã. Então, se for já
7465 amanhã, hoje ou agora? Isso. Voltando, é um só. Isso.

7466 **Interlocutora Não Identificada** – Aí, porque seriam propostas voltadas ao plano. Estava
7467 em outro local lá e a gente colocou aqui só para bater o martelo que realmente vai juntar.

7468 **Interlocutor Não Identificado** – A gente está em processo. É o que começou ontem. Só
7469 uma sugestão de caminhamento com esse ponto, Kim. Eu acho que o que a gente pode
7470 fazer é se o GT, como a gente deu uma pactuada, vai começar a pensar a ação de
7471 atualização do plano, a gente pode apresentar o tempo para o GT apresentar o plano de
7472 trabalho. Então, se a gente estabelece o RO agora, nessa RO, esse GT, a gente pode
7473 apresentar como tem uma certa urgência, que na próxima RO, esse GT apresente o plano
7474 de trabalho mínimo para a gente discutir.

7475 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então, sua
7476 proposta é que já na RO de abril, o GT apresente uma proposta inicial de como seria
7477 esse plano de trabalho.

7478 **Interlocutor Não Identificado** – Isso. Por que isso? A gente vai ter que ter atores do
7479 Estado que hoje não estão presentes, vai ter que conversar com outros setores da
7480 sociedade civil que não estão aqui. Então, não é exatamente a criação da política ou algo
7481 em torno da criação, mas é o plano de trabalho para a gente chegar nesse momento.
7482 Inclusive, porque a gente está em processo de encerramento desse mandato. Então, é

7483 como a gente organiza a casa para eles. Então, acho que é isso, um plano de trabalho
7484 do GT na próxima RO

7485 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Perfeito.
7486 Eu estou de acordo. Alguém... Todos de acordo? Então, o prazo, Fabrício, se você puder
7487 editar para a gente, não sendo muito folgado. Não, eu consigo editar.

7488 **Interlocutora Não Identificada –** Eu consigo ir editando. Aí, só lembrando que a gente
7489 tem muita experiência de GTs que são criados, Bruno e Felipe, que não têm participação
7490 do governo. Isso é inclusive um problema burocrático, porque eles precisam ter algum
7491 membro do governo. E aí, a gente discutiu amplamente aqui essa manhã como seria
7492 importante a participação, não só de membros do governo, mas especialmente do MDH,
7493 que seria o mais implicado nisso. A gente avaliou a necessidade de atualizar esse plano.
7494 Ana Carla já se colocou à disposição de participação desse GT. Gentilmente, se vocês
7495 puderem estar nesse GT, eu acho que seria extremamente pertinente a gente estar
7496 colocando aqui nessa planilha. Se puder passar para o lado, Fabrício, os responsáveis.
7497 Aí eu já colocaria também vocês como corresponsáveis dentro desse GT.

7498 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Eu posso.
7499 Ninguém mais? A gente está fazendo o grupinho aqui. Então, o prazo seria abril, curto,
7500 abril, para fazer o plano de trabalho. A gente sugeriu que a gente tivesse um plano
7501 desenhado, nosso desejo, em 2025, porque estamos em 2024 fechando, envolve um
7502 processo de mobilização e de aglutinamento de forças. Então, por isso que seria a
7503 primeira etapa de planejamento do que a gente vai executar nesse momento. Mas a ideia
7504 do plano é para 2025, não para agora.

7505 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
7506 Nominalmente, pergunto. Exato, a partir da definição do cronograma. Nominalmente,
7507 seria possível, Bruno ou Felipe, já se colocarem, ou vocês preferem não tomar essa
7508 decisão agora? Para falar ou para participar? Então, revisando ali, a gente tem a Dani, a
7509 Ana, nós três aqui, e a Lúcia. Certo? Acho que já está bom também. Aí, o prazo é a
7510 próxima RO Abril. O prazo de apresentação do plano de trabalho.

7511 **Interlocutora Não Identificada** – A criação do... Na verdade, está. A criação do GT. Nós
7512 já fizemos, que é a criação do GT. E, na verdade... É, porque, na verdade, a elaboração
7513 já tem que ser feita. É a apresentação...

7514 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Isso
7515 mesmo. Seguindo para o próximo, então, um pouquinho mais para lá, para ver o objetivo
7516 geral, é aprimorar o fluxo de trabalho e memória institucional do CNPCT. O objetivo
7517 específico, desenvolver uma metodologia e banco de dados para monitoramento de
7518 recomendações do CNPCT. As ações, estabelecer parceria para contratar uma
7519 consultoria para a sistematização dos dados dos relatórios com base nos temas
7520 prioritários, levantamento dos processos SEI de denúncias feitas ao CNPCT, criação de
7521 um procedimento, um protocolo, um protocolo interno. Então, acho que é... Está bem. E,
7522 agora, indo para os prazos. O levantamento dos processos SEI de denúncias feitas ao
7523 CNPCT está abarcado no levantamento, Thamiris, que a Débora está fazendo. Esse
7524 levantamento dos processos SEI de denúncias feitas ao CNPCT, está bem?

7525 **Interlocutora Não Identificada** – Penso que, para o desenvolvimento dessa metodologia
7526 do banco de dados, a gente já tem aí uma ideia para o termo de referência que se quer.
7527 Então, valeria colocar, a meu ver, como ações a criação de um grupo de trabalho, que é
7528 um grupo de trabalho que depois vai acompanhar esse termo de referência. Porque as
7529 ações aí já são ações bem próximas do que seria essa consultoria. É para uma
7530 consultoria isso, não é?

7531 **Interlocutor Não Identificado** – Essa que a gente já tem um dinheiro, digamos, a gente
7532 já levantou algumas questões. Já tem gente dentro do comitê que acha, ah, é
7533 interessante ver uma consultoria nessa direção, outra pessoa nessa outra direção. Então,
7534 vincular o termo a isso, eu acho que vale a pena a gente fechar se vai ser esse mesmo.
7535 Ou se a gente vai pleitear junto ao Ministério ou com os nossos recursos que ainda não
7536 estão orientados para isso, uma outra consultoria.

7537 **Interlocutora Não Identificada** – Eu penso que quem está interessado e disponível para
7538 essa questão pode inclusive pensar o termo de referência, que são essas questões que

7539 você está trazendo. A gente quer uma consultoria exatamente para que produtos? Qual
7540 é o perfil desses consultores que nós queremos? Para quando esses produtos são
7541 necessários? Essa maturação, isso já tem que fazer parte da justificativa e da
7542 fundamentação de um termo de referência. Então, é só para aproveitar os movimentos.

7543 **Interlocutora Não Identificada** – Porque, na verdade, eu estou entendendo que,
7544 especificamente aqui, seria mais uma questão para que a gente tenha a maior gestão
7545 das nossas próprias, dos nossos próprios encaminhamentos, na verdade. É uma questão
7546 muito interna. Porque quando a gente falou da questão da consultoria, nós pensamos em
7547 outras coisas também. Mas aqui seria mais uma questão de fluxo interno, de gestão
7548 interna mesmo. Então, se isso é uma questão de fluxo e gestão interna, e é uma questão
7549 de sistemas, de questões que são nossas internas, eu não sei se nesse caso seria uma
7550 contratação de consultoria. Eu acho que talvez fosse mais uma questão mesmo
7551 administrativa interna. Eu acho que talvez a gente se equivocou quando a gente discutiu
7552 a consultoria aqui mesmo, entende? Nesse ponto em específico. Só para reflexão
7553 mesmo.

7554 **Interlocutora Não Identificada** – Não, eu acho que está correta, Jaque. Isso daqui, e
7555 logo abaixo dá para ver que tem a consultoria para os relatórios do mecanismo. Então,
7556 acho que é em relação a isso. Essa é a questão interna.

7557 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Espera aí,
7558 acho que a gente entrou numa certa sinuca de bico com esse tema. Então, pensando
7559 nisso, que como a gente ainda precisa decidir qual será o uso do valor do prodoc, ainda
7560 que a gente já tenha clareza de que consultoria é um tipo de gasto que já pode ser
7561 utilizado, e aí teria que ser passada então na RO, especificamente uma pauta dessa, me
7562 parece que é o caso de a gente não colocar em um prazo específico. A gente colocar de
7563 uma maneira mais genérica, que seria avaliar o uso, avaliar o uso do valor do prodoc. A
7564 gente precisa avaliar o uso do valor do prodoc, para qual finalidade ele vai receber
7565 propostas para o uso do recurso.

7566 **Interlocutora Não Identificada** – Eu só acho importantíssimo que se mantém este ponto,
7567 porque você só tem sentido falar da construção de um plano se você tem um diagnóstico,
7568 quer dizer que você constrói um plano que você está respondendo a uma realidade que
7569 foi identificada. Então, se a gente não tem dados para dizer que isso é um problema, é
7570 um desafio, enquanto construções políticas públicas sejam em qualquer esfera, eu não
7571 tenho motivo de construção de plano. Então, eu preciso primeiro de identificar, quer dizer,
7572 a gente tem de fato ainda situações de tortura no Brasil? Sim. Como? Quando? Onde?
7573 Qual região? Quais dados nós temos isso? Então, enquanto o comitê está se construindo
7574 um plano de trabalho, um plano nacional para o enfrentamento e o combate a essa
7575 situação, baseado em ciência.

7576 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Só um
7577 esclarecimento é que esse ponto em específico, ele é o monitoramento, o diagnóstico,
7578 ele é feito inclusive pelo mecanismo, é a principal resultado de todas as missões, todas
7579 as ações do mecanismo. Só que aqui a gente está falando de uma questão de fluxo
7580 interno, como a Jaqueline disse. Exato. Então, por se tratar de um fluxo interno e de
7581 monitoramento interno, interna, exato. Mas como não definimos que o dinheiro do prodoc
7582 será para a consultoria, então fica uma coisa assim, meio um limbo. Então, é por isso que
7583 a proposta seja de a gente colocar...

7584 **Interlocutora Não Identificada** – Oi, pessoal. Então, assim, está na lei do comitê,
7585 inclusive. Queria só lembrar que está lá na lei, como está na lei do Rio de Janeiro,
7586 Rondônia, Acre, entre outros, Sergipe, Alagoa, Paraná, Maranhão. Essa é a atribuição
7587 do comitê. Eu fico com uma preocupação no sentido de que, assim, quem vai pegar as
7588 informações dos relatórios? Porque, assim, tortura tem todo dia, gente. Até falta dar água
7589 na cadeia, falta de luz. Isso é prática tortura. Mas aí eu me preocupo com uma questão.
7590 Quem vai fazer isso do Comitê Nacional? Vai ser a coordenação, vai ser assim... Porque,
7591 assim, o comitê tem três pessoas que dão suporte técnico ao comitê. Thamiris, Joana e
7592 Débora. Então, assim... Ah, está. Esqueci do Fabrício, coitado. Esqueci. É, então... E aí,
7593 assim, me traz uma outra questão, que é assim, além do comitê, também a gente faz
7594 outras coisas no ministério. Então, assim, a gente também precisa definir isso, assim.
7595 Porque aí também não dá para colocar muito trabalho na pessoa, porque, assim, ela não

7596 vai acabar dando conta nem do comitê, nem do ministério. Ou ela é só para o comitê,
7597 dedicação exclusiva, exclusividade para o comitê, tem de tocar outras pautas no
7598 ministério. Então, acho que a gente também precisa alinhar isso. Acho que está faltando
7599 um pouquinho de alinhamento para deixar as coisas soltas. Porque, assim, e o Comitê
7600 Nacional, ele surge em 2013, não é? Nós estamos em 2024. Está até atrasado nisso um
7601 pouquinho, assim.

7602 **Interlocutor Não Identificado** – Bom, ali na linha 20, estabelecer... espera aí. Ali,
7603 estabelecer a parceria para contratar uma consultoria, sistematização dos dados dos
7604 relatórios, base nos temas prioritários. Eu estou entendendo que são recomendações do
7605 mecanismo, não é? A gente quer um banco de dados com essas recomendações. O
7606 mecanismo... Então, comitê, gente, o comitê... É que agora eu estou comitê, aí depois...
7607 Agora eu estou comitê. Foi na automática. Então, a ideia é como o mecanismo, ele já tem
7608 essas informações. Também é atribuição do comitê ser esse espaço de controle externo
7609 da ação do mecanismo, não é? Eu acho que a gente pode requisitar o mecanismo, enfim,
7610 dentro de um período, que eles enviem as suas recomendações para o comitê. Agora,
7611 não adianta chegar também um planilhão com um monte de recomendações que a gente
7612 não vai conseguir visualizar isso. E aí, dialogando com a linha 21 ali, que é a contratação
7613 do software. Contratar software é algo muito difícil no governo federal. Assim, é quase
7614 impossível. É fábrica de software, seu não deixa, diz que isso é atividade finalística, que
7615 não tem servidor. O que nós temos hoje é uma ferramenta de Power BI, já contratada, e
7616 alguns profissionais dentro do ministério que sabem manusear a ferramenta. E do Power
7617 BI, a gente consegue tirar um monte de indicadores, dados, georreferenciar essas
7618 informações. Talvez a gente pode avançar solicitando que o mecanismo envie com uma
7619 certa prioridade as recomendações das missões e a gente tenha um lugar. E aí tem que
7620 ver como é que a gente vai alimentar. Isso é um outro problema, uma outra camada que
7621 a gente vai ter que discutir depois. Mas a gente poderia tentar desenvolver uma
7622 ferramenta e a gente já tem isso contratado no ministério, que é a ferramenta de Power
7623 BI. Aí a gente dialoga com os profissionais da CGTI qual o formato que a gente pode
7624 formatar o Power BI para condensar essas informações lá dentro, que isso seja uma
7625 linguagem que a gente consiga comunicar não só internamente, mas externamente. A

7626 população pode ir ali acessar como são os da ouvidoria. Eu posso até depois mostrar o
7627 da ouvidoria para vocês do Disque 100. Porque aí nós teríamos um repositório de
7628 recomendações, uma ferramenta de monitoramento, inclusive para a gente reiterar.
7629 Porque agora, lembrando do meu período de perito, era muito isso. Só a incidência do
7630 mecanismo é insuficiente para que os estados adotem as medidas. Então a gente
7631 também adota uma postura mais política enquanto comitê de também reiterar essa
7632 cobrança. Porque a gente vai ter esse dado qualificado por meio do Power BI. A gente
7633 vai saber onde o mecanismo foi, em que época ele foi, quais são as recomendações.
7634 Então a gente teria mais uma ferramenta ali para ter esse diagnóstico. Porque como a
7635 Ana trouxe aqui, acho que a gente precisa, como a gente dá para pensar num plano, a
7636 gente precisa desse diagnóstico, do status. Então acho que a gente já poderia partir
7637 dessa ferramenta para ter um indicador mínimo. Seria um indicador mínimo no primeiro
7638 momento, que são as recomendações do mecanismo. Oi? Não, esse já está contratado.
7639 Ele já tem essa... É, então aí pode. E a gente tem funcionários dentro do Ministério que
7640 fazem essa customização do Power BI. A gente pode até... Eu vou tentar ver se amanhã
7641 a gente consegue trazer o pessoal aqui da CGTI para dizer, dialogar com vocês em torno
7642 do que a gente já tem de ferramenta. Aí ao final a gente pode ter um Power BI insuficiente.
7643 Só essas informações não dão. Aí a gente teria que pensar em uma solução. Mas a
7644 princípio a gente já teria de largada uma ferramenta já contratada. Acho que amanhã
7645 talvez numa agenda aqui a gente consiga...

7646 **Interlocutora Não Identificada** – Então, eu acho que fica nítida a necessidade da
7647 ferramenta. E ali, Maria, ao invés de botar especificamente o BI, eu acho que poderia
7648 colocar dispositivo de monitoramento e colocar Power BI porque eu não sei se vai ser
7649 suficiente, como você já disse também. Então, a título de encaminhar, eu acho que a
7650 gente precisaria só talvez ali na nossa tarefa de nomeação de prazo, já encaminhar isso,
7651 porque também senão a gente vai ficar aqui retroalimentando. Eu acho que... porque eu
7652 acho que está... a necessidade lá foi bem apresentada. Pensar soluções, eu acho que
7653 via ministério, eu acho que inclusive, de utilizar os recursos que já existem disponíveis
7654 nessa casa. E aí a gente trabalhar ali no nosso prazo, entendeu? Assim, para dar
7655 continuidade a tarefa que a gente está fazendo.

7656 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
7657 **Norte – UFRN)** – Gente, só fazer uma pontuação, que a gente está falando de duas
7658 coisas diferentes. O ponto roxo são os protocolos internos, é sobre as nossas demandas.
7659 O que acontece? O mecanismo apresenta lá o relatório de uma inspeção, tem as
7660 indicações do mecanismo, a gente tem as nossas indicações das ROs e aí a gente
7661 encaminha. Isso não tem... se é feito, se não é feito, o retorno a gente não tem. Então,
7662 para isso, não é uma consultoria, isso é a criação de um protocolo interno de como a
7663 gente faz. Então, aquele ponto ali é isso. Por isso, o levantamento dos processos sem
7664 denúncias feitas ao CNPCT é Thamiris e Deboraline que vai fazer esse levantamento,
7665 porque é parte desse processo aí. A gente só pensar e construir com elas o prazo
7666 possível. Criação de um protocolo interno é, a partir disso, talvez a mesa diretora ou um
7667 grupo de pessoas de nós pensar um protocolo de como a gente faz acompanhamento.
7668 Mandou 30 dias depois, então tem que lembrar de ver se teve resposta. Não teve, 15
7669 dias depois a gente faz o quê? Então, esse é um ponto. Então, ali é, basicamente,
7670 serviços internos nossos e aí como a gente pactua prazos. O ponto dois, que envolve a
7671 criação desse diagnóstico da situação de tortura, como lembrou a Ana, que vai além.
7672 Então, por exemplo, a gente vai precisar dos dados do MNPCT, mas vai precisar dos
7673 dados do dique 100, vai precisar dos dados dos sistemas estaduais, vai precisar dos
7674 dados do que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública tem, os dados da saúde têm.
7675 Então, é a produção de diagnóstico numa outra direção, que eu acho que a gente vai
7676 detalhar para frente. O que a gente tinha conversado sobre isso é, antes de a gente dizer
7677 que vai comprar, vai contratar uma consultoria prodoc, era isso que ia responder a
7678 Daniele, a gente precisa conversar com o MNPCT para saber o tipo de controles que eles
7679 têm desses dados, porque também uma prerrogativa ou uma responsabilidade deles,
7680 eles terem esse controle. Então, a gente está colocando a possibilidade de contratar um
7681 serviço que, em via de regra, é responsabilidade desses peritos, que eles recebem salário
7682 para fazer isso. Então, a ideia é, a gente tem que, primeiro, antes, e a gente tinha
7683 conversado nessa direção é, a gente precisa de uma sistematização dos relatórios do
7684 MNPCT, porque isso é um monte, alguém tinha colocado, acho que foi o Bruno que
7685 colocou, um monte de orientações por relatório, e aí não é esse o ponto. Então, aqui,
7686 acho que o que a gente tinha caminhado, aí já indo para o ponto dois, ultrapassando,

7687 mas só fazendo o esforço de ir limpando o terreno, é pensar isso, uma agenda de
7688 conversa com o MNPCT para saber o que eles estão fazendo nessa direção, para eles
7689 compartilharem conosco. E aí, depois, a gente ir construindo. É isso, não é? Quem já tem
7690 novo ouvidor? A pessoa que entrou. Então, é isso, conversar com o novo ouvidor, a nova
7691 ouvidora, para pegar esses dados de disque 100. É isso. Mas, depois, a gente ir
7692 fragmentando isso. Então, só para explicitar, uma possível contratação de prodoc, talvez
7693 não seja nem para o MNPCT, e muito menos para esse de cima, porque esse de cima
7694 são dinâmicas internas, apenas a gente. Então. Então, mas é o controle. Então, mas é
7695 isso, o mecanismo não é só relatório, não é? Eles têm um processo de produção de
7696 dados, que deveria ser.

7697 **Interlocutora Não Identificada** - Bom, gente, na verdade, eu me sinto integralmente
7698 contemplada na fala do Paulo Victor. Era exatamente essa questão. Mas aí, estou
7699 contemplada, mas já estou com o microfone aqui. Eu acho que, só uma questão assim,
7700 que eu fiquei muito reflexiva quando tu falaste, tipo assim, de nós também, enquanto um
7701 órgão de fiscalização do MPTC, que eu acho que talvez a gente esquece isso, porque
7702 está tendo uma preocupação que a gente não está fazendo, na verdade, uma gestão e
7703 acompanhamento das nossas próprias resoluções. Então, na verdade, a gente não está
7704 fazendo nem das nossas, e nesse entendimento que é nossa função, inclusive do
7705 mecanismo, porque acho que teve uma, por exemplo, que tinha mais de 100
7706 recomendações. E aí eu falo nossa, e aí eu só entendo assim, a gente não entender que,
7707 na verdade, talvez essas recomendações de terceiros, porque eu entendo que a nossa
7708 questão interna, eu acho que a gente tem todos os meios aqui, a gente só está, acho que
7709 é muita demanda nos ombros de pouca gente, acho que é isso. É uma questão que a
7710 gente já tem condições de imediato, e só acho que essa questão do mecanismo é a que
7711 seria mais complexa, mas contemplada com a fala do Paulo Victor.

7712 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Sou eu,
7713 depois a Patrícia, depois você, está bem, Ana? Mas assim, aí vou fazer uma fala no intuito
7714 mesmo de buscar aí o encaminhamento. Então, esclarecendo, há três coisas no
7715 planejamento que podem ou não envolver uma organização de dados. Então, vamos lá.
7716 A primeira é a questão dos dados, do mecanismo, com base nas recomendações do

7717 mecanismo. Isso, como a gente tinha já conversado algumas vezes, seria um
7718 encaminhamento de o mecanismo nos fornece, no entanto, se trata de dados grandes e
7719 amplos, e que precisaria, eventualmente, de uma sistematização desses dados, e que aí
7720 essa sistematização caberia a um consultor, pesquisador, não é, enfim, que aí a gente
7721 vai avaliar em outro momento sobre isso. A outra são sobre dados internos, que aqui a
7722 gente até estava reparando, nada mais é do que estava na pauta de hoje, que é a
7723 organização, o balanço dos encaminhamentos, dos ROs e ofícios, porque esses ROs e
7724 ofícios, não é, desses encaminhamentos que saíram das reuniões ordinárias, que se
7725 tornaram ofícios, são justamente as denúncias que a gente recebe e encaminha. Então,
7726 aqui, de fato, está dentro do escopo da coordenação de apoio, e elas já vêm fazendo
7727 esse levantamento como informado, e a gente estabeleceu o prazo ali, também, para que
7728 isso seja concluído. Junto disso é que a gente só usou palavras diferentes, mas é isso,
7729 organização, balanço dos encaminhamentos, das ROs e ofícios, nisso está incluído o
7730 processo SEI, porque, segundo o esclarecimento da Thamiris, todos os ofícios geram um
7731 número SEI. E a terceira coisa tem a ver aí, também, com esses dados, então, da mesma
7732 maneira como precisaríamos de alguém para sistematizar os dados do mecanismo, a
7733 gente também precisa de alguém para sistematizar os dados do CNPCT. Também isso
7734 pode, eventualmente, entrar numa consultoria. Então, esse esclarecimento acho que é
7735 importante. São três coisas diferentes, mas que podem, aí, ter algum encaminhamento
7736 futuro relacionado a consultorias externas. Aqui, a proposta seria que a gente, como eu
7737 tinha falado no começo, aí vocês me corrijam se eu falar errado o que eu falei no começo,
7738 mas seria mesmo de a gente finalizar essa parte do levantamento interno, e isso já tem
7739 o prazo. Então, voltando ali para os prazos, do levantamento interno, a proposta é que,
7740 na próxima RO, a gente já tenha isso feito, definido, enfim, encaminhado, mas a
7741 perspectiva é que seja entregue e encaminhado para os membros do Conselho em
7742 março. Então, na verdade, o prazo ali é março. Quanto à criação de um protocolo interno,
7743 vocês têm alguma sugestão de mês? Abril. Não. Está bem, que aí a gente está falando
7744 de fluxo interno, de registro, então, como que cotidianamente, a coordenação de apoio
7745 vai registrar isso em planilha para que a gente tenha o controle de recebimento de
7746 respostas, de não recebimento de respostas etc., certo? Beleza.

7747 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
7748 **Desencarceramento)** – Não, então, gente, assim, são algumas coisas, assim, eu vivo
7749 angustiada, estou ficando velha, gente, se eu não vou fazer 50 anos, então, estou me
7750 dando direito de ser chata. Estou me dando direito de ser chata. Alguns pontos, não é?
7751 Assim, o Mecanismo Nacional já faz uma análise, já tem um banco de dados, assim, eu
7752 tenho dificuldade de entender algumas coisas. Por exemplo, o Mecanismo Nacional,
7753 inclusive, nas reuniões do comitê, diminuiu e tem colocado pelo menos cinco
7754 recomendações principais para o comitê participar. Em slide, em slide de 130, eles pegam
7755 cinco, e aí, assim, me dá dificuldade disso, assim. E, assim, tem algumas informações que
7756 o próprio mecanismo vai fazer por causa do sigilo. Então, isso também precisa ser
7757 entendido. E o que a gente está propondo aqui, que a gente está colocando aqui também,
7758 em relação ao Comitê Nacional, é ter uma memória institucional. Por quê? Muda governo,
7759 muda sistema, por exemplo, quando era Secretaria Nacional de Direitos Humanos, era
7760 uma sigla, e aí vários documentos acabam se perdendo. Aí mudou para Ministério da
7761 Mulher, Família e Direitos Humanos. E vai mudando e vai coisando. Por exemplo, não se
7762 tinha informação do primeiro encontro de comitês e mecanismo. Quem passou essa
7763 informação fui eu, porque eu tinha, porque eu guardo, eu gosto de papel, eu guardo,
7764 parece que eu tenho 12 mil, 12 mil no meu e-mail, 12 mil e-mail lá. Então, assim, acho
7765 que a gente precisa entender do que a gente está falando, porque, assim, eu estou tendo
7766 uma certa dificuldade que a gente está falando uma coisa, porque, assim, já tem algumas
7767 coisas, por exemplo, quando a gente assumiu a agenda, foi criado uma planilha, em uma
7768 reunião da mesa diretora, que estava eu, Mateus, Fernanda, Sofia, Nana, de
7769 encaminhamento de saída de ofício. A Thamiris nem estava no Comitê Nacional. A
7770 Thamiris chegou depois. Essa planilha está lá, está lá. Tem lá os ofícios não respondido,
7771 não respondido, ela precisa ser só atualizada. E é isso, volto a falar mais uma coisa,
7772 assim, eu acho que a gente também precisa entender, é isso, a divisão de trabalho, a
7773 divisão de tarefa, dentro do Comitê e do Ministério, ela precisa ser reorganizada nesse
7774 sentido, porque, senão, não vai conseguir dar conta, porque, às vezes, não vai ser uma
7775 prioridade o Comitê Nacional, e o Comitê Nacional precisa ser uma prioridade. Eu acho
7776 que a gente precisa entender tudo isso. E aí eu estou falando isso, porque acho que é
7777 importante, porque, senão, a gente esquece, não sei, a gente está tendo as dificuldades,

7778 eu estou tendo as dificuldades de algumas compreensões de algumas coisas. E é isso,
7779 todo ofício tem ofício pelo SEI, todos os ofícios saem. E aí também queria acrescentar
7780 que na gestão passada do Comitê Nacional, o próprio Comitê Nacional criou os pontos
7781 focais para fazer reunião com os estados, com a autoridade. Então, várias coisas estão
7782 acontecendo. Por exemplo, das reuniões que eu participei nos estados, que são alguns
7783 estados, saíram projetos de lei para a criação de comitês e mecanismos, Bahia, Paraná,
7784 Tocantins, entre outros. Tem várias coisas acontecendo. E aí o que a gente está tentando
7785 é deixar uma memória institucional para quem vier depois ter, isso aqui já tem, isso aqui
7786 está aqui, isso aqui vai ser assim. E é isso que a gente está tentando fazer hoje neste
7787 planejamento, que como não teve planejamento na gestão passada, planejamento do
7788 Comitê Nacional todo, a sociedade civil fez meio planejamento, é um pouco isso.

7789 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Eu acho
7790 que é importante, Patrícia, trazer essa memória de que já houve uma planilha. Acho que
7791 como encaminhamento, a minha proposta seria que, então, a gente buscasse encontrar
7792 essa planilha, se ela estiver, e... exato, é a planilha que está sendo atualizada. Perfeito.
7793 Não, é perfeito. Trata-se de um fluxo interno que todos nós... só, perdão, deixa eu concluir
7794 só essa parte, porque, realmente, seria muito importante a gente encaminhar e
7795 prosseguir. Eu acho que está ficando desnecessariamente cansativo. Então, voltando,
7796 como eu disse, são três coisas distintas. Uma dessas, que é o que a gente está tratando
7797 agora, é a questão do fluxo interno. Então, assim, tal qual, o comitê precisa se organizar,
7798 também entendemos que houve alguns equívocos de desorganização do governo, que
7799 tem uma parte da coordenação geral, que tem direta relação com a pauta. Portanto, todos
7800 nós aqui estamos num processo de nos reorganizarmos, de nos readequarmos para
7801 conseguir fazer esse fluxo melhor, funcionar melhor. E aí, o encaminhamento, então,
7802 seria, basicamente, esse que a gente, então, concluísse, esse que já está estabelecido
7803 um prazo, que a coordenação de apoio vai fazer. E aí, a gente até passaria, futuramente,
7804 a dialogar sobre essas questões dos dados, do levantamento dos dados, tanto do
7805 mecanismo quanto do comitê. Só um esclarecimento, assim, para vocês saberem. O
7806 Power BI, ele é como se fosse, assim, uma plataforma, uma ferramenta, para tornar os
7807 dados mais bonitos e mais fáceis de visualizar. Mas ele, em si, não é um lugar de

7808 armazenamento. Então, a gente também precisa verificar, e isso vai fazer parte do
7809 processo, como que esses dados vão ser armazenados para a memória, justamente.
7810 Então, é uma outra discussão aí. Se vocês estiverem de acordo, a gente pode passar
7811 para o último ponto, que tem relação, também, com isso tudo que a gente está falando.
7812 Você quer falar, Mateus?

7813 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
7814 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Não, basicamente, só uma frase. Eu falei com a
7815 Thamiris, isso que a Patrícia colocou, a Thamiris e a Débora, elas têm utilizado. Então,
7816 assim, não está parado. Tem sido, acho que a Sofia criou uma planilha e tem o controle
7817 de todos os SEI, todos os e-mails. Então, isso vem sendo feito de forma adequada pelo
7818 que a Thamiris colocou.

7819 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – E aí, o que
7820 ela está fazendo é justamente isso, atualizar para nos mandar. Está, vamos lá. Então,
7821 vamos organizar a ordem para fechar essa pauta. A Ana, depois a Dani, não é? E, mais
7822 alguém? Ou fechou a inscrição? Está bem.

7823 **Sra. Ana Carla Costa Rocha (Titular - Ministério Do Desenvolvimento E Assistência**
7824 **Social E Combate À Fome – MDS)** – É uma pergunta e uma sugestão. Então,
7825 normalmente, o mecanismo, ele encaminha para o comitê as recomendações diante das
7826 visitas que eles fizeram, correto? Só que eles mandam no formato de relatórios e
7827 recomendações? Está bem, e aí ficam, tipo, 10 milhões de recomendações? O que a
7828 gente não tem hoje é saber quantas recomendações e o que foram feitas delas, é isso?
7829 Internamente, que eu estou falando. Acesso. Monitorar. E aí, por isso que eu acho
7830 importante, então, pensar talvez nesse prodoc, por quê? Porque, senão, a gente cai em
7831 um trabalho burocrático, de só monitorar e fazer. Eu faço só a resposta àquilo que é
7832 provocado e eu não analiso a quantidade do que está chegando, o que está chegando e
7833 como a gente vai responder. Porque aí, sim, é a construção de política pública. Exato.
7834 Ótimo. Eu entendi. Perfeito. Agora, a proposta que a gente também pode fazer ao
7835 mecanismo é que eles também possam entregar os dados nas categorias de análise.
7836 Isso, ótimo. Que aí eles podem entregar na categoria de análise e apresentar para vocês

7837 regionalmente onde estão. Porque a partir disso, vai poder propor, por exemplo, plano,
7838 consultoria, diagnóstico... é, perfeito. Obrigada, viu, pelo esclarecimento.

7839 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
7840 **Cidadania – MDHC)** – Pois é, eu quero fazer uma fala de sensibilização. Eu saí quando
7841 eu voltei, Patrícia estava falando. Com relação a vocês lembrarem que o nosso tempo
7842 nas coordenações de apoio são tempos concorrentes. Ou a gente faz uma coisa ou a
7843 gente faz outra, não dá para fazer tudo ao mesmo tempo. E aí eu queria sensibilizar
7844 vocês mesmo, que às vezes a gente... eu estou ali ao lado da Thamiris. A gente perde
7845 muito tempo e retrabalho com questões que são questões pequenas que vocês podem
7846 nos ajudar. Eu vejo, às vezes, Thamiris e Débora muito sobrecarregadas em fazer
7847 remarcação de reunião. Vocês não têm ideia de que quando vocês decidem, por
7848 exemplo, uma data, às vezes a gente tem que fazer uma logística de conversas enorme
7849 para conseguir espaço. E aí, de repente, vem logo em seguida. A data mudou. Três,
7850 quatro dias do nosso trabalho que foi perdido em função disso, então... um minutinho,
7851 estou com a palavra. Então, assim, estou fazendo esse pedido porque otimiza muito a
7852 nossa atuação para dar suporte, inclusive, a vocês quando vocês passam uma decisão
7853 e a gente pode se apoiar nela. Então, essa questão de passagem, prestação de contas,
7854 isso tudo pode ser muito automático e nos liberar para apoiar melhor vocês se vocês
7855 passam isso com antecedência para que a gente também se organize. Então, se sai, por
7856 exemplo, de um encontro como esse todas as datas do ano, a gente faz o nosso
7857 planejamento de acordo com o que é solicitado de nós. Em termos de prazo, morreu
7858 neves. Isso não volta a ser um problema nem para vocês, nem para nós. No momento
7859 certo, a passagem vai chegar para cada um. Por quê? Porque a gente também tem um
7860 movimento de prestação de contas e esse movimento de ter que ficar cobrando, isso não
7861 acontece. Então, assim, queria sensibilizar vocês também nisso. Como a nossa equipe é
7862 muito reduzida e vocês estão percebendo que muitas das ações que são encaminhadas
7863 não conseguem ter, talvez, a velocidade que se espera para se organizarem também em
7864 questões básicas, assim, de secretaria de apoio. Já tem as datas, tudo bem, serão essas,
7865 não vai mudar. Por quê? Porque já foi decidido, já foi encaminhado. Porque aí eu acho
7866 que a gente também tem uma conversa que flui muito melhor e a gente consegue,

7867 inclusive, dentro da equipe, constituir outros sistemas de suporte. Alguém está de férias,
7868 então tem essa tarefa e precisa chegar, e é nessa data e a coisa funcionar. Está bom?

7869 **Interlocutora Não Identificada** - É, gente. É, agora eu aqui, rapidinho. É, eu acho que
7870 eu também já conversei com os colegas, por exemplo, ontem, que eu falei, gente,
7871 conversa em datas antes comigo. E eu acho que esse diálogo está ampliado agora e eu
7872 acho que a gente tem como melhorar. A gente conversou isso ontem de forma nada
7873 formal, entendeu? Totalmente informal. Todo mundo entendeu que não pode ficar me
7874 dando data aleatória, porque senão vai ficar num labirinto, não vai ficar na sala plenária.
7875 Mas aí, a gente já conversou sobre isso, eu acho que o diálogo está ampliado e tem como
7876 melhorar. É isso. Aí foi terrível, terrível, terrível. É isso.

7877 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Estou
7878 tentando ser a pessoa otimista do espaço, considerando que faz pouco tempo que eu
7879 estou para a gente, não é, seguir aí algumas coisas. Mas é... então, assim, só para
7880 finalizar essa etapa, não é, só falta um único ponto, que é... na verdade, foi um tom dois,
7881 está, do cronograma, e aí a gente volta literalmente para aprovar. O primeiro é esse aqui.
7882 Então, esclarecidos, tudo que a gente falou, não é, é quatro, não é? 16h, pelo amor de
7883 Deus. Você falou 17h. Ah, ela consegue mandar 17h? Ih, então vamos ver, não é? Ah,
7884 mas de qualquer maneira a gente vai puxar a pauta dos decretos. Vamos lá. Aqui seria,
7885 então, realizar estudo geral sobre prevenção e combate à tortura no Brasil. Elaborar um
7886 dia... o específico seria elaborar um diagnóstico panorama nacional da situação da tortura
7887 no Brasil. E a ação é contratar consultoria com o recurso do prodoc para sistematizar
7888 dados a partir dos relatórios. Eu só ia propor de a gente colocar avaliar contratação, não
7889 é, de consultoria, porque isso já foi ali passada por toda a nossa discussão hoje. E só
7890 para esclarecer que isso se refere, então, ao resultado, não é, um dos resultados
7891 concretos enquanto um produto do que a gente levantaria de dados e sistematização de
7892 dados. Seria basicamente isso. Então, pensando em prazo, me parece que não é algo
7893 desse ano, necessariamente, não é? Parece que é algo para 2024. Então, vamos colocar
7894 o prazo, médio prazo. Médio prazo e 2025 para a gente incluir no nosso planejamento do
7895 ano que vem, não é? Não, para o comitê incluir no planejamento do ano que vem. Pode
7896 ser? Está bem. Ah, Maria Clara saiu, mas deixa eu... Ah, se pudesse... Fabrício, pode

7897 abrir a outra aba aqui do calendário? Oi? Ah, não, mas você consegue abrir. Ah, está
7898 coisando aqui? 2025, a gente colocou só 2025 nos outros. Oi? O plano ficou a longo
7899 prazo, como algo que a gente vai realizando pouco a pouco, não é? Que vai estar dentro
7900 do GT que vai elaborar esse plano de trabalho. Isso. Ah, está, entendi. É o
7901 compartilhamento. Não acho que não, porque ele já estava nessa aba. Espera aí. Não.
7902 Então, a ideia seria, para a gente fechar esse calendário, é definir as datas das próximas
7903 ROs. Será que a gente consegue fazer esse exercício? Considerando o seguinte, então,
7904 a gente está na 43ª RO A gente vai ter mais uma RO em abril, outra em junho, outra em
7905 agosto, outra em outubro e, em tese, mais uma última em dezembro. Então, são mais
7906 cinco ROs. A princípio, a rega via de rega são dois dias, de modo geral. Vocês desejam
7907 manter, a perspectiva é de manter dois dias inteiros, como costumeiramente, ou um dia
7908 e meio? Não. Dois dias. É? Está bem. Então, vamos olhar os calendários aí, galera,
7909 para... ah, para ter um dia de incidência política. Então, vocês dizem de a proposta ser
7910 todos os ROs dois dias e meio para também ter uma ação de incidência política? Pode
7911 ser. Mas é que tem que definir datas, não é? Que isso também ajuda a coordenação de
7912 apoio a... olha, a gente tem algumas coisas do mecanismo que já tem datas, então a
7913 gente pode considerar isso para definir, mas tem outras que não vai ter e também não
7914 podemos nos amarrar, não é, vamos dizer assim. Sim, exatamente, que é algo que
7915 também eles nos trazem. Então, se a gente não tem antecedência suficiente e muda uma
7916 data sem essa antecedência, tem toda uma logística para escolher o espaço, não é?
7917 Para encontrar o espaço. Então, a ideia é que a gente, assim, vai tirar as datas e tente
7918 ao máximo possível mantê-las, não é? E se, excepcionalissimamente, não for possível
7919 manter alguma data, a gente vai avisar com 30 dias de antecedência, de preferência, não
7920 é? Ou se reorganizar para tanto. Mas vamos lá, então, abril. Aqui, no planejamento do
7921 mecanismo, eles vão fazer missão do dia 14 a 20 de abril. A gente poderia deixar a nossa
7922 reunião ordinária do começo do mês, de repente. O mecanismo vai ter em 14 a 20 de
7923 abril... exato, lembrando que tem algumas pessoas que têm tarefas ali, não é, para trazer
7924 para a RO de abril. Então, 8 e 9, 8 e 9 e primeiro período de 10, não é? Seria isso? A
7925 missão do mecanismo e pode ser que nós sejamos convidados a participar de algumas
7926 coisas. Exato. Me confirma uma coisa, a reunião da mesa diretora, ela é quantos dias
7927 antes da reunião da RO? No regimento, são? Entendi. Ano passado, terça e quarta, não

7928 é? A única coisa de sexta-feira que eu faço ressalva é que, realmente, sexta-feira é um
7929 dia que, se a gente quiser fazer incidência, é morto, não é? Então, terça, quarta, meio
7930 período de quinta? É, dá uma quebrada na semana, eu confesso. Ou início ou final,
7931 disseram. Pode ser? Não, mas é que, nesse caso aqui, a gente está dizendo que a gente
7932 vai sair daqui com as datas fixadas. Mesmo com as datas fixadas? Esse é um grupo que,
7933 geralmente, sempre vem nas ROs, não é? Esse mandato é um mandato bem... é. Assim,
7934 vamos lá, gente. Primeiro consenso que eu preciso saber é dois dias e meio que a gente
7935 vai estabelecer para ter meio-dia... perfeito. Então, dois dias e meio é o primeiro
7936 combinado. Segundo, vai ser segunda, terça e meio-dia da quarta ou terça e quarta e
7937 meio-dia da quinta? Essas são as duas propostas na mesa. Vocês querem votar? Eu vou
7938 fazer o seguinte, então. Primeiro, eu vou colocar a opção que eu acho que é a menor
7939 primeiro. Então, a opção quarta, quinta e meio-dia de sexta. Quem vota nessa? Está bem,
7940 perfeito. Aí vota duas vezes. A segunda opção é segunda, terça e meio-dia de quarta. É
7941 numa perspectiva de que..., mas aí o terceiro dia, esse meio-dia do terceiro dia, seria
7942 para incidência, para fazer reuniões com outros ministérios, para dialogar com outros
7943 atores. Isso. Para fazer uma reunião entre nós, esse tipo de coisa. Ir no parlamento,
7944 incidir. É isso. Está bem, então vamos lá. De novo. Novamente. Segunda e terça e meio-
7945 dia de quarta. Vou contar. Um, dois, três, quatro... um... eu vou contando, aí vocês podem
7946 abaixar o braço, está bom? Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, comigo oito, nove é
7947 com o Caio. A segunda... ah, sei lá, porque tem gente que tem é diferente, pode votar
7948 duas vezes, não é? Então, para... aí o Victor não estava. Para ele é diferente, está bem.
7949 Está bem. Segunda opção é terça, quarta e meio-dia de quinta. Terça, quarta e meio-dia
7950 de quinta. Um, dois, três, quatro, cinco. Pode ser também. Mas é que metade de segunda
7951 significa que nós chegaríamos... então... é terça, quarta faz incidência. Exato. Exato.
7952 Pessoal, olha, numericamente, a opção segunda, terça, meio-dia de quarta foi... ganhou.
7953 E aí, em tese, não é, as passagens são compradas para quarta-feira mesmo, todo mundo
7954 volta para casa quarta-feira. Resguardadas, ressalvas de quem queira, mas é isso, quero
7955 voltar para casa. Então, vamos lá. Então, na ata está constando isso. É segunda, terça e
7956 meio-dia de quarta que a gente definiu e são dois dias e meio que a gente definiu. Agora,
7957 vamos lá. Abril. Vocês querem... oi... isso. E sempre... e via de regra, segunda, terça e
7958 meio-dia de quarta. Essa é a via de regra que a gente estabeleceu. A regra, não é? Agora,

7959 vamos lá. Em abril, a gente tem as seguintes opções, já excluindo a missão regular do
7960 mecanismo, que já tem data. A gente tem 8, 9 e 10, a gente tem 22, 23 e 24 e a gente
7961 tem 29, 30 e 1º de maio. Essas são as três semanas que a gente tem. Primeiro de... é,
7962 feriado. Já era, então. Então, a gente tem 22, 23, 24 ou 8, 9 e 10. Quem vota em 8, 9 e
7963 10? 8, 9 e 10. Por contraste, não é, gente? É isso. Eu estou me sentindo de volta ao
7964 movimento estudantil. Estou me lembrando de algumas palavras que eu já tinha
7965 esquecido. Mas vamos lá, então... então, abril, 8, 9 e meio-dia de 10. Porque tem uma
7966 missão regular do mecanismo e pode ser que alguém de nós acabe indo com eles. Seria
7967 por essa razão. Abril, até onde eu sei, não tem feriados. Só tem o 21 que cai num
7968 domingo. Exato. Então, vamos lá. Agora é para junho, que é a 45ª RO. Não, é... Pelo que
7969 eu entendi, foi essa a data mesmo que foi marcada como dia nacional da... seis de junho?
7970 Está bem. Nosso mandato vai até maio, mas a gente está aqui marcando
7971 hipoteticamente... calendário para a próxima gestão. Isso. Mas vamos definindo, está
7972 bem? Diga. Perfeito. Então, junho é consenso 3, 4 e 5 de junho? Está bem, então 3, 4 e
7973 5. Olha, o dia nacional de combate à tortura, eu tinha anotado ontem como agosto. Mas
7974 esse é o dia internacional. Mas a gente assina... o decreto do Lula foi do nacional? Gente,
7975 google aí, por favor. Google, por favor. Está bem, mas vamos lá. Aí junho já foi definido.
7976 3, 4 e 5. Junho. Agosto. Não, 3, 4 e 5 não. O dia 30 é, de Corpus Christi. Porque a semana
7977 seguinte a essa, no dia 12 de junho, tem alguns estados que é feriado, não é? Ah não, é
7978 dia dos namorados. Esse meu calendário está todo errado. É, é difícil, não é? Confesso
7979 que é difícil, mas... essa de junho. É sobre essa de junho. A gente perde muitos dias, não
7980 é? Eu acho que eu vou fazer coro a esse, nesse momento. Bruno? Me ajuda aqui com o
7981 microfone, por favor. É... é que a... vamos lá, então. Vamos lá. Uma ponderação aqui,
7982 não é? De que se a gente marca no 3, 4 e 5, fica muito tempo ali, não é? De ausência
7983 nos trabalhos regulares, não é? Nos trabalhos, enfim. Então, a proposta seria 10, 11 e
7984 12. É isso? 10, 11 e 12 para junho.

7985 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
7986 **Cidadania – MDHC)** – Eu queria fazer uma proposta.

7987 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Pessoal,
7988 vamos deixar o Bruno falar.

7989 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
7990 **Cidadania – MDHC)** – Enfim, eu só queria propor se ainda teria espaço para a gente
7991 pensar na data do 26. Eu sei que está longe, vai ficar longe uma da outra, mas para o dia
7992 da visibilidade do enfrentamento das vítimas, se nós poderíamos aproveitar essa data,
7993 sem prejuízo de uma reunião anterior, em formato virtual talvez e garantir se estar em
7994 Brasília neste dia, ainda que seja uma segunda-feira o 26... não, eu anotei fevereiro,
7995 espera aí.

7996 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – É 26 de
7997 junho.

7998 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
7999 **Cidadania – MDHC)** – Quarta é um dia bom. Quarta-feira é um dia bom de Brasília. Não
8000 é? Quarta-feira é um dia muito bom, assim. E a gente poderia fazer um ato no Congresso
8001 como a gente já fez em outras vezes. Uma sessão solene. Enfim, movimentar o dia para
8002 dar, de fato, essa conotação. Sem prejuízo, está bem? De outras... eu dou uma proposta
8003 de fazer duas no mês. Uma virtual e uma presencial para garantir o dia 26. Uma proposta.
8004 Então, é só para dialogar com a proposta que estaria muito longe. Não, não. Ou...

8005 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – É, porque
8006 não precisa ser o comitê todo também. A gente pode pensar em uma missão. Enfim,
8007 nessa perspectiva de orçamento e de missão a gente pensa num orçamento específico
8008 para representantes estarem.

8009 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8010 **Cidadania – MDHC)** – Pronto.

8011 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Mas então,
8012 só essa questão de ordem. Depois que a gente terminar de colocar no calendário as
8013 datas das ROs aí eu vou entrar nas REs, está bem? E aí a gente inclui também essa
8014 como uma RE. Porque o preparatório eventualmente pode ser que seja numa RE. Talvez
8015 só como uma estimativa. Como uma perspectiva. Porque como seria um on-line, não é?
8016 A gente não teria tanto esse problema logístico. Pelo menos umas duas REs.

8017 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8018 **Cidadania – MDHC) – Não, não. Tem que ser de presencial.**

8019 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – É, mas**
8020 **como uma missão, como uma atividade funcional da CNPCT específica.**

8021 **Interlocutor Não Identificado - Alô? Não, na linha da sugestão do 26 de alguma**
8022 **incidência ainda que não fosse o ideal fazer no começo do mês como em abril. Se a gente**
8023 **deixasse do 24 ao 26. E aí até, com a sugestão anterior do Bruno talvez do 24 a partir da**
8024 **uma e o 26 inteiro. Não sei.**

8025 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Entendi a**
8026 **sua proposta.**

8027 **Interlocutor Não Identificado - A RO do 24 ao 26. E aí deixaria em junho. Isso.**

8028 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Então, a**
8029 **gente coloca uma extraordinária antes. Se todo mundo estiver de acordo com essa data.**
8030 **A gente aí com certeza marca uma RE nesse inteirinho entre abril e junho. Senão fica um**
8031 **buraco muito grande de deliberações. Para mim é razoável. Bom, enfim.**

8032 **Interlocutor Não Identificado - Então, porque o Bruno sugeriu a gente aproveitar o dia**
8033 **mundial que é o dia 26 de Combate à Tortura, etc. Então, a gente já podia juntar a RO e**
8034 **fazer do 24 ao 26. Então, assim, até daria em tese, que me parece que ficaria mais**
8035 **fortalecido com o pleno inteiro. Mas aí fica o buraco para uma RE. Aí nessa linha, como**
8036 **a gente poderia aproveitar eventualmente até o 26 à tarde. A gente podia começar no 24**
8037 **às 13h e acabar no 26 às 18h, às 15h, enfim, 17h ou 18h, enfim.**

8038 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Alguém se**
8039 **opõe a isso? A gente então colocar uma RE entre abril e junho e marcar a RO de junho**
8040 **no dia 24, 25, 26? Alguém se opõe? Dia 26.**

8041 **Interlocutor Não Identificado - Então a gente poderia fazer a incidência no 26 à tarde.**

8042 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** É o próprio
8043 dia internacional. Um ato, um evento.

8044 **Interlocutor Não Identificado -** A gente pode, por exemplo, terminar a RO no 26 de
8045 manhã e fazer a incidência à tarde ou ao contrário, enfim. Não sei. Mas ficaria entre o 24
8046 e o 26.

8047 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**
8048 Novamente, não é, aquela coisa de a gente também não precisa se adiantar e ficar
8049 aprofundando muito na pauta. Então a proposta é essa, 24, 25, 26. Ninguém demonstrou
8050 oposição. Então mantém, certo? Desde que haja uma RE entre a RO de abril e a RO de
8051 junho. Ok? Está bem. Por contraste. Silêncio, anuência. É, o meu aniversário é da perto
8052 também. Não falei nada, não é, estou aqui. Bom, a próxima RO, a próxima RO é a de
8053 agosto, a 46ª. Vamos voltar para a lógica de começo de mês? Ou não? Não dá porque...
8054 então, essa reunião já empurra... oi? Está bem, vamos definir, então, já de maio. Beleza.
8055 Me parece que a RE, o ideal, seria marcar no começo de maio, não é? Porque aí a gente
8056 fica também, como a Maria Clara disse, no momento chave do final desse mandato,
8057 então... é. Oi? Só as ordinárias. Excepcionalmente, a gente vai ter mais uma reunião
8058 presencial, só que em maio. Uma RE presencial. É, o nosso mandato formalmente acaba
8059 no final de maio, desde que a gente consiga concluir o edital para o próximo mandato.
8060 Também é importante que a gente foque nessa missão amanhã. Você ia dizer, Caio?
8061 Sim. Sim. Exato. Sim. Claro. Mas quando termina, existe uma previsão legal de que o
8062 comitê segue... É, não pode deixar em vacância. Portanto, ele acaba quando termina,
8063 desde que haja outros ali para assumirem esse mandato, não é? Mas de qualquer
8064 maneira, assim, voltando aqui nesse exercício e a ponderação que o Caio fez sobre a
8065 RE, não é? De fato, tem uma temática. No entanto, a gente pode aqui estabelecer já uma
8066 temática para essa reunião extraordinária ser fixada em maio, não é, com pautas
8067 específicas. E há pautas específicas nesse planejamento mesmo, que a gente já tinha
8068 sinalizado no planejamento, que precisariam de uma atenção específica. Então, a gente
8069 pode incluir essas pautas, se vocês estiverem de acordo. Acho que a definição aqui é se
8070 realmente vai acontecer essa RE de maio presencial. Então, a ponderação do ser
8071 presencial é porque seria a última reunião desse mandato, em tese, não é? Via de regra,

8072 é a última reunião deste mandato. Exato. Eu confesso que eu acho um pouco complicado,
8073 por quê? Porque se a gente deixa sinalizado só uma data ainda no final de maio, em
8074 seguida a gente tem a de junho, que está para 3, 4 e 5. Ah não, perdão. Ficou para 24,
8075 25 e 26. Eu que anotei errado, desculpa. Ficou para 24, 25 e 26. Oi? Ah não, então, me
8076 equivoquei mesmo. Mas me parece preferível que a gente já diga uma data, porque a
8077 gente pode já estabelecer uma data aqui, e em caso de mudança, a gente modifica, mas
8078 é um prazo muito curto, porque se a gente deixar isso para definir isso na RO de abril, a
8079 gente vai ter pouco tempo logístico para resolver as burocracias, não é? Tudo bem,
8080 então?

8081 **Interlocutor Não Identificado** - 10 a 12, isso.

8082 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – 10, 11 e**
8083 **12.**

8084 **Interlocutor Não Identificado** - Faz sentido, faz sentido.

8085 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Perfeito,
8086 então, gente, consenso aqui da data do dia 10, 11 e 12 para a RO de junho, certo? Está
8087 bem, e para o dia 26 a gente tem aí em mente, já pode calendarizar, inclusive, que é um
8088 dia de um evento especial, de uma ação especial do comitê. Maravilha. Então é 10, 11 e
8089 12 de junho. Está bem. Agora de agosto, a 46ª RO, a gente mantém a lógica da manhã,
8090 do começo da semana, do começo do mês, 4, 5 e 6 de agosto? Oi?

8091 **Interlocutor Não Identificado** - Isso, perfeito, 5 é segunda, 5, 6 e 7.

8092 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – 5, 6 e 7.**
8093 Junho ficou 10, 11 e 12. Agosto 5, 6 e 7. Pensou alto, não é? Agora outubro, a 47ª RO
8094 Também a mesma lógica, do 7 ao 9?

8095 **Interlocutor Não Identificado** - 7 ao 9.

8096 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Tem
8097 feriado? Tem feriado quando? Sábado, dia 12 de outubro é sábado. Então, não faz

8098 diferença, não é? Ah, não, é, então não. Então, temos aí um problema. Dia 15 é feriado,
8099 não é? Não é? É só do dia dos professores. Está certo. Me confunde.

8100 **Interlocutor Não Identificado** - 14 e 16, pessoal.

8101 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – 14 e 16?**

8102 Em outubro? Bom, pela lógica bimestral, a última do ano seria em dezembro. A gente
8103 pode deixar em aberto essa, porque... só deixa o indicativo da primeira semana também,
8104 não é? Está bem. 9 a 11. Não, calma, ainda não... em novembro. Eu tenho uma proposta
8105 para o encontro de mecanismo e comitês que seria uma data em novembro. Porque
8106 particularmente... porque particularmente eu acho que esse segundo encontro de comitês
8107 e mecanismos, ele tem um papel muito importante de a gente... assim, não, ele tem um
8108 papel importante de ser melhor do que foi o primeiro. É isso. Ele tem um papel importante
8109 de ser melhor do que foi o primeiro. Existe uma expectativa dentro desse lugar, não é?
8110 De que ele seja melhor do que foi o primeiro, mais organizado, encaminhativo, etc. E aí
8111 eu acho que seria importante que a gente se dedicasse à organização deles
8112 independente da RO, porque a RO também é muito cansativa. E há tensões aqui, não é?
8113 Que às vezes a gente precisa de um respiro para chegar para um outro momento. Então,
8114 a minha sugestão seria colocar em novembro o primeiro encontro.

8115 **Interlocutor Não Identificado** - A Daniela.

8116 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8117 **Cidadania – MDHC) – Teve a reunião extraordinária em julho. Ano passado teve em**
8118 **julho. Ano passado teve em julho, 23 de julho.**

8119 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Assim, se**
8120 **a gente for pegar a data, a gente pega agora e já convida todo mundo.**

8121 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8122 **Cidadania – MDHC) – Quero fazer coro aí em novembro que a gente tem a reunião**
8123 **ordinária, que habitualmente é no final do ano. Nós tivemos a extraordinária ano passado,**
8124 **está previsto uma, mas a nossa proposta é que seja no final do ano até para dar conta**

8125 de fazer o andamento das ações que planejamos. Então, assim, já pensem, conjugada
8126 essa data do encontro nacional, e aí eu faço coro, que eu acho que é um outro movimento
8127 mesmo, além da ordinária, ter aí pelo menos mais dois dias para a reunião do sistema,
8128 para a gente otimizar a presença de vocês aqui e os recursos também, para não ficar
8129 indo e voltando. É um acontecimento, não é? A gente tem...

8130 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Essa é
8131 uma outra questão, não é?

8132 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8133 **Cidadania – MDHC) –** A questão é que nós temos uma pauta extensa e entendemos
8134 que vocês também. Então, a gente precisa pelo menos os dois dias para trabalhar o que
8135 o sistema tem para trabalhar no encontro nacional. Então, assim, é o meu pedido. Já
8136 pensem aí mais dois dias, pelo menos.

8137 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Não, mas
8138 pessoal, espera aí, vamos lá. Pela minha proposta, dizer, o encontro vai ser, pela minha
8139 proposta, vai ser em novembro, no começo de novembro, porque tem dois... o ano está
8140 péssimo de feriados, mas novembro especificamente, os feriados também estão pegando
8141 em dias úteis, que é o 15 numa sexta-feira e o 20 numa quarta-feira. E aí, dezembro, a
8142 gente faz a RO, normalmente, no começo de dezembro.

8143 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8144 **Cidadania – MDHC) –** Não, não pensamos em data, não. Novembro. Novembro,
8145 contigo... é contigo, não é?

8146 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Mas essa
8147 é a reunião do sistema, certo? Mas a reunião do sistema, ela precisa ser tão para frente
8148 no ano? Ela precisa ser em novembro? Não tem como ela ser em outro mês mais
8149 próximo?

8150 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8151 **Cidadania – MDHC) –** É porque a ideia da reunião do sistema mais para frente é porque

8152 o encontro também, para prestação de contas, uma vez que faz parte da nossa
8153 perspectiva desse ano, cobrar os membros do sistema algumas ações. Então, assim, a
8154 gente precisa ter tempo para as coisas se realizarem também. Não é só uma reunião de
8155 alinhamento, é uma reunião que a gente quer...

8156 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Está bem,
8157 vamos lá, espera aí. De novo. Maria Clara, Patrícia, Thamiris e Paulo.

8158 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
8159 **Organizações Populares – GAJOP)** – Porque, assim, a gente acabou falando sobre
8160 questões relacionadas ao sistema na parte da manhã e um pouco ontem também, e a
8161 gente entende, assim, que tem que ter reuniões antes e o encontro, o momento do
8162 encontro mesmo, presencial, aí talvez seja esse momento em novembro. Mas a gente
8163 até tinha tirado aqui antes que, assim, essas reuniões podem ser inclusive on-line ou
8164 eventualmente alguma coisa, mas reunião seria reorganização, pensar inclusive a pauta
8165 das reuniões, dos temas, é uma coisa, assim, que vai ser feito em conjunto com os
8166 próprios membros do sistema, não é? Já o encontro, aí é essa outra situação, por isso
8167 que o encontro não precisaria ser, assim, algo tão robusto, assim, quanto você está
8168 propondo, que não vai ser esse momento de reorganização, a organização deve
8169 acontecer ao longo do ano, assim, foi o que a gente entendeu.

8170 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8171 **Cidadania – MDHC)** – Nós temos a reunião que precisa acontecer do Sistema Nacional
8172 uma vez por ano, é dessa que eu estou falando. Isso. É a reunião anual ordinária. É o
8173 nosso compromisso maior. E a reunião anual ordinária com os membros, ela tem uma
8174 proposta que é de tecer para o ano as ações que se esperam do SNPCT. Claro que ao
8175 longo de todo o ano, e aí a nossa escolha até agora tem sido fazer as reuniões virtuais,
8176 ao longo de todo o ano, a gente vai ter muitos encontros para ir afinando como que vai
8177 essa conversa, o que é prioridade, mas tem que ter um momento em que a gente se
8178 senta para falar do sistema, do que nós temos conduzido, é desse encontro que eu estou
8179 dizendo. E aí é importante, eu entendo, ser um momento presencial. Habitualmente é
8180 feito em novembro, mas eu acho que, assim, se tiver, mas a gente precisa tirar essa data

8181 aí, e o ideal é que fosse segundo semestre, porque aí a gente já passou as questões de
8182 mudança, quem ficou, quem voltou, como é que está. Sim, sim, sim, sim.

8183 **Sra. Patrícia de Oliveira da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
8184 **Desencarceramento)** – Sou eu agora?

8185 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8186 **Cidadania – MDHC)** – Por isso o tempo que a gente precisa ao longo do ano é isso. Não,
8187 não. É o ápice dos encontros.

8188 **Sra. Patrícia de Oliveira da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
8189 **Desencarceramento)** – Sou eu, não é? Então, assim, tem algumas questões. Aí você
8190 vê a velha chata de novo, a tia. O que acontece, gente? O encontro de comitês e
8191 mecanismos sempre foi dentro do sistema. E aí, ano passado, se deu essa inovação.
8192 Essa inovação, e assim, o comitê é parte do sistema, o mecanismo é parte do sistema.
8193 Aí teve um encontro do sistema que foi em junho, no dia 23, que eu não vim, porque a
8194 minha passagem não chegou. Eu fiquei esperando, mas quando eu tinha feito uma fala
8195 na reunião do comitê, aí minha passagem não chegou para vir para a reunião do sistema.
8196 Quem era para estar estava na reunião, quem não era para estar não estava. E aí, assim,
8197 eu acho que tem uma questão também. Ano passado teve umas reuniões bilaterais. Eu
8198 espero que todos os membros do comitê se lembrem disso. E aí, a primeira reunião foi
8199 para discutir o protocolo. O protocolo foi chamado Mecanismo Nacional, SENAPPEN,
8200 Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias e Comitê Nacional. E aí, a
8201 gente ficou meio perdido, porque assim, um protocolo, a Defensoria Pública, a gente ia
8202 fazer um protocolo para quem? E aí, eu fiz uma fala dizendo que eu não estava
8203 entendendo a reunião, qual era o objetivo daquela reunião. E aí, todos os outros membros
8204 que estavam na reunião fizeram a mesma fala. E aí, teve uma fala bem ruim na reunião,
8205 que não ia ser permitido ingerências na reunião, que quem comandava o sistema era o
8206 ministro. Inclusive, a Fernanda da ANADEP estava na reunião, saiu da reunião, eu liguei
8207 para ela, ela voltou para a reunião. E aí, a gente fez uma conversa, na época, com a
8208 pessoa que era secretária. E aí, vamos fazer de novo outras reuniões. E aí, depois disso,
8209 as reuniões morreram. As reuniões morreram. Se tem reunião do sistema, se tem alguma

8210 coisa acontecendo, a gente não sabe. A gente não sabe. Então, assim, não dá, e aí eu
8211 vou falar de novo, não dá para fazer reunião do sistema fora do Encontro dos Comitês e
8212 Mecanismo. Se vai construir alguma coisa, e quando o Comitê Nacional foi criado, a lei
8213 foi criada, foi criada justamente para fortalecer. O sistema não está apartado do Comitê
8214 e Mecanismo. É uma coisa só. Isso precisa ser ratificado, isso precisa ser dito de novo
8215 esse ano. E não aconteceu ano passado, por causa disso. Vamos fazer reuniões, vamos
8216 fazer um produto, vamos fazer algumas coisas, e aí era dois dias para o Encontro dos
8217 Comitês e Mecanismo, dois dias para a reunião do sistema. E aí acabou não
8218 acontecendo. É. Então, assim, a minha proposta é que a gente volte para o que era antes,
8219 o que não deveria ter saído do quadrado. Minha proposta é essa, essa que a gente tem
8220 que defender. Vai ser dentro do Encontro dos Comitês e Mecanismo e é isso. Dois dias
8221 e vai ser debatido ali dentro do tema, igual sempre foi.

8222 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
8223 **Norte – UFRN)** – Só uma sugestão de cambiamento a partir do que... a proposição que
8224 a Daniela está trazendo é de um evento que pode ser separado ou não junto com o
8225 Encontro do Comitê, que acho que a gente precisa conversar, então, os membros desse
8226 sistema sobre isso. Só para adiantar, que aí os membros do sistema sabemos. É a
8227 composição do Comitê, a SENAPPEN, o... o CPN... isso. Essa data, Daniela... isso.
8228 Daniela trouxe só um indicativo de data que isso vai ser discutido nesse fórum. O que a
8229 gente precisa é uma sugestão daquilo que a gente pensa que é indicativo para a gente,
8230 uma atribuição nossa, refletir que é o Encontro dos Sistemas e Mecanismos Estaduais.
8231 Então, acho que a gente estabelece uma data, compromisso, lá em novembro, desse
8232 evento, e depois a gente senta junto para pensar se vai fazer junto ou separado em
8233 novembro. Só para a gente avançar nessa pauta que não faz sentido a gente ficar dando
8234 volta aqui. Então, minha sugestão é que talvez, pegando o princípio de data, se pactuou
8235 de alguma maneira que seriam dois dias esse Encontro de Sistemas Estaduais e
8236 Mecanismos Estaduais, que a gente fique com o dia 7 e 8 de novembro, que aí tem o
8237 intervalo para outubro e tem o intervalo para dezembro. Libera o final de novembro
8238 também, caso final de novembro, caso ocorra esse outro evento de maneira separada. A
8239 gente faria um dia 7 e dia 8 de novembro, e se tiver separado, final de novembro. Esse

8240 outro. O do Sistema Nacional. Então, a gente fecha dia 7 e 8 dos Sistemas Estaduais e
8241 Mecanismos Estaduais, 7 e 8 de novembro, e aí caso se defina que vai ser separado,
8242 como parece que é a sugestão que vocês estão pensando, então, contigo, o que o
8243 pessoal colocou aí, acho que também a Thamiris apontou, é que é muito tempo para as
8244 pessoas ficarem fora das suas casas, quatro dias, por exemplo.

8245 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8246 **Cidadania – MDHC)** – Eu só queria contribuir com a proposta do Paulo. É porque, na
8247 verdade... Ah, está escrito aqui. É porque, na verdade, é uma dúvida mesmo. Porque,
8248 veja, o comitê está contido no sistema, assim, como é que... se a gente fizer dois eventos,
8249 estou entendendo que vai ter um em novembro do sistema. Só que o comitê é parte, não
8250 tem como desassociar uma coisa da outra. Aí o que a gente precisa definir é quem vai
8251 compor pelo comitê o sistema. Vai ser a mesa diretora que vai representar ou vai ter todo
8252 o colegiado? Isso é uma coisa que a gente tem que decidir. Porque se for decidir pelo
8253 colegiado, não faz sentido ter dois momentos.

8254 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
8255 **Norte – UFRN)** – Então, é o que eu estou achando também, Bruno. Mas qual é a
8256 questão? Na definição da data do sistema, a gente precisa estar todos os membros do
8257 sistema reunidos para estabelecer essa data. E não estão todos aqui. O que a gente
8258 pode fazer aqui é estabelecer a data dos mecanismos e sistemas estaduais. Então, a
8259 gente define essa data e coloca: nessa futura reunião do sistema, há um indicativo do
8260 CNPCT de organizar esse evento nessa data, o que vocês acham de fazermos conjuntos
8261 esse evento com esse mesmo evento? Porque a gente entrou numa discutir se vai ser
8262 junto, se não vai ser junto, e aqui não está o pleno do sistema para discutir. A gente só
8263 pode discutir sobre o sistema estadual e o mecanismo estadual. É isso que eu estou
8264 defendendo. Então, a gente estabelece dia 7, 8 de novembro do mecanismo e dos
8265 comitês estaduais. E aí, numa futura reunião com o sistema, avalia se vai ser 7 ou 8, ou
8266 se vai ser uma outra data. Se vai ser junto ou vai ser separado, que é o que a gente pode
8267 fazer.

8268 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8269 **Cidadania – MDHC)** – Mas nós, enquanto membros do sistema, a gente já pode apontar.

8270 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
8271 **Norte – UFRN)** – Então, a gente vai sugerir, mas a gente não vai estabelecer porque a
8272 gente precisa conversar com o CNPCT, tem que conversar com o SENAPPEN, etc.
8273 Então, mas... Patrícia, mas o ponto é, a gente não pode decidir pelo sistema aqui. É esse
8274 o ponto. É isso que eu estou propondo. É isso que eu estou propondo. É exatamente isso
8275 que eu estou propondo. 7, 8 pensando nas datas do CNPCT. A gente é parte do sistema,
8276 mas não o sistema.

8277 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8278 **Cidadania – MDHC)** – Mas é aquela 9, 10 e 11 de dezembro?

8279 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
8280 **Norte – UFRN)** – Não, 7, 8 de novembro.

8281 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8282 **Cidadania – MDHC)** – Ah, está lá. Está na coluna de ali, está bem.

8283 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
8284 **Norte – UFRN)** – Isso, de mecanismos estaduais. Exato. Fazendo junto como sugestão
8285 da Patrícia. É isso. Então, é isso aí. A gente pactua com o sistema.

8286 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8287 **Cidadania – MDHC)** – Mas mesmo assim ainda teria reunião de dezembro?

8288 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
8289 **Norte – UFRN)** – Sim, sim.

8290 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Porque é
8291 uma reunião ordinária. É. O dezembro é uma reunião ordinária. Novembro é o Encontro
8292 Nacional de Comitês e Mecanismos.

8293 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
8294 **Norte – UFRN)** – Inclusive é importante, assim, eu entendo que seria importante, Bruno,
8295 ter uma reunião ordinária depois, porque o encontro pode encaminhar coisas para o
8296 CNPCT e a gente ainda deliberar em 2024.

8297 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Exato.

8298 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
8299 **Norte – UFRN)** – Então, eu acho que faz sentido.

8300 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então,
8301 vamos lá. Rememorando, a gente vai deixar como indicativo do segundo Encontro dos
8302 Comitês e Mecanismos, 7 e 8 de novembro. É quinto já? É. Ah, nossa, viajei. E dezembro,
8303 a reunião ordinária para 9, 10 e 11.

8304 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
8305 **Norte – UFRN)** – Isso. E essa 7 e 8 é indicativo também por uma reflexão sobre o
8306 encontro do sistema, mas que a gente precisa decidir com todo mundo do sistema.

8307 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Certo.
8308 Deixa eu só aproveitar uma coisa do encaminhamento aqui, que está junto para constar
8309 em ata, porque está junto com o planejamento de a gente instigar, enfim, levantar uma
8310 reunião do sistema, porque está junto no planejamento. Daí caberá realmente ao sistema.
8311 Beleza. Sim. Diga, Jaque.

8312 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
8313 **Resistência Contra o Genocídio)** – Eu tinha me inscrito, mas era exatamente isso. Uma
8314 das questões que a gente teve mais dificuldade no ano passado foi exatamente agendar
8315 o encontro, que só ocorreu, na verdade, de fato, com os Comitês e Mecanismos. Mas foi
8316 uma agenda que todas as últimas reuniões nós estabelecemos datas que mudaram
8317 datas. As reuniões ordinárias, mas as reuniões que nós fizemos extraordinárias, todas
8318 nós alteramos a data, que depois alterou a data. Nós, inclusive, da Sociedade Civil, por
8319 diversas vezes nos programamos para estar aqui e ficamos sabendo de última hora que

8320 as atividades não ocorreriam. Muito provavelmente nesse momento, vai ser um momento
8321 que talvez eu nem esteja aqui, muito provavelmente, inclusive. Mas eu acho... no final do
8322 ano, não é? Mas aí, é porque a gente teve, em real, muitas e muitas e muitas e muitas
8323 dificuldades. E aí, uma das questões que eu queria chamar a atenção é exatamente
8324 porque nós tiramos, inclusive, como uma ação de curto prazo, que já seria uma questão
8325 imediata, esse diálogo, na verdade, com o sistema. Eu acho que a gente está pensando
8326 em relação a uma pauta muito intensa do sistema, porque, de fato, a gente não tem
8327 dialogado enquanto sistema. Porque, assim, mas se a gente já pactuou e já colocou esse
8328 diálogo com o sistema, então, eu entendo que o encontro pode ser mais direcionado. E
8329 eu acho que a gente, em relação ao Encontro de Comitês e Mecanismo, eu acho que a
8330 gente gastou tanta energia com data e nas discussões internas mesmo, que o encontro,
8331 gente, cá entre nós, reconhecemos que foi uma merda. E aí... foi, velho. Ah, não podia
8332 ter falado, não é? Está gravado. Caramba. É... mas a minha..., mas, na verdade, o que é
8333 que eu pensei? Por isso que eu tinha perguntado... ela pensou que o setembro... é... mas,
8334 assim, e o quanto dá no final de semana, em relação a tempo, de uma reunião...
8335 extraordinárias... tanto que, talvez, em setembro, a gente teria um... a gente teria, na
8336 verdade, um tempo maior. Para uma gama grande de atividade do governo. Eu,
8337 pessoalmente, acho que novembro complicado e acho que a gente tem o maior tempo
8338 ali em setembro. E se não tem essa obrigatoriedade quanto à data de, obrigatoriamente,
8339 ser no final de ano, eu acho setembro mais viável. E aí, eu vi aqui, inclusive, porque tem
8340 a ponderação que foi feita pela [ininteligível] em relação ao final de semana, considerando
8341 que nós somos pessoas humanas e temos família. Mas aí, o único feriado que teria em
8342 setembro, ele seria no sábado. Então, por exemplo, nessa logística aí, inclusive, nem
8343 atrapalharia tanto. E aí, eu acho que a gente poderia ver entre segunda e terceira semana
8344 de setembro.

8345 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu ia
8346 encaminhar, na verdade, mas eu queria me manifestar também, que acho que é
8347 importante. E defender porque eu acho que novembro é o mês mesmo e defender porque
8348 eu acho que não deveria ser um indicativo, mas sim uma definição aqui, já que a gente
8349 está colocando no cronograma de data. Então, por que novembro? Novembro é um mês

8350 muito importante, considerando várias questões que a gente vive debatendo sobre os
8351 impactos das políticas encarceradoras, sobre quem são as pessoas que são torturadas
8352 no sistema prisional ou fora dele. Eu acho que é importante a gente manter essa data,
8353 mas não como um indicativo e como algo definido já, porque isso também nos possibilita
8354 pensar o nosso planejamento do ano, do fim desse mandato, do início do próximo, já
8355 visando, mirando a organização desse encontro, que não seja uma coisa feita
8356 unilateralmente, mas de fato construída por esse comitê. E aí, além disso, da importância
8357 de ser em novembro e essa antecipação, vamos pensar no calendário mesmo. A última
8358 RO desse mandato é em abril. A gente não sabe se vai ter um limbo aí ou não, se a gente
8359 vai conseguir finalizar a questão do edital, mas é isso, a perspectiva é que a gente
8360 consiga, que sim, esse mandato acabe em maio. Portanto, um novo mandato vai começar
8361 com pessoas que estão aqui e também com pessoas que não estão, que são novas. Daí
8362 a gente teria, então, junho, julho, agosto, dentro da proposta da Jaque, para organizar
8363 um encontro. Eu acho bem pouco. Se for mantida na proposta de novembro, a gente tem
8364 junho, julho, agosto, setembro e outubro, sendo que logo antes do encontro a gente tem
8365 uma RO para definir as últimas coisas, fazer as últimas cobranças necessárias. Então,
8366 eu acho que é importante a gente ter em mente que a pensar num encontro é planejá-lo
8367 ao longo do ano. Se a gente deixar para planejar dois, três meses antes, a gente vai ter
8368 muito pouco tempo para caminhar nessa jornada de construir uma agenda que funcione,
8369 que tenha alguma metodologia, algum nível de metodologia, que tenha algum objetivo e
8370 a logística, porque a gente está falando de 40, 50 pessoas que vão vir. Então, eu
8371 concordo com o Paulo quando ele diz que a discussão sobre o sistema, a decisão de
8372 quando vai ser a reunião do sistema, vamos colocar nome de reunião, porque é isso, é
8373 uma reunião ordinária no ano, certo? De ser do sistema e nós, enquanto CNPCT, que
8374 tiramos o nosso planejamento, que vamos protagonizar esse lugar de fomento a esse
8375 sistema, a gente vai puxar essa reunião e torcer para que as pessoas dialoguem ali e
8376 realizem reuniões para além dessa obrigatória anual. E aí, a partir disso, a gente define
8377 aí se haverá aí uma conjunção de datas ou não, mas acho que deveria ser definida aqui
8378 e não como indicativo. E aí, a partir disso, a gente sabe que nas próximas reuniões a
8379 gente vai conversar sobre organização desse encontro.

8380 **Interlocutor Não Identificado** - Eu assisto embaixo.

8381 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Mas
8382 alguém que discorda ou que quer falar? Não sei.

8383 **Interlocutor Não Identificado** - Você contemplou o que a Daniela trouxe, o que a
8384 Thamiris trouxe, enfim, acho que foi contemplado aí.

8385 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Sete e
8386 oito. É uma quinta e uma sexta-feira. O encontro. Exato. Hum? Exato. Sim. Não, total, de
8387 acordo. Mas não impede a gente manter o planejamento no sentido de o CNPC ter, neste
8388 mandato, já fomentar que haja essa reunião do sistema, que ela aconteça e tal, não é?

8389 **Interlocutor Não Identificado** - Então, mas aí, a ideia é fazer nos mesmos sete e oito?
8390 Isso que eu fiquei na dúvida.

8391 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Sim.

8392 **Interlocutor Não Identificado** – Está certo, está certo.

8393 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – A ideia é
8394 manter.

8395 **Interlocutor Não Identificado** - Manter o encontro e também tentar fazer a reunião
8396 nesses mesmos dois dias, é isso?

8397 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Aí vai
8398 depender da nossa reunião com o sistema, que a gente pode já articular, porque foi
8399 definido no planejamento, nesse período de fevereiro, março, abril, maio, continuar
8400 nessas articulações, nesses eventos.

8401 **Interlocutor Não Identificado** - Mas com a ideia de fazer no mesmo dia?

8402 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Com a
8403 ideia de... Não sei, aí vai depender da reunião do sistema, é isso que eu estou dizendo.
8404 Porque tem outros atores nesse sistema.

8405 **Interlocutor Não Identificado** - Sim, sim, mas na linha que o Bruno colocou, nós,
8406 enquanto comitê, a princípio queremos fazer os dois juntos, é isso?

8407 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Nós,
8408 enquanto comitê, a princípio queremos fazer junto? Isso já é um consenso? Colocar para
8409 votação? Não, acho importante, porque é importante constar em ata, inclusive, sobre
8410 isso. Então, é consenso que a nossa perspectiva, enquanto comitê, além de fomentar
8411 uma reunião com o sistema, também seja de apontar que o nosso desejo, o nosso
8412 interesse é que o encontro seja... a reunião ordinária do sistema seja junto com o
8413 encontro nacional de comitês e mecanismos. Beleza. Então, é isso que vai constar na
8414 ata. Meu Deus, ainda tem isso. Ainda tem isso. Ainda tem isso do mecanismo.

8415 **Interlocutor Não Identificado** - Então, Paula, a Jaque falou algo que é interessante aqui,
8416 cara.

8417 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – É, pior que
8418 é mesmo.

8419 **Interlocutor Não Identificado** - Porque o mecanismo...

8420 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – No 12 e
8421 13. Não, 12 e 13 não, estou errando aqui, 7 e 8, 12 e 13 é dezembro. É 14 e 15. Ah, está
8422 12 e 3 de novembro, 12 e 3 de novembro, terça e quarta. Novembro. 11 e 12 também.
8423 Vamos fazer assim, então, vamos deixar 7 e 8 caso o mecanismo possa alterar a data
8424 da última missão deles, que é até uma missão pontual. Elas explicaram que missão
8425 pontual é uma coisa bem mais tranquila assim, não é? E se não quiserem ou se não
8426 mudarem a data, aí a gente deixa no 11 e 12, pode ser?

8427 **Interlocutor Não Identificado** – Era bom...

8428 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então,
8429 uma coisa [ininteligível] a outra...

8430 **Interlocutor Não Identificado** – Um asterisco ali alguém, colocar uma observação.

8431 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Mas aí
8432 coloca 7 e 8 ou 11 e 12...

8433 **Interlocutor Não Identificado** – Isso.

8434 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Definidos
8435 assim. É 7 e 8 ou 11 e 12. Aí a gente tem que perguntar para o mecanismo se eles topam
8436 trocar a missão deles. Bom, ai, ai, conseguimos, hein, galera? Está bem. Passado isso,
8437 aí o último ponto de hoje, deixa eu ver se é isso. Não.

8438 **Interlocutor Não Identificado** – Não, então, pessoal...

8439 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Isso.

8440 **Interlocutor Não Identificado** - Desculpa. Eu tinha comentado com a Kim que ela está
8441 em uma reunião presa e ela não conseguiu. Eu acho que é algo que não vai ter muito
8442 tempo de debate, não é? Isso é algo mais objetivo. Foi debatido já. Então, ela sugeriu
8443 fazer amanhã e ela também poderia vir e explicar o que escrever, enfim.

8444 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Isso
8445 funciona dessa maneira se a gente concluir aqui, assim, vir novamente naquele exercício
8446 de vir focado em determinado objetivo. Então, o foco teria que ser, não é, a gente
8447 confirmar se é ilegal a gente fechar qualquer possibilidade, não é, de uma pessoa que
8448 trabalhou num sistema penitenciário e tal concorrer, essa é a questão. Sendo ilegal, a
8449 gente opta por a gente ter que definir um prazo. Sendo legal, a gente pode tirar. Então,
8450 essa é a objetividade que a gente vai chegar amanhã, está bem? Então, tudo bem a
8451 gente deixar para amanhã? Aí, de novo, tem que olhar aqui.

8452 **Interlocutor Não Identificado** - O artigo 15 da recomendação 13. É que a Fernanda...

8453 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** É porquê...

8454 **Interlocutor Não Identificado** - Ela não enviou. Ela está presa na reunião, numa outra
8455 reunião.

8456 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Está bem.
8457 A gente vai abrir as inscrições de novo. Deixa eu só esclarecer uma coisa do que falta
8458 aqui, porque como a proposta anterior foi de a gente antecipar a pauta dos decretos para
8459 aqui, agora, nesse momento, então a gente vai falar sobre isso agora, está bem? Ainda
8460 tem esse tempo. Vai que dá tempo de a Fernanda mandar.

8461 **Interlocutor Não Identificado** - E aí, o final só faz a revisão do sumário, só esses dois
8462 pontos.

8463 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Isso.

8464 **Interlocutor Não Identificado** – Perfeito.

8465 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Então, é
8466 isso. Se ela mandar, a gente emenda já, não é? Mas, então, vamos falar sobre o decreto
8467 que a gente... a pauta de amanhã que a gente está puxando para frente agora.

8468 **Interlocutor Não Identificado** – Esse era o ponto 5 de amanhã.

8469 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Até onde
8470 eu tinha entendido da nossa conversa e por essa razão que foi incluído pela mesa
8471 diretora, o decreto que a gente se refere é o decreto de nomeação dos membros do
8472 governo no CNPCT, certo? Dos novos ministros de inclusão e etc. Alteração? Não só.
8473 Então, se não só, quem se inscreve aí para explicar? Está bem. Caio, Patrícia, Maria
8474 Clara. Caio, Patrícia e Maria Clara, por enquanto.

8475 **Interlocutor Não Identificado** - Tem algum microfone aí atrás, pessoal ou não? Doutor
8476 Caio.

8477 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então,
8478 Caio, primeiro.

8479 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
8480 – Salvo engano, a discussão é sobre o decreto 8.154 de 2013 e suas alterações. Então,
8481 isto incluiria o ponto da alteração da composição do comitê, que diz respeito a quais são
8482 os ministérios que compõem o órgão. Uma discussão que a gente começou ano passado
8483 para incluir alguns ministérios, como os povos originários, as mulheres, etc., mas também
8484 verificar a conveniência da fugiu a palavra agora de não, não, de quando a gente faz o
8485 ato não existe mais? Revogação. Da revogação dos decretos, do decreto publicado na
8486 gestão anterior, que alterou ali mais nomenclaturas, mas também retirou algumas
8487 questões como observância de diversidade na composição do comitê, do mecanismo.
8488 Foram alguns dispositivos revogados na alteração que houve pela redação dada pelo
8489 decreto de 2019, o decreto 9831. Acho que seria essa a discussão. Pelo que eu conversei
8490 com a Thamiris, isso já estava encaminhado.

8491 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
8492 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Essa minuta de decreto, na verdade, ela foi
8493 elaborada antes mesmo de eu chegar aqui. Ela está pronta desde abril e contempla essa
8494 questão da composição. Ela é a minuta de decreto que também estava para anuência,
8495 que a gente estava recolhendo anuência dos outros ministérios. Isso levou bastante
8496 tempo no ano passado e a gente finalmente conseguiu as anuências no final do ano
8497 passado. Então, o estado atual dessa minuta de decreto, ela está na SE. Então, assim,
8498 ok, não sei se vocês vão rediscutir as modificações do decreto 8154, mas é isso. O estado
8499 atual dessa minuta de decreto está na SE com as anuências.

8500 **Sra. Patrícia de Oliveira da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
8501 **Desencarceramento)** – Então, só para lembrar, fazer um resgatezinho, o decreto de
8502 2019 é o decreto que o ex-presidente fez que até hoje não foi revogado e que a gente já
8503 conversou bastante no Comitê Nacional sobre isso. E aí, em março, na realidade, essa
8504 proposta aqui, ela começa em março. Ela começa em março para os membros do Comitê
8505 e aí os membros do Comitê recebem olha, reolha, olha, reolha. E assim, foram, sei lá,

8506 foram muitos e-mails, muitas mensagens, muitos momentos e aí faz algumas alterações,
8507 tira o Ministério da Defesa, coloca o Ministério de Mulheres, Igualdade Racial, Povos
8508 Indígenas, diminui uma cadeira do Ministério da Justiça, porque era Ministério da Justiça.
8509 O Ministério da Justiça tinha quatro cadeiras no Comitê, diminui. Então, assim, os
8510 membros do Comitê que estão no Comitê, olharam e reolharam esse decreto muitas
8511 vezes. Muitas vezes. Então, assim, eu, particularmente, achei e acho que este, inclusive,
8512 está o decreto mais ideal. Por exemplo, a gente faz alteração da Vice-Presidência e da
8513 Presidência, porque lá atrás, quando a Presidente Dilma Rousseff, todo mundo sabe
8514 disso, de estar para cá, quando foi criada esta lei, a negociação para a Presidente Dilma
8515 Rousseff assinar foi que a Presidência sempre seria do Ministro, ela condicionou isso. E
8516 aí, lá atrás, a gente foi e negociou com ela alguns pontos que agora a gente está pedindo
8517 mudança nesses pontos, são por isso que a Presidência seja alternada, que não seja só
8518 o Ministro ou o Presidente. Então, tem alguns pontos que a gente olhou e reolhou para
8519 lá e para cá. E, sinceramente, não acredito que tenha mais nada que possa acrescentar,
8520 mas é bom sempre a gente dar uma olhadinha para ver se a vírgula está no lugar, se a
8521 gente se escapuliu alguma coisa, se faltou alguma coisa, mas todos os membros do
8522 Comitê olharam e reolharam esta minuta de decreto algumas vezes. E aí ela foi
8523 encaminhada no final do ano, a ideia na gestão ainda da Isadora era que o Presidente
8524 pudesse assinar até o final do ano, mas isso não foi possível. Então, a ideia é que a gente
8525 tenha esse decreto nesse ano, principalmente antes do dia 26 de junho. Vamos fazer um
8526 marco na história esse ano com isso.

8527 **Interlocutor Não Identificado** - Bruno, se puder também contribuir, porque faz seis
8528 meses que está para ser publicado e a gente, RR ou a gente não consegue entender o
8529 buraco. Até pensamos, será que a Casa Civil não tem interesse que funcione o Comitê?
8530 A gente não consegue entender. E só um detalhe na fala da Patrícia, na verdade, a
8531 questão da presidência não seria o decreto, a questão da presidência é um debate que
8532 a gente colocou, que a gente fez, mas que ficou lá para frente para eventual mudança de
8533 lei. Então, não ficaria contemplada com o decreto.

8534 **Sra. Patrícia de Oliveira da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
8535 **Desencarceramento)** – Eu vou repetir o último andamento do decreto. O último

8536 andamento foi ontem, na verdade, o gabinete da [ininteligível] encaminhou para a
8537 diretoria de programa solicitando a avaliação da inserção da Secretaria de Relações
8538 Institucionais na composição e a construção de diálogos com a SNDH acerca do tema.
8539 E aí encaminhou para a diretoria de programa dando um prazo de até 9 de fevereiro de
8540 2024 para a manifestação. É isso. Esse é o último andamento do decreto.

8541 **Interlocutor Não Identificado** - Então, Bruno, se me permite até, enfim, agradecer a
8542 Patrícia durante o dia todo. A gente não consegue entender essas burocracias que vão
8543 e voltam sendo que o que a Isadora tinha sinalizado é que simplesmente faltaria uma
8544 publicação.

8545 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8546 **Cidadania – MDHC)** – Ah, não, não, não. Então, é porque o decreto sai da Casa Civil,
8547 não é? Então, ainda tem que sair, pelo que eu estou entendendo, o decreto ainda está lá
8548 no Ministério. Então, o que eu estou entendendo é que a Secretaria Executiva poderia
8549 ter enviado para a Casa Civil, para a SAJ, na verdade, que é a Subsecretaria de Assuntos
8550 Jurídicos da Presidência, para fazer uma avaliação deles, uma nota técnica subsidiando
8551 a assinatura pelo presidente Lula. Pelo que eu estou entendendo, ou ele está parado na
8552 nossa Secretaria Executiva, porque houve algum entendimento, eu não sei como se deu
8553 essas tratativas, da retirada do Ministério de Relações Institucionais, da SRI, não é? Lá
8554 da Presidência, lá do ministro Padilha. Aí eu tenho que entender de onde nasce essa
8555 demanda. Se foi a própria SRI que pediu para sair, ou se foi uma posição nossa de retirar,
8556 ou qual é o acordo de retirar a SRI e colocar outro ministério, isso eu preciso entender o
8557 que está pegando aí. Porque se é o entendimento SE da retirada da SRI, abruptamente
8558 eu tenho quase certeza que não foi. Pode ser que a própria SRI falou, não faz muito
8559 sentido, a gente está no Comitê de Combate à Tortura. Enfim, eu tenho que entender.
8560 Ou então a gente quer substituir a SRI por outro ministério. Não sei, talvez Meio
8561 Ambiente, enfim, não sei. Não sei em que pé está essa discussão. Eu preciso me inteirar.
8562 Uma vez resolvendo esse imbróglio da SRI, a princípio não tem mais nenhuma exigência.
8563 Aí sobe para a Presidência, para a análise da SAJ e a Casa Civil deve nos pedir uma
8564 nota técnica, que já deve ter no processo, inclusive, para subsidiar a assinatura do
8565 presidente. Aí a gente perde a gestão do prazo, está bem, pessoal? Que é o prazo da

8566 Casa Civil do gabinete do presidente, que eles que determinam a velocidade da
8567 publicação de decreto. Rui Costa e o próprio presidente Lula, o gabinete pessoal do
8568 presidente. E a SAJ, não é? É, então, aí eu tenho que entender o que está acontecendo
8569 dentro do ambiente do governo, do porquê da saída da SRI. Não tem essa informação
8570 agora. Vou atrás e passo.

8571 **Interlocutor Não Identificado** - O ruim é que faz tanto tempo que eu também trabalhei
8572 em cima disso, eu não vou lembrar agora, mas eu acho.

8573 **Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (Ministério dos Direitos Humanos e da**
8574 **Cidadania – MDHC)** – Tinha participado? Tem participado das reuniões?

8575 **Interlocutor Não Identificado** - Sim, a SRI... Bruno, eu vou passar a Maria Clara depois
8576 a Kim, mas eu só queria pedir, Bruno, já que você está com a gente aqui, cara... perfeito.
8577 Então, agora eu acho, Thamiris, eu acho que entendi o que você falou. Eles já tinham
8578 concordado em entrar, salvo engano, engano, era até a Vivi que estava nas reuniões. Se
8579 eles concordaram em entrar, por que vão estar novamente perguntando se eles querem
8580 entrar? Eu só queria te pedir, Bruno, cara, vai fazer aniversário isso aqui. Se pudesse
8581 tanto fazer o esforço dentro do Ministério, ou depois mesmo junto com a Casa Civil, etc.
8582 Eu vou passar para... a Maria Clara pode falar antes, Kim?

8583 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
8584 **Organizações Populares – GAJOP)** – Definir realmente esse prazo, Bruno, até quando
8585 conseguiria dar essa devolutiva mesmo para essas tratativas. Eu entendo que... aí tu
8586 achas que daria até amanhã? Porque de repente amanhã, na continuação da reunião, a
8587 gente já teria ao menos um indicativo do que é que está acontecendo e como solucionar.
8588 Porque realmente é questão de urgência.

8589 **Interlocutor Não Identificado** - Menos mal que a única exigência é essa e isso parece
8590 não ser um problema para resolver. Já se tivesse voltado com a sede, considerando e
8591 tal.

8592 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Além disso,
8593 além desse esclarecimento...

8594 **Interlocutor Não Identificado** - Rapidinho, desculpa. E é consenso por parte do comitê
8595 a manutenção da SRI dentro do... está bem.

8596 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Está bem.
8597 Aí, além disso, estou entendendo que existe vários pingos de menções à necessidade
8598 de revogação do decreto de 2019, é isso? Porque a minha dúvida é a seguinte. Essa
8599 minuta de decreto que está tramitando agora e que o Bruno vai verificar o que é que
8600 sucedeu, se ela for assinada, ela já... desculpa, porque eu realmente não li. Ela vai
8601 revogar o decreto de 2019 que por si só também revogou alguns artigos do decreto de
8602 2013? Não vai. Acho que sim, vamos lá. Só que ele só faz referência ao 2013, ele não
8603 fala... o original. Todos esses dispositivos citados, sim.

8604 **Interlocutor Não Identificado** – Não, então...

8605 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Tem que
8606 comparar para ter certeza do que estou perguntando.

8607 **Interlocutor Não Identificado** - Então, até onde eu lembre, não. Até onde eu lembro,
8608 Kim, isso aí era focado nas questões da adequação às alterações ministeriais do ano
8609 passado, certo. Houve um debate... não, não, não. É porque no ano passado o ministério
8610 foi para os originários, mulheres e tal, então, seria para uma adaptação. Lembro de a
8611 gente fazer uma reunião com a Isadora, mesmo diretor, nesse sentido. Agora, essa
8612 questão, não sei se a Patrícia pode me ajudar, mas houve um debate, não sei se foi na
8613 mesa, em alguma das reuniões do ano passado, no sentido de que algumas pessoas,
8614 não sei se foi entendimento do próprio MDH, mas enfim, haveria um entendimento que
8615 talvez não fosse necessário a revogação de um decreto, porque já houve a ACP
8616 precedente, já houve a ADI, a ADPF, não lembro agora, enfim. Então, Kim, o que eu
8617 entendo é que esse decreto é simplesmente para adequar aos novos ministérios do ano
8618 passado.

8619 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então, se
8620 a gente precisar fazer o comparativo...

8621 **Interlocutor Não Identificado** - Sim, sim. Exatamente. Isso, foi o que eu estou falando
8622 agora. Houve um entendimento, salvo engano, Patrícia, no sentido de que não seria
8623 necessário revocar o decreto, porque ele foi declarado inconstitucional pela ACP da DPU
8624 e pela ADI ou a ADPF. Isso. É, Bruno, se quiser anotar isso para a eventual lição de casa,
8625 no sentido da necessidade ou não, se foi analisado isso, mas a gente chegou a falar isso
8626 com a Isadora, sim, entendeu? Esse decreto é focado na alteração ministerial do ano
8627 passado. Declarou inconstitucional.

8628 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Se vocês
8629 jogam no Google e procuram esse decreto de 2019, ele consta lá como inconstitucional,
8630 porque se não causa uma confusão. Então, isso está errado. Então, é isso.

8631 **Interlocutora Não Identificada** - Esse de 2019, ele tem cinco artigos, na verdade. E o
8632 artigo quinto desse, do 2019, não é essa minuta, ele fala, ficam revogados os dispositivos
8633 abaixo. Um dos dispositivos, na verdade, o primeiro dispositivo revogado desse decreto
8634 de 2013, o de 2019, revogou alguns dispositivos de 2013. O primeiro dispositivo que ele
8635 indica é exatamente essa questão do Caio, porque eu acho que é muito preocupante,
8636 porque o primeiro dispositivo é não assegurar na composição, na composição do Comitê
8637 Nacional de Diversidade de Gênero etc. Então, assim, acho que essa é a questão que
8638 está falando. Se ele foi considerado inconstitucional na regra, então está garantido a...

8639 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Ele está
8640 vigente ainda.

8641 **Interlocutor Não Identificado** - A dúvida que remanesce para mim, pessoal, é o
8642 seguinte, a parte que foi declarada inconstitucional... então, a parte que foi declarada
8643 inconstitucional foi apenas a questão de ser feridos voluntários, ou também essa outra
8644 questão que foi trazida agora?

8645 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – O Fábio.

8646 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço Social –**
8647 **CFESS)** – Vamos lá. O decreto... vamos lá. Fazer entender. O decreto originário é o 8154
8648 de 2013. Por consequente, a gente teve o decreto 9831 de 2019, que teve algumas
8649 alterações no decreto original de 2013. Porém, acredito que, por motivação judicial pelo
8650 STF, alguns dos incisos do próprio decreto de 2019 foram modificados em 2019 também,
8651 através de outro decreto. Aqui fala, olha só, revogado pelo decreto 10.1074 de 2019.
8652 Dentre esses, o principal deles, qual era o terceiro? Os ocupantes dos cargos em
8653 comissão deixam de existir na estrutura regimental por força deste decreto, ficam
8654 automaticamente exonerados. O que? Que era a exoneração do espírito do mecanismo.
8655 Isso foi revogado por outro decreto de 2019 também, acredito eu, por força do STF.
8656 Porém, algumas modificações do decreto, do primeiro decreto de 2019, permanecem.
8657 Elas estão inclusive aqui, não é, para consulta.

8658 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Espera aí,
8659 Fábio, de novo, de novo, vai. É, isso, isso, isso. Sim, entendi.

8660 **Interlocutor Não Identificado** - Olha, e está explícito aqui, olha, revogado pelo decreto
8661 número 10.174 de 2019, vigência vide a ADPF 607.

8662 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço Social –**
8663 **CFESS)** – Isso. Que são aquelas que acabam com o mecanismo, exatamente.

8664 **Interlocutor Não Identificado** - Que fala da não remuneração dos membros do
8665 mecanismo. Que é o parágrafo 5 do artigo 10.

8666 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Senhoras
8667 e senhores, são... microfone.

8668 **Interlocutor Não Identificado** - Eu estou achando... Isadora, eram dois decretos. Um
8669 que era esse aqui. E o outro que eu não sei se também ajudaria a gente a achar. Está
8670 bem. Eu estou até mandando um zap aqui. Está bem.

8671 **Interlocutor Não Identificado** – Caio, então essas modificações desse decreto de 2019
8672 se referem exclusivamente às ações do mecanismo, as do comitê permaneceram
8673 intactas.

8674 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – E é por
8675 essa razão que... então a gente está falando de um outro decreto, para além desse, que
8676 já está tramitando, que precisa revogar o de 2019.

8677 **Interlocutor Não Identificado** - Exatamente.

8678 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Aqui está
8679 90% das coisas novas para derrubar o outro decreto. Eu estou só repetindo por causa da
8680 degravação.

8681 **Interlocutor Não Identificado** - Kim, só para adicionar, nesta minuta que está na tela,
8682 não são apenas questões do mecanismo, existem questões afetas ao comitê. Por
8683 exemplo, aqui está na tela ali que diz que o chamamento público dos membros na
8684 ausência dos inscritos em qualquer segmento. Isso é uma questão que a gente levantou,
8685 porque se num segmento não tem inscritos suficientes, a gente pode chamar de outros.
8686 Ou seja, neste documento que está na tela, também há algumas questões que são
8687 demandas do comitê e não só as do mecanismo. Mas nesta minuta estão incluídas as
8688 questões da ADPF, porque ela altera o artigo 10º, que muda a palavra designados para
8689 nomeados. Então, eu estou entendendo que este documento foi feito a partir da decisão
8690 judicial, levando em consideração algumas discussões nossas também, porque estão ali.
8691 Eu acho que vale mais a gente fazer um estudo, ou pedir para alguém de nós mesmos
8692 dar uma lida e fazer um parecer, vendo os artigos que não são alterados, no que eles
8693 nos afetam. Bom, se já fizemos isso, já tem como recuperar, para que a gente não fique
8694 discutindo?

8695 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então, é
8696 isso, para a gente novamente não discutir no Léo, a gente precisa recuperar esse
8697 documento, mas... isso quanto a este decreto, sim, este decreto, cheque, beleza, é um
8698 retorno mesmo seu, Bruno, de nos indicar qual que seria o próximo passo e qual foi o

8699 motivo de ele ter ido, vida que segue, manda para o Palácio. O problema é o outro
8700 decreto, é o decreto que o comitê já tinha feito um pente fino.

8701 **Interlocutora Não Identificada** - Gente, eu preciso entender se a gente está falando de
8702 dois... que eu vou estar no drive, no e-mail, é isso, mulher? Ou é esse? Eu não estou
8703 entendendo, se é esse ou se é outro, entendeu?

8704 **Interlocutora Não Identificada** - Posso? Só falar uma questão, o decreto que foi objeto
8705 de inserção do primeiro mecanismo, no artigo 5º, ele diz: “Fica revogado os seguintes
8706 dispositivos do decreto 8154 de 2013, ficam revogados os seguintes dispositivos.”
8707 Primeiro dispositivo revogado é o parágrafo terceiro do artigo oitavo, vamos lá, o
8708 parágrafo terceiro do artigo oitavo que se encontra revogado é... parágrafo terceiro, os
8709 representantes nos referidos incisos 2, 3 e 5 e caput e seu suplente deverão... opa, a
8710 escolha e seu representante buscará representar a diversidade de raça e etnia, de
8711 gênero... esse é o parágrafo terceiro do artigo oitavo do decreto de 2013. O artigo 7...

8712 **Interlocutor Não Identificado** - Ali embaixo, a escolha dos representantes, buscará
8713 representar, então, isso já foi.

8714 **Interlocutora Não Identificada** – Ok. O CNPTC, daqui é o mais tranquilo, o CNPTC será
8715 presidido pelo ministro do Estado, chefe da Secretaria de Direitos Humanos da
8716 Presidência da República. Esse é o parágrafo sétimo.

8717 **Interlocutor Não Identificado** - Ele está revogado, mas ele provavelmente está
8718 revogado por nomenclatura.

8719 **Interlocutora Não Identificada** - É, mas assim, mas tanto é que ele, mas ele previu, ele
8720 teve uma nova redação e é o primeiro item, inclusive, dessa minuta, essa questão estaria
8721 superada, primeiro item dessa minuta. O mais, o que eu entendi que foi o mais grave,
8722 que eu não vi, na verdade, opa, aí vamos lá, aí tem o artigo décimo, que foi...
8723 mecanismo... raça, etnia e região. Esse dispositivo, foi o que [ininteligível] revogado. O
8724 que eu não entendi, que é o maior problema, é que o artigo quinto, que eu entendi que
8725 não foi objeto, é uma questão que a gente falou aqui diversas vezes, porque o artigo 26...

8726 está... o artigo 26, ele fala exatamente do que nós citamos aqui diversas vezes, de que o
8727 nosso mandato quando termina... esse artigo 26.

8728 **Interlocutor Não Identificado** - Esse artigo 26, ele se refere a outro organismo, esse
8729 artigo 26, ele se refere ao Comitê Nacional de Prevenção e Controle da Tortura, que foi
8730 instituído em 2006, que é, de certa forma, a instituição que a gente sucedeu.

8731 **Interlocutora Não Identificada** - Foi antes da lei do sistema. Então, acho que foi só para
8732 [ininteligível].

8733 **Interlocutor Não Identificado** - Entende?

8734 **Interlocutora Não Identificada** – Isso, é porque...

8735 **Interlocutor Não Identificado** - O artigo diz que o Comitê Nacional para a Prevenção e
8736 Controle da Tortura ficaria mantido até que o nosso comitê fosse instituído.

8737 **Interlocutor Não Identificado** - É o comitê que existia antes da criação da lei de 2013.

8738 **Interlocutor Não Identificado** - Isso, é uma disposição transitória.

8739 **Interlocutor Não Identificado** - Tortura nunca mais, [ininteligível] nacional. Isso. Essa
8740 contempla, não é? Já que você resgata uma informação importante. Embora esse comitê
8741 tenha sido criado por lei no ano de 2013, o Comitê Nacional, por seja a denominação que
8742 for, ele precede a 2013. Tinha reuniões aqui. A política foi construída de certa forma, não
8743 é? Embora que muito resgatando essa história, boa parte do que está na lei que cria o
8744 sistema nacional, não atendeu às reivindicações históricas de movimentos sociais. É
8745 importante isso ficar registrado, não é? Até porque algumas organizações históricas não
8746 compuseram esse colegiado novamente, não é? Caso de pastoral carcerário nacional,
8747 grupo tortura nunca mais.

8748 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Sim, e aí,
8749 gente, para validar esse entendimento que a gente acabou de ter agora, acho que vale
8750 perguntar, então, se está todo mundo ciente e de acordo de que a pauta de hoje que se
8751 refere ao decreto, na verdade, é uma memória de que esse decreto aqui, essa minuta

8752 que está tramitando já, e que aí, então, precisamos do apoio do Bruno para compreender
8753 aí se é possível já mandar para a presidência, se abarca aí toda a nossa demanda até
8754 então relacionado às questões lá do decreto da época do governo Bolsonaro. É isso, não
8755 é? Todo mundo de acordo, ciente? Então, para registrar na ata, por contrato. Não há
8756 necessidade de buscar outra minuta, é essa minuta que foi trabalhada por dois anos, é
8757 isso, não é? Bom, agora a gente entra na última pauta que é a que depende da questão
8758 da redação, e o Fábio disse que tem uma proposta, está bem, sobre esta pauta, está
8759 bem, então, é exato. Então, agora a gente oficialmente entra nessa pauta de novo, agora
8760 para discuti-la mesmo, aí eu vou me memorar de novo, que é se a gente, se é a
8761 legalidade, não é, em a suprimir a posse aí, enfim, a candidatura, a posse de pessoas
8762 que trabalhavam na [ininteligível] penitenciária, etc., etc., ou se não há legalidade. Se
8763 houver legalidade, a gente vai discutir aqui se suprime ou não, se não há legalidade,
8764 então, a gente tem que discutir o tempo que vai constar aí para pessoa sair do cargo que
8765 possui e entrar no mecanismo. Ah, inclusive de reserva. Ah, bom, aí temos uma questão
8766 logística. Certo. É, então a gente vai ter que deixar para amanhã mesmo. Olha, para
8767 vocês saberem, está bem, a gente mantendo a agenda de amanhã exatamente como
8768 está, é, só substituindo o horário das 16h15, que eram os decretos, colocando essa, a
8769 gente tem uma hora para esse debate, está bem? Então, eu só vou substituir, então,
8770 colocando, meu Deus, a cabeça já não está funcionando direito, espera aí. Isso, dos
8771 decretos, isso, aí a gente pede, não é, que essa versão, se possível, seja compartilhada
8772 até lá. Lembrando, então, a agenda de amanhã, a gente vai ficar, e aí vai ter que ter um
8773 tempinho aqui também para a gente falar sobre a questão do período das saidinhas,
8774 notas e tal, porque foi uma coisa que a gente tirou do planejamento, que entra agora, não
8775 é? É, então, vai entrar aqui também, aí depois eu vejo certo em horário, mas, por
8776 enquanto, amanhã ficou assim, às 9h manhã, registro de membros e quórum. Então,
8777 amanhã, como é o último dia, pedir para todo mundo e autocrítica aqui também, não é,
8778 de a gente chegar no horário, porque é o último dia, então, a gente tem que aproveitar o
8779 máximo possível, é o dia que a gente vai viajar, enfim, então, o quanto antes a gente
8780 começar, o quanto antes a gente termina, então, amanhã, esse exercício de chegar às
8781 9h em ponto. É, 9h15, a gente faz a avaliação do pedido de recondução de períodos do
8782 mecanismo, que é um tema aí que tende a ser um pouco longo, então, é importante a

8783 gente realmente manter o horário, a gente pôde colocar uma hora para esse tema, então,
8784 para vocês verem que o negócio vai andar bastante. Às 10h15 a gente vai começar o
8785 debate sobre o processo eleitoral do CNPCT, que aí, como a gente vê, é também muito
8786 importante, então... e pode ser longo. Então, para esse debate, a gente deu duas horas,
8787 até 12h15, das 10h15 até 12h15, a discussão sobre o processo eleitoral do CNPCT. Às
8788 13h15, o debate sobre a minuta do edital do mecanismo e a aprovação do cronograma
8789 estava aqui, olha só, mas a gente já adiantou, então, eu vou tirar, já aprovamos o
8790 cronograma. Ah, não aprovamos o cronograma, aprovamos? Não aprovamos. Ah, é, e a
8791 aprovação do cronograma do edital. É, uma dúvida, Thamiris, está constando na ata
8792 como aprovado o cronograma do comitê, não é? Como aprovado, não é? Está bem,
8793 beleza. É, então, a aprovação é do cronograma do edital, beleza. Aí às 16h15, é sobre
8794 essa alteração do artigo quinze, tentar focar no artigo quinze e depois a revisão do
8795 sumário do turno. Então, agora a gente vai fazer a revisão do sumário do turno deste dia
8796 de hoje, certo?

8797 **Interlocutora Não Identificada** - É, eu queria lembrar também que amanhã no
8798 Corporate, está certo, gente? Ninguém vem para cá, pelo amor de Deus. Sala plenária
8799 no décimo, a de sempre.

8800 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – E como
8801 que a gente faz essa revisão do sumário?

8802 **Interlocutora Não Identificada** - No ponto de orçamento, ficou o encaminhamento sobre
8803 elaboração de planilha de acompanhamento permanente do orçamento com previsão
8804 mínima de gás com as atividades, RO, missões, ações, encontros, SNPCT Esse lance
8805 de ficar compartilhando continuamente as informações referentes do orçamento com a
8806 mesa diretora em toda reunião. Eu entendi que era com a mesa diretora. Pode ser uma
8807 planilha, não é? Uma planilha on-line, pode ser uma planilha on-line. Mas aí vai
8808 apresentar em toda RO.

8809 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Vamos lá,
8810 que a mesa diretora vai acompanhar junto com a coordenação de apoio.

8811 **Interlocutora Não Identificada** – Isso, isso.

8812 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Só constar
8813 isso, que é a mesa diretora com a coordenação de apoio. A gente já tentou. Mas essa é
8814 uma dúvida real, assim, já aproveitando então, não é, mas sem desvirtuar muito, mas é
8815 possível? Porque a gente sabe que é uma grande burocracia, não é, e é uma grande
8816 burocracia. Seria possível, mas é uma grande burocracia.

8817 **Interlocutora Não Identificada** - Isso. Isso, exatamente. Toda vez que eu tento pegar
8818 diárias, a justificativa é. Diárias, não, coffee break é. A justificativa é: a gente não dá
8819 coffee break para o pessoal, para todo mundo com diária, entendeu? Basicamente.
8820 Então... essa aí, enfim, é outro rolê.

8821 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Esse valor
8822 da diária é estabelecido pelo... ela toda..., mas espera aí, eu não estou entendendo,
8823 gente, volta, volta. Ah, está bem. Ah, tinha antes da Damares, tinha. Portanto, a gente
8824 podia colocar no nosso orçamento CNPCT isso, mas... é mesmo esse problema.
8825 Entendo. Entendi. Olha, gente... não é o caso de fazer agora, porque não é bem rindo.
8826 Não, isso eu acho possível, a gente pode dialogar para ter uma pequena pausa, enfim.
8827 Mas é isso. Voltando aqui, então, na revisão do sumário.

8828 **Interlocutora Não Identificada** - Vamos lá. Ainda encaminhamentos da parte de
8829 orçamento. Envio de planilha com informações orçamentárias. Envio do ofício circular
8830 sobre prazos para emissão de passagens. O Bruno já me encaminhou, vou encaminhar
8831 para vocês. Valor, termos e prazos para completção do prodoc. Confirmação do
8832 comprometimento do orçamento da CGCT com os gastos do encontro do sistema.

8833 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Não, não,
8834 isso é só do orçamento.

8835 **Interlocutora Não Identificada** - Estou passando aqui para ver se tem mais um, gente.
8836 Aí foi aprovado o calendário. Foi isso, mas no decreto saiu o encaminhamento? Qual foi
8837 o encaminhamento?

8838 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Não,
8839 calma, mas tem outras coisas, não tem?

8840 **Interlocutora Não Identificada -** Quais outros encaminhamentos?

8841 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** A gente
8842 aprovou... ah, está bem, mas eu achava que a revisão era sobre um resumo...

8843 **Interlocutora Não Identificada -** Não, aqui vocês querem que eu leia toda a reunião?

8844 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Ah, está
8845 certo, mas, então, o que a gente aprovou hoje foi a pauta, as atas e degravações.

8846 **Interlocutora Não Identificada -** A gente aprovou as atas e degravações. A gente
8847 também aprovou o calendário.

8848 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** O
8849 calendário anual.

8850 **Interlocutora Não Identificada -** Exatamente, com planejamento e as datas das ROs e
8851 datas de eventos também. E a gente, do encontro e também a gente definiu... a gente
8852 teve alguns consensos. É um consenso que é a intenção do comitê, que a reunião do
8853 sistema ocorra junto com o encontro de comitês e mecanismos. E também foi um
8854 consenso que decreta uma memória de que essa minuta que a gente viu agora, que está
8855 tramitando na SE, ela abarca toda a demanda relacionada ao decreto da época do
8856 Bolsonaro.

8857 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Certo, aí
8858 o meu pedido é fazer constar o número do processo SEI que esse decreto está
8859 tramitando, para deixar claro, não é?

8860 **Interlocutora Não Identificada -** Ok.

8861 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Tem mais
8862 alguma coisa?

8863 **Interlocutora Não Identificada** - Número do processo SEI, número da minuta, tudo o
8864 que vocês quiserem.

8865 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Boa.**

8866 **Interlocutora Não Identificada** - Não, essa câmera é profissional.

8867 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – É, não é**
8868 **detalhe. Tem até o fio de cabelo.**

8869 **Interlocutora Não Identificada** - Não, eu estou relatando aqui todas as falas, eu posso
8870 te mandar também isso para complementar. Mas aí só relembrando do compromisso do
8871 Bruno de talvez tentar alguma devolutiva sobre a questão do decreto para amanhã. É, e
8872 aí, assim, eu anotei para fazer constar que não existe mais nenhuma necessidade de
8873 alteração do decreto para o momento, considerando... assim, só para ter tudo por escrito,
8874 assim. Considerando que já foi decidido pelo STF e a nova minuta de alteração do
8875 decreto. Ah, sim.

8876 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – É, eu, é**
8877 **só fazer constar mesmo. Acho que essa coisa da STF é importante também, porque...**
8878 **está bem.**

8879 **Interlocutor Não Identificado** - Não, sobre os decretos, eu te mandei uma mensagem
8880 para a Isadora e para a Sofia. A Sofia falou, pelo que eu lembro, e era um único decreto.

8881 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Ah, glória.**

8882 **Interlocutor Não Identificado** - A Sofia respondeu.

8883 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Então, é**
8884 **isso, glória. Então, está encerrado o dia de hoje, encerrado o dia de hoje.**

8885

8886 **MDH 43ª Reunião Ordinária do CNPCT - 07 02 2024 – Manhã**

8887 **Interlocutor não identificado** – Pessoal, eu vou fazer uma sugestão aqui da gente
8888 começar, vão ter vários debates, não é? Ainda que, sei lá, quando tiver quórum a gente
8889 falar, vamos endossar o que deliberamos no início, a gente vai debatendo aqui, senão a
8890 gente já está aqui, vai, enfim. O governo não vem, o Silvio não quer ficar por aqui, não
8891 tem jeito, pessoal. É isso, a gente tem que estar aterrado, pé no chão e saber que é isso.
8892 A gente vai fazer com algumas pessoas que não participaram dois ontem, dois antes de
8893 ontem, enfim. É isso. O que vocês acham? Então, depois pode me falar, é culpa do,
8894 enfim, do ministro, dos ministérios, enfim. Eu cansei, está bem? Mas, enfim, é só uma
8895 sugestão, a gente pode deliberar, votar. Que manda no zap lá o que a Fernanda tinha
8896 escrito. Então, assim, salvo engano, enfim, alguém... Eu atropeli a Kim aqui, de
8897 excelência, mas, enfim, é uma sugestão. Kim.

8898 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Que em
8899 tese, todas as pautas de hoje são deliberações mesmo, não é? Eu fiz aqui um esforço de
8900 mandar o link, de novo, no grupo geral do CNPCT para ver se alguém entra no online e
8901 a gente fecha esse quórum com mais uma pessoa que falta, não é? É, exatamente. Eu
8902 acho que como a gente já aguardou uma hora, a gente pode esperar mais uns cinco
8903 minutos para ver se alguém recebe esse link e toma a iniciativa de entrar. E, enquanto
8904 ele também responde se ele está chegando ou não, senão a gente invalida...

8905 **Interlocutora não identificada** – Precisa entender que a representação do governo que
8906 não vem às reuniões do comitê, ela precisa ser trocada, sim. Está na lei. Se as pessoas
8907 não conhecem a lei do Comitê Nacional, aí é uma questão delas. Três reuniões com falta
8908 consecutiva, troca. Assim, a gente está há um ano, não é? E várias reuniões assim, não
8909 tem nem justificativa, não é? Que é o pior ainda.

8910 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – De acordo,
8911 acho que são muitos aprendizados aqui, não é? Pra buscas de melhoria. Também acho
8912 que a gente vem falando sobre isso há um bom tempo já. Tenho a impressão de que
8913 alguém entrou, mas não tenho certeza. Ah, está bem. Alarme falso. Não faz isso com a
8914 gente, não.

8915 **Interlocutora não identificada** – Pessoal, bom dia. Vamos iniciar a contagem do
8916 quórum. CFSS. CONFEN. Educafro. GAJOP. AJD. Associação de Amigos e Familiares.

8917 **Interlocutora não identificada** – Presente.

8918 **Interlocutora não identificada** – Rede.

8919 **Interlocutora não identificada** – Presente.

8920 **Interlocutora não identificada** – Somos.

8921 **Interlocutor não identificado** – Presente.

8922 **Interlocutora não identificada** – UFRN. MDHC e MDH. Ministério da Saúde.

8923 **Interlocutora não identificada** – Presente. Com isso, a gente concluiu o quórum de 14
8924 pessoas que pudemos dar início à reunião.

8925 **Interlocutora não identificada** – CONFEN, presente.

8926 **Interlocutor não identificado** – Ardem, Ministério da Saúde, presente.

8927 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Obrigada
8928 pelas confirmações, pessoal. Bom, a priori, a nossa ordem de pauta está com as
8929 seguintes pautas. Avaliação do pedido de recondução de peritos do mecanismo.
8930 Processo eleitoral do CNPCT. Depois do almoço, o debate sobre a minuta de edital do
8931 mecanismo. Em seguida, sobre a questão da alteração do artigo 15, da resolução que já
8932 foi aprovada. E revisão dos sumários do turno. Essa é a nossa ordem de pauta. Eu
8933 entendi que é um pedido de inversão de ordem de pauta. De que a gente discuta primeiro
8934 o artigo 15, ou não é um pedido? Ah, está bem. Então podemos manter a mesma ordem
8935 de pauta, não é? Está bem. Bom, em relação à avaliação do pedido de recondução dos
8936 peritos. Então, aqui me entregue pelo ofício número 20 de 2024. É... Acho que eu vou
8937 simplesmente abrir mesmo para falas. Vou fazer aqui um certo controle aqui de falas. É...
8938 Basicamente, acho que todos têm acesso a esses ofícios, receberam. Ali também tem
8939 algumas cópias, também, em relação ao parecer. Foi dado pela CONJUR, por solicitação

8940 dos peritos do mecanismo. Então, qualquer dúvida, também, vocês podem pegar ali na
8941 mesa para checar essas informações. Basicamente, é o pedido de recondução de três
8942 peritas, não é? Que tem aí a previsão de término do mandato no dia 6 de maio de 2024.
8943 Que são as peritas Ana Valesca Duarte, a perita Camila Barbosa Sabino e a perita
8944 Ronelda Vieira Lopes. Ok? Então, eu vou abrir essas falas. Aproximadamente três
8945 minutos. E vou pedir para buscar respeitar esse tempo, também, para a gente ser um
8946 pouco mais diverso nas discussões. A inscrição, a princípio, como, então, eu falei ontem,
8947 não é? A Tamires está sozinha aqui no nosso apoio. Ela está focando na missão aqui,
8948 na função de registrar a nossa ata. Então, Matheus vai me ajudar aqui nas inscrições,
8949 está bem? Acho que, por praxe, é levantar a plaquinha. E aí, eu só vou pedir essa ajuda,
8950 porque aqui, no online, eu não consigo exatamente ver sempre quando as pessoas
8951 levantam as mãos, ou algo assim. Então, se o Fabrício puder sinalizar alguma coisa,
8952 agradeço. Obrigada.

8953 **Interlocutor não identificado** – Acho que, por ora, Rogério e eu. Ah, não. Eu achei que
8954 fosse a sua plaquinha. Desculpa. Então, a Carol. Fica à vontade. Carol, então, é você.

8955 **Sra. Carol** – Está. Não, só assim, a gente solicitou esse ponto de pauta, não é? A gente
8956 tem aí um término do mandato de três peritas aí no início de maio. Então, a gente entende
8957 que daqui até a próxima reunião é o momento que vocês, é o tempo que vocês vão ter
8958 para avaliar isso, não é? E pensar, eu acho que, na verdade, o que vocês vão ter que
8959 discutir aí entre os membros. A gente não vai fazer parte dessa discussão. Como será
8960 esse procedimento? Como vocês vão dar formalidade a ele? Enfim, vocês precisam
8961 discutir isso realmente entre vocês. Eu acho que é uma discussão que a gente não
8962 deveria estar presente nela. Então, eu queria, assim, a gente trouxe aqui um... A gente
8963 enviou um ofício colocando o nosso entendimento, né? O mecanismo é um órgão de
8964 Estado. Obviamente, tudo o que concerne o mecanismo precisa ser revestido de
8965 legalidade. Os atos, a gente tem leis que nos regem. A gente tem o OPCAT, a Lei 2847,
8966 o Decreto 8154. Então, também são leis que necessariamente precisam ser levadas em
8967 conta no momento de qualquer ato que diga respeito ao mecanismo, além de todas as
8968 outras leis que disciplinam o direito administrativo, não é? Porque é um ato administrativo
8969 que precisa estar revestido de legalidade. Então, assim, transparência, publicidade,

8970 impessoalidade, isonomia são questões que precisam necessariamente fazer parte
8971 desse ato também. Mas como ele será formalizado, como ele será feito, isso realmente
8972 vai depender de vocês. Então, eu não sei se esse é o momento que a gente sai da
8973 reunião, aí a gente precisa ter uma orientação também aí do colegiado, assim.

8974 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Bom, eu
8975 particularmente entendo que a questão concerne o pedido de três peritas que estão
8976 dentro do mecanismo. Eu não vejo necessariamente um óbice para que vocês estejam
8977 presentes na sala, até porque isso possibilita uma publicização, um conhecimento, uma
8978 ciência do que será deliberado aqui. Isso é a minha visão. Alguém tem alguma
8979 ponderação em relação a isso? Ainda que, pessoalmente, ou enquanto representantes
8980 do mecanismo, vocês optem por não se manifestar, que eu também compreendo e
8981 respeito, acho que para esse ato de ciência, a presença de vocês me parece importante.
8982 Essa é a minha perspectiva. Eu queria saber se há alguém com alguma ponderação em
8983 relação a isso.

8984 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço Social –**
8985 **CFESS)** – Bom dia. Fábio, CFESS. Na verdade, não tenho ponderação. Quero só reforçar
8986 o que a Kim falou, como membro de colegiado. Acho que as ações do comitê e desse
8987 colegiado são ações baseadas na transparência. Acho que não há problema, não há
8988 óbice nenhum do mecanismo estar presente ou não nesse tipo de ação.

8989 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Maravilha.
8990 Então, quanto a isso, fiquem à vontade para permanecer. Eu acho, inclusive, muito
8991 positivo que vocês permaneçam. A única ponderação que eu faço é que, justamente, a
8992 gente está aqui buscando, em vários sentidos, uma organização, novamente, desses
8993 processos deliberatórios de participação governamental, entre outros fatores, que vocês
8994 também têm ciência. Então, a gente trabalhar aqui, nesse momento, uma escuta e uma
8995 fala respeitosa de qualquer membro aqui presente, compreendendo que a gente tem
8996 questões objetivas, obviamente, a tratar. Há um reconhecimento, que vem, inclusive, do
8997 próprio parecer do CONJUR, em alguns pontos, no sentido de que carece de uma
8998 resolução que dê limite a alguns procedimentos para tratar de pedido de recondução ou

8999 mesmo para fazer, efetuar, efetivar a recondução de períodos do mecanismo. Então, de
9000 fato, há essa ausência e a gente está aqui para buscar resolver isso na melhor medida
9001 possível, ao mesmo tempo que a gente também consiga atender, dar um retorno, dar
9002 uma resposta à solicitação formal feita. Então, vamos seguir com as inscrições. Mateus,
9003 você primeiro, depois Paulo.

9004 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9005 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Bom dia. Falando enquanto Sociedade Civil, nem
9006 não enquanto comitê, mas, assim, Sociedade Civil, ela tem conversado entre ela, não é?
9007 Com o governo, a gente tem tido um pouco mais de dificuldade, até deixar o registro que
9008 o Bruno teve ontem à tarde inteira com a gente lá, enfim, alguém que dialogou super
9009 bem, a gente tem sentido falta também nos protocolos do governo. O Felipe, novamente,
9010 aqui está, né, com a gente, estava ontem também. Enfim, a Daniela, a Tamires, mas a
9011 gente tem conversado por ora enquanto Sociedade Civil. Eu não sei se depois o governo
9012 tem outras reflexões também. O que eu queria trazer, né? Não vou lembrar agora o artigo,
9013 mas, enfim, a Lei de 2013 traz a possibilidade de recondução. Entendo que é algo, que
9014 o momento é excepcional, independentemente das três interessadas, o momento é
9015 excepcional. A gente tem falado, infelizmente, nos últimos anos, tanto o comitê quanto o
9016 mecanismo, dificilmente a gente tem 11 peritos, quando não são sete, são oito, enfim.
9017 Então, a gente acha que a gente está num momento excepcional. Então, isso deve ser
9018 levado em conta na análise das reconduções. Acho que as três interessadas, assim como
9019 o tempo do edital, elas têm que manter lá os requisitos, sei lá, direitos políticos, certo?
9020 Tem os requisitos mais formais. E aí vai ter uma margem de conveniência e oportunidade,
9021 que é exatamente o que, com base nas balizas aí, nas balizas normativas, que o comitê
9022 vai ter que se debruçar. Entendo que, assim como tantas outras, se não me engano, só
9023 os peritos do SPT, sei lá, defensor público geral, outros órgãos, assim, que veem a
9024 recondução, eles passam por um novo processo, ou seja, uma eleição. Então, assim,
9025 acho que o ideal é que passassem por um novo processo, e aí tem um trabalho que, no
9026 ano passado, poderia ter sido feito, até de forma mais certa, no edital. Poderia ter um
9027 edital agora contra os interessados e também as três participando, mas acho que, então,
9028 por ora, a gente não conseguiria dar a necessidade do interesse público também

9029 envolvido, no sentido de dar continuidade ao trabalho. Isso foi apresentado, antes de
9030 ontem, a agenda do próprio mecanismo. Ontem a gente debateu também o nosso
9031 planejamento. Tentamos, de uma forma ou outra, marcar reuniões que não batessem
9032 com a agenda. Então, acho que tem o interesse público envolvido. Obviamente, tem o
9033 interesse das pessoas, das peritas que vêm pedir a recondução. O próprio mecanismo,
9034 enquanto órgão, também endossar a necessidade do interesse público. Então, acho que,
9035 como a própria Carol falou, a gente vai ter até a próxima reunião. Tem um tempo aí para,
9036 eventualmente, decidir. E, nessa linha, durante o debate aqui, a gente até pode pensar
9037 algumas balizas para isso. Deixa-me ver se tinha mais algo a ser dito. Eu acho que era
9038 mais ou menos isso, pessoal, para iniciar as reflexões. Obrigado.

9039 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
9040 **Norte – UFRN)** – Pessoal, bom dia. Eu acho que eu acompanho o Mateus nas reflexões,
9041 acho que, em um ponto sobre a conveniência de fazer um processo, é isso, de onze já
9042 são oito, um processo de, nesse momento, um processo seletivo mais longo, em torno
9043 de três vagas. Para a recondução, acho que não seria apropriado, considerando a
9044 situação excepcional que a gente tem. De três vagas ainda para o processo de seleção
9045 não faria sentido, nesse momento, colocar mais três. Mas aí eu fico pensando quais são
9046 as condições para a gente fazer uma avaliação sobre essa possível recondução,
9047 considerando uma coisa que a gente já vem discutindo aqui, nesse fórum, desde que
9048 aqui comecei a estar, que é sobre os ecos de uma decisão aqui, nacionalmente, nos ecos
9049 estaduais. Então, o que a gente decide aqui no Comitê Nacional, as ressonâncias disso
9050 nos comitês e mecanismos estaduais, a possibilidade de a gente abrir um precedente
9051 para isso. Então, acho que essa é uma coisa que também a gente deve considerar na
9052 escolha, na definição dessa forma. No princípio, eu acho que, não sei quais são as
9053 dinâmicas de trabalho efetivas do mecanismo, mas talvez, por um processo de
9054 recondução, talvez seja interessante um relatório de atividades, das peritas, pelo tempo
9055 que tiveram o mandato. Então, são três anos de mandato, eu acho, também, para esse
9056 comitê poder se debruçar ou alguma coisa equivalente. Não sei que tipo de materiais
9057 vocês produzem de maneira individual, cada perito. É porque vocês atuam mais em
9058 grupo. Então, esse seria o momento de avaliação individual. Então, o que a gente poderia

9059 pensar para avaliação individual? Estou pensando, talvez, um relatório de atividades. Eu
9060 acho que a gente pode se debruçar sobre o que seriam esses relatórios de atividades.
9061 Missões executadas, atividades de formação cumprida, enfim, representação. O que a
9062 gente pode pensar em termos de prestação de serviços, de prestação de atividades,
9063 inclusive, pensando nesse precedente, não sei o que vocês acham para os estados, mas
9064 também como uma forma de proteger, tanto o comitê como o mecanismo. Então, a gente
9065 reconduz a partir de atividades que foram realizadas, atividades previstas, dando uma
9066 certa institucionalidade a esse processo. Eu não sei, estou só pensando alto a partir do
9067 que o Mateus colocou, mas considerando essa institucionalidade, porque, é isso, a
9068 abertura de um novo processo para essas três vagas, se demorado, o mecanismo ficaria
9069 com cinco pessoas. Aí, realmente, torna impossível o funcionamento do mecanismo.
9070 Acho que, por ora, inicialmente, seria isso.

9071 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9072 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Eu só ia te ajudar aqui. Eu acho que é o Caio. Foi
9073 o Caio antes da Jaque? Pessoal, me ajudem. Jaque, foi você ou Caio? Então, Caio, vai.

9074 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** – Bom
9075 dia, pessoal. Eu gostaria de trazer aqui algumas considerações sobre a leitura desses
9076 documentos e também reflexões para o colegiado sobre tanto o assunto em abstrato,
9077 recondução dos peritos, mas também alguma reflexão sobre esse caso específico, em
9078 concreto, das três colegas do mecanismo que estão pleiteando a recondução. Então, nós
9079 temos de documentação que instrui essa situação três pareceres da Advocacia Geral da
9080 União, sendo o último solicitado pelo mecanismo, enquanto os demais foram solicitados
9081 pela gestão da Coordenação de Combate à Tortura ou da Secretaria Nacional de
9082 Cidadania, no caso parecer, de 2018. E, nos dois casos, fica bastante evidente
9083 caracterizar o ato de recondução como um ato discricionário. Então, é importante,
9084 primeiramente, conferir que os limites do ato discricionário são, então, somente a
9085 legalidade e a formalidade do ato, ou seja, respeito à forma que é necessária, no sentido
9086 da legalidade e também dos elementos constitutivos do qualquer ato administrativo, que
9087 é a motivação daquele ato e o objeto do ato em si. Então, de acordo com esses dois
9088 pareceres, o que a gente, o que, pelo menos, eu abstraio da leitura, serve também para

9089 salientar a importância dessa discussão, para a gente verificar e estudar melhor o alcance
9090 e a forma como se exerce a prerrogativa que foi invocada nos documentos apresentados
9091 pelo mecanismo relativos à independência funcional dos membros do órgão e salientar
9092 que essa independência funcional, ela se aplica, como em outros órgãos como o
9093 Ministério Público, à questão de não vincular as opiniões e os atos desses membros ao
9094 órgão ou à gestão geral daquele órgão. Então, essa prerrogativa de independência não
9095 vai alcançar essa situação específica de recondução como é um argumento que, em
9096 algum momento, é colocado no ofício no sentido de que a independência funcional dos
9097 membros do mecanismo impediria que o ato discricionário fosse realizado enquanto o
9098 ato que realiza ou não a recondução. Então, o ato administrativo que, eventualmente,
9099 seria aqui realizado, ele estaria ali revestido da formalidade conforme o parecer da AGU,
9100 porque seria realizado na forma correta, que é a forma de resolução, que é aquela
9101 prevista nos nossos regimentos, sendo esse um instrumento próprio e ele seria, então,
9102 realizado a partir de um critério fundamental, como é colocado pela AGU, que é a
9103 manutenção das condições indispensáveis para a investidura do cargo. Eu vou pedir,
9104 brevemente, licença para ler este trecho do parecer de 2018 da AGU, que refere que não
9105 há na legislação qualquer regramento sobre a forma segundo o qual o comitê deve
9106 proceder a recondução, logo, não parece haver óbice jurídico na sua deliberação em
9107 reunião ordinária de colegiado e aí, destaco, observada a manutenção das condições
9108 exigidas quando do processo de seleção. Logo, nós teríamos duas condições possíveis,
9109 uma em que não há manutenção das condições iniciais da seleção. Neste caso, seria
9110 proibido ao colegiado realizar a recondução, nós não poderíamos realizar a recondução
9111 dos peritos se aquelas condições não existissem mais. Segundo, há a manutenção das
9112 condições. Neste caso, havendo a manutenção das condições, haveria a possibilidade
9113 de duas respostas do colegiado, sim ou não, enquanto ato, novamente, ato discricionário.
9114 E essa resposta seria dada de acordo com os critérios do ato discricionário que são a
9115 conveniência e a oportunidade de realizar o ato. Logo, finalizando essa parte mais
9116 abstrata da análise, a manifestação de vontade do colegiado, que é a manifestação
9117 coletiva dessas pessoas eleitas pela sociedade civil para representar essa pauta e
9118 também dos membros da administração pública, é a opinião que define rumos da política
9119 de prevenção e combate à tortura, que foi a nós outorgada pelo Estado a partir da nossa

9120 prerrogativa de escolha dos membros e que, então, se espraia ou não a recondução. Que
9121 é, então, evidentemente, um ato discricionário que será eventualmente realizado
9122 conforme os critérios de conveniência e oportunidade, conforme os três pareceres da
9123 Advocacia Geral da União. Essa seria uma análise do caso em abstrato. E ainda em
9124 abstrato, a minha opinião nessa situação de existência ou não existência de critérios de
9125 recondução é de que os membros que pleiteiam a recondução, eles devem realizar o que
9126 se chama de recondução indireta, que é aquela no qual a pessoa se submete novamente
9127 aos procedimentos de seleção, como qualquer outra pessoa interessada na investidura
9128 do cargo. Essa é a minha opinião para o colegiado como a forma mais interessante para
9129 a gente continuar realizando as situações de recondução. No caso em concreto, contudo,
9130 evidentemente, se o colegiado assim entender que há oportunidade e conveniência pela
9131 inexistência de uma lista de pessoas a serem convocadas no caso de vacância, por
9132 exemplo, poderia ser, sim, a partir de uma análise política discricionária do órgão realizar
9133 a recondução das peritas que pleiteiam a recondução ao cargo, justamente no sentido
9134 de não haver a vacância dos órgãos das vagas no mecanismo e, assim, viabilizar as
9135 atividades de fiscalização que são tão importantes para a manutenção dessa política.

9136 **Interlocutora não identificada** – Só acho que talvez dá uma preocupação considerando
9137 o prazo do término do mandato. Entendo que a questão da recondução merece, de fato,
9138 uma priorização nesse momento dentre as discussões do... as condições... dentro das
9139 demais questões, embora também urgentes do CNPTC, porque acho que foi colocado
9140 pelo Mateus e acho que não é divergente para ninguém, acho que ninguém discordaria
9141 da impossibilidade de diminuição dos quadros que já compõem o órgão considerando
9142 que ele já está abaixo do que seria do que está normatizado, que seriam os 11. Mas
9143 também entendo que é, também, até mesmo pelo ofício que foi encaminhado pelo
9144 mecanismo, pela orientação dada pelo parecer, inclusive pelas falas que já foram
9145 colocadas aqui, da necessidade, acho que estabelece os critérios objetivos. E como foi
9146 colocado, inclusive, de uma proteção do CNPTC e também do mecanismo, eu entendo
9147 que esses critérios, de fato, têm que ser muito objetivos e transparentes, entendo que
9148 isso também não há desacordo. Eu só penso que em relação a... acho que talvez o
9149 pedido, que a recondução ela fosse feita nesta plenária, eu só entendo isso como uma

9150 questão tanto que prejudicada em razão da necessidade exatamente da gente
9151 estabelecer critérios objetivos, não é? Mas entendo também que a gente há um
9152 direcionamento quanto a esses critérios, no sentido de além do que determina a lei, era
9153 o preenchimento de requisitos e as agências que eram dadas pelo próprio editorial de
9154 seleção que selecionou e nomeou as três pessoas. Só que a gente, na verdade, a gente
9155 entende que a gente parte daí já tem precedentes e se balizar em critérios objetivos em
9156 cima dessas questões que acho que essa seria a melhor forma dar maior tranquilidade
9157 para os órgãos e também para as pessoas que têm, estão aí para serem reconduzidas.
9158 É isso.

9159 **Interlocutor não identificado** – Acho que um pouco nessa linha dos três colegas
9160 anteriores que falaram, acho que, em primeiro lugar, é importante reforçar que, assim,
9161 enquanto Conselho Federal de Serviço Social, enfim, eu que participei desde a
9162 construção da política já, não é, Patrícia? Já há muitos anos, desde a época do comitê
9163 que o comitê não tinha nem sido criado por lei, enfim, eu falo com muito orgulho, não é?
9164 E com muita admiração que a gente tenha. Acho que mais de uma década depois,
9165 digamos assim, acho que quase mais de 15 anos depois, a gente esteja reunido aqui,
9166 discutindo e, sobretudo, é... Avaliando, de certa forma, não é? Mas, assim, tendo
9167 reconhecimento de um trabalho tão importante, quer dizer, que está, que é e que está...
9168 que é desenvolvido, acredito que será desenvolvido pelo Mecanismo Nacional de
9169 Prevenção e Combate à Tortura, porque, desde os debates para a realização da lei, da
9170 construção da lei, enfim, claro que a lei teve alguns atropelos do governo federal à época
9171 que foi a sua Constituição, mas desde a nomeação, desde as dificuldades com que esse
9172 órgão passou. Não podemos esquecer que o mecanismo foi inviabilizado de suas
9173 funções alguns anos atrás ao governo anterior, enfim. E, ainda, acredito que ainda
9174 carece, ainda, de uma institucionalidade muito maior para a ação, desenvolvimento e
9175 reconhecimento dessas suas ações tão importantes, assim. Acho que eu quero registrar
9176 acho que um comprometimento, não é? Enaltecer, e orgulho enquanto militante, já
9177 histórico, digamos assim, há muito tempo, como pesquisador. Enfim, como quem que
9178 pesquisa a área da tortura já há muito tempo, há muitos anos e, agora, recentemente,
9179 enquanto membro do terceiro colegiado do Comitê Nacional de Prevenção e Combate

9180 da Tortura, representando o meu conselho profissional. Acho que eu gostaria de fazer,
9181 companheiros, essa saudação importante. Outra questão, também, de fundo é que um
9182 dos papéis primordiais do Comitê é fortalecer o mecanismo, quer dizer, acho que o
9183 mecanismo e o Comitê são órgãos que trabalham em conjunto, dado as suas
9184 especificidades de atuação, evidentemente, mas, assim, acho que foi muito rica a
9185 participação do mecanismo no nosso planejamento, não é? Foi um planejamento árduo
9186 que a gente trabalhou bastante para construir as ações. Não tem sentido as ações do
9187 Comitê serem dispares daquelas do mecanismo. daquelas que isso traz um pouco da
9188 nossa reflexão de como a gente conduz essa política. Enfim, acho que a experiência do
9189 Rio de Janeiro, também, durante muito tempo demonstrar isso. Enfim, pensando que é
9190 dever do Comitê Nacional fortalecer as ações do mecanismo, estamos diante de uma
9191 situação concreta aqui, uma situação concreta da realidade que exige respostas
9192 concretas. Nesse ponto, enfim, acho que é importante ressaltar, sobretudo, faço votos à
9193 observação do Caio, quando ele utiliza a reprodução indireta, não é isso, Caio? A
9194 reprodução indireta, acho que, do ponto de vista republicano das instituições que
9195 participam, que elegem seus mandatos, enfim. Mateus deu exemplo da defensoria
9196 pública, eu posso dar o exemplo, também, do Conselho Federal de Serviço Social. O
9197 mecanismo do Rio, enfim, eu dou um exemplo até maior, talvez. Protocolo Facultativo
9198 das Nações Unidas. Como é o mandato dos membros do OPCAT, do subcomitê da ONU,
9199 assim, é permitido uma reprodução consecutiva, e a eleição a um novo pleito. Em síntese,
9200 do ponto de vista, mesmo, do que a gente defende, eu entendo que o membro, quando
9201 ele quer, deve passar por uma reprodução, sempre deve passar por uma reprodução
9202 indireta, em todos os processos, até porque, novamente, ressaltando, o Comitê Nacional
9203 de Prevenção e Combate à Tortura é um órgão político, quer dizer, político, que tem as
9204 organizações que são eleitas, e na política a gente disputa concepções de mundo,
9205 concepções de tortura, visões de militâncias, de, enfim, o comitê, ele conjuga essas
9206 pautas, assim, acho que isso, não é? Do que a gente defende, do que a gente eleita,
9207 nossos mandatos, acho que isso reforça o caráter político do Comitê Nacional de
9208 Prevenção e Combate à Tortura, enquanto essa ferramenta. Aqueles membros que estão
9209 no mecanismo, que são escolhidos pelo comitê, escolhidos e, assim, avaliados, não é?
9210 É importante que o comitê avalie o trabalho do mecanismo, eu acho que elas atendem

9211 os desejos, os anseios e as lutas políticas, históricas, daqueles que compõem o Comitê
9212 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Nesse ponto, do ponto de vista mesmo
9213 ideal, penso que é necessário. Que se a gente trabalha na perspectiva da recondução
9214 direta, com o novo processo, enfim, com todas as pessoas, até porque pode ter outros
9215 membros, algumas, algumas outras, algumas outras candidatas que sequer a gente
9216 conhece, possa vir a conhecer, possa contribuir ainda mais com o aperfeiçoamento desse
9217 trabalho, não é? Enfim, é, acho que o próprio parecer mesmo é pedido, corrobora com a
9218 necessidade de a gente, enquanto comitê, regulamento, regulamentar melhor esse
9219 processo, assim, de que forma a gente pode fazer isso, assim, talvez a gente poderia
9220 indicar a construção de um grupo de trabalho para pensar sobre isso para as próximas
9221 reuniões ordinárias, enfim. O segundo ponto. A questão da resposta concreta, é, para
9222 uma necessidade objetiva hoje dentro do sistema. É, se a gente entende, se há o
9223 entendimento de que é dever do comitê acompanhar e fortalecer o mecanismo nacional
9224 de prevenção e combate à tortura devido a um tempo, não é? E a burocracia do estado
9225 brasileiro, de fato. E se os membros que pleiteiam o processo de reprodução, não há
9226 nada que, que possa, o desabonar, ou há nada em relação aos requisitos iniciais, de
9227 reprodução do cargo. Eu vejo... E também pelo fato de a gente não ter uma
9228 regulamentação, uma resolução ainda, especificamente sobre isso, eu não vejo óbice de
9229 a gente seguir do que os outros colegas colocaram. Acho que, que o Paulo até indicou
9230 alguma forma de a gente, por mais que o trabalho seja coletivo, alguma forma de a gente
9231 avaliar os membros que pleiteiam o processo de reprodução, enfim. Acho que em síntese,
9232 não é? É, eu acho que a gente precisa, do ponto de vista ideal, assim, consolidar isso
9233 melhor entre o comitê para questões futuras. Porém, na situação atual, acho que a gente
9234 pode seguir pensando no fortalecimento e também na paralisação das atividades do
9235 comitê. Se já se encontra desfalcado os seus membros, acho que isso é uma informação
9236 importante, que a gente, assim, que siga os encaminhamentos dados, não é? Sobretudo
9237 pelo Paulo, pela Jaqueline e pelo Caio.

9238 **Interlocutor não identificado** – Bom dia a todos. Bom, é, eu estou aqui com a
9239 manifestação da CONJUR. E, eu queria, é, chamar atenção, porque tem alguns pontos
9240 que são colocados aqui nesse parecer. E acho que são dois momentos importantes. É,

9241 o primeiro deles trata dessa regulamentação desse procedimento de, de recondução. Eu
9242 acho que, é importante, seria importante que o comitê pudesse se debruçar sobre isso,
9243 sobre essa regulamentação, sobre esses critérios, para que a gente possa, inclusive, dar
9244 transparência aos critérios utilizados, para tomada de decisão. Nesse sentido, aqui no
9245 parecer 38, na linha 26, diz que o CNPCT a seu cargo, segundo critérios de oportunidade
9246 e conveniência atrelados ao interesse público, definirá como serão os procedimentos
9247 para eventual recondução do cargo. E, no 27, dessa forma, recomenda-se ao comitê a
9248 regulamentação do procedimento da recondução do membro do mecanismo. Inclusive
9249 para, enfim, garantir a mesura, imparcialidade, moralidade, na escolha dos membros. É,
9250 eu acho importante que, essa discussão de recondução venha, antecedida, não é? Da
9251 criação e, publicação e consolidação desses critérios, não é? Justamente para que essa
9252 decisão possa ser imparcial. Aí, no parecer, no parecer, esse que todos têm em mãos,
9253 não é? Qual que é o número dele? 31. Bom, primeiro, ele fala em requisitos formais e
9254 fala em requisitos materiais. É, nos requisitos formais, trata, de forma que a decisão do
9255 órgão colegiado deve ser feita mediante resolução, e aqui, nos requisitos materiais, no
9256 parágrafo 17, ele faz uma citação, alguns três, que trata justamente da necessidade de
9257 regulamentação do procedimento de recondução. E lá na conclusão, pelo exposto há
9258 uma condicionante. Então, desde que observados os requisitos formais, ou seja, a
9259 publicação da resolução, os requisitos formais no 13 a 16, dentre os quais a publicação
9260 da resolução, e os requisitos materiais do 17 a 19, dentre os quais há essa previsão
9261 dessa regulamentação do procedimento da recondução. E aí, nesse procedimento,
9262 haveria a apresentação desses critérios que seriam utilizados pra tomada de decisão,
9263 não é? Então, vejam, pela minha leitura aqui, o CNPCT tem oportunidade e conveniência
9264 pra definir esses critérios, mas a decisão final, não é? Pela, a recondução ou não, deve
9265 estar balizada a partir dessa regulamentação do resultado dessa avaliação, a partir da
9266 definição desses critérios. Então, eu acho, eu lanço aqui essa cautela mesmo de que nós
9267 tenhamos todo esse material bastante consolidado e bastante, publicado para que essa
9268 decisão não seja, não seja questionada. Enfim, não seja revestida de dúvida e seja
9269 absolutamente transparente. Então, eu chamo a atenção desses pontos. Enfim, é isso,
9270 não é? Acho que são dois momentos.

9271 **Interlocutora não identificada** – Corroborando, acho que com os que os colegas da
9272 sociedade civil já falaram, não é? Sobre o entendimento de não ser possível uma
9273 recondução automática e a necessidade de um procedimento mínimo de critérios sendo
9274 necessário passar por um processo seletivo. A gente se encontra numa situação de que
9275 a gente não tem, de fato, precedentes que levem justamente a um procedimento
9276 consolidado, não é? A gente teve situações divergentes sobre reconduções ou não em
9277 diferentes situações. Temos essas balizas de que é possível a recondução, mas não, de
9278 fato, a existência desse procedimento, como o Felipe colocou. E aí, o que nós
9279 consideramos, não é? Em primeiro lugar, a necessidade de cumprir minimamente uma
9280 avaliação, um atendimento desses critérios mínimos para que não configure, de fato, uma
9281 recondução automática e isso estabeleça precedentes perigosos também na
9282 reverberação para os Estados. Isso é uma consideração que a gente está levando
9283 bastante. Mas também, Felipe, temos essa preocupação do tempo hábil que nós temos
9284 para produzir, de fato, esse documento que regulamente o procedimento da recondução
9285 como um todo, de forma geral, considerando a situação muito concreta que é o tempo da
9286 finalização dos mandatos e o tempo que nós temos para fazer o processo seletivo das
9287 vagas que já estão existentes, não é? Essas três vagas. No cenário ideal, abriríamos
9288 essas seis vagas, considerando que as candidatas interessadas participariam também
9289 por esse processo seletivo, definindo também diferentes critérios de avaliação,
9290 considerando o período de passagem delas pelo mecanismo. Qual foi a situação que a
9291 gente pensa que seria possível estabelecer? Fazer uma resolução considerando a
9292 situação excepcional que nós nos encontramos de uma forma que não prejudica o
9293 trabalho do mecanismo de ficar com um grande número de vagas, uma quantidade muito
9294 risória de peritos dentro do órgão que prejudicaria totalmente o trabalho do mecanismo.
9295 Nesse período, a gente não tem garantias de que seria célere o processo de finalização
9296 desse processo seletivo, nem seria célere a gente estabelecer também esses parâmetros
9297 de uma forma geral, não é? Eu acho que isso demanda um debate bastante qualificado
9298 de mais tempo e é um tempo que nós não temos. Publicando essa resolução com os
9299 critérios para esse pedido específico dessas três peritas, que seria o cumprimento dos
9300 requisitos objetivos, como já foi falado, não é? Os requisitos iniciais do processo seletivo
9301 delas, além da análise do relatório de atividades, é o que manteria também essa análise

9302 das condições de oportunidade, enfim, pelo pleno do comitê e a gente poderia fazer essa
9303 análise para a próxima reunião ordinária. A gente pensou, inclusive, um prazo de 20 a 30
9304 dias. Eu vi que a Ronilda já apresentou o relatório aqui. Mas a gente pensou em um prazo
9305 mínimo para que vocês apresentem esse relatório com antecedência para a reunião
9306 ordinária e a gente publique, antes disso, essa resolução regulamentando esse
9307 procedimento em caráter excepcional para esse pedido de recondução. Enquanto isso,
9308 esse comitê tem, sim, esse dever de regulamentar e, sim, de maneira geral, o
9309 procedimento de recondução para que estabeleça esses parâmetros para os próximos
9310 casos. Mas eu acho que isso daria conta de não configurar uma recondução automática
9311 e, ao mesmo tempo, não ter qualquer tipo de parâmetro de análise de avaliação do
9312 trabalho que foi feito e não existir nenhum tipo de critério também. O ato também estaria
9313 revestido de formalidade através da publicação de uma resolução e eu acho que essa
9314 seria a melhor solução possível, considerando a situação concreta que nós temos, de
9315 modo a não prejudicar o trabalho também desse órgão.

9316 **Interlocutor não identificado** – Eu pedi novamente para fazer um comentário à leitura
9317 do Felipe sobre o final deste último parecer da AGU, porque, na minha leitura, Felipe,
9318 quando a Advocacia Geral da União coloca a possibilidade da recondução por atender
9319 os requisitos formais, que é a forma da resolução, que é o item 3 ao 16, e, depois disso,
9320 os materiais que são os itens 16 a 19, entre os requisitos materiais não está a
9321 regulamentação do processo de recondução, porque os itens 17 a 19, eles retomam a
9322 questão de um parecer anterior que diz que é a manutenção das condições exigidas, que
9323 é o requisito básico para a recondução, e não coloca novamente a questão da
9324 regulamentação. O parecer da AGU, no geral, os três pareceres, eles colocam a
9325 regulamentação como uma recomendação ao colegiado, mas não como uma obrigação
9326 para a posterior realização de um ato de recondução. Então, para colocar essa questão,
9327 a minha leitura é de que não é exigida a existência de um ato que regule a
9328 recondução para que ela ocorra. E aí, colocar mais uma reflexão para o grupo, que a
9329 gente passe a fazer a leitura mais adequada da expressão permitida uma recondução.
9330 Quando a legislação coloca que o mandato é de três anos permitida uma recondução,
9331 ela não coloca isso como um direito, seja lá líquido e certo que for, dessas pessoas a ter

9332 uma recondução. A expressão permitida uma recondução é um limite, não é uma
9333 possibilidade de um direito a vir a acontecer. Ela é um limite que a lei estabelece do
9334 tempo de permanência dessas pessoas no órgão. Então, é importante que a gente passe
9335 a fazer essa leitura dessa forma, porque ela vem sendo, de certa forma, feita de um jeito
9336 enviesado. A expressão permitida uma recondução é um limite ilegal à permanência de
9337 qualquer pessoa no órgão do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura,
9338 da mesma forma que para o comitê, a expressão permitida uma recondução também se
9339 refere ao limite temporal das instituições permanecerem no colegiado. E, por último,
9340 colocar que sim, eu concordo com os colegas, que é importante que a gente pense
9341 melhor a forma, os procedimentos para a recondução, e aí, de novo, os procedimentos
9342 para a recondução, mas tomando muito cuidado ao estabelecer os critérios da
9343 recondução, porque, na eventualidade de nós criarmos critérios A, B, C de recondução,
9344 nós estaremos criando uma hipótese de recondução automática, porque bastaria, no
9345 decorrer do mandato de três anos, cumprir esses três requisitos, que a pessoa
9346 automaticamente, em vez de um mandato de três anos, passaria a ter um mandato de
9347 seis anos. Isso é, na minha interpretação, impossibilitado pela legislação. Nós
9348 estaríamos, antes do fim do mandato dessas pessoas, já criando as condições para que
9349 automaticamente elas fossem reconduzidas. Por exemplo, se nós criássemos critérios
9350 de produtividade, de assiduidade, se nós criássemos esses critérios, nós sim estaríamos
9351 criando hipóteses de situações de recondução automática. Então, voltando, a expressão
9352 permitida uma recondução é um limite, não é um direito, muito menos um direito líquido
9353 certo. E temos que, sim, eu acho importante a gente criar algum grupo de trabalho, para
9354 refletir sobre como serão esses procedimentos de recondução, especialmente porque,
9355 no meu entendimento, que eu vou colocar novamente, a recondução aqui deveria ocorrer
9356 na modalidade indireta, que é quando as pessoas se submetem novamente ao certame.
9357 Exceto nos casos excepcionais, que são aqueles que, por oportunidade e conveniência,
9358 o colegiado escolhe reconduzir as pessoas. Que, tenho entendido, trata-se do caso das
9359 três postulantes, que por uma excepcionalidade na qual não há como participar do tempo
9360 aberto do concurso, etc. Nós decidiríamos que, para não interromper as atividades do
9361 colegiado, essas três pessoas seriam excepcionalmente reconduzidas por conveniência.

9362 Conveniência do colegiado em razão do interesse público, que é justamente o objeto do
9363 ato discricionário.

9364 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Sou eu.
9365 Quanto à análise jurídica, a minha perspectiva de análise mesmo jurídica vai muito de
9366 encontro ao que o Caio acaba de aclarar, de esclarecer, enfim. Realmente discordo da
9367 interpretação que foi feita aqui pelo Felipe. E acho importante dizer isso mesmo, porque
9368 essa interpretação é um balizador para nós nos comprometermos, inclusive, a fazer a
9369 resolução que foi ali recomendada pela AGU em seu parecer. Então, isso eu acredito ser
9370 um compromisso nosso, quanto comitê, de fazê-lo neste ano ainda, para que a gente não
9371 tenha que passar por situações similares às que aconteceu. Esse parecer mesmo indica
9372 que há um histórico e, de fato, eu, particularmente, enquanto representante aqui, não
9373 tenho esse histórico tão aprofundado, mas, a partir dessa documentação, consigo
9374 visualizar que foram situações excepcionais também. E que não dá, em termos de
9375 regularidade, de segurança jurídica também, que um órgão não cumpra com uma
9376 obrigação central aí, que é, enquanto um órgão até, de certa maneira, de gestão do
9377 mecanismo, porque a gente está ali acompanhando, a gente deve acompanhar, a gente
9378 deve trabalhar em conjunto e deve também, nesse aspecto aqui formal, fazer a gestão
9379 desses pedidos, enfim, da manutenção desses cargos e etc. Dito isso, eu acho que
9380 realmente a gente, para que o contexto fique mais claro, assim, sobre onde, o caminho
9381 que a gente está chegando, eu vou repetir aqui sobre essas questões dos requisitos
9382 formais e materiais. Então, a gente tem, não há óbice nenhum para a gente deliberar isso
9383 na reunião ordinária, com o espaço que estamos. O ato formal é uma resolução, então,
9384 decidido pela recondução, a gente tem que produzir uma resolução para firmar esse
9385 entendimento, para publicizar esse entendimento. E, também aqui se menciona, que
9386 deve, até uma maneira um pouco genérica que eles colocaram aqui, mas que deve ser
9387 adotada a forma estabelecida para as demais decisões colegiadas, mas isso é um tanto
9388 na minha interpretação um pouco genérica. Quanto aos requisitos materiais, e aí é neles
9389 que a gente tem que ficar bem atento também, nesse momento excepcional, é nos atentar
9390 às mesmas condições exigidas na seleção, que foi a quinta seleção, que as três peritas
9391 foram selecionadas. Avaliar essa questão do mandato satisfatório, e aqui eu entendo que

9392 o parecer ele traz a título exemplificativo, como não há uma resolução que delimita quais
9393 são esses critérios de um mandato satisfatório, ele indica algumas opções, e essas
9394 opções são objetivas de serem, não a responsabilização ou sanção administrativa, cível
9395 penal em decorrência dos seus atos. Parece que é um indicativo que poderia ser utilizado
9396 como critério, e também, genericamente novamente, aprovação do comitê. Então é isso,
9397 nós temos essa obrigação de definir essas, enfim, dar essa decisão sobre a recondução.
9398 Então, voltando aqui às propostas que foram trazidas, no intuito de a gente encaminhar.
9399 Estou entendendo que há um certo consenso aqui de que, por critério de conveniência e
9400 oportunidade, a gente vai, a gente reconhece esse contexto excepcional, afinal de contas,
9401 a gente está falando aí em um cenário de dois meses, para que chegue ao prazo do dia
9402 6 de maio. Portanto, em dois meses, entendemos que não conseguiremos, não será
9403 possível a gente fazer um edital, cumprir com, abrir esse processo de seleção, para que
9404 as peritas que estão pleiteando participem desse processo de seleção. Não vamos
9405 conseguir também, dentro de dois meses, fazer uma resolução, a resolução aquela
9406 recomendada, pelo parecer, que é a resolução mais ampla, com procedimentos e
9407 critérios. Então, a partir desse entendimento, desses considerandos, nós estamos aqui,
9408 quase no consenso de fazer a recondução, excepcionalmente. Eu estou falando assim
9409 só para... depois a gente confirma. A partir daí, entendemos também que é uma
9410 obrigação nossa, um papel nosso do comitê, e aí podemos analisar aqui, se saímos daqui
9411 com esse compromisso, inclusive, de criar um GT que vá ser responsável dentro de um
9412 prazo razoável, até porque a gente está falando que depois, nós temos aqui, depois do
9413 prazo de 6 de maio, que são das três pleites de antes e agora, três meses depois, terão
9414 duas, serão mais dois peritos que também passarão por esse contexto de precisar, enfim,
9415 ou eventualmente pleitear uma recondução. E aí, nesse caso, o ideal seria que a gente
9416 ativesse a resolução feita e publicada antes desse período. Sobre os critérios, para
9417 manter os critérios dos editais, eu fico aqui me perguntando, o que a gente pode solicitar?
9418 Já foi proposto o relatório e uma carta, eu estou de acordo com isso. Eu só faço a ressalva
9419 de a carta ser uma carta mais voltada mesmo para o entendimento, para que a gente
9420 possa compreender, enquanto pessoas ali, novas ou mais antigas no comitê, que a gente
9421 consiga compreender qual o interesse efetivo da pessoa perita a permanecer nesse
9422 cargo, sejam eles pessoal, profissional, acadêmico, enfim. O relatório de atividades me

9423 parece que faz mais, até por conta de tempo e tudo mais, a gente também não buscar
9424 exigências esdrúxulas, mas o relatório que seja sobre os estados em que a pessoa perita
9425 foi ou é referência nesses três anos de mandato. E para manutenção dos critérios do
9426 edital, como eu mencionei, no requisito material o parecer fala de não ter nenhuma
9427 sanção administrativa, cível ou penal. A gente vai manter esse critério? Me parece que
9428 sim. Eu gostaria muito de poder ter acesso ao edital, tentei buscar no site do governo,
9429 mas ele não baixa o edital de seleção que as peritas passaram, queria dar uma olhadinha,
9430 mas no limite é isso, não sei se exigiremos ou não os mesmos documentos sobre
9431 estados, atualização dos mesmos documentos da época sobre estados pelo edital, por
9432 exemplo. Isso é uma dúvida mesmo. Então, considerando esses três requisitos, essas
9433 três maneiras de a gente avaliar esses pedidos, eu entendo por fazer a recondução, sim,
9434 dentro do contexto excepcional, por conveniência e oportunidade. E ressalvo, ressalto,
9435 que na nossa pauta de hoje a gente tem sim um momento de construção de
9436 reorganização dos GTs e que, portanto, me parece uma obrigação nossa incluir isso para
9437 finalizar e ter essa resolução ainda nesse ano. Minha sugestão de prazo para esses
9438 relatórios é de 30 dias. Então, contados a partir de hoje, 7 ou 8 de março. Paulo, depois
9439 Jaque, não é? Ah, desculpa.

9440 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
9441 **Norte – UFRN)** – Não, acho que tem um reparo ao modo como você está apresentando
9442 que, sim, acho que você está falando, vamos fazer a recondução e eu acho que o
9443 processo que a gente está falando é fazer um processo diferenciado, não exatamente a
9444 recondução. A gente está propondo fazer uma avaliação ou outra que pode resultar na
9445 recondução ou não. É só um reparo no modo como você apresentou o ponto. A gente vai
9446 fazer um processo seletivo diferenciado, porque me parece que as falas colocadas
9447 seriam que passar por um processo seletivo. Então, não é uma recondução, mas uma
9448 avaliação diferenciada que não envolve a abertura de um edital de ampla concorrência.
9449 Eu acho que é meio isso, não a coisa da recondução. E aí, na mesma direção, acho que
9450 Caio fez uma fala interessante sobre o próprio sentido da recondução. Acho que o
9451 Flávio... Oi? O Caio chama a atenção que a recondução como autorização para
9452 permanecer mais um tempo e não para uma dimensão de extensão de prazo, de gestão,

9453 como o nosso caso, que a gente concorre novamente. E aí, se a gente segue essa
9454 interpretação de recondução que o Caio está chamando atenção, eu fico na dúvida até
9455 que ponto é necessário fazer um GT ou uma regulamentação para estabelecer alguma
9456 coisa que já está estabelecida, que é uma forma de ingresso no mecanismo, que é uma
9457 seleção. Então, se a gente entende que essa recondução é, na verdade, uma permissão
9458 para a pessoa ficar mais três anos, ser mais três anos perito, e que essa recondução, na
9459 verdade, é uma recondução que é mediada pela inscrição e aprovação no processo
9460 seletivo, até que ponto a resolução é necessária mediante a decisão já estabelecida, que
9461 se torna... Então, a gente faz uma resolução que envolve três pontos. Um ponto. Então,
9462 a recondução, aquele perito que deseja permanecer mais três anos deve se inscrever no
9463 processo seletivo, fim da resolução. Fico na dúvida sobre o esforço disso, porque acho
9464 que o que a gente também caminhou, e aí talvez seja importante já deixar expresso, é
9465 que o nosso entendimento é para o processo de passar por um processo seletivo
9466 novamente. Não sei se eu entendi direito. Então, eu fico pensando, a gente está falando,
9467 um novo GT para definir essa resolução e a gente já com os nossos milhares de GTs e
9468 desafios. Se a gente entende, então, que é o processo seletivo, qual é a natureza dessa
9469 resolução? A gente tem que detalhar o quê? Que é um processo seletivo? Não sei se eu
9470 estou sendo exatamente claro no meu argumento. Mas assim, oi? Pode, é porque isso,
9471 se a gente tem sobre essa perspectiva, então a resolução, cai essa necessidade de
9472 resolução, ou então a gente combina que é uma resolução de três pontos.

9473 **Interlocutor não identificado** – Eu entendo que não, dando esse breve a parte. As
9474 resoluções, elas também são um instrumento que funciona para o esclarecimento, a
9475 interpretação das questões jurídicas do comitê. Logo, a resolução, ela diria, explicitaria o
9476 que é a nossa interpretação sobre esses dispositivos e como funcionaria. Por exemplo,
9477 a gente diria que considerando A, B, C, o colegiado entende que a forma que a
9478 recondução, por exemplo, ela, do jeito que está escrito, é um limite temporal, não é um
9479 direito subjetivo da pessoa empossar no cargo. A gente diria lá, por exemplo, que as
9480 pessoas devem se submeter ao processo seletivo, etc. Basicamente seria cristalizar a
9481 opinião do colegiado sobre o assunto.

9482 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
9483 **Desencarceramento)** – O que existe é uma oportunidade e conveniência meio que
9484 mitigada. Até porque isso é mais adequado à constituição. Mas eu não acho que pedindo
9485 uma resolução, dizendo que as peritas pretendentes devem apresentar um relatório de
9486 atividade, devem continuar reunindo as condições da entrada do cargo no edital, etc. Eu
9487 não acho que isso se constitua um processo seletivo. Eu acho que é um fundamento para
9488 motivar a recondução. Porque me parece que é mais adequado à constituição essa
9489 questão da oportunidade e conveniência ela ser ainda assim, claro, é questão de
9490 oportunidade e conveniência, mas tem que ter um fundo, uma motivação, senão fica um
9491 ato completamente discricionário. Entende? Então me parece que não se construiria num
9492 processo seletivo. É só essa questão que eu gostaria de colocar. E eu penso que essa
9493 questão dos critérios para a recondução, bem como eventuais critérios para a assunção
9494 do cargo, devem ser algo de um debate mais amplo, mais refletido, que mature com um
9495 certo tempo, e não se restringe a ficar nessa situação pontual, pontualíssima que nós
9496 estamos tratando hoje. Portanto, eu penso que continua, que permanece a necessidade
9497 de um grupo de trabalho com um debate maior, um debate mais amplo. Só isso.

9498 **Interlocutor não identificado** – Exatamente nesse ponto, a Patrícia, e não sendo
9499 advogado aqui, o que ela quis dizer, Paola, é exatamente o seguinte. No próprio ofício,
9500 no pedido da coordenação do mecanismo, há uma citação no primeiro da página, mas
9501 seria uma, duas, na terceira página, na penúltima, são quatro páginas, no próprio parecer.
9502 Assim, virou, acaba esclarecer que a recondução é a renovação da nomeação do
9503 ocupante de um cargo e se difere da seleção. A seleção é um procedimento que se dá
9504 posterior ao procedimento da recondução. Então, quando aqui colocou recondução, ela
9505 se referia ao procedimento da recondução, não ao mérito, vamos ser reconduzidos,
9506 assim. Enfim, é o meu juridiquês, mas é isso. Então, a seleção é um procedimento que
9507 se dá posteriormente ao procedimento de recondução, que é um pouco na linha do que
9508 a Lourdes trouxe, enfim.

9509 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
9510 **Desencarceramento)** – Porque eu, enfim, não sabia, eu achei que era uma colocação
9511 pontual que o Paulo estava dizendo. Me cortem a palavra.

9512 **Interlocutora não identificada** – Então, assim, eu acho que a gente precisa fazer uma
9513 reflexão bastante, ontem a gente fez umas reflexões, porque, sim, a seleção para perito
9514 ou membro do mecanismo e quem tenta a recondução é no processo seletivo, sim. Só
9515 que o Comitê Nacional foi inovando durante os anos e não criou um critério próprio de
9516 como será. Ana Valesca, que está aqui, ela concorreu para a reeleição dentro do
9517 processo seletivo de Rondônia. Eu e Fábio concorreremos para a nossa recondução no
9518 processo seletivo do mecanismo do Rio de Janeiro. A eleição da Sociedade Civil para o
9519 Comitê Nacional, a gente vai participar de um novo processo seletivo. Isto é uma
9520 recondução. E aí isso não ficou no entendimento de todos os membros o que é porque
9521 está lá. É uma eleição e uma recondução. E aí as pessoas entendem a recondução como
9522 outra coisa, por exemplo, um PGR, ele passa por uma seleção e depois ele vai tentar a
9523 recondução. É a mesma coisa. E aí eu não sei em que momento o povo se perdeu nessa
9524 diferença. Porque senão não teria sentido a gente, enquanto sociedade civil, passar por
9525 um processo seletivo. A gente está usando nesse momento porque o trabalho do
9526 mecanismo é importante. O trabalho do dia a dia, a fiscalização, as reuniões, a
9527 articulação, por isso a palavra excepcionalidade e diante de todos os problemas que a
9528 gente tem no comitê de demora de resolução, de demora de tudo, a gente está optando
9529 pela recondução sem abrir, digamos, um processo seletivo, mas mediante os critérios. É
9530 isso. As pessoas precisam entender isso. Qual o sentido de estar lá na lei criada, porque
9531 está na lei, não foi uma inovação. O mecanismo do Rio de Janeiro é assim, Rondônia,
9532 Acre, o falecido de Pernambuco, Paraíba. É falecido quem está... É. Então, por isso que
9533 é falecido. Então, acho que a gente precisa ter esse entendimento e precisa ser criado
9534 critérios, porque não pode ser assim, não gostei de fulano, não vou eleger. Ah, o seu
9535 cabelo não está bom, hoje não vou... Não. Entendeu? É o trabalho, é o dia a dia, visitar
9536 a cadeia, estar dentro do Espaço de Privação e Liberdade, estar fazendo várias outras
9537 articulações, é superimportante. Mas tem pessoas que não vão se adaptar ao
9538 mecanismo. Tem outras pessoas que vão se adaptar. Eu fiquei oito anos no mecanismo
9539 do Rio de Janeiro. Depois da minha seleção, tiveram pessoas no mecanismo do Rio de
9540 Janeiro que não ficou nem um ano. Antes disso, tiveram outras pessoas que saíram
9541 porque não achavam que era uma coisa e perceberam que era outra. A premissa do
9542 trabalho do mecanismo, o principal, é estar dentro do Espaço de Privação e Liberdade.

9543 E aí tem outros critérios. E o comitê também, por lei, por tudo, tem que saber o que os
9544 membros do mecanismo estão fazendo. Eu sempre falo que é uma parceria e não é uma
9545 imposição, porque o mecanismo tem autonomia, o comitê tem autonomia, mas é uma
9546 parceria. O comitê do Rio de Janeiro e o mecanismo do Rio de Janeiro sempre tiveram
9547 parceria. Parceria de estamos fazendo isso, o que vocês pensam? Está próximo. E é
9548 isso. Eu fui avaliada pelo comitê do Rio de Janeiro e isso não me trouxe nenhum
9549 problema. O Fábio foi avaliado quando foi para a recondução e isso não me trouxe
9550 nenhum problema. Não é particular, acho que também isso precisa ser dito, porque, se
9551 não, se fala alguma coisa, eu fico... Não, é trabalho. Eu sempre falo, sou amiga de várias
9552 pessoas, mas, quando tenho que falar algumas coisas, falo mesmo. Então, é trabalho,
9553 não é nada pessoal, não é nada particular, então a gente precisa entender a importância
9554 disso. Realmente, nesse momento, a gente não consegue. E aí, assim, ou é para o órgão
9555 ou a gente tomar uma decisão política. A gente está tomando uma decisão política. É
9556 isso.

9557 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
9558 **Resistência Contra o Genocídio)** – Eu estou muito dentro dos três minutos hoje. Mas,
9559 antes de entrar no motivo da minha inscrição, eu acho que eu tenho uma preocupação
9560 maior em relação à pauta, porque nós temos, no período da tarde, o edital, e também
9561 temos mais pontos agora de manhã, e já passamos das 11. E eu tenho muito medo,
9562 porque a maioria das pessoas viajam hoje, e eu acho que, se a gente discutir o edital
9563 com o esvaziamento do plenário, a gente vai ter um grande prejuízo. E eu estou
9564 entendendo que, em relação a esse ponto, a gente já estava conduzindo ao
9565 encaminhamento, e aí, na verdade, foi feita uma ponderação que eu acho que contribui
9566 só no entendimento do encaminhamento, e acho que, talvez, está dispersando um pouco,
9567 e eu estou um tanto preocupada. Mas, porque estou entendendo que há um
9568 entendimento geral quanto à urgência dessa próxima condição, que o mandato expira no
9569 dia 6, nós temos mais uma reunião ordinária somente antes desse prazo, da necessidade
9570 de liberar dessa, e os critérios e objetivos que, na verdade, entre o que foi colocado e o
9571 que está no parecer, inclusive o que está no ofício encaminhado pelo mecanismo, eu
9572 entendo que estão em consonância, na verdade, acho que a gente pode ir encaminhar.

9573 Mas eu fiquei com uma dúvida, não sei, em relação ao encaminhamento que já estava
9574 sendo feito, porque eu entendi que, quando questionado pela Carol sobre a manutenção
9575 dos meios do mecanismo para essa discussão, eu entendi que a resposta foi no sentido
9576 que seria, inclusive, importante para que o que fosse deliberado aqui já fosse, inclusive,
9577 publicizado, cientificado, acho que era um pouco nesse sentido. Mas aí, uma questão
9578 que me chamou a atenção, por exemplo, que está no ofício do mecanismo, que eu acho
9579 que é uma questão que também, além de todas as outras, merece atenção, é o fato de
9580 que essa, que a deliberação com esses critérios, ela seja publicizadas. E eu acho que
9581 todo mundo aqui, na fala de todo mundo, é muito no sentido da transparência. Então, eu
9582 entendo, a gente já definiu o encaminhamento, os critérios, que eu estou entendendo que
9583 sim, mas eu só fico pensando em relação a forma, embora já a ciência do que foi aqui,
9584 não teríamos de fato isto, embora, eu acho que independe se tiver um GT maior e mais
9585 amplo para todos os demais, eu entendo que talvez nós deveríamos formalizar as
9586 deliberações, os encaminhamentos que foram feitos aqui, em relação a essa recondução,
9587 porque obrigatoriamente tem que ser votada na próxima. E aí eu fico pensando se a gente
9588 poderia, porque há entendimento também que é essa definição do pleno, se a gente
9589 poderia encaminhar desta forma e aprovar, e de como que se daria esta aprovação desse
9590 documento formal, que, na verdade, é só formalizar o que nós dissemos aqui, porque eu
9591 entendo que não tem como fugir daqui. Se obrigatoriamente seria pelo pleno, porque se
9592 for obrigatoriamente essa formalização, que eu entendo como necessária, se
9593 obrigatoriamente seria pelo pleno, na verdade nós teríamos que tirar já e com uma
9594 proximidade grande, uma reunião extraordinária, que obrigatoriamente teria que ter
9595 quórum também, inclusive, porque a gente precisava deliberar, ou se nós, no pleno,
9596 poderíamos delegar, por exemplo, como é só textual, para a mesa diretora, não sei como
9597 a gente poderia fazer, mas a minha única questão seria essa formalidade. Eu já estou
9598 encerrando, mas eu acho que talvez seria necessário só formalizar isso.

9599 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu vou
9600 tentar encaminhar aqui, vamos ver se a gente consegue. A primeira coisa que me parece
9601 que é o caminho é, aqui na reunião extraordinária, nós estamos decidindo que, via de
9602 regra, o entendimento do comitê é de que, para ocorrer uma recondução, exigir-se-ia, ou

9603 exigir-se-á, a participação de um processo seletivo amplo, mediante edital, etc. Essa é a
9604 primeira afirmação que eu estou fazendo, que eu preciso que vocês confirmem se é isso.
9605 Pode falar no microfone.

9606 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
9607 **Resistência Contra o Genocídio)** – Eu entendo, eu acabei de falar antes, que a
9608 recondução não está ligada a um processo seletivo.

9609 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Sim, a
9610 recondução não está ligada a um processo seletivo, como disse o parecer, a recondução
9611 vem antes, o pedido vem antes e tudo mais. Mas aqui eu entendi que o debate todo veio
9612 no sentido de que, para que uma pessoa tenha uma recondução indireta, no caso, via de
9613 regra, a regra aqui que a gente está dizendo que é a nossa deliberação, é a recondução
9614 indireta. Aquela em que as pessoas que já tiveram um mandato vão participar do
9615 processo seletivo e cumprir com os requisitos desse edital, para então, eventualmente,
9616 terem a recondução indireta. Certo. Alguém se opõe a essa...

9617 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
9618 **Resistência Contra o Genocídio)** – Só a nomenclatura. Eu acho que não é a
9619 recondução indireta, acho que isso é a própria recondução.

9620 **Interlocutor não identificado** – Presidenta, pela ordem.

9621 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – É, bom,
9622 tudo bem. Tudo bem. Então, esse é o primeiro pensamento. A gente tem que verificar
9623 como que isso será escrito, então. Beleza.

9624 **Interlocutor não identificado** – Presidenta, pela ordem, não seria o ideal montar um
9625 GT?

9626 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Não,
9627 espera aí, deixa eu chegar lá. Deixa-me chegar lá, que eu vou chegar lá, está bem? Essa
9628 seria uma deliberação que sairia na nossa ata, na ata da reunião ordinária de hoje,
9629 constaria essa informação. Também constaria nesta ata de hoje que nós estamos

9630 deliberando que para avaliação do pedido de recondução das três peritas que solicitaram
9631 e que tem aí o prazo do dia 6 de maio, nós estamos solicitando a elas uma carta de
9632 interesse em permanecer de ser reconduzida, um relatório de atividade sobre os estados
9633 que é ou foi referência nos três anos e também a manutenção obviamente dos mesmos
9634 critérios do edital de seleção que as empossou, que elas foram nomeadas. Então, essas
9635 três coisas. Quanto ao prazo, eu tinha sugerido 30 dias, ninguém mais falou de prazo,
9636 mas o Felipe aqui fez uma ponderação importante. A gente precisa também do ato formal
9637 de uma resolução para atestar uma vez avaliado esses documentos, uma vez cumpridos
9638 os critérios, a gente vai ter que fazer uma resolução também. E a resolução também
9639 demanda alguns procedimentos burocráticos internos, não é só escrita. Tem todo o
9640 procedimento de publicação dessa resolução, portanto, 30 dias me parece assim, dentro
9641 desse período aí de início de março, a gente teria pouco tempo, mas é um tempo que eu
9642 acho que é razoável, então por isso reitero a proposta de fazer sim uma reunião
9643 extraordinária com pauta única para aprovação da resolução que eventualmente vai ser
9644 aprovada, caso os critérios sejam cumpridos. E aí aqui a gente tem que definir a data
9645 dessa reunião extraordinária, já sabendo que se trata desta pauta única. A gente pode
9646 aprovar hoje se a gente tiver esse relatório, mas a gente não tem o relatório, a gente não
9647 tem a minuta da resolução que seria decorrente desse relatório, então a gente precisa
9648 realmente de um tempo para tanto, receber os documentos das peritas que estão pedindo
9649 a recondução, avaliá-los, fazer a minuta, já deixar ela semipronta, bom, todo mundo sabe
9650 que isso é feito, até no judiciário uma sentença é minutada antes de dar a sentença, a
9651 gente tem que minutar, senão a gente vai perder tempo. E aí nessa reunião
9652 extraordinária, a gente vota pela recondução ou não, de acordo com o cumprimento dos
9653 critérios. E aí tem algumas considerações que algumas pessoas querem apontar sobre
9654 isso. Vamos lá, pode falar.

9655 **Interlocutora não identificada** – Só para esclarecer, eu não acho que dentro da lei, a
9656 gente não trabalha por Estado, todo mundo trabalha com o Brasil, o relatório é em relação
9657 às nossas atividades, não é em relação aos Estados, essa é uma organização interna
9658 nossa, a gente poderia não adotar essa organização interna. Inclusive, quando eu vou
9659 para um Estado que eu não monitoro, eu sou o ponto focal daquele Estado, mas todo

9660 mundo é responsável por todos os Estados. Eu faço inspeção em Estados que eu não
9661 necessariamente monitoro. Então, assim, o relatório de atividades precisa se basear no
9662 que é a nossa atribuição legal. O ponto focal não é a atribuição legal nossa, não está na
9663 lei, é uma organização interna, não pode ser um critério de avaliação. Até porque com a
9664 saída das pessoas, tem gente que está com mais de três Estados, não é algo que, enfim,
9665 não tem nem formalidade, isso é uma coisa informal que a gente adotou. Então, só para
9666 entender um pouco melhor.

9667 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu entendo
9668 que seja razoável o que você diz, mas é uma sugestão mesmo, a gente pode deliberar
9669 que esse relatório seja um relatório de atividades geral do mecanismo, mas o que a gente
9670 precisa avaliar aqui, porque como a gente está tratando de pedidos específicos e
9671 individuais, que esse relatório seja individual, das atividades individuais daquela pessoa
9672 perita.

9673 **Interlocutora não identificada** – Mas as atividades individuais não se restringem aos
9674 dados...

9675 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Perfeito,
9676 compreendi isso.

9677 **Interlocutora não identificada** – Porque senão você está limitando as nossas
9678 atividades, não é?

9679 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Exato,
9680 acho que o ponto é o que estará nesse relatório, eu acho que é importante a gente ter
9681 uma noção aqui geral, é um requisito formal que a gente está estabelecendo aqui, para
9682 chegar nessa votação na RE. Mas, para mim, não tem problema nenhum que seja um
9683 relatório, desde que ele seja individual das atividades individuais, que é isso que a gente
9684 precisa avaliar aqui enquanto comitê.

9685 **Sra. Carol** – Eu acho que só em termos de redação, diante do que está apontado, a
9686 gente queria criar um... foi indicado aqui um critério de objetividade, porque o tempo todo,

9687 ao longo das reuniões do comitê, quando há algum tipo de informação, os peritos que
9688 trazem as informações assim se colocam, do estado tal a desse, então a gente queria
9689 criar algo que notasse. Se isso traz desconforto, então que seja elaborado algo das
9690 atividades individuais ao longo dos três anos. Acho mais complexo, até porque mais,
9691 sendo atividades individuais e estando discricionário, só que a única coisa que a gente
9692 vai pedir é que seja especificado onde foram materializadas as atividades. Não dá para
9693 não também chegar e fazer, porque tem um escopo de atribuições que cabe em qualquer
9694 lugar. E a gente sabe que aquilo que a gente está tentando trazer objetivamente, até para
9695 resguardar quem está solicitando a recondução e a gente que vai estar deliberando sobre
9696 isso, é um critério de objetividade, porque é isso, a partir do que a gente está
9697 estabelecendo. Como é a análise de trabalho, seria nesse intuito, mas aí a gente pode
9698 colocar a questão de especificação dos relatórios de atividades e colocar como
9699 referência, considerar a atuação nos estados, porque é assim que, pelo menos eu que
9700 não tinha experiência no comitê, tenho sido aproximada do trabalho realizado.

9701 **Interlocutor não identificado** – Então, o que eu tinha pedido à parte é exatamente nesse
9702 ponto que a Carol trouxe. Eu acho que a discussão que a gente foi tendo é sobre a
9703 possibilidade dessa atuação nossa repercutir num certo precedente nos estados, mas
9704 também como uma forma de garantir e de proteger o mecanismo nacional e o comitê.
9705 Então, o ponto de partida que a gente tem que ter é que esse relatório tem que ser um
9706 documento denso, que comprove a atuação, a importância do MNPCT e a necessidade
9707 de a gente reconduzir peritos do MNPCT. Então, eu acho que é fundamental a gente
9708 incluir diferentes ações. Então, eu acho que restringir os estados é delimitar demais o
9709 escopo da atuação e, por isso, acho que a gente tem que fugir. Então, existem ações de
9710 advocacy. Então, essas ações de advocacy, de representação, são importantes estarem
9711 relatadas. As conversas estabelecidas em torno disso, a produção de relatórios.
9712 Inclusive, eu acho que pode ser interessante até anexar os relatórios, alguma coisa, que
9713 isso vira um documento. A gente sabe que os documentos têm papel de produção de
9714 moralidades, de pessoas e organizações. E isso ficando para uma memória, para uma
9715 história, é fundamental. Então, acho que o relatório não deve se restringir aos estados.
9716 Os pontos focais, ele deve procurar ser especialmente detalhado, por exemplo, pensando

9717 exatamente na possibilidade ou na necessidade da gente preservar o mecanismo,
9718 mostrar a importância da atuação de peritos e não dessa perita A, da perita B, da perita
9719 C, mas de peritos, como uma forma de, eventualmente, no futuro, podem vir a questionar
9720 a existência de 11 peritos, eu acho que a gente tem uma materialidade da importância
9721 da atuação de um perito individualmente também. Eu acho que a gente abre uma
9722 prerrogativa para uma reflexão e para a produção dessa moralidade, desse lugar moral,
9723 do mecanismo de peritos. Eu acho que é isso. Na mesma direção da Carol, eu acho muito
9724 restritivo e eu acho que vale considerar as múltiplas responsabilidades do mecanismo e
9725 trazer uma reflexão sobre isso como forma de preservar o mecanismo, de preservar esse
9726 processo de recondução extraordinária e etc., etc.

9727 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9728 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Àquela hora que eu falei, ah, posso te ajudar?
9729 Porque, assim, eu tenho o mesmo que a preocupação, de a gente avançar no tempo, etc.
9730 Enquanto todos falavam, eu coloquei alguns considerandos aqui. Então, assim, eu estou
9731 tentando acabar a resolução. Então, ainda que o ideal fosse um grupo de trabalho para
9732 em 15 dias, etc. Tem dois meses para acabar o mandato. O Felipe trouxe umas reflexões
9733 aqui, em relação ao procedimento, as publicações, etc. Então, assim, posso ler ou posso,
9734 daqui a pouco, ler. Então, assim, tudo que foi falado há consenso entre os membros do
9735 comitê. Acho que a reflexão importante que a Carol trouxe em relação ao que vai
9736 constatar nesse relatório...

9737 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** – Bom,
9738 Matheus, pela ordem, não dá para a gente analisar um texto de resolução.

9739 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9740 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Não entendi.

9741 **Interlocutor não identificado** – Pela ordem, a gente não pode analisar um texto de
9742 resolução, por mais bem escrito que possa estar por ti nesse momento.

9743 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9744 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Não, vamos lá. É questão semântica. Vamos lá,

9745 para a gente caminhar. Eu escrevi aqui o que a gente deveria colocar. Certo? Quem
9746 colocou falou que agora não. Isso vai constar do resumo executivo, da ata, enfim. O que
9747 eu quero dizer é o seguinte. Eu coloquei aqui tudo que a gente, enfim, a gente pode não
9748 votar contra uma resolução porque você falou que tem que ter um prazo para envio, etc.
9749 Você só coloca isso?

9750 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** – Sim,
9751 sim. Eu presumo que a gente receba o texto da resolução com alguma antecedência, que
9752 a gente leia, que a gente debate, que a gente detecte. Porque, assim... Exato. Uma coisa
9753 é um encaminhamento. A gente trabalha com o quê? Com encaminhamento, que é a
9754 nossa forma mais básica, e depois resolução, nota, etc. O encaminhamento é uma
9755 decisão colegiada. Então, eu até estava escrevendo aqui também para contribuir, mandar
9756 ali pelo WhatsApp. O que a gente deveria votar? Um encaminhamento. Qual é o nosso
9757 encaminhamento? O ofício numeral do mecanismo será respondido no seguinte teor.
9758 Tem horas do mecanismo. O colegiado entende que tal situação é resolvida de tal forma.
9759 Por isso, deliberamos que, dada a excepcionalidade, indicamos o prazo destes dias para
9760 que as postulantes apresentem os seguintes documentos. Aí a gente vai colocar os
9761 documentos que são as condições legais, que são todos aqueles do edital, que, na minha
9762 opinião, devem ser avaliados pela Coordenação Geral de Combate à Tortura, com todas
9763 as certidões negativas que devam ser entregues, de regularidade fiscal, eleitoral, o que
9764 for o caso. Além daqueles que nós vamos solicitar aqui, que é relatório com x páginas
9765 sobre atuação no período tal, eu adicionaria aí perguntar para os colegas da gestão qual
9766 é a forma de, se existe alguma certidão de regularidade do órgão de gestão de pessoas
9767 do Ministério ao qual essas pessoas estão ligadas, certificando que tudo está de acordo
9768 do trabalho funcional. Enfim, se existe esse tipo de documento, acho que cabe ele ser
9769 entregue também, para que a gente esteja informado que tudo correu da forma tranquila
9770 nos últimos anos. E esses documentos, então, seriam entregues num prazo que a gente
9771 estabeleceria, que eu acho que não precisa ser um prazo muito extenso, porque eu
9772 presumo que as pessoas façam relatórios do seu trabalho periodicamente e os arquivem,
9773 para que a gente, então, nenhuma reunião extraordinária, que a gente já pode sair com
9774 a data, inclusive, nessa resposta, iremos avaliar os pedidos, os eventuais pedidos de

9775 recondução que forem entregues nesse prazo. Mas isso tudo é um encaminhamento. A
9776 gente coloca um texto e a gente até pode, que horas são? Até dá tempo, é 11h30, dá
9777 para fazer agora, ou dá para fazer no horário do almoço, e aí a primeira coisa da tarde,
9778 só coloca na tela o texto e vai destacando e vota esse texto. Esse encaminhamento é
9779 aprovado, ele vai para Tamires e vai despachar um ofício para o mecanismo, um e-mail.

9780 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E Defensores**
9781 **Públicos – ANADEP)** – Perfeito, você adiantou o que eu estava colocando. Não é uma
9782 resolução, eu estou escrevendo aqui, eu tinha sugerido para aqui mais cedo, da gente,
9783 para caminhar, concluir aqui, acho que as ideias foram colocadas, me comprometo que
9784 a gente pode fazer um conjunto, acabar o texto e a gente trazer só para votar depois do
9785 almoço. Não vou repetir o que você falou, mas...

9786 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** – Não,
9787 acho que eu entendi, querido, o que você estava falando. Tenho aqui uma proposta de
9788 texto de resolução.

9789 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E Defensores**
9790 **Públicos – ANADEP)** – Perfeito, não é uma resolução, é um encaminhamento. Você tem
9791 razão, mas a ideia era isso.

9792 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
9793 – Porque você entende a diferença, o encaminhamento é para esta situação, uma
9794 resolução é daqui para frente para todas as situações.

9795 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E Defensores**
9796 **Públicos – ANADEP)** – São duas resoluções, eu acho.

9797 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** – Não,
9798 são duas resoluções. Tem a resolução do caso concreto, que é a resolução que diz que
9799 essas pessoas estão reproduzidas. Sim, são duas resoluções. Uma que resolve um caso
9800 concreto e a outra que expressa um entendimento nosso. E aí, para concluir e desligar o
9801 meu microfone, esta segunda, que é a resolução que vai dar parâmetros, procedimentos

9802 para o futuro, essa sim tem que ter uma boa reflexão, e eu entendo que o colegiado não
9803 pode ser de qualquer forma constrangido por qualquer pedido ou por qualquer parecer
9804 da AGU de fazer isso em tal ou tal prazo. Enquanto essa resolução não existir, as
9805 questões são resolvidas caso a caso. Após essa resolução ser publicada, quando ela
9806 existir, ela será a baliza para decidir caso a caso. Porque sempre será decidido caso a
9807 caso. Não existe decisão automática. Volto àquela questão que eu coloquei
9808 anteriormente.

9809 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E Defensores**
9810 **Públicos – ANADEP)** – Vou te passar aqui. A sugestão era mais ou menos essa. A Maria
9811 Clara abaixou, a Paula abaixou, então não tem ninguém inscrito por ora.

9812 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Vamos lá.
9813 Vamos realmente aqui tentar encaminhar. O Caio traz essa sugestão de a gente escrever
9814 uma resposta oficial, uma resposta que a gente vai enviar ao mecanismo para formalizar
9815 algumas coisas. Entendo eu, mas vou retomar isso, que realmente a gente precisa muito
9816 encaminhar. A manutenção dos critérios do edital de seleção, que foi o quinto edital de
9817 seleção das três péritas que estão solicitando a recondução, vamos lá. A manutenção
9818 dos critérios do edital, que é o edital da quinta seleção de políticos do mecanismo, vai
9819 acontecer. Então a gente vai utilizar os mesmos critérios ali estabelecidos naquele edital.
9820 Também vamos solicitar outros dois documentos, que é uma carta de interesse em
9821 permanecer de ser conduzida e um relatório de atividades, que aqui, a gente não vamos
9822 ficar também complicando nada. Um relatório de atividades individual, que a pessoa que
9823 está pedindo a recondução vai especificar quais foram as atividades, quais são os
9824 estados locais de atividade, enfim, é isso. Desses três anos de atuação. Esses
9825 documentos, vamos aqui construir juntos, com vocês, inclusive, peritos do mecanismo,
9826 em termos de prazo, que acho que é razoável que a gente tenha esse diálogo. De fato,
9827 a gente precisa de um tempo para poder aprovar, então a gente já vai sair daqui com
9828 uma data dessa RE em março, certo? Para aprovar. Mas ainda tem as burocracias para
9829 que essa resolução seja publicada. Então, pensando que o prazo máximo é 6 de abril,
9830 também com fins de não prejudicar o resultado dessa deliberação, me parece que, se for
9831 possível, em um prazo de 20 dias o envio do relatório, a gente já deixa marcado essa RE

9832 para inícios de março. Vamos ver aqui, deixe-me contar no calendário, literalmente.
9833 Alguém tem uma proposta objetiva? Querem olhar no calendário? Querem dar uma
9834 proposta objetiva? Fiquem à vontade. Para a publicação da resolução, Felipe, há alguma
9835 margem de prazo? Não, não. Da resolução que na RE a gente vai votar e vai deliberar
9836 sim ou não pela recondução das peritas.

9837 **Sra. Lourdes Helena Pacheco da Silva** – Só uma dúvida, por favor.

9838 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Prazos
9839 internos que eu estou falando.

9840 **Sra. Lourdes Helena Pacheco da Silva** – Eu não entendi se é um documento ou dois.
9841 Se é uma resposta para as peritas a ser feita hoje e uma resolução. Ou se é apenas a
9842 resolução a ser deliberada nessa RE que vamos marcar.

9843 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Vamos lá.
9844 São três documentos. Um é um e-mail ou um ofício. Um e-mail com um ofício. Que será
9845 enviado pela vice-presidência como representante aqui, da mesa de diretor, respondendo
9846 oficialmente as pessoas peritas. Elas estão aqui, mas não estão todas. Então, oficializar
9847 o que a gente está deliberando aqui agora. Segundo, a resolução, a minuta de resolução,
9848 ela é apenas um adiantamento no nosso trabalho. Então, a gente vai adiantar um trabalho aqui,
9849 aguardando a devolutiva das três pessoas peritas quanto aos documentos requisitados
9850 para oficializar o ato de recondução ou não. Certo? Em terceiro lugar, a resolução mais
9851 ampla, que isso sim a gente precisa definir um GT, um grupo de trabalho. Alguém que
9852 vai ali, encabeçar uma discussão para fazer a resolução que vai delimitar os
9853 procedimentos, que foi o que foi trazido aqui inúmeras vezes, e que vem aí também como
9854 recomendação do parecer da AGU. Dos três pareceres da AGU.

9855 **Sra. Lourdes Helena Pacheco da Silva** – É que eu posso... Agora eu que fiquei na
9856 dúvida. Porque eu entendo que em relação a esses critérios que nós já encaminhamos,
9857 já definimos e vamos deliberar agora, que vai constar na resposta, eu entendo que este
9858 tem um ato formal. Eu estou entendendo que a reunião extraordinária seria
9859 especificamente para aprovação desta resolução. Porque independente dela ser uma

9860 resolução, dele ser um documento simples, só para formalizar isso que nós dissemos, eu
9861 entendo que ele também é formal. A RE, eu estou entendendo como a pauta à aprovação
9862 desse texto de resolução. E entendo que a decisão na verdade é a RE. Só que eu entendo
9863 que o prazo para a apresentação seria após esse documento formal. Após a formalização
9864 desse documento, o prazo para que eles... Porque assim, a gente fala assim, olha, vamos
9865 definir 20 dias aqui para vocês apresentarem, sendo que de fato nós não temos uma
9866 formalidade. Eu anotei aqui nas minhas coisas. Ler os pareceres indicados na íntegra e
9867 o edital. E o quinto edital de seleção, para não deixar falhar nada. Porque se a gente
9868 quer... Foi o que eu coloquei aqui. Então, eu entendo que a gente tem essa demanda
9869 para formalizar esse documento, para que ele seja realmente... Que ele externalize
9870 exatamente o que consta lá. E aí eu entendo que precisa de aprovação desse texto.
9871 Porque esse texto... Aí a reunião extraordinária seria para isso.

9872 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Perdão,
9873 eu vou tentar mais uma vez o esclarecimento. Perdão, eu vou tentar mais uma vez o
9874 esclarecimento. Vamos lá. Então aqui, a gente está fazendo essa reunião agora, para
9875 deliberar o que nós queremos de critério de cumprimento dessas três pessoas políticas,
9876 para que nós possamos avaliar se elas serão reconduzidas ou não. Certo? Então, qual
9877 que é o primeiro ato? Informar formalmente ao mecanismo que nós estamos requisitando
9878 esses documentos. Esse é o primeiro ato. Ele vai ser feito via ofício ou via e-mail, uma
9879 maneira de formalizar essa requisição. Segundo lugar, a gente vai marcar uma R.E.
9880 Nessa R.E., a gente vai deliberar se essas peritas serão reconduzidas ou não. E, uma
9881 vez deliberado positivamente, a gente também vai aprovar a minuta da resolução, no
9882 caso a resolução, que já vai estar minutada, que vai estar contendo o resultado dessa
9883 decisão, sim ou não. Reconduz ou não, vai estar escrito lá nessa resolução. É isso. A
9884 terceira coisa, vamos deixar em apartado por enquanto, porque eu acho que é importante
9885 a gente caminhar no que a gente tem que fazer agora, que é deliberar sobre essa
9886 resposta formal. Então, que elementos que é necessário ter nessa resposta formal? Caio
9887 ali até editou um texto que me parece bom. Segundo, desses documentos que nós vamos
9888 requisitar, se há um acordo em relação a esses três documentos que foram mencionados

9889 aqui. Relatório de atividades, carta e os documentos, mesmo os documentos requisitados
9890 no edital de seleção. É isso.

9891 **Sra. Lourdes Helena Pacheco da Silva** – Vou só fazer uma parte com relação a esse
9892 documento contendo os requisitos. Não basta a remessa da ata da reunião, onde vai
9893 estar tudo isso, consubstanciado? Para que criar um outro documento? Não, não, não.
9894 Isso tudo eu entendi, eu concordo. Só com relação ao primeiro documento. E meio
9895 oficializando a posição do comitê. Remeto e anexo, mas...

9896 **Interlocutor não identificado** – Tem um sumário executivo...

9897 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eles
9898 enviaram solicitação formal via ofício, então é muito mais rápido responder o ofício do
9899 que a ata ser finalizada e enviar a ata.

9900 **Interlocutor não identificado** – É isso.

9901 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Porque é
9902 uma outra burocracia a finalização da ata. Só na próxima REO. Ok. E aí, vamos lá. Esses
9903 três documentos, todos de acordo? Há um consenso? Alguém discorda de que sejam
9904 esses três documentos? Vou repetir novamente. Um relatório de atividades individual de
9905 cada uma das peritas que estão solicitando a recondução. Uma... A carta de intenções.
9906 A carta de intenções e também os mesmos documentos. Uma atualização dos
9907 documentos que foram já apresentados no momento da seleção. Está bom? Agora
9908 vamos falar sobre prazo. Não há dissensos sobre isso, certo? Alguém discorda desses
9909 três requisitos que a gente está cumprindo aqui? Microfone.

9910 **Interlocutora não identificada** – Lembrando que eu estava com vocês no online e vim
9911 para o presencial, então eu participei de toda a discussão, está bom? Eu só quero
9912 esclarecimento baseado em qual critério vocês estão utilizando esses três argumentos.
9913 Relatório, carta e documento.

9914 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** –
9915 Objetivamente, temos algumas condições aqui. Primeiro, a oportunidade de

9916 conveniência. Segundo, reconhecimento de que estamos num caráter excepcional.
9917 Terceiro, que compreendemos que o mandato delas está previsto para terminar. Na
9918 verdade, eles terminarão no dia 6 de maio, portanto, precisamos agir aqui de uma
9919 maneira a não dar vacância a essas três vagas, certo? Depois, avaliação do parecer da
9920 Advocacia Geral da União, que nos indica alguns elementos nesse sentido. Então, o que
9921 nós precisamos aí, desde que a gente cumpra os mesmos requisitos do edital de seleção
9922 a que elas concorreram e foram nomeadas, e também considerando a conveniência e
9923 oportunidade desse órgão colegiado. Então, a gente está juntando isso dentro dessa
9924 conveniência e oportunidade a gente está delimitando que também é importante ter esse
9925 complemento, que é o relatório individual de atividades e também a carta de intenções,
9926 está bom? Então, um requisito objetivo do edital é que a gente vai ter que olhar esse
9927 edital, copiar lá esses documentos e depois o relatório e a carta, mas realmente parte do
9928 nosso critério de conveniência e oportunidade também nos dá uma possibilidade de no
9929 futuro pensar se esses documentos, se esses mesmos requisitos serão replicados na
9930 resolução que nós devemos fazer enquanto comitê. Esclarecido?

9931 **Interlocutora não identificada** – Esclarecida. Então, elas passam por esse, eles ou elas,
9932 passam por esse processo que nós vamos votar aqui agora, são esses três elementos,
9933 e depois abre-se o processo, então, de seleção, e aí elas sendo aprovadas na
9934 recondução participam, então, desse processo. É isso?

9935 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Não. Não
9936 se trata de um processo de seleção nesse momento, e sim de uma avaliação do pedido
9937 de recondução solicitado por elas. Então, ainda que nós estamos aqui replicando alguns
9938 dos critérios que estão, na verdade, todos os critérios estabelecidos no edital, e também
9939 acrescentando esses outros dois documentos, que são maneiras de nós avaliarmos a
9940 atuação dessas três pessoas, na verdade, o que a gente está fazendo aqui não é abrir
9941 uma nova seleção, ainda que o entendimento do colegiado, ou de boa parte do colegiado,
9942 seja no sentido de que o ideal seria fazer, de fato, uma nova seleção, e que incluir essas
9943 três vagas, e que as peritas que já estão no cargo participem também, isso ainda não
9944 está batido o martelo. Aqui a gente está resolvendo sobre o que a gente vai fazer em

9945 relação ao pedido de recondução delas, então a gente vai avaliar esse pedido, está bom?
9946 Então, retomando a questão dos prazos, né, inclusive direção... Por favor.

9947 **Interlocutora não identificada** – Presidente, só queria tirar uma dúvida, tanto minha
9948 quanto da colega Ronilda, não sei se também talvez da colega Camila, que está ali
9949 acompanhando, quando vocês falam ali da carta de intenções e os requisitos previstos
9950 no edital, porque assim, tem outros documentos também que nos pediram no edital, não
9951 só carta de intenções, que já foi entregue, no processo que o mecanismo já mandou. É...
9952 Tem até carta de recomendação, aí a gente quer saber, vocês vão exigir todos os
9953 requisitos do edital?

9954 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – São os
9955 documentos mesmo, que a gente a princípio pensou, os documentos então ali, que estão
9956 no edital, que são, se são solicitados para que a pessoa tenha ali todas as confirmações,
9957 que pode ser nomeado, pode impulsar o cargo, seriam esses os documentos. Certidões,
9958 se houver uma certidão específica interna que comprove que a pessoa não respondeu a
9959 uma sindicância, a um processo administrativo, também, é mais para realmente a gente
9960 cumprir com esses requisitos objetivos, para a gente ter esses critérios e conseguir
9961 avançar na possível aprovação aí nessa RE.

9962 **Interlocutora não identificada** – Mas a carta de intenção é renovada, não é?

9963 **Interlocutor não identificado** – Presidenta.

9964 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Só
9965 seguindo a ordem aqui, então, a Camila. Então, por favor, Mateus.

9966 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9967 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Pessoal, me ajudem aqui, eu vou passar para o
9968 Bruno, porque acho que os outros já falaram bastante, mas aí depois do Bruno, seria eu,
9969 Caio, Paulo, Camila. É isso, pessoal? Está bem, então, Bruno, Ronilda, Matheus, Caio,
9970 Paulo, Camila. Está bom.

9971 **Sr. Bruno** – Bom dia, pessoal. Na verdade, é uma dúvida mesmo, está bem? Eu estou
9972 entendendo que esses critérios que estão sendo colocados, eles estão sendo critérios de
9973 admissibilidade, no processo de recondução. A gente ainda não enfrentou, de fato, os
9974 critérios de avaliação. Essa é a minha dúvida, assim, ainda não aparece. Uma vez as
9975 peritas que pretendem ser reconduzidas apresentaram esse conjunto de documentos, só
9976 estão habilitando a serem avaliadas pelo comitê. Mas os critérios de avaliação a gente
9977 ainda não definiu, é isso, né? Então, é, não, porque, por exemplo, tem que entregar um
9978 relatório de atividades. Esse relatório ser pontuado, quais são os critérios que a gente vai
9979 avaliar no âmbito da apreciação desses relatórios? Quais são os critérios que a gente vai
9980 utilizar? Ah, a perita participou de X missões, não é? Articulou em X estados que ela era
9981 ponto focal, não é? Ou seja, a gente tem que criar também o map, quantos atendimentos
9982 foram realizados, quais articulações que promoveram no âmbito dos estados pela criação
9983 de mecanismos estaduais? Ou seja, a gente vai precisar também, de forma muito
9984 transparente, definir os critérios de avaliação. Porque tudo isso que a gente está
9985 solicitando nas peritas até agora, são pré-requisitos de admissibilidade para que a gente
9986 possa avaliá-las, não é? Agora, como a gente vai enfrentar quais são os critérios que a
9987 gente dizer, até para pontuar isso é algo transparente. Olha, de fato, eu participo... Se o
9988 critério quantitativo de missões for um critério que deverá ser avaliado, a gente define
9989 aqui, de forma transparente, a gente vai dizer, olha, a qualidade da missão, ou seja,
9990 senão a gente vai cair de novo numa subjetividade que não vai dar essa resposta que as
9991 peritas pretendem. Pelo menos ao meu ver, está bem? Não posso falar por elas. Mas,
9992 assim, é para que a gente garanta, de fato, a transparência nesse processo. Senão a
9993 gente vai estar fadado aqui a criar uma metodologia de admissibilidade, mas os critérios
9994 de avaliação do material que elas vão entregar, ainda vai estar no campo da
9995 subjetividade. É uma dúvida mesmo se a gente vai tratar disso agora, depois, ou não vai
9996 enfrentar esse ponto. Talvez.

9997 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9998 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Pessoal, lembrando, eu, Ronilda, Caio, Paulo,
9999 Camila. Eu até entendo, Bruno, que você traz um cenário que seria o ideal, que, na
10000 verdade, o ideal mesmo era, como a gente falou, o princípio era a participação do

10001 processo seletivo. Então, assim, até que você dividiu aí, praticamente, entre critérios, x
10002 ou y, mas o que a gente entende? A gente entende que a gente não tem, pela
10003 institucionalidade, tempo hábil, etc., condições de mergulhar tanto em eventuais critérios.
10004 E aí, o que a gente está tirando aqui durante o que foi debatido hoje? Na próxima reunião
10005 extraordinária, a gente vai avaliar esses documentos que foram entregues. A gente não
10006 teria a condição de chegar a umas minúcias, no meu ver. O próprio parecer da CONJUR,
10007 ele fala, assim, claro, como sugestão, e a gente tem a autonomia para deliberar, uma
10008 atuação satisfatória. Então, na próxima RE, a gente vai avaliar se os documentos trazidos
10009 por essas peritas, que não houve nenhum, sei lá, não houve nenhuma falta grave, não
10010 houve nenhum etc. E é isso, é um processo transparente de controle público. Se alguém
10011 quiser impugnar, se alguém quiser alguma coisa, a gente vai poder ser feito. Nessa linha,
10012 eu queria tentar condensar de forma rápida tudo que foi falado aqui, agradeço ao Caio
10013 no sentido de que realmente não é resolução, mas é um encaminhamento da reunião,
10014 que é mais ou menos o seguinte, pessoal, vamos lá. Considerando o pedido de
10015 recondução, conforme pedido no ofício número tal, não vou repetir aqui, da coordenação
10016 do mecanismo, que aponta o encerramento no horário de três peritas em 6 de maio.
10017 Considerando o parecer X, Y, Z da CONJUR. Considerando a exigência legal de
10018 realização de um processo seletivo para eventuais do perito, como ocorre com os
10019 membros do comitê que representa a sociedade civil. Considerando a previsível
10020 necessidade de alguns meses para a realização e conclusão de um processo seletivo
10021 para tanto e a atual situação do mecanismo se a gente encontra desfalcado de três
10022 peritas em seu quadro, e poderia ficar desfalcado de mais três peritas em poucas
10023 semanas. Considerando a necessidade de continuação da prestação do respectivo
10024 serviço público e certa urgência para a deliberação respeito às reconduções. Primeiro,
10025 os peritos interessados na recondução deverão, peritos, enfim, aí vem redação, deverão
10026 comprovar os seguintes requisitos formais exigidos nos artigos 3.2 a 3.8 no edital. Então,
10027 respondendo o que foi colocado pela minha valência, que eu não sei todos os requisitos,
10028 mas são aqueles mais formais do artigo terceiro. E aí, se quiserem, posso repetir,
10029 nacionalidade brasileira, 3.2, 3.3, apresentar cópia do retorno de identidade, 3.4, estar
10030 em dia com as obrigações eleitorais em caso de candidatos sexo masculino ou militares,
10031 desculpem, estar no gozo de seus direitos políticos, 3.5, 3.6, apresentar diploma de curso

10032 de nível superior, 3.7, ter idade de menino a 18 anos, 3.8, cumprir as legislações desse
10033 edital, não, desculpem, 3.8, não, 3.7. Ou seja, a gente traria aqueles requisitos mais
10034 formais e não todos os requisitos trazidos no edital todo, mas aqueles dos artigos 3.2 a
10035 3.7. Artigo segundo, artigo, encaminhamento segundo, deverão ser entregue pelos
10036 queridos interessados também no relatório com circunstanciadas atividades realizadas
10037 durante os mandatos que se encerram e carta de interesse intenções acerca das razões
10038 de recondução e teriam, terceiro encaminhamento seria, o prazo para entrega de tais
10039 documentos seriam 15 ou 20 dias, enfim, a gente teria que votar isso nas necessidades
10040 de urgência. Então, eu tentei, não sei se depois o Caio também estava escrevendo isso
10041 para vocês, então eu tentei condensar tudo que foi colocado, então a gente deliberaria
10042 isso, seria a coordenação com cota até para as políticas interessadas seriam
10043 comunicadas na resposta do ofício, começaria a contar um prazo, haveria uma R.E. em
10044 março, como a Kim trouxe, para deliberar isso, o que fosse deliberado na R.E. de março,
10045 seria colocado por resolução, essa resolução seria publicada o quanto antes pelo, enfim,
10046 pelo governo, para as instâncias aí que vão fazer os respeitos administrativos, para que
10047 a gente não tenha uma descontinuidade, se ela para de receber, enfim, a remuneração,
10048 etc, não vai poder fazer, enfim, inspeção, não vai poder trabalhar, enfim, então, a gente,
10049 não sei se estou falando demais, mas assim, a gente traz aqui algo que tentaria resolver
10050 o interesse público, as demandas da coordenação do mecanismo que foram trazidas,
10051 assim, enfim, o interesse aí das postulantes e eu acho que em resumo era isso. E aí,
10052 então, Ronilda, Caio, Paulo, Camila.

10053 **Sra. Ronilda Vieira Lopes** – Obrigada. A metade das minhas dúvidas, o secretário já
10054 colocou aqui, mas eu gostaria de deixar a sugestão também para os próximos, né, para
10055 quem elaborar essa recomendação, que esteja traduzindo os prazos, porque a gente vai
10056 ter aí um mês, para a gente saber ou não se a gente vai ser reconduzida, para a gente
10057 saber ou não se a gente vai ter emprego, se a gente vai continuar ou não, enfim, também
10058 eu acho, talvez, se a gente não poderia adiantar para poder entregar essa documentação
10059 antes e fazer a reunião antes de março para poder deliberar mais rápido. É isso, está
10060 bem.

10061 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
10062 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Eu só acho que o Victor ajudou ali, enquanto mesa,
10063 só para colocar, é um prazo limite, eu não sei se é uma certidão eleitoral, precisa de
10064 cinco, sete dias, então, assim, seria um prazo limite, quem entregar antes vai ser
10065 avaliado, mas, assim, de todo modo vai ser avaliado na extraordinária, Ronilda.

10066 **Interlocutor não identificado** – Então, o encaminhamento é votado.

10067 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
10068 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Isso, isso, mas só quem estava inscrito, está bem,
10069 aí a gente pode se deliberar.

10070 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** – Sim,
10071 em princípio, a gente, a gente reduziria um texto do encaminhamento e aí a gente votaria
10072 este texto. A princípio, eu acho que eu vou retirar a minha inscrição, assim, na verdade,
10073 eu jogaria para o Bruno para perguntar se a resposta do Matheus te satisfaz de alguma
10074 forma. E também para te colocar alguns comentários que eu fiz antes, no momento, que
10075 eu entendi e gosto do teu raciocínio. A gente está criando, de certa forma, um
10076 procedimento onde existe um primeiro momento de admissibilidade, na verdade, existe
10077 um momento anterior à admissibilidade, que é o momento em que, por conveniência, a
10078 gente decide que existe uma possibilidade de recondução. O cenário externo diz: “Bom,
10079 talvez a gente precise reconduzir essas pessoas a bem do interesse público.” Este é o
10080 primeiro momento. O segundo momento é, existem critérios de admissibilidade, que são
10081 esses que a AGU aponta. Quais são? Ah, tem que manter as características, etc. Não
10082 teve diploma cassado, não teve... E o terceiro momento seria o que o secretário colocou,
10083 que é, vão existir critérios de avaliação destes documentos entregues, destes relatórios,
10084 e aí eu recoloco uma reflexão que é a seguinte, critérios que tendem a ser objetivos,
10085 normalmente, são critérios quantitativos, de forma geral. E aí a gente se coloca numa
10086 posição bastante arriscada, que é aquela que eu coloquei anteriormente, que é de que,
10087 atingidos alguns critérios quantitativos, haveria recondução automática. Claro que isso é
10088 mitigado como? Ficando muito bem colocado para o colegiado, o primeiro momento que
10089 eu coloquei, que é o momento da análise política, da análise da conveniência, que é

10090 aquele que a gente diz. Neste cenário, a gente faz a recondução. Porque, Ana, o que a
10091 gente vinha falando desde o início é a tendência da opinião colegiada é de que a
10092 recondução ela não deveria ocorrer dessa forma. A recondução seria o segundo mandato
10093 dessas pessoas, e essas pessoas teriam o segundo mandato ser que submetessem ao
10094 certame. Logo, retorno àquela questão que é a expressão permitida uma recondução não
10095 é um direito, mas é um limite que expressa que elas só podem ter dois mandatos. Então,
10096 eu acho que é importante primeiro a gente ficar bem assentado entre nós, que existe
10097 esse primeiro momento em que a gente verifica o interesse político e público de fazer a
10098 recondução desta forma direta, vou chamar assim, recondução direta, para que, então, a
10099 gente pudesse observar alguns critérios nessa terceira fase, que seria essa fase de
10100 avaliação do relatório. Mas eu acho que o ideal seria, para concluir, que essa análise,
10101 esse terceiro momento, não seja uma análise escalonada. Ah, é reconduzida se tiver o X
10102 ponto. Não é isso. É reconduzida sim ou não. É um conceito. Aprovado, não aprovado.
10103 No momento em que a gente recebe a documentação, e aí é feita então uma análise.
10104 Bom, é satisfatório? É satisfatório. Então, porque precisamos, estamos reconduzindo.
10105 Não é satisfatório. Trabalhou pouco, trabalhou mal, enfim. Aí não é reconduzida. Mesmo
10106 a gente precisando por conta das contingências do momento.

10107 **Interlocutor não identificado** – Acho que só tem uma parte somatória aos itens da
10108 documentação indicadas pelo Mateus. O Mateus falou do ponto 3 do edital que se
10109 concorreu. Também acho que alguma documentação do item 5.2 deve ser incluída nesse
10110 critério de admissibilidade, que tem formulário, documento oficial, de identificação civil,
10111 comprovar descrição do CPE, questões mais formais. O que é menos formal? Certificado
10112 de reservista, que no caso não vai funcionar, quitação eleitoral, mas é isso. Comprovação
10113 do currículo de três páginas, a formação acadêmica, uma experiência profissional que
10114 para elas não vai ser um problema, porque a própria atuação do mecanismo já é a
10115 experiência profissional. Só uma coisa para garantir essa documentação do edital
10116 anterior. E sobre o processo de seleção, que o Bruno trouxe a questão e o Caio já iniciou
10117 respondendo, trazendo essa diferenciação de aspectos quantitativos e qualitativos, eu
10118 acho que o que orienta, e também já para apontar para as peritas presentes e que fica,
10119 é aquilo que também está disposto no artigo 9 da lei, que fala sobre o que compete ao

10120 MNPCT. Então ali está, ponto 1, planejar realizar e monitorar visitas periódicas e
10121 regulares a pessoas privadas de liberdade, todas as unidades da federação, para verificar
10122 condições de fato e direito que se encontrem submetidas. O que essas peritas atuaram
10123 em torno desse item 1 do artigo 9, item 2 do artigo 9, articular esse consumo de comitê
10124 de prevenção da Organização das Nações Unidas, e blá, blá, blá. Artigo 3, requerer a
10125 autoridade competente que instaure o procedimento criminal. Item 4, elaborar relatório
10126 circunstanciado. 5, elaborar normalmente não sei o que. 6, fazer recomendações e
10127 observações às autoridades públicas e privadas. 7, publicar relatórios. Então, aquilo que
10128 vai ser avaliado é o que está previsto no próprio fazer do MNPCT. Então, acho que não
10129 traz nenhuma insegurança administrativa ou legal para as peritas em questão, porque
10130 isso é basicamente aquilo que é uma competência do MNPCT e que são coisas que
10131 vocês desempenharam. O que eu volto a dizer é a importância de a gente ter um
10132 documento, até como forma de produção de uma legitimidade moral, não das peritas em
10133 singular, mas da figura jurídica de um perito do MNPCT e do próprio MNPCT. Então, da
10134 gente produzir isso de uma maneira que tenha essa robustez para dizer, olha, foi feito no
10135 caráter excepcional, mas o caráter excepcional também se sustenta pela qualidade do
10136 trabalho investido, segundo o que está previsto na própria legislação que institui o
10137 MNPCT. Então, acho que é isso. Por isso que eu acho que vale a pena detalhar um pouco
10138 dessas coisas para uma produção de uma memória, exatamente desses instrumentos
10139 que estão colocados, inclusive para o parecer que a gente vai dar, eventualmente dará,
10140 da recondução colocada. Então, conforme aquilo que é apresentado neste relatório, por
10141 isso a gente considera que é importante. Então, acho que a densidade desse relatório de
10142 atividade também acho que subsidia esse pleno a produzir o relatório parecer
10143 reconduzindo ou não essas solicitações a partir daquilo que está estabelecido no artigo
10144 9 que institui a criação da competência do MNPCT.

10145 **Interlocutora não identificada** – Obrigada. Eu queria fazer só alguns comentários sobre
10146 esse processo e aí eu vou falar mais enquanto jurista do que enquanto perita do
10147 mecanismo. Primeiro, uma preocupação mais pontual sobre a questão da lista de
10148 documentos que vão ser exigidos com base no edital da nossa seleção. Que ele venha,
10149 que não seja uma solicitação genérica, precisam ser comprovados todos os requisitos,

10150 que estejam no instrumento citados todos esses documentos com base no edital para
10151 que não haja dúvida para as peritas de quais documentos elas devem colacionar. Isso é
10152 uma coisa. E outra é um pouco uma preocupação em torno dessa questão do debate dos
10153 critérios de admissibilidade e dos critérios de avaliação. E aí eu queria chamar atenção
10154 para o momento em que nós estamos. Nós estamos no momento em que a manifestação,
10155 o pedido de recondução, ele já foi feito. E eu queria recuperar que nós do Mecanismo
10156 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, estivemos pelo menos desde o início do
10157 ano passado, pautando junto ao comitê que fossem elencados ou criados ou
10158 sistematizados critérios objetivos de avaliação para as reconduções. Nós passamos o
10159 ano todo passado batendo nessa tecla. Certo? E aí durante o ano passado o comitê não
10160 teve estrutura ou organização ou priorizou esse debate. Então, eu acho, na minha opinião
10161 enquanto jurista, que está um pouco tarde para algumas certas perspectivas no sentido
10162 de vocês, o comitê, virem, inovarem com relação a critérios de avaliação. Porque,
10163 inclusive, o pedido, ele já foi feito de recondução. Então você tem um pedido de
10164 recondução que ele já foi feito e os critérios vão ser pensados depois que esse pedido já
10165 foi feito. Isso, na minha opinião, enquanto jurista, cria uma insegurança jurídica. Então,
10166 eu acho que o melhor caminho jurídico e institucional para o comitê trilhar com relação a
10167 critério de avaliação é repetir os critérios de avaliação do edital de seleção. Certo? Isso
10168 é a minha opinião enquanto jurista. Só deixo a provocação para vocês para entender para
10169 que seja entendido esse momento em que nós estamos, em que o processo de
10170 recondução meio que já começou. Porque algumas pessoas poderiam não ter pedido,
10171 poderiam ter optado por não ser reconduzidas, mas esse pedido já foi feito, já foi feita
10172 essa manifestação de interesse. Então, acho que, assim, inovar em critérios seria uma
10173 coisa que traria uma insegurança jurídica a partir do momento em que esse pedido já foi
10174 feito pelos peritos. É só isso.

10175 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
10176 **Desencarceramento)** – Assim, não tenho assim inovação. Assim, tem o Comitê Nacional
10177 de Entendimento e aí faço uma fala no sentido de que assim, gente, a atribuição do
10178 comitê é acompanhar, resguardar o trabalho do mecanismo, como também é a atribuição
10179 de avaliar. Então, assim, alguns documentos, assim, vou dar um exemplo. Quando eu fui

10180 para a minha recondução no Rio de Janeiro, na minha carta de intenção de recondução,
10181 estava descrito lá, inclusive, tinha uma lauda, tinha um número de caracteres. Estava
10182 dizendo lá, porque eu, Patrícia Oliveira Silva, entendo que, neste momento, preciso ser
10183 reconduzida e botei tudo lá o que eu queria. Porque, assim, quando você vai para o
10184 mecanismo, você escreve uma carta dizendo porque você queria, porque você está
10185 concorrendo. A sua segunda carta, no momento da recondução, é uma outra carta. E aí
10186 você vai descrever lá porque eu quero dar continuidade no trabalho, “perereparatá”,
10187 porque eu fiz x visitas, eu fiz isso, eu fui ali, eu estive ali, “perereparatá”. Então, assim,
10188 eu não estou entendendo muitas dificuldades aqui, assim. E aí, assim, falo, conversei
10189 muito com todo mundo e assim, por exemplo, recondução automática é assim, não dá.
10190 Não dá. Não dá porque a gente cria precedentes, a gente cria problemas, assim. E não
10191 é bom. Enquanto ex-perita do Mecanismo do Rio de Janeiro, a gente já conversou isso
10192 lá atrás, porque isso já tentou se acontecer no primeiro momento. E, assim, é só a gente
10193 voltar em todas as seleções que já teve em relação ao Mecanismo Nacional. Então,
10194 assim, é, o edital, o anexo e assim. E uma outra coisa que a gente ontem colocou e que
10195 acabou não entrando ali no documento que o Mateus está fazendo é a excepcionalidade.
10196 Por exemplo, o Mecanismo Nacional não passa por sabatina. O Mecanismo do Rio passa.
10197 A Comissão de Normas Internas da Lege vai lá e vai fazer a sabatina. Isso pode dizer
10198 que será aceito ou não, como tem sabatina para a AGU, como tem sabatina para qualquer
10199 outro lugar. Então, acho que a gente precisa entender. Algumas pessoas em alguns
10200 momentos serão reconduzidas, outras talvez não. Faz parte da regra do jogo. Eu acho
10201 que todo mundo precisa ter isso muito claro. E, quando se pede por Estado, não é só por
10202 Estado, tem reuniões institucionais, tem várias outras coisas e isso também é uma forma
10203 de avaliação do trabalho. E isso não quer dizer que fulano é incompetente, fulano é assim,
10204 fulano é assado. Gente, não dá. Eu passei por isso no Mecanismo do Rio, pelo processo
10205 seletivo. E, assim, alguns toques que é dado, muitas vezes, é para melhorar o trabalho.
10206 Isso não quer dizer que está desqualificando a pessoa. E, como eu já falei, não pode
10207 dizer, ah, não vou reconduzir porque eu não gosto do cabelo de fulano, porque eu não
10208 gosto da roupa. Aí, não dá. Aí, eu não vou reconduzir porque ela está gestante, e eu não
10209 sei se ela vai ter competência. Isso não dá. Desde que você fale nos critérios de trabalho,
10210 e é isso, gente, avaliação é bom, a gente melhora. Se chega lá no hospital, vamos avaliar

10211 o atendimento? Eu acho que está tendo umas certas dificuldades que não dá. E é isso,
10212 os critérios que estão no edital. Então, acho que a gente precisa encaminhar. Por
10213 exemplo, a gente conversou bastante que a gente ia ter um grupo do Comitê Nacional
10214 que iria ficar responsável de receber os documentos. Não é atribuição da Coordenação
10215 de Combate à Tortura. Não vamos dar uma atribuição que não é dela. A atribuição é do
10216 Comitê. A Coordenação de Combate à Tortura é apoio ao Comitê. Não vamos inovar.
10217 Não vamos inovar. Então, a gente tem que ter cuidado com aquilo que a gente vai
10218 jogando, que a gente vai dando, que a gente vai inovando e vai criando os precedentes
10219 que não é. A atribuição do processo seletivo do mecanismo é dos membros do Comitê.
10220 Então, é isso que eu queria falar.

10221 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Vou pedir
10222 um favor. Temos três pessoas inscritas, mas eu gostaria muito de encaminhar, porque a
10223 gente já está há muito tempo nessa conversa e a gente está andando em círculos. Então,
10224 eu gostaria de direcionar um pouco esse encaminhamento para a gente ver se consegue.
10225 Se a gente conseguir, fechou, senão a gente suspende, vai almoçar e continua no
10226 próximo bloco. Não é ideal, mas é isso. Vou só abrir a palavra para... Você é Ana, né?
10227 Ana Valente? Não, é Ronilda. Vou só abrir a palavra para ela para fechar essas falas das
10228 peritas e aí a gente encaminha, está bom?

10229 **Sra. Ronilda Vieira Lopes** – Obrigada, presidente. Eu só queria fazer uma ressalva
10230 pensando que esses três documentos que a vossa excelência solicita para a gente, de
10231 fato, nós, como a colega já disse, nós já encaminhamos a carta de intenção, que é a
10232 declaração do porquê que a gente quer ser reconduzida. O que faltou aqui foi somente o
10233 relatório de atividades. E eu fico um pouco preocupada o que a gente deve colocar nesse
10234 relatório de atividades, porque é tanta coisa que a gente faz, não é? Assim, quais que
10235 você vai ter ou não critérios de avaliação. Mas, assim, eu não sei se todos aqui tiveram
10236 acesso à pasta, aos documentos que a gente enviou, mas a declaração de cada um foi
10237 encaminhada e o ofício também que foi uma decisão de consenso entre a gente, não é?
10238 Enfim.

10239 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Bom,
10240 vamos lá. No intuito de a gente conseguir encaminhar aqui, me parece que é o caso de
10241 nós, durante o almoço, minutarmos um ofício de resposta ao Partido Formal de
10242 Recondução das Três Peritas. Então, a gente retorna no próximo bloco com essa minuta
10243 já aqui, apenas para leitura, conferência e aprovação dessa minuta a ser enviada pelo e-
10244 mail, então, da vice-presidência do comitê. Agora, para a gente delimitar de uma maneira
10245 mais orgânica aqui o que estaria contido nesse e-mail, portanto, quais são as nossas
10246 exigências, a gente está dizendo o seguinte. Primeiro, já é um consenso que nós vamos
10247 exigir o relatório de atividades, esse é um relatório de atividades, novamente, individual,
10248 com a descrição das datas, do local de realização da atividade individual dessa pessoa
10249 perita, e no que consistiu um breve resumo do que consistiu as tarefas da pessoa perita,
10250 tanto de preparação, quanto de realização no local ali, se possível. Me parece que isso
10251 seria o suficiente em termos de relatório de atividades, vocês podem colocar isso em um
10252 formato de tabela, simplificado, vocês podem construir o mesmo modelo, se for o caso,
10253 infelizmente, de fato, nós não temos isso definido, nosso desejo é que isso aconteça,
10254 acho que esse esforço aqui, e aí nesse aspecto eu entendo que a perita Camila traz, mas
10255 também entendo que a gente optou por um caminho aqui que me parece o caminho mais
10256 adequado para a gente rumar para toda essa resolução que defina, de fato, esses
10257 procedimentos. Entendo fazer essa resolução anteriormente, ainda mais considerando
10258 que já tinham parecer 17, 18, e agora mais um novamente. Mas é isso, há um intuito e
10259 há um esforço aqui de a gente delimitar esse procedimento para que isso nos impulse,
10260 inclusive, a fazer essa resolução nesse ano, só esses parênteses. Voltando aqui para a
10261 questão objetiva, então, esse seria o relatório de atividades. A carta de intenções nós
10262 recebemos em um pedido de reconvenção, verdade? Vocês terão uma oportunidade de
10263 complementar essa carta, se vocês desejarem, vocês terão oportunidade de, enfim,
10264 adequar ali da maneira como vocês entendem melhor de acordo com o que nós
10265 conversamos aqui que vocês estão acompanhando. E aí, vão enviar juntos aos outros
10266 documentos, porque a nossa solicitação foi instruída da maneira como vocês entenderam
10267 mais adequada naquele momento. Agora é uma solicitação formal e aí vocês podem
10268 fazer as adaptações e acréscimos que entenderam pertinentes. E, por último, a questão
10269 dos critérios dos documentos que seriam apresentados. Então, de fato, nós vamos

10270 replicar a mesma lista de documentos que estão no item 5.2 do edital da quinta seleção
10271 que foi a que as três peritas participaram e foram nomeadas, está bom? Então, vai estar
10272 escrito nessa carta. Quanto aos critérios de avaliação, então assim, o que que é o
10273 primordial aqui? A gente visualizar que a pessoa cumpriu com as atribuições e
10274 vcompetências ali do artigo 9 dessa lei, então isso vai estar escrito também no
10275 documento. E também que não houve nenhum procedimento administrativo criminal ou
10276 cível contra a pessoa durante o período de datação. Então, esses são os critérios de
10277 avaliação nossos. E a resposta que nós daremos nessa RE é se, com base então nesses
10278 documentos apresentados, com base na não existência de outras causas que venham a
10279 impedir a continuidade, essa recondução dessas três peritas solicitaram, a gente vai
10280 decidir e vai ter a resolução aí. Quanto a isso. Isso ficou claro para todo mundo? Todos
10281 de acordo? Todos e todas de acordo?

10282 **Interlocutor não identificado** – Só tenho uma adição. Porque vejam bem. Veja bem. Os
10283 documentos que são pedidos no edital, eles não demonstram exatamente todas as
10284 condições que a gente precisa. Porque existem aquelas condições durante o mandato.
10285 Então, por exemplo, condenação em processo criminal, processo administrativo
10286 disciplinar, etc. Então eu acho que deveria ser adicionado nessa lista, por exemplo,
10287 certidão negativa de feitos criminais, etc.

10288 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Essa lista
10289 não tem?

10290 **Interlocutor não identificado** – Na inscrição do edital, eu suspeito que não era
10291 necessário entregar certidões negativas do judiciário.

10292 **Interlocutora não identificada** – Deveria ter havido porque isso é básico em qualquer...

10293 **Interlocutor não identificado** – É que isso... É que eu acho...

10294 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Perfeito.
10295 Não tendo, nós encontramos explicitamente, então, as certidões negativas. Perfeito. Só

10296 um momento. A Jaqueline tem uma oposição, então vou pedir para ela falar
10297 objetivamente com a oposição.

10298 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
10299 **Resistência Contra o Genocídio)** – Não. Na verdade, eu, quando lá atrás defendi a
10300 questão da R.E., eu entendo que a R.E., ela precede essa apresentação de documentos.
10301 Eu acho um tanto irresponsável de aprovar algo sem inclusive a leitura integral do quinto
10302 edital de seleção. A gente vai pedir uma apresentação de documentos e estabelecer um
10303 prazo da apresentação de documentos para depois da apresentação de documentos
10304 eventualmente a gente possa criar algum critério. Eu acho isso irresponsável. Eu entendo
10305 que a R.E., antes... Não. A R.E., mas é assim, mas sem a leitura do quinto edital, por
10306 exemplo. Mas, deixa eu só concluir por gentileza. Eu entendo que primeiro é a R.E., que
10307 eu acho que tem que ser tirada de urgência e com o prazo mais sério possível, e depois
10308 da R.E., na verdade, que é o prazo para a apresentação de documentos. Eu não consigo
10309 ver tanta lógica pra R.E. se já vão ter apresentado os documentos, a gente já vai ter
10310 fixado o prazo, e se a aprovação da recondução, de fato, é na próxima reunião ordinária.
10311 Elas vão apresentar a documentação... E a gente vai dizer que vai incluir esses
10312 documentos sem a leitura do quinto edital e a íntegra dos pareceres? Não, não. Ele leu
10313 o 5.2, gente. Isso. Eu entendi, Paulo, eu entendi. Eu só entendo assim, nós estamos
10314 condicionando, por exemplo, os requisitos do edital, sendo que assim, o edital do quinto
10315 processo de seleção não é um documento que estava na lista dos documentos para a
10316 gente para a análise nessa reunião. Não, o edital, o quinto edital... Não, mas, na verdade,
10317 do ofício, é o ofício que você... É o encaminhamento do ofício para cá e o parecer do...

10318 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Na ata de
10319 convocação da Rio, havia o link com o documento. Com o link disponível, gente. Com
10320 todos os documentos. Com todos os documentos solicitados, incluídos no pedido do
10321 ofício. Mas, de qualquer maneira, assim, se não há consenso, a gente vota. Mas o ponto
10322 é o seguinte, de qualquer maneira, como disse Paulo Reitero Paulo, no retorno do
10323 próximo bloco, a gente vai trazer a minuta em que vai estar expressamente tudo que elas
10324 precisam enviar e quais são esses critérios. Então, vamos explicitar, inclusive, o artigo,
10325 vamos explicitar o item, copiar os documentos e acrescentar as certidões negativas e

10326 dizer quais são as certidões negativas. Então, vai estar tudo explicitado na resposta oficial
10327 ao mecanismo com essa solicitação. Isso vai estar tudo definido ali, está bem?

10328 **Interlocutora não identificada** – Bom, presidente, é rápido. É só recordando aqui que
10329 eu lembro, quando saiu o edital do nosso processo seletivo, alguns documentos foram
10330 solicitados. Agora, essa parte de certidões, certidão de CGU, certidão de fiscal, tudo isso
10331 foi o próprio governo que levantou. Tanto que a gente preencheu vários formulários.
10332 Então, os documentos que estão lá são outros. É tipo apresentar alguma coisa de
10333 experiência quando a gente se inscreveu. É totalmente diferente e as certidões negativas
10334 e isso tudo foi o próprio governo que faz, porque eles levantam tudo da nossa vida quando
10335 a gente preenche os formulários. Então, trago isso aqui só para conhecimento de vocês.

10336 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Perfeito.
10337 Mas a nossa, o parecer, inclusive, nos indica e essa já foi a decisão tomada por nós aqui
10338 enquanto órgão colegiado, a gente só está pondo a termo isso de uma maneira mais
10339 clara, mas é com base nos mesmos, no mesmo contexto, o parecer fala que, eu vou até
10340 repetir a mesma expressão. Alguém tem fácil aí essa expressão? A expressão que indica
10341 que é o mesmo, o mesmo critério do edital, de seleção, alguma coisa assim.

10342 **Interlocutora não identificada** – Aqui no parecer da AGU, o 742 no final, considerando
10343 que a recondução não depende apenas da escolha do CNPCP, mas também da
10344 verificação no momento do ato de nomeação da manutenção das condições exigidas no
10345 processo seletivo daquele perito. É isso, não é?

10346 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – E é isso,
10347 a manutenção das condições na seleção exigidas naquele perito. Então, neste caso a
10348 referência é o edital da quinta seleção. É com base nele e fazendo um copia e cola dos
10349 documentos, claro, a gente vai especificar também nesse modelo, indicando quais que
10350 não são necessários, e também indicar quais a gente está acrescentando. Eu
10351 compreendo, bom, o governo faz essa varredura, bom, estamos aqui num órgão político,
10352 nesse momento em que a participação governamental, ela está se construindo, né, nessa
10353 presença. Então, está solicitando que se envie em qualquer concurso público é comum

10354 enviarmos certidões negativas de X ou Y. Então, acho que não é um grande problema
10355 isso. Bom, é... considerando a posição aqui formal da Jaqueline, eu entendo que é, é
10356 preciso entender se há um consenso aqui, para a gente constar na ata, se há um
10357 consenso quanto a esses estabelecimentos ou não.

10358 **Interlocutor não identificado** – É, eu solicito que a gente vote nominalmente.

10359 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então,
10360 vamos votar nominalmente.

10361 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e Resistência**
10362 **Contra o Genocídio)** – Só uma questão. A minha... A minha questão é tão somente, por
10363 exemplo, se a gente, se a gente realmente teve uma análise do edital. Eu não consegui
10364 acesso e eu falei com diversas pessoas que também não tinham conseguido acesso em
10365 relação à conta digital. A minha insegurança é tão somente a gente vincular e deixar
10366 alguma brecha diante da urgência da recondução. É isso. Agora, se estão afirmando que
10367 vai estar todos os itens do edital hoje, minutado, após o almoço, tenho total confiança no
10368 que vocês estão dizendo.

10369 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Jaque, eu
10370 não tinha... Eu fui uma das pessoas que eu não tinha conseguido acessar ontem à noite
10371 pelo celular. A ordem é a seguinte. Isso. Mas a questão de ordem aqui é a seguinte.
10372 Vamos votar. Vamos votar, então, para deixar constando na ata explicitamente, e aí o
10373 retorno do bloco, do próximo bloco, a gente vai votar a minuta do e-mail, da resposta
10374 formal ao mecanismo. Pessoal, se a gente ficar fazendo isso, bagunçando dessa
10375 maneira, a gente não vai caminhar absolutamente nada. E aí, que confiança política se
10376 tem de a gente também conseguir fazer o que é a nossa principal tarefa, que é fazer essa
10377 resolução depois. Mas vamos lá. Então, a todos aqui presentes, vocês estão de acordo
10378 que a gente então envia uma resposta formal às peritas do mecanismo quanto ao pedido
10379 de recondução das três peritas que participaram da quinta seleção de peritos do
10380 mecanismo, constando que, primordialmente, via de regra, constando o pedido de
10381 apresentação de um relatório de atividades individual com a descrição das datas, do local

10382 da realização dessa atividade e uma breve emenda, uma breve explicação do que
10383 consistiu essa atividade. Vocês estão de acordo com o relatório de atividades?

10384 **Interlocutor não identificado** – Sim. Podemos começar a votação nominal, então.

10385 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – É. Eu
10386 queria saber onde está Tamires também, porque...

10387 **Interlocutora não identificada** – Não, isso é o que eu estou fazendo.

10388 **Interlocutor não identificado** – Eu vou iniciar daqui para lá, então. Somos favorável e,
10389 após essa rodada, dessa votação, eu te pergunto se a gente vai, antes do almoço, decidir
10390 as datas e os prazos.

10391 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Exato.
10392 Vamos.

10393 **Interlocutor não identificado** – Então, eu sou favorável para que siga a votação.

10394 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Está bem.
10395 Espera aí, vamos lá, então. Eu falei do relatório... Eu vou fazer o seguinte, eu vou falar
10396 tudo e aí a gente diz, está bom? Nominalmente. Então, primeira coisa, esse relatório de
10397 atividades. Segunda coisa, a carta de intenções, da qual as pessoas podem usar a
10398 mesma carta que já apresentaram, mas que podem livremente complementar. Ok. A
10399 terceira coisa é em relação às...

10400 **Interlocutora não identificada** – Eu posso falar? Eu estava anotando.

10401 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Está bem.

10402 **Interlocutora não identificada** – Então, o encaminhamento seria o quê? Será
10403 respondido ao MNPCT, formalmente via ofício, a solicitação da recondução, informando
10404 a decisão do pleno que solicita o envio da seguinte documentação pelas peritas com
10405 interesse na recondução, que é carta de intenções para recondução, o relatório de
10406 atividades pelo período que a perita exerceu o mandato, com indicação do local e data

10407 das atividades, e as documentações solicitadas no edital do processo seletivo a que
10408 concorrer. Isso será solicitado para que elas entreguem no prazo de até 30 dias, foi isso?
10409 20 dias, perdão. Isso será solicitado para que elas entreguem no prazo de 20 dias e a
10410 recondução, a decisão da recondução será aprovada em reunião extraordinária que
10411 aprovará a resolução com a decisão da recondução. É isso. Esse foi o encaminhamento
10412 que foi tomado aqui, dá para entender? Pronto. É isso que vai ser colocado para votação
10413 agora.

10414 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Certo. É
10415 isso que está sendo colocado para votação agora. Pode, tem aí aberto nominalmente
10416 todos os presentes, não?

10417 **Interlocutor não identificado** – A gente faz assim, ó.

10418 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então eu
10419 vou pedir o seguinte, então, daqui para cá fala o nome, abre representação e se está de
10420 acordo. Com o microfone, só para degravação. Só uma ressalva, gente, é porque a
10421 Tamires pediu a gentileza dela se ausentar brevemente porque hoje está tendo a
10422 mudança e ela está precisando, é só por isso, está bom? Bom, será respondido ao
10423 MNPCT formalmente via ofício a solicitação que foi feita com o pedido da recondução
10424 das peritas, informando a decisão do pleno que solicita o envio da seguinte
10425 documentação a ser respondida no prazo de 20 dias. Qual é a documentação? A carta
10426 de intenções para a recondução, a carta, o relatório de atividades pelo período que a
10427 perita exerceu o mandato, com indicação do local e data das atividades e a ementa do
10428 que foi realizado. E as documentações que foram entregues e apresentadas quando do
10429 edital de seleção, do processo seletivo que as peritas concorreram. A recondução será
10430 aprovada em reunião extraordinária, que aprovará a resolução contendo a aprovação ou
10431 não da recondução. É isso. Deu para entender?

10432 **Interlocutora não identificada** – Seria bom passar na tela, não é? Vou ver se eu tinha
10433 um caminho, Fabrício.

10434 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Podem
10435 começar. A partir do Felipe, indicando o nome, qual representação e se estão de acordo.

10436 **Interlocutor não identificado** – Presidenta, eu queria solicitar um tempo para que a
10437 gente chegue aqui a um consenso, uma possibilidade de apreciar melhor a proposta.
10438 Pode ser? Se a sessão pode ser suspensa por 15 minutos?

10439 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Pode ser.
10440 Ok. Eu acho que é o jeito, não é? É o que temos. Então, vamos para almoço e a gente
10441 retorna. Eu acho que não vai sair uma resposta e um consenso.

10442 **Interlocutor não identificado** – Eu acho melhor também. Está bom. Então, vamos. Só
10443 uma questão de ordem mesmo. Agora 12h30, não é? Será que a gente consegue retornar
10444 a 13h da tarde? 15h15, então? 15h15? Está bem. Vamos seguir. Na nossa agenda está
10445 13h15, o retorno. 13h15 e ou 13h30. Vamos voltar a 13h15, então. Uma e quinze aí quem
10446 puder... A gente sempre acaba atrasando alguns minutos do retorno que a gente define.
10447 Então, 13h15.

10448 **43ª Reunião Ordinária do CNPCT - 07 02 2024 - Tarde**

10449 **Interlocutora não identificada** – Bom, pessoal, então vamos retomar aqui a RO de hoje.
10450 Então, a Maria Clara e a Thamiris vão nos ajudar aqui a fazer a leitura do que a gente vai
10451 votar agora, que foi concluída a conversa no primeiro bloco. Mas, claro, vocês podem
10452 fazer os apontamentos que entenderem pertinentes, mas a gente fez ali de uma maneira
10453 que essa redação proposta vai ser replicada no ofício de resposta às solicitações.
10454 Somente uma... Então, é isso, o conteúdo que aqui vai ser lido será replicado em forma
10455 de ofício, apenas com alteração de tempo verbal mesmo, para a resposta oficial do
10456 plenário, do Pleno aqui, às integrantes do mecanismo que solicitaram a recondução.
10457 Então, vamos... estão abrindo aqui o arquivo. Recebendo e abrindo. Um momento.
10458 Pronto. Pessoal, pessoal, retomando aqui. Pessoal, pessoal. Não desmerecendo o calor
10459 e frio dos respectivos, mas agora está projetado na tela aqui. Então... Maria Clara, você
10460 pode ler? Até que dá. Posso ler também, se for o caso. É, está melhor do que ontem,
10461 realmente. Pode seguir.

10462 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
10463 **Organizações Populares – GAJOP)** – Esse é o encaminhamento a ser votado agora.
10464 Em resposta ao ofício nº 20/2024 MNPCT-SNDH-MDHC, o Pleno do CNPCT, em reunião
10465 ordinária no dia 07-02-2024, decidiu o que se segue. A avaliação do pedido de
10466 recondução das três peritas do MNPCT solicitada através do ofício nº tal, não vou repetir,
10467 será realizada em caráter excepcional em reunião extraordinária agendada para o dia a
10468 ser definido agora, que a gente ainda não agendou. Na oportunidade, o Pleno avaliará a
10469 seguinte documentação a ser enviada pelas peritas interessadas no prazo de 20 dias a
10470 contar da data de cientificação. A) carta de intenções para recondução. B) relatório de
10471 atividades pelo período que a perita exerceu o mandato com indicação do local e data de
10472 atividades e ementa da atividade realizada. C) documentação expressa no item 3 e 5.2
10473 do edital da 5ª Seleção de Peritos do MNPCT, referenciado no processo SEI nº 4071200.
10474 O CNPCT analisará se a perita interessada na recondução realizou trabalho satisfatório
10475 com relação às competências do MNPCT descritas no artigo 9º da Lei nº 12.847, de 2 de
10476 agosto de 2013, bem como, conforme indicado no parecer nº 31/2024, Gabinete Conjur
10477 MDHC-CGU-AGU, alínea 18, segundo o qual deverá o colegiado verificar se não houve
10478 recondução anterior e se o mandato do perito transcorreu de forma satisfatória, sem que
10479 houvesse responsabilização ou sanções administrativas cíveis ou penais em decorrência
10480 dos seus atos. A decisão final sobre a recondução ou não de cada perita será formalizada
10481 através de resolução a ser aprovada na mesma reunião extraordinária agendada para o
10482 dia tal, que vamos definir aqui. É isso.

10483 **Interlocutora não identificada** – Perfeito. Vamos fazer a votação nominal, então?
10484 Vamos definir a data, então, antes. Idealmente, aqui, a gente deu o prazo de 20 dias,
10485 então, para essa entrega dessa documentação, conforme aqui conversado entre nós
10486 também, entendendo um prazo razoável. Esse prazo terminaria no dia 27 de fevereiro.
10487 Segundo informações aqui do companheiro Felipe, se a gente conseguir fazer essa
10488 reunião extraordinária na primeira quinzena de março, até a primeira quinzena de março,
10489 garante-se, então, um tempo razoável para os procedimentos burocráticos até a
10490 publicação dessa resolução e, então, a gente conseguiria assegurar a ausência de uma

10491 vacância desse período. Então, considerando isso, alguém tem uma sugestão de data e
10492 horário?

10493 **Interlocutora não identificada** – Licença, senhora presidente. É só uma dúvida: se vai
10494 constar neste documento que será criado, então, o grupo de avaliação.

10495 **Interlocutora não identificada** – Essa seria a segunda votação. Pode ser? Então, pode
10496 colocar na mesma? Tá bom. Que a gente lê de novo depois, tá?

10497 **Interlocutor não identificado** – Eu não recomendo colocar na mesma. Aqui, a gente
10498 devia ficar estritamente na resposta do ofício que o mecanismo...

10499 **Interlocutora não identificada** – Perfeito, porque é justamente esse conteúdo que vai
10500 constar no ofício que será...

10501 **Interlocutor não identificado** – Só lembrando: o pedido do ofício é “julguem os pedidos
10502 de recondução” e a gente vai responder. Para julgar, precisamos disso.

10503 **Interlocutora não identificada** – Isso mesmo. Então, vamos definir a data aqui, pessoal.
10504 Vamos lá. Dia 11 foi a proposta. Que horário, Matheus? Nove horas. Dia 11 de março,
10505 uma segunda-feira, às nove horas, é um horário viável para todos do comitê? Na verdade,
10506 a gente precisa também de um tempo hábil para a leitura dos documentos. Então, a gente
10507 precisa de... Ou sexta, dia 8 de março? Ah, é 8 de março. Sem chance. Dia 11 parece
10508 razoável. Pode falar diretamente.

10509 **Interlocutora não identificada** – A pergunta... quem está presente hoje e que
10510 acompanhou todos os trabalhos tem que estar na reunião extraordinária ou pode ser
10511 outra pessoa?

10512 **Interlocutora não identificada** – O importante é que a gente consiga garantir o quórum
10513 para poder votar adequadamente. Pode falar.

10514 **Interlocutora não identificada** – A nossa agenda do mecanismo está bloqueada de 5 a
10515 11 de março. Nós temos ações previstas.

10516 **Interlocutora não identificada** – Mas isso é o Pleno do... Estamos tratando da
10517 disponibilidade dos membros do comitê. Jaqueline sugeriu dia 12, terça-feira, no mesmo
10518 horário, das nove da manhã, certo?

10519 **Interlocutora não identificada** – Para nós fica inviável, tanto para mim quanto para o
10520 meu colega.

10521 **Interlocutora não identificada** – Dia 11, por que não? Ah, tá.

10522 **Interlocutor não identificado** – Dia 13, que é uma quarta-feira. Não poderia, não?

10523 **Interlocutora não identificada** – Dia 13, uma quarta-feira pela manhã...

10524 **Interlocutora não identificada** – Piorou. Em termos de AJD, a gente pode ir segundas
10525 e sextas. É melhor para nós.

10526 **Interlocutora não identificada** – O prazo é dia 27. Então, a gente tem oito dias.

10527 **Interlocutor não identificado** – O escopo dessa reunião extraordinária é mais para a
10528 gente deliberar ou a gente vai fazer debate ainda?

10529 **Interlocutora não identificada** – Não. Não. É para deliberar. No entanto, precisamos
10530 tirar uma data que possa ter o quórum. A gente está se comprometendo a aprovar os
10531 documentos a serem apresentados.

10532 **Interlocutor não identificado** – Porque, tendo uma RE objetiva, fica mais fácil para todo
10533 mundo também. A gente se prepara e vê os documentos antes para aprovar.

10534 **Interlocutora não identificada** – Vamos lá. Novamente. A data do dia 7 de março é uma
10535 quinta-feira.

10536 **Interlocutora não identificada** – Não, mas a gente está... Membros do governo aqui
10537 presentes, vocês podem também? Porque a gente precisa do quórum.

10538 **Interlocutora não identificada** – É possível, Lourdes, verificar sobre a outra
10539 representação da AJD? Bom, de qualquer maneira... Claro, claro. 9 horas. Dia 7 às 9
10540 horas. Uma previsão aí de que dure 2 horas. Vamos torcer para que sim. 9 às 11.

10541 **Interlocutor não identificado** – 7 de março, é isso?

10542 **Interlocutora não identificada** – Dia 7 de março, quinta-feira.

10543 **Interlocutor não identificado** – Perfeito. Para mim está tudo bem.

10544 **Interlocutora não identificada** – 7 de março não será possível para mim, não.

10545 **Interlocutora não identificada** – Foi o Marden.

10546 **Interlocutor não identificado** – Para mim, o Marden, está tudo bem o dia 7 de março.
10547 Alguém falou que é impossível para essa pessoa.

10548 **Interlocutora não identificada** – Zenaide do CONFEN.

10549 **Interlocutora não identificada** – Perdão, o Marden falou alguma coisa aqui no online,
10550 pessoal.

10551 **Interlocutor não identificado** – A Zenaide do CONFEN acho que tem dificuldade nessa
10552 data. O titular, qual o nome dele? Coutinho.

10553 **Interlocutora não identificada** – O Coutinho. Nem o Coutinho nem a Zenaide, pois nós
10554 estaremos em outro estado, fazendo reunião da enfermagem forense em outro estado.
10555 Então, não vai ser possível estarmos presentes na reunião.

10556 **Interlocutor não identificado** – Correto. Presidenta, fora a ausência do CONFEN, será
10557 que teríamos, tendo em vista a confirmação aqui, prejuízo de quórum para o dia 7, às 9
10558 da manhã?

10559 **Interlocutora não identificada** – Não tiver a AJD... Se o Marden vier, é para este, não
10560 é?

- 10561 **Interlocutor não identificado** – Sim, eu confirmo.
- 10562 **Interlocutora não identificada** – Seriam 4 do governo?
- 10563 **Interlocutora não identificada** – Teria algum problema com o dia 1? Vocês acham muito
10564 tarde? Tu não pode?
- 10565 **Interlocutora não identificada** – Muito para frente para a questão da publicação. Bom,
10566 pessoal, seria dia 7, então, e todos aqui presentes que se manifestaram que podem vir,
10567 com certeza, têm comprometimento de participar para garantir esse quórum e aos que
10568 precisam confirmar com seus respectivos suplentes ou vice-versa, que busquem
10569 participar para a gente não ter problema de quórum, como ocorreu na última RE do ano
10570 passado. A RE é online. Sim. As REs são online. Nesse caso, a gente tem também a
10571 AJD, não é? Provavelmente. Então, só esclarecendo isso também para os que estão
10572 acompanhando a gente online, que a RE é online. Então, fica fechada a data do dia 7 de
10573 março às 9 horas da manhã, então. E aí, só mais para uma questão protocolar de ciência
10574 e evitar equívocos, acho que era bom a gente ler novamente o texto.
- 10575 **Interlocutor não identificado** – Eu só gostaria de propor a inserção de uma pequena
10576 frase no segundo parágrafo.
- 10577 **Interlocutora não identificada** – Perfeito. Pode falar a sua sugestão.
- 10578 **Interlocutor não identificado** – No terceiro parágrafo, na verdade. “Na oportunidade, o
10579 Pleno avaliará” e aí a minha inserção: “a oportunidade e conveniência da recondução e
10580 a seguinte documentação a ser enviada”. Ficaria: “Na oportunidade, o Pleno avaliará a
10581 oportunidade e conveniência das reconduções”. Só.
- 10582 **Interlocutora não identificada** – Todos de acordo com a inserção?
- 10583 **Interlocutora não identificada** – Eu não consigo ver se o Augusto está online aqui,
10584 Fabrício. Está?
- 10585 **Interlocutora não identificada** – Podia, de repente, para ficar mais vista essa questão
10586 da oportunidade e conveniência, colocar “na oportunidade, o Pleno, no gozo de suas

10587 atribuições natas”, sei lá, alguma coisa assim, “avaliará a oportunidade e conveniência”
10588 só...

10589 **Interlocutora não identificada** – Eu recordo que, assim, não vejo necessidade
10590 necessariamente porque é importante dizer que comportará a partir da RE, que será
10591 apresentada, uma vez decidido, pela recondução ou pela não-recondução, enfim,
10592 independente da decisão, haverá uma minuta que será apresentada e nessa minuta de
10593 resolução, que também será aprovada no Pleno, poderemos detalhar melhor as razões
10594 da decisão. Então, aqui é mais algo objetivo mesmo para a gente encaminhar uma
10595 resposta formal, não deixar sem resposta, em respeito também à solicitação feita. Então,
10596 vamos ler de novo?

10597 **Interlocutora não identificada** – Em resposta ao ofício número 20/2024 do MNPCT, o
10598 Pleno do CNPCT, em reunião ordinária no dia 7/2/2024, decidiu o que se segue. A
10599 avaliação do pedido de recondução das três peritas do MNPCT, solicitado através do
10600 ofício nº 20/2024, será realizada em caráter excepcional, em reunião extraordinária
10601 agendada para o dia 7 de março de 2024, às 9 horas. Na ocasião, o Pleno, no gozo de
10602 suas atribuições, avaliará a oportunidade e conveniência das reconduções e a seguinte
10603 documentação a ser enviada pelas peritas interessadas no prazo de 20 dias a contar da
10604 data de cientificação: carta de intenções para recondução, relatório de atividades pelo
10605 período que a perita exerceu o mandato, com indicação do local e data de atividades e
10606 ementa da atividade realizada. Documentação expressa no item 3 e 5.2 do edital da 5ª
10607 Seleção de Peritos do Mecanismo, referenciado no processo SEI nº... Referenciado no
10608 processo SEI, nº 4071200. O CNPCT analisará se a perita interessada na recondução
10609 realizou o trabalho satisfatório com relação às competências do MNPCT descritas no
10610 artigo 9º da Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, bem como conforme indicado no
10611 parecer número 31/2024 da Conjur, alínea 18, segundo o qual deverá o colegiado
10612 verificar se não houve recondução anterior e se o mandato do perito transcorreu de forma
10613 satisfatória, sem que houvesse responsabilização ou sanções administrativas, cíveis ou
10614 penais em decorrência de seus atos. A decisão final sobre a recondução ou não de cada
10615 perita será formalizada através de resolução a ser aprovada na mesma reunião
10616 extraordinária agendada para o dia 7/3/2024, às 9 horas.

10617 **Interlocutora não identificada** – Corrigi aqui, não é processo SEI, é documento SEI nº...
10618 Agora a gente vai chamar, então, para votação, e aí a Thamiris que vai chamar.

10619 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10620 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Iniciando a votação. MDHC, SNDH.

10621 **Interlocutor não identificado** – De acordo.

10622 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10623 **Prevenção e Combate à Tortura)** – CFESS.

10624 **Interlocutora não identificada** – De acordo.

10625 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10626 **Prevenção e Combate à Tortura)** – CONFEN.

10627 **Interlocutora não identificada** – De acordo.

10628 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10629 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Educafro.

10630 **Interlocutor não identificado** – De acordo.

10631 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10632 **Prevenção e Combate à Tortura)** – GAJOP.

10633 **Interlocutora não identificada** – De acordo.

10634 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10635 **Prevenção e Combate à Tortura)** – ITTC.

10636 **Interlocutora não identificada** – De acordo.

10637 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10638 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Agenda.

10639 **Interlocutor não identificado** – [Ininteligível] Patrícia...

- 10640 **Interlocutora não identificada** – De acordo.
- 10641 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10642 **Prevenção e Combate à Tortura)** – [ininteligível].
- 10643 **Interlocutor não identificado** – De acordo
- 10644 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10645 **Prevenção e Combate à Tortura)** – AJD.
- 10646 **Interlocutora não identificada** – De acordo.
- 10647 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10648 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Associação de Amigos e Familiares.
- 10649 **Interlocutora não identificada** – De acordo.
- 10650 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10651 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Rede.
- 10652 **Interlocutora não identificada** – Rede. De acordo.
- 10653 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10654 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Somos.
- 10655 **Interlocutor não identificado** – Somos. De acordo.
- 10656 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10657 **Prevenção e Combate à Tortura)** – UFRN.
- 10658 **Interlocutor não identificado** – De acordo.
- 10659 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10660 **Prevenção e Combate à Tortura)** – MDHC/DDH.
- 10661 **Interlocutor não identificado** – De acordo.

10662 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10663 **Prevenção e Combate à Tortura) –** Ministério da Saúde. Marden?

10664 **Interlocutor não identificado –** De acordo.

10665 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10666 **Prevenção e Combate à Tortura) –** Perfeito. Ministério do Desenvolvimento Social.

10667 **Interlocutora não identificada –** De acordo.

10668 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
10669 **Prevenção e Combate à Tortura) –** Então, todos favoráveis. Ofício aprovado.

10670 **Interlocutora não identificada –** Bom, diante disso, apenas informando a todos no
10671 plenário, aqui para registro, após a reunião do plenário hoje, que está previsto o seu
10672 horário de encerramento para as 17h30, mais tardar às 18h, logo após a gente vai fazer...
10673 Oi? mais tardar, na verdade, seria às 17h30 mesmo, por conta dos retornos. Mas, de
10674 qualquer maneira, a gente vai redigir esse ofício com base nesse texto aprovado, apenas
10675 com alteração de tempo verbal, inclusão dentro de um papel de ofício, a gente manda
10676 hoje para elas. Bom, então, seguindo a pauta aqui, a gente agora falará sobre a minuta
10677 do edital. Foi, na verdade, um pedido de inversão de pauta, para a gente priorizar a
10678 minuta do edital do mecanismo. É possível que a gente não consiga falar de duas pautas,
10679 que é o processo eleitoral do CNPCT e também a alteração do artigo 15 da resolução lá
10680 que determina as diretrizes de criação dos comitês e mecanismos estaduais. Mas, então,
10681 agora a gente passa para a pauta do debate sobre a minuta de edital.

10682 **Interlocutor não identificado –** A gente não vai fazer a discussão do grupo de criação,
10683 do grupo de trabalho para a reflexão sobre os encaminhamentos?

10684 **Interlocutora não identificada –** Sim, eu optei por falar isso antes, porque o GT, a gente,
10685 de qualquer maneira, vai abarcar as duas coisas.

10686 **Interlocutor não identificado –** Não.

10687 **Interlocutora não identificada** – Não, necessariamente. Então, vocês querem... mais
10688 uma pergunta. Seguinte: A gente vai falar sobre todos os grupos de trabalho, reorganizar
10689 todos eles ou a gente só vai falar especificamente sobre esse? Então, foco nessa missão.

10690 **Interlocutor não identificado** – O modo como a gente encaminha a questão da
10691 recondução dentro do mecanismo, uma reflexão mais substantiva em torno disso. Grupo
10692 de trabalho simples. A gente vê quem topa participar e encaminha.

10693 **Interlocutora não identificada** – Perfeito. Então, é basicamente um grupo de trabalho
10694 para redigir a minuta e, em encaminhamento, também propor uma redação de minuta.
10695 Novamente, são duas resoluções. Então, tem uma resolução que é a decisão, que a
10696 gente vai votar na R.E. do dia 7 de março e tem uma outra resolução, que é a resolução
10697 que a gente vai definir todos esses critérios. Aí, eu pergunto o seguinte, o mesmo grupo
10698 pode redigir as duas resoluções, fazer a minuta dos dois? Pode ser? Acho que sim. Bom,
10699 de qualquer maneira, então, para esse grupo de trabalho... você quer falar alguma coisa,
10700 Caio?

10701 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** – Eu
10702 iria sugerir que, dada a burocracia, a formalidade de criar um grupo de trabalho... porque
10703 criar um grupo de trabalho envolve o quê? Pedir uma resolução que crie um grupo de
10704 trabalho. Eu diria que o colegiado poderia apontar um relator para cada documento e, no
10705 caso da minuta da resolução que cria ou indica parâmetros de eventual recondução, a
10706 pessoa envia isso no momento em que a mesa-diretora estiver criando a pauta da
10707 próxima reunião ordinária. E, claro, a outra pessoa fica responsável apenas por trazer o
10708 texto da resolução que vai aprovar ou não reconduções na reunião extraordinária. A gente
10709 evita criar grupo de trabalho e tudo mais. Acho que é algo que não fere nenhum
10710 procedimento nosso, porque a resolução que aceita ou não aceita a recondução, ela não
10711 precisaria ser apresentada com antecedência, porque ela é o único tema daquela reunião
10712 extraordinária. E a minuta que alguém vai apresentar enquanto membro sobre outros
10713 processos de recondução em abstrato poderia ser apresentada individualmente por essa
10714 pessoa antes da próxima reunião ordinária no momento das reuniões da mesa-diretora
10715 para criar a pauta.

10716 **Interlocutora não identificada** – Não tenho oposição. Mas aí eu só sugiro, para a gente
10717 manter essa lógica, um relator, que é o responsável por redigir essa minuta e dois
10718 correlatores para acompanharem essa redação. Pode ser? Então, pensando na primeira
10719 minuta, que é a resolução que a gente vai trazer desenhada, minutada, para a reunião
10720 extraordinária do dia 7 de março. Quem se dispõe? Paulo, Caio, e tem já uma base.
10721 Então, oficialmente, Caio, Paulo e Mateus. Agora, para a minuta da resolução que será
10722 apresentada na próxima RO em abril, que é essa minuta da resolução mais ampla, que
10723 perpassou nossa discussão, quem seriam as pessoas?

10724 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço Social –**
10725 **CFESS)** – Eu posso. Fábio. CFESS.

10726 **Interlocutora não identificada** – Fábio. Eu posso também. Caio. Fechou. Vamos deixar,
10727 então, formalmente, Patrícia, Fábio e Caio. É isso. É porque a gente combinou um relator
10728 e dois correlatores. Então, aí pode registrar, sim. Acho que, como relator, podemos
10729 colocar de um grupo o Paulo e do outro o Caio. Então, no primeiro grupo, o Mateus, no
10730 segundo grupo, o Caio. Então, isso está claro, não é? O primeiro grupo é para RE, o
10731 segundo grupo para RO de abril. Caio e Mateus. Não, espera. Da primeira é o Paulo.
10732 Não. O relator é o Mateus, aí vai o Paulo e o Caio. No segundo, o relator é o Caio e vai
10733 a Patrícia e o Fábio.

10734 **Interlocutor não identificado** – Pode chamar as outras duas pessoas de revisores.

10735 **Interlocutora não identificada** – Isso, podemos colocar revisores. Perfeito.

10736 **Interlocutor não identificado** – Só uma questão, uma nota aqui de esclarecimento. O
10737 próximo ponto que vai ser enfrentado, que diz respeito ao edital, há um grupo constituído
10738 que fomenta, que construiu a peça, a minuta. Houve, da nossa parte, uma substituição
10739 da Fernanda. Não sei se você já encaminhou, Thamiris, a alteração da Fernanda pelo
10740 Felipe, que está agora no grupo. O Felipe, então, Ah, perfeito. Agora vai ser debatido o
10741 tema do... E aí, só para legitimar a nossa participação, que já foi feita a alteração.

10742 **Interlocutora não identificada** – Perfeito. Obrigada.

10743 **Interlocutor não identificado** – Está, inclusive, publicado, no Diário Oficial já.

10744 **Interlocutora não identificada** – Perfeito. Agora que a gente vai...

10745 **Interlocutor não identificado** – Segunda-feira passada. A alteração dos representantes
10746 do ministério? Salvo engano, segunda.

10747 **Interlocutora não identificada** – Essa segunda, né? Segunda agora, dia 5. 5 de
10748 fevereiro.

10749 **Interlocutor não identificado** – Ah, tá. Ah, entendi. Entendi. Não, eventualmente, se o
10750 grupo seguir. Se hoje... A aprovação de hoje extingue o grupo e cria a comissão eleitoral?
10751 Não sei se vai ser... Já tem até criado? Ah, então, tá. É só para onde estava a Fernanda,
10752 substituir pelo atual representante, que vai ser o Felipe.

10753 **Interlocutora não identificada** – Obrigada pelo esclarecimento.

10754 **Interlocutor não identificado** – Eu peço desculpa, que eu vou ter que me retirar agora,
10755 que estão me chamando do CNJ. Mas, na medida do possível, eu tento voltar, tá bom?

10756 **Interlocutora não identificada** – Boa reunião.

10757 **Interlocutor não identificado** – Obrigado, gente. Obrigado. Até. Valeu.

10758 **Interlocutora não identificada** – Bom, então, retomando o ponto de pauta da minuta
10759 digital. Então, a gente já encerrou o ponto de pauta da avaliação dos pedidos de
10760 recondução dos peritos do mecanismo. Agora, voltando na minuta do edital, também é
10761 importante a gente organizar aqui como que seria. A gente tem uma minuta. Talvez seja
10762 interessante a gente projetar aqui também a minuta. Perfeito.

10763 **Interlocutora não identificada** – Só queria apresentar uma proposta em relação à
10764 dinâmica da discussão do edital. Na verdade, tem um item específico que fala das
10765 entidades participantes. Eu entendo que esse item a gente colocaria para a discussão
10766 antes de iniciar, efetivamente, a discussão do edital. E eu acho que a gente discutiria
10767 aqui, na verdade, o item 2.5 do edital. Eu sugiro que a gente faça, após a discussão desse

10768 item, a gente faça uma leitura integral e vá notando os destaques da discussão toda no
10769 final. Eu penso que, às vezes, se a gente for discutindo item a item, a gente pode
10770 prolongar no item que talvez está resolvido lá embaixo, outras questões. Então, a gente
10771 já ir direto nos destaques, já fazer a inscrição durante o segundo momento só para a
10772 discussão.

10773 **Interlocutora não identificada** – Tudo bem, sem problemas. Só pedir para o Fabrício
10774 deixar preparado a minuta para depois a gente projetar ela. Acho que já dá para projetar
10775 e já pular para o item 2.5, então, para já indicar os apontamentos e aí a gente depois faz
10776 a leitura integral com os destaques ponto a ponto. 2.5, item que a gente vai adiantar.

10777 **Interlocutora não identificada** – Vou fazer a leitura do 2.5 na íntegra, que eu acho que,
10778 por si só, já justifica o porquê que eu defendo que...

10779 **Interlocutor não identificado** – Só uma questão. Acho que você podia explicar também
10780 porque suscitou a dúvida.

10781 **Interlocutora não identificada** – Então, na verdade, um dos critérios para nomeação do
10782 perito ou da perita para o mecanismo é não ter vínculo com as organizações da sociedade
10783 civil que integram o comitê. Em outros itens, a gente inclusive estende essa questão a
10784 também membros do governo, mas o que a gente discutiu foi o seguinte, se uma pessoa
10785 que integra uma das organizações está impedida de ser nomeada em razão de estar
10786 vinculada a uma das organizações, acho que talvez a gente demonstraria uma maior
10787 transparência porque se as organizações que aqui tivessem, se tiveram interesse de
10788 participar, na verdade vai ter participado da discussão, da definição dos critérios, então a
10789 gente pensa que isso... Não há nenhum impedimento legal, na verdade, que participe,
10790 mas a gente mostraria uma maior transparência se, na verdade, a gente considera dessa
10791 forma, aí eu faço a leitura do item 2.5. Se alguma das organizações membras do Comitê
10792 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura tiverem interesse de ter membros ou
10793 membras participantes do certame, deverá declarar expressamente e ausentar-se de
10794 toda discussão sobre este edital, sob pena de indeferimento da inscrição. Essa restrição
10795 a gente colocou só no sentido de maior transparência mesmo assim e legitimidade no

10796 processo. Só que se a gente discutir esse item depois na sequência, eu acho que já
10797 ficaria prejudicado o encaminhamento, então, entendo que isso precede a discussão.

10798 **Interlocutor não identificado** – O Fábio se inscreveu e depois o Paulo. Ah, sim, só um
10799 pedido aqui de aviso do Felipe.

10800 **Sr. Felipe** – Minhas caras, meus caros, eu infelizmente vou ter que sair também por conta
10801 de outras agendas, mas a Dani, que é minha suplente, vai permanecer e vai acompanhar
10802 a discussão. A Kim também comentou aqui comigo de alguns pontos que a gente vai
10803 seguir conversando e que, eventualmente, suscitarem dúvidas, nós seguiremos
10804 conversando. Muito prazer conhecê-los aqui e espero que possamos, ao longo das
10805 próximas reuniões, avançarmos bastante no trabalho e precisamos. Temos muitas
10806 pautas a serem debatidas, mas eu estou à disposição também. Podem me procurar,
10807 fiquem à vontade. Muito obrigado.

10808 **Interlocutora não identificada** – Agora, seguindo a sequência de inscrições, até onde
10809 me recordo, Fábio, Paulo. Aqui eu não vejo quem é a placa... Patrícia, Vitor e Caio.

10810 **Interlocutor não identificado** – Abraço, Felipe. Bom final de semana. Bom carnaval.
10811 Então, vamos lá. Em primeiro lugar, está problemático algumas questões aqui que eu
10812 vou apontar. A primeira delas é que o mandato do mecanismo é um mandato
10813 personalíssimo, ou seja, não se aplicaria a organizações membras do Comitê Nacional
10814 que tiverem interesse em ter membros. O mandato do mecanismo é personalíssimo. Dito
10815 isso, o que eu indico que poderia ser mais razoável, que pudesse ser mais afinado, uma
10816 questão mais razoável e, digamos, para evitar qualquer perspectiva de tentativa de
10817 conflito de interesses, que eu acho que é isso que é o mérito que a Jaque apontou. Eu
10818 acho que a gente poderia colocar isso, já tendo exemplo no Rio ou em outros estados,
10819 se algum representante, se alguma representante, alguma pessoa que seja
10820 representante de alguma organização membra do Comitê Nacional de Prevenção em
10821 Combate à Tortura, caso ela almeje, caso essa pessoa queira se candidatar ao
10822 Mecanismo Nacional, ela peça descompatibilização da representação institucional do
10823 comitê antes do início das inscrições. Entendendo?

10824 **Interlocutora não identificada** – Perdão, só um esclarecimento. Essa
10825 descompatibilização, na prática, seria a pessoa, então, dizer antes do início das
10826 inscrições, dizer que ela não é mais representante da organização?

10827 **Interlocutor não identificado** – Hipoteticamente falando, porque no nosso caso a gente
10828 é Conselho Federal, quer dizer, embora não seja a organização, enfim, todos os
10829 assistentes sociais do Brasil, para serem assistentes sociais, tem que estar escrito no
10830 CFESS. Por exemplo, Patrícia, hipoteticamente falando, a Patrícia almejaria, porque o
10831 cargo do mecanismo é personalíssimo, eles não são para as organizações. Claro que,
10832 embora as organizações querem ter pessoas que possam trabalhar e desenvolver as
10833 suas pautas políticas, evidentemente, considerando que o comitê é uma organização
10834 política. Hipoteticamente, a Patrícia gostaria, almejaria ser candidata ao Mecanismo
10835 Nacional. Para ela ter essa possibilidade de inscrição dela não ser indeferida, ela deveria
10836 se descompatibilizar da agenda, da representação da agenda do encarceramento no
10837 Comitê Nacional de Prevenção, Combate e Tortura antes do início das inscrições. Essa
10838 seria a minha proposta.

10839 **Interlocutora não identificada** – Eu ia perguntar, mas acho que você já esclareceu. No
10840 caso, seria a pessoa, a representante, não a instituição, a organização?

10841 **Interlocutor não identificado** – Não, porque o mandato do comitê, do mecanismo, é
10842 personalíssimo.

10843 **Interlocutora não identificada** – Paulo?

10844 **Interlocutora não identificada** – Eu queria só uma questão de esclarecimento, depois.
10845 Eu me inscrevo? Em relação à questão apontada pelo Fábio.

10846 **Interlocutor não identificado** – Pode se inscrever.

10847 **Interlocutor não identificado** – O meu questionamento é na mesma direção do Fábio,
10848 até porque nós aqui não podemos responder pelas pessoas das nossas instituições aqui,
10849 de imediato, mas a minha única questão, Fábio, é que talvez o desligamento não deveria
10850 ser parte desse momento que a gente discute o edital, porque a pessoa seria parte do

10851 próprio debate do edital, então poderia se considerar que ela não pode, ela está
10852 implicada, então ela não pode... ele está implicada, então, ela não pode. Então, acho que
10853 ao invés de a gente esperar o período de abertura das inscrições, alguém aqui, por
10854 exemplo, se tiver interesse na discussão, se tiver interesse em concorrer a uma vaga dos
10855 peritos, que saia da reunião e se desligue da representação para a pessoa não ser
10856 envolvida no processo de discussão do edital. Tem que ser a partir de agora, não das
10857 inscrições.

10858 **Interlocutor não identificado** – Acho razoável, Paulo, mas acho que talvez no momento,
10859 talvez isso pudesse ter sido colocado antes, agora que o edital está sendo apresentado
10860 também. Sim, sim. E também, assim, outro elemento também, não sei se consta, Jaque,
10861 no edital, evidentemente aquele que participou da comissão eleitoral, aquela pessoa já
10862 não poderia já concorrer nesse candidatar, mas eu não tenho desacordo com a tua
10863 proposta, não, Paulo.

10864 **Interlocutor não identificado** – Bom, mas é isso, nós vamos buscar seguir as inscrições.
10865 Então, quem já falou, por gentileza, baixar e se precisar se inscrever, subir de novo. Agora
10866 é o Victor.

10867 **Sr. Vitor** – Então, me surge um pouco de dúvida de como a gente vai conseguir fazer
10868 esse tipo de controle, até porque a definição da organização, da entidade que compõe é
10869 um pouco ampla. Eu, basicamente, não conheço todos que integram o Educafro e não
10870 saberia como, dentro desse edital, fazer esse tipo de controle. E aí eu também não sei
10871 se esse item é só exclusivo para nós integrantes, mesmo com o titular e suplente, ou se
10872 isso vincularia a todos os outros. Até porque eu acho que o inciso terceiro do 2.6, ele faz
10873 menção sobre as entidades que são integrantes do comitê. Então, se conseguir tirar essa
10874 dúvida para mim, Jaque, acho que eu vou conseguir ter um pouco mais desse... de uma
10875 tomada de decisão mais coerente.

10876 **Interlocutora não identificada** – Seguindo: é a Patrícia, depois o Caio, depois a
10877 Jaqueline.

10878 **Sra. Patrícia de Oliveira Silva** – Então, assim, é isso, o mandato é pessoal, não é da...
10879 e uma outra coisa também que precisa ser dito, o perito do mecanismo, ele é perito do
10880 mecanismo, ele não vai fazer uma representação da OAB, ele não vai fazer uma
10881 representação do CRP, ele não vai fazer nenhuma representação de nenhum órgão
10882 dentro do mecanismo. Então, assim, às vezes me parece também que isso não tem essa
10883 clareza. Por exemplo, eu, Patrícia, fui do comitê do Rio de Janeiro, antes do processo
10884 seletivo do mecanismo. Quando instaurou o processo seletivo, eu saí, fiz a carta, porque
10885 no Rio de Janeiro tem uma carta explicando. Começou o processo, você vai dizer: vou
10886 concorrer, não vou concorrer? Aí você explica, estou me afastando do órgão... porque
10887 vou concorrer. Então, assim, todo mundo ali já está sabendo que aquela pessoa não está
10888 participando de mais nada porque ela vai concorrer ao processo seletivo do mecanismo,
10889 porque é pessoal. Então, acho que isso também precisa... E está na lei, gente. Está na
10890 lei. Assim foi Rio de Janeiro, assim foi Pernambuco, assim foi Paraíba, assim foi Acre,
10891 Rondônia. Então, assim, não tem umas novidades. Eu só acho que... E, por exemplo,
10892 aqui mesmo, no próprio Comitê Nacional, quando a gente montou a comissão que iria
10893 escrever esse edital e a comissão de seleção, foi dito claramente que ninguém iria se
10894 candidatar. Foi dito claramente e explícito. Deve estar até na ata. Então, assim, a gente
10895 já tinha este entendimento lá atrás. Não sei se mudou, mas isso foi dito explicitamente.
10896 Então, acho que é importante colocar isso para poder... E eu estou lembrando que a
10897 comissão eleitoral também tem representação do governo na comissão, e a gente tem
10898 até que ver, rever os nomes da comissão eleitoral, para poder ficar tudo certinho, porque
10899 tem uma comissão eleitoral e tem uma comissão que fez o edital.

10900 **Interlocutora não identificada** – Só um esclarecimento, perdão, porque, realmente,
10901 questão de “não estive aqui neste momento”, mas essa nomeação, então, da comissão
10902 eleitoral já foi feita, já foi publicada, é isso, ou ela só foi definida ali, por plenário, e ainda
10903 não foi publicada? Certo. Thamiris está dizendo que é isso mesmo. Dificuldade de
10904 publicação do decreto e tal. Então, a gente ainda precisaria realmente revisar para
10905 oficializar isso, porque a comissão é publicada antes do edital ou junto ao edital? Pode
10906 ser antes [ininteligível] junto.

10907 **Interlocutora não identificada** – Só para questão de esclarecimento. Inclusive, esse
10908 edital aqui demorou a sair, porque essa comissão que iria fazer esse edital nunca foi
10909 nomeada. Então, levou uma vida, um século. Como a comissão, como nenhum grupo de
10910 trabalho do comitê saiu a nomeação de ninguém. Eu acho que é importante a gente aqui
10911 hoje ter um prazo para isso também, porque isso acabou ficando amarrado. Então, o
10912 edital, a gente vai fazer um calendário, porque quem vai fazer o calendário é a comissão
10913 que vai selecionar, então precisa fazer o calendário e ver, olha só, antes de se publicar.
10914 O calendário começa no edital e correr atrás da publicação. Só para a gente alinhar um
10915 pouco melhor. Então, a gente está tratando especificamente sobre o ponto 2.5, do qual
10916 também Vitor mencionou que há um conflito também com o ponto 2.6, inciso 3... 4. O 4
10917 também, é verdade. Então, na verdade, seria 2.5, 2.6, inciso 3, inciso 4, o que a gente
10918 está discutindo aqui, porque há algum conflito. Então, vamos tentar focar nisso para
10919 depois, objetivamente, pensar quais são as pendências, então, sobre esse processo
10920 seletivo e, em seguida, avaliar ponto a ponto na leitura conjunta. Então, seguindo a ordem
10921 de inscrições, a gente tem Caio, depois Jaqueline, depois Mateus e depois Fábio. Mas o
10922 ponto é que, por exemplo, vocês dois apresentaram opiniões divergentes, então, a gente
10923 precisa ouvir um pouco mais, acredito eu. Vamos lá.

10924 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** – Eu
10925 não concordo com o Paulo sobre estar resolvido no 2.6, exatamente, porque eu acho que
10926 tem algumas nuances diferentes. O que está previsto no 2.6 já esteve previsto em outros
10927 momentos, inclusive, se eu não me engano, há uma questão legal ou de um decreto, que
10928 é algo bastante óbvio, que é, no momento da posse do membro do mecanismo, ele não
10929 poderá estar vinculado às instituições da sociedade civil que fazem parte do Comitê
10930 Nacional. Mas, voltando ao 2.5, que foi o começo da discussão, no mérito, eu acho que,
10931 sim, faz todo sentido, Jaque, e legal ter surgido essa reflexão e esse tipo de preocupação,
10932 mas realmente algumas questões aparecem. Uma é da natureza das instituições que a
10933 gente tem aqui. Na eventualidade desse dispositivo persistir, nós teríamos, por exemplo,
10934 imagino, toda a classe dos assistentes sociais impedida de participar, toda a classe dos
10935 enfermeiros, potencialmente todos os discentes e docentes e funcionários da
10936 Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sem falar de outras instituições sobre as

10937 quais a gente não conseguiria ter um controle muito delineado como instituições que têm
10938 participação mais difusa de pessoas, como instituições que representam familiares de
10939 pessoas privadas de liberdade. Dito isso, uma seguinte questão ocorre também. Me
10940 parece que esse artigo, ele antecipa alguns juízos que não são da nossa competência.
10941 Por exemplo, esse artigo me parece que ele previne que, eventualmente, instituições ou
10942 pessoas que estão nesse colegiado pudessem direcionar a escrita do edital para
10943 contemplar uma ou outra pessoa. Ele previne isso, no fundo. Por isso que as pessoas
10944 que participam da discussão dos critérios do edital não participariam, não concorreriam
10945 no certame. Isso me parece que é algo que não pode ser completamente antecipado e
10946 viria a ocorrer num momento posterior de impugnação pública do edital. Qualquer pessoa
10947 do povo poderia publicamente impugnar o edital em parte ou no todo. A segunda questão
10948 que surge é: das pessoas individuais que se inscreveriam no certame. Da mesma forma,
10949 essas pessoas, a inscrição dessas pessoas também poderia ser algo de impugnação.
10950 Então, se no futuro a gente constata que determinada pessoa se inscreveu no edital se
10951 utilizando de alguma vantagem que decorreu da representação de outrem no comitê para
10952 a escrita do edital, isso me parece que é uma questão futura que a gente não consegue,
10953 neste momento, prever e que vai contar com os mecanismos de controle específicos
10954 previstos no edital, de impugnação de candidatura, impugnação do próprio instrumento,
10955 de controle das instituições, controle externo. Então, eu recomendaria que a gente
10956 mantivesse critérios anteriores que já ocorreram em outros editais, que são esses mais
10957 relativos ao momento da posse das pessoas que concorrem, que no momento da posse
10958 elas não podem estar vinculadas às instituições, especialmente nas posições de gestão.
10959 Acho que a gente nunca enfrentou nenhuma situação específica em relação a essas
10960 instituições que congregam classes profissionais dos docentes e discentes, mas eu iria
10961 nesse sentido. Então, no caso, a proposição seria a retirada do 2.5 e talvez a reescrita
10962 do 2.6 para algo mais semelhante a uma redação anterior. E aí, só de dizer, Jaque, e
10963 para Kim também, eu acho que nesse momento de discussão, a Jaque, enquanto relatora
10964 do edital, poderia ter uma liberdade maior de apartar as pessoas para poder ficar mais
10965 fácil o diálogo.

10966 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
10967 **Resistência Contra o Genocídio)** – Eu até tentei isso no início, mas eu penso que talvez
10968 até fui anotando e depois de tudo, de uma vez, para a gente não tomar tempo. Bem,
10969 primeiro que eu acho que, de fato, foi uma questão de querer antecipar conflitos. Na
10970 verdade, eu tenho uma discordância só em relação a uma das questões que foram ditas
10971 pelo Vitor, porque eu entendo que ele, inclusive, o que questiona, na verdade, é um
10972 encaminhamento que a gente deu, que não houve oposição quando do encaminhamento.
10973 Eu concordo, na verdade, com o que foi dito. Essa parte da reflexão, acho que foi um dos
10974 primeiros itens que a gente discutiu. Ele parte dessa reflexão exatamente, por exemplo,
10975 de você ter na participação do certame pessoas que decidiram e que definiram o critério,
10976 mas não acreditando, por exemplo, que qualquer um de nós usaríamos isso em benefício
10977 próprio, mas é uma questão realmente de dar maior transparência e visibilizar perante
10978 terceiros. E foi de uma reflexão mesmo, e esse é o ponto que, inclusive, acho que foi o
10979 primeiro ponto que a gente decidiu, acho que assim, entendo que isso é a decisão do
10980 Pleno, acho que como vem essa reflexão, eu acho pertinente, acho importante colocar,
10981 e acho que essa decisão não faria defesa, inclusive, aqui quanto à manutenção desse
10982 item, não tenho qualquer problema em relação à supressão dele. E essa questão em
10983 relação à questão do impedimento da nomeação é além de um critério dos últimos editais,
10984 na verdade, ela é uma exigência da lei, uma exigência da lei é a questão da nomeação,
10985 e eu também entendo como conflitante, mas aquém do que falou dos assistentes sociais,
10986 aquém dos enfermeiros. Por exemplo, a minha organização inclusive, ela é uma
10987 organização que integra outras organizações, então, na verdade, outras organizações
10988 que integram a rede estariam impedidas dessa participação, tanto que, às vezes, por
10989 uma questão de zelo, a gente pode estar limitando demais, por isso que eu queria muito
10990 que nós fizéssemos essa reflexão conjunta. Eu acredito que, por exemplo, o caso da rede
10991 seja também um caso semelhante à questão da agenda, porque acho que a agenda
10992 também integra outras organizações, pessoas de outras organizações integram a
10993 agenda. Então, eu acho que é exatamente nesse sentido a reflexão, no sentido de ficar,
10994 talvez, restritivo demais, e isso, na verdade, se sobrepor à questão de uma cautela,
10995 porque eu acho que a questão seria mais uma questão de cautela em relação à
10996 transparência. Eu só quero defender, que aí vem o ponto que eu discordo da questão do

10997 Vitor, eu entendo que esse ponto em específico, ele coloca em relação às organizações
10998 que a gente integra, e que, neste caso aqui, ele, na verdade, atrelaria as demais pessoas
10999 ou organizações que integram a nossa, nesse sentido de ser mais restritivo. Eu não
11000 entendo que ele se relaciona às demais restrições colocadas no edital, e como a
11001 aprovação deste item implicaria, inclusive, imediato afastamento, se fosse desta forma,
11002 entendo que este item, especificamente, é o que inicia a discussão, entendo que todos
11003 os demais itens é, na forma lá do encaminhamento de a gente discutir ponto a ponto
11004 conforme os destaques. E a supressão dele, na verdade, não prejudica no sentido de que
11005 a lei obriga essa descompatibilização, que, na verdade, seria da posse, mas vai do
11006 candidato, da candidata, no sentido de se acha que deve ser feito antes, mas sem
11007 problemas para mim quanto à aplicação da literalidade da lei.

11008 **Interlocutor não identificado** – Então, eu tenho uma proposta objetiva aqui. Primeiro,
11009 acho que, Jaque, só dialogando um pouco com você. Acho que você pensou nisso
11010 também em relação a ter conflito de interesse, evidentemente, mas eu não vejo problema
11011 nenhum, inclusive, acho até rico quem tem experiência de membro de comitê, de
11012 organização de entidade civil, de movimento social, posteriormente pleitear uma vaga no
11013 mecanismo nacional. Acho até uma bagagem, inclusive, interessante para isso. Então,
11014 considerando essas questões colocadas e a experiência do Rio, até peguei aqui o artigo
11015 do edital de um dos editais do Rio que fala sobre isso. Eu vou lê-lo, tá? Quem? Eu vou
11016 ler o artigo de um dos editais que eu joguei aqui do Mecanismo do Rio. Está expressa a
11017 seguinte informação. Os candidatos e membros do Mecanismo Estadual de Prevenção e
11018 Combate à Tortura que forem representantes de órgão, entidades integrantes do comitê
11019 para prevenção à tortura do Rio de Janeiro, deverão requerer os seus afastamentos deste
11020 órgão colegiado no período compreendido entre o ato da confirmação de sua inscrição e
11021 a proclamação do resultado do pleito. Objetivamente falando, a minha proposta é que o
11022 2.5 contemple essa redação, evidentemente mudando para Comitê Nacional, e o item 4
11023 do 2.6 também pudesse ser suprimido, porque o item 4 do 2.6 coloca que estejam
11024 vinculados ou vinculados a qualquer órgão dos ministérios integrantes do Comitê
11025 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A meu ver, esse inciso limita possíveis
11026 membros interessantes. Hipoteticamente falando, por exemplo, o Ministério da Saúde é

11027 um ministério gigantesco e tem uma série de profissionais. Como o Ministério da Saúde
11028 é um órgão, é um ministério que integra uma cadeira dentro do Comitê Nacional, aquele
11029 profissional, aquela pessoa do Ministério da Saúde que poderia vir a se candidatar ao
11030 mecanismo ficaria limitada. Por isso que eu sugiro que seja suprimido esse tópico 4 do
11031 2.6 e o 2.5... de redação. Posso falar? Os candidatos... eu vou copiar aqui como está
11032 [ininteligível] nacional. Quer que eu coloque aqui no grupo? Posso falar?

11033 **Interlocutora não identificada** – A Thamiris está redigindo.

11034 **Interlocutor não identificado** – São cinco linhas.

11035 **Interlocutora não identificada** – Pode falar, pausadamente.

11036 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço Social –**
11037 **CFESS)** – Os candidatos e candidatas a peritos e peritas do Mecanismo Nacional de
11038 Prevenção e Combate à Tortura que forem representantes de órgão ou entidade
11039 integrante do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura deverão requerer os
11040 seus afastamentos deste órgão colegiado no período compreendido entre o ato da
11041 confirmação de sua inscrição e a proclamação do resultado do pleito. Compreendido
11042 entre o ato da confirmação de sua inscrição e a proclamação do resultado do pleito.
11043 Portanto, para deixar claro, Fábio, essa sua proposta é uma proposta de substituir o 2.5.
11044 Mateus, sobre os outros pontos [ininteligível]. É porque eu acho que tem uma relação.

11045 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço Social –**
11046 **CFESS)** – Pessoal, demorei um pouco para entender, eu tinha ido no banheiro, mas acho
11047 que já entendi tudo o que vocês estão falando. A princípio, a minha sugestão era para
11048 excluir o 2.5, mas que me contempla a redação trazida pelo Fábio. Porque o modo como
11049 estava redigido também o 2.5, ele parece que se referia aos membros atualmente, não
11050 aos candidatos. O edital é uma lei para os candidatos, para os interessados. Aí também,
11051 o 2.4... Eu não sei, você quer fazer o quê, querida? Cara, eu sentei a bunda na cadeira,
11052 eu vi que o 2.4, o 2.5, o 2.6 tem tudo a ver, mas assim, não sei, se eu não puder falar
11053 também volto para o banheiro, sei lá.

11054 **Interlocutora não identificada** – De fato, me parece que tem relação, mas vamos fazer
11055 o seguinte, então. Em relação ao 2.5, a gente tem uma proposta objetiva de redação, de
11056 substituição da redação. Aí, a pergunta é... Patrícia, você tem alguma pontuação sobre
11057 essa proposta de substituição, já que você já está inscrita? Mateus, você também tem
11058 alguma proposta? A princípio, você falou que concorda com a redação.

11059 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
11060 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Eu concordo com a redação sugerida pelo Fábio, e
11061 aí também com a retirada do inciso 4, foi isso, não é, Fábio?

11062 **Interlocutora não identificada** – Foi o que ele propôs.

11063 **Interlocutora não identificada** – 4 e 6.

11064 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
11065 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Isso. É. Perfeito.

11066 **Interlocutora não identificada** – Então, gente, eu acho importante a gente olhar ponto
11067 a ponto e assim, desculpa, é o edital que a gente está fazendo, é o nosso nome. É o
11068 nosso nome. E aí, para não acontecer o que já aconteceu aqui. Ou a gente olha e vê
11069 direito, ou não vai dar, porque botar o nome num documento e que depois vai estar sendo
11070 questionado na Justiça, eu não quero. Eu não quero ter meu nome, e tenho certeza que
11071 a companheira Priscila também da agenda...

11072 **Interlocutora não identificada** – Mas aonde que tu vê isso?

11073 **Interlocutora não identificada** – A gente precisa olhar com cuidado, entendeu? E aí é
11074 olhar os pontos. Às vezes é questão de redação. O 2.4 com o 2.5 tem coisas em comum,
11075 sim. Acho que também é um pouco isso, de entender que, de repente, dá para juntar, dá
11076 para fazer uma redação, dá para suprimir. Acho que é um pouco nesse momento que a
11077 gente está. Acho que a gente tem que ter mais um... Eu sei que é demorado, eu sei que
11078 é difícil, hoje é dia de ir embora, mas é isso. Acho que a gente precisa ter esse cuidado
11079 de olhar aqui, porque a gente está tendo uma oportunidade de debater o edital.

11080 **Interlocutora não identificada** – Bom, pela ordem... Vamos lá. Para também não ficar
11081 muito nessa coisa do embate por conta do ponto, ou qual a ordem que a gente vai seguir.
11082 Acho que, de fato, existe uma clareza de que o ponto 2.4 ao 2.6, eles têm uma correlação.
11083 A gente está falando aqui de causas, de impedimento. Então, eu entendo que, já que a
11084 gente está falando do 2.5, para a gente definir se ele vai permanecer da maneira como
11085 está, se ele vai seguir a proposta de substituição que o Fábio trouxe, ou se vai ter algum
11086 outro acréscimo, a gente precisa juntar o bloco. Então, é um bloco aqui. Então, a partir
11087 das próximas falas, acho que é importante a gente seguir nesse sentido. Porque senão,
11088 de qualquer maneira, depois a gente vai voltar de novo e vai ter que [ininteligível] de
11089 qualquer maneira. Então, desculpe, mas eu perdi a ordem. Acho que foi o Paulo, depois
11090 o Caio, e agora o Mateus, de novo.

11091 **Interlocutor não identificado** – Então, eu vou meio que desdizer mais ou menos sobre
11092 a supressão. Acho que é um bloco, mas eles estão discutindo coisas diferentes. O 2.4 e
11093 o 2.6 estão falando de tomar posse do mecanismo. O 2.5 de participar do debate da
11094 eleição. Então, acho que o 2.4 está, de fato, considerado no 2.6, mas o 2.5 é uma outra
11095 ordem, que é o debate aqui do edital. E aí, eu acho que o 2.5... Então, eu acho que a
11096 minha sugestão é a supressão do 2.4, porque contemplada no 2.6 e o 2.5 uma redação
11097 que vá de maneira mais simples. Se algum, alguma membro, membra do Comitê
11098 Nacional tiver interesse em participar do certame, deverá declarar expressamente e
11099 ausentar-se toda qualquer discussão sobre este edital. Então, o 2.5 manteria a discussão
11100 só de participar dessa discussão, porque eu acho que não é só o momento da inscrição,
11101 Fábio, porque a gente vai discutir barema, a pontuação de currículo. Então, se a pessoa
11102 está aqui discutindo... deve valer mais o currículo, menos o currículo, já está prejudicada
11103 a participação da pessoa nesse debate. Então, tem que ser desde já. Por isso que eu
11104 acho que é importante o encaminhamento da Jaqueline de trazer esse ponto logo no
11105 início, para a pessoa sair daqui, para não produzir prejuízo à institucionalidade disso aqui,
11106 porque a gente vai chegar ao momento de discutir a pontuação de currículo. A pessoa
11107 não pode estar aqui nesse momento. Não é só ela sair depois da inscrição, é ela sair no
11108 momento em que a gente está discutindo. Então, eu acho que eles estão discutindo
11109 coisas diferentes. E aí manteria. Por exemplo, o 2.6 não contempla o 2.5, por isso eu

11110 estou retirando a minha fala, porque colocar aqui. Não poderá compor o mecanismo na
11111 condição de perito ou perita aquela ou aquele que exerça cargo executivo em agremiação
11112 partidária. Sim, não poderá ser perito. Acho justo. Concorrer, não. Porque senão a gente
11113 está também perseguindo filiados a partidos e a gente não vai participar desse processo.
11114 Então, a pessoa pode ser filiada a um partido político e concorrer à seleção de perito.
11115 Concorrer, acho que sim. Ela não pode ser parte, então, no ato de posse. Exatamente
11116 essa singularidade que eu estou chamando a atenção. Ela não poderá ser filiada a partido
11117 como perito, mas ela pode ser filiada e concorrer a processo, senão a gente está
11118 perseguindo filiação partidária. Então, mas a pessoa não pode ser prejudicada por ser
11119 filiada a partido político. Ela pode não... Ah, então, é isso. Então, por isso que a gente
11120 está falando de coisas distintas. Eu acho que é manter o 2.5 com uma revisão simples
11121 que não deve participar do processo de discussão, volto a dizer, desde já. Eu acho que
11122 fica prejudicado a pessoa participar do debate das regras do edital que ela pode
11123 concorrer. E o 2.6 permanece como está, porque eu considero que o 2.4 está
11124 contemplado no 2.6.

11125 **Interlocutora não identificada** – Bom, seguindo. Caio.

11126 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS) –**
11127 Primeiro, eu queria fazer uma sugestão que a gente pudesse, depois de resolvida essa
11128 questão preliminar que a Jaque coloca, como o Paulo pontua, prejudicaria a participação
11129 futura ou discussões futuras. Depois disso, a gente pudesse fazer a discussão por
11130 capítulos. São 11 capítulos que existem aqui no edital e que a gente pudesse fazer a
11131 discussão dos capítulos de forma orgânica, o capítulo inteiro. Por isso, a gente vai, enfim,
11132 comparando os dispositivos. Dito isso, em relação ao 2.5, e aí, por extensão, o 2.4 e 2.6,
11133 nessa discussão preliminar, já dizia Chanel: “menos é mais”. Então, antes de sair de
11134 casa, você tira um acessório. Então, tem coisas demais aqui. Tem coisas demais. Coisas
11135 que estão previstas na lei e no decreto que elas não necessariamente precisam estar
11136 contidas no edital, repetidas no edital, sob pena de a gente, às vezes, causar confusões.
11137 O edital, ele no início do documento, ele já diz no que ele é baseado. Ele é baseado na
11138 lei tal, no decreto tal, no regimento tal. Então, acho que a gente pode, primeira coisa,
11139 pensar em sermos mais econômicos na descrição do cargo, na descrição desses

11140 impedimentos. Isso é um ponto. Segundo, o decreto, ele fala sobre o impedimento do
11141 exercício do perito em algumas condições, ou seja, do exercício, e não do inscrever-se
11142 no edital. Então, por exemplo, o dirigente do partido político poderia se inscrever no edital,
11143 o servidor público de todos os órgãos poderia se inscrever no certame, e ele não pode
11144 ser impedido de concorrer e de participar de todas as fases do edital. Escolhido,
11145 classificado, ele deveria se exonerar ou sair da agremiação partidária para então poder
11146 tomar posse, porque o decreto fala que o impedimento é exercer o cargo e não concorrer
11147 no certame. Então, isso é uma questão também para a gente considerar. Dito isso, eu
11148 não tenho uma sugestão completa sobre o 2.5, mas eu já sugeriria que o 2.6 e o 2.4
11149 fossem ou inteiramente suprimidos ou colocados de forma muito simples. Os
11150 impedimentos para o exercício do cargo a que se refere esse edital estão previstos nos
11151 artigos tal, tal e tal da lei tal do decreto tal, ponto. O interessado deve se reportar à
11152 legislação para saber se tem ou não condições de, eventualmente no futuro, ser
11153 empossado nesse cargo. Então, a princípio, seria uma supressão do 2.4, do 2.6, com a
11154 substituição por uma redação muito sintética nesse sentido, e realmente do 2.5, eu acho
11155 que talvez eu insistiria nesse sentido de que eventual questionamento sobre quem pode
11156 ou não participar do certame ou depois ser empossado por ter alguma ligação com
11157 instituições daqui, do colegiado, é feita em outra instância, feita pelo Ministério Público, é
11158 feita pelas pessoas que impugnam o edital ou as inscrições.

11159 **Interlocutora não identificada** – Vocês têm inscrições?

11160 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que... É, não, eu me inscrevi depois de você,
11161 antes de você, eu acho. Não, foi depois de você. Bom, vamos lá.

11162 **Interlocutor não identificado** – Eu falaria também uma questão de ordem, porque eu
11163 não [ininteligível] o que eu queria e os outros estão falando, enfim.

11164 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que é justo, porque acabou atropelando um
11165 pouco. Então, Mateus, Jaque e Ana. Depois eu. Depois Lourdes.

11166 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
11167 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Caio, eu vou pedir tua ajuda, porque eu ia pedir

11168 para retirar o 2.4, porque já está no decreto. Então, pelo que você traz, o 2.6 na mesma
11169 linha, seria isso? Perfeito. Então, na linha do Caio, eu endosso o Caio, então eu excluiria
11170 o 2.4 e o 2.6. Em relação ao 2.5, reitero, me contempla a sugestão do Fábio, porque a
11171 maneira como ele está escrito, ele está... [ininteligível] já colocou, é uma cautela prévia
11172 do comitê, mas o edital deve se dirigir aos candidatos. Então, me contempla a sugestão
11173 do Fábio. Aí eu trago uma reflexão, por exemplo, para exercer o cargo de defensor,
11174 vamos supor, o defensor público-geral atual. Ele quer se recandidatar, quer ser
11175 reconduzido como defensor público-geral para um mandato de dois anos. Existe uma
11176 regra de transição que fala que ele tem que se desincompatibilizar, enfim, 30 ou 60 dias
11177 antes. Então, seria uma reflexão mais ou menos nesse sentido que o Fábio trouxe. E aí,
11178 por ora, eu quis esclarecer, mas agora para confundir mais do que esclarecer. E foi
11179 quando eu voltei do almoço, eu falei um pouco com o Paulo, com a Kim aqui, que o fato
11180 de almoçar [ininteligível] me trouxe algumas reflexões e dúvidas de tudo o que a gente
11181 pensou ontem à noite, hoje de manhã, enfim, várias inseguranças. Na linha da cautela
11182 que a Jaque [ininteligível] no 2.5, os peritos do mecanismo, eles, atuais, eles foram
11183 consultados a respeito de reflexões sobre esse edital. Aí, nessa linha, o que algumas
11184 peritas trazem? Ah, então, a gente... Seu entendimento é que a regra geral que vocês
11185 trouxeram hoje de manhã é no sentido de que a gente tem que participar do edital, os
11186 próximos eventuais, ficaria estranho porque a gente já participou desse edital. Enfim, eu
11187 [ininteligível] só trazendo as reflexões, mas não sei qual que é a resolução, mas queria
11188 trazer essas reflexões. Então, nessa linha, enfim, sendo objetivo, me traz algumas
11189 preocupações também ao mecanismo, mas para o encaminhamento, então, seria
11190 exclusão do 2.4 e do 2.6 e a... Ah, o 2.6 não está todo, tá. Então, seria a retirada do 2.4
11191 nos incisos que estão no 2.6 na lei e no decreto. E o 2.5, a sugestão, concordo com a
11192 sugestão do Fábio. Desculpa.

11193 **Interlocutora não identificada** – Jaque, Ana e eu.

11194 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
11195 **Resistência Contra o Genocídio)** – Na verdade, o meu seria uma questão de ordem.
11196 Eu entendo que o 2.5, ele, na verdade, ele se refere... Ele não se refere, ele não traz
11197 nenhum impeditivo, na verdade, para uma nomeação. Ele, o 2.5, de fato, ele se relaciona

11198 a uma certa legitimidade em discussão deste momento. O 2.4, o 2.5 e todos os demais,
11199 ele se refere a impedimentos quanto à nomeação. O 2.5 que está de fundo é este
11200 momento. Por isso que eu entendo, assim, que ele [ininteligível]... eventuais limitações
11201 quanto à participação é teor de edital. E este daqui, ele [ininteligível] de toda e qualquer
11202 discussão. Então, eu ainda insisto que são coisas diferentes, porque, na verdade, elas
11203 se relacionam a questões diferentes. Tem outros pontos, inclusive, que a gente pode
11204 entender, que pode ter uma interpretação diversa da própria lei. Este item, ele se trata,
11205 já disse desde o início, de uma questão de cautela a partir de um primeiro momento de
11206 reflexão na primeira discussão do edital. Ele se trata de um momento de cautela. Então,
11207 é o seguinte. E a Patrícia, ela trouxe um [ininteligível], tipo assim, que diz que quando
11208 foram tiradas as comissões, de que todas as pessoas que estavam aqui declararam não-
11209 interesse de participação. Então, por exemplo, se já há, inclusive, esse registro do
11210 interesse de não-participação, e na lei já tem a previsão do impedimento de nomeação,
11211 eu entendo que essa questão está superada. Todos nós aqui, ninguém vai participar, e a
11212 gente vai seguir, e a gente entende que é personalíssima, então, na verdade, não se
11213 estende à organização, que é o que está legislado, que já está lá. Então, esse ponto está
11214 superado. E, assim, acho que a gente está gastando, talvez, porque eu acho que todo
11215 mundo aqui sabe o quão que a discussão para esse edital, ela foi conflitante,
11216 desgastante, enquanto que esse edital envolve questões sensíveis e complicadas. Eu
11217 acho que a gente vai ficar insistindo por uma questão de narrativa numa discussão que,
11218 para mim, está superada. A ilegitimidade em relação à participação é excesso de cautela,
11219 vamos para o que está na lei, pronto, e vamos à discussão especificamente do edital. E,
11220 quando falar quanto aos impedimentos, [ininteligível] quanto aos impedimentos para a
11221 participação, para a nomeação, e aqui é simplesmente relacionado a nós, às nossas
11222 organizações, numa questão de cautela, ponto. E eu não consigo entender isso como
11223 questões, como a mesma questão. Porque, se a gente for pensar relacionado, o edital
11224 do primeiro ao último artigo está relacionado. Se não está, ele tem que ficar, ele deve
11225 estar, ele trata de um documento único. Então, relação eu consigo correlacionar um artigo
11226 com qualquer outro. E, assim, eu acho que a gente, como acho que isso na maioria das
11227 discussões, às vezes a gente gasta umas energias, na verdade, de uma questão que
11228 está dada. Se está dada, se há essa compreensão, pronto, é isso. Está na lei, porque a

11229 forma como está essa redação não está na lei. E ele não está, em nenhum momento,
11230 fundamentado na lei. Em nenhum momento. Exatamente por isso que a gente coloca,
11231 inclusive, essa questão na discussão anterior à toda e qualquer. Agora, eu entendo, de
11232 fato, como não a melhor metodologia se a gente começar a relacionar e discutir outros.
11233 Todo mundo vai participar, vamos para a discussão, que seja, e tenha item. E acho que...
11234 todo mundo também sabe da necessidade de a gente encerrar a discussão desse edital.
11235 Tem inúmeras questões que ficaram prejudicadas, tem inúmeras outras questões que
11236 são objetos de discussão desse plenário, e mesmo que ainda não fosse [ininteligível]
11237 questão de opção, de deliberação de um número maior por causa de todos os conflitos
11238 existentes na elaboração dele. Eu acho que a gente... Esse item 2.5 está superado. É a
11239 aplicação da lei quanto à nomeação. E a gente segue [ininteligível] a partir do primeiro.

11240 **Interlocutora não identificada** – É porque... É uma questão de ordem, porque vai ter a
11241 ver com isso também.

11242 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
11243 **Resistência Contra o Genocídio)** – Não, mas só uma questão, porque vai estar,
11244 inclusive, porque eu estou entendendo que já tem ata, porque eu, de fato, não tinha essa
11245 memória, que já está em ata, que já há uma declaração das organizações que aqui
11246 integram, das representações que aqui estão. Já existe uma declaração em ata, e aí acho
11247 que pelo lapso de tempo, inclusive, é ata já aprovada. Já existe uma declaração das
11248 organizações aqui que não há interesse quanto à participação, quanto à representação
11249 que aqui está. E quanto às nossas organizações, e ao conjunto que são as nossas
11250 organizações, eu também entendo que o que foi colocado aqui não podemos responder
11251 pelas outras. Não houve essa discussão com as outras. Em determinados casos, nós
11252 vamos estar limitando demais. E a lei já impede a nomeação de pessoas que estejam
11253 vinculadas às organizações. Ela já impede. Então, se ela já impede e tem a literalidade,
11254 e tudo isso já está baseado, encerrou a discussão, gente.

11255 **Sra. Ana Carla Costa Rocha (Titular - Ministério Do Desenvolvimento E Assistência**
11256 **Social E Combate À Fome – MDS)** – O meu é a questão de ordem, é porque eu não
11257 estou conseguindo acompanhar na tela as alterações que estão sendo propostas. E

11258 também acho que tem que ser em vermelho. Outro ponto. Cada um que tem uma
11259 proposta, precisa escrever a proposta, apresentar lá para quem está escrevendo, e a
11260 gente precisa votar. Democracia, decisões são assim. Não vai ser no grito, não vai ser
11261 na pressão, não vai ser no... Eu concordo, eu discordo e tal. Esse espaço é de votação.
11262 Pois é, mas aí a gente não vai discutir cada item? Então, quem está apresentando
11263 proposta de alteração, tem que colar para ela, e ela vai ter que projetar aqui, cada
11264 proposta de alteração. Porque a gente vai ter que tomar decisão, votar.

11265 **Interlocutora não identificada** – Ana, eu entendo o que você está falando e tendo a
11266 concordar. Eu acho que a gente precisa projetar o arquivo editável. E a edição... Não,
11267 mas deixa eu só comentar uma coisa. Tal qual conferências e outros espaços de
11268 deliberação de documentos, acho que é importante a gente projetar para poder deixar
11269 em vermelho, colocar uma cor para destaque, colocar uma cor para supressão, para a
11270 gente conseguir identificar melhor esse arquivo depois.

11271 **Interlocutora não identificada** – Sim, gente, é só para dizer que justamente quando
11272 estava rolando essa discussão, aí eu peguei o acesso ao documento e agora eu vou
11273 começar a editar. Só que aí começou uma discussão, se é só o 2.5 ou trata dos outros,
11274 o que vai votar, qual é o texto? Aí ficou confuso, mas agora...

11275 **Interlocutora não identificada** – Perfeito.

11276 **Interlocutora não identificada** – A Thamiris vai ficar agora na ata corrida e eu estou
11277 exclusivamente agora mexendo no edital para justamente fazer isso. Mas agora a gente
11278 precisa entender exatamente o que está sendo colocado em votação, porque eu ainda
11279 não entendi. Ou mexe no 2.5 agora, mas eu entendi que teve uma sugestão de alteração
11280 desse dispositivo ou faz como a Jaque sugeriu agora, de já vir agora desde o início e
11281 começar ponto a ponto para entender como que esse artigo se insere nesse contexto, já
11282 que os outros artigos se correlacionam.

11283 **Interlocutora não identificada** – Ana, você concluiu a sua fala? Tá, eu estou inscrita
11284 então. Eu entendi agora, demorei um pouquinho, mas eu entendi por que essa questão
11285 do 2.5 seria uma questão preliminar. E aí entendendo por que ela seria uma questão

11286 preliminar, também consigo visualizar que realmente não é um item que caberia em um
11287 edital a ser publicado para os candidatos. Seria de fato uma deliberação, um acordo aqui
11288 do CNPCT considerando as bases legais de que pessoas que estão ali empossadas
11289 nesses cargos personalíssimos como representantes do comitê não poderiam participar
11290 do certame e também desde que, a não ser que saíssem dessa vaga, desse cargo em
11291 um determinado tempo anterior e também não poderiam ser empossadas se estivessem
11292 ainda como membros. Acho que isso tem uma clareza aí. A proposta do Fábio, eu queria
11293 ouvir de novo para conseguir visualizar se é o caso de a gente, como encaminhar essa
11294 parte.

11295 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Suplente – Conselho Federal de Serviço Social –**
11296 **CFESS)** – Então, já vou encaminhar objetivamente, quer dizer, supressão do 2.4, o 2.5
11297 com a redação que a Thamiris vai ler e supressão dos incisos 3 e 4 do 2.6. 3 e 4 somente.
11298 Isso, isso. Eu retiraria 3 e 4, 2.6, retiraria todo o 2.4 e a nova redação do 2.5 que a
11299 Thamiris vai ler.

11300 **Interlocutora não identificada** – Pessoal, de novo, a questão de ordem é a seguinte, se
11301 a gente vai debater ponto a ponto, então volta de novo para o entendimento de que o 2.5
11302 era uma questão preliminar. Sendo uma questão preliminar, a votação objetiva é suprime
11303 ou mantém. Depois a gente vai voltar lá para cima. A nova redação do 2.5. Isso. Mantém
11304 a redação? Não, não vai manter. Já entendi aqui que 2.5 vai sair. Do jeito que está aqui,
11305 não vai ficar, certo? Então, vai ser substituído pela proposta do Fábio? Por isso que eu
11306 gostaria de ouvir de novo para confirmar se é isso mesmo para mim. Então, eu queria
11307 ouvir de novo. Podem ler? Alguém pode ler, por favor? É. Isso.

11308 **Interlocutora não identificada** – Então, agora é a votação pela substituição do texto do
11309 item 2.5 pela seguinte redação. Os candidatos e candidatas a peritos e peritas do
11310 Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura que forem representantes de
11311 órgão ou entidade integrante do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
11312 deverão requerer seus afastamentos deste órgão colegiado no período compreendido
11313 entre o ato da confirmação de sua inscrição e a proclamação do resultado do pleito. Esse
11314 é o texto.

11315 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Perfeito.
11316 Bom, eu estou de acordo. Então, pode falar da redação.

11317 **Interlocutor não identificado –** Há possibilidade se a gente ter esse prazo inicial para a
11318 data da discussão do edital? Porque vamos supor, eu estou aqui discutindo o edital. A
11319 inscrição é confirmada. Então, eu preciso me desligar. Eu acho que esse desligamento
11320 tinha que ser anterior. Quando a gente começa realmente a discutir o edital. Então, eu
11321 quero ser, tenho interesse em participar como perito. Então, eu vou me desligar e não
11322 vou discutir o edital. Eu acho que o momento, o início tem que ser...

11323 **Interlocutor não identificado –** Eu não sei se o que a Patrícia colocou, mas assim, me
11324 contempla a posição do Fábio, porque se a gente for ampliar eventuais suspensões e
11325 impedimentos, e voltando à minha fala anterior, a gente vai estar dizendo que as peritas
11326 que querem se reconduzir também deram sugestões, etc. Então, eu acho que tem que
11327 ser mais objetivo, por isso que me contempla mais a do Fábio. Era isso, Patrícia? Perfeito.

11328 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
11329 **Desencarceramento) –** Assim, quem está no mecanismo, e aí no momento que vai ter
11330 uma eleição para... Normalmente, os membros do comitê consultam o que, nesse
11331 momento, a equipe precisa. E a equipe vai trazer a informação para os membros do
11332 comitê. Não, entendeu? Elas não se inscreveram, mas elas opinaram e, diante disso, o
11333 edital vai ser construído. Então, assim, me preocupo um pouco com isso, porque, assim,
11334 isso pode virar uma polêmica, pode dizer que elas foram favorecidas, que elas tinham
11335 informação privilegiada. Entendeu? Então, é só nessa questão.

11336 **Interlocutor não identificado –** Não, mas, Caio, o meu ponto é o seguinte, não
11337 especificamente as sugestões que ela tem em abstrato, concordo que é em abstrato, mas
11338 me dá um pouco de desconforto essa ampliação, como, por exemplo, não sei se o Paulo
11339 ou o Victor vão trazer um pouco nesse sentido, de eventual suspensão, etc. Acho que a
11340 gente tem que caminhar mais objetivamente. Esse é o ponto, entendeu? De trazer uma
11341 suspensão, uma polêmica que não exista.

11342 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** – Qual
11343 é a grande questão, Mateus? O período de criação do edital, não existe um momento
11344 definido no tempo. A gente está discutindo esse edital desde o ano passado. Quando
11345 houve uma reunião para pensar se haveriam vagas afirmativas, essa é a discussão do
11346 edital. A todo momento em que esses colegiados se reúnem e refletem sobre o que é
11347 melhor, essa é a discussão dos critérios, do que a gente busca, então, não existe. Tem
11348 que ser uma coisa extremamente definida, assim, esta data. Por isso que eu me
11349 contemplo em parte a posição do Fábio e por isso que eu acho que algumas colocações
11350 da Patrícia mais atrapalham do que ajudam. Eu iria, nesta redação do Fábio, exceto na
11351 parte em que fala até o ato da confirmação da sua inscrição, não, perdão, da parte que
11352 fala proclamação do resultado, porque isso dá a entender que depois da proclamação do
11353 resultado a pessoa poderia voltar à instituição. Só isso. É a única questão. Deverão
11354 requerer seus afastamentos a partir do ato de inscrição.

11355 **Interlocutor não identificado** – Vamos lá, pessoal. Pessoal, a presidente foi ao
11356 banheiro, vou conduzir aqui como mesa diretora. Então, tem uma proposta do Fábio e
11357 tem a contraproposta do Caio. O Paulo e a Lourdes vão trazer alguma contraproposta,
11358 alguma reflexão? Então, a contempla do Caio.

11359 **Interlocutora não identificada** – É mais uma questão de ordem aqui, no meu caso, eu
11360 queria saber se já estamos debatendo, já pelo menos fez um combo, um todo, o 2.6,
11361 também, na íntegra dele, porque eu teria uma questão aqui com relação aos incisos.

11362 **Interlocutor não identificado** – É, é. Pessoal, a sugestão do Caio contempla a todas e
11363 todas. Então, por favor, Paulo.

11364 **Interlocutora não identificada** – Mas aí entra a questão das peritas, que eu acho que
11365 foi colocado, que já participaram da discussão.

11366 **Interlocutor não identificado** – Não, não, não, perfeito. Então, Paulo, vamos lá. Então,
11367 você tem uma contraproposta. Está bem.

11368 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – E aí,
11369 pessoal é um exemplo aqui mas vamos lá então é entre a proposta do Caio que foi como
11370 a do Fábio foi contemplada pelo Caio, deixa eu baixar um pouquinho então eu vou ler e
11371 vou perguntar para levantar a mão, pedir para levantar a mão quem vota nessa
11372 determinada proposta, está bem? E aí, vamos lá pessoal, vamos votar vamos votar
11373 vamos votar as duas propostas da proposta número. Pessoal, atenção aqui vamos lá
11374 proposta número a proposta número um já é a proposta corrigida a proposta do Caio.
11375 Então, essa já não está, na verdade, até tira ela e aí tá aí a 2 vira 1 e a 3 vira 2. Então,
11376 vamos lá. Acho que dá para depois a gente pinta em verde a proposta que foi aprovada,
11377 está bem? Então, a proposta número um, pessoal, prestem atenção porque vocês vão
11378 levantar a gente vai levantar a mão para aprovar. Os candidatos e candidatas a peritos e
11379 peritas do Mecanismo Nacional de Prevenção, Combate e Tortura que forem
11380 representantes de órgão ou entidade integrante do CNPCT deverão requerer seus
11381 afastamentos deste órgão colegiado no período compreendido a partir do ato de
11382 confirmação de sua inscrição. E é só isso. Vou ler de novo, os candidatos, candidatas,
11383 apelidos e peritas do mecanismo que forem representantes de órgão ou entidade
11384 integrante do comitê deverão requerer seu afastamento deste órgão colegiado no período
11385 compreendido a partir do ato da confirmação de sua inscrição. Essa é a proposta número
11386 1. Por exemplo, a partir do período... Isso, exato. Colegiado a partir do ato... Não, espera
11387 aí, é porque a redação está final. Tem que estar final a redação para a gente poder votar.
11388 Isso. O órgão colegiado a partir do ato de confirmação da sua inscrição. A proposta
11389 número 2 já está certinha também? Posso? A primeira parte, mais ou menos. Está difícil,
11390 porque minha... Gente, é que não precisa destacar, assim, só destaca a aprovada em
11391 verde depois, está bom? O membro ou membra do CNPCT. Eu só sinto falta de prazo
11392 nessas propostas. É, pessoal, facilmente impugnável a candidatura de qualquer um de
11393 nós nesse edital, vamos lá. Mas vamos seguir. Proposta número 1, então. Os candidatos
11394 e candidatas a peritos e peritas do mecanismo que forem representantes do órgão ou
11395 entidade integrante do comitê deverão requerer seu afastamento deste órgão colegiado
11396 a partir do ato de confirmação de sua inscrição. Quem vota na proposta 1? Levanta a
11397 mão para a contagem. Oi? Não, a gente vai só contar mesmo e aí ganha quem? 1, 2, 3,
11398 4 votos, 5 votos, 6 votos. Levanta mais alto, gente, de novo.

11399 **Interlocutor não identificado** – Minha mão foi levantada também.

11400 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Oi?

11401 **Interlocutor não identificado** – As mãos online aqui.

11402 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então,
11403 vamos lá. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, com o Marden, 8, com a Zenaide, 9. É isso? Está bem.
11404 Proposta número 2. O membro do CNPCT que tiver interesse em participar do certame
11405 deverá declarar-se impedido e ausentar-se de toda e qualquer discussão sobre o edital.
11406 Pode levantar a mão. 1, 2, 3, 4, 5. 5 votos. Então, por maioria... Ah, abstenções. Alguém
11407 se abstém da votação? Nenhuma abstenção. Então, por maioria, a proposta número 1.
11408 Agora, vamos lá para o início do edital, então.

11409 **Interlocutora não identificada** – Leitura? Posso proceder à leitura aqui?

11410 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Vamos,
11411 vamos.

11412 **Interlocutora não identificada** – “Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura,
11413 edital de seleção número 1B, aí a data está a confirmar, processo de seleção de peritos
11414 e peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.” Aqui está sétimo,
11415 mas acho que houve um equívoco desde o início que sempre foi sexto. Só uma questão
11416 de adequação. Ok?

11417 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – É, só
11418 colocar sexto e destacar em verde, no lugar de sétimo.

11419 **Interlocutora não identificada** – Posso seguir?

11420 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Pode.

11421 **Interlocutora não identificada** – “Presidente do Comitê Nacional de Prevenção e
11422 Combate à Tortura, no exercício das atribuições previstas na Lei 12.847, de 2 de agosto
11423 de 2013, e com base no inciso 5 do artigo 14 da Resolução número 1, de 14 de agosto

11424 de 2014, que o Regimento Interno do CNQPC, publica na íntegra o edital afirmativo de
11425 seleção número 1, de 2024, de acordo com deliberação tomada pelo Comitê Nacional de
11426 Prevenção e Combate à Tortura em sua 43ª Reunião Ordinária, realizada dia 6 e 7 de
11427 fevereiro de 2024, conforme a seguinte especificada.”

11428 **Interlocutor não identificado** – Atenção aqui. Agora eu acho que a gente faz os
11429 destaques até aqui.

11430 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Ah, isso.
11431 Isso.

11432 **Interlocutor não identificado** – Ok? Eu me inscrevi porque eu tenho alguns destaques
11433 até aqui. Ok?

11434 **Interlocutora não identificada** – Alguém pode ir anotando as inscrições? Eu posso
11435 anotar. Caio. Eu tenho destaque também nesse. Mais alguém destaca? Alguém destaca
11436 na emenda?

11437 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu acho
11438 que dá para... Quando termina a frase, para mais uma questão de ordem, terminou a
11439 frase, já fala destaque e levanta a plaquinha para também a gente ouvir.

11440 **Interlocutora não identificada** – Está ok. Ó, destaque. Dados de posições preliminares.
11441 Esse edital regula o processo de seleção de...

11442 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Calma aí.
11443 Não, não, perdão.

11444 **Interlocutora não identificada** – Nós vamos discutir item a item ou a gente vai discutir
11445 os destaques depois? Acho que...

11446 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Não, não,
11447 é item a item mesmo. Ok. Então, esse primeiro parágrafo já tem destaques.

11448 **Interlocutora não identificada** – Ok.

11449 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então, já
11450 podemos falar desses destaques.

11451 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** – Sim.
11452 Os meus destaques são os seguintes. Na segunda linha, previstas na lei número tal de 2
11453 de agosto de 2013, e aí o meu destaque, no decreto 8.154 de 2013, e aí, por favor,
11454 coloquem na íntegra a data do decreto. Esse é o meu destaque, inclui o decreto.

11455 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Repete,
11456 Caio, no decreto 8.000...

11457 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** –
11458 8.154 de 2013. Se eu não me engano, é esse o número. E o meu segundo destaque na
11459 emenda é publica na íntegra o edital afirmativo de seleção número 1. Eu tenho dúvidas
11460 sobre a nomenclatura edital afirmativo. Eu acredito que seja só edital de seleção.

11461 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Tem uma
11462 outra questão de ordem, gente. Que a cada versão de destaque, a gente precisa copiar
11463 esse texto por lá embaixo, com alteração, para ver a versão original, a versão destaque
11464 1, a versão destaque 2, entendeu? Para poder votar.

11465 **Interlocutora não identificada** – Ah, não, é só uma questão. Como eu disse, por
11466 diversas questões, a gente fala assim, entendo que essa decisão é do Pleno. Entendo
11467 que essa decisão é do Pleno. E na emenda tem exatamente a questão do afirmativo.
11468 Uma das questões que permeou todas as discussões, desde que eu entrei aqui em
11469 relação ao edital, é exatamente a questão do afirmativo. Exatamente em relação à
11470 destinação das vagas, se elas seriam exclusivas, se elas seriam inclusivas. Entendeu
11471 que houve um entendimento que seria um edital inclusivo. Então, na verdade, ele viria
11472 nessa perspectiva. Na verdade, na hora da definição dos critérios, na hora de colocar...
11473 Em todo foi considerado, quando a gente tentou considerar critérios que sejam inclusivos,
11474 considerando a discussão que antecedeu. E aí, na verdade, a gente colocou... Na
11475 verdade, estava entre inclusivo e afirmativo, mas eu pensei, acho que é uma questão de
11476 terminologia, porque a questão que vai definir mais são lá os critérios e as vagas, mas

11477 eu acho que talvez fosse importante também para a gente se manifestar em relação se
11478 há essa necessidade do inclusivo ou afirmativo.

11479 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS) – Ana**
11480 Clara, ali no destaque 1, o afirmativo que está em vermelho, eu acho que poderia ficar
11481 arriscado, para indicar que está tirado.

11482 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Para**
11483 indicar que ele está retirado, suprimido.

11484 **Interlocutor não identificado –** Pode repetir o número do decreto, por gentileza? Isso.

11485 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Ambos os
11486 destaques foram do Caio? Ah, então não. Então, neste caso, é só realmente editar
11487 conforme a proposta dele, já está incluído, e pode excluir o afirmativo mesmo. Há um
11488 consenso unânime em relação a esse destaque? Perfeito. No on-line também, pessoal?
11489 Ok, se ninguém se manifestou, entendo que sim. Seguimos.

11490 **Interlocutora não identificada –** Graças às posições preliminares, eu afirmo que o regou
11491 no processo de seleção de peritas e peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e
11492 Combate à Tortura. O processo seletivo de que trata-se o TAL tem natureza pública, e
11493 avisa sobre as três vagas existentes e outras que venham a surgir em decorrência de
11494 vacância de mandato de peritas e peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e
11495 Combate à Tortura, MNPCT, quer, em razão de opção por não recondução do perito ou
11496 da perita, expiração de urgência do mandato, desistência, renúncia, impossibilidade de
11497 exercício de mandato ou não recondução do perito ou da perita pelo colegiado da
11498 CNPCT. Nós temos na Lei 12.847, de 2 de agosto de 2013, é a legislação aplicável. Não,
11499 mas eu acho que a gente vai terminar o...

11500 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Não, é isso
11501 mesmo, é ponto a ponto destaque. Então... E tem 1.1 a destaques? 1.1 não, tem
11502 destaque no 1.2. Item 1.2 há destaques. Então, vamos lá, primeiro o Caio, depois o Paulo.

11503 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS) – A**
11504 minha proposta no 1.2 é de que após a expressão peritos e peritas do Mecanismo
11505 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que finaliza na linha 4, MNPCT, tudo seja
11506 suprimido. A partir da expressão quer, em razão de opção, até a expressão e da
11507 legislação aplicável, seja tudo suprimido, porque como eu coloquei anteriormente, é uma
11508 explicação desnecessária, a gente não precisa entrar em questão de recondução, de
11509 perito, expiração, vigência de mandato. O que nós temos são 3 vagas, ponto, e vagas
11510 que surgirem por vacância. O motivo da vacância é irrelevante.

11511 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Depois é**
11512 Paulo, eu e Lourdes.

11513 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
11514 **Norte – UFRN) –** Eu acho que aí a gente vai do ponto que o... que o Mateus trouxe um
11515 pouco depois do almoço, sobre como a gente vai administrar, regular, as próximas vagas
11516 do mecanismo. Ou seja, as duas que cessam o mandato agora em agosto, e até mesmo,
11517 pelo menos, as duas de fevereiro. Acho que é de junho, completamente excluído. Então,
11518 eu não tenho posicionamento, só queria contar isso, então, para a gente refletir sobre...
11519 E outras que venham a surgir. Então, a gente está fazendo o edital para 3 vagas, ou
11520 outras, indefinido, e o próprio prazo de vigência dessas vagas. Então, talvez, a gente
11521 tenha que incluir alguma coisa. O processo seletivo que trata esse edital, que é uma
11522 empresa pública, que visa suprir as 3 vagas existentes e outras que venham a surgir em
11523 recorrência da vacância dos mandatos de peritos e peritas, da MNPCP, no período
11524 durante os próximos 12 meses. Acho que, para me circunscrever, as vagas que venham
11525 a surgir, indefinido, eu acho que traz uma falta de materialidade para o edital.

11526 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS) – É**
11527 que, Paulo, a vigência do edital, se eu não me engano, ela está em outro dispositivo, nas
11528 exposições para os peritos.

11529 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
11530 **Norte – UFRN) –** Então, e aí, eu acho que, então, para além dessa dimensão, que não

11531 é dúvida de ser, a gente deveria trazer aqui, essa nota, de acordo com a vigência desse
11532 edital já aqui, ou se a gente tem que estar de filtro no momento, é suficiente, uma
11533 discussão mais política que a gente tem que fazer sobre como a gente vai conduzir.
11534 Então, vai ser isso? Vai ser essas 3 vagas, o cadastro e reserva, e a gente está dizendo
11535 que, o que vier de agosto, também vai ser administrado por essa vaga, por esse cadastro
11536 de reserva, e assim por diante. Se for 2 anos, são todas as vagas. Inclusive em fevereiro,
11537 e inclusive em junho. Porque são 2 anos, 2 anos de fevereiro de 2024, acaba em 26.
11538 Então, todas as vagas restantes do MNPCP serão regidas por esse edital. Essa é uma
11539 decisão que a gente está assumindo, ou não. Só queria apontar aqui.

11540 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Seguindo
11541 essa linha do Paulo, eu concordo que, após 3 vagas restantes, e outras que venham a
11542 surgir, durante a vigência desse edital, porque aí já pressupõe o tempo de vigência inicial
11543 desse edital e o tempo de prorrogação, e também propõe uma inclusão da seguinte frase,
11544 das seguintes expressões. Depois de 3 vagas existentes e formação de cadastro de
11545 reserva. Agora, vamos lá. Dentro desse cenário, que a gente vem discutindo um tanto
11546 complexo em relação ao quanto esse edital vai abarcar e nos apoiar também quanto aos
11547 próximos términos de mandatos das pessoas peritas. No meu entendimento, depois de
11548 todas as nossas conversas, a gente colocar a redação dessa forma indica que se uma
11549 pessoa que está hoje como perita, numa dessas 8 vagas a priori, saem, a gente vai usar
11550 desse concurso para que essa vaga seja preenchida. Se uma pessoa desses 8 peritos
11551 também termina o seu mandato e vai solicitar uma recondução, o mesmo entendimento,
11552 que a gente depois vai colocar em resolução. Então, com esse edital, a gente vai avaliar
11553 também se essa pessoa será reconduzida, se ela permanecerá nessa vaga. Então, eu
11554 estou entendendo que isso dá uma boa margem para nós. Não vejo necessidade de ter
11555 tanta descrição como está descrito aqui e, com o tempo que o Paulo disse, acrescento
11556 somente informação de cadastro de reserva. E aí, em paralelo, o nosso compromisso da
11557 resolução.

11558 **Interlocutora não identificada** – Só para entender. Só? Eu estou inscrita. Eu também
11559 estou inscrita.

11560 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Não, para
11561 facilitar, por uma terceira opção, é isso.

11562 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** –
11563 Então, juntamos as minhas e da Kim, que a minha é suprimir a partir de quer em razão
11564 de opção por não recondução. Tudo é deletado, suprimido. E também, na proposta da
11565 Kim, que agora é uma proposta conjunta, inclui a expressão cadastro de reserva.

11566 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Informação
11567 de cadastro de reserva. Informação de cadastro de reserva.

11568 **Interlocutora não identificada** – De suprimir e outra que venha a surgir durante o tempo
11569 de vigência desse edital.

11570 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Isso, todo
11571 o resto para baixo. Certo, Caio?

11572 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** – Sim.
11573 Perfeito.

11574 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então,
11575 ficaria a reação. O processo objetivo de que trata-se edital tem natureza pública e visa
11576 suprir a 3 vagas existentes e informação de cadastro de reserva. Ponto.

11577 **Interlocutora não identificada** – Bom, só uma questão. Então, pelo que eu entendi da
11578 primeira proposta, ou seja, do Caio, e agora mesmo com a leitura, que seria, então,
11579 retirado tudo. A partir daí, inclusive, aquela expressão ali de peritos e peritas do
11580 Mecanismo Nacional porque seria desnecessário. Eu entendo que não custa dizer. Afinal
11581 de contas, dentro do contexto... Pois aí que está. Eu tinha entendido que também se
11582 excluiria essa expressão anterior. Foi o que eu entendi do Caio. Mas, sei, ele pode...
11583 Acho que eu não entendi. Oi?

11584 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu entendi,
11585 sim. Seria... Vou colocar aqui. Ele disse, se não me engano, porque seria desnecessário.

11586 **Interlocutora não identificada** – E outras que venham a surgir em decorrência da
11587 vacância de mandato de peritos e peritas do mecanismo. Aí o ponto seria aqui, no caso,
11588 não é?

11589 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** – Sim,
11590 essa é a minha primeira sugestão.

11591 **Interlocutora não identificada** – Não, isso eu concordo. Seria isso. É que eu tinha
11592 entendido bem, claramente, que também retiraria ali. Afinal, de contas, eu digo que é
11593 sobre isso. Mas eu penso que deve ser mantido, essa... É. Essa fração de conteúdo aí.

11594 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** –
11595 Assim, concordo no sentido só melhoraria a redação. Então, Maria Clara, se você puder
11596 acompanhar o que eu vou elaborar agora, está bem? Seguiu. É que o que aconteceu, já
11597 que eu fiz uma proposta, eu estou aglutinando a de todo mundo para a gente ter uma só.
11598 Ficaria, o processo seletivo de que trata este edital tem natureza pública e revisa suprir
11599 três vagas existentes e formação de cadastro de reserva no período da vigência deste
11600 edital. Aí a Lourdes colocou que deveria ter a expressão peritos e peritas. Você acha
11601 indispensável, Lourdes? Porque...

11602 **Sra. Lourdes Pacheco da Silva** – Não é questão de indispensável, mas eu acho que
11603 faria parte de uma redação que tenha por, também, dos nortes, a clareza.

11604 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** – Está
11605 bem. Então, Maria Clara, vai lá. O processo seletivo... Lá do início. O processo seletivo
11606 de que trata este edital tem natureza pública e visa suprir três vagas existentes a perito
11607 e perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, além da formação
11608 de cadastro de reserva no período de vigência deste edital.

11609 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Pergunto,
11610 com essa proposta, há alguma outra?

11611 **Interlocutora não identificada** – Sim.

11612 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Ok, vamos
11613 lá.

11614 **Interlocutora não identificada** – Bem, na verdade, só fazendo uma memória aqui, nós
11615 partimos da minuta deste edital de uma análise jurídica que foi feita voluntariamente pelo
11616 CFESS. E nessa análise jurídica, na verdade, tinha restrição em relação a cadastro
11617 reserva, indicação de cadastro reserva para um cargo que não tem uma natureza de
11618 efetividade. Então, na verdade, a questão da não expressão de formação de cadastro
11619 reserva foi uma opção mesmo na condução de texto, entendendo que nós poderíamos
11620 ter questionamentos e questões jurídicas quanto ao tema de cadastro reserva. Inclusive,
11621 tinha uma discussão em relação da expectativa de nomeação e de estar se igualando à
11622 questão de cargos de provimento efetivo que, na verdade, não se aplica. Que a questão
11623 dos peritos seria um processo seletivo diferenciado, embora por seleção pública. Então,
11624 na verdade, foi uma opção e o entendimento era no sentido de que não caberia reserva
11625 de vagas. Então, por não caber a reserva de vagas e pensando na necessidade de
11626 continuidade dos serviços da manutenção do quadro de peritos, foi essa a razão que
11627 optamos. Tanto é que houve acréscimos, inclusive aqui, considerando todas as hipóteses
11628 de impedimento de vacância. Então, ou o entendimento, essa análise jurídica que foi
11629 feita, que realizou a forma como nós editamos, estaria equivocada, ou talvez não
11630 entendimento assim, mas foi um entendimento de que seria diferente. Na verdade, o
11631 cadastro reserva, ele implica a cargos de provimento efetivo e não processo seletivo
11632 diferenciado e específico como é o do mecanismo. Então, na verdade, eu mantenho essa
11633 questão aqui. Uma das coisas que a gente pensou, por exemplo, era no caso, sei lá, na
11634 licença-maternidade, por exemplo, no caso de impedimento, na licença-maternidade, por
11635 exemplo, se eu faria jus há seis meses, de, na verdade, não ficar seis meses na vacância
11636 daquele cargo, que seria, na verdade, um impedimento de exercício, teria alguém para
11637 subir, na verdade. No nosso entendimento, aqui seria um caso de ampliação e não de
11638 supressão, porque, na verdade, o que está ali em xeque é a continuidade do órgão e a
11639 não ilegalidade quanto à impossibilidade de reserva de vagas neste caso. Oi?

11640 **Interlocutora não identificada** – A questão aí, realmente, eu não sabia que o cadastro
11641 reserva tem cabimento, tem cargos de provimento efetivo.

11642 **Interlocutora não identificada** – Mas faz bastante sentido. Eu acho que foi o que teve
11643 mais discussão em relação a esse mesmo momento da análise jurídica foi exatamente a
11644 questão da utilização do termo cadastro reserva e reserva de vagas.

11645 **Interlocutora não identificada** – Eu tenho uma dúvida.

11646 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Pode falar,
11647 eu também tenho uma dúvida.

11648 **Interlocutora não identificada** – Que bom que ela levantou, porque aí eu pensaria
11649 licença maternidade, óbito, licenças, enfim, essas várias possibilidades. Mas, então, não
11650 poderia dizer que vai ser, então, classificado x pessoas? E aí essa classificação de x
11651 pessoas não poderiam ser chamadas ou a cada pessoa que, ou morrer, ou entrar licença
11652 maternidade, ou acontecer qualquer coisa com ela de licença e tal, vai ser aberto um
11653 novo edital?

11654 **Interlocutora não identificada** – Eu não fiz a proposta, desculpa. Então, na verdade, só
11655 esclarecendo os fatos. O meu medo, na verdade, era inclusive de não ter uma previsão,
11656 de não ter uma previsão. Meu entendimento é que esse item seria mesmo de forma
11657 ampliativa. Mas aí eu penso que talvez, por exemplo, falta impedimento ou vacância
11658 durante a vigência desse edital, porque aí eu penso... Na verdade, eu vou tanto que na
11659 linha do Paulo, na verdade, mas colocaria falta impedimento ou vacância, porque a gente
11660 considera licença maternidade, a gente considera inclusive o cometimento de uma falta
11661 administrativa, por exemplo. A gente, então, acho que seria ampliativa e não teria o risco
11662 de a gente ter esquecido de algo. Eu acho que falta impedimento ou vacância durante a
11663 vigência do edital era a minha proposta.

11664 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – A minha
11665 dúvida é a seguinte, que nós estávamos conversando no almoço, Patrícia, e você
11666 comentou sobre esse formato de suplência. Agora, eu entendo o que traz a Jaque. Então,
11667 trata-se de um mandato. Portanto, se a gente coloca cadastro de reserva, cai por terra o
11668 meu raciocínio anterior, que era uma pessoa nova entrar, ela não vai conseguir, pela
11669 lógica da legislação, começar um novo mandato. Ela vai ter que necessariamente

11670 terminar esse mandato, porque aí só novos editais vão possibilitar o reinício de um
11671 mandato. Captei isso. Beleza. Oi? É assim que ocorre o quê? Ordinariamente, está bem.
11672 Mas aí há uma exceção? Há exceção? Não, certo? Está bem. E aí a discussão de a gente
11673 colocar expressamente como cadastro de reserva, dar-se a entender que a gente está
11674 chamando por um cargo efetivo. Então, não tem aqui uma clareza no edital de que é um
11675 mandato. Tem na lei. Claro, a gente vai assumir que o candidato ou candidata vai ler a
11676 lei e vai entender que é um mandato de três anos. Mas, no entanto, algo que é importante,
11677 que a gente não se atentou, não necessariamente precisaria estar no mesmo item, pode
11678 ser até um novo item, mas de fazer valer-se dessa perspectiva que é um suplente.
11679 Porque, então, no caso de uma pessoa... e ter uma ordem de classificação de suplência
11680 em que cada pessoa tenha um, dois suplentes, de acordo com a ordem de... É isso, a
11681 gente tem que pensar de um jeito diferente de concurso público regular. É isso que eu
11682 estou entendendo. É um outro raciocínio que a gente tem que tomar aqui. Então, só para
11683 concluir esse raciocínio. Então, se tiver suplente, uma pessoa sai de licença-maternidade,
11684 durante seis meses, alguém suplente pode ser chamado a ocupar essa vaga por esses
11685 seis meses. Mas a vaga, o mandato mesmo exercido ali, seria da pessoa inicialmente
11686 empossada? Dá para fazer isso? Aí ela não volta, está bem? Então, na hipótese de...
11687 Então, esse exemplo é ruim. Mas na hipótese de uma saída no meio do mandato, aí sim.
11688 A gente pode chamar um suplente para ocupar e terminar o mandato. Isso é possível.
11689 Então, a gente precisa ter suplência nesse caso. Porque se a gente não tiver, a gente
11690 está fadado a, eventualmente, acontecer uma situação como essa e não ter pessoa.

11691 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande Do**
11692 **Norte – UFRN)** – Kim, eu acho que a discussão desse ponto requer o grau de
11693 conhecimento de dimensões técnicas que talvez a gente não disponha aqui. E,
11694 considerando que a gente não vai ter tempo de finalizar o exame do edital por completo,
11695 eu sugiro que a gente tenha um destaque, que a gente possa consultar aquela advogada
11696 que esteve conosco ano passado, da OAB, especialista em ações afirmativas, que pode
11697 nos auxiliar com relação a isso. Porque eu acho que até a própria substituição do perito
11698 eleito, a gente deve fazer de uma forma que garanta que seja, por exemplo, também por
11699 um negro, por uma indígena, por uma negra, caso seja essa vaga que tenha sido retirada.

11700 Então, eu acho que a gente precisa ter um controle melhor dessa dimensão
11701 administrativa. Então, eu sugiro que a gente deixe esse destaque e a gente possa
11702 consultar isso de maneira fundamental e não ficar dando voltas aqui.

11703 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Concordo,
11704 Paulo. Mas acho que esse raciocínio compartilhar, esse raciocínio é importante para a
11705 gente conseguir visualizar que é outra lógica. Então, nesse caso, só fico com a dúvida se
11706 essa advogada é especialista em ações afirmativas. Eu conheço ela enquanto pessoa,
11707 mas eu acho que... Mas eu não sei se ela manja da especificidade do mecanismo. Manja?
11708 Então, está bom.

11709 **Interlocutora não identificada** – Se for pessoas negras, só poderão ser substituídas por
11710 outra pessoa negra. Está ali, primeiro, segundo e terceiro. É a redação ali, não tem outra
11711 coisa. Quem é da ampla concorrência? Vai ter o suplente da ampla concorrência. A ampla
11712 concorrência terá um substituto. Mas, assim, a pessoa pode ser. Entendeu? Então, mas
11713 a de vaga é uma coisa e a ampla concorrência é outra.

11714 **Interlocutor não identificado** – É porque isso está previsto em outro item. Não, é só
11715 porque isso está previsto em outro item. Já que falou, a gente está esgotando o inciso 2,
11716 a gente está esgotando o item 2, sendo que tem um item talvez 15 lá que já contém...

11717 **Interlocutor não identificado** – Se me permite, Jaque, para eu conciliar a sua proposta
11718 com a inicial do Caio. Então, a gente vota, pela importância de estar não cadastro de
11719 reservas e sim, e outras que venham a surgir, simplesmente depois do MNPCT, tira o
11720 restante. Então, ou seja, ficaria a proposta inicial do Caio. A quem recuaria na dela. É
11721 isso, pessoal?

11722 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** –
11723 Gente, olha só, Samanta, só uma questão. Eu acho que a gente se perdeu um pouquinho.

11724 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Tem
11725 inscrição, tem inscrição...

11726 **Interlocutora não identificada** – Algumas sugestões. A princípio, me causa um certo
11727 ruído entender que cadastro-reserva é um recurso totalmente dispensável. Cadastro-
11728 reserva é uma alternativa de economicidade para concurso público, não tem vinculação
11729 direta à natureza do cargo. É só um recurso da administração pública para não fazer
11730 processo seletivo a todo momento. Então, acho que a gente precisa de outros elementos
11731 de fundamentação, pesquisei aqui rapidamente, não achei nada que seria impeditivo
11732 nesse concurso público de ter cadastro-reserva, ainda mais porque tem expectativa de
11733 vaga nos dois anos, que é um dos elementos que autoriza o cadastro-reserva. Então,
11734 esse é o primeiro ponto. O segundo, eu deixo como um pedido, inclusive, que a gente
11735 encaminhe para o MGI, esse edital, porque o MGI está com uma equipe destinada a
11736 processo seletivo, cuidando do processo seletivo unificado e de todos os outros
11737 processos seletivos e concursos na administração pública, para a gente pedir também.
11738 Ministério da Gestão e Inovação. Exatamente, eles estão com uma super equipe
11739 destinada a processo seletivo. Então, a gente pode fazer esse pedido, pode fazer esse
11740 pedido até mesmo porque eles têm dentro dessa equipe destinada a concurso público
11741 quem está pensando nas ações afirmativas, e a gente tem um respaldo maior para não
11742 ter outras consequências mais para frente. A proposta seria manter o cadastro-reserva
11743 primeiro e depois submeter ao MGI a minuta desse edital, no formato de consulta, para
11744 que eles nos deem o parecer. Ministério da Gestão e Inovação.

11745 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu estou
11746 de acordo, mas aqui só para ficar mais fácil de visualizar, talvez. Então, a proposta seria
11747 mantemos a proposta conjunta que acabou ficando ali, que caiu e encabeçou, e aí, em
11748 relação a essas outras questões, tem a submissão do MGI, que eu concordo também,
11749 mas tem também essa possibilidade de suplência, de entender também como que
11750 funciona isso, que o pessoal de alguns comitês estaduais tem. Um exemplo foi do Comitê
11751 Estadual do Rio. Então, deixar expresso aí que a gente teria que incluir um item relativo
11752 à questão da suplência. A gente precisa estudar um pouco mais, entender um pouco
11753 mais, só ter outras consultas. Não pensando em prolongar muito, mas a gente precisa
11754 pensar nisso, porque se não tiver suplência... É o entendimento sobre cadastro-reserva
11755 ou suplência, o que se encaixa dentro do contexto específico do mecanismo que envolve

11756 um mandato, de que maneira a gente consegue efetivar que um edital do mecanismo, no
11757 caso, consiga de fato valer por mais de uma vez, mais de um mandato, porque se não,
11758 realmente a gente fica amarrado a ter que fazer editais a cada três anos mesmo, a cada
11759 três meses, no caso a cada três meses. Isso é muito ruim. Então, a gente precisa
11760 encontrar um jeito correto e possível de a gente não precisar fazer isso, conseguir usar
11761 um edital por mais tempo.

11762 **Interlocutora não identificada** – Então, eu acho que nessa consulta a ser feita, que
11763 tenha também o pedido de um edital que tenha duração de dois anos, que é o que já está
11764 previsto na lei. Concurso público pode valer dois anos, prorrogado por mais dois. Esse
11765 valendo dois mais dois, então a questão da nomeação do próximo, que seria a suplência,
11766 está autorizada.

11767 **Interlocutora não identificada** – Daniela, é porque o dois mais dois, nesse caso, como
11768 o edital é para um período específico, pode ter um questionamento. O edital é para ser
11769 membro de 2024 a 2026. Então, não de 2026 a 2028. É só uma coisa de como alinhar.
11770 Quem, eu acho, que pôs uma pergunta mais operacional? Qual é a minha sugestão? Que
11771 esse é um documento em processo de trabalho. Então, que a gente abra um comentário
11772 no Word ali, que coloque uma... isso, pronto, já ia falar comentário, mas é isso. Eu acho
11773 que a gente caminha, só de não esquecer de perguntar sobre isso em especial.

11774 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS) –**
11775 **Presidenta?** Eu queria fazer um comentário, uma questão importante para a gente. Nós
11776 não conseguimos, até o momento, engajar na ideia de como seguir esse processo de
11777 trabalho. Por isso, eu estou me retirando para tomar um cafezinho, porque está realmente
11778 cansativo. Essa proposta foi entregue com bastante antecedência. Eu a li, na íntegra,
11779 eu tenho anotações na maioria dos dispositivos e parece que muitos dos colegas não
11780 leram, porque estão sempre antecipando questões que, se tivessem lido, saberiam que
11781 estão os próximos dispositivos. Então, eu vou deixá-los à vontade para discutir e
11782 rediscutir o assunto, enquanto eu vou fumar um gostoso cigarro lá embaixo.

11783 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Bom**
11784 cigarro, Caio, mas...

11785 **Sr. Vitor Hugo Gonçalves Miranda (Titular - Francisco De Assis, Educação,**
11786 **Cidadania, Inclusão E Direitos Humanos – Educafro) – É só uma dúvida. É porque**
11787 nós temos uma comissão de elaboração. A Jaque se debruçou isso aqui durante vários
11788 meses, teve diversas discussões. Eu não sei se é o caso de a gente discutir ponto por
11789 ponto, ou para ela trazer ali os pontos problemáticos que ela identificou dentro do edital,
11790 e aí sim a gente tentar traçar objetivos que brindem. Porque, igual, a gente está tentando
11791 esgotar, parece, o edital inteiro no .2. Então, só o .2 já vai esgotar a questão de cota,
11792 vaga, formação de cadastro, sendo que está em outros itens. Eu acho que a comissão
11793 serve para isso. Então, talvez, já que ficou os pontos problemáticos, a gente conseguir
11794 trabalhar em cima disso.

11795 **Interlocutor não identificado – Ô, Vitor, eu estava no banheiro e eu não falei o que você**
11796 falou agora, mas por isso que me surpreendeu ler linha por linha. Então, assim, eu me
11797 contemplo a tua proposta.

11798 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Não, é**
11799 **isso. Só uma coisa. Inicialmente foi proposta uma metodologia, e acho que é importante,**
11800 **assim, se a gente segue ela é por uma razão, se a gente muda ela é por outra, e eu**
11801 **compreendo isso. Mas se a gente tem momentos também de definir qual é a metodologia**
11802 **que a gente vai seguir. Compreendo que é super cansativo. Mas ela foi proposta e foi**
11803 **aceita. Destaco isso. Destaco isso. Também entendo que aqui, nesse momento, a gente**
11804 **tem, enquanto uma pessoa representante que se debruçou na escrita desse edital,**
11805 **infelizmente só a Jaque, poderíamos, idealmente, deveríamos, idealmente, ter outras**
11806 **pessoas também. Mas também compreendo que o edital, ele agora tem outras**
11807 **complexidades, que a gente vivenciou durante a RO. hoje. E que, sim, existe uma**
11808 **preocupação política nossa de incorporar isso no edital. Então, detalhes ou não, a gente**
11809 **precisa ter mais atenção agora, e eu acho que é isso. Só queria pedir um favor mesmo,**
11810 **nessa parte da observação, indicar a possível consulta à advogada, que já foi contatada**
11811 **anteriormente, e ao MGI.**

11812 **Interlocutora não identificada** – Então, eu acho que está tendo uma dificuldade, por
11813 exemplo, se a gente fizesse um trabalhinho aqui hoje, vamos votar, recebemos 300 mil
11814 currículos, 3 mil currículos, 400. Como é que seria o processo seletivo? Quantos
11815 suplentes a gente teria? E aí, assim, o primeiro selecionado vai ter um suplente, dois
11816 suplentes, três suplentes, é isso. Eu acho que está tendo a dificuldade de ter esse
11817 entendimento também. Porque, sim, é isso, daqui a dois anos. Por que nesse momento
11818 não tem mais suplente? Porque se a Ana Cláudia Camuri saiu, aí veio a Camila Sabino,
11819 a outra pessoa saiu e foi ser suplente do outro, e assim acabou a suplência. Mas foi eleita,
11820 é só olhar a lista. Então, tem uma questão que eu acho que estou tendo uma dificuldade
11821 de entender o que é o processo de eleição e como será a suplência. Suplência vai valer
11822 tal. Vou dar um exemplo. Na última eleição do Rio de Janeiro de 2019, foi eleito, as
11823 pessoas mais votadas foram eleito, os menos votados viraram suplente. A primeira
11824 pessoa saiu, foi chamado primeiro suplente, o primeiro suplente falou não quero, foi
11825 chamado segundo suplente, o segundo suplente assumiu. E assim foi, saiu outra pessoa,
11826 ainda tinha suplente, foi chamado esse suplente que está terminando o mandato. É isso.

11827 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Então, já
11828 tinha previsão, está bom.

11829 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que nós temos uma hora para discutir o tema
11830 todo. Eu acho que a gente está usurpando a atribuição da comissão, tratando de ponto a
11831 ponto. A gente está fazendo praticamente quase tudo.

11832 **Interlocutora não identificada** – Eu elenquei, na verdade, já tenho aqui a indicação de
11833 todos os itens que seriam problemáticos. Os demais itens, na verdade, eles estão na
11834 literalidade da lei ou na literalidade dos itens, dos artigos não questionados do antigo
11835 edital. Então, na verdade, assim, eu tenho aqui os pontos que são, os pontos que são,
11836 tanto que eu falei assim, eu mesmo terei destaque, porque são os pontos que eu entendo
11837 que seria relevante a gente debruçar, mas eu preciso fazer xixi.

11838 **Interlocutor não identificado** – Não, eu acho que, não, eu acho que eu discordo, acho
11839 que a gente não pode abrir mão do espaço do projeto de examinar todo o edital e, mais

11840 do que isso, a gente acabou de ver uma situação em que isso não se aplica. A Jaque
11841 trouxe o ponto 2.5, a gente viu que não era uma questão 2.5, mas desenvolveu o 2.4 e o
11842 2.6. Então, não é olhar o recorte da Jaque, não será preciso, deixa eu só concluir, o
11843 recorte da Jaque não será preciso, porque teve um trabalho que todos nós sabemos, é
11844 preciso reconhecer, sobre, ela teve que fazer um sobretrabalho, ela ficou isolada,
11845 sozinha, abandonada, fazendo boa parte do processo, e a gente tem uma prerrogativa
11846 desse Pleno, então a gente tem que ler o edital todo, e considerando a discussão que a
11847 gente teve, e os ruídos que podem gerar a parte desse edital, tem que ler tudo, porque a
11848 gente tem que segurar o BO junto, se tiver BO. Então, é isso, a gente não vai concluir
11849 esse processo de revisão do edital hoje, que merda, a gente queria, mas não vai dar
11850 certo, vai ficar para abril. É isso, é o processo.

11851 **Interlocutor não identificado** – Mas assim, não dá para conciliar as duas ideias, a gente
11852 focar nas questões em tese mais polêmicas, independente da gente ler o restante, até o
11853 próximo extraordinário?

11854 **Interlocutora não identificada** – Assim, todo mundo leu antes, mas eu acho que assim,
11855 fazendo a questão em conjunto, pode surgir coisas, questões que só agora estão se
11856 suscitando, por exemplo, antes tinha o entendimento em relação ao cadastro de reserva,
11857 hoje surgiu uma questão que talvez isso tenha que ser levado em consideração, já que
11858 as peritas na recondução vão participar desse processo relativo.

11859 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
11860 **Cidadania – MDHC)** – E faço uma sugestão de encaminhamento. Mesmo que fique para
11861 o próximo, a possibilidade de abrir consulta desde agora. Quais são as situações de
11862 consulta? Que aí, quando voltar para reunião, a gente também já tem uma expectativa
11863 de resposta à consulta.

11864 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – De acordo
11865 com a Dani. Inclusive, esse já pode ser encaminhamento, a gente já submeter a consulta
11866 desde já ao MGI, e essa advogada, a Silvia, ela é uma voluntária, qualquer vínculo, a
11867 gente pode pedir a ela dessa maneira? Esse é um edital, gente.

11868 **Interlocutor não identificado** – Então, me coloco também como instituição.

11869 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Mas eu
11870 digo formalmente, enquanto... Então, pedir formalmente um parecer dessa advogada,
11871 nomeá-la, para contribuir. É porque eu digo isso, porque é um edital público. Então,
11872 também a gente não pode...

11873 **Interlocutor não identificado** – Ela é especializada em direitos administrativos, não
11874 conheço advogada.

11875 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – É, e ela é
11876 presente na conversão. Exato. Ela é da conectas.

11877 **Interlocutor não identificado** – Ok. Pessoal, vamos acabar o 1.2, para a gente passar
11878 para o próximo só. Porque a gente debateu e não acabou.

11879 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Na
11880 verdade, a minha sugestão seria, a gente acaba o 1.2 e finaliza esse tópico, esse tema,
11881 com os encaminhamentos que a gente está seguindo. Porque, na prática, a gente tem
11882 uma hora e o quanto mais a gente vai avançar. Não tenho dúvidas.

11883 **Interlocutor não identificado** – Presidente, seria contraproducente colocarmos essa
11884 questão na RE de março? A gente ia fazer uma articulação.

11885 **Interlocutora não identificada** – Um debate?

11886 **Interlocutor não identificado** – Não sei se a gente consegue esgotar isso aqui.

11887 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – A sensação
11888 que eu tenho é que esse edital seria uma coisa de um dia inteiro. É que nem o plenário
11889 de uma conclusão. É, literalmente, um trabalho de um dia inteiro. Então, acho que a
11890 gente... Vamos voltar aqui para pensar a nossa realidade de tempo, inclusive, e de
11891 necessidades. Entendemos aqui a dimensão de ponto a ponto. Entendemos também que
11892 temos elementos novos e que, eventualmente, precisariam ser incorporados. E

11893 entendemos que não temos o tempo hoje e também não teremos o tempo na RE já
11894 agendada. Até então, a gente definiu enquanto pauta única.

11895 **Interlocutora não identificada** – Exatamente. A gente definiu pauta única. Agora, vamos
11896 voltar atrás e ter outras coisas.

11897 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Exato. E
11898 aí, ocorre que, considerando isso, a gente teria que colocar na nossa RE de abril. E
11899 avaliar, inclusive, muito pé no chão, mesmo, essa realidade. Porque a gente precisa de
11900 mais tempo para fazer isso. Só que o problema que a gente tem aqui é tempo. E é tempo
11901 e timing em relação a... Eu realmente estou com dificuldade de visualizar. A gente
11902 realmente está com dificuldade. A gente não tem tempo. E é isso. Tem trabalho. É isso.

11903 **Interlocutor não identificado** – Pessoal, vamos fazer a lição de casa no seguinte
11904 sentido. A gente chegar com todos os destaques e tentar, ainda que não tenha tempo,
11905 mas tentar nessa RE os dois temas. Claro, vai surgir dúvidas, discussões, mas a gente
11906 tem que caminhar na lição de casa. Porque, às vezes, parece que o comitê funciona, fora
11907 a mesa diretora e tal, os debates que tem ali nas reuniões, a cada dois meses. Entendeu?
11908 Tem que ser durante um ano. Então, assim... De repente, acaba um tema em português
11909 agora. A Jaque pode mandar as reflexões que teve. O Caio falou que tem reflexões
11910 também. Então, vamos fazer a lição de casa. Senão, como a Carol falou no almoço, a
11911 Carol e o outro colega do Rio de Janeiro agora vão cair na excepcionalidade de novo.
11912 Rogério.

11913 **Interlocutora não identificada** – Eu penso assim. Se nós deliberamos a RE, vai ser com
11914 falta exclusiva. Eu acho que a gente deve manter. Por outro lado, eu penso que essa
11915 discussão digital não tem como ser feita por videoconferência. Tem que ser presencial.
11916 É um tema importante. Ele vai nos amarrar para o futuro. E podem surgir várias coisas
11917 na hora das conversas. Porque é diferente vídeo. A gente não tem o mesmo
11918 aproveitamento.

11919 **Sr. Vitor Hugo Gonçalves Miranda (Titular - Francisco De Assis, Educação,**
11920 **Cidadania, Inclusão E Direitos Humanos – Educafro)** – Então, nesse período de uma

11921 hora, a Jaque pode, pelo menos, passar para nós um posicionamento em relação aos
11922 temas mais problemáticos para a gente conseguir ter uma visão da dificuldade que ela
11923 teve, de conseguir trabalhar aqui. A gente tem uma hora faltando ainda. Vamos ter que
11924 trabalhar nesse período. Se a Jaque conseguisse pôr para nós. As questões mais
11925 problemáticas, acho que seria interessante que a gente age de uma maneira estratégica.
11926 Se a gente tem a questão de revisão de texto, revelar talvez uma formação ou outra.

11927 **Interlocutor não identificado** – Posso? Acho que nessa linha do Vitor mesmo,
11928 considerando todo o acúmulo de debate que fizemos na parte da manhã em relação à
11929 resposta do Mecanismo Nacional sobre recondução. O que a gente levou em
11930 consideração? A questão do interesse público, a questão do tempo. O que me preocupa,
11931 acho que muito nessa linha da proposição do Vitor. Tudo bem que vão ter alguns detalhes
11932 mesmo de redação, mas a gente tem que encaminhar isso. Acho que é de uma forma,
11933 claro, responsável, mas que a gente adianta esses processos. Por quê? Vamos pensar
11934 aqui. Os mandatos do Rogério e da Carolina terminam em 13 de agosto de 2024. Se a
11935 gente posterga muito esse edital, quer dizer, vai acabar postergando também Rogério e
11936 Carolina nesse edital, no chamamento, e, hipoteticamente falando, eles podem até querer
11937 pleitear a recondução deles também nos mesmos moldes que a gente discutiu na parte
11938 da manhã. Acho que a gente precisa... É a resolução, mas enfim. Então, eles entrariam
11939 em que edital? Eles abririam outro edital para a vaga deles, em agosto, considerando que
11940 a gente nos votou em fevereiro, a próxima RO. seria no mês de abril, e depois junho,
11941 junho para agosto não está muito em cima, só para a gente pensar, entendeu? Vou votar
11942 então. É exequível?

11943 **Interlocutora não identificada** – Foi exaustivo. Somo a maioria das questões, porque,
11944 na verdade, a gente está com muita coisa em atraso, só a maioria das questões está para
11945 abril. Na verdade, na primeira parte do planejamento, nós já tínhamos uma reunião de
11946 abril com a pauta carregada. Com a pauta carregada, nós já tínhamos, entendeu? E todas
11947 as questões lá, tudo que a gente planejou e que a gente pensou, a gente não colocou a
11948 curto prazo por uma questão de dizer que nós somos eficientes, colocamos a curto prazo,
11949 porque são questões que merecem uma urgência. Claro que todo mundo já está sabendo
11950 o quanto foi complicada e atravessada a nossa situação, pelo menos desde quando eu

11951 cheguei aqui, um processo muito atravessado e complicado, mas enfim. Agora, eu fico
11952 muito chateada, cara, real. Muito chateada, muito chateada, muito chateada. Eu me
11953 recordo, inclusive eu vou falar aqui, porque eu quero muito nessa gravação, nos
11954 momentos mais tensos de discussão com relação ao edital, nos momentos de maior
11955 aumento de voz, momentos de maior furor, elas foram protagonizadas exatamente por
11956 mim e uma outra pessoa, membro do governo, que era membro da comissão. Eu já
11957 escutei nessa reunião, e também de forma informal, tipo assim: "Poxa, mas vocês podem
11958 ir adiantando, vocês podem ir adiantando, vocês podem ir adiantando." Eu acho que jogar
11959 tal responsabilidade nas minhas costas, eu tenho que estar numa comissão, discutindo
11960 exatamente com a pessoa que eu menos estou conseguindo ter diálogo aqui quanto ao
11961 edital. É jogar uma responsabilidade nas minhas costas. Então, assim, eu estou ouvindo
11962 há meses que a gente deveria seguir o edital diante da urgência dele e apresentar uma
11963 minuta, mesmo sem a formalidade, que é o que nós fizemos, mesmo sem a formalidade,
11964 para acelerar, e ninguém lê, velho. Eu sou a primeira pessoa a defender que nós temos
11965 trocentas outras atribuições, que nós temos uma sobrecarga, nós não ganhamos nada
11966 para estar aqui, mas é desrespeitoso não ter uma leitura aprofundada considerando toda
11967 a urgência do processo. Quando eu entrei aqui, esse processo era urgente. Quando eu
11968 entrei aqui, essa análise do CFESS já estava pronta e disponível. Quando eu entrei,
11969 quando eu entrei. Então, toda essa discussão não é novidade, não é novidade. E, assim,
11970 ver aqui, quando a gente está discutindo um item que fala da participação das
11971 organizações ou não, a gente ir para onde? Quando a gente está discutindo uma questão
11972 pontual, enxergamos a ilegalidade quanto à reserva de vagas e como vamos encaminhar
11973 isso, a gente vai para a questão de cotas. Assim, atropelando um processo, novamente,
11974 uma situação de desrespeito, que sempre sobre isso. Eu não tive Natal, nem Ano Novo,
11975 nem aniversário para cumprir o prazo que a gente estabeleceu, que era para a discussão
11976 nessa aí. Eu supliquei que o tempo fosse destinado o tempo suficiente para a discussão.
11977 Hoje, na parte da manhã, acho que todas as minhas manifestações falam gente, estou
11978 preocupada, porque nós temos obrigatoriamente que esgotar. Para que pareça uma
11979 coisa que ninguém leu, que ninguém nunca viu, eu poderia, inclusive, ter comemorado o
11980 meu aniversário e até encaminhar para vocês pelo WhatsApp agora, você está
11981 entendendo. Não podia respeitar o prazo regimental, para que tivesse tempo aberto e

11982 tudo mais. Para ser muito fácil, ficar cobrando é urgente, é urgente, é urgente. Faz lá, se
11983 desgasta lá sozinha com quem você está se digladiando para apresentar um produto que
11984 ninguém vai ver, cara. Desrespeitoso demais. Desrespeitoso demais. Ao extremo, eu
11985 quero que esteja na íntegra. Vou ler a degravação. Estou me completamente
11986 desrespeitada pelos demais membros. Demasiadamente desrespeitada e eu quero que
11987 isso esteja lá constando em ata.

11988 **Interlocutora não identificada** – O edital requer algumas formalidades, ele tem ritos,
11989 que a gente veio há muitos meses tratando disso. Tem alguns aspectos, e foi isso que a
11990 Jaque tentou trazer nas considerações dela, de quais são os itens que nós, politicamente,
11991 podemos opinar. Porque quando não tem especialista em edital, me desculpe, eu falo
11992 porque sou especialista em edital, aí fica um, será que no entanto, entretanto, é porque
11993 lá na minha experiência, não é assim que funciona. Edital, em geral, tem uma minuta,
11994 essa minuta tem algumas inovações a partir do indicativo político de ação que a gente
11995 deu aqui, mas se a gente olhar a natureza, uma parte dela já foi realizada, não foi objeto
11996 de contestação, não foi objeto de judicialização, tem uma parte aqui desse documento
11997 que é mais do mesmo e será o sempre, porque, como já foi dito aqui, é repetição de
11998 judicialização. O Caio já tinha feito o exercício dele de apontar, porque são só aspectos
11999 políticos. Não vamos dar conta, pelo avançado da hora e das emoções, de tratar desse
12000 objeto decentemente, porque esse é um documento robusto que requer um tipo de
12001 análise que todos nós tivemos tempo para ser feito. Porque isso já está na mão, já foi
12002 enviado trocentas vezes, não demos conta, ok. Aí a minha questão é, o MGI se coloca,
12003 se a gente fizer uma consulta formal para o MGI, porque, em geral, o edital público a
12004 gente submete a um jurídico que nos assessora. Tem um jurídico aqui, o MGI se coloca
12005 nesse lugar de ser o ledor que garante a legalidade desse instrumento ou teria que ser
12006 o órgão da assessoria jurídica deste ministério? Porque essas são formalidades que não
12007 tem como a gente ultrapassar, porque, conhecendo a galerinha do MGI com quem a
12008 gente está articulando, que estão com um processo robusto na rua, eles vão dizer:
12009 “Caraca, o nosso edital a gente levou um ano para fazer, não vou pegar um objeto desse
12010 e responder de repente, a não ser que a gente tenha uma articulação boa”, porque você
12011 sabe que nós estamos no Brasil, uma boa conversa no pé do ouvido a gente acaba

12012 ajudando a avançar, mas quanto tempo o MGI se coloca para isso? Porque senão, cara,
12013 a gente vai entrar, o nosso mandato termina em maio e a gente vai finalizar o processo
12014 criando uma condição objetiva de não-recondução. E quero só recuperar que ontem nós
12015 chegamos a viajar, alguns aí dizendo, da possibilidade de a gente vincular atual
12016 recondução a esse edital estar pronto. Sendo que as pessoas não sequer tinham lido.
12017 Então, você vai ter que... Aí, concordo com a Kim, qual é a nossa dinâmica? Em gerar
12018 um documento dessa natureza, como é que a gente trabalha ele? Todo mundo lê
12019 previamente, faz suas marcações, lê na íntegra para poder ficar registrado publicamente,
12020 todos os membros estão cientes do que está aqui, a gente dá destaque e vai discutir.
12021 Esse negócio de um a um, sem disciplina, porque não temos disciplina nenhuma de nada.
12022 Já está contemplado, repete uma coisa, aí já terminou de encaminhar, e o outro fica na
12023 dúvida. Caramba! É complexo o nosso processo decisório. Então, algumas questões para
12024 a gente encaminhar. Aí, Dani e Thamiris, quem é o ledor formal? Porque já que isso aqui
12025 é um edital, quem é o ledor formal? Se a gente tiver que fazer essa consulta específica,
12026 como é que a gente remeteria? Feito isso. Porque, em geral, a gente faz o edital, faz a
12027 minuta, manda para o ledor formal e, depois, o órgão deliberativo vem e só tira dúvidas
12028 em cima de alguns aspectos. Porque, senão, a gente vai mandar para eles, vocês vão
12029 ter lido um documento, vai mandar para eles, eles vão voltar todos escassetados, porque
12030 volta assim, não é? Isso aqui não pode, isso aqui não pode, isso aqui não pode e cabe.
12031 O que eles vão dizer? Cabe ao administrador assumir riscos na sua decisão. Ou a gente
12032 tem um monte de advogado aqui, aí vai entrar em outro... Eu, data vênia, não concordo,
12033 eu concordo, não sei o que lá, o óbice, abstém... Assim, agora, a gente tem que definir.
12034 Eu acho que a gente vai ter que assumir o ônus político de não ter chegado aqui com a
12035 leitura e com a contribuição necessária e, infelizmente, a minha recomendação é,
12036 sabendo quem é o ledor legal, a gente ter uma reunião específica para isso aqui, uma
12037 vinda para poder tratar disso aqui. Porque, senão, cara... Aí vai para a RO. Na RO. vai
12038 ter um monte de agenda atropelando a gente, inclusive a nossa própria recondução. Não
12039 vai ter isso? Quem vota? Quem não vota? Como é que eleger a gente? Aí isso vai ganhar
12040 prioridade, porque muita gente já vai dizer, eu não me sinto confortável de definir,
12041 entendeu? E aí a gente está colocando em risco de novo, fizemos todo um blá-blá-blá
12042 ontem de melhorar, de se organizar estruturalmente, blá-blá-blá, e aí a gente, no primeiro

12043 ato, já não consegue se disciplinar, entendeu? Porque é uma questão de disciplina, o
12044 bom é inimigo do ótimo, detesto esse pensamento, mas não vamos sair daqui, cada um
12045 vai ser absorvido pelas suas querelas e não vai ler isso de novo, porque isso aqui é chato
12046 para caramba de ler. E falo muito do lugar confortável, porque, por exemplo, a gente leu
12047 isso aqui tem um ano que a gente entregou isso aqui para vocês, com todos os
12048 comentários do CFESS, dizendo isso, isso, isso, com todos os aspectos deles.
12049 Entendeu? Pô, então me desculpa. Enfim.

12050 **Interlocutora não identificada** – Gente, eu acho que tem uma questão que, só uma
12051 parte, acho que uma questão que permeia tudo isso, porque quando lá da discussão em
12052 relação à questão da questão racial nesse edital, a gente falava muito da, a gente falou
12053 muito da importância, da importância dessa discussão, inclusive na perspectiva de
12054 enfrentamento e combate à tortura. Então, uma das questões que foi o motivo ao qual eu
12055 me coloquei desde o início, eu falei isso aqui expressamente várias vezes, exatamente
12056 pela garantia da pauta racial, eu coloquei isso várias vezes, e aí quando eu vejo que as
12057 pessoas não leram e falam que têm que fazer uma consulta em questão racial, sem lê o
12058 que eu escrevi, sem escutar o que eu quero ponderar em relação à questão racial, isso
12059 se chama silenciamento de mulher preta. Só isso para terminar.

12060 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Miriam, a
12061 Maria Clara e a Daniela também estão inscritas, está bem?

12062 **Interlocutora não identificada** – Alguns questionamentos, quero só resgatar três
12063 pontos. A comissão já fez um trabalho, então acho que cabe, nesse momento, decidir se
12064 ainda existe alguma tendência que queira ser trazida. Existindo alguma tendência
12065 significa dizer que hoje não vai ser aprovado. Então, existe um tempo aí de maturação
12066 ainda, até mesmo por conta da dinâmica que aqui se estabelece. Aí a primeira sugestão,
12067 já que existe esse tempo de maturamento, eu resgato algo que esteve lá naquele outro
12068 momento, que era, nós temos um processo seletivo que tem algumas características
12069 diferenciadas, até pela natureza do cargo de perigo. Como uma forma de proteger esses
12070 Pleno de futuros questionamentos, e existindo esse tempo, que se faça uma consulta ao
12071 Ministério, que constitui uma comissão que diz que é superpotente, para ver se eles se

12072 manifestam. Internamente, como isso aconteceria, eu entendo. Vai ter que passar pela
12073 nossa CONJUR, a gente sensibilizar eles. Olha, foi sugerido que se faça essa consulta,
12074 por quê? Porque queremos que seja assim. Pode ser que a gente tenha resposta rápida,
12075 a gente liga, a gente fala: “Olha, o processo está com vocês, movimento, a gente faz.”
12076 Pode ser que volte, pode ser que não volte. Nossa CONJUR que faz esse movimento.
12077 Nós pedimos. Agora, entendamos também, e eu gosto muito quando vocês trazem isso,
12078 é uma decisão política. Se não voltar, se não voltar, responde. Então, vai ser esse edital
12079 mesmo, e depois a gente vê o que faz. Só que, entendo eu, é muito mais seguro, no
12080 momento futuro, responder um questionamento, dizendo que a gente perguntou antes, e
12081 vocês não responderam, não se manifestaram. Do que simplesmente, nos omitirmos
12082 desse movimento, tendo tempo hábil para isso. Então, o que está sendo maturado,
12083 plenamente. Acho que vai ser muito melhor do que muita resposta que eles vão mandar.
12084 Mas pelo menos tem esse movimento de abertura, de: “Olha, estamos aqui respeitando
12085 o que vocês traçaram aí como sendo ideal para um edital com um processo seletivo
12086 desse.”

12087 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** É a Miriam,
12088 depois a Maria Clara.

12089 **Sra. Miriam Estefânia Dos Santos (Titular - Associação De Amigos E Familiares De**
12090 **Pessoas Em Privação De Liberdade) –** O que eu ia propor seria, se não, nem nós
12091 analisarmos, se não seria possível a RE ser presencial com dois dias. Um dia para discutir
12092 a pauta que nós já deliberamos, que ia ser própria e única. E no outro dia, o edital. Porque
12093 aí é o dia inteiro. Porque a Patrícia sempre falou que teria que ser a discussão de um dia
12094 inteiro. A Patrícia já tinha levantado essa questão, que teria que ter sido discutido ontem,
12095 porque ontem nós tínhamos mais tempo porque estaríamos aqui ainda em Brasília.
12096 Então, é mesmo uma questão de proposta para a gente poder analisar se seria possível,
12097 se os outros membros poderiam estar. Para poder resolver, porque se não a gente vai
12098 nadar, nadar, nadar e morrer na praia.

12099 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Maria
12100 Clara.

12101 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
12102 **Organizações Populares – GAJOP)** – São dez para às cinco. Não vai dar para a gente
12103 extrapolar o nosso prazo para terminar. Tem gente que vai embora hoje. Está todo mundo
12104 cansado. Já estamos no terceiro dia. E de manhã foi uma discussão mais acalorada do
12105 que a gente previa. Acho que a gente não precisa se desrespeitar aqui, nem se agredir.
12106 Isso aqui também não é uma mesa de bar. Jaque, seria possível que se sente confortável
12107 de, talvez nesse tempo que falta, 20 minutos, fazer a apresentação desses pontos em
12108 destaque. Pelo menos só apresentar. E aí em reunião extraordinária, que eu entendo que
12109 não é, não tem que ser a mesma dessa com pauta única. Não tem nem tempo para isso.
12110 A gente marca ou outro online ou então a gente pode encaminhar ali em separado ver se
12111 seria possível ser presencial. Acho que a gente precisa decidir isso agora, sobre ser
12112 presencial online.

12113 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
12114 **Resistência Contra o Genocídio)** – Sim, sim.

12115 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
12116 **Organizações Populares – GAJOP)** – Outra extraordinária, a gente se debruça
12117 exclusivamente sobre esses pontos e já define qual seria os pontos para enviar para
12118 consultoria ao MGI e CONJUR. E aí pode ser assim, seriam uns 20 minutos só para fazer
12119 a exposição. Não daria tempo de fazer o debate. E a gente volta para reunião
12120 extraordinária, data a ser definida para se debruçar sobre esses pontos. Pode ser assim?

12121 **Sra. Thamiris Rodrigues Barcelos (Coordenação de apoio ao Comitê Nacional de**
12122 **Prevenção e Combate à Tortura)** – É que é isso. A gente está falando sobre destacar
12123 alguns pontos para consulta da CONJUR, mas a verdade é que qualquer documento,
12124 qualquer documento jurídico vai todo, não tem esse de destaque. Eles vão olhar o
12125 documento como todo e vão dar seu parecer a partir disso. O que seria passível de
12126 destaques para uma avaliação seria se a gente pudesse parecer, sei lá, para o MGI ou
12127 para uma pessoa específica, sobre matemática específica. A CONJUR, ela se debruça
12128 na integralidade do edital. Entendeu? Então, não tem como a gente interferir nisso. A
12129 gente vai fazer uma minuta e vai enviar e vão fazer uma análise, como eles bem

12130 entenderem. Não necessariamente dos pontos que a gente acredita que são bons ou
12131 ruins. Enfim, não tem como fazer isso. É só para apontar isso aqui.

12132 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
12133 **Organizações Populares – GAJOP) –** Eu entendo, Thamiris. Eu acho que tem só
12134 algumas dúvidas, por exemplo, nessa questão de cadastro de reserva e suplência para
12135 ver se a gente consegue dar conta da situação da recondução que foi incorporada hoje.
12136 Eu acho que isso é uma questão bem específica. Não, eu acho que essa análise vai
12137 acontecer de qualquer forma, de forma geral, para a CONJUR, mas talvez tenha esse
12138 ponto específico para o MGI. E eu não sei se vai ter mais algum outro, assim, de uma
12139 questão que talvez não esteja contemplada e talvez facilite. Enfim, é só isso. Pode ser,
12140 sim? Eu coloquei essa proposta de encaminhamento para os próximos 20 minutos.

12141 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Eu estou
12142 de acordo com a proposta de encaminhamento, se a Jaque também se sentir confortável.
12143 Só pedi para quem já falou que abaixar, só para a gente organizar. E tem um
12144 esclarecimento que eu acho que é importante fazer, que é isso. A proposta que você fez,
12145 Dani, se refere a submeter o edital para um parecer do MGI, entendendo que eles
12146 também, já que criaram essa grande comissão, poderiam fazer uma análise mais
12147 profunda sobre o todo do edital e não especificamente sobre as questões de vagas
12148 afirmativas, correto?

12149 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
12150 **Cidadania – MDHC) –** Sim. Enviar o documento por inteiro, até mesmo porque acho que
12151 eles não vão receber em parte, mas no nosso pedido, colocando quais são as situações
12152 atípicas que nos levaram a acioná-los.

12153 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Perfeito.
12154 Que daí, então, a importância desses destaques estarem, se essa for a decisão nossa
12155 de remeter a eles, é importante que a gente consiga trazer esses destaques, essas
12156 observações para enviar para eles, está bom?

12157 **Interlocutor não identificado** – A proposta de encaminhamento, só para entender,
12158 Maria, você disse aqui o quê? Que a gente vai aprovar o documento?

12159 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
12160 **Organizações Populares – GAJOP)** – Não, é porque foi colocado aqui, acho que o
12161 Victor propôs isso, e a Jaque também, de colocar as questões que considera mais
12162 importantes. Isso muda o entendimento anterior, que era analisar ponto por ponto.
12163 Mudou, ok. Aí seria novamente colocar quais seriam as principais questões políticas do
12164 edital que podem suscitar questões. Aí seria só apresentar esses pontos, mas não seria
12165 aprovar nada.

12166 **Interlocutor não identificado** – E a gente já define hoje isso tudo, já aprova e se remete
12167 à análise jurídica.

12168 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
12169 **Organizações Populares – GAJOP)** – Não, aí isso seria na reunião extraordinária, só
12170 daria tempo.

12171 **Interlocutor não identificado** – A gente não pode fazer isso hoje?

12172 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
12173 **Organizações Populares – GAJOP)** – A gente tem meia hora para acabar a reunião.

12174 **Interlocutor não identificado** – Claro que a Jaque, a comissão, tem muito mais
12175 propriedade para colocar essas questões, até porque eles se debruçaram de forma que
12176 efetivamente leram e redigiram o edital. Do ponto de vista mesmo nosso, organizacional,
12177 e a gente encaminhar essa pauta que é urgente, é o nosso ver. Dentro do que você
12178 colocou como encaminhamento, claro que quem pode responder é a Jaque, seria
12179 possível você pontuar alguns pontos que você acha que pode suscitar dúvidas e a gente
12180 já aprovava hoje mesmo? Após a aprovação, a gente se remeteria ao crivo jurídico das
12181 casas que foram colocadas, a CONJUR, o CGI, ou seja lá quem for. Você acha que isso
12182 não daria mais celeridade? O texto, a partir do que tem mais de observação ou de
12183 controvérsia que viria?

12184 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
12185 **Organizações Populares – GAJOP) –** É que eu acho que ela primeiro apresenta... Eu
12186 acho que ela... Tem mais algum sensível? A gente aprova e submete. A gente,
12187 politicamente, arcaria com ônus. Acho que o mais importante, a meu ver, é que esse
12188 edital esteja na rua o quanto antes.

12189 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
12190 **Organizações Populares – GAJOP) –** Eu entendo, é só que a nossa reunião acaba
12191 daqui a meia hora e eu acho que talvez esse tempo seja só para apresentar quais eram
12192 as questões. Não sei se vai dar tempo de aprovar.

12193 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) –**Estamos
12194 aguardando. Então, é isso. Também, assim, pensando como que a gente pode fazer,
12195 então. Porque, na prática, é isso. Tem uma minuta. Tem contribuições. Mas a gente está
12196 sem tempo agora. Eu vou fazer uma defesa em relação à construção dessa pauta pela
12197 mesa diretora dessa vez porque eu estava olhando todas as pautas das reuniões
12198 anteriores e essa é uma das pautas com mais fôlego que a gente teve. Felizmente,
12199 ontem, a gente conseguiu cumprir todos os pontos de pauta, inclusive alterando um ponto
12200 de hoje para o de ontem. E hoje, especialmente, a gente teve mais dificuldade porque,
12201 de fato, eram três pontos com um tempo de discussão necessário maior. Acho que o
12202 processo de a gente se reorganizar, de a gente, enfim, pensar nesses caminhos também
12203 passa por esse contexto. Acho que, no limite, são ônus e bônus políticos, sim. Mas, então,
12204 considerando o contexto que temos agora, temos uma minuta, temos os comentários.
12205 Seria o caso de a gente estabelecer um prazo para que a gente, todo mundo, tenha
12206 acesso aos comentários também? A gente possa compartilhar os comentários, os
12207 destaques, enfim, as menções e, pelo menos, sair daqui com uma data em que a gente
12208 possa se dedicar a esse processo edital? Será que a gente consegue isso, ao menos?

12209 **Interlocutor não identificado –** Sim. Pessoal, eu queria falar de encaminhamento. Pela
12210 nossa conversa, é a próxima RO. o espaço de discussão disso. A gente já tem uma
12211 orquestra ordinária no meio, a gente tem outros encaminhamentos, então, também, não
12212 adianta a gente ficar criando perrengues. Eu acho que o encaminhamento que a Jaque

12213 topou era de ela ressaltar os pontos e a gente vai se debruçar sobre isso na próxima RO.
12214 É isso. É o dia todo? É o dia todo. E a gente já programado fazer incidência política? Não
12215 faz incidência política em abril, porque a gente precisa dar conta disso. Então, em abril,
12216 a gente vai fazer um dia inteiro para esse edital e o outro dia e meio para outra dimensão,
12217 porque a gente precisa superar isso. A gente suscitou um debate, aí, é isso, eu tenho
12218 divergência que, apesar do debate ter sido feito, questões novas surgiram de fato, hoje,
12219 pelo debate da recomissão, então, também, a gente está em outro momento. Sim, eu
12220 acho que é fundamental a gente também poder reavaliar a partir dessa outra conjuntura,
12221 que foi tudo o que aconteceu hoje de manhã e as demandas que ainda vão ficar em torno
12222 disso. Então, sim, acho que a gente... Só voltando, sim, acho que a gente tem que se
12223 debruçar na próxima RO., sim, tem que ser o dia todo, e sim, acho que a leitura é o
12224 repasse inteiro do documento, não só os pontos polêmicos, porque isso, algumas coisas
12225 escapam, porque a gente sabe que a Jaque ficou sozinha em boa parte desse processo,
12226 se não em 99%, 95% desse processo. Então, o acertado é ir só para o plano de
12227 caminamento, a Jaque fala, a gente anota e, na próxima RO., a gente discute a partir
12228 da leitura que ainda fez e dos pontos que a Jaque já levantou. Acho que não tem espaço
12229 para deliberação mais hoje, Fábio, até pelo tensionamento, o cansaço, a gente está
12230 subindo o tom, então, acho que é isso. Só estamos voltando para a próxima reunião.

12231 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu estou
12232 de acordo que é na próxima RO. mesmo, e a gente tem que ter atenção na hora de definir
12233 a pauta para dar pelo menos um mínimo um dia inteiro para essa discussão, ou até um
12234 dia e meio, a depender do contexto. Eu acho que como encaminhamento seria isso, e
12235 também a gente se comprometer a compartilhar, de repente, algumas anotações ou
12236 questões, ou se vocês acham que não é esse o caso, então, a gente discute tudo no dia,
12237 mesmo na RO. Acho que todo mundo tem ciência da urgência, todo mundo tem ciência
12238 dos tempos, aprovando na RO. de abril. Há chances de incorporar isso para que não
12239 aconteça o mesmo contexto de excepcionalidade aos peritos que vão acabar o mandato
12240 em agosto, mas também há chances de não dar. Então, essa é a realidade que temos.
12241 Certo? E nesse contexto ainda já saímos com alguns trabalhos aqui também,

12242 principalmente a resolução e tal, que a gente vai reduzindo alguns danos também. Quem
12243 quer falar mais alguma coisa?

12244 **Interlocutor não identificado** – Não, eu só ia colocar e aventar a possibilidade de que
12245 todos e todas enviassem em algum momento entre hoje e a próxima reunião, ou a
12246 próxima reunião extraordinária, todos os destaques por escrito. Eu vinha acompanhando
12247 o calvário da Jaque na situação e ontem eu fiz a maioria das anotações que eu tenho
12248 aqui. Eu contei, agora são 28 destaques que eu colocaria. Então, eu não acho, por mais
12249 que eu valorize o trabalho da Jaque, eu não acho que este documento está maduro para
12250 ser enviado para qualquer outra instância de consulta, porque ele vai voltar com muitas
12251 questões ou porque nós não temos consenso, não temos decisão sobre o que a gente
12252 quer em relação a isso aqui. Seja em pontuação, seja em outras questões, mesmo de a
12253 gente não ter acertado algo que eu achei que já estava mais definido hoje pela manhã,
12254 que é o fato de que não existe concurso de recondução, não existe vaga de recondução.
12255 Isso eu achei que nós tínhamos entendido coletivamente, mas a partir da discussão da
12256 tarde eu percebi que não. As pessoas continuam pensando na possibilidade de este edital
12257 ter referência à recondução. Então, acho que teremos que voltar a esse assunto. Eu ia
12258 pedir que a gente pudesse ver, definir uma data para que todo mundo já tenha enviado
12259 seus destaques, porque aí depois alguém compila, porque os destaques que eu fiz
12260 podem ser os mesmos que o CFESS fez, que podem ser os mesmos que a colega do
12261 MDS fez, e aí a gente economiza bastante tempo. Eu confesso que eu estou bastante
12262 frustrado por ter conseguido fazer dois dos 28 que eu tinha aqui. Então, se a gente
12263 pudesse ter algum tipo de metodologia dessa forma, acho que seria bastante
12264 interessante.

12265 **Interlocutora não identificada** – Agora, não seria para enviar agora a consulta? Acho
12266 que todo mundo entendeu que seria para enviar depois de ter uma análise.

12267 **Interlocutor não identificado** – É que se nós optarmos, a ideia da colega de enviar para
12268 o Ministério da Gestão parece muito boa, se nós tivéssemos muito tempo, e que eu
12269 acredito que nós não temos. Eu imagino que nós teremos que fazer a discussão interna,
12270 a aprovação de um documento mais finalizado, e esse documento ele vai tramitar apenas

12271 nas consultorias jurídicas aqui do Ministério, e será publicado. Se a gente contar com o
12272 tempo de aprovação daqui, da consultoria jurídica daqui, e depois da consultoria jurídica
12273 externa, eu acho que vai levar muito, muito tempo. Acho que vai inviabilizar todo o
12274 processo.

12275 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
12276 **Resistência Contra o Genocídio)** – Bem, vamos lá. Eu tenho, tive o entendimento e,
12277 assim, conduzi toda a elaboração digital, no sentido de que, em relação às vagas
12278 afirmativas e a esse direcionamento quanto à composição dessa forma, foi objeto de
12279 discussão, mas eu não tinha a compreensão que isso foi, de fato, objeto de deliberação,
12280 que assim seria, mas sim uma responsabilidade que foi jogada à comissão de edital.
12281 Então, a primeira questão que, entendo, colocaria na discussão foi exatamente o termo
12282 que estava lá em cima, que foi questionado, que é a questão afirmativa, porque eu acho
12283 que, de fato, esse colegiado não decidiu assim, só jogou essas responsabilidades, talvez
12284 não seria o caso da gente colocar lá, já direto na ementa, se assim for, se isso for
12285 direcionado. Uma outra questão que foi muito objeto de discussão é, inclusive, um dos
12286 maiores motivos que motivou também a escuta às peritas e ao perito do mecanismo, ela
12287 está relacionada às fases do edital, na verdade, que é o 81.3, nós seguimos exatamente
12288 as fases do último edital, que é o plano onde a gente se balizou, só acrescentando
12289 expressamente a questão do recurso e dialogando entre nós, talvez um tempo mais longo
12290 para recurso, porque foi uma das questões questionadas, que um dos prazos para
12291 recurso era um dia, mas uma das questões, e diante da observação exatamente da
12292 complexidade dos relatórios do mecanismo, seria incluir uma fase prática aqui em relação
12293 em relação a uma das fases do edital, mas considerando essa necessidade. Essa
12294 questão foi um ponto que nós não conseguimos achar uma alternativa que não fosse
12295 excludente. Das alternativas que a gente pensou, seria inclusive uma prova presencial,
12296 mas aí achamos que considerando que teria esse caráter inclusivo, se nós colocamos
12297 presencial, sendo que o custeio de qualquer gasto que tiver pertence ao candidato ou a
12298 candidata, se tivesse até a capital federal, inclusive diretamente estaríamos incluindo a
12299 partir dessa fase soltando as pessoas pretas e indígenas que compõem a população
12300 mais pobre. Então, nós não achamos. E no processo de escuta do mecanismo, quando

12301 isso foi apontado, eles acharam realmente que essa questão é de suma importância,
12302 essa questão da expertise na produção de textos. Mas nós não conseguimos chegar a
12303 uma proposta que seja. Ficamos de fazer pesquisa, de buscar algumas outras formas,
12304 mas nós não achamos. Então, essa era uma discussão, uma questão que eu queria
12305 colocar para a discussão. Uma fala do mecanismo, uma fala isolada, será que o fato da
12306 lei exigir ensino superior já não se presume já não se presume já não se presume a
12307 expertise na escrita? Foi esse um dos questionamentos. E outra questão, nós incluímos,
12308 inclusive, estou falando 1.3, nós incluímos lá, quando fala da declaração, lá no ato da
12309 inscrição, nós incluímos expressamente essa questão da facilidade em relação à escrita,
12310 porque a gente entende que isso compreende uma demanda muito grande dentro das
12311 atribuições dos peritos e das peritas, pela complexidade dos relatórios que eles
12312 apresentam aqui para a gente. E como nós não conseguimos achar uma solução que
12313 fosse inclusiva e ampla, e há essa necessidade dessa questão, essa era uma das
12314 questões que eu queria muito que a gente discutisse, se seria o caso de incluir mais uma
12315 fase no 1.3, uma prova prática, ou se tinha proposta da gente, inclusive, colocar algo na
12316 inscrição, por exemplo, uma situação, um problema que demanda uma análise assim, ou
12317 que na entrevista, mesmo que online, a gente criasse um procedimento de escrita, ou se
12318 está tudo bem, a gente entende que isso estaria mais problema, e o tempo do edital, e
12319 seria como se isso. Então, essa seria uma questão que eu gostaria muito que a gente se
12320 debruçasse, e é uma questão que não está expressa no edital, é um problema que teve
12321 na comissão de não acharmos uma solução, mas achar que a gente não deve ignorar
12322 essa questão quanto a... considerando a produção do mecanismo. A outra questão... 2.4,
12323 que inclusive foi questionado aqui, o 2.4 ele está exatamente a reprodução da lei,
12324 exatamente a reprodução da lei, mas o 2.4, na verdade, eu coloquei como destaque para
12325 a gente discutir, exatamente pela inclusão que foi feita no 2.4.1, que, na verdade, se
12326 estenderia essa, que inclusive já teve comentários aqui no início sobre esse ponto, que
12327 se estenderia esse impedimento, na verdade, também aos organismos do governo que
12328 compõem, e aí como é uma questão, por exemplo, que não houve nos outros editais, e
12329 isso não está expresso na lei, eu entendo que seria uma decisão política que caberia a
12330 esse Pleno. A outra questão é o 2.5, que entendo como superado, e no 2.6, quando fala
12331 que quando não poderá compor o mecanismo nacional, a gente entendendo por essa

12332 composição que não poderá tomar posse, dos itens 1, do inciso 1 ao inciso 4, no inciso
12333 1 ao inciso 3, é exatamente a reprodução do último edital e também o que prevê a lei,
12334 que prevê a lei quanto à relação à carga executiva da agremiação partidária, à
12335 imparcialidade no exercício da competência e vinculação à sociedade civil. Então, nesse
12336 também houve uma opção de inclusão no sentido de que também estejam vinculados
12337 aos órgãos dos ministérios integrantes ao CNPTC, que é o inciso 4, o inciso 5, que é ex-
12338 membros ou membros do mecanismo, se essas vagas as quais estejam... as vagas que
12339 estão em aberto, sejam vagas que foram por estes... deixadas vagas, e a sustentação
12340 em relação a este item seria de uma recondução indireta, na verdade, sendo que a
12341 pessoa exerceu dois mandatos ou estaria impedida dessa recondução. Eu entendo que
12342 esta também seria uma... Entendo que esta, na verdade, seria uma interpretação da lei.
12343 A opção seria a interpretação da lei, se seria ou se não seria, mas acho que seria
12344 bastante... se debruçar. E a outra questão, são as pessoas que participam da gestão ou
12345 que compõem os quadros do espaço de privação de liberdade, que é, inclusive, um dos
12346 itens que estaria na pauta de hoje, que a gente iria rever, que é o artigo 15º daquela
12347 discussão. Na verdade, a nossa intenção era exatamente o termo que lá estava, só que,
12348 como entendi, como problemático o termo que lá estava. Então, a gente colocou de forma
12349 genérica, mas até mesmo no que foi levantado inúmeras vezes quanto ao fato de que
12350 qualquer questão que seja para o mecanismo nacional, ela vai servir como precedente
12351 para o estadual. Então, defendo que tem uma preservação aí quanto à questão dos
12352 agentes de segurança, e entendo que a gente também deveria se debruçar sobre isso.
12353 O item 2.8, ele já fala, na verdade, em relação à questão das vagas, e aí há uma
12354 divergência quanto à questão, tipo, das vagas a que venham surgir, se essa seria a
12355 melhor terminologia, e falando da questão de se há reserva de vaga, se é cadastro
12356 reservas, ou se é, então, assim, uma questão só de verificar se há essa melhor
12357 terminologia, e a manutenção da previsão de classificação até a trigésima função que
12358 nós também utilizamos do último edital. O item 2.9.1, embora a gente vai discutir das
12359 vagas um pouco mais para frente, na verdade, assim, ele também foi objeto de muita
12360 reflexão, porque a gente, a reflexão foi feita pelo seguinte, se nós temos uma reserva de
12361 vaga para nós vamos manter uma reserva de vaga para as candidaturas negras e as
12362 candidaturas indígenas, então, independente da pontuação, as duas maiores pessoas

12363 pontuadas nessas condições assumiriam de forma direta duas das três vagas
12364 disponíveis, mas a dúvida surgiu em relação às outras pessoas que concorressem como
12365 candidatas e candidatas exatamente nessa mesma condição, como negros e indígenas,
12366 se elas ficariam numa lista final classificatória, em separada, somente considerando
12367 como pessoas negras ou indígenas, e minha preocupação, só nesse caso específico, é
12368 talvez inclusive de que isso, na verdade, a gente tornasse... talvez impedisse uma...
12369 impedisse a participação, talvez, a nomeação, talvez, dessas pessoas, nos casos de
12370 vacância, se a gente separar dessa lista geral. Então, também foi objeto de muito conflito,
12371 mas a proposta que estava aqui para ser submetida a esse plano é quando preenchidas
12372 as vagas, então, na verdade, preenchidas as vagas, as pessoas tomaram posse, as
12373 pessoas negras ou indígenas ou uma negra ou uma indígena, na verdade, as pessoas
12374 que, mesmo que concorressem nessa condição, ficariam na classificação geral, de forma
12375 que obedeceria essa regra geral. Então, assim, porque a gente tem... se nós não fizermos
12376 dessa forma, corre o risco de que talvez uma pessoa, suponhamos que as candidatas
12377 estejam com uma pontuação lá em cima, então, na verdade, fica numa lista separada e
12378 pode ser que uma pessoa que, na classificação geral, teria uma pontuação inferior. Então,
12379 a gente entende que concorreria à classificação geral após preenchidas as vagas. Então,
12380 essa era a proposta, mas eu entendo que também é uma questão de discussão do plano.
12381 Em relação... Agora a gente vai para o ponto 4, porque, na verdade, nós estamos no
12382 ponto 13. Na verdade, ele está todo na literalidade também das normas que foi meio. Em
12383 relação ao item 4, está direcionado o 4.1 de 3 vagas de início imediato. E aí, mantemos
12384 por óbvio os critérios legais, que é a formação ensino superior e a atuação na área de
12385 direitos humanos privilegiando prevenção, combate à tortura. E aí, no 4.2, na verdade, é
12386 onde fica expressamente a destinação de duas das três vagas existentes para as
12387 pessoas negras e indígenas. E aí, a gente entendendo que caberia uma justificativa
12388 quanto ao quórum qualificado. Só que aí, também, é uma reflexão que a gente tinha que
12389 fazer, porque eu, particularmente, entendo que não houve deliberação nesse plenário,
12390 que o edital seria a afirmativa. Deliberação expressa e, sim, uma responsabilidade da
12391 comissão. Mas aí eu entendo que, por exemplo, como há necessidade de um quórum
12392 qualificado que seja justificado, se aí não precedia de acompanhar um instrumento, por
12393 exemplo, de deliberação quanto ao edital exclusivo, não, o edital afirmativo, na

12394 justificativa quanto a esse quórum qualificado. Achei por bem que seria importante ter
12395 uma expressamente, na verdade, que essa uma vaga quanto as demais, na verdade,
12396 elas seguem pela concorrência, então, assegurado, na verdade, sobre as vagas para
12397 negros e indígenas. O item 4.4 é uma questão, por exemplo, o último edital qual a gente,
12398 ele tinha uma reserva de vaga para a pessoa com deficiência e aí isso também foi motivo
12399 de discussão, a gente até queria fazer uma consulta em relação à questão da pessoa
12400 com deficiência porque, de fato, não tínhamos um acúmulo de, se necessário, fazer
12401 qualquer sustentação em relação a essa questão, mas ele tinha um item específico em
12402 relação à reserva de vaga para a pessoa com deficiência, o último, e aqui, na verdade,
12403 na minha opinião, é um item que ficou solto, discuti isso muito com a Domitila, que é do
12404 MDS que compôs a comissão, no sentido de que aqui, na verdade, a questão da pessoa
12405 com deficiência que ela, na verdade, ela está possibilitada de participar, deve se declarar,
12406 e aqui, na verdade, implicaria mais uma questão de ter os direitos assegurados, mas não
12407 implicaria em reserva de vagas para este certame. Da inscrição para o certame, eu penso
12408 que talvez fosse uma das coisas que poderia, ainda mais que tinha um apego à lei, talvez
12409 trazer maiores conflitos, só lembrando que, a todo momento, a ideia é pensar em um
12410 edital que não só preveja a reserva de vagas para negros e indígenas, mas critérios que
12411 assegurem a participação efetiva de pessoas negras e indígenas, mas também que
12412 ressalte a importância desse debate quando se fala de prevenção em combate à tortura
12413 e de quanto, às vezes, esse debate fica um debate racial dentro dessa temática que, às
12414 vezes, ele é tratado como uma questão secundária ou até mesmo não tratado. Então,
12415 quanto à questão do critério da inclusão e pensando nessa perspectiva, a inclusão, só a
12416 inscrição do certame tem cinco, e, na verdade, que nós incluímos, que nós incluímos,
12417 seria a partir do inciso sete, como um critério inclusivo, nós deixamos assim, inclusive,
12418 destacado, critério afirmativo e não eliminatório, então, como um critério inclusivo, o
12419 estudo em escola pública. Uma reflexão, por exemplo, é que é dado um peso muito
12420 grande à questão da acadêmica em relação à questão dos direitos humanos, da
12421 prevenção em combate à tortura, e talvez, em detrimento da questão acadêmica, um fato
12422 desprestígio, na verdade, à atuação, à militância pessoal e ao próprio processo, mesmo
12423 assim. Então, colocamos como um critério inclusivo a questão de estudo em escola
12424 pública, e eu, inclusive, tem muitas questões que foram colocadas aqui, era uma questão

12425 que era para discussão, eu, por exemplo, tenho um certo apreço por esses itens, pelo
12426 caráter e pelo motivo ao qual eles foram incluídos, e pensando nessa perspectiva
12427 inclusiva, que é o ensino em escola pública e a atuação em direitos humanos nesta
12428 perspectiva de enfrentamento ao racismo e todas as formas de discriminação. Quando a
12429 gente coloca todas essas formas de discriminação, a gente está pensando não somente
12430 a questão racial negra e indígena, mas também a pessoa, por exemplo, poderia
12431 preencher esse requisito se tivesse a atuação na discussão LGBT, na discussão, na
12432 verdade, nesses critérios, nessa perspectiva não discriminatória, na verdade. Então, de
12433 fato, ela não está, não seria uma questão restritiva, na verdade. Então, tem essa questão
12434 na atuação, essa atuação de militância, ou atuação profissional nessa perspectiva, e
12435 também a inclusão de comprovação de participação de atividades de formação também
12436 nessa perspectiva de enfrentamento ao racismo e outras formas de discriminação. No
12437 item seguinte, que é o item 5.3, a gente colocou um item específico em relação que esses
12438 critérios, eles não seriam critérios eliminatórios. Então, eles estão aqui, por exemplo, da
12439 participação, da inscrição, mas também estão expressamente que se você não preencher
12440 nenhum desses requisitos, você não está impedido, você não vai ter a inscrição
12441 indeferida. Então, na verdade, pessoas não negras, não indígenas, ou pessoas com não
12442 atuação na perspectiva de enfrentamento ao racismo de uma de práticas
12443 antidiscriminatórias, ela, na verdade, não estaria prejudicada quanto ao registro da sua
12444 da sua inscrição. Eu acho que, na verdade, essa questão, ela tem muitos outros pontos
12445 que foram colocados, ela tem outros pontos que foram colocados, porque, na verdade,
12446 quando a gente fala lá da quando os anexos, por exemplo, a gente fala também dessa
12447 declaração nessa perspectiva, a gente põe a comprovação também nessa perspectiva,
12448 embora ressalte não eliminatório. E acho que a outra questão seria em relação à
12449 pontuação, que está o item 6, que, na verdade, é a fase de análise da experiência
12450 profissional, aí nós colocamos de atuação e acadêmica. Esse item, na verdade, no Antigo
12451 Edital, ele só era profissional e acadêmica, na verdade, não incluiria uma atuação, por
12452 exemplo, de militância, de formação, nessa perspectiva. E aí, na verdade, a gente incluiu
12453 esses itens também como critérios de pontuação. Só tem uma questão que eu acho que
12454 é importante talvez ser colocada em relação a esses critérios, porque eu entendo que o
12455 fato de você, se a gente assegurar a participação de um ingresso, na verdade, pelos

12456 negros e indígenas, mas se não tivesse a preocupação no escopo num todo, se a gente
12457 não racionalizar o debate num todo, na verdade, a gente não assegurou a pauta, a gente
12458 só está jogando em costas pretas e indígenas a responsabilidade pelas suas questões e
12459 pelas demandas dos seus. Então, tanto é que o esperado seria que mesmo a pessoa não
12460 negra e não indígena tivesse atuação nessa perspectiva, embora não no eliminatório.
12461 Outra questão que talvez eu pense que poderia dar margem a interpretações diversas,
12462 em relação a essa documentação, está no item 6.4, ok? Onde coloca a vedação que a
12463 atuação referente, a atuação em uma organização no mesmo período, ela não poderia,
12464 ela só pontuaria uma vez. Aí, eu entendo, como está numa questão ampla em relação à
12465 questão dos direitos humanos nessa perspectiva antirracista e não discriminatória, se a
12466 gente entende que ele, na verdade, estaria no mesmo no mesmo grau de avaliação em
12467 relação à questão da experiência profissional, das atividades relacionadas com o oriental,
12468 se elas iriam somente nessa perspectiva. E... Ah, no item .7, na questão da fase da
12469 entrevista, é o que eu já coloquei lá no item 1.3, se a gente adequa e se a gente considera
12470 essa questão da produção de texto. E em relação, na verdade, à classificação e
12471 homologação, o que estaria mais foco do que em regra é a listagem. Eu acho que, na
12472 verdade, talvez o que poderia pegar nesse ponto é exatamente o item que eu falei que
12473 acho que merece bastante atenção, que é o 2.9.1, que é essa questão de... preenchidas
12474 as vagas que as pessoas entreguem à classificação geral, mas também gostaria de no
12475 sentido de que talvez isso possa dar muita confusão, se é geral ou se não é geral, como
12476 que a gente faria isso na... Não, só a questão dos critérios de seleção e nomeação, depois
12477 voltar para o 2.9.1, acho que, na verdade, o que seria conflitante lá, porque lá também
12478 nós mantivemos toda a questão do último edital. Ah, uma questão importante também
12479 que eu acho, eu fui, inclusive, eu li a decisão, na verdade, o recurso que foi impetrado
12480 contra o último edital, exatamente para a gente não... pensando que já foi objeto de
12481 judicialização, para não cair, na verdade, dois editais judicializar a mesma coisa, então,
12482 na verdade, já teve essa preocupação quanto ao que foi, embora eu acho que tem
12483 desafios, porque, na verdade, a gente estaria colocando aqui questões que não estão,
12484 na verdade, que não são compreendidas pelo decreto e interpretações diversas, por
12485 exemplo, de próprios dispositivos, o que está lá nas vedações, e critérios novos mesmo
12486 assim, e essa perspectiva inclusiva, porque, na verdade, o edital antigo, que é um item

12487 que a gente também manteve, ele também vem dos critérios levados em consideração,
12488 é uma questão de prática não discriminatória, mas não com as especificidades e nessa
12489 perspectiva que é apresentado esse. Eu acho que assim, de fundo, as questões, na
12490 verdade, elas seriam essas. As outras questões, não que não tem em outras questões,
12491 em regra está na literalidade, porque o que a gente colocou, raras coisas, que a gente
12492 mudou o texto do original, que fora isso, era uma questão de sua adequação, por
12493 exemplo, tem uma questão que estava lá nos critérios, que estava atuação, que estava,
12494 por exemplo, a exigência de inspeção, enquanto, na verdade, a lei fala de atuação na
12495 prevenção e combate à tortura e não essa necessidade de inspeção. Então, a gente
12496 entendia que era só adequação, tanto como está na literalidade da lei. Agora, tanto que
12497 eu nem lembro qual foi o artigo, porque eu não coloquei isso como ponto em destaque
12498 assim, mas as demais questões estão, na verdade, reproduzindo o texto do último edital
12499 e, se não tiver faltado nada, não foram objetos de judicialização. Eu acho que é isso. Ah,
12500 isso. Só lembrando que o que judicializou, na verdade, foi em relação à nota de corte,
12501 mas eu acho que eu, não sei se todo mundo teve acesso à questão do recurso, mas eu
12502 até tenho ele lá, porque eu já...

12503 **Interlocutor não identificado** – É, brevemente, que é algo que, inclusive, é uma
12504 sugestão que eu colocaria para aprimorar isso aqui, o que provocou a judicialização no
12505 processo anterior, que, inclusive, eu mesmo respondi o mandado de segurança, foi para
12506 a candidata aprovada enquanto reserva de vagas para pessoa com deficiência, que
12507 assumiu, por força da decisão judicial, nós aplicamos, a comissão aplicou uma nota de
12508 corte na segunda fase do concurso que não estava prevista no edital, considerando que
12509 a candidata, ela seria aprovada com nota 1 de 10. Então, naquela ocasião, a colega da
12510 UFRN aplicou um cálculo matemático, que normalmente é utilizado em concurso, mas
12511 que não estava previsto no edital e isso levou a judicialização e o conseqüente ordem no
12512 mandado de segurança, com que fez que ela fosse empossada. E isso é algo que eu
12513 acho que deveria ser revisto, porque, da forma como vinham sendo feitos os certames,
12514 isso possibilitaria que uma pessoa que tivesse tirado 0 ou 1, ou uma nota muito
12515 insatisfatória em uma das fases do concurso, pudesse ser levada, empossada no cargo,
12516 mesmo numa daqueles requisitos, tendo algo muito satisfatório. Na minha leitura, não.

12517 Existe uma nota de corte geral, que foi incluída aqui, referente à segunda fase, que é a
12518 fase de entrevistas, que é uma nota 7. Acho que deveria haver uma nota de corte da
12519 primeira fase, de cada um daqueles requisitos do Barema, que já está aqui. E também
12520 fiz uma observação, para uma discussão posterior, de que a nota de corte na fase de
12521 entrevistas, do jeito que está aqui, também nos coloca num subjetivismo bem grande de
12522 quem for aplicar a entrevista. O Paulo, eu vou dar 6,5, e aí ele não passa no concurso,
12523 apenas por causa disso, da entrevista, sendo que, sei lá, no restante do concurso, ele
12524 tirou 90%. Então, é algo a se estudar também.

12525 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
12526 **Resistência Contra o Genocídio)** – Gente, na verdade, esqueci três coisinhas, que eu
12527 acho que... É porque, na verdade, eu fui pela sequência aqui das anotações e acabei
12528 esquecendo de colocar outras questões. Uma das questões que nós... A única questão
12529 que nós discutimos em relação aos prazos lá do anexo I, que é, na verdade, o
12530 cronograma, que eu entendo que isso é muito importante, o que nós definimos em relação
12531 ao cronograma, em relação ao cronograma, é que a gente... Não vou deixar um tempo
12532 tão exíguo, porque acho que teve uma previsão de um dia, na verdade, no edital anterior,
12533 mas nós não fechamos a questão do cronograma e nem fizemos uma proposta, a gente
12534 entendia assim, que aqui teria outros procedimentos, na verdade, a gente ia se debruçar
12535 sobre um cronograma, ia se debruçar sobre um cronograma e gastar uma energia. Então,
12536 a gente tem aqui o cronograma, a definição do cronograma aqui em conjunto, em
12537 plenária. Então, lá, quando fala do cronograma no anexo, não é que o rígido está para
12538 anexo, na verdade, ele não está preenchido. E uma das questões que foi muito discutida
12539 também, uma das poucas questões que a gente conseguiu discutir conjuntamente, é a
12540 questão dos critérios de entrevista e também uma preocupação muito grande que a
12541 entrevista, ela seja pegada, na verdade, uma subjetividade. Então, em relação à
12542 entrevista, só que assim, houve uma dúvida se isso seria, na verdade, nossa, seria
12543 atribuição desse edital ou se não seria do edital de, não seria atribuição da comissão de
12544 seleção, mas a gente entende que deve ser, e defende que deve ser fixado as mesmas,
12545 as mesmas perguntas para, as mesmas perguntas para ambas para ambos os
12546 candidatos, as candidatas aprovadas para fugir desse critério de subjetividade. Porque,

12547 se me perguntar sobre se me perguntar sobre determinado assunto, eu vou desenrolar
12548 super bem, se me perguntar sobre outro, eu não vou desenrolar. Então, assim, a gente
12549 entende que deveria criar um parâmetro aí, um parâmetro, um parâmetro que ele seja,
12550 na verdade, geral para a gente sair dessa questão da subjetividade. Não é
12551 expressamente a questão da nota de corte na primeira fase, mas a indicação do quanto
12552 de pessoas que seriam chamadas, na verdade, para a entrevista que iria até a trigésima.
12553 Então, bem, não sei, todo mundo que é até a trigésima, na verdade, iria para a fase de
12554 entrevista. E aí, ah, e a outra questão também é sobre, na verdade, a Comissão de
12555 Heteroidentificação, que, tanto que é necessário, na verdade, é, eu acho que é
12556 necessário sempre, mas num edital especificamente que tem essa, que vem nessa
12557 perspectiva, é necessário. Mas aí, pesquisando lá, na verdade, no site, eu entendi que
12558 foi um ato posterior ao edital e, na verdade, também foi o edital de seleção. E aí, e como,
12559 na verdade, não tinha muito, ficou meio confuso, na verdade, essa questão se
12560 entendendo que foi um ato posterior e eu sem, sem conhecimento, na verdade, que foi
12561 esse processo e também sem tempo para ficar consultando, a mesmo que vocês que
12562 estavam aqui individualmente, entendeu? Mas eu entendo que talvez deveria criar um
12563 edital da previsão da, que a, mesmo que a, Comissão de Heteroidentificação, que ela vai
12564 existir e que mesmo que ela seja regulada pela Comissão de Seleção, que ela tem essa
12565 previsão aqui, mas aí essa questão mesmo é uma questão de não entender como é que
12566 foi esse processo, mas me parecer que foi depois e por outra comissão. E, acho que era,
12567 ah, acho que era isso.

12568 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC) – Depois.**
12569 Bom, então, Jaque, muito obrigada por todos esses destaques, tem bastante coisa
12570 também até em comum aqui. Estou me perguntando, realmente, para encaminhar, se é
12571 o caso de a gente estabelecer um prazo para ter as contribuições dos destaques por
12572 escrito de cada um dos membros conseguirem cumprir com esse prazo. Se sim, então a
12573 gente precisa sair daqui com esse prazo. Também, para revisar esse encaminhamento
12574 na ATA, estou entendendo que a gente vai deixar, então, para a próxima RO, a RO de
12575 abril, essa avaliação do edital, que vai ser nos dias 8, 9 e 10 de abril, e aí a perspectiva
12576 é que a gente inclua na pauta com um dia, um dia e meio mesmo de debate, para esse

12577 esforço ocorrer. Eu entendo que eram esses dois encaminhamentos que acabaram ao
12578 fim e acabam se seguindo. Alguém tem alguma outra?

12579 **Interlocutor não identificado** – Tenho. Então, acho que foi o próprio Caio que fez uma
12580 observação, mas eu acho que nada impediria, Caio, da Daniela, ou, enfim, enfim, alguém
12581 pudesse fazer pelo governo, encaminhar a minuta paralelamente, como você falou, se
12582 vier uma resposta positiva, alguma indicação, perfeito, , nada impede de a gente ir
12583 seguindo. Vamos supor que até a próxima RO chegue uma sugestão que a gente possa
12584 deliberar aqui, então ainda fico contemplado pela sugestão também da Daniela. E tinha
12585 uma segunda coisa. Ah, está bem, e o próprio Caio que sugeriu, , não sei se uma semana,
12586 duas, mas que a gente, que todos compartilhem os destaques com os demais membros
12587 do comitê, seja no Zap, seja através da Thamiris, enfim.

12588 **Interlocutor não identificado** – Colegas, eu acho que eu tenho uma sugestão, acho que
12589 existem alguns aspectos que são aspectos políticos que a gente entende que é depender
12590 de quem pega em uma CONJUR, do MGI, vai fazer uma leitura supostamente técnica
12591 que a gente entende que é uma leitura política também. A minha sugestão é a
12592 possibilidade da gente avaliar de trazer como membro convidada dessa, a RO em abril,
12593 a advogada, gente, não sei o nome dela, a Silvia Sousa, ou algum outro intelectual que
12594 conheça, que seja ativista da causa e conheça dessa tecnicidade jurídica, que possa
12595 acompanhar a reunião conosco. Eu acho que talvez seja uma forma da gente encaminhar
12596 isso, de ter essa presença convidada, porque por mais, por exemplo, já que falou que
12597 deu, se aprofundou sobre alguns aspectos, algumas questões ainda assim foram
12598 levantadas por ela, não adianta resolver, copiar, de edição anterior como a Patrícia está
12599 falando, houve a renovação da lei ano passado, a comissão de atribuição a gente tem
12600 que saber como o governo federal tem aplicado, se a gente tem uma do MGI, se é daqui
12601 do MDH ou se é desse fórum, então acho que a gente seria importante, eu acho, para a
12602 gente ser mais encaminhativo, a gente ter alguém que seja, e eu entendo que talvez da
12603 CONJUR não seja a melhor pessoa, mas alguém que seja um ativista do debate sobre
12604 relações étnico-raciais e ações afirmativas, para estar conosco, como membro convidado
12605 do RO, para a gente poder dirimir algumas dúvidas pontuais que possam surgir nessa
12606 reunião. Ela se prontificou, ela se prontificou, a Sílvia.

12607 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Eu acho
12608 que além da Sílvia, porque acho que a Sílvia traz uma expertise, mas talvez fosse mais
12609 interessante alguém do MIR, já que pode estar com essa experiência dentro dos trâmites
12610 dos próprios ministérios. Pode, eu só estou sugerindo a inclusão, que eu acho que não
12611 supriria.

12612 **Interlocutora não identificada** – Gente, na alteração da lei, quem tem normatizado esse
12613 tema no âmbito do governo federal é o MGI. Inclusive, eles fizeram uma comissão
12614 integrada onde tem representação do MIR, faz parte. Então, eles estão trabalhando de
12615 modo integrado e essa portaria que foi publicada em julho de 2023, revendo os
12616 parâmetros dessa organização, foi publicada pelo MGI, que hoje é o órgão que está
12617 regulando isso.

12618 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Revendo
12619 os parâmetros de editais, então vamos lá, encaminhando aqui, porque realmente está
12620 chegando um horário muito apertado para voos. Então, focando nisso, sobre a proposta
12621 que rememora aqui, o Paulo, todo mundo de acordo, acrescentando também com a
12622 possibilidade de a gente buscar uma articulação para trazer também alguém do MGI.
12623 Alguém do MGI e oficialmente convidar também a Sílvia para estar aqui. Se todos
12624 estiverem de acordo, eu só faço uma ressalva. Se todos estiverem de acordo, eu só faço
12625 uma ressalva, que aqui é uma deliberação, aí a coordenação de apoio vai buscar suporte
12626 para que a pessoa venha até aqui, se ela vier de outro estado. Agora, se ela estiver em
12627 Brasília, então, beleza. E outra coisa, a importância de nós, ainda que tenha alguns, a
12628 gente esteja falando de um edital que precisa ser ajustado e tudo mais, acho que é
12629 interessante, mais rico, que a gente envie essa minuta e também o compilado dos
12630 destaques dos membros e membras que enviarem esses destaques. Por isso, a
12631 importância de a gente definir uma data para que esses destaques por escrito sejam
12632 enviados. A coordenação de apoio fica responsável por nos ajudar nessa compilação.
12633 Feita essa compilação, no mínimo, uma semana, 15 dias dessa RO, ela precisa receber,
12634 a pessoa de referência da MGI precisa receber para conseguir trazer mais suporte para
12635 a gente também, senão vai ser mais um membro ao nosso lado, batendo a cabeça.

12636 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
12637 **Resistência Contra o Genocídio)** – Eu só fiquei com uma dúvida, só um esclarecimento,
12638 porque, na verdade, foi nem uma questão de entendimento, foi uma questão de dedução,
12639 que eu entendi que, na verdade, os destaques, todos, eu pensei que talvez eles fossem
12640 encaminhados para a Comissão do Edital. Na verdade, o encaminhamento não seria para
12641 a Comissão do Edital, o encaminhamento seria para a mesa diretora. Mas, quem vai fazer
12642 essa redação, se considerando, seria a Comissão do Edital?

12643 **Interlocutora não identificada** – Não, eu só... Eu só compilaria todos os destaques feitos
12644 por vocês, talvez em uma tabela, enfim, em algum documento, juntando todos os pontos
12645 que vocês apresentarem. E aí, enfim, submeter isso à minuta digital, os destaques
12646 elaborados por vocês, ao convidado da MGI.

12647 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
12648 **Resistência Contra o Genocídio)** – Mas aí, a gente adequa, na verdade, a gente
12649 adequa, na verdade, esses pontos, ou, na verdade, vai ser encaminhado essa minuta
12650 com mais os destaques?

12651 **Interlocutora não identificada** – Eu entendi que seria a minuta e os destaques de vocês.

12652 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
12653 **Resistência Contra o Genocídio)** – E a gente não tem que adequar mais nada?

12654 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Por ora,
12655 não. Essa seria a proposta, a gente vai adequar na RO em conjunto.

12656 **Interlocutora não identificada** – Ou, então, eu posso pegar a minuta e ir colocando cada
12657 destaque, apontando, tipo, um embaixo do outro, com o nome de quem fez, enfim, pode
12658 ser assim também, é uma opção.

12659 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
12660 **Resistência Contra o Genocídio)** – Não, é só porque, vou te falar porque dá dúvida,
12661 porque eu estava entendendo que a gente ia ter que atualizar a questão da comissão
12662 digital, que eu já ia ir pegar o telefone do Felipe e tirar a dúvida, na verdade, se é o

12663 ministério ou se é a pessoa, porque como não houve a publicação, porque eu estou
12664 entendendo que a gente já trabalha, mas agora estou entendendo que não é. Só essa
12665 dúvida mesmo.

12666 **Interlocutora não identificada** – Você quer trabalhar mais? Eu acho que você trabalhou
12667 muito já.

12668 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
12669 **Resistência Contra o Genocídio)** – Só para assumir os compromissos. Eu só precisava
12670 saber se a tarefa está encerrada, se a gente entende que se esgotou nessa minuta, ou
12671 se a gente teria que organizar a comissão, na verdade, e ficar nessa...

12672 **Interlocutora não identificada** – Aliás, fique registrada em ata que a comissão entregou
12673 o seu trabalho.

12674 **Sra. Daniela Borges Lima de Souza (Ministério dos Direitos Humanos e da**
12675 **Cidadania – MDHC)** – Gente, eu tenho que sair, eu tenho uma agenda agora de 18
12676 horas, foi muito bom estar com vocês. Eu estou aqui, junto com a Thamires, para a gente
12677 conseguir esses nossos interlocutores.

12678 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Obrigada,
12679 viu, Dani? Obrigada mesmo. Eu acredito que é mais uma questão ali para... Então, assim,
12680 o tempo principal é do edital, mas a comissão tem que ser atualizada porque tem
12681 referência à validade do edital. Agora, a gente não está saindo daqui sem uma data para
12682 mandar os destaques, e era importante a gente sair com uma data.

12683 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
12684 **Resistência Contra o Genocídio)** – Agora, Kim, a Maria Clara, a gente trocando aqui,
12685 ela está trazendo que fato o MIR compõe esse comitê. Eu acho que talvez seria
12686 importante e necessário a gente tentar reativar...

12687 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Mas a
12688 gente não é o MGI que a gente vai chamar?

12689 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
12690 **Resistência Contra o Genocídio)** – É isso, a MGI é o órgão formal que participa. Só
12691 que estou falando que o Ministério da Igualdade Racial ocupa assento aqui, não é? E
12692 acho que aí a gente ficou, por conta do decreto, prejudicada a participação deles, das
12693 mulheres, não é? Então, acho que seria importante, de repente, a gente fazer algum
12694 comunicado da mesa diretora convidando-os e dizendo que essa situação do decreto
12695 está avançando, porque um dos motivos de elas terem parado de vir é exatamente isso,
12696 porque elas vinham e não tinham influência nas decisões, não é? Isso foi um desgaste.

12697 **Sra. Cátia Kim (Suplente – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Mas, sim,
12698 pessoal, a gente vai ter uma data ou acabou assim a reunião, é isso? Vai ter uma data
12699 aí? Em duas semanas para... Assim, a RO é no dia 8, 9 e 10 de abril, eu acho que também
12700 a gente tem que ser bem realista, talvez, e colocar aí para dia 11 de março e dá duas
12701 semanas para a coordenação de apoio compilar e mandar em 15 dias antes da RO para
12702 nós e para a Sílvia e para o MGI. 6 de março? Está bom, então, 6 de março é o tempo
12703 da coordenação fazer a compilação e mandar com, pelo menos, duas semanas de
12704 antecedência da RO para todo mundo. 6 de março é a data de limite para as
12705 contribuições. 6 de março, data limite para os destaques, as contribuições, isso, e 15 dias
12706 antes da RO, compilar e enviar para todo o comitê, para todos os membros do comitê,
12707 para a Sílvia e para a pessoa de referência do MGI. Então, no caso, essa pessoa de
12708 referência do MGI, até pedir esse apoio, Ana, a gente pode seguir em conversa para
12709 buscar fazer alguma articulação institucional, falar com o Bruno também, com o Felipe,
12710 para tentar realmente trazer alguém de referência do MGI que já saiba antecipadamente
12711 do que se trata e, quando tiver acesso a essa documentação, também nos apoiar
12712 fisicamente aqui na próxima RO, se a gente conseguir essa articulação. Dia 6 e 3, isso,
12713 isso, que a pessoa do MGI viria junto com a Sílvia na próxima RO. Isso, que será muito
12714 provavelmente, claro, assim, a RO é no dia 8, 9 e meio-dia do dia 10. Então, a gente vai
12715 verificar onde que vai entrar na agenda, para compilar é até 15 dias antes da RO de abril.
12716 Não, podemos sim, mas é para ter um apoio interno também, acho que vocês conhecem
12717 alguém do MGI, acho que também é uma maneira de a gente ter algumas... Exato, sim,

12718 sim, só estou comentando mesmo, aproveitando, comentando. Na RO de abril. Bom,
12719 encerrado formalmente, a RO.